

2007

Relatório Gestão



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE
SANTA CATARINA



REITOR

Prof. Lúcio José Botelho

VICE-REITOR

Prof. Ariovaldo Bolzan

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Marcos Laffin

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Valdir Soldi

Pró-Reitora de Pesquisa

Prof^a. Thereza Christina Monteiro de Lima

Pró-Reitora de Cultura e Extensão

Prof^a. Eunice Sueli Nodari

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Bel. Corina Martins Espíndola

Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social

Bel. Luiz Henrique Vieira da Silva

Pró-Reitor de Orçamento, Administração e Finanças

Bel. Mário Kobus

Chefe do Gabinete do Reitor

Bel. Claudete Regina Ferreira

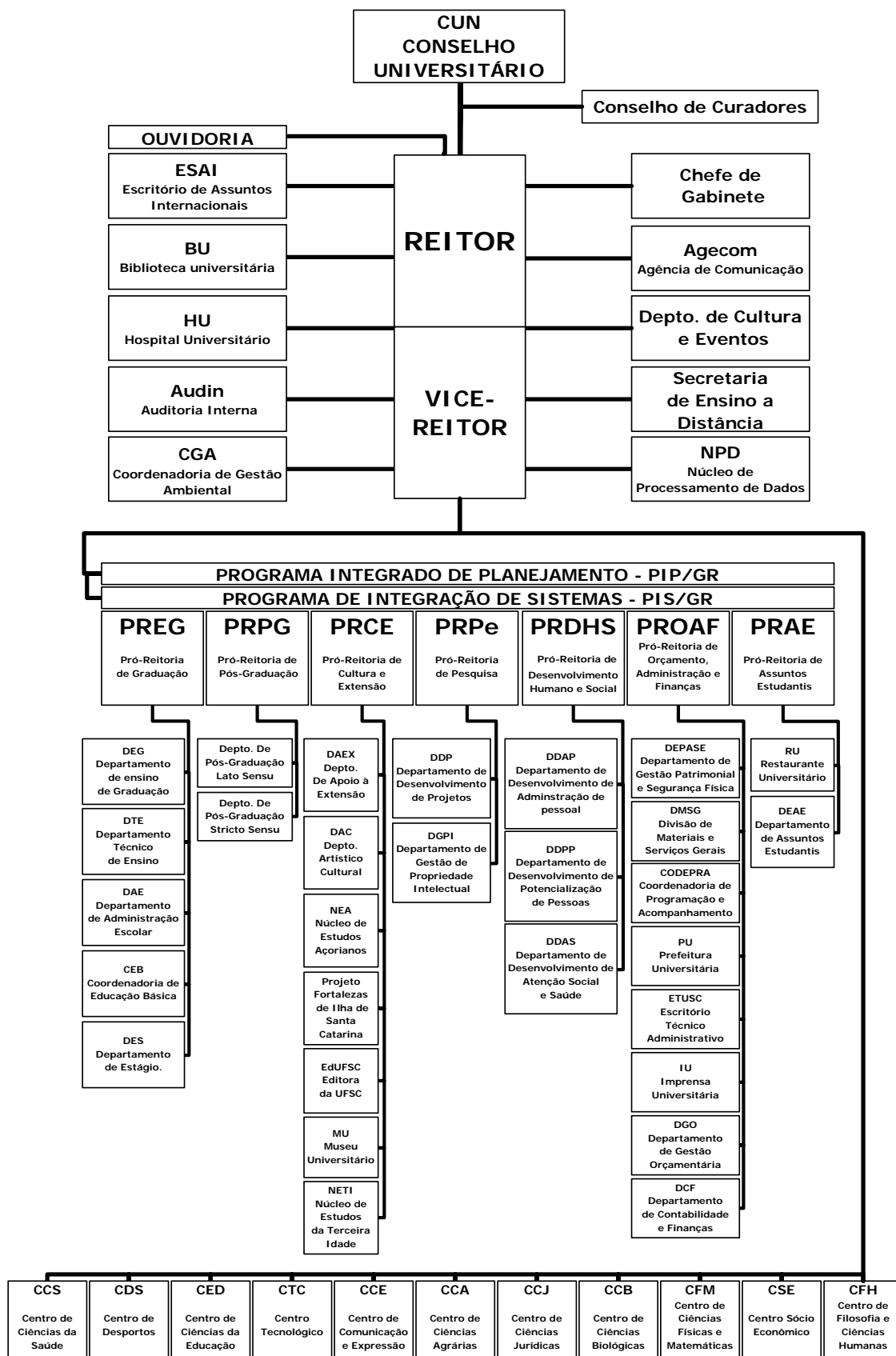
Diretor do Programa Integrado de Planejamento

Eng. Sérgio Roberto Pinto da Luz

Coordenadora de Planejamento

Lic. Eladir Maria Analia Domingos

Estrutura Administrativa



2007

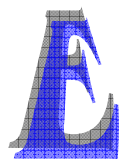
Sumário

Missão da UFSC	7
Apresentação	9
Introdução	13
1. Análise do Desempenho	21
a) Indicadores do Ensino de Graduação	22
b) Indicadores do Ensino de Pós-Graduação	23
c) Indicadores da Pesquisa	24
d) Indicadores da Extensão	26
e) Indicadores de Recursos Humanos	29
f) Indicadores da Infra-estrutura	37
g) Conclusão	37
2. Gestão Acadêmico-Administrativa	39
a) Gestão Acadêmica	40
1) Ensino de Graduação	40
2) Ensino de Pós-Graduação	66
3) Educação Básica	74
4) Pesquisa	75
5) Extensão	100
6) Cultura	114
8) Sistema de Bibliotecas	116
7) Assuntos Estudantis	122
b) Gestão Administrativa	126
3. A UFSC no REUNI	159
4. Controle Externo	171
ANEXOS	463



2007

A
apresentação



Embora seja bastante difícil fugir do lugar comum num relatório de gestão, onde predominam números e a base é firmar feitos e realizações, ousaremos apresentar uma outra face desta que é uma das melhores universidades do país, e por consequência da América Latina e do mundo.

Mais do que recursos específicos, temos uma conjuntura política diferente, mormente no que concerne à inserção internacional. Somos de uma geração que foi às ruas exigir a moratória da dívida externa, que discursou acerca da impossibilidade de seu pagamento, somos da geração que se esforçava para nos vermos entre os melhores das Nações em desenvolvimento, e somos hoje uma das potências econômicas mundiais.

Mais que isso, temos na solidez gerada pelo crescimento da economia, um Plano de Desenvolvimento da Educação, com uma visão integral e sistêmica do processo. O que significa dizer que podemos visualizar ir além do sonho, ousar a utopia para as gerações futuras, pois o investimento em educação tem frutos imediatos, como a presença na escola de quem deve estar nela, mas tem muito mais frutos futuros.

Como gestores da educação, passageiros, pois nada mais somos do que educadores, transitoriamente a frente de instituições, temos a plena consciência dos novos desafios. Não poderemos mais nos esconder por trás da rotina de fazermos o possível pela escassez de recursos, temos novas perspectivas de suprir o país de gente preparada com qualidade para o nosso crescimento, na história recente do país a novidade é faltar gente qualificada para postos de trabalho existentes.

Há uma nova categoria de cidadãos que surge por um lado, ocorre a saturação do modelo centralista de grandes centros urbanos e quase é imposto um novo modelo, descentralizado, envolvente, de maior participação social, interiorizado, com a sociedade civil mais presente.

“Campus da UFSC de Curitibanos, uma obra da sociedade organizada”. A placa da pedra fundamental do novo Campus diz tudo, nem nomes estão listados, é o produto do aprimoramento desta sociedade, que busca novos patamares.

Inacabada, pois mesmo sendo uma instituição quase milenar na cultura ocidental, uma universidade nunca poderá estar pronta, é uma instituição em constante crescimento e assim é a UFSC.

Desde a sua criação em 1960, e sua implantação em 1962, quando um grupo de “sonhadores” imaginou uma universidade com no máximo 10 mil alunos, o tempo e as realizações mostram algo além do sonho.

Os quatro anos de gestão que completaremos em 10 de maio de 2008, se completam em um cenário diverso do iniciado, se pensávamos em contingenciamentos e cortes, terminamos com uma quantidade de recursos histórica e inusitada para a universidade brasileira.

Especificamente neste ano de 2007, vários acontecimentos foram marcantes, e ocorreram na perspectiva colocada pelo planejamento da gestão, cujo entendimento acerca da questão pública e republicana é central, e portanto a base nas pessoas, melhorando a formação, organizando através de uma pró-reitoria específica todos os passivos e colocando em prática uma política transparente e sólida de administração de pessoal, se colocando a frente da proposta do próprio governo federal.

O aumento das vagas presenciais, com a criação de novos cursos com ênfase nas áreas de artes, e do primeiro curso voltado realmente para o mar, a consolidação do curso pré-vestibular popular, com aprovação maior que 25%, são outros pontos a serem ressaltados. Assim como o trabalho inédito de organização e regulamentação dos estágios, que projeta juntamente com a pró-reitoria da área estudantil, cerca de 9.000 alunos com bolsas de estudo, quase o número idealizado para o total dos estudantes.

A consolidação dos cursos de pós-graduação e da pesquisa, marcas de uma grande universidade é produto de um crescente incremento de pessoal, somos mais de 75% doutores e de equipamentos como, por exemplo, o Centro de Microscopia Eletrônica, recém instalado. Em todas as avaliações e rankings nacionais ou internacionais a UFSC sempre aparece destacada entre as instituições congêneres.

Inserida fortemente na sociedade catarinense e brasileira, através da extensão tem participado do dia a dia, seja em acampamentos de sem terras, como ocorre com a alfabetização no prona, cuidando das fortalezas da ilha ou sob consultoria em conjunto com a pesquisa participando de programas da NASA.

Destaco ainda a nossa postura ante a necessidade de políticas afirmativas.

Porém dois são os pontos mais destacados e embora pareçam polares, são dialeticamente pontos de síntese, a interiorização e a internacionalização. A realidade é que temos a presença física em 16 cidades do interior catarinense, e em outros estados da federação com mais de 5.700 alunos matriculados, buscando o aprimoramento do ensino médio público, com o incremento na formação de professores.

Mais do que a educação a distância, revigorada e reestruturada pela nova secretaria, resgatando a credibilidade da instituição a determinação da busca dos Campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville, trazem junto a realidade de educação ter sido transformada em pauta, com a participação decisiva dos parlamentares catarinenses, mormente os da bancada federal.

Esta vivência no nível local encontra paralelo na enorme penetração internacional, temos convênios ativos com mais de 50 países, alunos de inúmeras nacionalidades, em números nunca antes alcançados em nosso campus e em vários países recebem alunos nossos, destacarei o projeto de becas luso-brasileiras que colocou por um semestre em Portugal 10 alunos carentes da UFSC.

Há, porém um único ponto a ser acrescentado, se a avaliação passou a ser uma rotina e a auditoria interna um forte braço de assessoramento, o excesso de auditorias, com a repetição e principalmente com o sentimento de dúvida em relação a instituição, junto com o baixo estímulo de remuneração, são os pontos de estrangulamento que precisam ser refletidos e aprofundados.

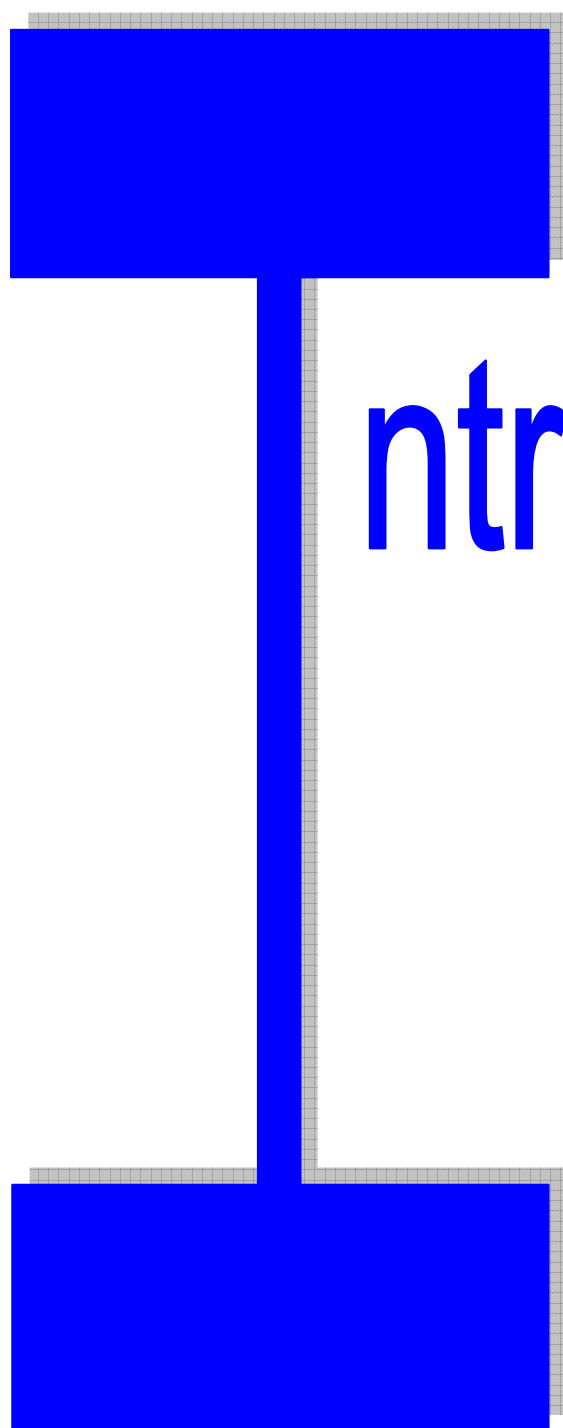
Sem dúvida a UFSC aproxima-se dos seus 50 anos mais forte e pujante e pode, caso continue a política federal de educação, trilhar caminhos ainda melhores.

Março de 2008

Prof. Lúcio José Botelho
Reitor

Prof. Ariovaldo Bolzan
Vice-Reitor

2007



Introdução

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

A Região Sul do Brasil, em virtude de suas características peculiares de solo, vegetação, clima, latitude e topografia, exerceram efetiva influência no momento em que emigrantes da Europa procuraram um novo local para se fixarem e aí desenvolverem sua economia e suas relações sociais.

Essas características levaram sobretudo alemães, italianos e portugueses açorianos, a se radicarem no território de Santa Catarina e proximidades, marcando de forma indelével e bem distinta, o traço de cada uma de suas culturas, em povoações que se instalaram desde o litoral até o extremo-oeste do Estado e dos Estados vizinhos.

Mesmo a evolução acelerada do Estado, acontecida nos últimos decênios, não conseguiu diluir esses traços marcadamente germânicos, italianos e açorianos, trazidos pelos colonos europeus.

A precisão germânica, a alegria contagiante dos italianos, a simplicidade amiga e trabalhadora dos açorianos, influenciaram e influenciam a estruturação e o funcionamento de todo e qualquer empreendimento que se pretenda desenvolver na Região.

Na área da educação, além de terem influenciado no desenvolvimento da educação básica, esses traços marcaram de forma decisiva o nascimento dos cursos superiores em Santa Catarina, sobretudo em Florianópolis. Marcaram e têm marcado, até hoje, as opções e decisões pelos novos cursos, as decisões pelo enfoque dado a cursos e disciplinas, as opções pelos intercâmbios de docentes, pelos locais de estágios no exterior, pelo relacionamento constante dos residentes da região, com nações da Europa. Há casos de cidades pequenas nas quais quase toda a população tem dupla nacionalidade. Em Treze Tílias, por exemplo, grande parte da população tem nacionalidade brasileira e nacionalidade austríaca. Esses fatos influenciam sobremaneira a postura do cidadão. É isso que se constata ao analisarmos não só a história econômico-social de Santa Catarina, mas também o nascer da Universidade Federal.

A Universidade teve origem no início da década de sessenta quando entrou em vigor a Lei nº 3.849, assinada em 18 de dezembro de 1960, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Seu primeiro Reitor foi escolhido em lista tríplice, o Professor João David Ferreira Lima, que tomou posse em 25/10/1961, para administrar a Universidade, que contava, então, com 847 alunos e 49 docentes provindos das faculdades isoladas que vieram integrar a UFSC.

Segundo aquela Lei, a Universidade iniciava seu caminhar, com autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, sendo composta dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- Faculdade de Direito de Santa Catarina, federalizada pela lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1956;
- Faculdade de Medicina de Santa Catarina, autorizada pelo Decreto nº 47.531, de 29 de dezembro de 1959, retificado pelo Decreto nº 47.932, de 15 de março de 1960;
- Faculdade de Farmácia de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº 30.234, de 04 de dezembro de 1951;
- Faculdade de Odontologia de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº 30.234, de 04 de dezembro de 1951;
- Faculdade Catarinense de Filosofia, reconhecida pelos Decretos nº 46.266, de 26 de junho de 1959 e Decreto nº 47.672, de 19 de janeiro de 1960;
- Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº 37.994, de 28 de setembro de 1955;
- Escola de Engenharia Industrial, modalidades: Química, Mecânica e Metalurgia, autorizadas pela própria lei nº 3.849/61;
- Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Ainda segundo aquela lei de criação da Universidade, essas instituições passaram a denominar-se: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia Industrial da Universidade de Santa Catarina e Faculdade de Serviço Social.

Um mês depois dessa criação legal, o Governo do Estado, por intermédio da lei nº 2.664, de 20/01/61, autorizou a doação à União, para incorporação à Universidade, dos terrenos do bairro da Trindade, onde funcionara a Fazenda Modelo "Assis Brasil", com cerca de um milhão de metros quadrados.

Esse imóvel veio a se unir aos demais então utilizados pelos estabelecimentos que vieram integrar a nova Universidade, para assim comporem o patrimônio da mesma. Dentre eles:

- Um pequeno prédio de duzentos e cinquenta metros quadrados, localizado na travessa Ratclif, que foi, em 1962, transferido pelo Governo do Estado, em caráter perpétuo, para a UFSC;
- Um prédio localizado na Rua Ferreira Lima, com 1.305 metros quadrados, pertencente à Sociedade Colégio Barriga Verde, do qual a UFSC recebeu 61,8 % que foram incorporados ao seu patrimônio;

Mais tarde, através de doações são incorporadas ao patrimônio:

- Colégio Agrícola de Araquari e o Colégio Agrícola de Camboriú que contam hoje com cerca de dois milhões de metros quadrados cada de área física. Foram criados em 1953 sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e transferidos para o MEC em 1968, com a responsabilidade para a UFSC;
- Em 1982, passa a ser de uso da Universidade o mangue do Itacorubi, com cerca de dois milhões de metros quadrados, cedido que foi pelo Patrimônio da União, para ser usado pela UFSC;
- Ainda em 1982, mediante a doação do Governo do Estado, a Fazenda da Ressacada, localizada próximo ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, com mais de um milhão e oitocentos mil metros quadrados, também passa a integrar o patrimônio da Universidade;
- Em 1983 o Governo do Estado cede, apenas para uso, cerca de trinta mil metros quadrados onde está instalado o Centro de Ciências Agrárias;
- Em 1996 o IBDF cede, à UFSC, para fins de uso, uma área de cerca de cento e noventa mil metros quadrados na qual está instalado o curso de Engenharia de Aquicultura, na Barra da Lagoa;
- Em 1996 a Universidade adquire, com a colaboração do Governo do Estado, a unidade dispersa de Ratoles, com cinco milhões e trezentos mil metros quadrados. Essa unidade ainda está em litígio, porque o Governo do Estado ainda estaria devendo uma parte do preço ajustado;
- Em julho de 2002 a Universidade recebe, em doação, a Fazenda Yakult, com três milhões, seiscentos e trinta mil metros quadrados;
- Também em 2002 a Universidade recebe em doação a unidade de CASCAES, em Bom Jardim da Serra, com dois mil seiscentos e trinta metros quadrados;
- Em 1998, quando foi extinta a Delegacia do MEC em Santa Catarina, a Universidade recebeu o terreno e o prédio da mesma, com dois mil cento e sessenta e nove metros quadrados de área total.

A UFSC ocupa uma área física correspondente a dezoito milhões, oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e um metros quadrados de terrenos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Com um corpo docente praticamente constituído por mestres e doutores, além de linhas de pesquisa consolidadas, a Universidade vem reafirmando sua missão. Reconhecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a importância da divulgação e popularização da ciência, a instituição persegue os objetivos de estimular a reflexão crítica e de colaborar com a promoção da qualidade de vida e a formação de recursos humanos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural, desportivo, científico e tecnológico, regional e nacional.

A UFSC, conta atualmente com 65 cursos de graduação. E ao mesmo tempo em que tem a perspectiva de implantação de novos cursos de graduação em áreas como Meteorologia e Artes Cênicas, a instituição busca a consolidação daqueles implantados há poucos anos. Os novos cursos buscam também atender a novas demandas.

A instituição vem ampliando sua atuação também na pós-graduação; são 51 opções de mestrado e 35 de doutorado. A UFSC também tem possibilitado atualização e reciclagem a profissionais que já atuam no mercado de trabalho através de seus cursos de Especialização.

Diversos setores oferecem suporte à vida acadêmica, muitas vezes expandindo os serviços também à comunidade em geral. A Biblioteca Universitária, com um acervo de mais de trezentos mil livros, quase oito mil periódicos impressos e mais de nove mil periódicos eletrônicos, é a maior biblioteca pública do estado. A moradia estudantil ainda não atende à demanda (hoje disponibiliza 155 vagas), mas tem a perspectiva de chegar à oferta de 400 vagas. O Restaurante Universitário oferece uma média diária de 3.500 refeições. Para aproximar o estudante do mercado de trabalho, criando oportunidades de atuação prática, a UFSC conta com uma Central de Carreiras. Outro suporte importante na relação dos diversos setores com outras instituições é proporcionado pelo Escritório de Assuntos Internacionais, direcionado à integração da comunidade acadêmica com entidades estrangeiras e pelo incremento das relações de intercâmbio e cooperação.

A UFSC atua também na educação infantil e no ensino fundamental e médio. A instituição conta com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criado em 1980, vinculado ao Centro de Educação, que iniciou suas atividades com o objetivo básico de atender filhos de servidores e de estudantes da universidade. Mas ao longo dos anos foi caracterizando-se como campo de estágio e de pesquisa para diversos cursos da UFSC. A extensão também faz parte de suas atividades. As ações permitem a socialização do conhecimento por meio de cursos, palestras, assessorias, oficinas e outras atividades que vêm colaborando com a melhoria da qualidade da educação infantil também em outras instituições.

Ligado ao Centro de Educação (CED), o Colégio de Aplicação da UFSC propõe-se à transmissão, produção, construção, divulgação e apropriação crítica do conhecimento. Atende o ensino fundamental e médio, proporcionando também campo de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas. Em sua essência é uma escola experimental, que proporciona o desenvolvimento de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão a cada ano. A relação entre a química e os problemas ambientais, a construção de jogos didáticos e a leitura de literatura na escola são apenas alguns dos projetos em andamento. O colégio proporciona também diferentes ambientes que enriquecem o processo ensino-aprendizagem, como seus laboratórios, o espaço estético, para exposições artísticas, e o Laboratório de Brinquedos (Labrinca).

São dois os colégios agrícolas ligados à UFSC. O Colégio Agrícola de Camboriú oferece formação profissional de Técnico em Agropecuária, preparando o educando para a gestão de propriedades rurais, além de capacitá-lo para o mercado de trabalho. Atualmente oferece também formação profissional na área de Informática e Meio Ambiente, além de Transações Imobiliárias. São ainda abertos cursos de extensão em inseminação artificial, para o ensino de diversas línguas estrangeiras e de informática, em áreas como desenvolvimento de softwares, criação de sítios e instalação de redes. A perspectiva é transformar o Colégio Agrícola de Camboriú em um centro de referência nacional na formação de profissionais de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

nível técnico e tecnológico. O Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, em Araquari, também oferece capacitação na área de Agropecuária, com duas opções. O Curso Técnico em Agropecuária concomitante, que tem duração de três anos em período integral e tem como público alvo os alunos egressos do ensino fundamental. E o Curso Técnico em Agropecuária pós-médio, que tem duração de um ano e meio, em período integral, direcionado aos alunos egressos do ensino médio. O Colégio também oferece o Curso Técnico em Aqüicultura, de nível médio seqüencial, direcionado a interessados em aprender o cultivo de camarão, marisco, ostras, berbigão, vieira, peixes (água doce e salgada) e técnicas para montar o seu próprio plano de negócio.

A UFSC iniciou sua atuação na modalidade a distância, privilegiando a pesquisa e a capacitação através de projetos de extensão. Somente em 1995/1996 qualificou funcionários de mais de duas mil empresas de transporte rodoviário, com a transmissão de 17 cursos de aperfeiçoamento, formatado em 169 vídeoaulas geradas por satélite. Diversos grupos desenvolvem ações de educação a distância na UFSC. O pioneiro foi o Laboratório de Ensino a Distância (LED), que iniciou as atividades em 1995. No Centro de Ciências da Educação há o Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec), que dá suporte pedagógico para os cursos de licenciatura oferecidos pela universidade. Outro projeto comprometido com a educação a distância é o Programa de Formação Continuada (ProFor), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Desde 2002, este programa vem permitindo que a UFSC ofereça oportunidades de formação e atualização aos professores que atuam no ensino presencial e a distância.

A Universidade Federal de Santa Catarina está oferecendo, cursos de graduação e pós-graduação à distância.

Com o programa Pró-licenciatura a UFSC, a partir de 2004, desencadeou uma política de interiorização de seus cursos de graduação no Estado de Santa Catarina. Os cursos ofertados são: Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física com apoio e promoção da SEED - Secretaria de Educação a Distância e SEB - Secretaria de Educação Básica do MEC, para 13 municípios do estado de Santa Catarina (Chapecó, Lages, Joinville, Canoinhas, Pouso Redondo, Palhoça, Florianópolis, Tubarão, Laguna, Criciúma, Araranguá, Turvo, Praia Grande).

O curso de Licenciatura em Matemática é oferecido para o Estado do Maranhão em convênio com a UNIVIMA – Universidade Virtual do Estado do Maranhão, e com o apoio da SEED Secretaria de Educação a Distância e SEB Secretaria de Educação Básica do MEC, em 11 municípios com uma oferta de 900 vagas (Acailândia, Codó, Barra do Corda, Brejo, Caxias, Porto Franco, Imperatriz, Pedreira, Pinheiros, Santa Inês, São Luís)

O curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS, com apoio da SEED - Secretaria de Educação a Distância e SEE - Secretaria de Educação Especial do MEC, é oferecido para Santa Catarina e mais 8 estados em parcerias com Instituições públicas Federais e Estaduais. (UFAM, UFC, UFBA, UFSM, UnB, CEFET-GOIAS, INES, USP)

A UFSC coordena o curso-piloto de Administração à distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB. Este é resultado de uma parceria entre a SEED - MEC e o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e 21 Instituições Federais e 7 instituições Estaduais de Ensino Superior. Nesse programa a UFSC oferece o curso de Administração com 1.000 vagas para o Estado de Santa Catarina, endereçado a formação de funcionários públicos e do Banco do Brasil. Este curso é ofertado, pela UFSC nos pólos de Joinville, Chapecó, Canoinhas, Florianópolis, Tubarão, Laguna, Lages, Criciúma, Araranguá e Palhoça.

A UFSC participa do sistema Universidade Aberta do Brasil no oferecimento de sete cursos de graduação e dois de pós-graduação - Lato Sensu, totalizando 2.400 vagas para os cursos de graduação e 250 vagas para os cursos de pós-graduação Lato Sensu. Fazem parte

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

dos cursos de graduação as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Letras-Português, Letras-Espanhol, Filosofia e Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas. Em nível de pós-graduação oferece os cursos de Formação de Professores para Tradução e Controladoria e Gestão Pública. Estes cursos estão distribuídos em 33 municípios brasileiros nos estados de Roraima, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As aulas dos cursos do sistema UAB-UFSC terão início em fevereiro de 2008.

Todos os cursos oferecidos pela UFSC são financiados pelo MEC ou em parceria com estatais como no caso do curso piloto em Administração que é parcialmente financiado pelo Banco do Brasil.

A UFSC estabeleceu fortes vínculos com a sociedade catarinense e nacional, firmado em importantes participações científicas, culturais, sociais e econômicas. Alguns exemplos testemunham, de forma clara, estas participações. Um deles é a bem-sucedida interação com o parque industrial regional e nacional, que se constitui num dos melhores modelos entre as instituições de ensino superior brasileiras.

Hoje a UFSC tem áreas que se destacam em termos de produção científica - como a Química, as Engenharias e a Farmacologia. Mas vem crescendo e se consolidando também em outros campos, permitindo que as especificidades de cada área se desenvolvam e se revelem nos diferentes indicadores, como os artigos em revistas internacionais indexadas, a publicação de livros e capítulos, a apresentação de trabalhos em eventos científicos, entre outros. Em relação a artigos publicados em revistas internacionais indexadas, se sobressai a área de Química, seguida pela Farmacologia. Com forte enfoque aplicativo, a área das Engenharias é que conta com maior número de publicações em congressos. Já na área de Humanas está o maior número de livros e capítulos publicados. Neste campo há destaque da Antropologia, com estudos em áreas como a indígena, da violência e gênero.

Entre as empresas com as quais a UFSC interage, desenvolve projetos e mantém parcerias, podemos citar: Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Embraer, Embraco, Petrobrás, Eletrobrás, Weg, Ericson, Fiat, Mercedes Benz, Renault, Itaipu Binacional, Industrial Conventos, Gerasul, Lupatech, Multibras, Sadia, SC Gás, Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil e Gaspetro.

Além do trabalho desenvolvido por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da Editora e do Museu Universitário para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Santa Catarina, o Projeto "Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na História Brasileira" constitui-se no maior projeto de restauração do sul do país, implicando um custo total de um milhão de dólares. Desenvolvido pela UFSC, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e financiado pelo Banco do Brasil, resultou na restauração das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antonio de Ratones e São José da Ponta Grossa, construídas no século XVIII para a defesa militar da ilha de Santa Catarina. Hoje, restauradas e preservadas pela Universidade, formam um complexo turístico visitado anualmente por cerca de 200.000 pessoas e fomentado a criação de empregos diretos na área do turismo.

O Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral representa importante patrimônio cultural catarinense, compreendendo seu acervo representações de diversas culturas, de grupos pré-coloniais, indígenas e da cultura de origem açoriana. Entre as atividades que se destacam, estão as pesquisas nos campos da Arqueologia, o Estudo das Etnias Indígenas em Santa Catarina, da Cultura Popular de base açoriana no litoral catarinense e a Museologia. A Editora da UFSC vem trabalhando na divulgação da cultura e contribuindo para o prestígio de Santa Catarina junto aos demais Estados brasileiros há duas décadas, publicando, a cada ano, uma média de 40 a 50 títulos em diversas áreas do conhecimento, que representa um dos maiores volumes de publicações entre as editoras universitárias.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

As atividades de extensão promovidas pela UFSC, além de beneficiarem pessoas de todas as partes do Estado, são fundamentais para inclusão social de parcelas menos favorecidas da população. Vão desde a promoção do desenvolvimento rural sustentável, ao design, premiado, de novas embalagens para produtos da agricultura familiar, à assessoria jurídica, gratuita, aos carentes, pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica. Há também iniciativas que se transformaram em leis, como a Lei das Cantinas, que regulamenta a venda nas cantinas escolares.

Na área da cultura, embora a UFSC ainda seja carente de cursos de graduação nesta área, excetuando o recém-criado Curso de Cinema – 2005 e Artes Cênicas que terá início em 2008, projetos e atividades são desenvolvidos por diversos departamentos, laboratórios e núcleos, atingindo várias regiões do Estado de Santa Catarina.

Entre as atividades de extensão de importante alcance social, estão aquelas desenvolvidas pela Clínica Odontológica e pelo Hospital Universitário, voltado ao atendimento à saúde da população. Na Clínica Odontológica, um complexo formado por duas clínicas para o ensino de graduação, sob a orientação e a supervisão de seus professores, realiza em média, 1.100 atendimentos semanais. Inaugurado em 1980, o Hospital Universitário Ernani Polydoro São Thiago é o único de Santa Catarina totalmente público. Foi concebido na perspectiva do trinômio ensino, pesquisa e extensão e atende a comunidade local, do Estado de Santa Catarina, turistas e visitantes de Florianópolis, sem distinção. O atendimento prioritário de ambulatório consolidou-se, permitindo que o HU se estruturasse em quatro áreas básicas: clínica médica, cirúrgica, pediatria e tocoginecologia, implantada com o Centro Obstétrico e as unidades de neonatologia em 1995. O “centro nervoso” do HU é o seu atendimento de emergência 24 horas que atinge a média de 400 pacientes por dia. Há uma grande demanda da população, que vê o HU como centro de atendimento público e gratuito de elevado nível de competência técnica e atendimento humanizado. O HU é também referência estadual em patologias complexas, com grande demanda na área de câncer e cirurgia de grande porte, nas diversas especialidades; além disso, pesquisas são desenvolvidas, por sua equipe, atestando sua eficácia como centro de referência para a vida.

A Universidade Federal de Santa Catarina caracteriza-se pelo comprometimento com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do Estado de Santa Catarina e do país. E sua expansão se justifica, entre outros motivos, principalmente pelo fato de ser atualmente é a única universidade pública federal do Estado.

Assim sendo, através do ingresso da UFSC no Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais será possível promover melhorias e criar novos cursos, possibilitando uma educação de qualidade cada vez em maior sinergia com a sociedade, uma sociedade que necessita desenvolver-se, gerar empregos, incluir pessoas aos bens de consumo e para isso ela necessita de uma universidade não fechada em si mesma, mas sim voltada para seu entorno social, a fim, de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilidade curricular, a formação integral do cidadão, a interdisciplinaridade, a articulação teórica-prática e o mundo do trabalho.

2007

1. Análise
do
desempenho

1. Análise do Desempenho

a) Indicadores do Ensino de Graduação

1) Aproveitamento da Graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos Presenciais	20.220	19.045	18.151	18.569	18.710	↑	↑	6,2
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos a Distância	5.517	2.544	500	0	361	↑	↑	116,9
Vagas oferecidas (vestibular+transferências+retornos)	4.929*	4.675	4.335	4.383	4.444	↑	↑	5,4
Alunos diplomados – Cursos Presenciais**	2.816	2.688	2.731	2.765	2.787	↑	↑	4,8
Alunos diplomados – Cursos a Distância	0	0	0	0	339			
Taxa de sucesso (alunos formados/ vagas oferecidas)	0,57	0,57	0,63	0,63	0,62	↑	→	-
Alunos com matrícula trancada	2.432	1.638	1.289	1.517	1.536	→	↑	48,5
Bolsistas na graduação	9.298	9.653	7.816	5.684	5.585	↑	↓	-3,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

* Vagas oferecidas: Pelo Concurso do Vestibular = 3.920 vagas, por Transferências = 478 vagas e por Retornos = 277 vagas.

** Alunos Diplomados: Neste quantitativo estão sendo considerados todos aqueles que obtiveram grau.

** Para este indicador adotou-se a soma do segundo semestre de 2006 mais os concluintes do primeiro semestre de 2007.

FONTE: PREG e PROAF

Os indicadores apresentados acima demonstram um melhor aproveitamento no uso dos recursos públicos destinados ao ensino de graduação, notadamente quando se observa o crescimento de 6,2% no número de alunos regularmente matriculados.

Ampliar as oportunidades de acesso ao ensino de graduação é o espírito institucional e coletivo que congrega a instituição, que continua acreditando e investindo na transformação interna e necessária da Educação Superior, tanto na realização de estudos de prospecção para a criação de novos cursos como na ampliação de vagas dos cursos já existentes. Com a modalidade Ensino à Distância – que atualmente conta com os cursos de Matemática, Física e Administração e Letras com habilitação em Libras – contado com 5.517 alunos regularmente matriculados em todos os cursos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Para 2008, serão implantados os cursos de Artes Cênicas, Oceanografia e Zootecnia.

As bolsas destinadas aos alunos do ensino de graduação neste último ano, observaram-se decréscimo de 3,7% em relação ao ano de 2006. Neste número estão consideradas: 431 bolsas de Estágios, 480 bolsas de Monitoria, 280 bolsas de Extensão e 892 bolsas de Treinamento. Somam-se a estes, 458 bolsas de iniciação científica (368 do CNPq) e 101 bolsas oriundas de cotas de pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, os pesquisadores ainda têm sob sua orientação 58 estagiários de iniciação científica voluntários. E ainda 166 bolsas do Programa Especial de Treinamento (PET). Os alunos da Universidade puderam contar ainda com a soma de 6.490 bolsas de estágio de responsabilidade financeira de empresas e de outros organismos. Neste último ano a universidade não contou com a participação das fundações na alocação de recursos para bolsas aos alunos de graduação.

Gerar condições para melhoria nos cursos de graduação tem sido preocupação constante, seja ele na elaboração de projeto específico para a SESU a partir das indicações feitas nos Projetos Pedagógicos ou através da manutenção de uma política de administração democrática, transparente e humanizada, voltada para pessoas, tendo como objetivo principal o aumento constante da qualidade do ensino da UFSC.

2) Viagens de Estudos

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de alunos participantes	15.803	15.260	17.055	17.795	23.180	→	↑	3,6
Número de viagens realizadas	594	596	707	648	792	→	→	-0,3
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRAE e PROAF

Este programa visa proporcionar aos estudantes da UFSC a interação acadêmica entre a teoria e a prática. É o momento que o estudante vai às organizações e à comunidade conhecer a realidade e confrontar o conhecimento repassado pelas diversas disciplinas de seu curso. Para este Programa, a UFSC dispõe de dois ônibus e um microônibus, bem como de recursos próprios para contratação de veículos. Foram atendidos 15.803 alunos e realizadas 594 viagens de estudos. Neste quantitativo, não estão incluídas as viagens de ônibus para congressos, seminários e encontros discentes diversos. Os Centros de Ensino que tiveram expressivo número de solicitações foram: o Centro Ciências Agrárias, o Centro de Ciências da Educação, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o Centro Tecnológico.

b) Indicadores do Ensino de Pós-Graduação

Aproveitamento da Pós-graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de programas	52	49	50	49	48	↑	↑	6,1
Número de alunos Matriculados - Especialização	1.972	581	2.866	4.307	3.027	↑	↑	239,4
Número de alunos Matriculados - Mestrado	4.388	3.111	3.822	4.834	5.482	↑	↑	41
Número de alunos Matriculados - Doutorado	2.213	1.826	2.215	2.263	2.360	↑	↑	21,2
Número de defesas - Dissertações	625	914	1.156	1.333	1.736	→	↓	-31,6
Número de defesas - Teses	170	204	348	359	414	→	↓	-16,7
Número de alunos - Residência Médica	68	62	54	51	50	→	↑	9,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRPG e PROAF

Em 2007, a UFSC contou com 52 programas de pós-graduação, divididos em 51 cursos de Mestrado, 35 cursos de Doutorado. Existem ainda 67 cursos de Especialização.

Neste ano houve acréscimo no número de alunos matriculados nos programas. Já as defesas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, como já eram esperadas, sofreram um decréscimo tendo em vista a reorganização do Programa de Pós-graduação.

A expectativa da Instituição é de que a taxa de crescimento da pós-graduação seguirá a tendência observada nos últimos anos, pois os programas têm sido mais rigorosos em relação à inscrição dos alunos novos e em muitos casos são feitos exames de seleção que envolve provas discursivas. Tem havido também uma grande preocupação em distribuir os alunos entre os docentes, evitando que um número excessivo de orientandos fique concentrado em poucos orientadores. Todos estes aspectos contribuíram para a evolução dos indicadores e o alcance das metas estabelecidas. O tempo médio de titulação de todas as áreas foi reduzido. Merece destaque o crescimento do número de professores com atuação em comitês, com bolsas de produtividade do CNPq, envolvidos com organização de eventos e em convênios nacionais e internacionais. Tal crescimento reflete a consolidação tanto das carreiras dos docentes da UFSC como dos programas de pós-graduação.

c) Indicadores da Pesquisa

A UFSC nos últimos anos vem sentindo necessidade de melhorar sua forma de coleta do Indicador da Pesquisa. Como é uma Instituição detentora de expressivo desempenho quantitativo e qualitativo nas atividades de pesquisa e produção acadêmico-científica no cenário nacional e regional. Por esta razão sentimos necessidade de melhorar o padrão das informações até então coletadas. Inicialmente a coleta era feita diretamente de cada departamento de ensino, no entanto, a necessidade de se obter informações mais fidedignas passou-se a buscar as informações diretamente do Lattes Institucional do CNPq (quadro abaixo com informações até o ano de 2006). Porém, novamente problemas com dificuldades

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

operacionais do sistema vieram a inibir a coleta. Daí a necessidade de utilização de outra base de dados, agora, vinculada à Coleta CAPES, que se refere ao programa de pós-graduação. Nosso objetivo é que daqui por diante, em face da confiabilidade das informações, passe a utilizá-lo e com isso reestruturaremos uma nossa série histórica de informações pertinentes ao Indicador da Pesquisa.

Aproveitamento da Pesquisa até 2006

Indicador	2006	2005	2004	2003
Número de doutores	1.248	1.160	1.119	1.053
Artigos publicados no exterior	443	622	547	509
Artigos publicados no país	971	1.235	1.205	1.193
Livros publicados por docentes	115	142	109	130
Capítulos de livros publicados	316	535	459	491
Resumos publicados em revistas	35	207	197	226
Trabalhos completos publicados em anais de congressos nacionais ou internacionais	1.441	2.327	2.488	2.300
Trabalhos (resumos) publicados em anais de congressos nacionais ou internacionais	975	2.632	3.003	3.226
Patentes, marcas, softwares, etc..	27	9	13	0
Outros Trabalhos	224	405	388	396

FONTE: PRPe

Levantamento vinculado à COLETA CAPES - 2007

Indicador	2007
Artigo Indexados INTERNACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.015
Artigos Indexados NACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.008
Outros Periódicos não Indexados, Artigos Traduzidos, Resenhas, Verbetes, Jornais & Revistas, Entrevistas, etc	850
Livros Publicados	124
Coletâneas (Livros Organizados)	58
Capítulos de Livro	824
Livros Traduzidos	19
Trabalhos Completos em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	2.665
Resumo em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	1.754
Produção Técnica	3.576
Produção Artística	17
Total Produção Científica	11.910
Iniciação Científica/PIBIC	448
Dissertação de Mestrado	900
Tese de Doutorado	236
Total Produção Científica + Iniciação Científica + Dissertação + Teses	13.494

FONTE: Avaliação CAPES 2007 – Cadernos de Indicadores
(<http://servicos.capes.gov.br/cadernosavaliacao/>)

Os indicadores bibliométricos são mundialmente adotados para avaliação da produção científica e para o estabelecimento de políticas científicas e de fomento. No entanto, a progressiva diminuição da relação recurso/demanda faz com que esse campo se torne cada vez mais competitivo, exigindo dia-a-dia uma busca não só pela produção científica numérica, mas também de qualidade. O processo de produção do saber conclui-se apenas quando os resultados são postos à disposição da sociedade, através da sua veiculação em periódicos adequados e de bom nível. Só assim o saber produzido será devidamente avaliado, criticado, repetido e utilizado. Embora cada área do conhecimento tenha as suas peculiaridades, é

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

imprescindível que o veículo utilizado enquadre-se nos padrões mínimos internacionalmente estabelecidos pela própria área. Assim, os pesquisadores estão sendo fortemente instados a publicar de preferência em periódicos internacionais. Esta é, certamente, a melhor avaliação à qual os mesmos podem e deve ser submetido, como mostram os dados excepcionalmente positivos de nossa instituição.

A UFSC apresenta um grande potencial de crescimento neste aspecto, pois 85% de seu quadro docente obtiveram doutorado nos últimos 15 anos, o que se reflete num aumento de sua produção intelectual (trabalhos científicos completos indexados publicados). A expectativa é de que, com a crescente consolidação das carreiras de seus pesquisadores e melhoria da infra-estrutura institucional de pesquisa, a instalação de novos cursos de doutorado, assim como com o aporte de recursos de fomento federais e estaduais mais estáveis, na medida do estrito cumprimento da legislação vigente, a produção científica da UFSC continue aumentando nos próximos anos. A este respeito, os pesquisadores da UFSC com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, um indicador nacional fidedigno da qualidade de nossos pesquisadores, correspondem a 93% dos bolsistas do Estado de Santa Catarina. A UFSC conta com 281 dos 303 pesquisadores Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq e com 8 em 9 Bolsistas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico. Os docentes bolsistas representam 25% do total de docentes doutores da UFSC, além de assessorarem órgãos de fomento.

Dimensionando as atividades de pesquisa da UFSC, o *World Ranking of World Universities* (<http://www.webometrics.info>; julho 2007), usando indicadores cientométricos (número de trabalhos publicados e citações, relatórios e outros documentos com extensão pdf, ps, doc, ppt, nos últimos 10 anos) e baseado em diferentes aspectos da presença das instituições na *web*, tais como visibilidade, tamanho, produtividade e impacto, coloca a UFSC como a 3ª. Universidade no Brasil, depois da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, a 5ª entre as IES da América Latina, a 11ª na Iberoamérica, a 7ª no BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e a 263ª no *ranking* mundial, dentre as 5.000 instituições classificadas (apenas 3 IES brasileiras estão entre as 200 primeiras e 9 entre as 500 primeiras).

A qualidade da pesquisa na UFSC, assim como de sua produção científica e intelectual reflete o investimento permanente que tem sido feito tanto na formação continuada dos docentes, quanto na procura de recursos, por cada um de seus pesquisadores e pela administração central, que viabilizem a investigação científica de alto nível.

No ano de 2007, entre os docentes da UFSC, cerca de 85% eram doutores, sendo que a grande maioria tem horas de atividade alocadas à pesquisa. Um dimensionamento mais apurado deste parâmetro está sendo feito a partir de 2008.1, pois a Legislação (Resolução 009/CUn/2006) que rege as atividades de pesquisa na UFSC, aprovada em 13 de junho de 2006, entrou em vigor em 2007.1, tornando necessário o preenchimento do Formulário de Pesquisa para alocação de horas dedicadas à pesquisa no Plano Individual de Atividades. Os dados deste formulário permitirão a construção de uma matriz mais fidedigna da distribuição da carga horária do professor na instituição e um acompanhamento mais próximo das atividades de pesquisa e seus produtos a partir de 2008.1.

Assim, o impacto do investimento que a UFSC tem feito na formação de seus docentes, e discentes, aparece na quantidade e qualidade dos trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais indexadas, evidenciando uma produção científica de nível internacional.

d) Indicadores da Extensão

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O compromisso de formar pessoas com responsabilidade social, visando uma participação ativa e democrática na sociedade, tem sido um dos aspectos prioritários nas últimas gestões da administração da UFSC. Várias ações nesta direção foram realizadas, demonstrando um empenho cada vez mais consistente nesta linha, pretendendo não somente preparar técnicos competentes, mas especialmente formar pessoas que sejam agentes de mudanças e promotores da igualdade e justiça social. Nesse sentido, inúmeros projetos de extensão foram desenvolvidos por professores, alunos e servidores técnico-administrativos, tendo como foco o compromisso com o desenvolvimento social, através da promoção e disseminação de novos conhecimentos, prestação de serviços a comunidades carentes, difusão de tecnologias apropriadas, viabilização de projetos de promoção da qualidade de vida, dentre inúmeros outros.

Aproveitamento da Extensão

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atividades de Extensão Registradas	2.113	1.684	1.511	1.536	1.632	↑	↑	25,5
Bolsas de Extensão	280	227	153	200	195	↑	↑	23,3
Certificados atividades de extensão	17.533	16.648	15.216	12.395	14.751	↑	↑	5,3
Atividades de extensão artístico-culturais	251	284	187	296	373	↑	↓	-11,6
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRCE e PROAF

Com a percepção do crescente desenvolvimento da extensão na UFSC, porém ainda vinculada a propostas individuais de professores e/ou servidores técnico-administrativos, procurou-se promover no ano de 2007 encontros de articulação entre projetos com temáticas semelhantes que pudessem ser fortalecidos com a criação de programas ou mesmo com o estabelecimento mais formal de alguns inter-relacionamentos.

A UFSC, tanto no cenário regional quanto nacional, tem se destacado pela sua consistente atuação na extensão, servindo como referência nacional. A visibilidade de nossa Universidade é também decorrente do esforço coletivo de colocar a extensão no mesmo patamar de reconhecimento da pesquisa e do ensino, considerando a indissociabilidade como um ponto fundamental.

O ano de 2007 ampliou a expressão da extensão e da cultura na UFSC como atividade fim. Tanto no cenário regional quanto nacional, a nossa universidade tem se destacado pela sua consistente atuação na extensão, servindo como referência nacional. A visibilidade é também decorrente do esforço coletivo de colocar a extensão, assim como a cultura, no mesmo patamar de reconhecimento da pesquisa e do ensino, considerando a indissociabilidade como um ponto fundamental.

Hospital Universitário

Indicadores do Hospital Universitário

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atendimentos no hospital (ambulatório)	152.172	152.978	168.486	139.374	131.265	↑	↓	-0,5
Atendimentos no hospital (Emergência)	64.781	94.713	100.346	111.807	110.861	↑	↓	-31,6
Internações hospitalares	8.867	9.597	9.608	9.565	9.434	↑	↓	-7,6
Cirurgias (Centro Cirúrgico)	3.017	2.833	2.832	2.655	2.548	↑	↑	6,5
Cirurgias ambulatoriais	2.839	3.454	3.944	3.452	4.791	↑	↓	-17,8
Número de ambulatórios	59	59	59	56	56	→	→	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

Dados referentes ao período de janeiro a novembro/2007

FONTE: HU e PROAF

O HU estabeleceu com a SES/SC METAS FÍSICAS relacionadas ao seu desempenho na atenção hospitalar, atenção ambulatorial, atenção à urgência e emergência, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, atividades educacionais e de pesquisa, indicadores de qualidade relacionados à média de permanência. As METAS DE QUALIDADE relacionadas à qualidade do serviço ofertado, como taxas de mortalidade institucional, infecção hospitalar, parto cesáreo, gestão hospitalar, avaliação de satisfação de usuários, entre outras, disponíveis no relatório encaminhado a SES/SC.

O quadro, acima, apresenta um decréscimo no atendimento de emergências e urgências, decorrentes da própria organização do SUS, em que a rede básica tem se estruturado para o atendimento de casos de menor complexidade, bem como, da criação de postos de saúde 24 horas em Florianópolis, que tem absorvido parte dessa demanda. Também com a consolidação do SAMU, ocorreu uma distribuição dos atendimentos de urgência e emergência entre as diversas instituições da cidade, mas ressaltamos o aumento da complexidade dos casos que são atendidos em nível de urgências e emergências.

Considerando que o Serviço de Emergência esteve em reforma durante 5 meses no ano de 2007, a redução de 30% no número total dos atendimentos é pequena.

Há que se salientar que o número de internações permanece estável, com uma discreta queda (8% em relação a 2006, mesmo com a reforma da Emergência) mas, da mesma forma que na emergência, a complexidade dos casos internados também tem aumentado. Essa situação interfere na demanda de cuidados prestados e na rotatividade dos pacientes, dificultando, inclusive a absorção dos pacientes que aguardam no serviço de emergência.

Em relação aos atendimentos ambulatoriais de média complexidade, destaca-se que com a contratualização junto a SES houve um aumento significativo no ano de 2005, estabilizando-se em 2006 e 2007.

Salienta-se, ainda, que o HU no ano de 2006 iniciou uma série de reformas em sua estrutura física, porém as mesmas não alteraram de forma significativa o número de atendimentos, pois se buscou manter os serviços em funcionamento, mesmo com o andamento das obras, entendendo-se que com isto não prejudicaria o compromisso com o atendimento às necessidades da população.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

A queda (18%) do número de cirurgias ambulatoriais tem a ver com a reforma da área (durante 3 meses); as cirurgias no Centro Cirúrgico aumentaram em 6% em relação ao ano anterior.

Outro dado importante refere-se aos 68 residentes que tem atuado nas 16 especialidades na instituição.

Número de residentes HU/UFSC 2007

ESPECIALIDADE		MATRÍCULADOS	CONCLUÍNTES
PATOLOGIA		1	1
CIRURGIA APARELHO DIGESTIVO		4	2
CIRURGIA GERAL		8	4
CIRURGIA PLÁSTICA		4	1
CIRURGIA VASCULAR		2	1
CLÍNICA MÉDICA		16	8
ENDOCRINOLOGIA		2	1
GASTROENTEROLOGIA		2	1
MEDICINA INTENSIVA		2	0
NEUROLOGIA		3	1
PEDIATRIA		8	3
PNEUMOLOGIA		2	1
RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO COM IMAGEM		6	2
DERMATOLOGIA		4	0
HEMATOLOGIA		1	0
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA		3	0
TOTAL	NÚMERO DE PROGRAMAS	68	26
	16		

FONTE: HU

e) Indicadores de Recursos Humanos

1 Servidor docente ensino superior

1.1 Servidores Docentes – Quadro Total – Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados	26	32	39	43	50	↓	↓	-18,8
Especialistas	40	51	58	66	77	↓	↓	-21,6
Mestres	253	269	292	324	375	↑	↓	-5,6
Doutores	1.313	1.248	1.160	1.119	1.053	↑	↑	5,2
Total	1.632	1.600	1.549	1.552	1.555	↑	↑	2,0

FONTE: PREG

1.2) Docentes – Quadro Geral – Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
20h	91	91	94	95	91	↓	→	-
40h	67	82	84	88	100	→	↓	-18,3
DE	1.474	1.427	1.371	1.369	1.364	↑	↑	3,3
Visitante	6	6	8	5	5	→	→	-
Substituto	318	312	322	304	286	↓	→	-
Total	1.956	1.918	1.879	1.861	1.846	↑	↑	1,7

FONTE: PREG

Os índices de qualificação do corpo docente estão muito acima da média brasileira e acima do requerido pela LDB. Isto demonstra que a política adotada pela UFSC em relação ao corpo docente está correta.

A UFSC conta atualmente com 80,45% de seu contingente de docentes com doutorado e assim mesmo continua investindo na qualificação de seus docentes.

Ao processarmos a relação aluno regularmente matriculado X docentes efetivos, constatam que dos 28.793 alunos matriculados (graduação, especialização, mestrado e doutorado) para 1.632 docentes efetivos, representa uma relação de 17,64 alunos por servidor docente.

1.3) Saída e Contratação de Docentes – Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Aposentados	27	28	29	36	35	↓	↓	-3,6
Exoneração	3	7	2	4	4	↓	↓	-57,1
Falecimento	3	2	1	3	2	-	-	-
Redistribuição	1	-	1	-		-	-	100
Contratação	64	70	29	39	20	↑	↓	-8,6

FONTE: PRDHS

Neste ano a UFSC contou ainda com 8 docentes redistribuídos de outras instituições de ensino superior do país.

1.5) Professores Substitutos por Titulação - Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados	94	85	99	97	112	↓	↑	10,6
Especialistas	50	60	55	41	35	↓	↓	-16,7
Mestres	120	133	133	128	81	↓	↓	-9,8
Doutores	48	34	35	38	22	↓	↑	41,2
Total	312	312	322	304	250	↓	→	-

FONTE: PREG

2 Servidor Docente Ensino Básico**2.1) Servidores Docentes – Quadro Total – Ensino Básico**

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
2º. Grau Completo	2	3	2	2	2	→	↓	-33,3
Graduados	23	26	27	28	35	↓	↓	-11,5
Especializados	41	58	54	59	52	↑	↓	-29,3
Mestres	70	63	68	58	63	↑	↑	11,1
Doutores	17	13	12	13	8	↑	↑	30,8
Total	153	163	163	160	160	→	↓	-6,1

FONTE: PREG

2.2) Docentes – Quadro Geral – Ensino Básico

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
20h	2	5	4	4	3	↓	↓	-80
40h	0	1	1	1	1	-	-	-
DE	151	157	158	155	156	↑	↓	-3,2
Visitante	0	0	0	0	0	-	-	-
Substituto	74	75	73	72	69	↓	↓	-1,3

FONTE: PREG

O número de servidores docentes na educação básica sofreu um decréscimo em relação ao ano de 2006. Ao processarmos a relação aluno X docente constatamos que dos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

2.196 alunos matriculados em todos os níveis da educação básica (ensino fundamental, médio e técnico) para os 153 docentes, representa uma relação 14,35 alunos por servidor docente.

3 Servidor Técnico-Administrativo

3.1) Servidores Técnico-administrativos - Quadro Geral - Por Nível

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	230	244	280	292	273	↑	↓	-5,7
Nível Intermediário	1.856	1.887	1.877	1.920	1.824	↑	↓	-1,6
Nível Superior	767	796	785	786	764	↑	↓	-3,6
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

3.2) Servidores Técnico-administrativos – Quadro Geral – Por Carga Horária e Cedidos

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
40h	2.658	2.711	2.742	2.795	2.656	↑	↓	-2,0
30h	26	29	30	31	31	→	↓	-10,3
25h	6	6	0	0	6	→	→	-
24h	29	29	30	30	29	→	→	-
20h	134	143	136	137	134	→	↓	-6,3
Cedidos	6	9	4	5	5	→	↓	-33,3

FONTE: PRDHS

3.3) Servidores Técnico-administrativos – Quadro Geral – Por Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	1	1	3	→	→	-
1º. Grau Incompleto	282	361	384	345	378	↓	↓	-21,9
1º. Grau Completo	186	161	150	178	170	↑	↑	15,5
2º. Grau Incompleto	145	346	321	259	262	↓	↓	-58,1
2º. Grau Completo	948	866	809	952	889	↑	↑	9,5
Superior Incompleto	76	129	96	105	109	↓	↓	-41,1
Superior Completo	1.216	1.064	1.183	1.147	1.050	↑	↑	14,3
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007**3.4) Servidores Técnico-administrativos – Hospital Universitário – Por Nível**

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	85	96	89	94	94	↑	↓	-11,5
Nível Intermediário	695	700	696	714	710	↑	→	-0,7
Nível Superior	462	471	459	465	440	↑	↓	-1,9
Total	1.242	1.267	1.244	1.273	1.244	↑	↓	-2,0

FONTE: PRDHS

3.5) Servidores Técnico-administrativos – Hospital Universitário – Por Carga Horária e Cedidos

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
40h	1.079	1.094	1.076	1.1104	1.080	↑	↓	-1,4
30h	10	11	11	11	9	→	↓	-9,1
25h	0	0	0	0	0	-	-	-
24h	27	27	28	28	27	→	→	-
20h	126	135	129	130	128	↑	↓	-6,7
Cedidos	0	0	0	0	0	-	-	-
Total	1.242	1.267	1.244	1.273	1.244	↑	↓	-2,0

FONTE: PRDHS

3.6) Servidores Técnico-administrativos – Hospital Universitário – Por Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	0	1	1	→	→	-
1º. Grau Incompleto	60	72	75	70	78	↓	↓	-16,7
1º. Grau Completo	58	62	132	122	141	↓	↓	-6,5
2º. Grau Incompleto	25	73	63	71	76	↓	↓	-85,8
2º. Grau Completo	493	471	452	480	477	↑	↑	4,7
Superior Incompleto	24	36	29	35	39	↓	↓	-33,3
Superior Completo	582	553	567	550	508	↑	↑	5,2
Total	1.242	1.267	1.244	1.273	1.244	↑	↓	-2,0

FONTE: PRDHS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007
3.7) Servidores Técnico-administrativos – Nos Colégios – Por Nível

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	23	22	20	28	32	→	↑	4,5
Nível Intermediário	62	63	53	55	47	↑	↓	-1,6
Nível Superior	8	11	10	10	10	↑	↓	-27,3
Total	93	96	93	93	89	↑	↓	-3,1

FONTE: PRDHS

3.8) Servidores Técnico-administrativos – Nos Colégios – Por Carga Horária e Cedidos

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
40h	91	94	91	90	83	↑	↓	-3,2
30h	1	1	1	2	5	→	→	-
25h	0	0	0	0	0	-	-	-
24h	0	0	0	0	0	-	-	-
20h	1	1	1	1	1	→	→	-
Cedidos	0	0	0	0	0	-	-	-
Total	93	96	93	93	89	↑	↓	-3,1

FONTE: PRDHS

3.9) Servidores Técnico-administrativos – Nos Colégios – Por Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	0	0	0	-	-	-
1º. Grau Incompleto	18	29	30	21	26	→	↓	-37,9
1º. Grau Completo	12	10	9	14	16	↑	↑	20,0
2º. Grau Incompleto	3	8	8	6	5	↑	↓	-62,5
2º. Grau Completo	30	25	17	29	25	↑	↑	20,0
Superior Incompleto	2	5	4	3	2	↑	↓	-60,0
Superior Completo	28	19	25	21	15	↑	↑	47,4
Total	93	96	93	93	89	↑	↓	-3,1

FONTE: PRDHS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007**3.10) Servidores Técnico-administrativos – Apenas no Ensino Superior – Por Nível**

Indicador (STA- sem HU e sem colégios)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	122	126	131	167	147	↑	↓	-3,3
Nível Intermediário	1.099	1.133	1.163	1.141	1.067	↑	↓	-3,0
Nível Superior	297	305	316	313	314	↑	↓	-2,6
Total	1.518	1.564	1.610	1.621	1.528	↑	↓	-2,9

Fonte: PRDHS

3.11) Servidores Técnico-administrativos – Apenas no Ensino Superior – Por Carga Horária e Cedidos

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
40h	1.488	1.523	1.579	1.590	1.493	↑	↓	-2,3
30h	15	17	18	18	17	→	↓	-11,8
25h	6	6	0	0	6	→	→	-
24h	2	2	2	2	2	→	→	-
20h	7	7	6	6	5	→	→	-
Cedidos	6	9	5	5	5	↓	↓	-33,3

FONTE: PRDHS

3.12) Servidores Técnico-administrativos – Apenas no Ensino Superior – Por Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	1	1	2	-	-	-
1º. Grau Incompleto	204	260	262	254	274	→	↓	-21,5
1º. Grau Completo	116	89	150	98	89	↑	↑	30,3
2º. Grau Incompleto	117	265	250	182	181	↓	↓	-55,8
2º. Grau Completo	425	370	340	443	387	↑	↑	14,9
Superior Incompleto	50	88	63	67	68	↑	↓	-43,2
Superior Completo	606	492	544	576	527	↑	↑	23,2
Total	1.518	1.564	1.610	1.621	1.528	↑	↓	-2,9

FONTE: PRDHS

O número de servidores neste ano apresentou um decréscimo de 2,9%, visto que houve autorização do Ministério da Educação para abertura de concurso público para a carreira técnico-administrativa, no ano de 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Ao processarmos a diminuição dos servidores técnico-administrativos que atuam no Hospital Universitário e nos colégios, contabilizamos 1.518 técnicos para atuarem no atendimento de 28.793 alunos matriculados (graduação, especialização, mestrado e doutorado). Isto representa uma relação de 18,97 alunos por servidor técnico-administrativo. A relação dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes do ensino superior são de $1.518 / 1.632 = 0,93$.

4) Serviços Terceirizados

4.1) Serviços Terceirizados - Quadro Geral – Por Nível

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	467	438	431	409	384	→	↑	6,6
Nível Intermediário	124	115	103	65	54	→	↑	7,8
Nível Superior	0	0	0	0	0	-	-	-
Total	591	553	534	474	438	→	↑	6,9

FONTE: PROAF

4.2) Serviços Terceirizados - Quadro Geral – Por Carga Horária

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
20h	30	38	38	28	26	→	↓	-21,1
30h	62	43	43	41	39	→	↑	44,2
40h	499	472	403	405	373	→	↑	5,7
Total	591	553	534	474	438	→	↑	6,9

FONTE: PROAF

Em função da área construída e a diminuição do corpo técnico-administrativo dedicado ao atendimento principalmente nos serviços relativos à vigilância, limpeza e conservação, fez com que o quantitativo de pessoal terceirizado fosse ampliado em 6,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Em decorrência, vem sendo questionada a eficácia destes serviços. Porém as dificuldades encontradas no gerenciamento de alguns contratos, principalmente em relação à fiscalização e acompanhamento, esta intimamente relacionada à falta de servidores, ao fator motivacional e a profissionalização da maioria dos atuais servidores.

A avaliação da eficácia e da produtividade na prestação destes serviços, nem sempre é positiva, porém como os cargos referentes a estas categorias foram extintos, esta foi a única alternativa encontrada até o momento, portanto, o indicador é o esperado, mas não o desejado.

f) Infra-estrutura

A Universidade Federal de Santa Catarina está instalada no Campus da Trindade num terreno de 1.020.769 m², nas unidades dispersas 17.058.143 m² – distribuídos nas seguintes áreas: Mangue do Itacorubi - 2.073.641m², Centro de Ciências Agrárias no Itacorubi - 30.000 m², Barra da Lagoa - 190.282 m², Fazenda Ressacada - 1.834.531 m² e Fazenda Yacult no município de Araquari - 3.630.000 m², Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira no município de Araquari - 2.055.965 m², Colégio Agrícola de Camboriú no município de Camboriú - 1.940.000 m², Centro de Ciências da Saúde na rua Ferreira Lima (Centro) - 1.305 m², Edifício na Travessa Ratclif (Centro) – 250 m², Unidade de Conservação Ambiental Desterro no bairro Ratores - 5.300.00 m², e Antigo Edifício do MEC (Centro) - 2.169 m².

O crescimento da UFSC, através da melhoria constante do ensino de graduação e a expansão do ensino de pós-graduação e todas as atividades ligadas a elas, vem exigindo novos espaços físicos ou reformas de instalações.

Quadro da Infraestrutura

Indicador em m ²	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Área construída Campus Trindade	308.630	302.646	300.440	294.269	268.363	↑	↑	2,0
Área em construção Campus Trindade	14.630	14.333	15.321	17.267	35.692	↑	↑	2,1
Área construída Unidades Dispersa	323.501	323.501	323.097	323.097	321.347	→	→	-
Área Demolida	-	-	170	461	-	-	-	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PROAF

No ano de 2007 pode ser observado que houve a expansão da área construída em relação a 2006, a UFSC continua a dedicar expressivo esforço na ampliação da área construída, o que demonstra um grande esforço na melhoria das instalações para o atendimento ao ensino, pesquisa e extensão, o tripé norteador da universidade preocupada com o cumprimento de sua missão.

g) Conclusão

O gerenciamento levou à adoção de indicadores como referência básica para a alocação de recursos, com a vantagem adicional da introdução de fatores estratégicos.

A gestão das restrições de recursos demandou em ajustes e por conseqüência a melhoria da qualidade da gestão.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Através da análise dos indicadores, observamos a nossa capacidade de medir a evolução e a resolução dos nossos problemas, sempre coerentes com os objetivos e anseios da instituição.

Apesar das incertezas da política do governo federal em relação às Universidades Federais, a UFSC apresentou um crescimento invejável nos últimos anos. Este crescimento mostra a eficiência da comunidade, possível graças ao empenho e qualificação cada vez maior de professores, alunos e servidores e das inovações nos setores acadêmicos e administrativos.

2007

2^o Relatório
Gestão
Acadêmico -
Administrativa

2. Gestão Acadêmico-Administrativa

a) Gestão Acadêmica

1) Ensino de Graduação

ENSINO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância é uma modalidade de educação que contempla elementos fundamentais da modalidade presencial: concepção pedagógica, conteúdo específico, metodologia e avaliação. Porém, se diferencia do presencial, no modo como ocorre a mediação pedagógica. Na modalidade EaD, normalmente, professores e alunos estão em lugares e tempos diversos e os encontros presenciais são em menor número e com atividades específicas e pré-determinadas. Conseqüentemente a mediação requer inúmeros recursos de comunicação, tais como: materiais impressos, on-line, telefone, videoconferência, rádio, encontros presenciais, possibilitando compartilhar as atividades com todos os envolvidos no processo. A mediação pedagógica pode se estender a um número bem maior de alunos, pois não está centrada somente na pessoa do professor, mas desdobra-se em múltiplas ações e congrega uma equipe multidisciplinar. Sua prática estende-se em situações contínuas de aprendizagem mediada por diferentes meios de comunicação e pode atingir um grande número de alunos. O aluno pode escolher o tempo e o espaço para seus estudos, com exceção dos momentos presenciais obrigatórios. Isto quer dizer que a gestão do processo e a própria mediação pedagógica tomam outra dimensão, ampliando significativamente acesso e competência.

O sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil - decreto 5.800, de junho de 2006), organiza e financia cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas. A UAB é resultado de uma pareceria estabelecida entre o MEC, as Instituições Públicas Federais e as prefeituras municipais. Todos os cursos de EaD destes programas, oferecidos pela UFSC, são financiados pelo MEC.

O objetivo do programa de Educação a Distância na UFSC é estender suas ações para o interior de Santa Catarina e para o país, ampliando as possibilidades de acesso e competência na educação superior, e está orientado pela Resolução nº 2/CUn/2007, de 2 de março de 2007.

A UFSC está autorizada a oferecer cursos de graduação e pós-graduação à distância pelas portarias MEC-1063 de 2003, MEC-873 de 2006 e participa atualmente de três programas nacionais de Educação a Distância.

Programa de formação continuada de professores para a Educação Básica - **Pró-licenciatura**. Criado conforme a Resolução FNDE/CD/Nº 034, de 9 de agosto de 2005, e Portaria MEC/SEB nº 03, de 31 de janeiro de 2006 e Portaria MEC/SEB nº 07, de 22 de fevereiro de 2006.

Com o programa Pró-licenciatura a UFSC, a partir de 2004, desencadeou uma política de interiorização de seus cursos de graduação no Estado de Santa Catarina. Os cursos ofertados são: Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física com apoio e promoção da SEED - Secretaria de Educação a Distância e SEB - Secretaria de Educação Básica do MEC, para 13 municípios do estado de Santa Catarina (Chapecó, Lages, Joinville, Canoinhas, Pouso

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Redondo, Palhoça, Florianópolis, Tubarão, Laguna, Criciúma, Araranguá, Turvo, Praia Grande).

O curso de Licenciatura em Matemática é oferecido para o Estado do Maranhão em convênio com a UNIVIMA – Universidade Virtual do Estado do Maranhão, e com o apoio da SEED Secretaria de Educação a Distância e SEB Secretaria de Educação Básica do MEC, em 11 municípios com uma oferta de 900 vagas (Acailândia, Codó, Barra do Corda, Brejo, Caxias, Porto Franco, Imperatriz, Pedreira, Pinheiros, Santa Inês, São Luís)

O curso de Licenciatura em Letras- LIBRAS, com apoio da SEED - Secretaria de Educação a Distância e SEE - Secretaria de Educação Especial do MEC, é oferecido para Santa Catarina e mais 8 estados em parcerias com Instituições públicas Federais e Estaduais. (UFAM, UFC, UFBA, UFSM, UnB, CEFET-GOIAS, INES, USP)

A UFSC coordena o curso-piloto de Administração à distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB. Este é resultado de uma parceria entre a SEED- MEC e o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e 21 Instituições Federais e 7 instituições Estaduais de Ensino Superior. Nesse programa a UFSC oferece o curso de Administração com 1.000 vagas para o Estado de Santa Catarina, endereçado a formação de funcionários públicos e do Banco do Brasil. Este curso é ofertado, pela UFSC nos pólos de Joinville, Chapecó, Canoinhas, Florianópolis, Tubarão, Laguna, Lages, Criciúma, Araranguá e Palhoça.

A UFSC participa do sistema Universidade Aberta do Brasil no oferecimento de sete cursos de graduação e dois de pós-graduação - Lato Sensu, totalizando 2.400 vagas para os cursos de graduação e 250 vagas para os cursos de pós-graduação Lato Sensu. Fazem parte dos cursos de graduação as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Letras-Português, Letras-Espanhol, Filosofia e Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas. Em nível de pós-graduação oferece os cursos de Formação de Professores para Tradução e Controladoria e Gestão Pública. Estes cursos estão distribuídos em 33 municípios brasileiros nos estados de Roraima, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As aulas dos cursos do sistema UAB-UFSC terão início em fevereiro de 2008.

Todos os cursos oferecidos pela UFSC são financiados pelo MEC ou em parceria com estatais como no caso do curso piloto em Administração que é parcialmente financiado pelo Banco do Brasil.

Evolução da produção

Indicador	2007	2006	2005
Numero de vagas	6.131	2.581	1.000
Número de alunos matriculados	5.717	2.554	1.000
Número de pólos	66	33	6

Número de cursos	2007	2006	2005
Curso de Graduação Licenciatura	8	4	3
Cursos de Graduação Bacharelado	4	1	1
Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (UAB)	2	-	-
Total	14	5	4

FONTE: PREG

Programas e respectivos cursos que estão sendo oferecidos

Programa Pró-licenciatura e curso piloto de Administração

UF	PÓLO	CURSO	TIPO
SC	Praia Grande	Física	Licenciatura
	Joinville	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
	Araranguá	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Turvo	Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Tubarão	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Chapecó	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Criciúma	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Palhoça	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
	Laguna	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Lages	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Braço do Norte	Matemática	Bacharelado
		Física	Bacharelado
	Canoinhas	Administração	Projeto Piloto
		Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
	Pouso Redondo	Matemática	Licenciatura
		Física	Licenciatura
MA	Açailândia	Matemática	Licenciatura
	Barra do Corda	Matemática	Licenciatura
	Brejo	Matemática	Licenciatura
	Caxias	Matemática	Licenciatura
	Codó	Matemática	Licenciatura
	Porto Franco	Matemática	Licenciatura

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

UF	PÓLO	CURSO	TIPO
	Imperatriz	Matemática	Licenciatura
	Pedreiras	Matemática	Licenciatura
	Pinheiro	Matemática	Licenciatura
	Santa Inês	Matemática	Licenciatura
	São Luís	Matemática	Licenciatura

FONTE: PREG

Oferta de vagas e matrículas 2005 a 2007

CURSO	PÓLO	MATRICULADOS		
		2005	2006	2007
Licenciatura Física	nº de vagas	500	500	500
	Pouso Redondo		45	53
	Chapécó		50	23
	Canoinhas		49	58
	Braço do Norte		49	53
	Praia Grande		30	32
	Turvo		33	29
	Tubarão		43	36
	Laguna		35	41
	Lages		70	59
	Criciúma		63	67
	Araranguá		49	53
	SUB-TOTAL	500	516	504
Licenciatura Matemática - SC	nº de vagas	500	500	500
	Pouso Redondo		53	47
	Chapécó		47	23
	Canoinhas		56	19
	Braço do Norte		40	16
	Palhoça		32	31
	Joinville		51	29
	Turvo		25	8
	Tubarão		51	25
	Laguna		26	14
	Lages		39	22
	Criciúma		55	41
	Araranguá		46	43
	SUB-TOTAL	500	521	318
Licenciatura Matemática - MA	nº de vagas	500	500	900
	Açailândia		50	50
	Barra do Corda		43	61
	Brejo		44	78
	Caxias		46	67
	Codó		38	43
	Porto Franco		---	38
	Imperatriz		43	75
	Pedreiras		43	70
	Pinheiro		46	73

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CURSO	PÓLO	MATRICULADOS		
		2005	2006	2007
Licenciatura Matemática - MA	Santa Inês		45	89
	São Luís		30	42
SUB-TOTAL		500	428	686
Licenciatura me Letras - LIBRAS	nº de vagas	500	500	500
	São Paulo		55	58
	Florianópolis		62	62
	Santa Maria		55	55
	Rio de Janeiro		55	58
	Goiânia		55	50
	Brasília		55	52
	Fortaleza		55	57
	Salvador		55	55
	Manaus		55	53
SUB-TOTAL		500	502	500
Administração - Projeto Piloto	nº de vagas	620	681	681
	Joinville		110	110
	Chapecó		58	58
	Canoinhas		35	35
	Florianópolis		197	197
	Tubarão		31	31
	Laguna		33	33
	Lages		52	52
	Criciúma		43	43
	Araranguá		42	42
	Palhoça		56	56
SUB-TOTAL		620	657	657
Administração - projeto piloto	nº de vagas			400
	Joinville			40
	Chapecó			40
	Canoinhas			40
	Florianópolis			42
	Tubarão			40
	Laguna			40
	Lages			40
	Criciúma			40
	Araranguá			40
	Palhoça			40
SUB-TOTAL				402
TOTAL MATRICULADOS		2.620	2.624	3.067

FONTE: PREG

Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFSC

Graduação e Pós-Graduação

UF	PÓLO	CURSO	TIPO
BA	Mata de São João	Administração	Bacharelado
MS	São Gabriel do Oeste	Ciências Contábeis	Bacharelado
MG	Divinolândia De Minas	Letras-Português	Licenciatura
PI	Esperantina	Ciências Contábeis	Bacharelado
PR	Cidade Gaúcha	Administração	Bacharelado
		Formação Prof. Tradução	Lato Sensu
		Letras-Espanhol	Licenciatura
		Letras-Português	Licenciatura
	Cruzeiro do Oeste	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Letras-Português	Licenciatura
	Foz do Iguaçu	Letras-Espanhol	Licenciatura
	Ibaiti	Filosofia	Licenciatura
	Paranaguá	Administração	Bacharelado
	Pato Branco	Ciências Biológicas	Bacharelado
		Filosofia	Licenciatura
		Letras-Espanhol	Licenciatura
		Letras-Português	Licenciatura
RS	Cruz Alta	Controladoria Gestão Pública	Lato Sensu
		Formação Prof. Tradução	Lato Sensu
	Hulha Negra	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
	Jacuizinho	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
	São Francisco de Paula	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
	São João do Polesine	Controladoria Gestão Pública	Lato Sensu
	Seberi	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
	Tapejara	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

UF	PÓLO	CURSO	TIPO
	Tio Hugo	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
RR	Amajari	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Boa Vista	Administração	Bacharelado
		Ciências Contábeis	Bacharelado
		Ciências Econômicas	Bacharelado
		Controladoria Gestão Pública	Lato Sensu
	Bonfim	Administração	Bacharelado
	Cantá	Ciências Econômicas	Bacharelado
	Caracáí	Ciências Econômicas	Bacharelado
	Caroebe	Administração	Bacharelado
	Iracema	Ciências Econômicas	Bacharelado
	Mucajáí	Administração	Bacharelado
	Normandia	Ciências Econômicas	Bacharelado
	Pacaraima	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Rorainópolis	Ciências Contábeis	Bacharelado
	São Luiz do Anauá	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Uiramuitã	Administração	Bacharelado
SC	Treze Tílias	Formação Prof. Tradução	Lato Sensu
		Letras-Espanhol	Licenciatura
		Letras-Português	Licenciatura
	Videira	Controladoria Gestão Pública	Lato Sensu
		Filosofia	Licenciatura
		Letras-- Espanhol	Licenciatura
		Letras-- Português	Licenciatura

FONTE: PREG

Oferta de vagas e matrículas 2007, por curso e por pólo Sistema UAB-UFSC

Nome do Curso	Pólos	Vagas
Licenciatura em Ciências Biológicas	Pato Branco/PR	50
SUB-TOTAL		50
Licenciatura em Letras - Português	Divinolândia De Minas/MG	50
	Treze Tílias/SC	50
	Videira/SC	50
	Pato Branco/PR	50
	Cidade Gaúcha/PR	20

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nome do Curso	Pólos	Vagas
	Cruzeiro Do Oeste/PR	50
	SUB-TOTAL	270
Licenciatura em Letras - Espanhol	Treze Tílias/SC	50
	Videira/SC	50
	Pato Branco/PR	100
	Foz Do Iguaçu/PR	50
	Cidade Gaúcha/PR	50
SUB-TOTAL		300
Licenciatura em Filosofia	Videira/SC	50
	Pato Branco/PR	100
	Ibaiti/PR	50
SUB-TOTAL		200
Bacharelado Em Administração	Mata De São João/BA	50
	Cruzeiro Do Oeste/PR	50
	Paranaguá/PR	50
	Seberi/RS	50
	Tapejara/RS	50
	Tio Hugo/RS	50
	Hulha Negra/RS	50
	Jacuizinho/RS	50
	São Francisco De Paula/RS	50
	Bonfim/RR	20
	Mucajai/RR	20
	Boa Vista/RR	20
	Caroebe/RR	20
	Uiramutã/RR	20
	Cidade Gaúcha/PR	50
SUB-TOTAL		600
Bacharelado em Ciências Econômicas	Seberi/RS	50
	Tapejara/RS	50
	Tio Hugo/RS	50
	Hulha Negra/RS	50
	Jacuizinho/RS	50
	São Francisco De Paula/RS	50
	Caracaraí/RR	20
	Boa Vista/RR	20
	Cantá/RR	20
	Iracema/RR	20

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nome do Curso	Pólos	Vagas
	Normandia/RR	20
SUB-TOTAL		400
Bacharelado em Ciências Contábeis	São Gabriel Do Oeste/MS	50
	Cruzeiro Do Oeste/PR	50
	Seberi/RS	50
	Tapejara/RS	50
	Tio Hugo/RS	50
	Hulha Negra/RS	50
	Jacuzinho/RS	50
	São Francisco De Paula/RS	50
	Pacaraima/RR	20
	Rorainópolis/RR	20
	Amajari/RR	20
	Boa Vista/RR	50
	São Luiz Do Anauá/RR	20
	Esperantina/PI	50
SUB-TOTAL		580
Especialização em Controladoria e Gestão Pública	Videira/SC	30
	São João Do Polesine/RS	30
	Rorainópolis/RR	20
	Cruz Alta/RS	30
	Boa Vista/RR	50
SUB-TOTAL		160
Especialização em Formação de Prof. de Tradução	Cidade Gaúcha/PR	30
	Treze Tílias/SC	30
	Cruz Alta/RS	30
SUB-TOTAL		90
TOTAL		2.650

FONTE: PREG

O financiamento dos cursos do programa Pró-licenciatura é realizado pela SEED/MEC em parceria com a Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação especial e FNDE. Os cursos de licenciatura oferecidos no Estado do Maranhão têm, inicialmente 500 vagas financiadas pela Secretaria do Estado do Maranhão. Atualmente é financiado também pela SEED/MEC e FNDE. A gestão financeira destes cursos é de responsabilidade dos coordenadores de cursos supervisionados pela Vice-reitoria e gestores financeiros por esta designados. No caso dos cursos de licenciatura em Física e Matemática o CFM organizou ainda um comitê gestor interno que supervisiona esta gestão.

O projeto Piloto de Administração é financiado pelo Banco do Brasil e sua gestão é realizada pela coordenação do curso com sua equipe de coordenação de funcionamento.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O financiamento do programa UAB/UFSC é da SEED/MEC. Sua aplicação segue as orientações e parâmetros nacionais definidos para o programa da Universidade Aberta do Brasil. De acordo com essas orientações, a gestão financeira dos cursos do programa é realizada pelas coordenações dos cursos e pela gestão financeira do DEaD sob a supervisão do Pró-reitor de Ensino de Graduação, que designou um gestor financeiro para organizar, orientar e supervisionar esta ação.

A organização, capacitação, e a oferta dos cursos se dão com a participação direta de Gestores, Professores, Servidores Técnicos Administrativos, estudantes bolsistas de graduação e pós-graduação da UFSC, tutores e coordenadores de pólos das prefeituras municipais e ou coordenadores locais quando a parceria ocorre com instituições de Ensino Superior.

Atualmente o programa EaD/UFSC, envolve diretamente 26 gestores, 25 STAs, 106 professores, 177 tutores e bolsistas estudantes, 108 Tutores presenciais e 66 professores da rede pública municipal ou estadual, coordenadores de pólos.

	Pessoal	UAB	Pró-licen	Piloto
Gestores	Diretores de departamentos	3	3	3
	Coordenadores de cursos	14	4	1
	Coordenadores de Núcleos e ou	9	8	6
	Coordenadores de pólos	33	33	10
	Assessores	9	9	9
Professores	Autor de materiais	91	23	6
	Ministrante de disciplina	106	25	5
STAs	Secretários de cursos	13	3	1
	Membros de núcleo ou de departamentos	12	12	1
Estudantes e tutores	Tutores a distância	96	41	18
	Tutores presenciais	108	67	10
	Bolsista de núcleos	81	62	7
Outros	Prestadores de serviço para os núcleos	3	7	2
	Totais de funções por programa	582	169	102
	Total de pessoas por programa	582	137	80
	Total de pessoas atuando diretamente no programa EaD-UFSC	799		

Este número é um tanto variável em função da intensidade periódica das atividades

FONTE: PREG

ATENDIMENTO AO ALUNO DE GRADUAÇÃO

A recepção aos calouros realizada duas vezes por semestre, no Centro de Eventos possibilita um maior entrosamento entre os gestores e estudantes, que passam a conhecer a estrutura macro da universidade.

Os coordenadores dos cursos têm relatado o bom funcionamento das matrículas realizadas em seus respectivos centros. Há maior entrosamento entre estudantes e coordenadores.

Os cursos têm se organizado em comissões para realizar o acompanhamento dos estudantes ao longo do curso, conforme preconizam as DCNs.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007**REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS - DCNs**

Ao coordenar a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), gerou a elaboração dos Projetos Pedagógicos, envolvendo todos os Cursos de Graduação da UFSC, como processo de atualização e reorganização interna dos cursos.

SITUAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC

CURSOS	RESOLUÇÃO DA CEG DO PP	PORTARIA PREG DO CURRÍCULO
CCA		
Agronomia		
Engenharia de Aquicultura – diurno		
Zootecnia (implantação em 2008.1)	002/CEG/2007, 14/03/2007 (criação curso)	082/PREG/07, 02/05/2007
CCB		
Ciências Biológicas Bacharelado - diurno Licenciatura - diurno	006/CEG/2005, 06/07/05	241/PREG/06, 08/11/06-curriculo 2006.1
CCE		
Artes Cênicas (implantação em 2008.1)	003/CEG/2007, 16/05/2007 (criação do curso)	-280/PREG/7007, 12/11/2007 Currículo 2008.1
Cinema - diurno (implantação em 2005.1)	Em fase de redação	
Design - diurno		
Jornalismo - diurno		
Letras - Alemão -Bacharelado – diurno -Licenciatura - diurno	001/CEG/2007, 14/03/2007	Cur 2007.1 (ad referendum) Portaria 300/PREG/2006, 20/12/06 – 1a. fase
Letras – Espanhol -Bacharelado – diurno - Licenciatura - diurno	001/CEG/2007, 14/03/2007	Cur 2007.1 (ad referendum) Portaria 300/PREG/2006, 20/12/06 – 1a. fase
Letras – Inglês - Bacharelado – diurno - Licenciatura - diurno	001/CEG/2007, 14/03/2007	Cur 2007.1 (ad referendum) Portaria 300/PREG/2006, 20/12/06 – 1a. fase
Secretariado Executivo em Inglês - Bacharelado - diurno		
Letras – Italiano - Bacharelado – diurno - Licenciatura - diurno	001/CEG/2007, 14/03/2007	Cur 2007.1 (ad referendum) Portaria 300/PREG/2006, 20/12/06 – 1a. fase

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CURSOS	RESOLUÇÃO DA CEG DO PP	PORTARIA PREG DO CURRÍCULO
Letras – Francês -Bacharelado – diurno -Licenciatura - diurno	001/CEG/2007, 14/03/2007	Cur 2007.1 (ad referendum) Portaria 300/PREG/2006, 20/12/06 – 1a. fase
Letras – Ling. Portuguesa – Bacharelado – diurno e noturno Licenciatura - diurno e noturno	021/CEG/2006, 18/10/2006	240/PREG/2006, 07/11/2006 (Currículo 2007.1)
CCJ		
Direito – diurno e noturno		
CCS		
Enfermagem - diurno	não tem resolução (eles dizem ser o projeto pedagógico)	051/PREG/04, 15/03/04 currículo 2004.1
Farmácia Farmácia e Bioquímica Opções: - Análises Clínicas - diurno -Tecnologia de Alimentos - diurno		
Medicina - diurno	016/CEG/200609/08/2006	Portaria 198/PREG/2006, 15/08/06 (alterações) 004/PREG/03, 07/02/03 - currículo 2003.1
Nutrição - diurno		
Odontologia - diurno	019/CEG/2006, 09/08/2006	236/PREG/06,27/10/06 Currículo 2007.1
CDS		
Educação Física -Licenciatura – diurno -Bacharelado	LIC - Res.003/CEG/2006, de 22/02/06 BEL -003/CEG/05, 08/06/05	LIC - 012/PREG/06, 07/02/06 (1ª.fase) – currículo 2006.1 BEL-164/PREG/05, 14/10/05 Currículo 2006.1
CED		
Biblioteconomia – noturno	001/CEG/2005, 20/04/05	078 e 154/PREG/2005 currículo 2005.1
Pedagogia - diurno		
CFH		
Ciências Sociais -Bacharelado - diurno e noturno -Licenciatura – diurno e noturno	026/CEG/6006, 22/11/06	276/PREG/06,11/12/06 -currículo 2007.1

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CURSOS	RESOLUÇÃO DA CEG DO PP	PORTARIA PREG DO CURRÍCULO
Filosofia - Bacharelado – noturno e vespertino/noturno Licenciatura - noturno e vespertino/noturno	005/CEG/05, 06/07/05	011/PREG/2006, 06/02/06 -currículo 2006.1
Geografia - Bacharelado – d/n - Licenciatura – d/n	022/CEG/2007, 22/11/06	274/PREG/06, 08/12/06 -currículo 2007.1
História - Bacharelado e Licenciatura – d/n	020/CEG/2006, 20/09/2006	246/PREG/2006, 09/11/06 -currículo 2007.1
Oceanografia (implantação em 2008.1)	004/CEG/2007, 16/05/2007 (criação do Curso)	292/PREG/2007, 22/11/2007 -currículo 2008.1
Psicologia – Bacharelado – diurno - Licenciatura - diurno - - Formação Psicólogo - diurno		
CFM		
Física - Bacharelado – diurno - Licenciatura – noturno		
Matemática Licenciatura – d/n Bacharelado em Matemática e Computação Científica - diurno	014/CEG/2007, 07/11/2007	291/PREG/7002, 20/11/2007 -currículo 2008.1
Química - Licenciatura – diurno - Bacharelado - diurno - Bacharelado em Química Tecnológica - diurno		
CSE		
Administração – d/n	Está na PREG/para CEG	316/PREG/2007, 10/12/2007 -currículo 2008.1(ad referendum)
Ciências Contábeis – d/n	007/CEG/2005, 06/07/05	163/PREG/2005, 13/10/05 -currículo 2006.1
Ciências Econômica – d/n		
Serviço Social – d/n	Está na PREG/para CEG	
CTC		
Arquitetura e Urbanismo - diurno		
Ciências da Computação - diurno	023/CEG/2006, 22/11/06	272/PREG/2006, 06/12/06 -currículo 2007.1
Engenharia de Alimentos - diurno		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CURSOS	RESOLUÇÃO DA CEG DO PP	PORTARIA PREG DO CURRÍCULO
Engenharia Civil - diurno	017/CEG/2006, 09/08/2006	Port.215/PREG/2006, 11/09/06 (somente alterações)
Engenharia de Controle e Automação - diurno	004/CEG/06, 22/02/06	P.P. sem alteração curricular -currículo 91.1
Engenharia Elétrica - diurno	002/CEG/05, 08/06/05	115 e 142, 14/06 e 25/07/05 -currículo 2005.1
Engenharia de Materiais - diurno		
Engenharia Mecânica - diurno	005/CEG/06, 22/02/06	13/PREG/2006, 07/02/06(1ª.fa) 014/PREG/2006,28/03/06 (demais fases) -currículo 2006.1
Engenharia de Produção Civil - diurno	018/CEG/2006, 09/08/2006	Em andamento p/ 2007.1
Engenharia de Produção Elétrica - diurno	018/CEG/2006, 09/08/2006	"
Engenharia de Produção Mecânica - diurno	018/CEG/2006, 09/08/2006	"
Engenharia Química - diurno		
Engenharia Sanitária e Ambiental - diurno		
Sistemas de Informação – not.		

FONTE: PREG

Nível de desenvolvimento dos projetos pedagógicos em cursos presenciais*

Indicadores	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Projetos aprovados		10	18	6	3	1
Projetos implementados	6	14	8	6		
Projetos em processo de reformulação		17	20			

*Nesta tabela houve um acréscimo de três cursos novos, em relação ao ano passado.

FONTE: PREG

A elaboração e a aprovação dos projetos pedagógicos têm gerado uma atualização do corpo docente bastante positiva internamente nos departamentos e nas coordenações dos cursos. Contudo, alguns cursos têm mostrado morosidade da tramitação interna dos projetos pedagógicos provocada pela resistência dos departamentos em acatar as reformulações. Gerando dificuldade das comissões em desenvolver as propostas de reestruturação.

A morosidade no processo de convencimento necessário aos departamentos para que seus componentes compreendam que não são os cursos que precisam ajustar-se a eles e sim eles é que precisam atualizar-se para responder as demandas do curso e da sociedade.

A falta de condições básicas para atualização e implementação dos projetos, no que diz respeito ao acervo bibliográfico e atualização e manutenção de laboratórios de ensino, bem como número de professores insuficientes em alguns casos, como os cursos de licenciatura, devido à legislação que prevê um maior número de horas de estágio supervisionado.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O projeto Prodocência, uma parceria entre a PREG e o MEN inaugurou uma nova fase para a consolidação das licenciaturas.

AValiação DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Um dos princípios do ENADE é o de integrar-se aos demais processos de avaliação, seja a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação e a Auto-avaliação Institucional. Nesse caso, talvez se consiga maior consistência nos resultados de avaliação de curso e de desempenho.

Nenhum processo de avaliação cobre plenamente os desdobramentos de uma formação, mas servem como indicativos pontuais, e assim devem ser analisados.

O ENADE é realizado a cada ano com alguns cursos e elege alunos que integraram 20% do currículo, os iniciantes, e alunos que integraram 80% do currículo, os concluintes. Assim será possível comparar a evolução do aluno no curso. Nesse caso o propósito do ENADE, que é o de integrar todos os elementos do sistema atual de avaliação da educação superior SINAES, talvez alcance maior consistência. O resultado do ENADE 2007 ainda não foi divulgado, mas será um fechamento de ciclo, já que as avaliações são trienais.

Neste ano, houve uma preocupação maior na divulgação junto aos cursos (entrevistas à rádio da UFSC, à Agecom e Unaberta, memorandos internos aos coordenadores, uma reunião com os mesmos para esclarecimentos sobre a importância do Enade), a qual proporcionou menos ausências até onde é de nosso conhecimento já que não temos acesso aos dados mais detalhados.

PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA

Com o objetivo de aumentar a relação de reciprocidade com as IFES brasileiras e expandir os espaços de socialização de experiências entre os estudantes, através de:

- Aumento do número de alunos participantes do Programa de Mobilidade Acadêmica ANDIFES.
- Aumento do número de alunos participantes de Intercâmbio Acadêmico principalmente com a vinda de estudantes estrangeiros para a UFSC.
- Alteração da proposta de Resolução para o Programa de Mobilidade Acadêmica ANDIFES.

PROFOR – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Pelo Programa de Formação Docente pretende-se responder às demandas de formação pedagógica dos docentes da UFSC, atendendo à dinâmica das transformações técnico-científicas e sócio-culturais, com o propósito de oferecer oportunidades de formação e atualização a todos os professores. A ênfase é dada aos que estão em estágio probatório, mas também temos apoiado Jornadas Pedagógicas previstas nos novos currículos, através de cursos e oficinas aos professores.

Resultados alcançados:

Cursos

Investindo na formação pedagógica para o exercício da docência no ensino superior. Formação Docente, uma abordagem dentro do campo CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade).

Discursos da ciência e da tecnologia na formação universitária

A linguagem audiovisual e o uso das mídias na educação presencial e a distância

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

oficina pedagógica de capacitação docente.

Palestras

AULA INAUGURAL DAS ATIVIDADES DOS PROFOR 2007.1 Formação e Prática Docente

Oficinas

Voz, professor e conhecimento: interações em movimento na sala de aula.
A Formação como Instrumento para a Motivação e o Bem-Estar dos Professores

Colóquios

Olhar, sentir, pensar, conhecer: Lugares e sujeitos da produção e disseminação do conhecimento na atualidade.

Conferência

Pedagogia Universitária: um novo campo de estudos e práticas.
Psique, Pathos e Logos: conhecimento e psicopatologia fundamental.
A Formação como instrumento para a Motivação e o Bem-Estar dos Professores.
Psicanálise, infância e educação.
Começando pela extensão

Mesa-Redonda

Saber docente e trabalho no ensino superior: diferentes olhares e perspectivas
Formas de conhecer e estratégias de intervenção: educação, juventude, saúde, cidadania
Igualdade, diferença, ética e sujeitos do conhecimento
Novos conhecimentos, práticas sociais e pesquisa

Total de Eventos Profor em 2007	19
Oferta de Vagas	1.060
Total de Participantes	615

Atualmente os professores estão indicando as temáticas e a serem ofertadas e os professores ministrantes. Tanto as palestras como os cursos têm tido uma boa recepção. Tem havido uma extensão do Profor aos professores que não estão em estágio probatório.

CONSOLIDAÇÃO DAS LICENCIATURAS

Garantir a implantação e acompanhamento das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, a partir de diversas interações, visando oferecer condições concretas de cumprimento, bem como a efetivação dos Projetos Pedagógicos de Cursos, delas decorrentes, a fim, de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilidade curricular, a formação integral do cidadão, a interdisciplinaridade, a articulação teórica-prática e o mundo do trabalho.

Foram 3 Fóruns das Licenciaturas que envolveram as 17 diferentes áreas que integram o Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) e nos quais foram pensados e elaborados os documentos que darão base às atividades de estágio, de Prática como Componente Curricular e das resoluções internas concernentes aos Estágios Supervisionados. Nos fóruns contamos com a presença dos professores do MEN, os coordenadores dos cursos das licenciaturas, professores das disciplinas destes cursos que trabalham com as PCCs, alguns professores das escolas da rede pública (campos de estágio).

Foram realizadas 6 publicações produzidas no cerne do projeto, publicadas pela Editora Letras Contemporâneas. São elas:

- Elaboração de uma coletânea (livro) de artigos envolvendo temas relacionados a 10 dos 17 cursos de Licenciatura e que teve como autores professores da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Universidade, das Escolas Campos de Estágio e de alunos de graduação – Orgs. Profas. Fátima S. Dias, Izabel C. Seara, Luciana Ostetto, Suzani Cassiani de Souza

- Um livro sobre ensino de ciências “ Ler e escrever em aulas de ciências” – Profa. Suzani Cassiani de Souza – Maria José P. M. Almeida – Unicamp. Odissea Boaventura - UFPR
- Um livro sobre Educação de Jovens e Adultos – Profa. Herminia Laffin *et alli*
- Um livro sobre Etnia – Profa. Vania B. Da Silva et al
- Estudos Latino-Americano Profa. Maria de Fátima S. Dias et al.
- Documento do MEN sobre a concepção do que é ser professor, explicitando as metodologias de ensino e o estágio das 17 licenciaturas.

Até o momento foram implantados 12 projetos pedagógicos na UFSC, que tiveram as PCCs organizadas no interior de disciplinas, inclusive nas de conteúdo específico. Em todos casos, a compreensão sobre as PCCs pelas comissões de elaboração dos projetos pedagógicos era e ainda é bastante polissêmica. Muitas vezes não havia um entendimento de que essas horas deveriam ser pensadas para a formação de professores. Em decorrência disso, nossa preocupação era (e ainda é) de que se não houvesse acompanhamento, as PCCs pudessem se transformar em “práticas de laboratório” sem o comprometimento com a formação do professor. Ainda há o “agravante” de que elas estão sendo trabalhadas por profissionais não formados na área de educação, muitas vezes imperando o senso comum.

Outra questão que percebemos é que desses 12 projetos implantados, 11 possuem a estrutura curricular organizada por um núcleo comum e, ao longo do curso, o estudante deve escolher entre a licenciatura e/ou bacharelado ou ambos (geralmente no 5º. semestre). Porém, nesses primeiros semestres e na maioria dos casos, a ênfase é para o bacharelado e (como no resto do país) a licenciatura não é vista como prioridade. Então, há que se ressaltar a importância das PCCs envolvendo discussões sobre a licenciatura antes do 5º. semestre.

VESTIBULAR

Com o slogan Formando Gerações desde 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina lançou a campanha do Vestibular 2008, no dia 6 de agosto, que contou com o número recorde de 4.095 vagas. Neste ano, as provas foram realizadas de 9 a 11 de dezembro nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Camboriú, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages e Tubarão. Às 62 opções já oferecidas, foram agregados ao concurso deste ano os cursos de Oceanografia, Zootecnia e Artes Cênicas.

Há 10 anos a instituição tinha 2.450 alunos, e que outras quase 2 mil vagas foram criadas, abrindo também outros cursos para atender à demanda social e de mercado e à necessidade de dar vazão do grande conhecimento existente na Universidade. Os novos cursos agora agregados à grade existente indicam uma valorização da interdisciplinaridade e a possibilidade de criação de um futuro Centro de Artes, suprimindo uma lacuna dentro da instituição.

As provas foram realizadas no dia 9 de dezembro, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira e Redação; no dia 10, para as provas de Biologia, Geografia e Matemática; no último dia, 11 de dezembro, o concurso foi concluído com as provas de Física, História e Químico.

A Universidade Federal de Santa Catarina, através do Guia dos Cursos, apresenta os perfis dos 65 cursos da instituição (entre turnos e habilitações), classificada entre as melhores do Brasil e destaque na Região Sul. A intenção é facilitar às escolas e aos futuros candidatos do vestibular o conhecimento da realidade universitária. As informações incluem desde um resumo da área de atuação do curso escolhido até a formação do corpo docente e as disciplinas que fazem parte dos currículos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

A isenção do pagamento da taxa de inscrição no Concurso Vestibular UFSC/2008 poderia ser total ou parcial (50%). A concessão da isenção da taxa de inscrição para o candidato que comprovadamente apresentasse situação sócio-econômica que impossibilite o pagamento, exceto para o candidato beneficiado no ano anterior e que não tenha efetuado sua inscrição no vestibular e/ou candidato por experiência. Ainda, o candidato que não possuir curso de graduação e estivesse no efetivo exercício do magistério da Rede Pública de Ensino, no Estado de Santa Catarina, compreendendo a Educação Infantil (creches e pré-escolas), o Ensino Fundamental (1º Grau) e o Ensino Médio (2º Grau). Nesse caso, quando concedida, a isenção foi total.

A partir deste ano, a UFSC passou a adotar um Programa de Ações Afirmativas em seu processo seletivo. Do total de vagas oferecido em cada curso, 20% das vagas foram destinadas para alunos que cursaram integralmente o ensino fundamental e o médio em escolas públicas e 10% para candidatos negros, com prioridade para aqueles que cursaram integralmente o ensino fundamental e o médio em escolas públicas. Serão ainda oferecidas 5 vagas extras para candidatos indígenas.

Candidatos auto declarados Negros (Pretos ou Pardos)

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Administração - Diurno	9	8
Administração - Noturno	9	9
Agronomia	9	4
Arquitetura e Urbanismo	8	8
Artes Cênicas - Hab. em Teatro	3	2
Biblioteconomia - Noturno	8	8
Ciências Biológicas	6	6
Ciências Contábeis - Diurno	8	3
Ciências Contábeis - Noturno	8	6
Ciências Da Computação	10	10
Ciências Econômicas - Diurno	9	4
Ciências Econômicas - Noturno	9	9
Ciências Sociais - Diurno	4	1
Ciências Sociais - Noturno	4	4
Cinema	3	2
Design	6	4
Direito - Diurno	8	8
Direito - Noturno	8	8
Educação Física - Bacharelado	6	6
Educação Física - Licenciatura	6	6
Enfermagem	7	7
Engenharia de Controle e Automação	6	6
Engenharia Civil	10	10
Engenharia de Alimentos	5	4
Engenharia de Aquicultura	6	3
Engenharia de Materiais	6	2
Engenharia de Produção Civil	4	1
Engenharia de Produção Elétrica	4	3
Engenharia de Produção Mecânica	4	2
Engenharia Elétrica	10	7
Engenharia Mecânica	10	4
Engenharia Química	5	5
Engenharia Sanitária E Ambiental	8	8
Farmácia	12	10

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Filosofia - Noturno	4	4
Filosofia - Vespertino/Noturno	4	0
Física - Bacharelado - Diurno	5	1
Física - Licenciatura - Noturno	7	2
Geografia - Diurno	4	4
Geografia - Noturno	4	4
História - Diurno	5	4
História - Noturno	5	5
Jornalismo	6	6
Letras - Língua Alemã	4	2
Letras - Língua Espanhola	4	1
Letras - Língua Francesa	4	1
Letras - Língua Inglesa	4	4
Letras - Língua Italiana	4	2
Letras - Língua Portuguesa	8	2
Letras - Língua Portuguesa - Noturno	4	4
Letras - Secretariado Executivo. Inglês	4	3
Matemática - Licenciatura. - Diurno	7	1
Matemática - Licenciatura - Noturno	4	4
Matemática e Computação Científica	3	1
Medicina	10	10
Nutrição	4	4
Oceanografia	3	3
Odontologia	9	9
Pedagogia	10	10
Psicologia	8	8
Química	8	8
Serviço Social - Diurno	8	8
Serviço Social - Noturno	6	6
Sistemas De Informação - Noturno	10	10
Zootecnia	6	4
Total	414	323

FONTE: COPERVE

Candidatos oriundos de Escola Pública

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Administração - Diurno	18	18
Administração - Noturno	18	18
Agronomia	18	18
Arquitetura e Urbanismo	16	16
Artes Cênicas - Hab. em Teatro	6	6
Biblioteconomia - Noturno	16	16
Ciências Biológicas	12	12
Ciências Contábeis - Diurno	16	16
Ciências Contábeis - Noturno	16	16
Ciências Da Computação	20	20
Ciências Econômicas - Diurno	18	18
Ciências Econômicas - Noturno	18	18
Ciências Sociais - Diurno	8	8
Ciências Sociais - Noturno	8	8
Cinema	6	6
Design	12	12

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Direito - Diurno	16	16
Direito - Noturno	16	16
Educação Física - Bacharelado	12	12
Educação Física - Licenciatura	12	12
Enfermagem	14	14
Engenharia de Controle e Automação	12	12
Engenharia Civil	20	20
Engenharia de Alimentos	9	9
Engenharia de Aquicultura	12	12
Engenharia de Materiais	12	12
Engenharia de Produção Civil	8	8
Engenharia de Produção Elétrica	8	8
Engenharia de Produção Mecânica	8	8
Engenharia Elétrica	20	20
Engenharia Mecânica	20	20
Engenharia Química	9	9
Engenharia Sanitária E Ambiental	16	16
Farmácia	24	24
Filosofia - Noturno	7	7
Filosofia - Vespertino/Noturno	7	7
Física - Bacharelado - Diurno	9	9
Física - Licenciatura - Noturno	13	13
Geografia - Diurno	8	8
Geografia - Noturno	8	8
História - Diurno	9	9
História - Noturno	9	9
Jornalismo	12	12
Letras - Língua Alemã	8	8
Letras - Língua Espanhola	8	8
Letras - Língua Francesa	8	8
Letras - Língua Inglesa	8	8
Letras - Língua Italiana	8	8
Letras - Língua Portuguesa	16	16
Letras - Língua Portuguesa - Noturno	8	8
Letras - Secretariado Executivo. Inglês	8	8
Matemática - Licenciatura. - Diurno	13	13
Matemática - Licenciatura - Noturno	8	8
Matemática e Computação Científica	6	6
Medicina	20	20
Nutrição	8	8
Oceanografia	6	6
Odontologia	18	18
Pedagogia	20	20
Psicologia	16	16
Química	16	16
Serviço Social - Diurno	16	16
Serviço Social - Noturno	12	12
Sistemas De Informação - Noturno	20	20
Zootecnia	12	12
Total	819	819

FONTE: COPERVE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007**Candidatos da Classificação Geral**

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Administração - Diurno	63	64
Administração - Noturno	63	63
Agronomia	63	68
Arquitetura e Urbanismo	56	56
Artes Cênicas - Hab. em Teatro	21	22
Biblioteconomia - Noturno	56	56
Ciências Biológicas	42	42
Ciências Contábeis - Diurno	56	61
Ciências Contábeis - Noturno	56	58
Ciências Da Computação	70	70
Ciências Econômicas - Diurno	63	68
Ciências Econômicas - Noturno	63	63
Ciências Sociais - Diurno	28	31
Ciências Sociais - Noturno	28	28
Cinema	21	22
Design	42	44
Direito - Diurno	56	56
Direito - Noturno	56	56
Educação Física - Bacharelado	42	42
Educação Física - Licenciatura	42	42
Enfermagem	49	49
Engenharia de Controle e Automação	42	42
Engenharia Civil	70	70
Engenharia de Alimentos	31	32
Engenharia de Aquicultura	42	45
Engenharia de Materiais	42	46
Engenharia de Produção Civil	28	31
Engenharia de Produção Elétrica	28	29
Engenharia de Produção Mecânica	28	30
Engenharia Elétrica	70	73
Engenharia Mecânica	70	76
Engenharia Química	31	31
Engenharia Sanitária E Ambiental	56	56
Farmácia	84	86
Filosofia - Noturno	24	24
Filosofia - Vespertino/Noturno	24	28
Física - Bacharelado - Diurno	31	35
Física - Licenciatura - Noturno	45	50
Geografia - Diurno	28	28
Geografia - Noturno	28	28
História - Diurno	31	32
História - Noturno	31	31
Jornalismo	42	42
Letras - Língua Alemã	28	30
Letras - Língua Espanhola	28	31
Letras - Língua Francesa	28	31
Letras - Língua Inglesa	28	28
Letras - Língua Italiana	28	30
Letras - Língua Portuguesa	56	62
Letras - Língua Portuguesa - Noturno	28	28
Letras - Secretariado Executivo. Inglês	28	29
Matemática - Licenciatura. - Diurno	45	51

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Curso	Total de Vagas Oferecidas	Total de Vagas Ocupadas
Matemática - Licenciatura - Noturno	28	28
Matemática e Computação Científica	21	23
Medicina	70	70
Nutrição	28	28
Oceanografia	21	21
Odontologia	63	63
Pedagogia	70	70
Psicologia	56	56
Química	56	56
Serviço Social - Diurno	56	56
Serviço Social - Noturno	42	42
Sistemas De Informação - Noturno	70	70
Zootecnia	42	44
Total	2.862	2.953

FONTE: COPERVE

Relação candidatos/vaga

Nome do Curso	Geral			Candidatos Negros			Candidatos de Escola Pública		
	V	I	C/V	V	I	C/V	V	I	C/V
Administração - Diurno	90	557	6,19	9	9	1,00	18	68	3,78
Administração - Noturno	90	989	10,99	9	25	2,78	18	187	10,39
Agronomia	90	466	5,18	9	5	0,56	18	115	6,39
Arquitetura e Urbanismo	80	1076	13,45	8	16	2,00	16	117	7,31
Artes Cênicas - Hab. em Teatro	30	167	5,57	3	2	0,67	6	39	6,50
Biblioteconomia - Noturno	80	224	2,80	8	13	1,63	16	79	4,94
Ciências Biológicas	60	658	10,97	6	10	1,67	12	115	9,58
Ciências Contábeis - Diurno	80	277	3,46	8	6	0,75	16	76	4,75
Ciências Contábeis - Noturno	80	572	7,15	8	8	1,00	16	195	12,19
Ciências Da Computação	100	627	6,27	10	16	1,60	20	125	6,25
Ciências Econômicas - Diurno	90	298	3,31	9	3	0,33	18	33	1,83
Ciências Econômicas - Noturno	90	360	4,00	9	10	1,11	18	75	4,17
Ciências Sociais - Diurno	40	109	2,73	4	3	0,75	8	12	1,50
Ciências Sociais - Noturno	40	151	3,78	4	9	2,25	8	33	4,13
Cinema	30	271	9,03	3	2	0,67	6	35	5,83
Design	60	600	10,00	6	3	0,50	12	78	6,50
Direito - Diurno	80	1179	14,74	8	17	2,13	16	100	6,25
Direito - Noturno	80	1220	15,25	8	35	4,38	16	224	14,00
Educação Física - Bacharelado	60	459	7,65	6	13	2,17	12	99	8,25
Educação Física - Licenciatura	60	432	7,20	6	13	2,17	12	120	10,00
Enfermagem	70	526	7,51	7	22	3,14	14	147	10,50
Engenharia de Controle e Automação	60	486	8,10	6	7	1,17	12	35	2,92

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nome do Curso	Geral			Candidatos Negros			Candidatos de Escola Pública		
	V	I	C/V	V	I	C/V	V	I	C/V
Engenharia Civil	100	684	6,84	10	9	0,90	20	118	5,90
Engenharia de Alimentos	45	237	5,27	5	3	0,60	9	41	4,56
Engenharia de Aquicultura	60	160	2,67	6	3	0,50	12	20	1,67
Engenharia de Materiais	60	191	3,18	6	2	0,33	12	29	2,42
Engenharia de Produção Civil	40	178	4,45	4	1	0,25	8	18	2,25
Engenharia de Produção Elétrica	40	167	4,18	4	3	0,75	8	31	3,88
Engenharia de Produção Mecânica	40	296	7,40	4	2	0,50	8	13	1,63
Engenharia Elétrica	100	502	5,02	10	9	0,90	20	90	4,50
Engenharia Mecânica	100	1119	11,19	10	6	0,60	20	135	6,75
Engenharia Química	45	472	10,49	5	5	1,00	9	55	6,11
Engenharia Sanitária E Ambiental	80	680	8,50	8	5	0,63	16	125	7,81
Farmácia	120	758	6,32	12	7	0,58	24	152	6,33
Filosofia - Noturno	35	134	3,83	4	4	1,00	7	28	4,00
Filosofia - Vespertino/Noturno	35	68	1,94	4	1	0,25	7	15	2,14
Física - Bacharelado - Diurno	45	107	2,38	5	1	0,20	9	22	2,44
Física - Licenciatura - Noturno	65	106	1,63	7	7	1,00	13	34	2,62
Geografia - Diurno	40	130	3,25	4	6	1,50	8	34	4,25
Geografia - Noturno	40	223	5,58	4	11	2,75	8	77	9,63
História - Diurno	45	182	4,04	5	5	1,00	9	39	4,33
História - Noturno	45	258	5,73	5	9	1,80	9	69	7,67
Jornalismo	60	713	11,88	6	9	1,50	12	117	9,75
Letras - Língua Alemã	40	49	1,23	4	1	0,25	8	12	1,50
Letras - Língua Espanhola	40	98	2,45	4	2	0,50	8	27	3,38
Letras - Língua Francesa	40	103	2,58	4	1	0,25	8	21	2,63
Letras - Língua Inglesa	40	202	5,05	4	3	0,75	8	40	5,00
Letras - Língua Italiana	40	64	1,60	4	0	0,00	8	15	1,88
Letras - Língua Portuguesa	80	113	1,41	8	2	0,25	16	31	1,94
Letras - Língua Portuguesa - Noturno	40	116	2,90	4	3	0,75	8	32	4,00
Letras - Secretariado Executivo. Inglês	40	173	4,33	4	2	0,50	8	58	7,25
Matemática - Licenciatura. - Diurno	65	83	1,28	7	1	0,14	13	22	1,69
Matemática - Licenciatura - Noturno	40	138	3,45	4	4	1,00	8	50	6,25
Matemática e Computação Científica	30	76	2,53	3	2	0,67	6	21	3,50
Medicina	100	4.075	40,75	10	63	6,30	20	381	19,05
Nutrição	40	507	12,68	4	8	2,00	8	99	12,38
Oceanografia	30	633	21,10	3	10	3,33	6	114	19,00
Odontologia	90	963	10,70	9	11	1,22	18	135	7,50
Pedagogia	100	395	3,95	10	18	1,80	20	130	6,50
Psicologia	80	783	9,79	8	27	3,38	16	166	10,38

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nome do Curso	Geral			Candidatos Negros			Candidatos de Escola Pública		
	V	I	C/V	V	I	C/V	V	I	C/V
Química	80	268	3,35	8	11	1,38	16	71	4,44
Serviço Social - Diurno	80	161	2,01	8	6	0,75	16	53	3,31
Serviço Social - Noturno	60	316	5,27	6	16	2,67	12	133	11,08
Sistemas De Informação - Noturno	100	635	6,35	10	13	1,30	20	161	8,05
Zootecnia	60	223	3,72	6	3	0,50	12	47	3,92
Total	4.095	29.243	7,14	414	562	1,36	819	5.188	6,33

V – Vaga

I - Inscrito

C/V – Candidato/Vaga

FONTE: COPERVE

A maior parte dos candidatos, 63,68% do total eram candidatos de escolas de Santa Catarina. O curso de Medicina continua sendo o mais concorrido - com 40,75 candidatos por vaga, seguido por Oceanografia (curso novo) com 21,10 e Direito noturno, que teve 15,25 C/V. Já O curso de Letras – Língua Alemã obteve a menor relação - 1,23 C/V.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A UFSC, seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem o propósito de instaurar um processo coletivo, permanente e contínuo de avaliação e instrumentos articulados: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O SINAES foi instituído pela lei nº 10.861/04, com o objetivo de realizar uma avaliação diagnóstica, formativa e regulatória das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio dos seguintes instrumentos de avaliação:

- Avaliação institucional em seus dois momentos: a auto-avaliação e a avaliação externa;
- Avaliação dos cursos de graduação;
- Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

O processo coletivo de auto-avaliação já foi desencadeado em 2004, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio do Programa de Auto-avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (PAAI/UFSC).

Programa de Auto-Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (PAAI/UFSC)

O Programa de Auto-Avaliação Institucional (PAAI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem o propósito de ser contínuo e de promover uma cultura subjacente às estruturas e ações da instituição. É gerador de auto-conhecimento institucional, amplifica o engajamento profissional, fundamenta a emissão de juízos de valor e articula ações de melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Dando sequência ao 1º Ciclo da Auto Avaliação Institucional da UFSC, cujo programa teve início em 2004, descreve-se os objetivos e metas atingidas bem como as atividades realizadas no decorrer do ano de 2007, em cada um dos momentos do programa.

O objetivo geral do programa, realizar a auto-avaliação institucional, com base nos princípios do SINAES, visando à melhoria contínua das atividades do ensino, pesquisa,

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

extensão e gestão da instituição foi atingido por meio do desenvolvimento do 1º Ciclo de acordo com os seis momentos previstos no Programa aprovado: sensibilização e concepção do processo de auto-avaliação, produção e validação dos instrumentos, coleta dos dados, diagnóstico, socialização e meta-avaliação. Estes momentos não ocorrem isolados, mas acontecem entrelaçados.

Destacam-se como resultados efetivos pontuais do 1º Ciclo do PAAI:

- Participação expressiva da comunidade universitária;
- Identificação das potencialidades e das fragilidades institucionais;
- Ações pontuais no processo de implementação;
- Desenvolvimento e validação de um Sistema Eletrônico de Coleta de Dados (SECOD);
- Desenvolvimento de um Sistema de Consulta de Resultados (SCR);
- Desenvolvimento de um Sistema de Meta-avaliação do PAAI (SMA).

Finalmente cabe destacar que os integrantes da CPA expressam sua satisfação em participar do PAAI, os quais visualizam como um momento histórico de transformação e de construção de processo coletivo de auto-avaliação, formativa e regulatória na UFSC.

Os resultados deste primeiro ciclo do PAAI podem se constituir em um instrumento que atue como suporte à tomada de decisão institucional, que integre em uma ação ampla: avaliação, planejamento e sistema de informação.

Atividades realizadas pela CPA em 2007

Descrevem-se reuniões ordinárias realizadas pela CPA e reuniões ampliadas onde foram realizadas com o propósito de tratar questões pertinentes a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e às Comissões Setoriais de Avaliação (CSA's), de maneira integrada.

Realizaram-se também reuniões de divulgação interna com outros órgãos setoriais da universidade com a finalidade de divulgar o PAAI para a comunidade universitária, ao nível institucional – gabinete do reitor e nível intermediário da gestão acadêmica e administrativa – diretores das unidades de ensino.

Avaliação Externa

Os resultados da auto-avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas. O processo de avaliação externa é composto por duas etapas: (1) a visita dos avaliadores à instituição e (2) a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Após a conclusão do primeiro ciclo do programa de auto-avaliação institucional (PAAI/UFSC), está previsto a visita de avaliadores e a elaboração do relatório de avaliação institucional no ano de 2008.

Instrumentos Articulados à Avaliação: PDI e PPI

Ao processo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estão articulados dois instrumentos: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Seguindo as diretrizes do SINAES a UFSC tem o propósito de desencadear um processo coletivo de construção do PDI e do PPI, de forma que sejam incorporados ao sistema de gestão acadêmica e administrativa da instituição. No entanto, têm consciência que é um processo lento e gradativo que exige uma sensibilização e mobilização para uma mudança na cultura organizacional das IFES.

O PDI é o instrumento de gestão que considera a identidade da IES, a sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou pretende desenvolver. Os principais elementos característicos de um PDI são: é elaborado para um período determinado (5 anos); pauta-se em objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo; articula-se ao Projeto Pedagógico Institucional e seus referenciais devem levar em consideração os resultados da avaliação institucional.

De acordo com o documento Subsídios ao PDI, o Plano Institucional da Universidade, integrante do Sistema de Planejamento, está em permanente construção, na medida em que periodicamente é processada a sua revisão. [...] o planejamento da UFSC é decorrente de um processo participativo onde professores, servidores e a representação estudantil nos diversos colegiados têm a oportunidade de propor metas e ações (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2004 – SUBSÍDIOS).

De acordo com o documento base de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior – Diretrizes e Instrumento (2006, p.35), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. como componentes essenciais. Trata-se de uma projeção de valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico.

Ainda, segundo o documento supracitado, os principais elementos característicos de um PPI são: expressar uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica; explicitar, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional; promover à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável; delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Na perspectiva de uma gestão participativa, a UFSC propõe a elaboração do PPI com base nos Projetos Pedagógicos das Unidades (PPUs), com o propósito de promover um alinhamento das políticas e diretrizes institucionais com as políticas e práticas acadêmicas e administrativas das distintas unidades de ensino (PROPOSTA PRELIMINAR DE PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DAS UNIDADES (PPUs) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC).

O processo terá início com a formação de uma comissão Institucional para a elaboração do PPI e comissões setoriais das distintas unidades de ensino para a construção dos PPUs. Com a finalidade de sensibilizar a comunidade universitária para participar do processo foi disponibilizado no *site* da Pró-Reitoria do Ensino de Graduação, (<http://www.reitoria.ufsc.br/~preg/ppi.htm>), os seguintes documentos:

- Plano de Implementação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC);
- Plano de Implementação do Projeto Pedagógico das Unidades (PPUs) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Roteiro Para a Elaboração do Projeto Pedagógico da Unidade;
- Base Documental Em Âmbito Nacional : Síntese das Diretrizes para a educação superior do Plano Nacional da Educação (PNE, 2006);
- Base Documental em Âmbito Estadual: Perfil Histórico e Sócio-Econômico do Estado de Santa Catarina;
- Base Documental em Âmbito Municipal: Perfil Histórico e Sócio-Econômico do Município de Florianópolis;
- Informações Setorizadas do Município de Florianópolis: Agricultura, Saúde, Esportes, Educação, Indústria, entre outras.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Os elementos que subsidiam a construção coletiva do PDI são a avaliação institucional e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O processo coletivo de auto-avaliação já foi desencadeado por meio da finalização do primeiro ciclo do PAAI, a avaliação externa está prevista para o ano de 2008 e a construção coletiva do PPI está em fase de desenvolvimento.

PRÉ-VESTIBULAR POPULAR DA UFSC

O Cursinho da UFSC surgiu para atender a necessidade de estudantes que não dispõem de recursos financeiros para freqüentar cursos preparatórios para o vestibular. Este projeto veio beneficiar este público, que tem grande dificuldade de entrar em universidades, especialmente as públicas.

Além de ser gratuito e ter sido possível graças às parcerias que realizamos, o cursinho da UFSC busca o desenvolvimento da educação local, da cidadania e o melhor preparo da comunidade para o mercado de trabalho.

O cursinho da UFSC obteve 102 aprovações (76 na UFSC, 9 na UDESC, 8 no CEFET Superior e 9 no CEFET Técnico), supera as aprovações no ano anterior (74 aprovados) em 72,54%, colocando inclusive um candidato entre os 50 primeiros colocados na classificação geral da UFSC.

2) Ensino de Pós-Graduação

AValiação dos Programas de Pós-Graduação

A CAPES, através de seus comitês de área, avalia anualmente os programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior (avaliação continuada) a partir de informações contidas no documento DataCAPES que é elaborado pelos programas e enviado eletronicamente à CAPES no início de cada ano. A cada 3 anos, baseando-se nas avaliações continuadas, as notas dos programas podem ser alteradas em função de critérios estabelecidos pelos comitês de área, cabendo ao CTC – Conselho Técnico Científico da CAPES, a homologação final. Em 2007 houve avaliação trienal.

Nas avaliações são considerados alguns quesitos comuns a todos os programas, mas ponderados diferentemente em função da especificidade de cada área. Estes quesitos são:

- Proposta do Programa
- Corpo docente
- Atividade de Pesquisa
- Atividade de Formação
- Corpo Discente
- Teses e Dissertações
- Produção Intelectual

Notas atribuídas pela CAPES aos Programas de Pós-graduação da UFSC.

PROGRAMA	Início do Mestrado	Início do Doutorado	Triênio 1998/2000	Triênio 2001/2003	Triênio 2004/2006
			Nota 2001	Nota 2004	Nota 2007
Agrárias (4)					
Agroecossistemas	1995	-	3	4	3
Aqüicultura	1988	2005	3	4	5
Ciência dos	1988	2002	4	4	4

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

PROGRAMA	Início do Mestrado	Início do Doutorado	Triênio 1998/2000	Triênio 2001/2003	Triênio 2004/2006
			Nota 2001	Nota 2004	Nota 2007
Alimentos					
Recursos Genéticos e Vegetais	1997	2003	4	5	5
Biológicas (4)					
Biologia Vegetal	1999	-	4	3	3
Biotecnologia	1995	2005	3	4	4
Farmacologia	1991	1996	6	6	6
Neurociências	1994	2005	3	4	4
Engenharias (14)					
Arquitetura	2002	-	3	4	4
Ciência da Computação	1992	-	3	3	3
Ciência e Engenharia de Materiais	1994	1994	4	5	5
Engenharia de Alimentos	2000	2005	3	4	5
Engenharia Ambiental	1994	2001	5	5	4
Eng. de Automação e Sistemas	2007	2007	-	-	5*
Eng. e Gestão do Conhecimento	2004	2004	4	4	4
Engenharia Civil	1991	1999	5	5	5
Engenharia Elétrica	1971	1987	6	6	6
Engenharia Mecânica	1969	1981	6	6	6
Engenharia de Produção	1969	1989	3	3	3
Engenharia Química	1993	1998	4	5	5
Urbanismo, Arquitetura e História da Cidade	2005			3	3
Metrologia	1997	-	4	3	3
Exatas (3)					
Física	1988	1996	4	5	5
Matemática e Computação Científica	1976	-	4	4	4
Química	1971	1988	7	6	7
Humanas (10)					
Antropologia Social	1985	1999	5	5	5
Ciências Humanas	-	1995	3	4	5
Ciência da Informação	2003	-	3	3	3
Educação	1984	1994	5	5	5
Educação Científica e Tecnológica	2002	2002	4	5	5

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

PROGRAMA	Início do Mestrado	Início do Doutorado	Triênio 1998/2000	Triênio 2001/2003	Triênio 2004/2006
			Nota 2001	Nota 2004	Nota 2007
Filosofia	1997	2005	4	4	4
Geografia	1985	1999	5	5	4
História	1975	1998	4	4	4
Psicologia	1995	2004	4	4	5
Sociologia Política	1985	1999	4	5	5
Comunicação e Expressão (6)					
Design e Expressão Gráfica	2007				3*
Estudos da Tradução	2004		3	3	4
Jornalismo	2007				3*
Letras (Inglês e Literaturas Correlatas)	1972	1987	5	5	5
Linguística	1971	1988	5	5	5
Literatura	1971	1997	5	5	5
Saúde (6)					
Educação Física	1996	2006	4	4	5
Enfermagem	1976	1993	4	5	4
Farmácia	1999	2005	3	4	4
Nutrição	2002	-	3	3	3
Odontologia	1971	2000	4	5	4
Saúde Pública	1996	-	3	3	4
Sociais Aplicadas (5)					
Administração	1978	-	3	3	4
Ciências Contábeis	2004	-	3	3	3
Direito	1974	1984	6	6	6
Economia	1995	-	4	3	4
Serviço Social	2001	-	3	4	4

FONTE: CAPES

*Curso novo

Baseado na tabela acima, observa-se que a UFSC evoluiu novamente, aumentando 3 % de programas com nota 5 e diminuindo sensivelmente aqueles com nota 3.

APOIO AOS PROGRAMAS COM NOTA 3

A UFSC implementou uma política de forte impacto a esses programas, que foi a adoção de piso financeiro por tipo de programa, o que definiu um piso mínimo de R\$ 82.000,00 anuais, enquanto a CAPES financiava cerca de R\$ 46.000,00;

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Em 2007, a UFSC contaram com 52 programas de pós-graduação, divididos em 51 cursos de mestrado acadêmico, 35 cursos de doutorado, 3 cursos de mestrado profissional. Além disso, foram oferecidos 4 cursos tipo MINTER, 1 curso tipo DINTER. Dos cursos de especialização existentes em 2007, 49 tiveram início neste ano e outros 20 encontravam-se em andamento em anos anteriores.

Neste ano houve acréscimo no número de alunos matriculados nos programas, tanto por ampliação de vagas quanto por abertura de novos cursos. As defesas de mestrado e doutorado sofreram um pequeno decréscimo, o que já era esperado dado à reorganização do programa de Engenharia de Produção, cujo número absoluto de alunos diminuiu de maneira sensível.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A pós-graduação é regida por normatizações específicas, elaborada pela Câmara de pós-graduação e homologada pelo Conselho Universitário. A resolução vigente, 10/CUn/97, permite a cada curso ampla autonomia de seu projeto pedagógico e de suas atividades, permitindo que os programas busquem as melhores estratégias em cada situação. Assim, os regimentos dos programas definem, mantidos os princípios gerais da instituição, suas políticas de seleção de alunos, oferta de vagas, grades curriculares, etc.

CRIAÇÃO DE NOVOS PROGRAMAS

Durante o ano de 2007 houve aprovação e início de atividades de programas, como sintetizado na tabela abaixo:

Cursos que tiveram início em 2007

Programa	Nível	Centro	Nota	Início das atividades acadêmicas
Design e Expressão gráfica	M	CCE	3	2007
Engenharia de Automação e sistemas	M/D	CTC	5	2007
Jornalismo	M	CCE	3	2007

FONTE: PRPG

Cursos aprovados para início em 2008

Programa	Nível	Centro	Nota	Início das atividades acadêmicas
Bioquímica	M/D	CCB	4	2008
Ecologia	M	CCB	4	2008
Ciências Médicas	M/D	CCS	4	2008
Administração	D	CSE	4	2008

FONTE: PRPG

O crescimento do número de programas de pós-graduação reflete o investimento realizado pela Instituição na formação de seus docentes em nível de doutorado e a iniciativa dos próprios Departamentos de Ensino na elaboração de propostas para implantação destes cursos, com o apoio da PRPG. A expectativa é de que a taxa de crescimento no número de programas de pós-graduação seguirá a tendência observada nos últimos anos.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

NOME DO CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		CENTRO	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO
	INÍCIO	TÉRMINO		
CURSOS QUE INICIARAM ANTES DE 2007 (20)				
Desenvolvimento Gerencial	mar/06	mar/07	DCA - 9755	UFSC
Marketing para Gestão Empresarial	mar/06	mai/07	CSE	UFSC/FEPESE
Finanças e Controle Empresarial	mai/06	dez/07	CSE	Brusque/SC
Direito Civil	set/05	abr/07	CCJ	UFSC
Direito Imobiliário	set/05	abr/07	CCJ	FEPESE - UFSC
Hematologia	mai/06	set/07	CCS	UFSC/CCS
Gestão Hospitalar	mar/06	jun/07	CCS	Centro de Capacitação da UFSC
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	out/04	out/07	CCS	HU/UFSC
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	out/06	out/09	CCS	HU/UFSC
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	out/05	out/08	CCS	HU/UFSC
Dentística	mar/06	out/07	CCS	UFSC/ CCS
Ortodontia	ago/04	mar/07	CCS	UFSC
Implantodontia	jan/06	dez/07	CCS	UFSC/ CEPID
Radiologia Odontológica e Imaginologia	mar/06	fev/07	CCS	UFSC/ CCS
Sistemas de Energia Elétrica	abr/06	set/07	CTC	UFSC
Engenharia de Produção com ênfase em Gestão de Projetos	mai/06	dez/07	CTC	Betim/MG e UFSC
Engenharia de Segurança do Trabalho	ago/04	jun/07	CTC	UNERJ Jaraguá do Sul
Engenharia de Produção	mar/06	mar/08	CTC	WEG Indústrias SA Jaraguá do Sul
Controle, Acionamentos Elétricos e Eletrônica de Potência	abr/05	mar/07	CTC	SENAI Jaraguá do Sul
Gestão Estratégica da Tecn. Da Informação e Comunicação	abr/05	abr/07	CTC	Betim/MG FIAT
CURSOS QUE INICIARAM EM 2007 (47)				
Agroecologia	mai/07	mai/09	CCA	CEAGRO e ITEPA/PR - UFSC
Formação de Professores de Tradução Literária Português-Inglês e Português-Espanhol	Set/07	abr/09	CCE	UFSC e Estados RS/PR/SC
Educação de Jovens e Adultos	mai/07	dez/08	CED	UFSC
Filosofia	Ago/07	dez/09	CFH	UFSC
Avaliação de Serviços de Saúde	Fev/07	set/07	CCS	UFSC
Residência Integrada em Saúde da Família	Fev/07	jan/09	CCS	UFSC
Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde	Jul/07	jul/08	CCS	UFSC
Radiologia Odontológica e Imaginologia	Jul/07	jan/09	CCS	UFSC
Saúde Pública	mar/07	dez/07	CCS	UFSC

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

NOME DO CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		CENTRO	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO
	INÍCIO	TÉRMINO		
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	out/07	out/10	CCS	UFSC
Prótese Dentária	ago/07	ago/09	CCS	UFSC
Odontopediatria	mai/07	dez/08	CCS	UFSC
Odontogeriatrics	Jun/07	nov/08	CCS	UFSC
Odontologia do Trabalho	ago/07	fev/09	CCS	Balneário Camboriú/SC
Odontologia em Saúde Coletiva	ago/07	fev/09	CCS	Balneário Camboriú/SC
Periodontia	Jun/07	jun/09	CCS	UFSC
Multiprofissional em Saúde da Família	mai/07	mai/08	CCS	UFSC
Enfermagem em Terapia Intensiva	set/07	dez/08	CCS	UFSC
Enfermagem em Emergência	set/07	dez/08	CCS	UFSC
Saúde Pública	Jul/07	out/08	CCS	Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí
Endodontia	fev/07	jul/08	CCS	UFSC
Voz	mai/07	jan/09	CCS	UFSC
Ortodontia	Jan/07	fev/09	CCS	UFSC
Competitividade e Estrat. Empresariais	ago/07	out/08	CSE	Brusque/SC
Sistemas de Planejamento e Gestão Empresarial	mai/07	jun/08	CSE	FEPese - UFSC
Estratégia e Cenários no Ambiente das Organizações	set/07	out/08	CSE	FEPese - UFSC
Gestão de Pessoas nas Organizações	ago/07	mai/08	CSE	UFSC
Gestão de Recursos Humanos	ago/07	dez/07	CSE	UFSC
Controladoria	Jun/07	dez/08	CSE	UFSC
Controle da Gestão Pública	set/07	fev/09	CSE	UFSC
Auditoria Pública	ago/07	jun/08	CSE	UFSC
Auditoria e Perícia Contábil	ago/07	fev/08	CSE	UFSC
Direito Público	ago/07	jan/09	CCJ	Curitiba/PR
Direito Ambiental	ago/07	jan/09	CCJ	UFSC
Direito Tributário	ago/07	jun/08	CCJ	UFSC
Direito e Gestão Judiciária para Magistrados	abr/07	out/08	CCJ	Academia Judicial/ Fpolis.
Processos Têxteis	ago/07	set/09	CTC	Jaraguá do Sul/SC
Engenharia de Avaliações e Perícias	ago/07	jul/09	CTC	UFSC
Ergonomia	Jun/07	out/08	CTC	Betim/MG
Gestão Estratégica da Inovação e do Conhecimento	ago/07	fev/09	CTC	Instituto de Competências Empresariais/FIAT/M G
Engenharia Automotiva	Jun/07	dez/08	CTC	Betim/MG - FIAT

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

NOME DO CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		CENTRO	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO
	INÍCIO	TÉRMINO		
Desenvolvimento de Componentes Automotivos	Ou/07	set/09	CTC	ARVIN-MERITOR do Brasil/São Paulo
Sistemas de Energia Elétrica	set/07	out/08	CTC	UFSC
Engenharia de Produção ênfase em Gestão da Manufatura Avançada	set/07	ago/09	CTC	Betim/ MG
Engenharia de Produção com ênfase em Lean Production	mai/07	dez/08	CTC	Betim/MG - FIAT
Matemática Computacional	Jun/07	jun/08	CFM	UFSC
Gestão Escolar	jun/07	jun/08	CED	UFSC - CED
CURSOS APROVADOS PARA INICIAR EM 2008 (6)				
Residência Integrada em Saúde da Família	fev/08	jan/2010	CCS	UFSC
Dentística (inscrições começam nov. E o curso inicia mar/08)	mar/08	mai/09	CCS	Universidade do Contestado/Concórdia /SC
Gerontologia	fev/08	jul/09	NETI	UFSC
Dentística	mar/08	out/09	CCS	UFSC
Implantodontia	jan/08	out/09	CCS	UFSC
Gestão da Competitividade Empresarial	mar/08	jun/09	CSE	Itajaí/SC

FONTE: PRPG

APOIO CONCEDIDO PELA PRPG À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A PRPG manteve sua política anterior, de apoiar os alunos de pós-graduação com 3 medidas: distribuição de bolsas APG, mantidas e aplicadas todas as bolsas existentes (em número de 10); implementação de bolsas emergenciais, por até 6 meses, para alunos em situação crítica (distribuídos 242 meses para 79 alunos no mestrado e 100 meses para 29 alunos no doutorado); e financiamento para participação em eventos nacionais e internacionais, onde foram aplicados recursos da ordem de R\$ 388.990,00 para 606 alunos até o final do terceiro trimestre, com estimativa total de R\$ 500.000,00 reais para todo o ano e um número próximo de 1.000 auxílios.

RECURSOS REPASSADOS PELA CAPES

O **Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF**, que promove a formação de recursos humanos de alto nível, permitindo o atendimento mais adequado das necessidades e especificidades das instituições públicas que oferecem programas de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado - avaliados pela CAPES, com nota igual ou superior a 3.

O financiamento é estabelecido em negociação com a CAPES, com base no projeto de planejamento institucional onde são estabelecidas metas a serem realizadas ao longo de 2 anos.

Atualmente participam do PROF as seguintes instituições: UFPA, UFMA, FUFPI, UFRPE, UFV, UFLA, UFMG, UFSC, UFPR, UFRGS e UnB. Os recursos do Programa destinam-se ao pagamento de bolsas de mestrado e doutorado e ao custeio das atividades de formação da pós-graduação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Os recursos da CAPES são alocados à Instituição que, através de comitê especificamente constituído pela PRPG (CPG/PROF) e aprovado pela Câmara de Pós-graduação, distribui, anualmente, os recursos aos programas. Esta distribuição segue critérios bem estabelecidos que contemplam principalmente a nota do programa, o histórico em termos de recebimento de recursos, o cumprimento de metas de titulação e sua produção intelectual. Cabe aos programas distribuir estes recursos em bolsas, capital ou custeio, a critério de seus colegiados. Esta sistemática tem sido bem aceita e permite uma maior flexibilização dos recursos, respeitando as especificidades de cada área.

Valor repassado pela CAPES aos programas de pós-graduação da UFSC e Pró-Reitoria em 2007 através do PROF/Programa de Fomento à Pós-Graduação.

CUSTEIO BOLSA Em R\$	% BOLSAS	CUSTEIO FOMENTO Em R\$	CUSTEIO TOTAL Em R\$	CAPITAL Em R\$	Total Geral Em R\$
6.994.800,00	75,87%	2.224.050,20	9.218.850,20	345.876,33	9.564.726,53

FONTE: PRPG

A UFSC tem acompanhado, através da comissão do PROF – Programa de Fomento à Pós-graduação, o desempenho dos programas de pós-graduação e estabelecido critérios para a distribuição de recursos. Este procedimento tem resultado em uma resposta positiva dos programas que têm se esforçado para atingir as metas previstas.

O **Programa de Excelência Acadêmica-PROEX** tem como objetivo manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *strictu sensu*, avaliado(s) pela CAPES com nota 6 ou 7, atendendo adequadamente as suas necessidades e especificidades.

O PROEX contempla programas de pós-graduação *strictu sensu*, pertencentes a instituições jurídicas de direito público e ensino gratuito, ou de direito privado.

O apoio do PROEX tem seus termos de concessão fixados mediante um plano de metas acadêmicas, elaborado pelo programa de pós-graduação em compromisso direto com a CAPES.

Programas de excelência da UFSC inseridos no PROEX/CAPES.

PROGRAMAS	CONCEITO
Direito	6
Engenharia Elétrica	6
Engenharia Mecânica	6
Farmacologia	6
Química	6

FONTE: PRPG

CURSOS CONVENIADOS

Cursos MINTER e DINTER - Foram implementados turmas de DINTER com a UFPA, na área de Enfermagem, através do programa “Acelera Amazônia” em convênio com a CAPES e com o CEFET-SC na área de Educação Científica e Tecnológica; turma de MINTER em Educação Física, com a UNOESC. As duas últimas através do programa “Plano Sul de Pós-graduação”, também apoiado pela FAPESC-SC. Além disso, duas turmas de mestrado profissional foram criadas em parceria com o ICE/FIAT, na área de engenharias.

Cursos à distância - a UFSC não ofertou cursos integralmente realizados à distância em 2007, no âmbito da pós-graduação. Alguns cursos de lato sensu ou de stricto sensu fora da sede tiveram oferta parcial e minoritário de conteúdos sob esta metodologia.

Convênios internacionais – Os convênios de cooperação internacional existentes foram renovados, com destaque para o CAPES-DAAD (Alemanha) e CAPES-COFECUB (França), com impacto sobre a pós-graduação.

3) Educação Básica

A Educação Básica na UFSC está hierarquicamente sob a responsabilidade da Coordenadoria de Educação Básica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Nesta categoria de ensino estão: o Colégio de Aplicação, os Colégios Agrícolas: de Camboriú e Senador Carlos Gomes de Oliveira, e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) – O NDI criado em 1980 atende um total de 278 crianças filhos de docentes, servidores técnico-administrativos e alunos da UFSC. O foco de trabalho educativo realizado no Núcleo de Desenvolvimento Infantil é permeado pela infância de 0 a 6 anos. Em função da implementação do Ensino Fundamental do ciclo de 9 anos na UFSC, o NDI em 2007 passou a aceitar as inscrições apenas das crianças que completam 6 anos após primeiro de março e o Ensino Fundamental absorveu as crianças de 6 anos completos até primeiro de março. Por conseguinte o Colégio de Aplicação, em virtude da Portaria N. 004/GR/2006 de 29/11/2006 abriu 20 vagas para o primeiro ano do ciclo de 9 anos do Ensino Fundamental.

O NDI por assumir para si a missão da UFSC – ensino, pesquisa e extensão, desenvolvem pesquisas, ao longo dos anos, pautando-se em distintos e específicos objetivos e orientações teóricas e metodológicas. Projetos de pesquisas desenvolvidos em 2007: Um pedacinho de terra perdido no mar – trilhas e passeios para crianças na ilha; Todo dia é dia: A questão da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na Educação Infantil. Pesquisas de doutoramento: Uma pedagogia para infância no contexto pós-moderno – princípio da escolarização e perspectivas das famílias; Infância, educação e assistência – uma relação simplesmente complexa; A produção discente sobre educação infantil dos programas de pós-graduação em educação (1997/2006) tendências e perspectivas; Mapeamento da educação infantil catarinense- um estudo das propostas pedagógicas; As produções simbólicas sobre as crianças e sua educação – uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. Projetos de Extensão desenvolvidos no NDI em 2007: Um, dois, três e já, lá vamos nós – vivenciando um projeto de educação Itinerante; Boi-de-Mamão – Inserindo Valores Culturais na Educação Infantil; Formação dos Educadores do NDI; Ampliação do nível de qualidade de vida no trabalho. Através do Projeto NDI/Comunidade, o NDI dá apoio acadêmico nos cursos de psicologia, educação física, pedagogia, Universidades, creches municipais e estaduais, atendendo em 2007 mais de 300 alunos por semestre.

Colégio de Aplicação – CA: criado em 1961, atende um total de 879 alunos na Educação Básica e Ensino Médio. Até a presente data a Coordenadoria de Educação básica não recebeu o Plano de Trabalho Coletivo (PTC) 2007 do Colégio de Aplicação para homologação e por este motivo está impossibilitada de fornecer dados precisos no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão.

Colégio Agrícola de Camboriú – CAC: criado em 1953 atende 950 alunos distribuídos nos cursos de Ensino Médio, Técnico e Agropecuária, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em transações imobiliárias e também nos cursos extracurriculares Inseminação artificial, Alemão, Italiano, Inglês, Competência Social, Informática Básica e Avançada e outros, conforme demanda da comunidade interna e externa.

Em 12/06/2006 o Colégio do PPGEA autorizou a abertura de uma turma especial para atender as necessidades de formação docente em nível de mestrado (Mestrado Educacional

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Agrícola) das duas escolas agrotécnicas vinculadas a UFSC. Uma parceria entre UFSC e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foram selecionados 21 inscritos, 9 servidores técnicos e 12 docentes. O curso tem duração de 18 meses no regime de alternância.

Projetos de Extensão desenvolvidos em 2007: assessoria fitossanitária, Assistência técnica ao pequeno produtor rural de bovinos de corte, inseminação artificial em bovinos, pomar didático e produção de lixeiras, pomar didático e produção de bananicultura, pomar didático e produção da maracujazeiro, pomar didático e produção de figueiras, pomar didático e produção frutíferas diversas (acerola, pessegueiro, videira, etc). Implantação de sistema de pastoreio racional voisin-PRV e assistência técnica a produtores da região de Camboriú; Viagem Nestlé pela literatura, II MICTI – Mostra de iniciação científica e tecnológica interdisciplinar; CAC- UNIVALE: desmistificando a inclusão de PNEs, Portifólio escolar, aprendizagem colaborativa em ambiente virtual e Guia verde de produtos e serviços socioambientais.

Projetos de Pesquisa desenvolvidos em 2007: Trabalho e sustentabilidade e efeito do pastoreio racional Voisin no sistema radicular de plantas forrageiras no CAC.

Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira – CASC GO: criado em 26 de fevereiro de 1954 por acordo celerado entre a União e o Estado de Santa Catarina, o CASC GO iniciou suas atividades em 1959. Em 1968 passou a ser vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Decreto n. 62.163 de 25 de janeiro de 1968, estando desde então integrado ao sistema federal de ensino. Atende mais de 500 alunos distribuídos nos cursos de Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino médio, Técnico em aquicultura, técnico em informática com habilitação em sistemas de informação e Curso Técnico em pesca (PROEJA).

Em outubro de 2006 a Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar apresentou ao público o desenvolvimento de pesquisas e experiências no melhoramento das atividades agrárias. Para a realização da mostra científica, os colégios agrícolas de Combóriu (CAC) e Araquari (CASC GO), se propuseram a estimular a formação de pesquisadores, compartilhar experiências e divulgar pesquisas realizadas ao nível de Ensino técnico Federal. A perspectiva interdisciplinar, além do relacionamento entre as disciplinas também propuseram a integração com diferentes públicos: para a primeira edição as Instituições Federais de Ensino Técnico da região sul e os Colégios Agrícolas Estaduais de Santa Catarina, tendo como pretensão que a partir da segunda edição o público alvo abranja as IFES e Colégios Agrícolas de todo o país, transformando o MICTI em um evento nacional e anual.

Alunos matriculados

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003
Ensino Médio	630	685	678	620	611
Ensino Técnico	955	1.155	1.145	1.046	851
Ensino Fundamental	611	600	610	626	611
Núcleo de Desenvolvimento Infantil (Pré-escolar)	276	278	278	278	286

FONTE: PREG

4) Pesquisa

GRUPOS DE PESQUISA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O Diretório de Grupos do CNPq consta com 431 grupos cadastrados em 2007 está em 7º. lugar no *ranking* das instituições nacionais. Esses grupos contam com 2.336 pesquisadores, 1.647 doutores, 3.630 estudantes e 278 técnicos, num total de 1.660 linhas de pesquisa. Nestes 431 grupos, temos a seguinte distribuição por área de conhecimento: 24 nas Ciências Agrárias, 37 nas Ciências Biológicas, 54 nas Ciências Exatas e da Terra, 81 nas Ciências Humanas, 67 nas Ciências Sociais Aplicadas, 63 nas Ciências da Saúde, 77 nas Engenharias e 28 na área de Linguística, Letras e Artes.

PROJETOS

O estímulo à submissão de projetos científico-tecnológicos nas diferentes áreas do conhecimento, com especial atenção às áreas com menor tradição ou recentes em pesquisa, na busca de fontes alternativas de recursos nacionais e internacionais, ampliando a divulgação das oportunidades em pesquisa (fomento, prêmios,...). Além de incentivar ativamente a participação dos pesquisadores da UFSC nas iniciativas nacionais e internacionais relacionadas às atividades fins, estimular as parcerias de pesquisa universidade x setor empresarial (Fundos Setoriais), projetos de P&D setoriais (ANEEL, ANATEL, etc.) e representar a Instituição (UFSC) em redes regionais de competência têm proporcionado o desenvolvimento e a participação em grandes projetos institucionais.

PROJETOS INSTITUCIONAIS

CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/ME –Ciência e Tecnologia para o Esporte – 01/06

Título: As práticas corporais no contexto contemporâneo: esporte e lazer re-significados na cidade.

Programa: Pós-graduação em Educação Física

Coordenador: Prof. José Luiz Cirqueira Falcão

Título: Atletismo do Séc. XXI: estudo interdisciplinar na avaliação de corredores federados nas diferentes etapas de treinamento

Programa: Pós-graduação em Educação Física

Coordenador: Antônio Renato Pereira Moro

CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FNDCT/CAIXA – Habitare – 01/06

Título: Conectividade de sistemas construtivos para HIS concebidos com diferentes materiais e tecnologias em foco na coordenação modular

Programa: Pós-graduação em Engenharia Civil

Coordenador: Humberto Ramos Roman

Título: Análise de sistemas construtivos em HIS para formulação e disseminação de referenciais tecnológicos visando melhoria da qualidade e redução de custos

Programa: Pós-graduação em Engenharia Civil

Coordenador: Janaide Cavalcante Rocha

CARTA CONVITE MCT/FINEP/Ação Transv_ – Cooperação ICTs – Empresas – 06/2006

Título: Utilização de biomassa como fonte alternativa de energia

Programa: Pós-graduação em Engenharia Química e de Alimentos

Coordenador: Humberto Jorge José

Título: Desenvolvimento de sistema de resfriamento de processo de fermentação de álcool por ciclo de absorção

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Sérgio Colle

Título: Desenvolvimento de fios com zero-torção através de recobrimento temporário com filme polimérico durante o processamento têxtil.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Química e de Alimentos

Coordenador: Antônio Augusto Ulson de Souza

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Título: Geração e aprimoramento de recursos avançados de medição para garantia da qualidade e desenvolvimento de produtos inovadores em refrigeração.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Carlos Alberto Flesch

Título: Lubrificação sólida em componentes para compressores II: ferramentas para o domínio tecnológico e desenvolvimento de componentes em fase protótipo.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Aloísio Nelmo Klein

Título: Desenvolvimento de compressores e refrigeradores de baixo ruído e alta performance energética.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Arcanjo Lenzi

Título: Trocadores de calor de alto desempenho para sistemas de refrigeração compactos

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Álvaro Toubes Prata

Título: Prospecção de tecnologia não convencional de refrigeração

Programa: Pós-graduação em

Coordenador: Hannes Fischer

Título: Projeto de compressores de alta performance de forma integrada ao sistema.

Programa: Pós-graduação em

Coordenador: André Morriesen

Título: Caracterização de perdas de origem eletromagnéticas e magnetização em núcleos de materiais magnéticos moles.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Elétrica

Coordenador: Nelson Sadowski

ENCOMENDA MCT/FINEP/Ação Transv. – Cooperação ICTs – Empresas – 06/2006

Título: Inovações tecnológicas para a valorização dos derivados da soja: extração ecológica, derivados poliméricos e margarina com probióticos.

Programa: Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos

Coordenador: Ernani Sebastião Sant'Anna

CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-ENERG. – Energias Renováveis – 01/2006

Título: Compensação de reativos em sistemas fotovoltaicos interligados à Rede de distribuição elétrica comercial.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Elétrica

Coordenador: Denizar Cruz Martins

ENCOMENDA MMA/FINEP/Ação Transv. – 06/2006

Título: Ações integradas para o controle das enfermidades

Programa: Pós-graduação em Aqüicultura

Coordenador: Edemar Roberto Andreatta

ENCOMENDA MCT/FINEP/Ação Transv. – ARQUIMEDES/OCAs – 07/2006

Título: Espaços de Ciências e Artes da UFSC - CIART

Programa: Projeto Institucional

Coordenador: Thereza Christina Monteiro de Lima

CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA – 01/2006 - Seleção pública de propostas para apoio a projetos institucionais de implantação de infra-estrutura de pesquisa

CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/AÇÃO TRANSVERAL – REDE GENOPROT – 07/2007

Título: S-Nitrosilação de fatores de transcrição e morte celular programada em plantas

Coordenador: Ana Carolina Maisonnave Arisi

Título: Identificação e caracterização de marcadores biológicos e diagnósticos em tripanosomatídeos patogênicos através de genômica e proteômica comparativas.

Coordenador: Mário Steindel

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Título: Respostas moleculares do camarão de cultivo *Litopenaeus vannamei* infectado com o vírus da mancha branca e sob condições de estresse.

Coordenador: Maria Risoleta Freire Marques

Como resultado da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Infra – Pró-Infra 01/2004, a UFSC acabou de inaugurar, em 20 de novembro, o **Laboratório Central de Microscopia Eletrônica** com poderosas ferramentas para suas pesquisas no campo das nanotecnologias. O projeto de quase R\$ 5 milhões foi financiado pela Finep, por meio do CTInfra - Fundo Setorial de Infra-Estrutura (R\$ 4,6 milhões) e contou também com recursos da própria universidade (R\$ 400 mil). As áreas de saúde, biologia, eletrônica, química e de materiais estão entre as que mais avançam com o desenvolvimento do universo nano, onde o princípio é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos. O projeto do Laboratório Central de Microscopia Eletrônica tem a coordenação do professor Jorge Mário Campagnolo, diretor do Departamento de Desenvolvimento de Projetos, da Pró-Reitoria de Pesquisa. Envolveu professores de diferentes unidades da UFSC (Centro Tecnológico, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas) e permitiu a construção de um prédio de 450 metros quadrados e condições especiais para abrigar o que é mais precioso: quatro supermicroscópios. São dois microscópios eletrônicos de transmissão (de 100 kV e 200kV), que já estão na UFSC, um microscópio eletrônico de varredura convencional e um microscópio eletrônico de varredura de alta resolução, que estão sendo comprados. Com alta capacidade de ampliação e resolução (poder de ampliação de até um milhão de vezes), os equipamentos exigem condições específicas de funcionamento, como piso especial para impedir qualquer vibração mecânica. As salas são mantidas sob temperatura controlada e as paredes são revestidas com material à prova de vibrações sonoras. O prédio conta também com salas para preparação de amostras (as finíssimas lâminas que são observadas estão entre os desafios da pesquisa nanoscópica), espaço com computadores e um miniauditório. O Laboratório está aberto à comunidade universitária para uso dos equipamentos, e vai possibilitar avanços nos estudos de pesquisadores de áreas como física, química, biologia, agronomia, farmácia, farmacologia, odontologia, engenharia de materiais e engenharia química. Representantes dos diferentes centros de ensino integrados à proposta elaboraram o regimento para uso do setor, o que inclui critérios para seleção dos trabalhos a serem realizados no laboratório e a estipulação de taxas de uso, que vão colaborar para a manutenção do setor, estimada em R\$ 150 mil ao ano.

No momento, estamos preparando os projetos institucionais para atender a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Infra – Pró-Infra 01/2007.

Os pesquisadores da UFSC obtiveram ainda, em 2007 93% dos recursos de fomento no Estado de Santa Catarina (USD 1,400,000.00) em projetos de pesquisa aprovados em diversos editais.

FUNPESQUISA

O projeto FUNPESQUISA, um programa interno da UFSC já devidamente consolidado em suas rotinas, financiou, desde sua criação em 1986, mais de 1.500 projetos, servindo de incentivo aos novos pesquisadores (até 5 anos após a obtenção de sua titulação) para implantação de suas linhas de pesquisa. Em 2007, os recursos liberados, chegaram ao montante de R\$ 150.000,00 atendendo 33 pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. Estes recursos são oriundos atualmente apenas da receita própria da UFSC.

A contemplação de projetos, seguindo critérios de avaliação interna e externa, com comitês formados por professores pesquisadores I do CNPq convidados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, culminou com a distribuição por grande área, conforme listado a seguir:

FUNPESQUISA – Por área de Conhecimento – Quantitativo

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Área	Unidade	Quantidade	Total por Área
VIDA	CCA	2	13
	CCB	4	
	CDS	2	
	CCS	5	
HUMANAS	CCE	3	14
	CED	4	
	CFH	3	
	CSE	4	
EXATAS	CFM	3	6
	CTC	3	
TOTAL			33

FONTE: PRPe

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Cooperação Internacional da CAPES tem como objetivo o desenvolvimento das atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial. A CAPES busca apoiar os grupos de pesquisas brasileiros, principalmente, por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação.

A principal atividade da Cooperação Internacional da CAPES se dá por meio de Acordos Bilaterais. São os programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros. A CAPES financia Missões de Trabalho (intercâmbio de professores), Bolsas de Estudo (intercâmbio de alunos), além de uma quantia para o custeio das atividades do Projeto, sendo imprescindível que os grupos de pesquisa brasileiros estejam ligados a Programas de Pós-Graduação reconhecidos pelo MEC, preferencialmente com conceitos 5, 6 ou 7 na última avaliação da CAPES. Os convênios com Instituições estrangeiras têm trazido benefícios para a Instituição porque permitem a movimentação de alunos e professores, resultando em parcerias no desenvolvimento de pesquisas de interesse comum.

A UFSC encaminhou 39 solicitações à CAPES, entre criação, renovação, pedidos de bolsa ou visita institucional. A seguir estão relacionados os convênios que estavam em andamento e que têm permitido a inserção de alunos e professores da Pós-graduação no cenário da pesquisa internacional.

COORDENADOR DA UFSC	TIPO DO ACORDO	TÍTULO DO PROJETO
Regina de Fátima Peralta Muniz Moreira	Grices	Estudo de Métodos de Separação e Sequestro de Co2
Sandra Caponi	Cofecub	Da Herança a Localização Cerebral: Uma História do Determinismo Biológico na Explicação de Conduta
Adroaldo Raizer	Cofecub	Confiabilidade dos Sistemas Eletrônicos Embarcados
Theophilos Rifiotis	Secyt	Violências, Segurança e Políticas Públicas
Sônia Maria Rummert da UFF, com a participação da Célia Regina Vendramini	Grices	Trabalho e formação de jovens e adultos de baixa escolarização. Políticas e práticas em Portugal e no Brasil
Francisco Crespo Franco, da PUC-RIO, com a participação da Célia	Grices	Políticas e práticas de diferenciação curricular e inclusão educativa: estudos comparativos entre Portugal

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

COORDENADOR DA UFSC	TIPO DO ACORDO	TÍTULO DO PROJETO
Marcondes de Moraes		e Brasil
Osmar Possamai	Grices	Interoperabilidade e Valor
Jacqueline Gisèle Rolim	Grices	SIMOSE - Sistemas Multiagentes e Otimização em Sistemas Elétricos de Energia
Eloir Paulo Schenkel	Secyt	Busca de Metabólitos Secundários a partir de Organismos Marinhos e Modificações Moleculares em Cucurbitacinas
Humberto Ramos Roman	Grices	Desenvolvimento de Pesquisa na Gestão da Comunicação e na Qualidade da Construção centrada na Qualidade da Mão-de-Obra e na Segurança Estrutural
Simone Pereira Schmidt	Grices	Memória, Identidade e Representação Feminina nas Literaturas do Brasil
Marcelo Maraschin	Grices	Caracterização do Perfil Metabólico de Grãos de Variedades Locais de Milho (Zea mays), com ênfase em Carotenóides, Polifenóis e Antocianinas, desenvolvidas e cultivadas no extremo oeste do Estado de Santa Catarina
Guilherme Bittencourt	Cofecub	Manipulação Inteligente de Informação na Web baseada em Ontologias e Serviços Web.
Julia Guivant	Auxílio Curta Duração	Os alimentos funcionais em supermercados no Brasil e na Holanda: abordagem sociológica sobre a aprovação das alegações de saúde pelas sociedades médicas
Henrique de Melo Lisboa	Grices	Conversão de Resíduos Gordurosos com a Produção de Biodiesel por Rota Alternativa
Eugenio Merino	MES Docentes	Brincando de roda
Fátima Regina Mena Barreto Silva	Cofecub	Estudo da 1 alfa,25 diidroxi-vitamina D3 no testículo: citocromo P450 aromatase, metabolismo do cálcio e atividade de cinases-fosfatases no mecanismo de transdução de sinais
Augusto José de Almeida Buschinelli	Probral	Metalização Mecânica da ZRO ² , para brasagem cerâmica/metal
Sandro Luis Schlindwein	Missões de Curta Duração	Missão estudos de curta duração: sistemas de avaliação de uso
Joana Maria Pedro	Cofecub	As Modernidades Alternativas: Projetos, Metamorfoses - Brasil, América Latina e Europa - séculos XIX e XX
Luiz Otávio Pimentel	Secyt	Direito do Comércio Internacional e Promoção do Desenvolvimento
Alckmar Luiz dos Santos	Colegio Doutoral Franco-	Literatura Digital como linguagem falante

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

COORDENADOR DA UFSC	TIPO DO ACORDO	TÍTULO DO PROJETO
	Brasileiro	
Luiz Otávio Pimentel	Centros Associados	Direito do Comércio Internacional e Promoção do Desenvolvimento
Roberto Cid Fernandes Júnior	Cofecub	Evolução Química e História de Formação Estelar no Universo Local
Glicério Triches	Grices	Reciclagem de Pavimentos Flexíveis
Marcelo Dias Varella, da UniCEUB, e José Rubens Morato Leite	CAPES/MECD-DGU	Cooperação Interuniversitária Brasil/Espanha sobre Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil
Roberto Cid Fernandes Júnior	Cofecub	Paleontologia galáctica
Valdir Soldi	Cofecub	Preparação e Caracterização de Nanopartículas Carregadas com Oligossacarídeos
William Gerson Matias	Cofecub	Gestão da Quantidade e da Qualidade da Água Potável em Vilas Costeiras das Regiões de Santa Catarina-Brasil e de Aquitania-França
Osmar Possamai	Cofecub	Representação e Aplicação de Parâmetros Semânticos que influenciam os Processos Produtivos e Organizacionais de Uma Cadeia Produtiva, na Construção Civil Industria Automobilística
Osmar Possamai	Cofecub	Representação, Gerenciamento e Aplicação de Parâmetros de Semântica que influenciam a produção e o processo organizacional de uma dada cadeia de produção.
Sandra R. S. Ferreira	CAPES/MECD-DGU	Aplicação de Técnicas Alternativas de Extração para Obtenção de Frações Seletivas e Compostos Funcionais a partir de Shimeji (<i>Pleurotus ostreatus</i>) e de Erva Baleeira (<i>Cordia verbenacea</i>)
Professor Doutor Luiz Otávio Pimentel	CAPES/MECD-DGU	O estudo comparado entre MERCOSUL-União Européia e Brasil-Espanha sobre boas práticas na proteção e exploração dos ativos de propriedade intelectual das empresas
Jovino Pizzi	CAPES/MECD-DGU	A nova distribuição do poder: implicações éticas e desafios para a sociedade civil
Nelson H Gabilan	CAPES/MECD-DGU	Avaliação de compostos inibidores da enzima GSK3 como tratamento de doenças do sistema nervoso central que envolvem a morte neuronal
Samir Nagi Yousri Gerges	Grices	Qualidade Vibroacústica de Ambientes
Carmen Rial	CAPES/MECD-DGU	Conhecimento e Publicações Científicas nas Ciências Sociais e Aplicadas: uma comparação Brasil e Espanha
Eugenio Merino	Grices	Sistema de Gestão Estratégica de

COORDENADOR DA UFSC	TIPO DO ACORDO	TÍTULO DO PROJETO
		Design
Hunberto Jorge José	Doutorado Capes/DAAD	Elimination of hardly degradable persistent compounds from drinking water and wastewater using advanced oxidation
Márcio Santos	Probral	Desenvolvimento de um método de Monte Carlo híbrido para simulações de transporte de prótons
Professor Doutor Dachamir Hotza	Probral	Fabricação de objetos laminados (LOM) de materiais cerâmicos
Carlos Renato Rambo	MES Projetos	Novas tecnologias de transformação de materiais sob a ação de microondas
Aloisio Nelmo Klein	Probral	Desenvolvimento de Novos Materiais Sinterizados para Aplicações Industriais
Hari Bruno Mohr	Probral	Estudo e desenvolvimento de reatores eletrônicos para lâmpadas de alta e baixa pressão
Antonio Augusto Medeiros Frohlich	Probral	Wireless Sensor Networks based on ZigBee Technology
José Rubens Morato Leite	Grices	A Reparação do Dano Ambiental na Sociedade de Risco: Aspéctos Jurídicos e Compensação Ecológica
Aires José Rover	CAPES/MECD-DGU	Governo Eletrônico e Inclusão Digital
Delamar José Volpato Dutra	CAPES/MECD-DGU	A Nova Distribuição do Poder: implicações éticas e desafios para a sociedade civil

FONTE: PRPe

PARCERIAS E CONVÊNIOS COM O SETOR PÚBLICO E PRIVADO

A UFSC, apesar de jovem, tem forte tradição investigativa em algumas áreas, tais como Química, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica e, ao longo dos anos, vem se sobressaindo em áreas tais como Farmacologia, Antropologia, Direito, Enfermagem, Educação, Filosofia, Física, Engenharia de Produção, Engenharia de Materiais, História, Literatura e Odontologia. Além destas, outras áreas envolvendo pesquisadores mais jovens também estão se destacando, tais como Recursos Genéticos Vegetais, Farmácia, Bioquímica, Botânica, e Biotecnologia. Esta excelência é materializada na qualidade dos seus programas de pós-graduação, nos projetos de grande vulto obtidos por estes grupos, tais como PRONEX, PADCT, FINEP e RHAIE, nas inúmeras parcerias nacionais e internacionais nas quais eles estão envolvidos. Também na participação de seus docentes em instâncias decisórias no país, como, por exemplo, nos Comitês assessores do CNPq (9 representantes da UFSC, ver relação abaixo), assim como no exterior, no que diz respeito a C&T (por exemplo, CYTED, SENACYT – Panamá, entre outros).

PROJETOS DE ALCANCE SOCIAL

Não é de hoje que pesquisadores da UFSC têm participação decisiva no desenvolvimento de atividades econômicas que geram emprego e renda, em especial para os catarinenses, como pode ser denotado das parcerias acima. Exemplo dessa participação está

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

em alguns dos projetos de alcance social desenvolvidos por pesquisadores de nossa Universidade nas diferentes áreas do saber:

- O Departamento de Farmacologia (FMC-CCB) firma parceria com a Natura, na área de fitoterápicos, para estudar a *Passiflora alata* (uma espécie de maracujá existentes no Brasil) com potencial agente para tratamento de pele e na criação de novos produtos da linha antiidade Chronos. Este projeto resultou em creme antiidade, e permitiu a UFSC sua primeira patente com a Natura.
- O Departamento de Ecologia e Zoologia (ECZ-CCB) acompanhou, durante 12 meses, o trabalho de oito pescadores que caracterizam as principais atividades da pesca artesanal praticada na Baía Norte de Florianópolis. A pesquisa faz parte do projeto “Caracterização da pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina”.
- As pesquisas do Laboratório de Ecologia Florestal, ligado ao Departamento de Botânica do CCB, estudam o desmatamento de florestas tropicais e promove a recuperação de áreas degradadas. Os estudos deram suporte à concepção de uma tecnologia para restauração de florestas degradadas. Já foram desenvolvidas quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado sobre o assunto, produzidos materiais didáticos, notas científicas e artigos para apresentações e publicações em eventos e periódicos nacionais e internacionais. A correlação com créditos de carbono é mais um desafio para o grupo sobre qual o preço de recuperar a floresta atlântica. Segundo a equipe envolvida na pesquisa, o sistema de recuperação convencional tem o custo de R\$ 5.500,00 / hectare, a técnica desenvolvida pela UFSC pode ficar em torno de R\$ 3.600,00/hectare.
- Professores e estudantes do Laboratório de Neurobiologia e Hematologia Celular e Molecular estão buscando avançar o conhecimento no campo de células-tronco a partir da investigação destes materiais. Uma das vantagens é que o uso destes tecidos não acarreta problemas éticos e religiosos, como no caso das células-tronco embrionárias. As células-tronco têm capacidade de se transformar em diferentes tecidos e sobre elas estão depositadas esperanças para melhoria do tratamento do câncer, de doenças cardíacas e neurodegenerativas, como Parkinson e Alzheimer. Pesquisas recentes vêm mostrando que o sangue do cordão umbilical e da placenta possui células-tronco. O laboratório da UFSC, ligado ao Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética, do Centro de Ciências Biológicas, estuda a transformação de dois tipos específicos de células-tronco: as hematopoéticas e as mesenquimais. A equipe usa placenta e cordão umbilical dos partos realizados no Hospital Universitário. As células-tronco hematopoéticas estão ligadas à geração dos diversos constituintes do sangue. Para tratamento de leucemias, tipo de câncer que compromete o desenvolvimento dos glóbulos brancos. Atualmente já é possível utilizar o transplante com células-tronco hematopoéticas obtidas do cordão umbilical, mas estudos mostram uma baixa quantidade neste material para se pensar em sua utilização em um adulto. O maior potencial está na terapia em crianças. Por outro lado, por serem "imaturas" imunologicamente (estão em um estágio muito primário de desenvolvimento), as células-tronco hematopoéticas de cordão umbilical têm mais chances de serem bem aceitas pelo receptor – um dos maiores desafios em transplantes é a rejeição. Diante destes potenciais, a equipe da UFSC trabalha com a possibilidade de aumentar a quantidade de células-tronco no cordão umbilical, em um processo onde se busca sua amplificação *in vitro*. Neste caso o objetivo futuro é usar as células-tronco hematopoéticas como um medicamento, na chamada terapia celular. Já as células-tronco mesenquimais são capazes de gerar tecido cardíaco e neural. A partir de sistemas *in vitro*, a equipe da UFSC estuda sua diferenciação em elementos do sistema nervoso.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- O Laboratório de Imunologia Aplicada da UFSC recebeu financiamento de US\$ 100 mil do Ministério da Saúde para continuar pesquisando uma vacina contra a AIDS. Os estudos com a vacina iniciaram em 2003 e são desenvolvidos através de uma parceria com o Instituto Wistar, uma das mais importantes instituições de pesquisa na área biomédica dos EUA. O laboratório da universidade é encarregado de estudar a resposta imune (a forma de proteção do organismo contra microorganismos patogênicos) quando a vacina é administrada pelas vias intranasal ou intravaginal. O tecido vaginal é motivo de preocupação porque uma das principais formas de transmissão do HIV é por via sexual. O projeto é financiado pelo Ministério da Saúde, com verbas do **Programa Nacional de DST e AIDS** e conta também com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- O Laboratório de Imunologia Aplicada, ligado ao Departamento de Microbiologia e Parasitologia do Centro de Ciências Biológicas vem desenvolvendo estudo sobre a complexidade da AIDS. O mesmo laboratório submeteu ao Ministério da Saúde projeto para estudar a resistência de subtipos do vírus HIV aos coquetéis de medicamentos. Uma das principais características do vírus HIV é sua diversidade genética, sendo classificados em tipos, grupos, subtipos e formas virais recombinantes. Assim como acontece na América Latina, Europa Ocidental e Estados Unidos, no Brasil existe um predomínio do subtipo B. Em São Paulo, por exemplo, 90% dos indivíduos soropositivos apresentam esse vírus. A pesquisa realizada na UFSC foi aceita para publicação no *Journal of Medical Virology* e comprova que o subtipo C está presente no Estado de SC. O estudo foi realizado a partir de 100 amostras de sangue coletadas em pacientes atendidos no Hospital Regional de São José, que recebe pacientes de todo o Estado. Entre as amostras analisadas, 48% apresentaram esse subtipo, 23% foram classificadas como subtipo B e o restante das amostras são formas recombinantes, ou seja, um misto entre os subtipos B e C. Trata-se da primeira descrição científica do subtipo de vírus HIV circulante em Santa Catarina. Os estudos foram realizados a partir de técnicas de biologia molecular e seqüenciamento genético do vírus.
- Incluída pela Organização Mundial da Saúde entre as seis mais importantes doenças de origem parasitária no mundo, a leishmaniose vem se expandindo em Santa Catarina. Até o início da década de 80, o Estado não tinha registros da doença. De 1993 a 2004 foram confirmados 86 casos e, desde 2005, outros 200 foram diagnosticados no Vale do Itajaí, nas cidades de Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú e Blumenau. Além disso, estudo em andamento no município de Piçarras, litoral norte do Estado, mostrou que entre 583 estudantes investigados apenas um tinha passado de lesão compatível com a doença - mas 15,6% apresentaram teste cutâneo positivo. Isso significa que as pessoas estão sendo picadas pelo inseto infectado e, portanto estão sendo infectadas, mas não apresentam as feridas provocadas pela leishmaniose. Recentemente foram também registrados os primeiros casos de co-infecção HIV-leishmaniose na região do vale do Itajaí. Através de projetos financiados pelo CNPq e pela Secretaria de Estado da Saúde, os pesquisadores do Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFSC, desenvolvem ações de pesquisa e extensão nas áreas que têm apresentado os focos.
- O Núcleo de Pesquisa em Florestas Tropicais, ligado aos centros de Ciências Agrárias e de Ciências Biológicas da UFSC vem estudando a *casca-de-anta*, uma pequena árvore que tem sua casca usada na medicina. Os diversos agricultores da região de Caçador não eliminam mais as mudas de *casca-de-anta* nas roçadas, cientes de que se trata de um recurso valioso. A retirada da casca, que está proporcionado renda a partir de um recurso não explorado comercialmente na propriedade, é exemplo do potencial da floresta como geradora de renda. Para o

grupo de professores e estudantes que integram o Núcleo, há uma possibilidade estratégica de conciliar uso e conservação dos recursos florestais. A *casca-de-anta* é exemplo bastante recente em relação a outras plantas de grande importância social e econômica já estudada pelo grupo. Entre elas estão a araucária, a bracatinga, a imbuia, a espinheira-santa, a samambaia-preta e a palmeira juçara – de onde vem o palmito e que agora volta a receber atenção especial em função do sucesso do açai.

- Acusados de homicídio representados por advogados remunerados pelo réu têm mais possibilidades de serem absolvidos. Baseada em dados numéricos e leitura de processos, esta é uma das conclusões da pesquisa que analisou o fluxo de funcionamento do Sistema de Justiça Criminal nos processos penais (no total 183) para o crime de homicídio doloso entre 2000 e 2003, na Região Metropolitana de Florianópolis/SC. A pesquisa considerou os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Os processos foram acompanhados até 2006. Os dados pesquisados por integrantes do Laboratório de Estudos das Violências (Levis), ligado ao Departamento de Antropologia da UFSC, mostram quantitativamente as diferenças em relação ao acesso à justiça. Segundo a pesquisa, a questão do tempo de processamento, assim como o fluxo de justiça, são temas praticamente inexplorados no Brasil. O estudo analisou também uma série de outros dados sobre as características dos homicídios e o perfil social dos envolvidos. A pesquisa também constatou, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde, que na Região Metropolitana de Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu) houve um aumento significativo dos casos de homicídio no período de 2000 a 2003.
- Pesquisas coordenadas pela professora Eliana Diehl, do Departamento de Ciências Farmacêuticas do Centro de Ciências da Saúde (CCS), pretendem mostrar como acontece o consumo de remédios industrializados em três comunidades indígenas de Santa Catarina. Através da abordagem conjunta de aspectos antropológicos e epidemiológicos, a professora procura traçar o perfil do consumo e as percepções que os próprios usuários têm sobre esse tipo de remédio. Os projetos “Medicamentos no contexto local indígena Guarani (litoral de Santa Catarina)” e “Medicamentos nos contextos locais Kaingang e Xokleng (Santa Catarina)” estão inseridos no Programa de Pós-Graduação em Farmácia e fazem parte do Grupo de Pesquisa “Medicamentos em Contextos Locais Indígenas”, do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Liderado por Diehl, esse grupo procura desenvolver pesquisas que envolvem as percepções e usos de medicamentos por diferentes povos indígenas brasileiros, tendo como referenciais teóricos e metodológicos a antropologia e a saúde pública/epidemiologia.
- O açafraão é foco de uma pesquisa no campo da nanomedicina – área que une a medicina à nanotecnologia. O estudo vai analisar as propriedades de nanocápsulas de curcumina, composto natural extraído do açafraão-da-índia, no combate do câncer de pele. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado de Letícia Mazzarino, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Farmácia, sob orientação da professora Elenara Lemos Senna, do Departamento de Ciências Farmacêuticas (CIF). O emprego de estruturas nanoscópicas como “entregadoras” de medicamentos antitumorais é uma estratégia para contornar as limitações e reduzir os efeitos colaterais da quimioterapia convencional. A nanotecnologia atua na escala do nanômetro, o bilionésimo de metro, ou um milímetro dividido um milhão de vezes. O estudo vai analisar como o fármaco se comporta se fosse administrado por meio das cápsulas nanoscópicas – os chamados carreadores nanoestruturados. O principal objetivo das pesquisas farmacêuticas tem sido a busca de novos medicamentos mais eficazes, e também mais seguro. A medicação por meio de nanocápsulas apresenta diversas vantagens. Permite, por exemplo, que os

fármacos sejam direcionados para células e tecidos específicos do organismo, atuando apenas nas células doentes, sem afetar as saudáveis.

- O Núcleo de Estudos e Assistência em Enfermagem e Saúde no Cuidado a Pessoas com Doenças Crônicas (Nucron) faz parte do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem UFSC. Para comemorar a trajetória de pesquisas sobre a vida das pessoas com doenças crônicas, o grupo está organizando um livro com teses, dissertações e estudos realizados ao longo dos 20 anos. A intenção é buscar novos caminhos na assistência e no cuidado com portadores de doenças crônicas, promovendo um viver mais saudável. No início os estudos eram voltados para a ocorrência de doenças crônicas em Florianópolis e foram seguidos por vários subprojetos financiados pelo Ministério da Educação e CNPq. A área temática dos estudos é baseada nas doenças crônicas mais incidentes: cardiovasculares, respiratórias e *diabetes mellitus*.
- Estudo realizado por estudantes do Curso de Nutrição mostra que a higiene de vegetais consumidos em restaurantes e vendidos em supermercados de Florianópolis deixa a desejar. Identificaram que em 37,5% de amostras de restaurantes, 62,5% de amostras de vegetais pré-higienizados e 53,8% de amostras de vegetais não-higienizados há alguma forma de contaminação. Os problemas mais frequentes estão relacionados à presença de insetos, fungos, protozoários, fezes de moluscos, ácaros, ovos e larvas de vermes. Os resultados foram obtidos em uma avaliação microbiológica de vegetais consumidos crus em Florianópolis. A pesquisa analisou amostras de vegetais crus consumidos na cidade, principalmente em locais próximos à UFSC. Foram recolhidas 32 amostras provenientes de restaurantes, 8 amostras de vegetais pré-higienizados e 26 amostras de vegetais não-higienizados.
- A implantação do Programa de Saúde de Família (PSF) promete mudar a realidade da saúde pública no Brasil. Atualmente, 26 mil equipes atendem a cerca de 100 milhões de habitantes, em 85% dos 5.507 municípios brasileiros. Apesar da abrangência do programa, muitos desses agentes estão distantes dos grandes centros médicos, o que dificulta a comunicação com outros profissionais da área. Para minimizar o problema, que tem provocado a desistência de pessoal no PSF, o Ministério da Saúde criou o projeto Telessaúde Brasil. O projeto prevê a implantação de núcleos de Telessaúde em nove estados: Amazonas, Ceará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada núcleo estará conectado a 100 pontos instalados em Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídos pelo interior dos estados, contemplando 2.700 equipes de Saúde da Família e beneficiando 11 milhões de habitantes. Coordenado por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Núcleo Telessaúde de Santa Catarina atende a 201 agentes de sete municípios e foi criado para pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologias para a área, assim como para a prática do ensino, pesquisa e assistência a profissionais do PSF. Para isso, serão disponibilizados os serviços de capacitação a distância, além da criação de uma rede composta por 100 municípios, ampliada por meio das cidades que já compõem a Rede Catarinense de Telemedicina (RCTM) – totalizando 160 municípios. A RCTM, que está atuando como motivador e ponto de partida para a implantação do Telessaúde no estado, é um projeto desenvolvido pela UFSC em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, que disponibiliza o acesso via internet a imagens, sinais e laudos médicos gerados a partir de estabelecimentos de saúde em todo o Estado.
- Estudantes dos cursos de Nutrição e Odontologia se uniram para avaliar a saúde dos pacientes submetidos à cirurgia bariátrica no Hospital Universitário. O projeto 'Aspectos odontológicos e nutricionais de indivíduos submetidos à cirurgia bariátrica' realizado pelas pós-graduandas Fernanda Boesing e Juliana Sedrez Patiño deu

origem a subprojetos e um deles enfoca os aspectos nutricionais destes pacientes e de seus familiares consanguíneos. O trabalho 'Relação intrafamiliar do ganho de peso em obesos mórbidos' foi desenvolvido pelas estudantes Juliana Miranda, graduanda de Nutrição, Viviane Rodrigues Silva, mestranda de Nutrição e Ana Cláudia Baladelli, pós-graduanda de odontologia. As estudantes foram orientadas pela professora Emília Moreira.

- Pesquisas da área de Antropologia estão colaborando com o reconhecimento de direitos tradicionais das comunidades quilombolas. Na Região Sul, o trabalho conta com o suporte dos estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), ligado ao Departamento de Antropologia. O NUER assinou convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e iniciou o projeto "Quilombos no Sul do Brasil – perícias antropológicas". O convênio foi realizado com o objetivo de contribuir com o decreto 4.887, que prevê o reconhecimento, a demarcação e a titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. O critério para o reconhecimento das comunidades é o da auto-identificação – cada comunidade deve se organizar e solicitar ao Incra o processo de reconhecimento e titulação de suas terras. O NUER atuou no projeto elaborando relatórios que remontam a história dessas comunidades através de pesquisas e uso de documentos.
- Procurando entender os fatores de risco psicológico que podem levar jovens e adolescentes ao consumo de álcool, o estudante do curso de psicologia Kleber dos Santos aplicou um questionário de 38 perguntas com cerca de 500 alunos de seis escolas dos bairros Barreiros e Areias, em São José. Os resultados preliminares da pesquisa "A relação entre ansiedade, depressão e consumo de álcool em adolescentes e jovens na Grande Florianópolis" foram apresentados na 6ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC. Fenômenos psicológicos como a ansiedade e a depressão são abstratas e dinâmicas. Nessas duas características está justamente a dificuldade em identificá-los.
- O projeto da UFSC que inovou na área de geração solar de energia comemora dez anos de operação ininterrupta. Trata-se da primeira instalação solar integrada à arquitetura e interligada à rede elétrica pública do Brasil, que foi inaugurada em setembro de 1997. Ela converte diretamente energia solar em eletricidade, através dos módulos fotovoltaicos instalados na cobertura do Bloco A do Departamento de Engenharia Mecânica. O gerador solar fotovoltaico de 2 kWp do Departamento de Engenharia Mecânica inovou por utilizar, numa instalação de porte considerável, a tecnologia de filmes finos de silício amorfo. Os estudos realizados durante os dez anos demonstraram a viabilidade técnica do sistema e os benefícios sociais, econômicos e ambientais da geração distribuída de energia solar. Resultados publicados em veículos de divulgação científicas nacionais e internacionais comprovam que para o Brasil a tecnologia de filmes finos de silício amorfo é a que apresenta melhor performance (energia gerada durante o ano para cada watt-pico instalado) dentre as tecnologias atualmente disponíveis.
- A partir de 2008, será obrigatória a adição de 2% de biodiesel, o B2, ao diesel vendido no Brasil. Em 2013, esse percentual deve chegar a 5%. Para cumprir a lei, o país precisará produzir mais de dois bilhões de litros de biodiesel ao ano. Atualmente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), são produzidos apenas cerca de 650 milhões litros/ ano. Diante desse desafio, vários centros de pesquisa realizam estudos sobre processos químicos e o potencial das plantas, colocando em suas pautas os benefícios sócio-econômicos do biodiesel. Uma equipe do Laboratório de Engenharia Bioquímica (Engebio), ligado ao Departamento de Engenharia Química, pesquisa diferentes modos de obtenção deste combustível renovável, a partir de várias matérias-primas brasileiras. Há quase três anos, o químico Américo Cruz, com mestrado na área

concluído em julho deste ano, iniciou as pesquisas em produção de biodiesel a partir da reutilização do óleo de soja do Restaurante Universitário.

- Como uma eficiente alternativa ao diesel de petróleo, principal combustível consumido no Brasil, o biodiesel traz benefícios ambientais e sócio-econômicos ao país. É produzido a partir de fontes renováveis como óleos vegetais, gorduras animais e óleos utilizados na fritura de alimentos, em uma reação com um álcool simples, como etanol e metanol. A obtenção do biodiesel no Engenbio se dá através do processo químico chamado transesterificação com álcool etílico, preferível por ser renovável e por sua combustão ser mais limpa. Este processo é o mais utilizado atualmente no Brasil.
- O Programa de Pós-graduação em Ciência dos Alimentos apresentou um software para rastrear a cadeia produtiva de moluscos. O trabalho é resultado da dissertação de mestrado “Sistema de Gerenciamento da Rastrealidade para a Cadeia Produtiva da Milicultura”, defendida por Charles Sühnel, que desenvolveu o programa com a contribuição do professor Fernando Augusto da Silva Cruz, do Departamento de Informática e Estatística da universidade. “O sistema visa a sustentabilidade através do monitoramento e acompanhamento do ambiente marinho onde são cultivados os moluscos, garantindo, assim, a continuidade da atividade para as gerações presentes e futuras”, explica Sühnel. A idéia é monitorar a cadeia produtiva nas etapas de coleta e engorda de sementes, industrialização e comercialização, levando ao consumidor final um alimento rastreado com segurança e preocupação ambiental, garantindo a disponibilidade contínua de moluscos.
- Com o levantamento de mais de 30 mil dados só em respostas diretas de moradores, em seis comunidades carentes, um grupo de professores e estudantes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC traçou o perfil do mercado informal de terras na região conurbada da Capital. O levantamento faz parte de uma extensa pesquisa (Infosolo - Mercados informais de solo urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo), desenvolvida por diferentes universidades em oito capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador, Brasília, Belém e Florianópolis). De forma padronizada, os grupos descreveram em suas regiões os mecanismos de comercialização e de locação dos imóveis em assentamentos carentes e de informalidade, mostraram os preços médios praticados por metro quadrado, as características dos indivíduos que participam desse mercado e vivem nas áreas carentes, as características construtivas das moradias, os fatores de atração e repulsão na escolha do local de moradia, entre diversos outros aspectos.
- Pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Epagri) e da Universidade Federal de Santa Catarina foram responsáveis pelo desenvolvimento de duas cultivares da goiabeira-serrana. Depois de longo trabalho de observação das populações na natureza e de uma série de cruzamentos, os pesquisadores selecionaram essas duas cultivares que apresentam um maior número de características favoráveis ao cultivo e à qualidade da fruta. Uma das importantes vantagens das novas cultivares é o fato de seus frutos maturarem no outono, característica rara em outras plantas frutíferas. Isso garante o fornecimento de frutas frescas na entressafra. As duas cultivares que serão lançadas só variam na época de maturação dos frutos, sendo uma mais precoce e outra mais tardia. A goiabeira-serrada é adaptada a regiões de altitude. As duas cultivares são recomendadas para o plantio em áreas acima de 1000 metros de altitude, pois assim ficam reduzidos os problemas fitossanitários, ou seja, de pragas e doenças. Os estados mais propícios para seu cultivo são Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- O doutorando em Recursos Genéticos Vegetais, Alexandre Siminski, está desenvolvendo a pesquisa Floresta do Futuro, seguindo a linha de pesquisa do Núcleo de Pesquisas em florestas Tropicais (NPFT). Santa Catarina está dividida em três tipos de formação florestal: a do litoral, a do planalto e a em torno do Rio Uruguai. Em cada uma dessas localidades é realizado um trabalho com os agricultores para descobrir qual a percepção que eles têm em relação às áreas de floresta nativa dentro de suas propriedades.
- A mestranda da pós-graduação de Ciência dos Alimentos, Tatiana Oro, estuda a noz-pecã, relacionando sua composição com o desenvolvimento de novos produtos a partir do seu óleo. As nozes possuem componentes nutricionais que são interessantes para dieta, como vitaminas, principalmente o tipo E, que é um antioxidante, importante para manutenção da saúde, vitalidade das células e para a pele.
- Uma nova fonte de renda pode ajudar a quem antes dependia só da pesca a ganhar mais e ainda preservar o meio ambiente. O cultivo de uma espécie nativa de vieira em fazendas marinhas tem vantagens adicionais: estimular a gastronomia e até o turismo em Santa Catarina, pois somente neste estado e no Rio de Janeiro cultivam-se os moluscos internacionalmente conhecidos pela denominação "coquille de Saint-Jacques". O único modo de aproveitamento econômico dessa iguaria é a aquicultura. No ano passado foram produzidas quase 24 mil unidades, principalmente nos arredores de Florianópolis (11.508), Porto Belo (8 mil), Penha (2.250), São José (1.500) e Balneário Camboriú (480). "A atividade de cultivo de vieiras está apenas iniciando em Santa Catarina".
- A Sociedade Brasileira de Analistas de Alimentos (SBAAL) concedeu Diploma de Honra ao Mérito na Área de Microbiologia ao trabalho "Utilização de água de coco verde (Cocos nucifera) na composição de meios para cultura de Escherichia coli". O projeto é parte de uma tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos, vinculado ao Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos (CAL), do Centro de Ciências Agrárias (CCA). O objetivo do trabalho foi o de avaliar a água de coco verde como meio de cultura para a bactéria Escherichia coli, um microrganismo indicador das condições higiênico-sanitárias de alimentos. Os resultados obtidos foram superiores ou semelhantes em relação aos meios comerciais caldo lactose e caldo soja tripton. A água de coco verde contém a maioria dos nutrientes necessários para o crescimento microbiano. Trata-se de uma solução natural e estéril com sais minerais, proteínas, açúcares, vitaminas, gorduras neutras e fatores de crescimento, e por isso vem sendo estudada como meio de cultivo e promotor de crescimento celular; como solução de rehidratação oral; diluente do sêmen de caprinos e ovinos e meio de cultivo de embriões bovinos. A composição da água varia em função da variedade do coco, do ambiente no qual ele cresce e do estágio de maturação. Os principais componentes da água de coco são glicose, frutose e sacarose, podendo atingir até 8 g/100 ml.
- Uma prática rudimentar para coleta de sementes de mexilhão, que consiste em retirar as sementes diretamente de reservatórios naturais – os costões rochosos – através de raspagem, ainda é utilizada por várias comunidades pesqueiras em Santa Catarina. A técnica destrói a natureza e põe em risco o produtor, que necessita ir até os costões, áreas expostas ao forte batimento de ondas. Uma outra forma para obtenção das sementes, mais econômica e ecologicamente correta, é o uso de coletores artificiais. Ensinar a maneira ideal de utilização desses equipamentos em diferentes regiões do estado é o principal objetivo do projeto "Coletores de Sementes de Mexilhão". O trabalho, financiado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é

desenvolvido pelo Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM), do Departamento de Aqüicultura da UFSC, em parceria com pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Universidade da Região de Joinville (Univille). Os coletores podem ser feitos com materiais reutilizáveis, como plástico ou náilon e devem apresentar uma região filamentosa e uma base sólida. São colocados em diferentes profundidades na água, variando de acordo com a região. As larvas fixam-se nos coletores e ali se desenvolvem até sofrer a metamorfose completa e se transformar em mexilhões. As metodologias e resultados do projeto já estão sendo aplicados, principalmente por duas comunidades de produtores, em Palhoça e em Bombinhas. Em Governador Celso Ramos e São Francisco do Sul a aplicação está em fase inicial. A produção de moluscos – ostras, vieiras e mexilhões – em Santa Catarina são considerados uma atividade com forte impacto sócio-econômico. De acordo com dados da Epagri, a atividade gera cerca de oito mil empregos, desde a produção até a comercialização. A obtenção de sementes é uma das necessidades básicas para produção de moluscos como o mexilhão. No início dos cultivos, a extração era feita apenas através da raspagem de costões e, em função do aumento de produção e do controle de autoridades ambientais, a oferta de sementes diminuiu. A primeira queda foi observada no ano de 2002, em que a produção do ano foi de 10 mil toneladas, segundo dados da Epagri. Em 2000, este número era de 12 mil toneladas. Por isso, foi necessário buscar métodos alternativos para obtenção de sementes – o uso de coletores artificiais foi a solução mais eficaz.

- A professora da Prefeitura de Florianópolis e pós-graduada na UFSC na área de Biologia Vegetal, Cristina Baldauf, recebe o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2006. Geração de renda em áreas de Mata Atlântica: a experiência do manejo sustentável da samambaia-preta é o título do trabalho premiado. O estudo da samambaia-preta faz parte de sua dissertação de mestrado na UFSC, desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais e orientada pelo professor Maurício Sedrez dos Reis. A bióloga formada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) venceu na categoria Jovem Pesquisador e receberá cinco mil dólares. Concorreram 145 trabalhos de países membros e associados do Mercosul. O estudo premiado teve início em 2000, junto com o Projeto Samambaia-Preta, uma parceria entre a ONG Ação Nascente Maquiné e o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Sustentável e Mata Atlântica (Desma), da UFRGS. Cristina conta que o projeto foi criado para avaliar o extrativismo da planta na região nordeste do Rio Grande do Sul, já que cerca de três mil famílias do local tem na coleta da planta sua principal fonte de renda. As folhas da samambaia-preta são mundialmente usadas em arranjos de flores. O extrativismo da samambaia-preta no Rio Grande do Sul corresponde a 50% da produção brasileira.
- “Não quero ser garçom de vaca!” Esta é uma reação comum a muitos agricultores quando apresentados ao método do Pastoreio Voisin. Depois de alguma conversa, entretanto, a maioria deles consegue realmente enxergar as vantagens proporcionadas por um manejo racional dos pastos. Criado em 1998, o GPVoisin atua como um grupo de extensão e pesquisa que tem como objetivo viabilizar a implantação de projetos de produção animal agroecológica em pequenas propriedades familiares. Formado por 16 alunos do curso de Agronomia da UFSC, sob a coordenação do professor Abdon Schmitt, o grupo já prestou assessoria para 586 propriedades rurais de Santa Catarina. O método de pastoreio proposto pelo grupo foi elaborado pelo cientista, agricultor, bioquímico e professor francês André Voisin. A base do sistema – denominado de Pastoreio Voisin – é a divisão da área de pastagens através de piquetes. Uma vez por dia os animais saem de uma parcela pastoreada e são conduzidos para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. O tempo de repouso concedido aos piquetes proporciona às plantas

condições para que possam crescer, sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte. Os animais, por sua vez, consomem uma quantidade maior de um pasto com melhor qualidade. De acordo com Fabian Busnardo, coordenador executivo do grupo, a sensibilização dos agricultores é uma etapa fundamental do trabalho. “É importante que eles entendam como funciona o processo e vejam que ele realmente pode ser adaptado às condições particulares das suas pastagens.” A sensibilização mais forte, porém, é feita quando os próprios agricultores vêem o sistema de pastoreio Voisin já funcionando em outras propriedades.

- Os apreciadores do chimarrão já podem degustar um novo produto feito com erva-mate. A novidade é a chamada “bala funcional de erva-mate”, que possui propriedades bioativas da planta. O doce é feito com os mesmos ingredientes das balas de goma, com o acréscimo de um resíduo obtido na produção da erva. A novidade foi desenvolvida em estudos realizados junto ao programa de pós-graduação em Ciência dos Alimentos. O estímulo à atividade física e mental é uma das propriedades da erva-mate. Os trabalhos integram o projeto ‘Negócios do Futuro’, lançado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em setembro de 2006, em conjunto com o Sebrae. O objetivo é apoiar as indústrias ervateiras para o desenvolvimento de novos produtos com características químicas e biotecnológicas próprias da erva-mate, com padrão de exportação. Segundo dados do Projeto Ervanova, o cultivo da erva-mate no Brasil é diretamente associado ao consumo de chimarrão. Mas os índios usavam essa planta para resistir à fadiga, reduzir fome e sede. A cultura rende diretamente aos produtores brasileiros mais de R\$ 150 milhões ao ano e gera cerca de 700 mil empregos.
- As propriedades medicinais da erva-mate e as propostas de novos produtos traz a novidade do Projeto Ervanova, uma parceria entre Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, ligado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) e Departamento de Engenharia Mecânica, ligado ao Centro Tecnológico (CTC) da UFSC, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai de Chapecó e IEL (Instituto Euvaldo Lodi/SC). Os trabalhos integram projeto ‘Negócios do Futuro’ lançado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em setembro de 2006, em conjunto com o Sebrae. O objetivo é apoiar as indústrias ervateiras para o desenvolvimento de produtos com características químicas e biotecnológicas próprias da erva-mate, com padrão de exportação. A equipe envolvida com o projeto busca a internacionalização dos produtos. Países como Uruguai e Síria já importam a erva-mate brasileira. Edna diz que a idéia é garantir à erva-mate um ‘status de café’. Isto é possível, já que no momento todos estão procurando os benefícios das plantas e além de seus compostos bioativos, a erva-mate, cria um novo mercado de produtos naturais, gerando mais emprego e renda.
- A fim de facilitar a comercialização do catfish, bagre norte-americano com produção de destaque em Santa Catarina, o Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce (Lapad) desenvolveu um Caderno de Normas para a produção desta espécie. O trabalho foi desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Associação dos Criadores de Catfish do Sul (ACCS). O projeto para elaboração do caderno de normas contou com a participação de professores, mestrandos e acadêmicos do Centro de Ciências Agrárias (CCA). O projeto foi realizado em conjunto com sete produtores da ACCS, com propriedades localizadas nos municípios de Guaramirim, Joinville, Palhoça, Rio dos Cedros e Tijucas. O caderno de normas, com regras de produção previamente estabelecidas e aprovadas pela Secretaria de Agricultura e Política Rural de Santa Catarina, é fundamental para a obtenção do selo de Qualidade e Origem (CCO). O selo facilita a entrada do produto tanto no mercado nacional quanto no internacional. O estado de Santa Catarina, maior produtor de catfish do Brasil, exporta boa parte da sua produção para Estados Unidos e Europa.

- Uma infra-estrutura para aproximar a ciência da comunidade está sendo pensada por um grupo de professores da UFSC há quatro anos. Foi criada a Associação Parque Viva Ciência, cujo projeto propõe a construção do primeiro Museu de Ciências do Estado. A idéia é despertar o gosto pelo conhecimento e popularizar a ciência através de um espaço multidisciplinar, agregando vários setores da UFSC, entre eles laboratórios do departamento de Química e Física, Planetário e Observatório. Estes espaços são constantemente visitados por escolas dos ensinos médio e fundamental de todo o Estado. Em 2006, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) aprovou dois projetos. Um de R\$ 98 mil em recursos para compra de equipamentos interativos e elaboração de um projeto arquitetônico para o Museu e outro de R\$ 50 mil para ambientes temáticos do departamento de Química.
- Já a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) aprovou R\$ 583 mil para compra de um novo projetor para o Planetário, equipamentos para áreas externas e pagamento de monitores para acompanhamento de visitantes. Os novos equipamentos ficarão inicialmente no bosque da Universidade, ao lado do Planetário e do Observatório. O próximo passo da Associação Parque Viva Ciência é elaborar o projeto arquitetônico – uma maquete para facilitar a compreensão do projeto e participar de perto das decisões das autoridades responsáveis pelo uso do terreno na Baía Sul. O grupo quer, ainda, sensibilizar a comunidade para a importância da construção do Museu e buscar alianças com a iniciativa privada, para obter mais recursos.
- O Departamento de Farmacologia da UFSC está com mais uma edição do programa 'Novos Talentos: Interação Educação e Ciência'. A iniciativa é direcionada a professores e estudante de escolass públicas de ensino médio da Grande Florianópolis. Nestes grupos, quatro acadêmicos e dois professores serão escolhidos para uma experiência de formação e capacitação de cerca de um ano na UFSC, em que serão acompanhados por monitores, acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Os alunos e professores selecionados recebem uma bolsa para auxiliar no transporte e alimentação. Esforços são também realizados pelo projeto para auxiliar os alunos a ingressarem nas universidades públicas. A iniciativa contou com apoio da Fundação Vitae na implantação e atualmente tem apoio financeiro da Finep e da Capes. Quinze universidades de todo o país integram o projeto que nasceu como uma iniciativa do professor Leopoldo de Méis, da UFRJ, em 1986. Em Florianópolis, quase 600 pessoas se candidataram em cada curso de férias. Para divulgar o curso de 2008 materiais estão sendo distribuídos às escolas para divulgação da oportunidade. Visitas aos colégios da Grande Florianópolis também serão realizadas, para incentivar a participação. O projeto já proporcionou o curso de férias a 42 professores e 143 alunos da rede pública da grande Florianópolis. Destes, seis professores e 14 alunos foram selecionados para desenvolver atividades nos laboratórios na UFSC, participando de seminários e projetos de pesquisa. Entre os 14 estudantes contemplados, 10 tiveram a oportunidade de estudar em cursos pré-vestibulares. Este ano três alunos fazem cursinho e um dos selecionados como estagiário classificado no vestibular 2005, está cursando a Graduação em Farmácia da UFSC. Outros três alunos selecionados foram aprovados em vestibulares na UFSC e na UDESC.
- O laboratório de tecnologia automotiva, do departamento de Engenharia Mecânica, mantém parceria com a Fiat Automóveis. O objetivo é desenvolver projetos com tecnologia de ponta relacionada aos sistemas que compõem um veículo, desde o design até os componentes necessários para geração de energia, tração e estabilidade. Os resultados das pesquisas realizadas no laboratório poderão ser agregados a um protótipo que demonstre a viabilidade da aplicação pela indústria automobilística. O projeto estabelece ações de curto, médio e longo-prazo, para o

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

desenvolvimento de inovações através de soluções criativas para problemas ou oportunidades da área automotiva. “Esperamos desenvolver inovações em todos os campos de atuação do laboratório, desde eletro-eletrônica, mecânica, materiais, combustíveis e até nos processos de produção”. Através da parceria, a empresa busca não apenas obter os resultados tecnológicos, mas também a inclusão de seus profissionais na cultura das pesquisas.

Fonte: AGECOM; 2007 (www.ufsc.br, ESPECIAL PESQUISA).

PIBIC

Com relação aos alunos de Iniciação Científica (IC), a UFSC participa do Programa PIBIC/CNPq há 17 anos. No cenário nacional a UFSC está em 8º. lugar dentre as 172 instituições participantes do Programa. Este Programa conta atualmente com 458 bolsas de IC (368 do CNPq), além de outras 101 bolsas originadas das cotas dos pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, refletindo o compromisso institucional assumido e a preocupação com a formação dos futuros pesquisadores do país. Os pesquisadores da UFSC têm ainda sob sua orientação 58 estagiários de IC voluntários. Anualmente a PRPe organiza a apresentação dos trabalhos relacionados a estes bolsistas no Seminário de Iniciação Científica, que no ano de 2007 contou com a apresentação de 598 painéis e 54 apresentações orais. Vários alunos participaram também da mostra “UFSC: divulgando e popularizando a ciência” dentro da IV Semana de Ciência e Tecnologia. Ainda, no conjunto das ações estabelecidas pela UFSC, para a SNCT, foi acordado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, a realização da 2ª Feira de Ciências e Tecnologia da Rede Estadual de Ensino, com a participação de 37 escolas. Com isso, abriu-se um excelente espaço de integração, entre o segmento da pesquisa universitária, com o ensino médio, proporcionando uma interatividade entre ambos. Nesse contexto, a Secretaria de Educação do Estado, realizou a premiação dos melhores trabalhos da feira, por categoria, e geral, entre seus pares.

O Colégio Agrícola de Camboriú apresentou sua II Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar, o MICTI, estimulando o desenvolvimento de atividades de iniciação de pesquisas técnico-científica, com foco interdisciplinar, divulgando a produção apresentada na mostra, através de premiações em diferentes categorias, incentivando o desenvolvimento do espírito científico nos estudantes, nos docentes e na comunidade em geral.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Alunos Destaques de 2006:

- Janaína Basílio e Eloi Agostini Júnior, do Centro Tecnológico, - Manuela de Souza Diamico, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas;
- Tatiane Bevilacqua, do Centro Sócio-Econômico;
- Viviane Rodrigues Gonçalves da Silva, do Centro de Ciências da Saúde;
- Fernanda Kokowicz Pilatti, do Centro de Ciências Biológicas.

Alunos Destaques de 2007:

- Gabriela Vieira e Daiana dos Anjos, do Centro Tecnológico;
- Débora Pazetto Ferreira, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas;
- Otávio Guimarães Tavares, do Centro de Comunicação e Expressão;
- Rafael Trevisan e Mariana Borsa, do Centro de Ciências Biológicas.

Outros trabalhos que se destacaram no XVII Seminário de Iniciação Científica da UFSC:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Mariah Siebert Zipf, do curso de graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, sob orientação do Prof. Sebastião Roberto Soares, com o trabalho de pesquisa “Avaliação ambiental de procedimentos de desinfecção de resíduos de serviços de saúde (RSS)”.
- Andréa Gabriela Mattos, do curso de graduação em Agronomia, sob orientação do Prof. Maurício Sedrez dos Reis, com o trabalho de pesquisa “Fundamentos para a conservação de populações natuais de Xaxim: crescimento anual”.
- Raphael Bastos Mareschi Aggio, do curso de graduação em Ciências Biológicas, sob a orientação da Profª Natalia Hanazaki do Departamento de Ecoologia e Zoologia (CCB), com o trabalho “Caracterização da pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina”.
- Stella Lemke, do curso de graduação em Nutrição, sob a orientação da Profª Vera Lúcia Tramoente, com o trabalho de pesquisa “Os berbigões produzidos na Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, em Florianópolis”.
- Os métodos e as práticas da tradução de obras da Literatura Italiana para o português do Brasil, no período de 1991 a 2005, foram os objetos da pesquisa desenvolvida pela aluna Ana Paula Monteiro Raso, do Curso de Letras – Língua Italiana e Literaturas, para a elaboração de um verbete a ser disponibilizado no dicionário www.dicionariodetradutores.ufsc.br. A pesquisa foi apresentada em forma de painel. O dicionário foi desenvolvido para estudiosos de tradução, tradutores e interessados em tradução em geral.
- O projeto de pesquisa “Avaliação da Qualidade Nutricional e Sensorial (AQNS) na produção de refeições: desenvolvimento complementar do sistema – sobremesas lácteas e outras sobremesas”, desenvolvido pelo curso de Nutrição, oferece orientações para que restaurantes comerciais de Florianópolis tornem suas sobremesas mais saborosas e nutritivas. As dicas são resultado de um projeto de Iniciação Científica – de autoria das estudantes Greyce Bernardo e Jeanine Cardoso. No estudo do cardápio das sobremesas, levantamento bibliográfico e consulta a especialistas da área foram realizadas para identificação dos indicadores da qualidade nutricional e sensorial dos doces. Foram também testados diferentes ingredientes para se tentar chegar a um resultado satisfatório em níveis nutricionais e sensoriais, por exemplo, aparência e sabor. Para as tortas doces foram testadas massas com diferentes gorduras e farinhas, considerando recomendações de controle de ácidos graxos, gorduras trans e o incremento de alimentos integrais.
- A bolsista de Iniciação Científica do Curso de Nutrição, Vanessa Caroline Campos, apresentou o projeto “Sobrepeso e obesidade e sua relação com o padrão de atividade física em escolares de Florianópolis/SC”, no XVII Seminário de Iniciação Científica promovido pela UFSC. O trabalho teve como objetivo de analisar o padrão de atividade física de alunos da rede pública e privada do município de Florianópolis, tendo em vista que um dos principais problemas de saúde pública evidenciado nos últimos anos em todo o mundo é a obesidade infantil, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. Crianças de 7 a 10 anos participaram da pesquisa que buscou relacionar o peso e o estilo de vida das crianças. Alguns dados constatados:
 - Na rede pública a prevalência de sobrepeso e obesidade foi menor do que na rede privada entre os meninos
 - O transporte até a escola dos estudantes da rede pública é mais ativo do que os da escola privada
 - A prática de 3 vezes por semana ou mais de atividade física foi baixa em ambas as redes escolares, porém as crianças da escola privada eram significativamente mais ativas neste indicador do que os da rede pública

PRODUÇÃO INTELECTUAL

A UFSC apresenta um grande potencial de crescimento na produção intelectual, pois 85% de seu quadro docente obteve doutorado nos últimos 15 anos, o que se reflete num aumento de sua produção bibliográfica (Artigo Indexados INTERNACIONAIS (QUALIS A, B, C), Artigos Indexados NACIONAIS (QUALIS A, B, C), Outros Periódicos não Indexados, Artigos Traduzidos, Resenhas, Verbetes, Jornais & Revistas, Entrevistas, etc, Livros Publicados, Coletâneas (Livros Organizados), Capítulos de Livro, Livros Traduzidos, Trabalhos Completos em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C), Resumo em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C), produção técnica e produção artística. A expectativa é de que, com a crescente consolidação das carreiras de seus pesquisadores e melhoria da infra-estrutura institucional de pesquisa, a instalação de novos cursos de doutorado, assim como com o aporte de recursos de fomento federais e estaduais mais estáveis, na medida do estrito cumprimento da legislação vigente, a produção científica da UFSC continue aumentando nos próximos anos.

Produção por Unidades Acadêmicas	Produção Bibliográfica	Produção Técnica	Produção Artística, Cultural
Ciências Agrárias	407	60	-
Ciências Biológicas	286	134	-
Comunicação e Expressão	884	552	11
Ciências Jurídicas	379	128	-
Ciências da Saúde	875	144	-
Desportos	275	133	-
Ciências da Educação	754	652	1
Filosofia e Ciências Humanas	1.491	844	4
Ciências Físicas e Matemáticas	378	89	-
Sócio-Econômico	467	164	-
Tecnológico	2.169	696	1
Total	8.317	3.576	17

FONTE: PRPe

PREMIAÇÕES DE PESQUISADORES

A qualidade de nossos pesquisadores se reflete também no reconhecimento público e nas premiações recebidas por eles em 2007, conforme listado abaixo:

Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo

Elaine Manini, aluna do curso de jornalismo recebeu prêmio na categoria iniciação científica, sob orientação da Profª Tattiana Teixeira – Núcleo de Pesquisa em Linguagens do Jornalismo Científico (Nupejoc). Seu trabalho aborda o uso da infografia na revista Saúde.

Prêmio da Deutsch Forschungsgemeinschaft – DFG (Fundação de Pesquisa Alemã)

Luciana Castro, doutoranda do curso de Geografia, na área de concentração utilização e Conservação de Recursos Naturais. Seu trabalho enfoca o desenvolvimento sustentável, sob orientação da Profª Sandra de Arruda Furtado.

Prêmio UNEP – Programa de Meio Ambiente da ONU (Organização das Nações Unidas)

Danielle Maia de Souza, aluna doutoranda do curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, sob orientação do Prof. Sebastião Roberto Soares, foi duplamente contemplada com o Prêmio UNEP, com a temática “avaliação do ciclo da vida”. O primeiro prêmio (LCA Award – UNEP/SETAC Life Cycle Initiative Award for LCA Projects in Developing Countries) concedeu dois anos de licença de uso do *software* UMBERTO, especializado em avaliação do ciclo da vida. O segundo prêmio (PRÉ CONSULTANTS AWARD for Best Non OECD Presentation at LCM 2007), foi relativo à melhor apresentação dentre aquelas de palestrantes de países emergentes.

Prêmio José Pedro de Araújo

Sílvia Dal Bó e sua orientadora Rosa Maria Ribeiro do Valle Nicolau, ambas do Departamento de Farmacologia (CCB) receberam menção honrosa junto ao Prêmio José Pedro de Araújo com o trabalho “Avaliação da atividade antinociceptiva da fração rica em proantocianidinas obtida a partir das cascas da *Croton celtidifolius* (Euphorbiaceae) – participação dos receptores dopaminérgicos e das fibras C sensíveis à capsaicina”.

Prêmio Scopus Brasil / Capes

Prof. João Batista Calixto, do Departamento de Farmacologia do CCB, foi premiado pela significativa contribuição científica ao país e a formação de novos doutores. Nessa 2ª edição do Prêmio, criou-se a categoria “Novos Destaques na Ciência”.

Prêmio Petrobrás de Tecnologia 2007

Carlos José de Amorim Júnior, aluno de Mestrado orientado pelo Prof. Henry Xavier Corseuil (ENS/CTC), na área de Tecnologia de Preservação Ambiental;
Pedro de Deus Vieira Buschineli, aluno de Mestrado orientado pelo Prof. Armando Albertazzi Gonçalves Júnior. (EMC/CTC), na área de Tecnologia de Segurança e Desempenho Operacional.

Medalha do Conhecimento 2007

Carlos Alberto Schneider, professor do Departamento de Engenharia de Produção - CTC, recebeu a Medalha do Conhecimento 2007, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na categoria Gestores ou Pesquisadores em C&T.

Prêmio Cláudia para mulheres cientistas

Márcia Barbosa Henriques Mantelli, professora do Departamento de Engenharia Mecânica e Ronice Müller Quadros, professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação, foram indicadas ao Prêmio Cláudia para mulheres cientistas. As professoras trabalham, respectivamente, com o desenvolvimento de fornos mais eficientes (industriais e domésticos) e com linguagem de sinais (LIBRAS), respectivamente.

Alunos do Curso de PG em Farmacologia (CCB) e Farmácia (CCS) receberam prêmios na **Reunião Anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE 2007)**

Ligia Moreiras Sena, aluna de doutorado na área de Farmacologia de Produtos Naturais, orientada pela Profª Thereza C. M. de Lima,

Eduardo Souza Silva, aluno de mestrado na área de Farmacologia da Dor e Inflamação orientado pelo Prof. Carlos Rogério Tonussi

Silvana Zucolotto, aluna doutorando da pós-graduação em Farmácia na área de Farmacologia de Produtos Naturais, orientada do Prof. Eloir Paulo Schenkel.

Congresso de La Asociacion Chilena de Controle Automático

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Artigos de autoria de alunos e pesquisadores do Instituto de Engenharia Biomédica contemplados:

Na artificial neural network to control interface adaptation. Millaray Curilem S.; Fernando M. de Azevedo; Andréa R. Barbosa

Detecção de complexos K E fusos do sono utilizando redes neurais artificiais, wavelets e análise canônica. Mendonça G.A. ; Azevedo F.M.; Jahnecke C.A.N.; Sovierzoski M.A.

Estudo dos métodos de avaliação de tecnologia em saúde aplicada a equipamentos eletromédicos. Fernando S. Sonego; Priscila S. Avelar; Renato Garcia.

Utilização de ferramentas de E-business para apoiar a engenharia clinica. F.A.V. Melo; R. Garcia

Fator Mel como metodologia para avaliação econômica durante a vida útil de equipamentos médico-hospitalares. L.J.C. Albornoz; R. Fernandez; E. de Rocco; R. Garcia

Competição SAE Brasil AeroDesign

Menção honrosa concedida na 9ª Competição SAE Brasil AeroDesign, realizada em São José dos Campos a *Equipe Céu Azul*, formada por alunos de graduação dos cursos de Engenharia e de Física, tendo seu projeto desenvolvido no Grupo de Análise e Projeto Mecânico (Grante), sob a coordenação do Prof. Eduardo Alberto Fancello (EMC/CTC).

Desafio Sebrae 2007

A *Equipe Bozo Box Direct* formada por: Arthur Medeiros, Dax Barreto Bogo, Eduardo Martman, do curso de Ciência da Computação, e Ana Paula Pastore, de Psicologia, e Giandrei Rodrigues Funari, de Tecnologia de Automação Industrial, foi campeã Estadual do Desafio Sebrae 2007

Indicação do Prof. Samir Nagi Yousri Gerges, Departamento da Engenharia Mecânica - CTC, para presidente da **Comissão Internacional de Acústica (ICA)**, com mandato de 2007 a 2010.

A principal razão para este quadro tão positivo está na qualificação institucional e na conscientização da importância da produção científica como mecanismo nobre de visibilidade e divulgação da qualidade de nossa Instituição.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E PATENTES

A Propriedade Intelectual tem por funções apoiar a transferência de tecnologia, interna ou externamente; estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais e inovações; a negociação e redação dos convênios e contratos de transferência de tecnologia (UFSC x empresas, UFSC x instituições de fomento, UFSC x centros de pesquisa, etc.); o preenchimento de formulários e pedidos de proteção jurídica para os órgãos competentes (ex. INPI); a busca de empresas, instituições de fomento e/ou centros de pesquisa interessados na realização de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, industrialização de produtos ou processos, financiamento; etc.

Propriedade Intelectual – Por Categoria

Categorias	Pedidos Perante o INPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	7	5	13	11
Patente de Modelos Utilidade	0	1	0	2
Registro de Marcas	4	1	6	1
Registro de Programa de Computador	1	2	11	3

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Categorias	Pedidos Perante o INPI			
	2004	2005	2006	2007
Pedidos Internacionais	0	0	0	2
Total	13	9	30	19

Categorias	Análise Prévia no DPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	17	16	21	13
Patente de Modelos Utilidade	0	1	3	2
Registro de Desenho Industrial	1	0	0	0
Registro de Marcas	4	3	7	1
Registro de Programa de Computador	1	4	13	3
Direitos Autorais	1	2	2	9
Indicação Geográfica	0	0	0	2
Pedido Internacional	0	0	0	2
Total	24	26	46	29

FONTE: PRPe

Assinatura de Acordos em 2007		
Data	Instituição	Local
04/06/2007	Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Acordo de Cooperação)	UFSC
04/06/2007	Natura (1º Licenciamento de Patente)	UFSC
04/06/2007	Imprimatur Capital Ltd (Londres) (Acordo de Parceria)	UFSC

FONTE: PRPe

CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Uma prática tradicional na pesquisa da UFSC é a parceria de vários grupos de pesquisa com empresas privadas, de renome nacional e internacional. Como exemplo, pode-se citar aquelas realizadas com a EMBRAER, PETROBRÁS, EMBRACO, WEG, SIEMENS, FIAT, PERDIGÃO, SADIA, ACATE, BRANDILI, entre outras.

Outra parceria constante na UFSC envolve diferentes instituições de pesquisa e órgãos governamentais, realizando importantes trabalhos de impacto sócio-econômico para a nação, tais como EMBRAPA, EPAGRI/SC, Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Instituto de Física Teórica, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Agência Espacial Brasileira, Agência Nacional de Petróleo, Agência Nacional de Energia Elétrica, dentre outros.

Nossos pesquisadores também mantêm inúmeras parcerias de pesquisa com várias entidades nacionais e internacionais (ver Relatório do ESAI), tais como UFPR, UFRGS, UFSM, UFPEL, FURG, UEM, USP, UEPA, UERJ, UNICAMP, UEPG, UEMA, UFBA, UFPA, UFAL, UFGO, UFJF, UFMT, UFPE, UNIFESP, UFSE, UFU, UFAC, UFC, UFMA, UFPA, UFRJ, UFF, UFRN, UFRPE, UFRRJ, UDESC, entre outras universidades e faculdades públicas e privadas.

COMISSÕES DE ÉTICA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Durante vários anos os cientistas do mundo todo têm solucionado diversos problemas de saúde, curando doenças e desenvolvendo vacinas – utilizando animais em pesquisas biomédicas. Apenas nos Estados Unidos a experimentação animal contribuiu para um aumento na expectativa de vida de aproximadamente 25 anos desde 1900. A possibilidade de cura de várias doenças nos dias de hoje se deve determinantemente ao uso de animais em pesquisa. A evolução contínua das áreas de conhecimento humano, com especial ênfase àquelas de biologia, medicina humana e veterinária, e a obtenção de recursos de origem animal para atender necessidades humanas básicas, como nutrição, trabalho e vestuário, repercutem no desenvolvimento de ações de experimentação animal. Razão pela qual se preconizam posturas éticas concernentes aos diferentes momentos de desenvolvimento de estudos com animais de experimentação (<http://www.cobea.org.br/cobea.htm>).

Neste contexto, a UFSC regulamentou a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) para promover a experimentação animal de forma responsável e ética como fonte de conhecimento e bem-estar para a sociedade. Assim, todos os projetos envolvendo o uso de mamíferos são necessariamente submetidos à apreciação de seus membros (15 entre docentes e servidores da UFSC, representantes de classe e da sociedade civil) para análise da ética experimental e acompanhamento dos procedimentos aprovados, uma necessidade fundamental na área de Ciências da Vida.

A composição atual da CEUA é a seguinte:

- I – Prof. Dr. Carlos Rogério Tonussi; Prof. Dr. Alcir L. Dafré; Profª Drª Kieiv Resende Sousa de Moura e Profª Drª Fátima R. Mena Barreto Silva - representantes do Centro Ciências Biológicas;
- II – Profª Drª Diva Sonaglio; Prof. Dr. Zulmar Antônio Accioli de Vasconcellos e Profª Mara Cristina Santos Felipe - representantes do Centro Ciências da Saúde;
- III – Prof. Dr. Maurício Laterca Martins e Profª Drª Maria José Hotzel - representantes do Centro Ciências Agrárias;
- IV- *Prof. Dr. Alessandro Pinzani e Profª Drª Lecila Duarte Barbosa Oliveira - representantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, sendo um deles vinculado ao Departamento de Filosofia;*
- V – *Msc. Marco Antônio de Lorenso, médico veterinário, portador de registro no CRMV, pertencente aos quadros da Universidade;*
- VI - Bel. Joanésia Maria Junkes Rothstein - Diretora do Biotério Central da Universidade;
- VII- *Profª Elizabeth Rosito da Costa Marques - representante indicado por Sociedade Protetora de Animais, legalmente estabelecida, com representatividade no Estado de Santa Catarina;*
- VII – *Bel. Giovanna Mazza - representante indicado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV/SC.*

O “Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos” (CEP) da UFSC, constituído em 1997 e registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS. O CEP é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, com a finalidade de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, sendo que todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos no âmbito da UFSC deve ser submetido à apreciação de seus membros, que são 13, envolvendo docentes, servidores e alunos da UFSC e representante da sociedade civil (<http://www.cep.ufsc.br/index2.php?pg=home.php>).

Representantes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP

1. Cândido Geraldo Nunes – representante dos Usuários – AOPEN
2. Filipe Modolo Siqueira – representante do Departamento de Patologia - CCS
3. Flávia Regina Souza Ramos – representante do Departamento de Enfermagem – CCS
4. Ivonete da Silva Souza - representante do Colégio de Aplicação - CED

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

5. Luiz Salomão Ribas Gómez - representante do Departamento de Expressão Gráfica – CCE
6. Magda Santos Koerich - representante dos Pós-Graduandos - Departamento de Patologia – CCS
7. Mériti de Souza - representante do Departamento de Psicologia - CFH
8. Miriam Pillar Grossi - representante do Departamento de Antropologia – CFH
9. Paulo Roney Ávila Fagúndez - representante do Departamento de Direito – CCJ
10. Pedro Luiz Manique Barreto - representante do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos – CCA
11. Rozany Mucha Dufloth - representante do Departamento de Patologia – CCS
12. Tânia Rosane Bertoldo Benedetti - representante do Departamento de Educação Física – CDS
13. Washington Portela de Souza (Coordenador) - Departamento de Ciências Fisiológicas – CCB

BIOTÉRIO CENTRAL

O Biotério Central, Órgão Suplementar da Universidade Federal de Santa Catarina, subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa no cumprimento de sua Missão de produzir animais de laboratório em quantidade e qualidade, produziu em 2007 aproximadamente 47.000 (quarenta e sete mil) animais úteis dentre os quais 35,5% Ratos (*Rattus norvegicus*) Wistar e Hooded, 64% Camundongos (*Mus musculus*) Swiss, 0,10% Cobaías (*Cavia porcellus*) Inglesa, 0,10% Cães (*Canis familiaris*) da raça Beagle e 0,32% Pombos (*Columba livia*).

Com esta produção de animais atendeu a 27 protocolos de ensino representando 1,07% e 60 protocolos de pesquisa representando 98,93% dos animais fornecidos pelo Biotério Central.

A produção quantitativa de animais foi satisfatória no atendimento à demanda interna. Foram adquiridos equipamentos de climatização para reposição aos danificados nas unidades de criação e de informática e mobiliário em substituição aos danificados na unidade administração. Concluíram-se a reforma do espaço físico do laboratório de análises clínicas ficando pendente os equipamentos necessários para os processos básicos de rotina. Foram retomados, junto ao ETUSC, os projetos da construção do novo prédio Unidade de Criação de Roedores (Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Infra Pró-Infra 01/205 – Centro de Produção de Manutenção de Roedores com Padrão Sacritávio e Genético)), a reforma geral da Unidade de Roedores atual, a instalação de sanitários e vestiários para técnicos e unidade ambulatorial e de terapia para o Canil.

Para suprir parcialmente o déficit de funcionários, foi firmado um contrato de terceirização de serviços de Auxiliar de Bioterismo que se encontra em execução, aguardando concurso público para área técnica.

Com a colaboração e participação dos bolsistas da Agronomia e da Farmácia foi possível a execução de análises parasitológicas de rotina do Protocolo de Monitoramento Sanitário dos animais, um projeto de melhoramento da qualidade ambiental no Canil, um projeto de produção de forrageira para suplementação alimentar dos animais e a produção de quatro artigos científicos apresentado na SEPEX e FeSBE 2007.

5) Extensão

PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO DA UFSC - PROEXTENSÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O Programa de Apoio a Projetos de Extensão da UFSC - PROEXTENSÃO objetiva apoiar financeiramente projetos de extensão de cunho sócio-comunitário, que tenham articulação com o ensino e a pesquisa, envolvendo alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, em atuação conjunta com a comunidade.

	2007	2006	2005	2004	2003
Recursos do PROEXTENSÃO (em mil reais)	150	120	200	400	400
Projetos contemplados com o PROEXTENSÃO	73	97	70	104	102

FONTE: PRCE

Projetos aprovados no PROEXTENSÃO 2007:

Projeto: Processo de transição na criação animal agroecológica através do uso de homeopatia e fitoterapia em assentamentos de reforma agrária

Coordenador(a): Maria Jose Hötzel

Departamento: Zootecnia e Desenvolvimento Rural/CCA

Valor: R\$ 2.924,00

Projeto: Teste e difusão de sistemas agroecológicos de melhoramento do solo para agricultores familiares do Sul do Brasil

Coordenador(a): Jucinei José Comin

Departamento: Engenharia Rural/CCA

Valor: R\$ 500,00

Projeto: Produção Agroecológica de Leite em Pastoreio Racional Voisin no município de Coronel Martins

Coordenador(a): Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

Departamento: Zootecnia e Desenvolvimento Rural/CCA

Valor: R\$ 4.784,00

Projeto: Hortas escolares e compostagem

Coordenador(a): Paul Richard Momsen Miller

Departamento: Engenharia Rural/CCA

Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Programa de Educação Ambiental no Departamento de Botânica da UFSC - 2007

Coordenador(a): Maria Leonor Del Rei Souza

Departamento: Botânica/CCB

Valor: R\$ 893,42

Projeto: A destinação adequada de resíduos orgânicos e recicláveis como ferramenta para educação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Coordenador(a): Andrea Santarosa Freire

Departamento: Ecologia e Zoologia/CCB

Valor: R\$ 403,36

Projeto: Diagnóstico citogenético e molecular de neoplasias hematológicas nos pacientes atendidos no Hospital Universitário da UFSC

Coordenador(a): Maria Cecília Menks Ribeiro

Departamento: Biologia Celular, Embriologia e Genética/CCB

Valor: R\$ 3.000,00

Projeto: Vizinhos do Arvoredo: minimizando conflitos através da informação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Coordenador(a): Sergio Ricardo Floeter
Departamento: Ecologia e Zoologia/CCB
Valor: R\$ 4.820,00

Projeto: Educação Multipla: aulas de alemão na escola Altamiro Guimarães
Coordenador(a): Meta Elisabeth Zipser
Departamento: Língua e Literatura Estrangeiras/CCE
Valor: R\$ 750,00

Projeto: Curso Pré-vestibular Comunitário PET-Letras
Coordenador(a): Fabio Luiz Lopes da Silva
Departamento: Língua e Literatura Vernáculos/CCE
Valor: R\$ 3.500,00

Projeto: Um Dedo de Prosa: Acervo Literário Catarinense
Coordenador(a): Viviane Maria Heberle
Departamento: Língua e Literatura Estrangeiras/CCE
Valor: R\$ 3.500,00

Projeto: Arte, Ciência e Cultura nas Ondas do Rádio
Coordenador(a): Eduardo Barreto Vianna Meditsch
Departamento: Jornalismo/CCE
Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Jornal "Páginas de Cinema"
Coordenador(a): Aglair Maria Bernardo
Departamento: Expressão Gráfica/CCE
Valor: R\$ 3.500,00

Projeto: Assistência Jurídica Gratuita, através do Núcleo de Prática Jurídica, às Associações Cíveis Ambientais de Florianópolis.
Coordenador(a): José Rubens Morato Leite
Departamento: Direito/CCJ
Valor: R\$ 2.000,00

Projeto: Grupo de gestantes ou casais grávidos
Coordenador(a): Maria de Fátima Mota Zampieri
Departamento: Análises Clínicas/CCS
Valor: R\$ 3.052,00

Projeto: Toxicovigilância-Educação e Prevenção de Acidentes Tóxicos
Coordenador(a): Marlene Zannin
Departamento: Patologia/CCS
Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no Gapa-Lar Recanto do Carinho, Florianópolis, SC, 2007
Coordenador(a): Sônia Maria Lückmann Fabro
Departamento: Patologia/CCS
Valor: R\$ 710,00

Projeto: Desenvolvimento de ações de educação em saúde com a alimentação orgânica em uma Escola da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina
Coordenador(a): Anete Araújo de Sousa
Departamento: Nutrição/CCS
Valor: R\$ 2.501,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: O papel da mulher da comunidade da Serrinha na incorporação de hábitos alimentares na família: avaliação do estresse oxidativo e do consumo alimentar como fator de risco nutricional a doenças crônicas não transmissíveis.

Coordenador(a): Patricia Faria Di Pietro

Departamento: Nutrição/CCS

Valor: R\$ 2.500,00

Projeto: Projeto NINHO: Criando um espaço para cuidar transdisciplinarmente da saúde das famílias

Coordenador(a): Rosane Gonçalves Nitschke

Departamento: Enfermagem/CCS

Valor: R\$ 2.500,00

Projeto: Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - DSTs no Presídio Feminino de Florianópolis

Coordenador(a): Jane Maria de Souza Philippi

Departamento: Saúde Pública/CCS

Valor: R\$ 988,20

Projeto: Núcleo de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Patologia Bucal

Coordenador(a): José Nazareno Gil

Departamento: Estomatologia/CCS

Valor: R\$ 660,00

Projeto: Campanha de Prevenção de Câncer de Boca e Garganta

Coordenador(a): Newton Macuco Capella

Departamento: Clínica Cirúrgica/CCS

Valor: R\$ 200,00

Projeto: Educação Continuada a Clientes Diabéticos do HU-UFSC.

Coordenador(a): Elisabeth Wazlawik

Departamento: Nutrição/CCS

Valor: R\$ 500,00

Projeto: Grupo de Apoio aos portadores da doença de Parkinson e seus familiares.

Coordenador(a): Angela Maria Alvarez

Departamento: Núcleo de Estudos da Terceira Idade

Valor: R\$ 2.500,00

Projeto: Atendimento em Genética Clínica, Estudo Citogenético e Aconselhamento Genético no Hospital Universitário da UFSC

Coordenador(a): Eliana Ternes Pereira

Departamento: Clínica Médica/CCS

Valor: R\$ 1500,00

Projeto: Ações educativas em saúde para crianças e adolescentes da Serrinha

Coordenador(a): Grácia Maria Salles Koerich

Departamento: Patologia/CCS

Valor: R\$ 1.437,00

Projeto: Cuidados Odontológicos ao portador de deficiência

Coordenador(a): Grácia Maria Salles Koerich

Departamento: Patologia/CCS

Valor: R\$ 340,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: Análise Laboratorial Toxicológica a pacientes com suspeita de intoxicação atendidos pelo Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina localizado no Hospital Universitário - UFSC.

Coordenador(a): Alcibia Helena de Azevedo Maia

Departamento: Patologia/CCS

Valor: R\$ 3.000,00

Projeto: O Cuidado à Saúde Bucal de Idosos Residentes em Instituições de Longa Permanência Filantrópicas em Florianópolis

Coordenador(a): Arno Locks

Departamento: Estomatologia/CCS

Valor: R\$ 1.298,00

Projeto: Promovendo saúde, educação e cidadania de crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade

Coordenador(a): Ana Izabel Jatobá de Souza

Departamento: Enfermagem/CCS

Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Orientação nutricional em grupo e individualizada para atletas de remo do Clube Náutico Martinelli e atletas da seleção brasileira masculina e feminina de hóquei sobre grama.

Coordenador(a): Ileana Arminda Mourão Kazapi

Departamento: Nutrição/CCS

Valor: R\$ 1.050,00

Projeto: Menos TV, mais saúde: estratégias para promover a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.

Coordenador(a): Giovanna Medeiros Rataichesk Fiates

Departamento: Nutrição/CCS

Valor: R\$ 2.509,00

Projeto: Treinamento dos Agentes Comunitários em Ações de Promoção da Saúde da Criança - Trindade

Coordenador(a): Mônica Lisboa Chang Wayhs

Departamento: Pediatria/CCS

Valor: R\$ 945,00

Projeto: Projeto Sábado no Campus: Esportes Adaptados

Coordenador(a): Marize Amorim Lopes

Departamento: Educação Física/CDS

Valor: R\$ 4.400,00

Projeto: Programa Atividade Motora Adaptada

Coordenador(a): John Peter Nasser

Departamento: Educação Física/CDS

Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: Atividade Física e Dança Folclórica para a Terceira Idade do CDS/UFSC

Coordenador(a): Marize Amorim Lopes

Departamento: Educação Física/CDS

Valor: R\$ 2.400,00

Projeto: Vivências corporais para Pessoas com Distúrbios de Movimento

Coordenador(a): Marize Amorim Lopes

Departamento: Educação Física/CDS

Valor: R\$ 1.900,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: Atividades de leitura para portadores de necessidades especiais
Coordenador(a): Araci Isaltina de Andrade Hillesheim
Departamento: Ciência da Informação/CED
Valor: R\$ 2.293,50

Projeto: Labrinca - Laboratório de Brinquedos do Colégio de Aplicação
Coordenador(a): Paulo Roberto Brzezinski
Departamento: Colégio de Aplicação/CED
Valor: R\$ 2.800,00

Projeto: Assessoramento Interdisciplinar a Processos Inclusivos no Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC
Coordenador(a): Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Departamento: Secretaria Administrativa do CED
Valor: R\$ 3.460,00

Projeto: Universidade, Escolarização de Educação de Jovens e Adultos e Formação Docente
Coordenador(a): Lucia Helena Correa Lenzi (Colégio de Aplicação)
Departamento: Metodologia do Ensino/CED
Valor: R\$ 3.500,00

Projeto: Implantação de uma brinquedoteca comunitária na Casa da Criança
Coordenador(a): Ilana Laterman
Departamento: Metodologia do Ensino/CED
Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: Organização e Tratamento do Acervo da Biblioteca Escola Estadual Básica Getúlio Vargas
Coordenador(a): Maria Margarete Sell da Mata
Departamento: Ciência da Informação/CED
Valor: R\$ 2.226,00

Projeto: Grupo de Teatro, Cinema e Terapia para usuários do CAPS
Coordenador(a): Marcos Eduardo Rocha Lima
Departamento: Psicologia/CFH
Valor: R\$ 672,50

Projeto: Psicologia em Saúde Coletiva
Coordenador(a): Magda do Canto Zurba
Departamento: Psicologia/CFH
Valor: R\$ 3.850,00

Projeto: Kaingáng na conquista da cidadania: produção e elaboração de material didático-pedagógico sobre história indígena: BRINCANDO E CONHECENDO
Coordenador(a): Ana Lúcia Vulfe Nötzold
Departamento: História/CFH
Valor: R\$ 1.456,00

Projeto: Atendimento psicológico aos portadores de fissura labiopalatal
Coordenador(a): Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Departamento: Psicologia/CFH
Valor: R\$ 4.948,01

Projeto: Brinquedoteca hospitalar - Projeto de Recreação em Enfermaria Pediátrica
Coordenador(a): Iecila Duarte Barbosa Oliveira
Departamento: Antropologia/CFH
Valor: R\$ 4303,44

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: BrinquedoAção: aprendendo e se divertindo com brinquedos - III

Coordenador(a): Mauro Luis Vieira

Departamento: Psicologia/CFH

Valor: R\$ 3.335,00

Projeto: Compartilhando fontes históricas para o Ensino e Metodologia da Educação em História

Coordenador(a): João Klug

Departamento: História/CFH

Valor: R\$ 700,00

Projeto: Capacitação de profissionais da 6ª DP de Florianópolis para a implantação de grupos de homens autores de violência contra a mulher.

Coordenador(a): Maria Juracy Filgueiras Toneli

Departamento: Psicologia/CFH

Valor: R\$ 1.700,00

Projeto: Processos psicossociais na (re)composição musical: uma atuação junto a jovens de periferia II

Coordenador(a): Katia Maheirie

Departamento: Psicologia/CFH

Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Fortalecimento institucional da Associação da Microbacia Rio Cachoeira do Norte, município de Palhoça, litoral centro-sul do estado de Santa Catarina

Coordenador(a): Walquiria Kruger Correa

Departamento: Geociências/CFH

Valor: R\$ 350,00

Projeto: O serviço de Orientação Profissional do LIOP, presencial e via Internet. Subprojeto - trabalhando junto com a Comunidade.

Coordenador(a): Dulce Helena Soares

Departamento: Psicologia/CFH

Valor: R\$ 1.955,00

Projeto: Memorial Brasileiro de Direitos Humanos - MBDH

Coordenador(a): Fernando Ponte de Sousa

Departamento: Sociologia e Ciência Política/CFH

Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: LABIDEX - Laboratório de Instrumentação, Demonstração e Exploração

Coordenador(a): Jose de Pinho Alves Filho

Departamento: Física/CFM

Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: Caderno Brasileiro de Ensino de Física

Coordenador(a): Sônia S. Peduzzi

Departamento: Física/CFM

Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: Controle do Ativo permanente de uma Organização do Terceiro Setor

Coordenador(a): Maria Denize Henrique Casagrande

Departamento: Ciências Contábeis/CSE

Valor: R\$ 1.500,00

Projeto: Controle de Custos dos Programas Sociais de uma Organização do Terceiro Setor

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Coordenador(a): Altair Borgert
Departamento: Ciências Contábeis/CSE
Valor: R\$ 2.000,00

Projeto: Agora: Terça Eco-Feira e Compras Coletivas
Coordenador(a): Armando de Melo Lisboa
Departamento: Economia/CSE
Valor: R\$ 1.000,00

Projeto: Planejamento da área comunitária do assentamento Domingos Carvalho em Rio Negrinho-SC
Coordenador(a): Americo Ishida
Departamento: Arquitetura e Urbanismo/CTC
Valor: R\$ 1.375,00

Projeto: Aplicação de tecnologias sociais de saneamento básico alternativas, na comunidade indígena de Massiambu.
Coordenador(a): Daniel José da Silva
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 600,00

Projeto: Aprender hidrologia para prevenção de desastres naturais
Coordenador(a): Masato Kobiyama
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 1.220,00

Projeto: Educação e Saúde Ambiental aplicadas na comunidade Córrego Grande através da Escola Básica Municipal Padre Alfredo Rohr
Coordenador(a): Guilherme Farias Cunha
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 3.000,00

Projeto: Monitoramento da Qualidade da Água da Bacia Hidrográfica do Campus da UFSC
Coordenador(a): William Gerson Matias
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 2.995,00

Projeto: Potencialização de recursos naturais e humanos na Escola E.B. Getúlio Vargas através da educação ambiental
Coordenador(a): Luiz Sérgio Philippi
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 3.550,00

Projeto: Ações Socioambientais na Comunidade da Serrinha
Coordenador(a): Luiz Sérgio Philippi
Departamento: Engenharia Sanitária e Ambiental/CTC
Valor: R\$ 2.230,00

Projeto: PROJETO 12:30
Coordenador(a): Clóvis Werner
Departamento: Departamento Artístico Cultural
Valor: R\$ 5.000,00

Projeto: "Oficina de Teatro para Adolescentes"
Coordenador(a): Zélia Regina Sabino
Departamento: Departamento Artístico Cultural
Valor: R\$ 5.000,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: Pré-Vestibular Popular da UFSC - Inclusão no Ensino Superior
Coordenador(a): Marcos Laffin
Departamento: Gabinete do Reitor
Valor: R\$ 3.480,00

Projeto: O corpo na Música, a Música no Corpo: a comunidade num processo de integração.
Coordenador(a): Miriam Conceição dos Santos
Departamento: Departamento Artístico Cultural
Valor: R\$ 2.500,00

PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

2006-2007

Programa: Conexões de Saberes
Órgão Financiador: SECAD/MEC
Valor: R\$ 150.000,00
Coordenador: Gilson Braviano – Coordenador de Extensão – DAEx/PRCE

Programa: Atenção a Pessoa Idosa- uma proposta sócio-educativa II
Órgão financiador: PROEXT 2006 – SESU / MEC
Valor: R\$ 66.000,00
Coordenadora: Ângela Maria Alvarez – Coordenadora do Núcleo de Estudos da Terceira Idade

Programa: Inclusão Social no Ensino Superior
Órgão Financiador: PROEXT 2006 – SESU / MEC
Valor: R\$ 63.000,00
Coordenador: Marcos Laffin – Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Projeto: Ações Educativas para Cidadania: Educação ambiental e saúde transformando a qualidade de vida no morro do Quilombo, Florianópolis
Órgão financiador: PROEXT/CIDADES 2007 – MEC e Ministério das Cidades
Valor: R\$ 33.207,50
Coordenadora: Mônica Aguiar dos Santos – Departamento de Engenharia Rural e ,,,, /CCA

Projeto: Saneamento das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis/SC
Órgão Financiador: PROEXT/CIDADES 2007 – MEC e Ministério das Cidades
Valor: R\$ 55.000,00
Coordenador: Carlos Loch – Departamento de Engenharia Civil/CTC

Projeto: Educação em e para Direitos Humanos
Órgão Financiador: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e SECAD/MEC
Valor: R\$ 30.000,00
Coordenador: Theophilos Rifiotis – Departamento de Antropologia/CFH

2007-2008

Programa: Conexões de Saberes e Escola Aberta
Órgão financiador: SECAD/MEC
Valor: R\$ 224.436,00
Coordenador: Gilson Braviano - Coordenador de Extensão – DAEx/PRCE

Programa: Saúde, Educação e Trabalho”, uma proposta viável a comunidades peri-urbanas no município de Florianópolis – SC
Órgão financiador: PROEXT 2007 – SESU / MEC
Valor: R\$ 79.253,24
Coordenadora: Mônica Aguiar dos Santos – Departamento de Engenharia Rural e ,,,, /CCA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Projeto: Cipó Guambé, Taquaruçu, e Anilina”: a cultura material Kaingáng como fator de inclusão social.

Órgão financiador: PROEXT 2007 – SESU / MEC

Valor: R\$ 30.000,00

Coordenadora: Ana Lúcia Notzold – Departamento de História/CFH

Projeto: Educação em e para Direitos Humanos

Órgão Financiador: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e SECAD/MEC

Valor: R\$ 99.996,60

Coordenadores: Theophilos Rifiotis – Departamento de Antropologia/CFH e Eunice Sueli Nodari –Pró-Reitora de Cultura e Extensão

Projeto: Curso de capacitação em Geoprocessamento para Prefeituras da Grande Florianópolis e Sul Catarinense

Órgão Financiador: PROEXT/CIDADES 2007 – MEC e Ministério das Cidades

Valor: R\$ 50.000,00

Coordenador: Carlos Loch – Departamento de Engenharia Civil/CTC

Projeto: Grupo de Teatro, Cinema e Terapia

Órgão Financiador: Programa de Extensão Universitária e Cultura -PROEXT/CULTURA 2007 – Ministério da Cultura (Lei Rouanet – PETROBRÁS)

Valor: R\$ 29.495,00

Coordenador: Marcos Eduardo Rocha Lima – Departamento de Psicologia - CFH

ATIVIDADES DE EXTENSÃO DE CUNHO PERMANENTE

O desenvolvimento de atividades de extensão representa, atualmente, uma faceta importante da atuação da UFSC, principalmente ao observarmos o envolvimento dos mais diversos segmentos da sociedade. Através das atividades de extensão, a UFSC tem mantido um estreito relacionamento com os mais diversos setores da sociedade. Mais de 80 % dos projetos são relacionados com a comunidade, universidades, associações comunitárias, escolas e fundações educacionais.

Dentre as propostas desenvolvidas, destacam-se algumas com significativo impacto social, atendendo às áreas de saúde, educação, cultura, trabalho, direito e cidadania, como: atendimento multidisciplinar à pacientes no Hospital Universitário, Clínica Odontológica e Assistência Psicológica; núcleos de extensão e pesquisa envolvendo a relação educação e saúde; assistência jurídica à comunidade carente; atividades ligadas à questão ambiental; atividades ligadas ao esporte e à cultura, programas voltados aos processos de alfabetização em diversas etapas da vida, desenvolvimento tecnológico, etc.

Um bom exemplo do relacionamento com a comunidade é a atuação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, que objetiva colocar o conhecimento da Gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo as pessoas da terceira idade no meio acadêmico como sujeito em transformação e transformador, tornando o NETI um órgão suplementar na estrutura da UFSC.

Em 2007 O NETI continuou atuando como formador de recursos humanos na área gerontológica através do Curso de Especialização em Gerontologia, Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica e diversos eventos extra-UFSC. Enfatizou o Projeto de Intercâmbio Comunitário em Gerontologia, os alunos e voluntários tiveram efetiva participação em projetos e atividades próprias ou em parceria. Divulgando e buscando novos conhecimentos, em 2007 a equipe do NETI também esteve presente em diversos eventos científicos municipais, estaduais e nacionais.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Outro setor com atuação destacada na cultura popular é o Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como objetivos básicos a pesquisa, resgate, preservação, valorização e divulgação da cultura de base açoriana no sul do Brasil.

O compromisso com a manutenção do patrimônio também é uma das metas da Universidade que vem sendo ampliado. Nesta área o principal projeto é o “Projeto Fortalezas da Ilha”. Acreditando que é preciso pensar as não mais e tão somente como monumentos históricos a serem preservados e conservados para objeto de curiosidade turística, a UFSC está inovando, outorgando às fortalezas uma nova função social, mais adequada e necessária aos tempos atuais, assumindo um novo papel mais condizente com sua condição de instituição educacional de ponta. Em 2007, através de um rígido programa de controle da arrecadação, de gastos e de investimentos, conseguiu-se estabilizar os fluxos financeiros do projeto, mantendo os monumentos permanentemente abertos ao público, neste ano 107.578 pessoas visitaram as fortalezas administradas pela UFSC.

SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- SEPEX

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão- SEPEX, que em 2007 teve sua 6ª. edição. O evento tem como objetivo buscar a reflexão sobre o significado social, bem como demonstrar o potencial e as realizações da universidade. A proposta foi reunir, sem distinção, em um único evento, trabalhos representativos da Universidade, congregando eventos já consagrados de ensino, pesquisa e extensão.

A SEPEX consolidou-se como o principal evento de divulgação e interação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSC, estimulando a reflexão sobre o papel da universidade e a integração com a sociedade. O evento possibilitou grande visibilidade aos trabalhos e atividades desenvolvidos na UFSC, abrindo uma maior oportunidade para a comunidade ter acesso às informações sobre a produção intelectual, científica e artístico-cultural. o que evidencia o crescimento do evento.

Números das SEPEX

Números das SEPEX	1ª SEPEX 2000	2ª SEPEX 2002	3ª SEPEX 2003	4ª SEPEX 2004	5ª SEPEX 2005	6ª SEPEX 2007
Público Visitante	15.000	29.600	35.000	40.000	45.000	47.000
Trabalhos apresentados	735	1174	1340	1.738	1.995	1.396
Estandes	80	120	121	125	125	125
Pôsteres apresentados	655	1054	1219	1.738	1.870	1.293
Minicursos oferecidos	58	103	147	118	171	188
Inscritos para os minicursos	1.028	2.327	2.409	3.500	5.044	6.126
Escolas visitantes	25	83	114	80	100	100
Área do Evento (m2)	1.200	2.500	2.950	3.292	3.500	3.700
Apresentações culturais	24	35	42	42	45	45
Visitação do website	6.585	8.432	18.877	44.643	80.000	133.000

FONTE: PRCE

PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES

A partir de 2006 a UFSC através da PRCE se inseriu no Programa Conexões de Saberes: diálogo entre a universidade e as comunidades populares, que destinou 25 bolsas de extensão para estudantes de origem popular, para que protagonizassem ações de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ensino/pesquisa/extensão junto à comunidade da Serrinha e se inserissem em atividades acadêmicas voltadas para a avaliação e proposição de políticas de acesso e permanência plena nas universidades federais. No final do ano a UFSC aderiu ao Programa Escola Aberta e com isto o número de Bolsas passou para 30.

Com o objetivo divulgar as atividades de extensão desta e de outras instituições, bem como favorecer o aprofundamento de temas conceituais e metodológicos relacionados à prática extensionista, a PRCE edita a Revista Eletrônica de Extensão - Extensio. Em 2007 foi lançada à edição de número 5, atingindo, no cômputo geral, um total de 110 artigos já publicados.

PROGRAMA “VENHA CONHECER A UFSC”

O programa “Venha Conhecer a UFSC”, que recepciona escolas em visitas à Universidade, acompanhando-os com monitores em roteiros planejados para apresentar diversos setores da Instituição. Em 2007 3.500 alunos, em sua maioria do Ensino Fundamental e Médio, fizeram visitas.

PROJETO RONDON

A UFSC também tem sistematicamente participado no Projeto Rondon, no início do ano de 2007 foi enviada uma equipe com dois professores e seis alunos para estado de Maranhão e já estão preparadas duas novas equipes para atuar no início de 2008 no Pará e no Piauí.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Atividades Educacionais e de Pesquisa

O HU tem participado das atividades do Pólo Locorregional Litoral-Centro de Educação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado de Santa Catarina, bem como realiza atividades educativas voltadas aos profissionais de saúde, por meio de seminários, cursos de atualização, aprendizagem/trabalho, jornadas e outros.

O HU está inserido no Plano de Capacitação da UFSC, administrado pelo Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas (DDPP). Estabeleceu, com base em suas necessidades, cursos específicos e interambientais, visando qualificar o seu corpo funcional.

Além desta estratégia, o HU capacita seu corpo funcional desenvolvendo atividades de educação permanente específicas – cursos, seminários, oficinas, projetos de extensão, incentivo a realização de eventos científicos e a participação dos trabalhadores nos eventos científicos locais, estaduais e nacionais, liberando recursos para custeio de passagens e diárias.

Projetos de extensão

Os projetos de extensão são desenvolvidos pelos trabalhadores do HU, destinados a um público interno e externo, como comunidade e trabalhadores da rede de saúde. Estes projetos, muitas vezes, estão articulados aos Departamentos de Ensino, apontando a integração docente-assistencial.

Foram desenvolvidos entre janeiro a dezembro de 2007 projetos que envolvem a realização de cursos, simpósios, encontros, grupos de discussão, envolvendo trabalhadores da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

rede de saúde, usuários, alunos e trabalhadores da Instituição (docentes e técnico-administrativos).

Participação em eventos científicos

O HU tem apoiado seus trabalhadores na participação em eventos científicos, sendo que foram concedidas 532 diárias e 145 passagens para participação de 212 servidores em eventos estaduais e nacionais. O Hospital também arcou com diárias, passagens, hospedagem e/ou alimentação de cerca de 24 palestrantes.

Plano de Desenvolvimento Científico e Avaliação Tecnológica

Enquanto hospital de ensino, o HU é um pólo de produção e disseminação de conhecimento, e, para tanto, pesquisas são desenvolvidas na instituição, quer pelos docentes e discentes que aqui atuam, quer pelos servidores técnico-administrativos.

Em 2007 foram autorizados 118 projetos de pesquisa.

A Rede Catarinense de Telemedicina, articulada à Secretaria de Estado da Saúde, UFSC e HU, permanece como modelo de implementação do serviço de Telemedicina na rede Hospitalar Pública do Estado de Santa Catarina.

O HU participa do projeto, disponibilizando aparelhos de ultra-sonografia, ecografia, endoscopia digestiva, colonoscopia e broncoscopia, bem como realizando o contínuo treinamento e aprimoramento dos profissionais e pesquisadores envolvidos no Projeto de Telemedicina.

Em 2007, foi integrado ao Tele Saúde Brasil-Núcleo Santa Catarina – o qual tem como projetos implementar ações de capacitação e formação, além de 2ª opinião formativa.

Dificuldades e carências

As dificuldades enfrentadas estão basicamente relacionadas à Gestão de Pessoas, no que concerne ao déficit de servidores. Em levantamento realizado e encaminhado ao MEC em Setembro/2007, identificamos a necessidade real de 970 trabalhadores no quadro de pessoal, entre médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes administrativos, farmacêuticos e outros; número este que vem crescendo em função da não reposição das vagas decorrentes das aposentadorias. A necessidade real refere-se à substituição dos atuais contratados celetistas (154) e terceirizados (234), substituição das aposentadorias até 2008, e a ampliação e criação de novas áreas (somente com a ampliação da UTI de 07 para 20 leitos, necessitamos de mais 97 profissionais). Somada a questão, encontra-se dificuldades relacionadas ao significativo número de servidores com licença para tratamento de saúde prolongada, bem como a necessidade decorrente da ampliação dos serviços, como por exemplo, a implantação da alta complexidade em diferentes áreas, aumento de leitos de UTI, a ampliação da carga de trabalho na hemodinâmica, a construção da enfermaria para transplantados.

Mesmo com estas dificuldades de pessoal, tem-se procurado diminuir as contratações via fundação, atendendo às orientações do Tribunal de Contas da União e Procuradoria Geral da União.

Encontram-se também dificuldades relacionadas à gestão dos contratos terceirizados, principalmente aqueles relacionados à limpeza e segurança. Salienta-se que em relação ao serviço de limpeza destacaram-se problemas em relação a higienização, manutenção adequada dos materiais acordados no contrato, bem como a rotatividade freqüente dos trabalhadores desta área, necessitando a constante orientação dos mesmos, haja vista a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

especificidade dos estabelecimentos de assistência em saúde, por isso, foi criada uma comissão para acompanhamento com capacitação e treinamento constante.

Outros problemas relevantes encontrado, que gerou dificuldades nos diferentes setores da Instituição, relacionam-se à área de informática, quer decorrente do sucateamento dos equipamentos, falta de um programa eficiente de manutenção preventiva periódica, e falta de pessoal para implementação de programas de gerenciamento de informática nos diferentes setores, de acordo com a especificidade dos mesmos.

Houve nestes últimos anos um aumento significativo da oferta de serviços, principalmente consultas ambulatoriais e exames, sem o incremento de área física para dar suporte a tal demanda; mesmo com as obras que têm sido implementadas, ainda não houve o aumento da área física do ambulatório e de serviços de apoio.

Enfrentam-se dificuldades relacionadas às condições de trabalho, tais como: inadequação de área física (consultórios, sala para profissionais, salas de aula, salas para grupos de espera, adaptação da maternidade para o Sistema PPP- Pré-parto; parto e puerpério, ampliação da enfermaria de ginecologia) mobiliário, climatização e equipamentos específicos.

Encontram-se dificuldades também relacionadas ao transporte hospitalar, haja vista a deficiência na frota de veículos, os quais não suprem as necessidades da Instituição. Mesmo com o recebimento de uma ambulância nova em 2006, fruto da parceria com a Associação Amigos do HU (AAHU), há necessidade de equipá-la adequadamente para o transporte de pacientes graves.

Destaca-se ainda a descontinuidade de algumas parcerias com gestores municipais, a exemplo do projeto de Prevenção de Câncer de Mama.

Apesar das dificuldades e carências, a busca pela excelência da assistência tem sido uma meta constante, em função da qual a direção geral e servidores têm trabalhado constantemente.

Projetos de alcance social e parcerias, com programas especiais e/ou projetos inovadores

Existe um grande interesse institucional em promover projetos de alcance social, sendo que atualmente vários projetos estão em desenvolvimento dos quais destacamos:

- Políticas de Humanização em Saúde;
- Programa Mãe Canguru (a ser implantado)
- Hospital Sentinela
- Rede Docente Assistencial ligada à Secretaria de Saúde do Município
- Acupuntura
- Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PG-RSS)
- Suporte em Epidemiologia e Bioestatística
- Informatização de Instrumentos de Coleta de Dados em Saúde Materna e Perinatal (CLAP)
- Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Assistência Geronto-Geriátrica (NIPEG)
- Programa Nacional de Telessaúde
- Projeto da Rede Catarinense de Telemedicina.
- Programa de Atendimento a Comunidade Universitária (SASC);
- Projeto de Atenção aos Pacientes do Programa Docente Assistencial (Parceria com a PMF);

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Programa de Assistência aos Diabéticos;
- Projeto de Intervenção Multidisciplinar em Crianças com dificuldade de aprendizagem (Financiado pela UNESCO e Fundação Catarinense de Educação Especial);
- Núcleo Desenvolver (Projeto Criança Esperança e Fundação Catarinense de Educação Especial, Instituto Guga Kuerten);
- Projeto de Promoção da Saúde da Mulher na Comunidade;
- Grupo de Ajuda Mútua aos Familiares de Pacientes com Doença de Alzheimer e Doença de Parkinson;
- Projeto de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva para Pré-Adolescentes em escolas da Comunidade da Serrinha;
- Projeto de distribuição de anticoncepcionais orais e colocação de DIU no ambulatório de Ginecologia (Parceria com a BENFAM);
- Projeto de Suporte Técnico para decisões de Estudo das Questões relacionadas a violência Sexual e Abortamento previsto em lei (parceria com a SOGISC);
- Fornecimento de medicamentos de uso ambulatorial e orientações para o uso racional dos mesmos (parceria com a Secretaria da Saúde do Município);
- Projeto do Horto de Plantas medicinais;
- Centro de Informações Toxicológicas em parceria com a SES/SC;
- Participação da Rede Nacional de Laboratórios de Carga Viral e Contagem de Linfócitos CD4/CD8 do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde;
- Realização de exames em pacientes provenientes de Postos de saúde da PMF, CEPON e outras instituições públicas;
- Projeto de Extensão na pediatria “Brinquedoteca Hospitalar” -recreação em enfermaria pediátrica;
- Grupo de Apoio a Pessoa Ostomizada, em parceria com Associação Catarinense da Pessoa Ostomizada e Programa de Assistência ao Ostomizado da SES/SC;
- Grupo Amigas do Peito, para orientação da amamentação;
- Grupo de casais grávidos, para orientação dos pais sobre gravidez e parto;
- Grupo de treino da memória.

Outras Parcerias e Convênios com o Setor Público e Privado

- Associação dos Amigos do Hospital Universitário – AAHU
- Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
- Pastoral da Criança do Bairro Trindade
- Grupo RBS
- Grupo Gente Feliz

6) Cultura

Através do departamento Artístico Cultural -DAC, promoveu-se a arte e a cultura. Sua área de atuação engloba: artes plásticas, cinema, dança, música, teatro e arte-educação e em 2007 desenvolveu diversas atividades tais como: exposições no espaço cultural do hall da Reitoria, Galeria de Arte da UFSC e fora do Campus Universitário, concursos e exposições fotográficas, promoção de lançamento e criação de roteiro de filmes e vídeos de curta e longa metragem, apresentações do coral, etc.

Em 2007 o Coral da UFSC incorporou 25 novos cantores e ao longo do ano realizou 15 apresentações atingindo um público de aproximadamente 2.500 pessoas. Realizou também três importantes ações de extensão: “O corpo na música, a música no corpo”, realizado em parceria com o grupo de dança do Centro de Desportos, “Melhoria da qualidade de vida de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

pessoas com doença de Parkinson através do canto e outras atividades musicais” e Coral Iniciante.

A Oficina Permanente de Teatro, atuando há mais de duas décadas, desenvolve a cada ano um projeto específico relacionado ao ensino das artes cênicas. Neste projeto, atuam também professores convidados de outras instituições nacionais e estrangeiras. O Projeto Recriando na Comunidade vem atuando em escolas, associações e comunidades em geral desde 1990 com o objetivo principal de instrumentalizar lideranças comunitárias e outras pessoas interessadas na prática de recreação e lazer para que, de forma criativa e dentro das linguagens artísticas, possam atuar junto à criança e ao adolescente.

Foram realizadas 10 exposições na Galeria de Arte da UFSC, sendo 06 individuais e 04 coletivas, nas quais participaram 56 artistas. Um público de mais de 4.000 pessoas visitaram as exposições. O Setor de Cinema do DAC/UFSC manteve e aprofundou no ano de 2007 o trabalho de pesquisa, parcerias, participação e apoio a produções, consultas, assessorias e palestras no âmbito da atividade audiovisual. O Projeto 12:30, realizando semanalmente shows ao ar livre na concha e shows acústicos no Teatro da UFSC, proporcionou a oportunidade para que todas as formas de linguagem musical tenham seu espaço garantido.

As atividades do Museu Universitário “Professor Oswaldo Rodrigues Cabral” em 2007, tiveram por finalidade pesquisar, produzir e sistematizar o conhecimento interdisciplinar sobre populações pré-coloniais, coloniais, indígenas e ações museológicas, visando a ampla compreensão da realidade, a partir da região na qual está inserido, refletindo criticamente sobre a diversidade sócio-cultural. Com a meta de se tornar um centro de referência, como espaço didático pedagógico de pesquisa e de lazer cultural, em 2007 o MU intensificou o atendimento a pesquisadores de todos os níveis de escolaridade: alunos do ensino fundamental, médio, de graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino, professores, jornalistas, e interessados em geral, no que se refere a temáticas indígenas, em especial, quanto aos índios Guarani, ao folclore da Ilha de Santa Catarina, Franklin Cascaes, arqueologia e outros assuntos relacionados à museologia e à cultura local/regional, sendo na forma de orientação para trabalhos acadêmicos e/ou orientação para trabalhos de conclusão de curso (TCC), e cursos de pós-graduação ou disponibilizando material visual específicos e bibliografia, tendo sido registrados 103 atendimentos.

Além disto, foram proferidas 51 palestras em escolas da rede pública e particular, também para acadêmicos da UFSC e outras instituições de ensino superior, órgãos públicos da Grande Florianópolis e outros municípios do Estado de Santa Catarina, abordando temas relacionados a questões indígenas Guarani, ao folclore da Ilha, Franklin Cascaes, período pré-colonial e à museologia de modo geral.

Com relação a infra-estrutura física do MU, a construção do Pavilhão de Exposições, está sendo realizada em etapas e no momento encontra-se em fase de licitação para dar continuidade à obra. As ações previstas para execução em 2007 foram além das expectativas, visto que foi levada a efeito a otimização dos espaços físicos, com aquisição de equipamentos e mobiliários, permitindo a adequação dos espaços destinados ao acervo na Reserva Técnica, através de projetos específicos, com apoio da iniciativa privada e IPHAN, bem como a modernização do audiovisual utilizado nas atividades realizadas no Auditório do Museu e mobiliário para secretaria, adquirido através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

Sob a administração da PRCE, objetivando disseminar o saber científico e tecnológico, preservar e difundir a cultura, descobrir e incentivar novos autores e promover o hábito da leitura, a UFSC mantém a Editora Universitária - EdUFSC, que, neste ano publicou 35 títulos de livros e também as principais revistas da Universidade.

De janeiro a dezembro de 2007 foram encaminhados 115 originais para análise do Conselho, sendo que 32 trabalhos foram aprovados para publicação (alguns encaminhados em ano anterior, alguns condicionados a modificações sugeridas pelo relator), distribuídos nas

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

diversas séries e coleções da EdUFSC. Alguns deles em parceria com outras editoras. Alguns originais ainda estão em fase de análise pelo Conselho Editorial.

Na área cultural a Editora da UFSC vem mantendo a sua atuação, já tradicional, principalmente no que diz respeito à descoberta e valorização de novos autores, e de difusão da leitura. Neste intuito, mantém a Coleção Ipsis Litteris, através da qual publica livros de ficção, de teatro e de poesia de autores regionais iniciantes ou em fase de afirmação. Publica ainda, com o objetivo de difundir os livros e estimular o hábito da leitura, o jornal "Leitura & Prazer".

Outro fato que merece destaque é a participação da UFSC no Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, assumindo sua presidência em 2007, tem permitido um contato sistemático com outras universidades brasileiras, favorecendo o intercâmbio e possibilitando ações em parceria com as universidades que integram o Fórum

7) Sistema de Bibliotecas

A BU/UFSC compreende um Sistema de Bibliotecas, composto por:

- Biblioteca Central – Núcleo Coordenador Técnico-Administrativo
- Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias
- Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Físicas e Matemática
- Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (Medicina)
- Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (Odontologia)
- Biblioteca Setorial do Centro de Educação
- Biblioteca Setorial do Colégio de Aplicação
- Biblioteca Setorial do Colégio Agrícola de Camboriú
- Biblioteca Setorial do Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, Araquari.

A Biblioteca Central possui áreas físicas de 9.134m², que abriga acervo de todas as áreas do conhecimento, em diferentes mídias, materiais de referência, Coleções Especiais e também armazena a memória institucional mediante o depósito legal da produção científica (teses e dissertações), periódicos e livros produzidos na UFSC.

As Bibliotecas Setoriais visam atender as demandas mais específicas, por área de conhecimento e se localizam dentro das unidades de ensino, e não oferecem necessariamente todos os serviços que a Biblioteca Central.

Uso de novas tecnologias da informação e informatização de serviços e acervos

O atual cenário aponta para a necessidade de maiores investimentos em tecnologia, desde a ampliação de equipamentos para acesso dos usuários aos novos acervos em formato eletrônico. Como a atualização dos equipamentos destinados aos trabalhos de tratamento da informação, bem como, servidores mais potentes para armazenar o crescente número de conteúdos digitais, software, e, de capacitação permanente dos servidores e dos usuários no uso de novas tecnologias.

Outrossim, surge a necessidade de redefinir o orçamento para ampliar a aquisição de informação em formato eletrônico.

No segundo semestre de 2007 realizou-se na Biblioteca Central um teste com o equipamento de auto-empréstimo, cedido pela empresa que o desenvolveu, que já é homologado pela rede Pergamum para uso da interface do Sistema Pergamum. O equipamento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

sofreu as avaliações necessárias e todas as sugestões para seu aprimoramento foram repassadas ao fabricante e ao pessoal da área do software.

Usuários

São usuários da Biblioteca Universitária os alunos de graduação, pós-graduação, na modalidade de ensino presencial e à distância, professores e servidores técnico-administrativos e entidades conveniadas.

Em 2007 a Biblioteca Universitária contou com 47.117 usuários cadastrados, continuando a indicar a necessidade de filtros no sistema Pergamum, que, ainda apresenta algumas inconsistências neste relatório, uma vez que seria interessante apenas registrar os cadastros ativos, e não mais aqueles que estão afastados.

Usuários Cadastrados na BU/UFSC

Categoria	Número
Alunos de graduação	28.000
Aluno de Mestrado e Doutorado	8.819
Aluno de Especialização	1.089
Servidor Docente	3.192
Servidor Técnico Administrativo	3.593
Convênio	242
Outros	2.182
Total	47.117

Fonte: Módulo de Relatórios do Sistema Pergamum

Com a disponibilização de serviços e conteúdos para acesso via internet, passa a ser usuário, todo os que acessam o sítio da Biblioteca, que em 2007, teve contabilizado, 338.638 acessos ao endereço <http://www.bu.ufsc.br>, números reais, que em anos anteriores vinha sendo informado de forma cumulativa, não estando incluídos os acessos às fontes oferecidas que o usuário já busca diretamente nos endereços originais, como por exemplo, o portal de periódicos da CAPES.

Recursos Humanos

Para implantar serviços baseados nas atuais tendências com o uso das novas tecnologias da informação, é notória a necessidade de cada vez mais investir na capacitação da equipe da biblioteca.

Neste sentido, foram oferecidas oportunidades de participação em cursos e eventos, visitas técnicas, visando oferecer aos servidores da equipe o conhecimento necessário para que a BU/UFSC se mantenha na vanguarda na oferta de serviços a comunidade interna e a sociedade em geral.

Foi expressiva a participação dos servidores no programa institucional de capacitação que a UFSC ofereceu no ano de 2007.

Acervo

O acervo do sistema de bibliotecas é formado por diversos tipos de materiais, em diferentes suportes, e vem sendo ampliado, embora não na mesma proporção do crescimento da demanda. A coleção de periódicos impressos, com a implantação do Portal de Periódicos da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

CAPEs, basicamente vem sendo ampliada apenas nos títulos recebidos por permuta e doação. Ocorreu uma ampliação do acervo eletrônico, com a oferta de acesso aos livros eletrônicos.

Em 2007 foi dada continuidade a catalogação de acervos adquiridos mediante projetos, inserindo-os no Sistema Pergamum. Isto significou um acréscimo nos títulos existentes na base de dados, contribuindo para a democratização do acesso à informação bibliográfica disponível no âmbito da UFSC, pois além de informar aos usuários sobre o acervo das bibliotecas do sistema, passou a informar sobre outros títulos que se encontram em laboratórios, departamentos, etc.

No âmbito da Rede Pergamum, as instituições participantes iniciaram o ICAP- Indexação Cooperativa de Artigos de Periódicos, onde cada biblioteca tem a responsabilidade de indexar os artigos das publicações periódicos publicadas em sua instituição. A BU/UFSC já indexou a Revista do Centro de Ciências Humanas, Revista de Ciências da Administração, Katalysis, Estudos Feministas, Política & Sociedade e iniciou a revista Ilha do Desterro.

Evolução do Acervo Biblioteca Universitária da UFSC

	2007	2006	2005	2004	2003
Volumes					
Livros	649.110	556.046	473.679	278.890	305.116
Periódicos Impressos	341.000	273.946			
Outras Formas	18.045	16.545	16.108	16.002	115.155
Títulos					
Livros	198.392	174.082	167.440	160.815	137.422
Livros eletrônicos	420	400*	40.070		
Periódicos impressos	5.050	4.934	2.424		
Periódicos eletrônicos	11.419	11.062	9.530	8.637	6.200
Teses e dissertações impressas	18.064	16.723	4.298		
Teses e dissertações digitais	7.341	6.042	3.653		
Fitas de vídeo	3.178	2.502	1.980		-

Fonte: BU/Módulo de Relatório – Sistema Pergamum

Os números de fascículos de periódicos passaram a ser contabilizados apenas a partir de 2006 com a quase totalidade dos dados das coleções incluídos no sistema Pergamum.

Quanto ao acervo a BU/UFSC renovou assinatura da base de dados de livros eletrônicos da Editora Atheneu, ampliando o acesso a mais alguns títulos desta base, foi renovada a assinatura da Primal Pictures - base de dados de imagens tridimensionais de toda a anatomia humana (área da saúde), 32 títulos de e-livros da NetLibrary da OCLC (área de ciência da informação), e a base de dados History Reference Online, coleção de livros eletrônicos com mais de 300 títulos (recurso de referência em História).

Participação em Redes, Consórcios e Comissões

A Biblioteca Universitária participa e integra diferentes redes de serviços de informação com o objetivo de possibilitar o acesso a informação para seus usuários e a disseminação da do acervo e da produção científica da UFSC em nível nacional e internacional:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Biblioteca Virtual em Saúde
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- Rede Bibliodata
- Informação em Educação Física e Ciência do Desporto
- Rede Pergamum
- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
- Programa COMUT
- Rede de Bibliotecas da Área de Engenharia
- Rede de Informação em Comunicação de Países de Língua Portuguesa
- Rede Bibliotecas de Babel
- Ibero American Science & Technology Education Consortium
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
- Câmara de Bibliotecas da ACAFE

A Biblioteca da UFSC é filiada a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias - CBBU e exerce a presidência desde 2004, estando na sua segunda gestão. E por conta disso tem representado a CBBU em diferentes Comitês no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -IBICT, do Portal de Periódicos da CAPES e do INEP contribuindo com as políticas nacionais de informação para as Bibliotecas Universitárias.

Também em 2007, a BU/UFSC aderiu ao SINBAC, Catálogo Coletivo das Bibliotecas das Instituições da ACAFE, em construção, que possibilitará a pesquisa em todas as bibliotecas numa única interface e criando as condições para o serviço de empréstimo entre estas bibliotecas.

Principais realizações

a) Página da BU na internet

A partir de 2007 a página da Biblioteca foi inscrita no *Google Analytics* e assim passou a ser monitorada de forma a indicar de onde são feitos os acessos, quais os navegadores utilizados, quais as palavras chaves utilizadas e também, informando se o acesso é por tráfego direto, via link em outras páginas ou via ferramenta de buscas. Pode-se observar que a página é acessada de vários países, a maioria dos acessos é feito diretamente pelo endereço da biblioteca.

Foi realizado estudo de nova página para o Sistema de Bibliotecas que entrará no ar no próximo mês de março de 2008. Trata-se de página mais interativa, oferecendo mais serviços e informações, utilizando plataforma em software livre.

b) Portal de Periódicos CAPES

Em 2007 a UFSC continua a ocupar a sétima posição no ranking de instituições maiores usuárias do Portal de Periódicos da CAPES, resultado atribuído ao incremento que vem sendo dado ao Programa de Capacitação e Treinamento de Usuários da BU/UFSC. Neste ano, também, a UFSC esteve entre as 44 instituições que receberam do Portal de periódicos CAPES o acesso a Base de dados SCOPUS, por ser uma das cinco primeiras instituições que mais fizeram uso da mesma nos últimos 3 anos.

c) Política de desenvolvimento de coleções

Foi realizada a revisão e atualização da política de desenvolvimento de coleções por uma comissão especialmente designada, e com base na mesma realizou-se o desbastamento do acervo em todas as bibliotecas do sistema, retirando das estantes do acervo circulante os exemplares que a 20 anos não foram utilizados, de cada um dos títulos foram armazenados 2 exemplares apenas, em uma área no andar térreo da Biblioteca Central, denominada "Armazém", e este acervo está devidamente cadastrado na base de dados e está disponível

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

para consulta e empréstimo para os usuários. Também foram retirados os acervos do serviço de referência, como os Abstracts e Bibliografias que atualmente estão disponíveis em formato eletrônico via Portal de Periódicos CAPES.

O acervo do “Armazém” é composto inicialmente por 15.346 títulos, totalizando 19.857 exemplares, entre livros, periódicos, teses e dissertações e obras de referência.

d) Comutação Bibliográfica

Em 2007 o serviço de comutação das bibliotecas através do Programa COMUT, da Bireme, ISTEAC e de forma informal, realizou 1.424 pedidos para outras instituições visando atender nossos usuários e atendeu 1.109 pedidos a outras instituições, atendeu também 150 pedidos de empréstimo de outras bibliotecas e solicitou 71 pedidos a outras bibliotecas.

Nota-se que o investimento na ampliação e modernização do acervo é imprescindível, pois observa-se que mesmo com todos os títulos de periódicos disponibilizados pelo Portal da CAPES ainda continua grande a demanda por títulos não localizados localmente ou via internet.

Para busca de artigos não existentes no país, não localizados via ISTEAC (LIGDOC), a biblioteca passou a utilizar também o Programa COMUT, deixando de utilizar a British Library, devido a dificuldades burocráticas na transferência dos recursos para o exterior.

d) Sinalização

A Biblioteca Central, em 2007, recebeu nova sinalização, desde a entrada, portas, corredores, estantes, postos de atendimento, etc. adotando um padrão com o objetivo de facilitar a locomoção dos usuários nos diversos setores e a localização dos materiais e serviços desejados. Este projeto ainda prevê a inclusão de mapas e *layouts* no sistema Pergamum, possibilitando ao usuário, no momento da pesquisa, já saber em que setor, estante e bandeja se localiza o acervo por ele desejado.

e) Serviços de alcance social

Continuaram a ser oferecidos 4 microcomputadores na Biblioteca Central, para que a comunidade em geral possa acessar a . Trata-se de uma iniciativa tímida, mas tem contribuído para a inclusão digital de muitos cidadãos das comunidades vizinhas à UFSC.

Com os equipamentos recebidos do MEC, através do Projeto INCLUIR, os mesmos estarão à disposição de qualquer pessoa com deficiência visual da comunidade interna e externa, no Ambiente de Educação Inclusiva no Serviço de Referência, primeiro piso.

A biblioteca setorial do Centro de Ciências Físicas e Matemática adaptou sua entrada para usuários cadeirantes.

f) Segurança

Continuaram os investimentos na questão da segurança do acervo com a aquisição de nova antena de detecção na saída da Biblioteca Central e transferência da antiga para a Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias, e foram adquiridas etiquetas de magnetização do acervo. Foram instaladas câmeras de segurança na Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias e elaborado projeto para ampliação das câmeras na biblioteca central.

g) Equipamentos e mobiliário

Na Biblioteca Central foram adquiridos 150 armários guarda-volumes, totalizando 600 portas, com chaveiros magnetizados para garantir a segurança dos pertences dos usuários enquanto estiverem na biblioteca.

Houve investimento na rede lógica com a aquisição de novos Hub's e ampliado o acesso wireless a internet em todo o prédio da biblioteca central.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Para digitalizar o acervo retrospectivo das teses e dissertações (aquelas que só existem em formato impresso), e os artigos dos fascículos dos periódicos publicados na UFSC, visando sua inclusão no Portal de Periódicos UFSC, foi adquirido scanner específico para este fim.

Foram adquiridas mais estantes de aço para abrigar acervo em diversas bibliotecas do sistema, seja com investimentos utilizando recursos do orçamento da BU ou adquiridos pelas unidades de ensino onde atuam as bibliotecas setoriais.

Na Biblioteca central iniciou-se a gradual substituição dos monitores convencionais por monitores LCD.

Na Biblioteca Setorial do Colégio Agrícola de Araquari foi instalado ar condicionado na sala de preparo técnico e acervo multimídia.

Na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias houve investimento na melhoria do espaço físico e mobiliário, aquisição de 2 computadores, gravador de DVD, aparelho de DVD e Televisão.

Na Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (Medicina) foram instalados 4 computadores para uso exclusivo dos usuários.

Na Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (Odontologia) foram adquiridos 2 computadores e 3 novas mesas para usuários.

A Biblioteca do Colégio de Aplicação adquiriu 2 computadores, recebeu 4 estantes de aço que foram transferidas da Biblioteca Central e realizou pintura das cadeiras do setor infantil.

A Biblioteca do Centro de Educação adquiriu 2 computadores, 1 aparelho de DVD e um Hub. Para ampliar serviços disponibilizou acesso wireless a internet para usuário com Notebook e espaço físico para aulas pré agendas.

h) Programa de capacitação de Usuários

Foram realizados durante o exercício de 2007, 330 atendimentos de e-mail, 610 atendimentos presenciais para orientar no uso de bases de dados, e, realizados 39 treinamentos em sala de aula, do módulo 1 do programa de capacitação, que se refere ao uso do Portal de periódicos CAPES. Este módulo é customizado de acordo com as bases de dados e áreas de conhecimento a serem abordadas.

Também foram realizados 56 atendimentos presenciais para orientar na normalização de trabalhos acadêmicos, 380 atendimentos via e-mail e realizadas 12 seções de treinamento dos módulos 2,3,e 4 que abordam as normas ABNT para trabalhos acadêmicos, referência bibliográfica e citações.

i) Projetos encaminhados

Com o objetivo de preservar o acervo de obras raras, foi elaborado material gráfico para busca de recursos junto a iniciativa privada, baseado na lei Rouanet para abrigar em condições desejáveis, dar tratamento adequado, catalogar e digitalizar este acervo para torná-lo disponível para consulta.

Foi dada continuidade ao projeto de pesquisa com a parceria do CCB, que tem por objeto a documentação sobre a formação do Parque Florestal do Rio Vermelho, que foi doada à BU/UFSC, visando a sua organização, preservação e disponibilização para a sociedade via internet.

Foram adquiridos os equipamentos com os recursos do projeto apresentado à CAPES, com o objetivo de instalar um laboratório com 20 microcomputadores e projetor multimídia, para o programa de treinamento e capacitação da BU/UFSC, que foi aprovado ainda em dezembro de 2006.

Foram recebidos os equipamentos e softwares do projeto INCLUIR elaborado em parceria com o Núcleo de Investigação do Desenvolvimento Humano- NUCLEIND – Centro de Educação a BU/UFSC que visa à aquisição de equipamentos para facilitar o acesso à informação aos deficientes visuais.

A Biblioteca passou a integrar em 2007, junto ao Departamento de Enfermagem a equipe que atuará no projeto para rever e ampliar a Terminologia desta área de conhecimento no âmbito da Biblioteca Virtual em Enfermagem.

Junto ao ETUSC a Biblioteca Central elaborou projeto para ocupação total do prédio pela própria Biblioteca, trata-se da desocupação gradual, em médio prazo dos espaços que ora ocupam área neste prédio, mas não se caracterizam como atividade da biblioteca.

j) Sistema Pergamum

Comprovadamente a aquisição deste sistema representou para a BU/UFSC, um avanço e o seu uso durante os últimos 8 anos, passando por diversas versões, hoje é o que vem garantindo o bom nível de satisfação dos usuários.

Em 2007 a Biblioteca do Colégio de Aplicação iniciou o uso do sistema, sendo a última biblioteca a implantar o sistema e ainda não o está utilizando em sua plenitude, devido a falta de infra-estrutura.

8) Assuntos Estudantis

BOLSA DE TREINAMENTO

A Bolsa Treinamento foi criada e regulamentada pela Resolução nº 008/CEPE/93 e tem como objetivo atender o aluno de graduação de baixa renda, possibilitando auxílio financeiro, através da iniciação no exercício profissional, num campo de treinamento em que as atividades a serem executadas sejam relacionadas, a sua área de estudo.

Em 2007 a seleção e encaminhamento dos estudantes tiveram início em março, com exceção do Hospital Universitário, onde ainda em janeiro os bolsistas iniciaram as atividades.

O acompanhamento aos estudantes beneficiados com bolsa foi realizado por meio das Fichas Mensais de Frequência e Avaliação e contatos eventuais com supervisores.

Demos continuidade ao encaminhamento de bolsistas que já completaram 20 meses de permanência na Bolsa Treinamento, para Bolsa Estágio e para a Bolsa Prorrogação foi considerada a situação agravante dos mesmos.

O valor do pagamento da Bolsa teve alteração no mês de Julho, R\$ 300,00 para R\$ 330,00. O desconto referente ao seguro, foi encaminhado por meio da Coordenadoria de Estágios, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Para comprovação do período no qual os alunos participaram do Programa também foram elaboradas declarações, inclusive do programa de Bolsa de Trabalho já extinto.

Este programa será substituído pela Bolsa Permanência cuja proposta foi elaborada por comissão representativa de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes sendo aprovada pelo Conselho Universitário a Resolução nº 015/CUN/07, de 18/ de outubro de 2007, criando o Programa Bolsa Permanência para implementação em 2008.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Em Outubro, foi iniciado o processo de implementação da Bolsa Permanência com organização e elaboração de edital inscrição dos Projetos, de Formulários, material informativo aos Bolsistas, realização de reuniões e orientação individual aos Coordenadores e estudantes.

Quadro do número de bolsistas beneficiados nos diversos locais da UFSC

LOCAL	Nº DE BOLSISTAS TREINAMENTO	Nº DE BOLSISTAS BOLSA ESTÁGIO	Nº DE BOLSISTAS PRORROGAÇÃO	TOTAL
CCA	24	2	9	35
CCB	28	-	12	40
CFM	16	7	8	31
CFH	25	1	11	37
CCJ	14	-	5	19
CCS	28	-	9	37
CCE	26	4	9	39
CDS	28	4	11	43
CED	24	4	12	40
CSE	30	-	11	41
CTC	38	-	14	52
PROAF	60	2	13	75
GR	32	2	13	47
PRAE	61	2	18	81
PRCE	15	1	7	23
PREG	9	-	5	14
PRPG	3	1	-	4
HU	-	23	93	116
PRPe	1	-	1	2
PRDHS	28	-	6	34
NDI	30	7	7	44
BU	22	2	14	38
TOTAL	542	62	288	892

* O aluno pode ter sido encaminhado para mais de um local durante o ano de 2007.

FONTE: PRAE

MORADIA ESTUDANTIL

A Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, amparada através da Resolução nº 006/CUn/2003, situada a rua Desembargador Vitor Lima, nº 700, Bairro Carvoeira, disponibiliza 155 vagas, mediante seleção por critério sócio-econômico para estudantes com vulnerabilidade econômica, do sexo masculino e feminino, regularmente matriculados nos cursos de graduação, oriundos de outros municípios do Estado de Santa Catarina e Estados da União.

A Moradia possui 4 módulos assim distribuídos:

Módulo I - 8 vagas do sexo masculino;

Módulo II – 7 vagas do sexo masculino;

Módulo III – 34 vagas do sexo feminino;

Módulo IV – Prédio de 4 andares, com 96 vagas sendo 54 masculino e 42 feminino;

Portadores de necessidades especiais - 4 vagas;

Alunos de intercâmbio - 6 vagas, sendo 1 do sexo masculino e 5 do sexo feminino.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Os alunos que mais procuram a Moradia Estudantil são oriundos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências da Educação, Centro de Comunicação e Expressão e Centro de Ciências Físicas e Matemáticas.

ISENÇÃO DE TAXAS

De acordo com a resolução nº 095/CC de 09 de dezembro de 1997 e a resolução nº 110/CC de 14 de Novembro de 2000, em seu Artigo 5º, ficam isentos de quaisquer taxas e emolumentos os carentes de recursos, com situações devidamente comprovadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A comprovação da situação é realizada por meio do cadastro sócio-econômico. Neste sentido foram atendidos e orientados 258 alunos que solicitaram a isenção de taxas, sendo concedidas 122 isenções no decorrer do ano.

A isenção da matrícula em cursos de Língua Estrangeira em conjunto com o Departamento de Língua Estrangeira do Centro de Comunicação e Expressão beneficiou 175 alunos no decorrer do ano.

Dentre situações que necessitam de alternativas que dizem respeito ao perfil sócio familiar do estudante, aparece o atendimento pré-escolar aos dependentes de estudantes que não conseguem ser atendido nas políticas públicas direcionadas a essas demandas. Atendemos às situações emergenciais, concedendo 16 bolsas junto ao Centro de Educação Infantil Flor do Campus.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Consiste na complementação para as necessidades de alimentação, saúde, onde o atendimento ocorre nas situações emergenciais de crise, mediante avaliação sócio econômica, através de: concessão de óculos, passagens para tratar assuntos de saúde, passes do RU, reembolso de exames e consultas não atendidos no SUS, material escolar de alto custo e outros.

Outra categoria de concessão de benefícios se dá quando da necessidade de beneficiar alunos de baixa renda ou que se apresentam em situação emergencial, por meio da concessão de auxílios diversos de medicamentos, óculos, próteses ou similares, alimentação/RU, exames, consulta médica e outros:

Concessão de benefícios diversos

TIPO	BENEFICIADOS
Passes RU	777
Passagens	8
Medicamentos	297
Óculos / lentes	26
Material didático/ odontológico reembolso	15
Exames/consultas/reembolso	8
Tratamento ortodôntico/ortopedico	5
TOTAL	1.128

FONTE: PRAE

A demanda de estudantes que procuraram o programa de concessão de auxílio alimentação por meio de passes do RU aumentou significativamente, indicando a necessidade de ampliação e agilização do acesso ao benefício. A concessão por meio de passes nominais burocratiza e dificulta a concessão sendo urgente o sistema de liberação de cartão magnético ao usuário do RU.

ORIENTAÇÃO NAS SITUAÇÕES DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA E SAÚDE MENTAL

No atendimento e acompanhamento às situações de natureza psicossocial, percebemos que algumas estão relacionadas a dificuldades econômicas, minoradas através dos programas desenvolvidos já mencionados.

No entanto identificamos que determinadas situações, aparentemente específicas, avaliadas quanto a sua significação social, muitas vezes indicam problemas emocionais e psicológicos, que estão encobertos pela aparência, não cabendo ao profissional de Serviço Social estabelecer diagnósticos para encaminhamento. Esta avaliação leva a identificação de situações de crises que necessitam de intervenção, principalmente para encaminhamento ao atendimento psiquiátrico e psicológico, de outras áreas da saúde, e de encaminhamento a outros profissionais.

Diante da ausência de Serviço Específico de Psicologia de atendimento na UFSC, os estudantes são encaminhados a COSS, por professores, coordenadores de cursos ou que procuraram o atendimento por iniciativa pessoal.

Essa demanda de estudantes que necessitam de encaminhamento psicológico teve um aumento significativo, sendo que a partir de julho com a saída do profissional de psicologia do SASC foi inviabilizada também essa possibilidade para encaminhamento.

Ratificamos a necessidade urgente de um programa de Saúde Mental, envolvendo equipe interdisciplinar, que possa atuar tanto no tratamento como na prevenção, em resposta as dificuldades de encaminhamento aos serviços da UFSC e externos.

A demanda que teve aumento significativo foi a de viabilização e agilização de exames e consultas no Hospital Universitário, pois os estudantes que são atendidos no Serviço de Atenção a Saúde(SASC), quando encaminhados para outras especialidades ou para exames realizados naquele hospital, necessitam procurar os postos de saúde e agendar no SUS.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

No ano de 2007 o Laboratório de Apoio a Informática - LabUFSC disponibilizou para os estudantes da UFSC 209 computadores, 7 scanners, 2 impressoras e 3 salas de estudo em grupo para, aproximadamente, são 40.000 usuários cadastrados, habilitados a usarem o Laboratório.

No período de 01/06/07 a 12/09/07 houve uma reestruturação no LAbUFSC com rearranjo nas bancadas antigas e vistoria nos equipamentos existentes, detectando diversos defeitos. Isso demandou a realização de manutenção e a configuração das placas de rede - Linux para conectar aos servidores existentes.

Ainda com o objetivo de oferecer espaço adequado e com equipamentos em pleno funcionamento foram adquiridos:

- 50 novos computadores;
- 120 monitores LCD de 17”;
- 120 teclados e mouses.

Com estas aquisições foi possível estabilizar os problemas enfrentados e oferecer um serviço de melhor qualidade aos usuários do LAbUFSC.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

No ano de 2007, o RU serviu, em média, 3.500 refeições/dia. Para produzir estas refeições, atualmente contamos com 56 servidores, sendo 38 diretos, isto é, aqueles envolvidos diretamente na produção de refeições (cozinheiros e armazenistas), bem como nos processos de distribuição das refeições e limpeza dos setores e equipamentos. Contamos também com 21 cozinheiros terceirizados. A média diária de absenteísmo girou em torno de 7 faltas/dia. Tal fato se explica em função do caráter desgastante das atividades desenvolvidas no RU, bem como a idade média dos servidores ser elevada e o tempo de serviço dos servidores estar entre 22 e 30 anos na maioria dos casos. Além disso, dos nossos 38 servidores, 21 apresentam algum tipo de restrição de atividade, o que gera maior sobrecarga sobre os que ainda não apresentam patologias que necessitem de afastamentos do trabalho. Entretanto, parece estar havendo um decréscimo no número de afastamentos por motivo de doença, o que pode ser explicado pelo fato da presença dos cozinheiros terceirizados que vieram colaborar na execução das atividades diárias do RU.

Média de atendimento Complexo do RU

RU		
Nº Refeições	Dias	Média/Dia
412.122	128	3.220

CONVIVÊNCIA		
Nº Refeições	Dias	Média/Dia
122.822	282	436

CCA		
Nº Refeições	Dias	Média/Dia
55.773	155	360

TOTAL		
Nº Refeições	Dias	Média/Dia
590.717	282	2.095

FONTE: PRAE

b) Gestão Administrativa

RECURSOS HUMANOS

CURSOS DE EDUCAÇÃO FORMAL OU DE CARÁTER CONTÍNUO

Especialização em Gestão Hospitalar

Com o objetivo de capacitar os servidores técnico-administrativos e docentes de nível superior da para o exercício da gestão hospitalar nos seus diversos níveis hierárquicos e em suas diferentes unidades operacionais. Realizado no período de 31/03/2006 a 13/04/2007, contou com 37 matriculados e 30 servidores concluíram o curso.

Curso de Língua Estrangeira

Em parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeira, do Centro de Comunicação e Expressão, foi disponibilizado para 100 servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC um desconto de 50% do valor total da taxa de matrícula.

Curso de Leitura e Interpretação de Textos em Inglês para os servidores do Centro de Ciências Agrárias onde foram atendidos 11 servidores.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Os cursos de capacitação profissional do Plano de Capacitação – 2006/2007 para os servidores da UFSC, constituíram-se de Módulos Específicos e Módulos Interambientais.

Os Módulos Específicos estão diretamente relacionados com cargos e ambientes organizacionais de determinadas unidades e os Módulos Interambientais estão diretamente relacionados com as atividades afins desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional.

Demonstrativo das atividades realizadas em 2007.

NOME DO CURSO/MÓDULO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	NÚMERO DE CONCLUINTE
Ética na Universidade Pública(Imprensa Universitária)	3 horas	20/03/2007	19
Compras no Setor Público (Imprensa Universitária)	12 horas	26 a 28/03/2007	19
Conhecendo a UFSC	2 horas	13/04/2007	19
Excell Básico	20 horas	23/04 a 14/05/2007	8
Ética na Universidade Pública	4 horas	24/04/2007	18
Ética na Universidade Pública	4 horas	9/05/2007	13
Excell Básico	20 horas	27/04 a 21/05/2007	7
Políticas de Capacitação	4 horas	03/05/2007	9
Access Básico	20 horas	3/05 a 5/06/2007	8
Conhecendo a UFSC	2 horas	14/05/2007	6
Direito Administrativo	20 horas	14 a 23/05/2007	26
Excell Básico	20 horas	16/05 a 06/06/2007	10
Power Point – 2000	16 horas	16/05 a 01/06/2007	9
Noções Básicas de Windows e Word	30 horas	23/05 a 22/06/2007	9
Organização e Administração de Arquivos	8 horas	21 a 28/05/2007	11
Uso de Novas Tecnologias de Comunicação (Biblioteca Universitária)	18 horas	05 a 15/03/2007	31
Valorização da Força de Trabalho (Biblioteca Universitária)	7 horas	13/03/2007	54
Profissional de Sucesso (Biblioteca Universitária)	1 hora	13/03/2007	54
Pesquisa em Educação e Infância	20 horas	03/05 a 28/06/2007	15
Biossegurança em Laboratório	14 horas	7 a 10/05/2007	9
Atualização em Carpintaria	60 horas	14/05 a 20/08/2007	12
A infância na escola de nove anos no Brasil: limites e possibilidades	30 horas	15/10 a 17/12/2007	19 (*)
Aspectos teóricos e práticos em recursos humanos	24 horas	24 a 26/10 e 7 a 09/11/2007	15
Atendimento ao público	12 horas	3, 4,06 e	19

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

NOME DO CURSO/MÓDULO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	NÚMERO DE CONCLUINTE
		7/12/2007	
Desenvolvimento interpessoal	16 horas	16, 18, 23, e 25/10/2007	10
Direito administrativo	20 horas	1 a 5/10/2007	18
Direitos, deveres e proibições do servidor público federal	8 horas	22 a 23/10/2007	26
Falando em público com entusiasmo e naturalidade	16 horas	27 a 30/11/2007	9
Instrumentos de representação do conhecimento: características, funções e aplicações	16 horas	21 a 30/11/2007	19
Língua brasileira de sinais – LIBRAS (parte I)	20 horas	15/10 a 17/12/2007	20 (*)
Métodos quantitativos na comunicação científica: bibliometria, informetria, cientometria e webmetria	16 horas	19/10/2007 a 23/11/2007	18
Políticas de capacitação	4 horas	15/10/2007	19
Processos administrativos docentes: uma rotina a ser aprimorada	8 horas	08 a 11/10/2007	22
Produção de textos técnicos oficiais	30 horas	16/10/2007 a 20/11/2007	32
Técnicas de preparo de saladas e sobremesas	9 horas Por turma (3 turmas)	1ª TURMA: 3, 4, 5/10/2007 2ª TURMA: 17, 18, 19/10/2007 3ª TURMA: 5 a 7/12/2007	48
Inglês (CCA)	60 horas	semestral	11
Trabalho e processo criativo	15 horas	8, 9, 12, 13 e 14/11/2007	23
Excel básico – turma 01	20 horas	24/09 a 17/10/2007	10
Excel básico – turma 02	20 horas	15/10 a 17/11/2007	10
Excel básico – turma 03	20 horas	11/10 a 13/11/2007	9
Excel avançado – turma 01	20 horas	24/09 a 17/10/2007	9
Excel avançado – turma 02	20 horas	14/11 a 7/12/2007	10
Power point - 2000	16 horas	21/11 a 7/12/2007	9
Word básico – 2000	20 horas	12/11 a 5/12	8
Word básico - 2000	20 horas	19/10 a	8

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

NOME DO CURSO/MÓDULO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	NÚMERO DE CONCLUINTE
		12/11/2007	
Word avançado - 2000	20 horas	24/10 a 19/11/2007	10
Conhecendo a História da Imprensa Universitária	4 horas	20/11/2007	16
Aperfeiçoamento em Artes Gráficas: A Encadernação	10 horas	5 e 6/12/2007	02
Aperfeiçoamento em Artes Gráficas: O uso do Fitolito	10 horas	26 e 27/11/2007	03
Aperfeiçoamento em Artes Gráficas: O uso da OFF SET	10 horas	28 e 29/11/2007	03
Aperfeiçoamento em Artes Gráficas: O uso do LINOTIPO	10 horas	3 e 4/12/2007	12
III AQUI se Encontra: Tutoria na UFSC	8 horas	13/12/2007	18 (*)
Pró-Engineer	36 horas	12 a 21/12/2007	13 (*)
TOTAL	898		825

(*) curso em andamento

Obs.: Um mesmo servidor pode ter participado de mais de 1 curso.

Não estão incluído os dados de capacitação do Hospital Universitário.

FONTE: PRDHS

PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM EVENTOS E CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

A Rubrica “Qualificação Profissional” permite efetuar o pagamento da taxa de inscrições em cursos e eventos de curta duração (congressos, seminários e outros desta natureza) para os servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC. Neste ano de 2007 foram atendidos 337 servidores, conforme quadro apresentado a seguir:

MESES	Nº Servidores
Janeiro	0
Fevereiro	10
Março	17
Abril	29
Maio	19
Junho	28
Julho	25
Agosto	20
Setembro	56
Outubro	92
Novembro	41
Dezembro	0
TOTAL	337

FONTE: PRDHS

AFASTAMENTOS PARA FORMAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nos seguir, especificamos as modalidades e a quantidade de servidores que se afastaram de suas atividades laborativas em busca de aperfeiçoamento profissional.

Docentes Ensino Superior

Nº De Ordem	Matricula	Deptº	Nome Do Docente	Regime	Título	Destino
1	114124	MIP	Adriane Maria Mora Mendes	DE	Doutorado	UFSC
2	110706	DEF	Angela Terezinha Zuchetto	DE	Doutorado	UNICAMP - SP
3	109562	DTO	Beatriz Maykot Kuersten Gil	20	Doutorado	UNIFESP
4	122046	LLV	Carlos Eduardo Schimidt Capela	DE	Pós-Doutor	Univ. de Buenos Aires - Argentina
5	109791	CNM	Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski	DE	Doutorado	UFSC
6	106210	MTM	Celso Melchiables Doria	DE	Pós-Doutor	Univ. do Estado do Michigan-EUA
7	112547	JOR	Clovis Geyer Pereira	DE	Doutorado	UFSC
8	121120	EQA	Dachamir Hotza	DE	Pós-Doutor	Univ. de Queensland - Austrália
9	110005	MIP	Edmundo Carlos Grisard	DE	Pós-Doutor	Univ. of Anglia-Inglaterra
10	111737	BEG	Evelise Maria Nazari	DE	Doutorado	Universidade do Rio de Janeiro
11	122836	MEN	Fábio Machado Pinto	DE	Doutorado	Université Paris 8 - Saint Denis
12	106709	EPS	Fernando Antônio Forcellini	DE	Pós-Doutor	USP/São Carlos-SP
13	075390	JOR	Francisco José Castilhos Karam	DE	Pós-Doutor	Univ. Nacional de Quilmes-Argentina
14	116488	CIN	Gleisy Regina Bóries Fachin	DE	Doutorado	UFSC
15	122100	JOR	Ivan Luiz Giacomelli	DE	Doutorado	UFSC
16	123069	MEN	Jane Bitencourt	DE	Doutorado	Université de Toulouse le Mirail - França
17	121147	GCN	Jarbas Bonetti Filho	DE	Pós-Doutor	Institut Français de Recherche pour L'exploitation de la Mer/Bretanha-França
18	116810	DIR	João dos Passos Martins Neto	DE	Pós-Doutor	Columbya University School of Law - NY - USA
19	118626	CCN	Joisse Antonio Corandi	DE	Doutorado	UFSC
20	109821	CCN	José Alonso Borba	DE	Pós-Doutor	Hautes Études Commerciales de Montreal - Quebec - Canadá
21	100255	DAS	José Eduardo Ribeiro Cury	DE	Pós-Doutor	Institut de Recherche em Com. Et Cybernétique/Nantes-França
22	106156	LLE	Liliana Rosa Reales	DE	Pós-Doutor	Univ. Charles-de-Gaule-Lille 3-França
23	114280	DEF	Luciano Lazzaris Fernandes	DE	Doutorado	UFSC
24	046536	EGR	Lucilene Inês Gargioni de Souza	DE	Doutorado	UFSC
25	122003	ACL	Lucy Maria B. Birolo Parucker	DE	Doutorado	UFMG

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Nº De Ordem	Matricula	Deptº	Nome Do Docente	Regime	Título	Destino
26	064437	EQA	Luismar Marques Porto	DE	Pós-Doutor	Harvard Mit Biomedical Eng. Center-EUA
27	083237	ACL	Luiz Alberto Peregrino Ferreira	DE	Doutorado	UFSC
28	083407	JOR	Luiz Alberto Scotto de Almeida	DE	Doutorado	UFSC
29	059735	ARQ	Luiz Eduardo Fontoura Teixeira	DE	Doutorado	USP
30	116275	CCN	Luiz Felipe Ferreira	DE	Doutorado	UFSC
31	006020	GCN	Luiz Fernando Scheibe	DE	Pós-Doutor	USP
32	109775	PTL	Magda Santos Koerich	DE	Doutorado	UFSC
33	120213	SPO	Marcia Grisotti	DE	Pós-Doutor	Univ. de Wageningen - Holanda
34	064577	PSI	Maria Aparecida Crepaldi	DE	Pós-Doutor	Univ. de Quebec - Canadá
35	078209	EGR	Mário César Coelho	DE	Doutorado	UFSC
36	039475	INE	Masauão Ohira	DE	Doutorado	UFSC
37	110544	LLV	Mauri Furlan	DE	Pós-Doutor	Univ. Federal da Paraíba
38	062981	BQA	Nelson Horácio Gabilan	DE	Pós-Doutor	Universidade de Uppsala/Uppland-Suécia
39	102479	CCN	Nivaldo João dos Santos	DE	Doutorado	UFSC
40	116712	DEF	Nívia Márcia Velho	DE	Doutorado	UFSC
41	116763	DIR	Orides Mezzaroba	DE	Pós-Doutor	Univ. de Coimbra-Portugal
42	107705	LLE	Paulo César Maltzahn	DE	Doutorado	UFSC
43	121155	HST	Rogério Luiz de Souza	DE	Pós-Doutor	Centre d'Études Interdisciplinaires de Faits Religieux
44	088344	EMC	Rolf Bertrand Schroeter	DE	Pós-Doutor	Univ. Técnica Zurich - Suíça
45	105060	LLE	Silvana de Gaspari	DE	Doutorado	UFSC
46	100417	JOR	Valci Regina Mousquer Zuculoto	DE	Doutorado	PUC-RS
47	027892	QMC	Valfredo Tadeu de Favere	DE	Pós-Doutor	Wake Forest University - EUA
48	084462	CAL	Vildes Maria Scussel	DE	Pós-Doutor	National Veterinary and Food Research Institute - Helsinki/Finlândia
49	121392	NFR	Vitória Regina Petters Gregório	DE	Doutorado	UFSC

FONTE: CPPD

Docentes de 1º e 2º Grados

Nº de Ordem	Matricula	Deptº	Nome do Docente	Regime	Título	Destino
1	069706	CA	Maria Clarete Borges de Andrade	DE	Mestre	UDESC
2	135334	CA	Mariza Konradt de Campos	DE	Mestre	UFSC
3	103556	CA	Marcos Vinicius Mocellin Ferraro	DE	Doutorado	UFPR
4	122623	CA	Leila Lira Peters	DE	Doutorado	UFSC
5	100352	NDI	Marilene Dandolini Raupp	DE	Doutorado	UFSC
6	103777	NDI	Rose Elaine de Liz Waltrick	DE	Mestre	UFSC

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

7	86414	NDI	Eloisa Helena Teixeira Fortkamp	DE	Mestre	UFSC
8	119010	CA	Sandro Ricardo Rosa	DE	Doutorado	UFSC
9	112393	CA	Ana Lice brancher	DE	Pós-Doutorado	França
10	125827	CA	Edson de Souza Azevedo	DE	Doutorado	Portugal
11	121686	CA	Nara Caetano Rodrigues	DE	Doutorado	UFSC

FONTE: CPPD

Licença Capacitação

Servidor	SIAPÉ	Carreira	País / Exterior	Início	Retorno / previsão de retorno
Alita Diana Correa Kuchler	747809	Técnica	Exterior	28/03/2007	25/05/2007
Eliane Maria Fabiano de Almeida	272879	Técnica	Brasil	13/09/2007	12/12/2007
Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva	408846	Docente	Brasil	03/09/2007	02/12/2007
Simone Marques de Almeida	362724	Técnica	Exterior	28/07/2007	27/08/2007
Sonia Maria Mafra	1169690	Técnica	Exterior/Brasil	16/12/2006	16/03/2007

FONTE: PRDHS

Estágio

Servidor	SIAPÉ	País/Exterior	Início	Retorno/previsão de retorno
Lee I Ching	2312489	Exterior	05/11/2007	16/11/2007

FONTE: PRDHS

Horário Especial

Servidor	SIAPÉ	Início	Retorno/previsão de retorno
Marcelo Justo Kielling	1466472	22/02/2007	22/01/2008

FONTE: PRDHS

Curso de Capacitação

Servidor	SIAPÉ	País/Exterior	Início	Retorno/previsão de retorno
Alexandre Carlos Mendes	1442024	Brasil	05/09/2007	30/11/2007

FONTE: PRDHS

Especialização

Servidor	SIAPÉ	País/Exterior	Início	Retorno/previsão de retorno
Maria Goreti Batista	1159183	Brasil	27/04/2007	26/04/2008
Taviana Evani de Souza	1359055	Brasil	01/05/2007	30/11/2007
Cláudio Marcio Yudi Ikino	1445576	Brasil	01/10/2007	01/11/2007
Daniela Maçaneiro	1422782	Brasil	02/06/2006	01/06/2007

FONTE: PRDHS

Mestrado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Servidor	SIAPE	País/Exterior	Início	Retorno/previsão de retorno
Bethânia Negreiros Barroso	1104242	Brasil	02/04/2007	01/04/2008
Denyo Silva	1160122	Brasil	07/05/2005	28/08/2007
Francisco do Vale Pereira	1169584	Exterior	06/03/2006	05/03/2007
Marcelo José Panzenhagen	1160589	Exterior	01/07/2006	01/09/2007
Maurício Laerte Silva	1158082	Brasil	01/06/2007	31/05/2008
Zaira Aparecida de Oliveira Custódio	1160235	Brasil	06/03/2007	05/03/2008
Zuleide Gonzaga da Silva Besen	1157357	Brasil	01/06/2006	28/2/2008

FONTE: PRDHS

Doutorado

Servidor	SIAPE	País/Exterior	Início	Retorno/previsão de retorno
Armanda Carla Teixeira Brandão F. Rufino	1445174	Brasil	09/04/2007	08/04/2008
Ione Iolanda dos Santos	1160651	Brasil	14/08/2006	13/08/2008
Irineu Manoel de Souza	1155891	Brasil	23/03/2005	22/03/2008
Jordelina Schier	1159982	Brasil	01/06/2006	31/05/2008
José Carlos Simonassi	1207360	Brasil	01/03/2005	28/02/2007
Josiane de Jesus Martins	1160322	Brasil	01/07/2006	30/06/2008
Nádia Maria Chiodelli Salum	1158270	Brasil	11/09/2003	10/09/2007
Roberta Costa	1357171	Brasil	01/03/2007	28/02/2008
Rozeli Zen Cerny	1158829	Brasil	01/06/2005	31/05/2007
Valcionir Correa	1157394	Brasil	01/03/2004	28/02/2008
Edna Maria Niero	1263037	Brasil	12/03/2002	02/04/2007
Jaceny maria Reynaud	1158663	Brasil	07/11/2002	21/03/2007
João Carlos Xikota	1160558	Brasil	01/09/2004	01/09/2008
Maria de Lourdes Campos Hames	1157819	Brasil	01/06/2004	01/03/2007
Maria Sylvia Cardoso Carneiro	45242	Exterior	12/03/2003	13/03/2007
Mauricio Alves	1169542	Brasil	17/03/2003	18/03/2008
Beatriz Maykot Kuerten Gil	2160063	Brasil	01/11/2004	31/11/2008

FONTE: PRDHS

Eventos de Curta Duração no Exterior

Servidor	SIAPE	Início	Retorno/previsão de retorno
Alberto Trapani Júnior	1160566	25/09/2007	04/10/2007
Ana Lúcia Ferraresi Schmitz	1157270	25/11/2007	01/12/2007
Angela Cristina Correa	378964	25/11/2007	02/12/2007
Beatriz Angela Vieira Cabral	1157867	14/07/2007	23/07/2007
Carla Cristina Dutra Búrigo	1159371	02/11/2007	10/11/2007
Carmen Lúcia Fossari	1156761	28/10/2007	05/11/2007
Clotilde Maria Ternes Ceccato	1169629	28/11/2007	01/12/2007
Daniela Serafin Couto Vieira	3298560	01/10/2007	11/10/2007

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Servidor	SIAPE	Início	Retorno/ previsão de retorno
Delvina Sá Martins	1169686	25/11/2007	02/12/2007
Edevilson Silva	1169621	25/11/2007	02/12/2007
Edna Maria Estevens da Silva	1169673	13/06/2007	17/06/2007
Eliane Melo Cachoeira	1160409	17/11/2007	21/11/2007
Fernando Osni Machado	1157806	16/11/2007	22/11/2007
Giovani Colombo	1361629	12/11/2007	17/11/2007
Heliete Nunes	1169654	22/08/2007	26/08/2007
Horácio Joaquim Perez	1254046	26/02/2007	03/03/2007
Horácio Joaquim Perez	1254046	17/05/2007	26/05/2007
Jaqueline Silva	1176451	16/02/2007	03/05/2007
Joi Cletson Alves	1157938	22/06/2007	02/07/2007
Joice Regina da Costa Santana Lapa	1160489	25/11/2007	01/12/2007
José Antônio Ceccato	1158321	28/11/2007	01/12/2007
José Francisco Bernardes	1169596	23/09/2007	30/09/2007
Lee I Ching	2312489	05/11/2007	16/11/2007
Leopoldo Alberto Back	1158444	02/05/2007	08/05/2007
Leopoldo Alberto Back	1158444	30/05/2007	06/06/2007
Lúcia Maria Loch Góes	1156838	22/08/2007	26/08/2007
Luiz Alberto May	1157956	07/09/2007	13/09/2007
Luiz Alfredo Silveira	1156241	25/11/2007	02/12/2007
Luiz Paulo de Queiroz	1158320	27/04/2007	06/05/2007
Luiz Paulo de Queiroz	1158320	26/06/2007	02/07/2007
Manoel Agrasso Neto	480283	16/04/2007	23/04/2007
Marcelo Collaço Paulo	1158085	30/05/2007	07/06/2007
Maria Aparecida Sá de Souza	1156654	25/11/2007	02/12/2007
Maria Cristina Simões de Almeida	576533	05/05/2007	13/05/2007
Maria José Nunes Pires Feijó	1169594	25/11/2007	01/12/2007
Maristela Helena Zimmer Bortolini	2089127	25/11/2007	02/12/2007
Nicolau Jorge Haviaras	1157645	17/10/2007	20/10/2007
Otto Henrique May Feuerschuete	1160574	06/09/2007	16/09/2007
Paulo Roberto Zeni	1157051	19/03/2007	23/03/2007
Paulo Roberto Zeni	1157051	14/09/2007	20/09/2007
Pedro Antônio de Melo	1156578	26/06/2007	30/06/2007
Pedro Antônio de Melo	1156578	18/11/2007	23/11/2007
Pedro Antônio de Melo	1156578	27/11/2007	02/12/2007
Rachel Duarte Moritz	1158318	17/11/2007	22/11/2007
Roberto Tonera	224422	16/05/2007	20/05/2007
Roberto Tonera	224422	19/07/2007	24/07/2007
Rosi Correa de Abreu	1156912	22/08/2007	26/08/2007
Sergio Machado Wolf	1159965	05/11/2007	09/11/2007
Sergio Roberto Pinto da Luz	1158756	25/11/2007	30/11/2007
Sheila Koettker Silveira	1160502	06/09/2007	16/09/2007
Silvana Maria Tasqueto Cassanta	1159194	25/11/2007	01/12/2007
Sonia Maria Mafra	1169690	22/08/2007	26/08/2007
Tânia Regina Tavares Fernandes	1159205	25/11/2007	02/12/2007
Zelita Chaves de Souza	1156839	25/11/2007	28/11/2007
Zulmira da Silva	1159481	22/10/2007	27/10/2007

FONTE: PRDHS

CONCURSO PÚBLICO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Docente –Efetivos

No ano de 2007, através da Portaria Normativa Interministerial MP/MEC nº 22, de 30 de abril de 2007, retificada pela Portaria Interministerial MP/MEC nº 224, de 24 de julho de 2007, foi instituído em cada Universidade Federal, um banco de professores-equivalente, correspondente a soma dos professores de 3º grau efetivos e substitutos, em exercício.

Este instrumento de gestão administrativa de pessoal facultou à Universidade a realização de abertura de concurso público, para contratação de cargos de Professor de 3º grau, efetivos ou substitutos, vacantes, segundo suas necessidades, sem prévia autorização específica.

As referidas portarias fixou os limites do banco de professor-equivalente para cada instituição de ensino, ficando esta Universidade com o quantitativo de 2.771.

No ano de 2007, não realizamos concurso público para professor de 3º grau, dentro desta nova modalidade de contratação.

A realização de Concurso Público para professor de 3º Grau, está prevista para fevereiro/2008, considerando as Portarias nº 450/MP/2007, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2007 e Portaria nº 1.262/MEC, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2007, que fixou o quantitativo de 32 vagas.

Considerando o disposto nas Portarias MP nº 123, de 24 de abril de 2007, Portaria MP nº 184, de 18 de junho de 2006 e Portaria MEC nº 589, de 21 de junho de 2007, foi realizado Concurso Público, para provimento de 7 vagas, no cargo de Professor da Carreira do Magistério de I e II Graus, classe “c”, nível 1, para os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari.

O Concurso teve suas inscrições abertas pelo Edital nº 048/DDPP/2007, de 10 de outubro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2007, no período de 15.10.2007 a 14.11.2007.

O total de inscrições validadas, nas diversas áreas de conhecimento, foi de 139.

O Concurso será realizado no final de janeiro/2008 a 1º quinzena de fevereiro/2008, e a nomeação dos candidatos está prevista para fevereiro de 2008. A previsão é que todos os candidatos homologados iniciam suas atividades para o semestre acadêmico de 2008.1.

Contudo até maio foram contratados 74 servidores docentes para as seguintes unidades e os cargos:

UNIDADE	CARGO	QUANTIDADE
Colégio Agrícola de Camboriú	Prof. Ens. I e II Graus E1 DE	3
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira	Prof. Ens. I e II Graus E1 DE	4
Centro de Ciências Agrárias	Professor Adjunto 1 DE	2
Centro de Ciências Biológicas	Professor Adjunto 1 DE	9
Centro de Comunicação e Expressão	Professor Adjunto 1 DE	8
	Professor Assistente 1 DE	1
Centro de Ciências da Saúde	Professor Adjunto 1 DE	9
	Professor Adjunto 1 20H	2
	Professor Assistente 2 DE	1

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

UNIDADE	CARGO	QUANTIDADE
	Professor Assistente 1 20H	3
Centro de Ciências da Educação	Professor Adjunto 1 DE	10
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Professor Adjunto 1 DE	1
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	Professor Adjunto 1 DE	5
Centro Sócio-Econômico	Professor Adjunto 1 DE	9
Centro Tecnológico	Professor Adjunto 1 DE	7
Total		74

Fonte:PRDHS

Docente – Contratação Temporária

Um grande contingente de professores substitutos, uma vez que, não há reposição das vacâncias de cargos, ocorridas no período. Com a criação do banco de professores-equivalentes, e dentro do limite fixado, esta Universidade encontrará maior flexibilidade na contratação destes professores, nos casos de substituição previstos pela Lei nº 8745/93.

A operacionalização do banco de professor-equivalente foi iniciada a partir de julho/2007, somente na contratação de professor substituto, a qual foi necessário maior controle, conseqüentemente novos processos, para garantir o limite fixado nas portarias interministeriais.

Técnico- Administrativo

Atividade não realizada, uma vez que não houve autorização do Ministério da Educação para abertura de concurso público para a carreira técnico-administrativa, no ano de 2007.

REDISTRIBUIÇÃO

É o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC. (Art. 37 da Lei nº 8.112, de 11.12.90).

No ano de 2007, foram analisados 33 processos de redistribuição. Sendo que, deste total, 12 pedidos estão em trâmite administrativo, 18 servidores foram redistribuídos a UFSC e 6 para outras IFES.

Verifica-se a cada ano, uma grande procura de servidores Técnico-Administrativos e Docentes, interessados em serem redistribuídos para esta Instituição.

Dados quantitativos que compreendem esta atividade:

ORIGEM	CARGO	QUANTATIVO
UFAL	Técnico Radiologia	1
	Assistente em Administração	1
UFAC	Docente	1
UFF	Assistente em Administração	1
UFG	Docente	1
UFMS	Docente	2

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ORIGEM	CARGO	QUANTATIVO
UFPR	Docente	2
	Assistente Social	1
UFRGS	Assistente em Administração	1
UFRJ	Engenheiro Civil	1
	Administrador de Edifícios	1
FURG	Técnico em Radiologia	1
	Docente	1
UFSM	Técnico de Laboratório	1
	Cozinheiro	1
	Docente	2
	Arquivista	1
UFT	Docente	3
	Técnico em Assuntos Educacionais	1
UFU	Assistente em Administração	1
UNB	Técnico em Assuntos Educacionais	1
	Médico	1
	Assistente em Administração	1
UFSC	Assistente Administração	1
	Técnico de Laboratório	1
UFTPR	Assistente de Laboratório	1
	Docente	1
Colégio Militar	Docente	1
EAF -Concórdia	Docente	1
TOTAL		33

FONTE: PRDHS

REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES PARA A UFSC			
SERVIDOR	CARGO	ORIGEM	PORTARIA
Simone Gonçalves Cardoso	Docente	UFSM	MEC nº 139/2007
Álvaro Bisol Serafini	Docente	UFG	MEC nº 188/2007
José Luis A. Guntzel	Docente	UFPEL	MEC nº 347/2007
Leo Serpa	Docente	EAF-Concórdia	MEC nº 397/2007
Berenice Santos Goncalves	Docente	UFPEL	MEC nº 465/2007
Myriam Eugênia R.P. Barbejat	Docente	UFF	MEC nº 607/2007
Juarez Nelson A. de Lima	Docente	UFPR	MEC nº 642/2007
Vânia Maria Manfro	Docente	UFES	MEC nº 641/2007
Marina Keiko Nakaiama	Docente	UFRGS	MEC nº

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES PARA A UFSC			
SERVIDOR	CARGO	ORIGEM	PORTARIA
			687/2007
Sônia Buck	Docente	UFPR	MEC nº 891/2007
João Artur de Souza	Docente	UFPEL	MEC nº 950/2007
Gertrudes A. Dandolini	Docente	UFPEL	MEC nº 949/2007
Francisco Alberto Dias	Pedreiro	UFMS	MEC nº 009/2007
Maria César de Miranda	Aux. Administração	UFMS	MEC nº 176/2007
Eduardo Batista Ethur	Assist. Administração	UFSM	MEC nº 341/2007
Rosangela de Lourdes Lorensi do Canto	Auxiliar Enfermagem	UFSM	MEC nº 340/2007
Inécio Henrichs	Aux. Agropecuária	EAF-Concórdia	MEC nº 686/2007
Maria de Lourdes Miranda Marcos	Nutricionista	UFPR	MEC nº 873/2007

FONTE: PRDHS

REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES DA UFSC PARA OUTROS ÓRGÃOS			
SERVIDOR	CARGO	ORIGEM	PORTARIA
Antonio Carlos Montezuma Brito	Economista	UFAC	MEC nº 141/2007
Ivana Alves Silva	Aux. Administrativo	UFRN	MEC nº 853/2007
Ricardo Luiz Machado	Técnico Segurança do Trabalho	UFRN	MEC nº 857/2007
Virginia do Amaral sales	Enfermeiro - Área	UFPR	MEC nº 879/2007
Letícia Scherer Koester	Docente	UFRGS	MEC nº 018/2007
Vanderlei Machado	Docente	UFRGS	MEC nº 212/2007

FONTE: PRDHS

CEDÊNCIA

Ato autorizativo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ou para atender situações previstas em leis específicas, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem alteração da lotação no órgão de origem. (Inciso II do Art. 1º do Decreto nº 4.050, de 13.12.2001- Regulamentou o art. 93 da Lei 8.112, de 11/12/90) ;

Verifica-se ainda, que órgãos Federais, Estaduais e Municipais, continuam a gestionar junto a outros órgãos a cessão de servidores para compor a força de trabalho, tendo em vista, a falta de abertura de concurso público, para atender às demandas existentes.

Outra forma de cedência é a denominada Colaboração Técnica de servidores docentes e técnico administrativo, a qual vem tendo uma demanda expressiva. Destacamos a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

colaboração técnica de servidores do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, para o Hospital Universitário desta universidade, para o Sistema único de Saúde –SUS.

Destacamos ainda, a colaboração técnica, regulamentada pela Lei N° 11.091/2005, que Instituiu o Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, regulamentado pelo art. 26-A da Lei n° 11.233/2005.

Demonstrativo Cedência

CARGO	ORIGEM	QUANT.
Docente 20 h	UFSC	2
Docente 40 h	UFSC	1
Docente DE	UFSC	8
Técnico-Administrativo	UFSC	6

FONTE: PRDHS

DIMENSIONAMENTO

Após vários encontros de estudos e palestras para embasamento teórico, as ações para o processo de identificação e análise quantitativa e qualitativa da força de trabalho, necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais, considerando as inovações tecnológicas e modernização dos processos de trabalho, iniciaram com a publicação da Portaria n° 723/GR/2006 de 17/10/2006, que constituiu a Comissão de Estudos do Dimensionamento dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC.

Após estudo piloto realizado no Centro de Ciências Agrárias –CCA, com a colaboração do Programa de Integração de Sistemas – PIS e do Grupo de Engenharia e Análise do Valor – GAV/EPS/CTC, foi elaborado um sistema, via web, para a coleta de dados, a qual encerrou, nas Unidades de Ensino, em 7/12/2007.

A Comissão está analisando os dados enviados e elaborando indicadores para aplicação no Dimensionamento de pessoal na Instituição.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação de Desempenho é um processo sistemático de apreciação do desempenho do servidor técnico-administrativo (STA) pertencente ao Plano Único de Classificação e retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) no cargo ou função e, de seu comportamento funcional.

Tem como objetivo a promoção do desenvolvimento dos recursos humanos da instituição, através do aprimoramento e adequação do seu pessoal técnico administrativo.

No ano de 2007, apenas 5 servidores técnico-administrativos permaneceram no PUCRCE, para os quais continuam sendo procedidas as avaliações de desempenho, segundo o Programa estruturado através da Resolução n° 121/CUn/90. Dentre os cinco servidores, apenas um não está em final de carreira.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) foi implantado na UFSC a partir de 1/3/2005.

A Portaria n° 101/GR/2007, de 2/2/2007, designou Comissão de dez membros com a finalidade de desenvolver e implantar o Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores do PCCTAE na UFSC, adequado às Diretrizes do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira, para a concessão da Progressão por Mérito Profissional a partir de 1/7/2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O referido Programa vem sendo desenvolvido e tem previsão de implantação no ano de 2008.

CONCESSÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

O Incentivo à Qualificação foi instituído através da Lei 11.091/2005, aos servidores integrantes do PCCTAE, que possuem educação formal superior ao exigido para o cargo de que são titulares e, concedido de acordo com regulamentação vigente.

O Incentivo à Qualificação é devido ao servidor técnico-administrativo, após 4 anos de efetivo exercício no cargo e terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo mesmo.

Seguindo os procedimentos estabelecidos pelo do Decreto nº 5.824, de 29/06/2006 para a concessão do Incentivo à Qualificação, em 2007 foi concedido percentual por Incentivo à Qualificação a 159 servidores pertencentes ao PCCTAE, variando de 5% a 20%, calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Progressão funcional de servidor docente

A progressão funcional do servidor docente ocorre por avaliação e por titulação.

As progressões funcionais dos docentes, tanto por avaliação quanto por titulação, em 2007 mantiveram-se dentro das expectativas, exceto para aqueles docentes cujas progressões por avaliação estão atrasadas por não terem iniciado os respectivos processos.

Progressão por avaliação de servidor docente

É feita em nível horizontal pela passagem de um nível para outro imediatamente superior dentro da mesma classe, mediante cumprimento do interstício de 2 anos de efetivo exercício no mesmo nível e habilitação de desempenho ou cumprimento do interstício de 4 anos de atividade em órgão público.

Em nível vertical pela passagem do nível 4 da classe atual para o nível 1 da classe imediatamente superior, exceto a classe de professor titular.

Em 2007, seguindo os procedimentos estabelecidos na legislação, progrediram por avaliação 260 docentes do Magistério Superior e 34 docentes do Magistério de 1º e 2º Graus.

Progressão por titulação de servidor docente

É feita em nível vertical, pela passagem do docente para o nível inicial da classe imediatamente superior, exceto a de Professor Titular, mediante obtenção da Titulação exigida, ou cumprimento do interstício de 4 anos de atividade em órgão público e habilitação em avaliação de desempenho acadêmico.

Em 2007 progrediram por titulação 6 docentes do ensino superior.

Progressão funcional de servidor técnico-administrativo

Progressão funcional de servidor técnico-administrativo pertencente ao PUCRCE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

A progressão funcional do servidor técnico-administrativo pertencente ao PUCRCE ocorre por mérito, por permanência e por titulação.

No ano de 2007, nenhum servidor pertencente ao PUCRCE obteve progressão.

Progressão funcional de servidor técnico-administrativo pertencente ao PCCTAE

No PCCTAE o desenvolvimento do servidor na carreira se dá, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional (PCP) e Progressão por Mérito Profissional (PMP).

Progressão por Capacitação Profissional (PCP/PCCTAE)

Seguindo os procedimentos estabelecidos pelo do Decreto nº 5.824, de 29/06/2006 para a concessão do Incentivo à Qualificação e efetivação do enquadramento no Nível de Capacitação aos servidores técnico-administrativos, foi concedida Progressão por Capacitação Profissional a 250 servidores.

Por recurso ao resultado do enquadramento, além dos pleitos analisados em 2006, 59 foram deferidos, após parecer das instâncias competentes ou revisão por via administrativa.

Progressão por Mérito Profissional (PMP/PCCTAE)

Por meio da Resolução/CNS nº 02, de 23/11/2006, a Comissão Nacional de Supervisão – CNS (Instituída pela Portaria/MEC nº 655, de 1/3/2005), estabeleceu os procedimentos a serem observados pelas unidades de Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino, na concessão da Progressão por Mérito aos servidores do PCCTAE.

Em conformidade com os instrumentos legais e normativos, foram estabelecidos os procedimentos e em 2007, procedidas à concessão de 3.409 Progressões por Mérito Profissional – PMP, a Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC com direito à referida progressão entre 01/03/2005 e 30/06/2007.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Estágio probatório é o período de 36 meses durante o qual a aptidão e capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

Os acompanhamentos e as avaliações de Estágio Probatório foram procedidos nos prazos previstos. Foi homologado o resultado das avaliações que aprovaram 37 servidores docentes e 89 técnico-administrativos submetidos ao Estágio Probatório.

REMOÇÃO

Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro da Instituição, com ou sem mudança de sede.

As atividades que se referem à remoção foram ampliadas em 2007, buscando satisfazer a necessidade Institucional e os anseios profissionais dos servidores.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

No referido ano foram removidos 4 docentes e 73 servidores técnico-administrativos, referentes solicitações do ano de 2007 e anteriores.

Foram registradas 91 solicitações de necessidades de servidores, sendo atendidas 25.

Houve em 2007, 126 solicitações de remoção por parte dos servidores, sendo removidos 50.

CONTRATAÇÃO

No ano de 2007 foi contratado um servidor técnico-administrativo no cargo de Auxiliar de Enfermagem e lotado no Hospital Universitário.

SEGURANÇA DO CAMPUS

A Universidade Federal de Santa Catarina sempre teve o seu Campus totalmente aberto para a comunidade, inclusive servindo de praça pública nos finais de semana, com paz, tranquilidade e segurança aos seus usuários.

Por estes motivos optou-se por instalar sistemas de alarme contra roubo, monitorados por uma central 24 horas, providos de senhas de acesso nas portas dos locais a serem protegidos. Atualmente, temos instalado o sistema de monitoramento por imagem (CFTV), com gravação em tempo integral, em cerca de cento e quarenta setores, protegendo mais de 2.500 salas e laboratórios, e em outras Unidades temos 24 sistemas de monitoramento por imagem, com cerca de trezentas e dezesseis câmaras instaladas, com gravação em tempo integral.

Pode-se afirmar que nestes setores onde estão instalados os sistemas de alarmes contra roubo e (CFTV) raramente existe uma ocorrência registrada.

No momento a maior preocupação da área de segurança está voltada para os nossos usuários e as áreas externas, tais como: estacionamentos, bosques e áreas limítrofes aos prédios das unidades de ensino. Neste sentido, estamos gradativamente ampliando o sistema de monitoramento por imagem; além destas medidas estamos viabilizando a implantação de controle eletrônico de acesso nas unidades acadêmicas e administrativas. O projeto piloto está sendo iniciado no Centro de Ciências Agrárias.

Para a Segurança do Campus continuam sendo investidos equipamentos e materiais, visando dar seqüência na implantação do sistema de monitoramento. Estas medidas resultaram numa diminuição no número de ocorrências em relação a anos anteriores.

PATRIMÔNIO

Neste ano foi finalizada a legislação regulamentadora do Patrimônio da UFSC. Gerando um novo sistema que consiste na descentralização setorial do controle e verificação dos bens patrimoniais e a criação do Agente Patrimonial em cada Unidade da Instituição. Este modelo descentralizado facilitará a realização do inventário físico anual, permitindo que ao final de cada exercício todos os bens sejam recenseados na sua totalidade.

PROCESSO DE MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS

Foram executados vários serviços de recuperação e reformas prediais coordenados pela Prefeitura Universitária e o Escritório Técnico-Administrativo da UFSC (ETUSC). A PROAF também providenciou a aquisição de equipamentos e mobiliários para atendimento de parte da demanda requerida durante este exercício.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

Com a preocupação de se produzir um sistema com base em dados que produza informações gerenciais, a Universidade entendeu de implantar uma arquitetura de produtos e serviços de Tecnologia da Informação que propicie à administração universitária usar de forma eficiente todos os recursos (dados x sistemas X redes). Esforços existentes na instituição, com a finalidade de melhorar o seu processo decisório, simplificar o fluxo de informações e facilitar o trabalho em grupo, aumentando a integração entre os vários sistemas em uso na instituição.

Para a construção deste Programa destacamos os seguintes Projetos: Sistema de Informações Universitárias, disponibilizando um ambiente para acesso aos Indicadores da Instituição; Sistema de Coleta das Informações produzidas pelo corpo docente, eliminando o fornecimento de informações redundantes em várias etapas durante o ano letivo; Portal Universitário; e o Cartão Inteligente da UFSC.

EXPANSÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL

No final de 2006 foi elaborado projeto e especificações técnicas de uma solução para ampliação de capacidade do backbone da redeUFSC. Como resultado desta ação, no início deste ano os equipamentos foram entregues e passaram a operar na redeUFSC, ainda no primeiro semestre. Com estes investimentos as seguintes melhorias foram obtidas:

- Maior disponibilidade, desempenho e segurança para todos os serviços de rede, incluindo o acesso a Internet;
- Ampliação da capacidade de roteamento e comutação passando o núcleo da rede para 10GE;
- Melhoria da conectividade com a Internet;
- Suporte a roteamento IPv6;
- Suporte a roteamento Multicast;
- Melhorias nas facilidades de gerenciamento e segurança;
- Ampliação do número de portas de 1GE para conexão das redes locais das unidades.

Em complementação a estes investimentos na infra-estrutura central por meio de uma ação junto a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) no âmbito da iniciativa Rede Campus, foi possível dotar o Centro de Dados do NPD de 4 comutadores Gigabit Ethernet, melhorando significativamente a conexão dos servidores de bases de dados e aplicações corporativas.

Virtualização de Servidores: A utilização de recursos do projeto Rede Campus e software cedido pela RNP ao PoP-SC possibilitou o início de um projeto de virtualização de servidores, que consiste na instalação de um único equipamento de grande porte, o qual refletirá a imagem (servidor virtual) de diversos servidores (equipamentos) de menor porte. Esta ação, além de facilitar o gerenciamento dos recursos, também gera economia de espaço físico, energia elétrica, melhoria da disponibilidade dos serviços que foram virtualizados. Até o momento 10 equipamentos foram virtualizados.

No ano de 2007 foi implantada a REMEP-FLN (Rede Metropolitana de Educação e Pesquisa da Região de Florianópolis). A REMEP é um projeto liderado pela UFSC e financiado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

pela RNP no sentido de implantar redes ópticas metropolitanas de alta velocidade para educação e pesquisa. A REMEP-FLN foi inaugurada em novembro de 2007 e conta com mais de 30 prédios conectados em taxas de Gigabit Ethernet. Esta iniciativa beneficiou diretamente as seguintes unidades da UFSC:

- SEAD/UFSC TV – Secretaria de Ensino a Distância e outras unidades instaladas nesse prédio;
- Centro de Ciências Agrárias;
- Hospital Universitário;
- CCA – Laboratório de Aquicultura.

Entre outros benefícios a REMEP-FLN possibilitou ao HU participar do projeto RUTE (Rede Universitária de Telemedicina) e a UFSC TV participar do projeto RITU (Rede de Intercambio de TVs Universitárias).

Ainda no âmbito do projeto REMEP-FLN foi elaborado o edital para implantação de um segmento de rede sem fio padrão WiMax conectado a rede óptica. Nesta rede serão conectadas as unidades de educação e pesquisa não alcançada pela rede óptica. As seguintes unidades da UFSC serão beneficiadas:

- Fazenda Ressacada
- Unidade de conservação da Ilha de Anhatomirim
- LCM – Laboratório de Camarões Marinhos
- LAPAD – Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce

Associado ao projeto REMEP-FLN foi implantado um ponto de troca de tráfego metropolitano facilitando a interconexão de unidades de Educação, Pesquisa, Agricultura e Saúde conectadas a RMG (Rede Metropolitana Governamental).

Maiores informações em <http://www.pop-sc.rnp.br/remep/>

O ambiente de telefonia IP (VoIP) foi disponibilizado para a Comunidade Universitária, permitindo a conexão através da rede com todas as Universidades Federais e principais centros de pesquisa, além do MEC e MCT, em compatibilidade com o serviço fone@RNP. Através de uma integração com o serviço de telefonia fixa da UFSC é possível a realização de chamadas entre ambiente VoIP e o ambiente de telefonia convencional de forma transparente.

No ano de 2007 foi iniciada a implantação do VoIP corporativo. Inicialmente com apoio da RNP foi instalado um telefone IP nas Direções de Centro, Pró-reitorias, Gabinete do Reitor e Vice Reitor. Com esta iniciativa em médio prazo poderá ser alterada a forma como a telefonia ocorre no campus e nas unidades remotas trazendo maior flexibilidade e redução de custos para este serviço.

Informações adicionais estão disponíveis em: <http://www.voip.ufsc.br>

Desenvolvimento de Aplicações Corporativas Programa Universidade Aberta do Brasil

Com a implantação do programa Universidade Aberta do Brasil - UAB, no qual a UFSC terá participação em sete cursos de graduação e dois de pós-graduação, em 31 cidades Brasileiras, montou-se uma infra-estrutura em sistemas de informação, sendo adotado a plataforma Moodle como ambiente de aprendizado dos cursos a serem ministrados. O Moodle é um software livre sendo considerado uma solução de simples instalação suportando milhares de usuários dentro da mesma base de dados.

Desenvolveu-se também uma aplicação que atua entre o sistema de controle acadêmico da graduação (CAGR), pós-graduação (CAPG) e o Moodle. Esta aplicação é responsável pela sincronização dos dados entre as bases dos referidos sistemas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Será também disponibilizado um Portal utilizando a ferramenta Wordpress onde todos os usuários poderão ter acesso às informações do programa UAB-UFSC.

Programa de Auto-Avaliação Institucional da UFSC

O Programa de Auto-Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (PAAI-UFSC) atende às orientações e princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Auto-Avaliação Institucional é um processo permanente, configurado com padrões próprios da Instituição, promovendo a participação efetiva da comunidade universitária, visando a melhoria contínua das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição.

Fórum da Graduação

O Fórum dos cursos de graduação da UFSC tem o objetivo de contribuir no intercâmbio de informações e conhecimentos entre professores, graduandos e coordenação dos cursos. Surgiu como proposta de um trabalho acadêmico de conclusão de curso desta Instituição e foi incorporado ao sistema de controle acadêmico da graduação (CAGR) e disponibilizado para a comunidade acadêmica.

TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS E OUTROS TIPOS)

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
Termo de Convênio	000053/07-68	28/12/2006	28/12/2008	PROJETO: GENOPROT - REDE INTEGRADA DE ESTUDOS GENÔMICOS E PROTEÔNICOS.	3.000.000,00
Protocolo de Cooperação		13/2/2007	13/2/2012	INCENTIVAR O INTERCÂMBIO TÉCNICO, CIENTÍFICO.	0,00
Termo de Convênio	000125/07-77			FACULTAR AOS ALUNOS DO ITESC O USO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSC E AOS ALUNOS DA UFSC O USO DA BIBLIOTECA DO ITESC.	0,00
Termo de Convênio	000231/07-51	29/12/2006	29/12/2008	PROJETO: MEDIDOR DE CORRENTE DE FUGA EM PARA-RAIOS.	288.000,00
Termo de Convênio	000341/07-12	26/3/2007	26/9/2008	PROJETO: ACREDITAÇÃO MAGLAD/UFSC JUNTO AO INMETRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS DE COMPATIBILIDADE MAGNÉTICA.	454.628,40
Termo de Convênio	000545/07-53			PROJETO: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS DA PERDIGÃO - FASE III.	1.635.851,38
2º T. Aditivo ao Conv. 129/2005	029498/05-68			ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS TERCEIRA, QUARTA, QUINTA E SEXTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	53.210,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
Termo de Convênio	000562/07-91	2/4/2007	2/4/2009	PROJETO: ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E ARTES DA UFSC - ENCOMENDA TRANSVERSAL - PROJETOS DE PESQUISA.	598.380,00
Termo de Convênio	004210/07-12	14/3/2007	2/4/2010	IMPLEMENTAR O ESTUDO SISTEMÁTICO DA TEORIA, METODOLOGIA E APLICAÇÃO DA CIÊNCIA ONTOPSICOLÓGICA NO CURSO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO.	0,00
Termo de Convênio	004715/07-79	15/12/2006	15/12/2008	PROJETO: DESENVOLVIMENTO DE FIOS COM ZERO-TORÇÃO ATRAVÉS DE RECOBRIMENTO TEMPORÁRIO COM FILME POLIMÉRICO DURANTE O PROCESSAMENTO TÊXTIL.	274.371,36
1º T. Aditivo ao Conv. 012/2005	002413/05-02	1/3/2007	1/3/2010	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS TRÊS ANOS.	0,00
Termo de Convênio	005692/07-10	14/12/2006	14/12/2008	PROJETO: UTILIZAÇÃO DE BIOMASSA COMO FONTE ALTERNATIVA DE ENERGIA.	617.433,00
Termo de Convênio	005691/07-75	18/12/2006	18/12/2008	PROJETO: "INOVAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS: CONFORMAÇÃO, USINAGEM DE PRECISÃO E TRATAMENTO TÉRMICO".	1.051.777,00
Termo de Convênio				REALIZAÇÃO POR PARTE DA ACADÊMICA JULIANA DOS SANTOS TAKAHOSHI (ENGENHARIA DE ALIMENTOS) CURSAR A DISCIPLINA PQI 2304 - TERMODINÂMICA QUÍMICA APLICADA II PARA COMPLETAR A SUA GRADUAÇÃO.	0,00
Termo de Convênio	007762/07-74	1/3/2007	1/3/2009	PROJETO: "SISTEMA INTELIGENTE DE PRÉ-ANÁLISE E GESTÃO DE PERTURBAÇÕES E OSCILOGRAFIAS VOLTADO PARA A GERAÇÃO".	148.960,00
Termo de Convênio	007734/07-57	1/3/2007	1/3/2008	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VOLTADAS À APLICAÇÃO DE NORMAS DE COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA PARA PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES.	123.700,00
Termo de Convênio	007857/07-98	26/2/2007	29/12/2008	PROJETO: "REDE GUARANI/SERRA GERAL: SC - ICI - INFRA-ESTRUTURA, CAPACITAÇÃO E	4.250.000,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				INTERVENÇÃO".	
Termo de Convênio	008299/07-88	26/3/2007	26/3/2009	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PROJETO SALA VERDE UFSC.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 134/2005	030441/05-10	29/12/2006	31/1/2007	ALTERAR AS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONVÊNIO 134/2005.	0,00
Termo de Convênio	009150/07-16	4/4/2007	4/4/2009	PROJETO: "CONSTRUÇÃO DE ÁREA FÍSICA NA UFSC PARA ABRIGAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DO GÁS NATURAL".	1.500.000,00
2º T. Aditivo ao Conv.. MOT C 001/05	000115/05-70	29/3/2007	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS.	2.211.496,41
2º T. Aditivo ao Conv. 065/2003	015636/03-60	20/3/2007	20/3/2009	PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONVÊNIO "LEFIS".	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 020/ANTT/2005	000657/06-23	19/3/2007	23/6/2008	DETALHAMENTO DAS DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2007.	809.458,00
Protocolo de Cooperação		7/3/2007	7/3/2012	INCENTIVAR O INTERCÂMBIO TÉCNICO, CIENTÍFICO ...	0,00
Termo de Cooperação Acadêmica	010920/07-73	24/4/2007	24/2/2009	ESTABELECE E REGULAMENTAR UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ENTRE A UFSC E A UDESC NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E INTERESSES COMUNS.	0,00
1º T. Aditivo ao Conv. 025/2007	010920/07-73	24/4/2007	24/2/2009	EXECUÇÃO DO PROJETO:"ESTUDO DESCRITIVO DE TRAUMAS NÃO INTENCIONAIS PROVENIENTES DE AMBIENTE DOMÉSTICO REGISTRADOS NA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC, ATRAVÉS DA ALUNA DA UDESC FABÍOLA DOIN VIEIRA VASCONCELOS".	0,00
Termo de Convênio	010999/07-32	1/2/2007	1/5/2007	PROJETO: "CURSO DE ACÚSTICA BÁSICA".	7.500,00
Termo de Adesão	010922/07-62			PROJETO: "BIOTECNOLOGIAS INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA MACIEIRA - GENOMALUS".	0,00
Termo de Convênio	012165/07-61	16/4/2007	28/2/2011	IMPLANTAÇÃO DE UMA TURMA ESPECIAL DO CURSO DE PÓS-	107.354,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU" - DOUTORADO EM ENFERMAGEM".	
Termo de Convênio	011513/07-83	1/9/2006	31/8/2007	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE E CONTROLE DE CORROSÃO EM PALHETAS DE TURBINAS A VAPOR".	23.840,00
Termo de Convênio	011520/07-85	1/3/2007	1/3/2008	PROJETO: "CARACTERIZAÇÃO DE TRANSFORMADORES E ANÁLISE DE TRANSITÓRIOS".	121.700,00
Termo de Convênio	011863/07-40	7/5/2007	7/5/2009	PROJETO:"AÇÕES INTEGRADAS PARA O CONTROLE DE ENFERMIDADES".	1.499.553,20
Termo de Convênio	012395/07-21	1/4/2007	31/7/2009	PESQUISA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PLANTIO DIRETO.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 108/2005	022912/05-16	1/9/2005	1/9/2007	INDICAR A CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA ECONÔMICA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA DAR CONTINUIDADE À DESPESA.	159.379,00
Termo de Convênio	013351/07-18	18/4/2007	14/12/2007	OPORTUNIZAR AVALIAÇÃO E ESTUDO INTERDISCIPLINAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA FAIXA DE 07 A 14 ANOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM MATRICULADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (NÚCLEO DESENVOLVER DO HU).	0,00
Termo de Convênio	013975/07-35	10/5/2007	1/3/2009	CONSULTORIA TÉCNICA PARA ADAPTAÇÃO DE UNIDADE ELETRÔNICA DE REFRIGERAÇÃO PARA USO EM PROJETO CIENTÍFICO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. Nº 094/2006	016675/06-27	8/12/2006	30/6/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO ORIGINAL Nº 094/2006.	0,00
Termo de Convênio	016895/07-31	30/4/2007	31/12/2007	PERMITIR A EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ALUNA CARLA TORTELLI BRASCHER DA UNISUL COM O PROJETO: "COMPARAÇÃO	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				DOS CRITÉRIOS PREDITIVOS DE DESMAME COM O SUCESSO DA VENTILAÇÃO MECÂNICA INVASIVA".	
Termo de Convênio	016879/07-49	30/4/2007	31/12/2007	PERMITIR A EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ALUNA VIVIANE CARVALHO DE SOUZA DA UNISUL COM O PROJETO: "VENTILAÇÃO NÃO-INVASIVA NA FALHA PRECOCE DA EXTUBAÇÃO".	0,00
1º T. Aditivo ao Conv. 5031/2002-8	006162/02-84			PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS DOZE MESES AO CONV. 017/2002.	0,00
Termo de Convênio	018220/07-27	14/8/2007	14/8/2010	PROJETO: "ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS EM TORRES DE ALTA TENSÃO PARA MONITORAMENTO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS".	2.386.737,48
Termo de Convênio	018832/07-10	12/10/2007	12/10/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA AUTOMOTIVA".	389.375,00
Termo de Convênio	018945/07-15			COLOCAR PESSOAL DO QUADRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À DISPOSIÇÃO DO HU/UFSC.	0,00
Termo de Convênio				IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL.	0,00
Termo de Convênio	020311/07-22	17/4/2007	17/4/2010	PROJETO: "FISCALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA E A APURAÇÃO DE ACIDENTES GRAVES NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO".	4.126.988,00
Termo de Convênio	020553/07-16			PROJETO: "IDENTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE PESAGEM EM MOVIMENTO".	3.493.849,00
Termo de Convênio	021093/07-43	6/6/2007	6/12/2009	PROJETO: "SIMULAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE PETRÓLEO PELO MÉTODO EBFVM COM SOLVER MULTIGRID-SIMREP".	1.312.583,19
Termo de Convênio	023773/07-00	18/4/2007	18/4/2009	PROJETO: "CARTERIA DE PROJETOS - INOTÊXTIL".	449.449,50
Termo de Convênio	024602/07-90	4/9/2007	4/9/2011	EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA.	0,00
Termo de Convênio	024597/07-15	2/7/2007	2/7/2009	FORNECIMENTO DO POLÍMERO POLIHIDROXIBUTIRATO PARA UTILIZAÇÂI EM PROJETO DE PESQUISA.	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
Termo de Convênio	024375/07-01	1/3/2007	1/3/2009	PROJETO: "TESTES LABORATORIAIS DE COMPRESSÃO TRIAXIAL DE ENROCAMENTO EM AMOSTRAS DE GRANDES DIMENSÕES".	284.465,00
Acordo de Cooperação Técnica		30/6/2006	30/6/2011	ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSO ENTRE A UFSC E O MEC VISANDO A INSERÇÃO NO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB (POLO MUNICIPAL).	0,00
Termo de Convênio	026055/07-87	31/5/2008	31/8/2008	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL E TRATAMENTO TÉRMICO PARA ROLOS DE MOINHOS DE CARVÃO".	50.900,00
Termo de Convênio	026181/07-31	9/10/2007	9/10/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS DA PERDIGÃO - FASE II".	946.780,60
2º T. Aditivo ao Conv. 8862/2005-5	002100/06-27	11/12/2006	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 31/12/2007 PARA O CONV. Nº 006/2006.	8.000,00
Termo de Convênio - CVN 001/2007	027545/07-09	27/6/2007	27/6/2008	CESSÃO DO DIREITO DE VEICULAR O PROGRAMA "JUSTIÇA DO TRABALHO NA TV", SEM ÔNUS PARA A TV UFSC.	0,00
Termo de Convênio - CVN 011/2007	027546/07-45	27/6/2007	27/6/2008	CESSÃO DO DIREITO DE VEICULAR O PROGRAMA "JUSTIÇA EM MOVIMENTO", SEM ÔNUS PARA A TV UFSC.	0,00
Termo de Convênio	028069/07-35	20/7/2007	31/12/2010	REGULAR O APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS CURSADAS PELOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UERJ E VICE-VERSA.	0,00
Adendo 04 ao Termo Aditivo Nº001/2005	010753/05-07	21/6/2006	21/6/2011	SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS E CESSÃO DEFINITIVA DE EQUIPAMENTOS. PROJETO: ALGORÍTMOS PID SELF - TUNING E AUTO TUNING".	0,00
Termo de Convênio	029472/07-81	18/9/2007	18/9/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE FORNOS DE COCÇÃO DE BISCOITO UTILIZANDO A TECNOLOGIA DE TUBOS DE CALOR".	892.707,87
Termo de Convênio	029473/07-26	24/8/2007	24/8/2009	PROJETO: "SENSOR ÓPTICO DIFRATIVO PARA MEDIÇÃO DE TENSÕES MECÂNICAS E	630.204,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				RESIDUAIS".	
Termo de Convênio	029476/07-60	7/5/2007	31/12/2007	PROJETO: "CONFEÇÃO DE ANAIS DA IV JORNADA DE DEBATES MÍDIA E IMAGINÁRIO INFANTIL E I SEMINÁRIO DE PESQUISA EM MÍDIA-EDUCAÇÃO".	2.200,00
Termo de Convênio				IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM PESCA - PROEJA.	0,00
1º T. Aditivo ao Conv. DOP.NAJL.05. 29881	033222/05-84			PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 24 MESES AO CONV. 150/2005 (UFSC).	0,00
Termo de Convênio	029781/07-51	1/6/2007	30/6/2008	DISPONIBILIZAR O LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA DO TRABALHO E ERGONOMIA (PSITRAB) PARA O HGCR.	0,00
Termo de Convênio	030640/07-81			CESSÃO DE USO DA ILHA DE ANHATOMIRIM.	0,00
Termo de Convênio	030639/07-57			CESSÃO DE USO DA ILHA DE RATONES GRANDE.	0,00
Protocolo de Cooperação		5/6/2007	5/6/2012	IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO.	0,00
Termo de Convênio	031867/07-44			ELABORAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE PROJETOS URBANOS PARA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC COM A COLABORAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA GRADUAÇÃO DO CAU/UNESC.	24.102,50
Termo de Cooperação		29/6/2007	29/6/2012	PARCERIA COM A UFSC.	0,00
Protocolo de Cooperação		30/5/2007	30/5/2011	COOPERAÇÃO TECNICO-CULTURAL-CIENTÍFICA E DE EXTENSÃO.	0,00
1º Termo Aditivo ao Conv. 099/2005	015177/05-86	8/7/2007	9/8/2010	INCLUIR NO CONVÊNIO ORIGINAL O USO E GUARDA DOS BENS ADQUIRIDOS PELA UFSC PARA USO NA UNIVIMA (CAIXAS DE SOM).	0,00
Termo de Convênio	032864/07-28	1/8/2007	1/8/2012	CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE ISFRAMEWORK, ISIBI E ISKMM PARA O PROGRAMA DE ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO.	0,00
Termo de Convênio	032898/07-12			INCENTIVO DE INTERCÂMBIO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC PROPORCIONANDO A MOBILIDADE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO	84.487,26

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				BRASIL E PORTUGAL.	
Termo de Convênio	033420/07-18	8/11/2007	8/11/2012	ESTÍMULO A PESQUISA NA ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO ATRAVES DO PAGAMENTO DE BOLSAS DE PESQUISA PARA ALUNOS DE MESTRADO E DOUTORADO.	0,0
Termo de Convênio	033419/07-85	9/8/2007	9/8/2012	CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE ISPG E ISCURRICULUM.	0,0
Termo de Convênio	033418/07-31	9/8/2007	9/8/2012	APOIAR O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE PESQUISADORES.	0,0
Termo de Convênio	034272/07-41	13/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ANALÍTICA DO LABORATÓRIO DE BIOMARCADORES DE CONTAMINAÇÃO AQUÁTICA E IMUNOQUÍMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS AVANÇADAS NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, CCB, UFSC".	562.977,78
Termo de Convênio	034409/07-67			COOPERAÇÃO TECNICO-CIENTÍFICA ENTRE A ASSEMBLÉIA, A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A UFSC.	0,0
Termo de Convênio	035025/07-61	9/11/2007	9/5/2008	REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.	199.000,00
Termo de Convênio nº5726/2007-6	036099/07-15	4/5/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "II SEMANA DE FONOAUDIOLOGIA DO HU/UFSC".	12.000,00
Termo de Convênio Nº10763/2007-8	036098/07-71	10/8/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "SEMINÁRIO ECONOMIA E SOCIEDADE: NOVAS INTERFACES".	3.500,00
Termo de Convênio Nº 10762/2007-0	036097/07-26	10/8/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "XV ENCONTRO CATARINENSE DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA - ECENPE".	6.000,00
2º T. Aditivo ao Conv. 060/2006	006014/06-93	21/6/2006	21/6/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 078/2006	009654/06-55	10/9/2007	20/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
2º T. Aditivo ao Conv. 079/2006	009657/06-99	28/9/2007	5/4/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 066/2006	006368/06-38	2/10/2007	8/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 065/2006	006369/06-82	31/3/2007	31/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 059/2006	006013/06-49	6/9/2007	30/5/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	0,00
Termo de Convênio	037324/07-31			PROJETO: "PRODUÇÃO DE OSTRAS TRIPLÓIDES DA ESPÉCIE CRASSOSTREA GIGAS".	0,00
Termo de Convênio	037645/07-35	20/7/2007	20/7/2012	OFERECIMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUAS BRASULEIRAS DE SINAIS E DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - BACHARELADO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA.	16.000,00
Termo de Convênio	037193/07-91	30/10/2007	30/10/2011	UNIÃO DE ESFORÇOS ENTRE A SSP/SC, PMSC E A UFSC PARA IMPLEMENTAR AÇÕES NO SENTIDO DE AMPLIAR O PATRULHAMENTO MARÍTMO AMBIENTAL DAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA.	0,00
Termo de Convênio	037872/07-61			UTILIZAÇÃO DE CADÁVERES NÃO RECLAMADOS PARA FINS DE ENSINO E PESQUISA DE CARÁTER CIENTÍFICO.	0,00
Termo de Convênio	038355/07-17	23/5/2007	23/5/2012	SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À DISPOSIÇÃO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC.	0,00
Termo de Convênio Nº 023/07	039077/07-15			PROJETO: "CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA GENÉTICA E O DESEMPENHO ZOOTÉCNICO DE DIFERENTES POPULAÇÕES OREOCHROMIS NILOTICUS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE UMA LINHAGEM".	0,00
Termo de Convênio	039205/07-12			PROJETO:"FILTROS ATIVOS SHUNT TRIFÁSICOS PARA INSTALAÇÕES DE MÉDIA	1.643.336,11

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				POTÊNCIA A TRÊS E QUATRO FIOS".	
1º T. Aditivo ao Conv. 01.04.0495.00	008573/04-76			PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 28/01/2008.	0,00
2º T. Aditivo ao Conv. 01.04.0495.00	008573/04-76			SUBSTITUIÇÃO DE CO-EXECUTOR (USP PELO CEFET/SC).	0,00
1º T. Aditivo ao Conv. 148/2005	032563/05-32	1/10/2005	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 31/12/2007.	0,00
Termo de Convênio Nº 020/07	039512/07-01	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "SENSOR ÓPTICO DIFRATIVO PARA MEDIÇÃO DE TENSÕES MECÂNICAS E RESIDUAIS".	476.080,50
Termo de Convênio Nº 026/07	039510/07-12	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE TECNICAS PARA SÍNTESE DE PARAFUSOS E PLACAS BIOABSORVÍVEIS, BIODEGRADÁVEIS, RADIOPACAS E COLORIDAS".	623.645,00
Termo de Convênio nº 024/07	039905/07-15	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "PLATAFORMA INTEGRADA PARA GERÊNCIA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES AUTOMATIZADOS".	356.466,76
Termo de Convênio	040502/07-19			OFERECIMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA".	16.000,00
Termo de Convênio Nº 021/07	040609/07-59	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "TERMODERMATOSCOPIA NO AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PELE".	725.825,00
Termo de Convênio	040830/07-15			REALIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" EM DIREITO PÚBLICO, COM FOCO NO DIREITO TRIBUTÁRIO".	250.000,00
Termo de Convênio Nº 022/07	040831/07-51			PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS PARA A CONSTRUÇÃO COM BASE EM MATERIAIS CERÂMICOS".	775.720,00
Termo de Convênio	040721/07-90			APOIO A PARTICIPAÇÃO DO DOUTORANDO LEANDRO LOSS A EVENTO NO EXTERIOR.	3.200,00
Termo de Convênio	042614/07-04			PROJETO: "FILTROS ATIVOS SHUNT PARA INSTALAÇÕES	1.679.847,31

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				DE MÉDIA POTÊNCIA A TRÊS E QUATRO FIOS".	
Termo de Convênio	042443/07-13			PROJETO: "CONFORTO DE CABINE".	8.010.697,77
1º T. Aditivo ao Conv. ECV-194/2006	028714/06-39	27/10/2007	27/7/2010	ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA - CRONOGRAMA FÍSICO; E CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO.	0,00
Termo de Convênio				REALIZAÇÃO DO VI ENCONTRO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.	0,00
Termo de Convênio	046414/07-12	14/9/2007	14/9/2009	PROJETO: "MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DA UFSC".	2.890.071,00
1º T. Aditivo ao Conv. 158/2005	035632/05-60	1/11/2005	30/1/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 27 MESES A CONTAR DA DATA DO INÍCIO DO CONVÊNIO ORIGINAL (CONV. Nº158/2005).	0,00
1º T. Aditivo ao Conv. 102/2007	021921/06-62	6/11/2006	13/7/2011	ALTERAR A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONVÊNIO ORIGINAL VISANDO DISCIPLINAR O USO E A GUARDA DOS BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS PELA UFSC.	0,00
Termo Aditivo ao Conv. Nº 045/2007	020311/07-22			ADEQUAR O PLANO DE TRABALHO COM VISTA À REDISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ALOCADOS.	4.126.988,00
Termo de Cooperação	048872/07-96			COOPERAÇÃO TECNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL.	0,00
Termo de Convênio	048941/07-61			GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA DE CONFLITOS RELACIONADOS À APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL E O CONSEQUENTE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA AMBIENTAL EM TODOS OS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ZONA COSTEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	0,00
Termo de Convênio	048983/07-01			ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO INFORMATIZADA PARA A ESCOLHA DE SEU REITOR E VICE-REITOR PARA A GESTÃO 2008/2012.	3.572,00
Termo de Convênio	049264/07-07	7/11/2007	8/11/2008	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA A AUTOMAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COLETADAS POR PAINÉIS	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos			Objeto da Avença	Valor Total Pactuado Em R\$
	Nº do Processo	Vigência			
		Início	Término		
				FOTOVOLTÁICOS.	
Termo de Convênio	050191/07-98			PROJETO: "AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AMBIENTAL HUMANO EM PROCESSOS PRODUTIVOS".	0,00
Termo de Convênio	050334/07-61			DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "TEST AUTOMATION" COM BASE NA LEI DA INFORMÁTICA.	0,00
Termo de Convênio	050745/07-57	30/11/2007	30/11/2012	DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL, BASEADO NA REVITALIZAÇÃO DAS MÁQUINAS CAÇA-NIQUEIS APREENDIDAS.	0,00
Termo de Convênio	051464/07-11			LICENÇA DE USO DE SOFTWARE NÃO EXCLUSIVO E GRATUITO.	0,00
T. Aditivo ao Conv. PRH-ANP/MCT - 09-G	027657/03-28			SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS AO CONV. Nº 137/2003.	867.900,00
T. Aditivo ao Conv. Nº 065/2001	004015/01-99			SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS.	601.200,00
Termo de Convênio	053557/07-81		31/12/2008	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA	120.000,00
Termo de Convênio	054213/07-99			PROJETO: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE MARCADORES BIOLÓGICOS E DIAGNÓSTICOS EM TRIPANOSOMAS TÍDEOS PATOGENICOS ATRAVES DE GENÔMICA E PROTEÔMICAS COMPARATIVAS.	.223.866,00
Termo de Convênio	054875/07-69			DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE COM PROBLEMAS, ATRAVES DO ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL	0,00
1º Termo Aditivo ao Conv. 179/2006	049090/06-93	6/12/2007	24/11/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 MESES	
Termo de Convênio	055869/07-29			PROJETO: SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA - IMPLEMENTAÇÃO	1.532.710,46
TOTAL					60.746.024,84

FONTE: Divisão de Projetos e Convênios Institucionais/PROAF

INFRA-ESTRUTURA

O cuidado com a manutenção e conservação do Campus tem sido uma preocupação constante da Administração Central, destacando-se o trabalho efetuado pela Prefeitura do Campus nos serviços de manutenção preventiva e corretiva e o Escritório Técnico Administrativo (ETUSC) na elaboração e execução de projetos de novas obras e reformas realizadas nas Unidades Acadêmicas e Administrativas. Grande parte do orçamento de custeio é destinada para estas finalidades, o que faz do Campus da UFSC um dos mais bonitos, comparados a outras IFES.

Neste ano foi possível viabilizar a conclusão das obras em andamento, como: edificações para a Engenharia Química e Alimentos, Museu Universitário, Centro de Ciências da Saúde, Engenharia Sanitária e Ambiental. Todos os projetos complementares destas obras foram executados e os processos de licitação concluídos pelo ETUSC. A contratação das Empresas vencedoras, bem como o início das obras estão programadas para janeiro de 2008. A construção do 3º bloco do Departamento de Arquitetura do Centro Tecnológico apresenta-se com todos os projetos complementares executados e o processo de licitação concluído. A contratação da Empresa vencedora, bem, como o início da obra está programado para janeiro de 2008.

Preocupação permanente é a continuidade ao processo de melhoria na infra-estrutura das Unidades Acadêmicas e Administrativas onde foram executados vários serviços de recuperação e reformas prediais coordenados pela Prefeitura Universitária e o Escritório Técnico-Administrativo da UFSC (ETUSC).

Com os recursos de capital, além das obras e reformas, foram adquiridos materiais e equipamentos para atendimento das Unidades Administrativas e Acadêmicas e do Hospital Universitário. Destacando-se os equipamentos adquiridos para o NPD (melhoria da rede e segurança dos bancos de dados), ampliação de rede de telefonia (novas centrais), aquisição de microcomputadores, impressoras, projetores multimídias, condicionadores de ar, mobiliários.

2007

3^o AUIESC
no

REUNIÃO

A UFSC NO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUni

A Universidade Federal de Santa Catarina caracteriza-se pelo comprometimento com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do Estado de Santa Catarina e do país. Sua expansão se justifica, entre outros motivos, principalmente pelo fato de ser atualmente a única universidade pública federal do Estado. Por isso além de expandir necessita oferecer aos seus estudantes, além de professores especializados, um espaço físico condizente com o que ela representa para a sociedade catarinense, brasileira e para o cenário nacional.

A expansão do ensino superior pressupõe a melhoria da eficiência deste sistema, particularmente das instituições Federais de Ensino Superior em seus cursos de graduação e Pós-graduação. A taxa bruta de matrícula no ensino superior brasileiro situa-se ao redor de 25%, quando calculada com base na população de 20 a 24 anos. Essa taxa cresceu em anos recentes, crescimento ocorrido essencialmente no setor privado. Mesmo considerando o contexto da América Latina, Argentina é de 40%, Chile 50%, as taxas brasileiras de matrícula na educação superior ainda estão aquém do desejado, o que justifica plenamente a adoção de medidas visando a sua expansão.

Nesse contexto, é alentador que o Governo Federal apresente diretrizes para a expansão do sistema universitário federal que através do Plano Nacional de Educação (PNE) ficou estabelecido a meta de 30% da oferta de educação superior para a população na faixa de 18 a 24 anos. Sendo, 40% delas de natureza pública, pois atualmente atingimos 9% da população nesta faixa etária, enquanto países como Estados Unidos são de 75% e o Canadá de 80%.

O cenário atual indica que o atendimento a uma maior quantidade de estudantes requer a expansão do setor público em patamares superiores ao crescimento do setor privado, como prevê o PNE, além da ampliação das camadas sociais que a ele têm acesso. Não apenas o acesso, mas, principalmente, a permanência destes estudantes, visando à diminuição dos índices de evasão e, conseqüentemente, ampliando nossas taxas de conclusão de cursos.

Entretanto, o ensino de graduação no Brasil, não somente na UFSC, mas nas instituições públicas em geral, sofreram nos últimos anos um sucateamento tanto em seu espaço físico como em seu quadro de funcionários, sendo assim torna-se urgente à melhoria na infra-estrutura técnica; concursos para preenchimento dos cargos de docentes; a ampliação de espaços físicos para salas de aulas, e laboratórios de Ensino de Graduação, aquisição de matérias de apoio ao funcionamento dos laboratórios, contratação de funcionários; acervo bibliográfico, entre outros. Outro desafio que se coloca é o de repensar as nossas práticas pedagógicas, pois esta expansão não poderá ocorrer pela simples replicação do modelo atual.

Além do impeditivo decorrente de razões financeiras, o mosaico de cursos hoje existentes nas IFES requer adaptações inclusive de natureza didático-metodológica, dado que, em que pese todo o progresso tecnológico das últimas décadas, o cenário, nesta área, ainda está muito próximo do que era vigente nos anos 70 do século passado.

Podemos dizer que a preparação para esta realidade profissional, na última década, não foi devidamente contemplada nos cursos de graduação das Universidades brasileiras. Adicione-se a este ponto o fato de que a distância entre a utilização dos avanços tecnológicos e os resultados da pesquisa científica, está cada vez mais reduzida.

A Universidade, além de manter o padrão de desenvolvimento acadêmico e de pesquisa nos cursos de graduação, deve proporcionar aos seus alunos o preparo adequado para utilizar a inovação tecnológica, no sentido mais amplo da palavra, mantendo os princípios, a preservação do meio ambiente e os princípios humanitários de cidadania, ou seja, excelência com relevância social. Todas essas ações estão orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Educação Nacional (N.º 9.394/96), que preconiza a integração entre as várias modalidades do Ensino Superior: a autonomia acadêmica, a avaliação institucional e nova concepção de postura pedagógica, ao privilegiar não somente os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do cidadão.

Para que estas questões se efetivem, fazem-se necessárias mudanças paradigmáticas no contexto acadêmico, a fim de que se estabeleçam políticas sistêmicas e humanizadoras. Assim sendo, através do REUni será possível promover melhorias e criar novos cursos na UFSC, possibilitando uma educação de qualidade cada vez em maior sinergia com a sociedade, uma sociedade que necessita desenvolver-se, gerar empregos, incluir pessoas aos bens de consumo e para isso ela necessita de uma universidade não fechada em si mesma, mas sim voltada para seu entorno social. Conforme o exposto a UFSC vem apresentar sua proposta para se associar ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Promover políticas de valorização do Ensino de Graduação, visando oferecer condições concretas de cumprimento das novas diretrizes curriculares, bem como a efetivação dos Projetos Pedagógicos de Cursos, dela decorrente, a fim, de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilidade curricular, a formação integral do cidadão, a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e o mundo do trabalho.

No ano de 2007 a UFSC contava com 66 Cursos de Graduação, sendo 51 diurno e 15 noturnos. 22 cursos oferecem opções em Licenciatura, sendo: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras: Língua Alemã e Literaturas de Língua Alemã, Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa, Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa, Língua Italiana e Literaturas de Língua Italiana, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia: Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Educação Infantil, Educação Especial, Docência das Disciplinas Pedagógicas, Psicologia e Química.

Foram implementadas 3.920 vagas através do Concurso Vestibular, destes 925 – 23,60% das vagas para os cursos noturnos, sendo: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras: Língua Alemã Literaturas de Língua Alemã, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Secretariado Executivo em Inglês, Matemática, Serviço Social e Sistemas de Informação.

A UFSC pretende alcançar as seguintes metas de expansão no período 2008 - 2012::

- Implantar três Campi Avançados - Araranguá, Curitiba e Joinville - com recursos já previstos no Plano de Desenvolvimento da Educação/MEC.
- Ampliar as vagas no concurso vestibular no período de 2008 a 2011 em 1.910 vagas, sendo 515 no período noturno, atingindo em 2012 um total de 6.380 alunos, com a criação de 31 novos cursos - 9 no período noturno.
- Ampliar o ingresso em cursos de mestrado e doutorado, de modo a alcançar, pelo menos, dois cursos de mestrandos e doutorandos em 2012.
- Expandir a graduação com a ampliação de vagas nos cursos já existentes, seja com a oferta também no turno noturno dos cursos hoje ofertados exclusivamente no turno diurno.
- Introduzir mecanismos visando reduzir a seletividade social do concurso vestibular.
- Propor cursos que contribuam para o atendimento das demandas emergentes capazes de favorecer o desenvolvimento sustentado e a equidade social.

Cronograma de Criação de Novos Cursos

Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
Total de Cursos Novos	3	23	4	1	10	21
Sub-Total de Vagas					515	915
Total Geral de Vagas					1.430	

Nominata de Cursos Novos - Criação das Vagas

Cursos Novos	Início	Vagas
CURSOS DIURNOS		
CAMPUS DE ARARANGUÁ		
Ecoturismo	2.009	50
Relações Internacionais	2.009	50
Sub-Total		100
CAMPUS DE CURITIBANOS		
Ciência e Tecnologia dos Agroalimentar	2.009	50
Ciências Rurais	2.009	50
Sub-Total		100
CAMPUS DE JOINVILLE		
Engenharia de Controle e Automação	2.009	50
Engenharia Naval	2.009	50
Engenharia Química	2.009	50
Sub-Total		150
CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS		
Artes Cênicas	2.008	30
Oceanografia	2.008	30
Zootecnia	2.008	60
Animação Digital	2.009	20
Ciência e Tecnologia Agroalimentar	2.009	60
Desing de Produtos	2.009	20
Engenharia Naval	2.009	80
Museologia	2.009	60
Música	2.009	20
Relações Internacionais	2.009	35
Ciências Rurais	2.010	60
Fisioterapia	2.010	30
Fonoaudiologia	2.010	30
Licenciatura Indígena	2.011	30
Sub-Total		565
Sub-Total Diurno		915
CURSOS NOTURNOS		
CAMPUS DE ARARANGUÁ		
Administração	2.009	50
Sub-Total		50
CAMPUS DE CURITIBANOS		
Licenciatura em História	2.009	50
Licenciatura Indígena	2.009	50
Sub-Total		100
CAMPUS DE JOINVILLE		
Sistemas de Informação	2.009	50
Sub-Total		50
CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS		
Educação no Campo	2.009	40

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cursos Novos	Início	Vagas
Licenciatura em Ciências Rurais	2.009	60
Licenciatura em Informática	2.009	80
Licenciatura em Letras - Libras	2.009	40
Relações Internacionais	2.009	35
Arquivologia	2.010	60
Sub-Total		315
Sub-Total Noturno		515
Total Noturno + Diurno		1.430

Cronograma de Ampliação das Vagas nos Cursos Existentes

Ampliação de Vagas	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
Total de Cursos com Ampliação de vagas	2	23	12	0	8	29
Sub-Total de Vagas					260	760
Total Geral de Vagas	1.020					

Nominata de Cursos Existentes - Ampliação das Vagas

Curso	Início	Vagas
Cursos Diurnos		
Campus de Araranguá		
Ecoturismo	2.010	50
Relações Internacionais	2.010	50
Sub-Total		100
Campus de Curitiba		
Ciência e Tecnologia dos Agroalimentos	2.010	50
Ciências Rurais	2.010	50
Sub-Total		100
Campus de Joinville		
Engenharia de Controle e Automação	2.010	50
Engenharia Naval	2.010	50
Engenharia Química	2.010	50
Sub-Total		150
Campus de Florianópolis		
Engenharia de Produção	2.008	15
Letras	2.008	40
Administração	2.009	25
Ciências Biológicas	2.009	20
Ciências Contábeis	2.009	20
Direito	2.009	90
Enfermagem	2.009	1
Engenharia de Alimentos	2.009	15
Engenharia de Controle e Automação	2.009	2
Engenharia de Materiais	2.009	20
Engenharia de Produção	2.009	15

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Curso	Início	Vagas
Engenharia Mecânica	2.009	20
Engenharia Química	2.009	15
Engenharia Sanitária e Ambiental	2.009	20
Filosofia	2.009	5
Geografia	2.009	10
Matemática	2.009	10
Nutrição	2.009	10
Odontologia	2.009	2
Psicologia	2.009	5
Química	2.009	20
Pedagogia	2.010	30
Sub-Total		410
Sub-Total Diurno		760
Cursos Noturnos		
Campus de Araranguá		
Administração	2.010	50
Sub-Total		50
Campus de Curitiba		
Licenciatura em História	2.010	50
Licenciatura Indígena	2.010	50
Sub-Total		100
Campus de Joinville		
Sistemas de Informação	2.010	50
Sub-Total		50
Campus de Florianópolis		
Ciências Sociais	2.009	10
Administração	2.009	25
Ciências Contábeis	2.009	20
Filosofia	2.009	5
Sub-Total		60
Sub-Total Noturno		260
Total Diurno + Noturno		1.020

Cronograma de Criação de Vagas

Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
Vagas em Cursos Novos	120	1.100	180	30	515	915
Ampliação de vagas em Cursos Existentes	55	385	580	0	260	760
Sub-Total	175	1.485	760	30	775	1.675
Total Geral de Vagas	2.450					

Pela demanda a ser gerada com a ampliação do número de vagas nos cursos existentes e com a abertura dos novos cursos se fará necessário a contratação de servidores docentes e técnico-administrativos. Visando atender a esse objetivo apresentamos o cronograma de contratação de professores.

Cronograma de Contratação de Servidor Docente e Técnico-administrativo

SERVIDOR	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Docente	30	70	150	150	0	400
Professor Visitante	10	20	10	15	30	85
Total Professor	40	90	160	165	30	485
Técnico-Administrativo Nível Médio	5	20	35	20	20	100
Técnico-Administrativo Nível Superior	20	20	60	20	20	140
Total Técnico-Administrativo	25	40	95	40	40	240
TOTAL GERAL	65	130	255	205	70	725

Para a implementação das mudanças propostas pela UFSC deverão ter atenção a melhoria e ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem e também de suporte à permanência do aluno na universidade. Resumidamente os investimentos serão efetuados em: Prédios ambientes de ensino e aprendizagem (salas de aula e espaço para permanência e suporte para estudos); prédio para ampliar a capacidade de atendimento na moradia estudantil e prédio para ampliar a capacidade do restaurante universitário; conjuntos administrativos e salas de professores. Em equipamentos didáticos serão investidos R\$ 13.269.387,00 no período de 2008 a 2011 aplicados em todos os Centros de Ensino.

Cronograma de Investimentos

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Curitibanos	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	800	Prédio Novo
2008	Moradia Estudantil	Prédio da Moradia Estudantil	1.610	Ampliação
2008	Restaurante Universitário	Prédio do Restaurante	1.000	Ampliação
2008	Salas de Aula do Centro de Educação	Centro de Educação	1.000	Ampliação
TOTAL 2008			7.410	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2009	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Campus Florianópolis	3.000	Prédio Novo
2009	Climatização Biblioteca Universitária	Biblioteca	9.000	Reforma
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Araranguá	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Joinville	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Curitibanos	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Joinville	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Araranguá	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	4.500	Prédio Novo
TOTAL 2009			28.500	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Centro de Ciências Biológicas	8.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e	Centro de	3.000	Prédio Novo

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
	Laboratórios	Ciências Físicas e Matemáticas		
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	2.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Educação	1.000	Prédio Novo
TOTAL 2010			14.000	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Tecnológico	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Comunicação e Expressão	3.500	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Sócio-Econômico	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem e Administração	Centro de Desportos	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Jurídicas	1.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	2.000	Prédio Novo
TOTAL 2011			16.500	
TOTAL GERAL			66.410	

Dentro do Programa também está contemplado o oferecimento de bolsa de Assistência Estudantil que serão ofertadas atendendo a critérios sócio-econômicos e de inserção didático pedagógica do aluno de graduação nas atividades de aprendizagem do seu curso.

Cronograma de Oferta de Bolsa de Assistência Estudantil

Assistência Estudantil	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Bolsa de Assistência Estudantil	100	500	600	500	500	2.500

A demanda prevista para os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estarão atuando dentro do programa de integração da graduação com a pós-graduação.

Cronograma de Oferta de Bolsas para Pós-Graduação

Bolsa	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Mestrado	50	80	120	50	100	400
Doutorado	30	60	70	60	40	260
Pós-doutorado	10	30	15	23	17	95
TOTAL GERAL	90	170	205	133	157	755

Para a redução das taxas de evasão serão implementados procedimentos que envolvem a mudança do processo de provimento das vagas remanescentes e implantação das novas metodologias de ensino, de forma ampla. Essa etapa se desdobrará em outras. Para que ela efetivamente se concretize, serão necessários a construção e aparelhamento das salas de aulas, com espaços e equipamentos apropriados, preparação dos professores, através do PROFOR para o emprego das novas metodologias de ensino e novas compreensões da atividade acadêmica e sua implicação social. Essa atividade, embora constante ao longo do desenvolvimento do processo, produção e editoração do material necessário às novas metodologias de ensino.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

A questão da ocupação das vagas ociosas é de grande importância econômica e social, onde manter preenchidas as vagas oferecidas em todos os cursos possibilita a transferências internas e externas; acompanhar a implantação das disciplinas e verificação das taxas de ocupação das vagas oferecidas nas disciplinas complementares, ajustando estas vagas para o potencial real de ocupação, reduzindo a existência de vagas não ocupadas que podem ser interpretadas como vagas ociosas; uniformizar o conteúdo das disciplinas; criar Cursos de Graduação noturnos também é uma otimização da estrutura já existente, aumentando a opção dos estudantes e dos já formados, que atuam irregularmente em escolas de ensino fundamental e médio; ampliar a divulgação do programa de matrículas isoladas para os demais órgãos de ensino; e flexibilizar a duração de alguns cursos.

A renovação pedagógica da Educação Superior é elemento importante no REUni que se fará através da articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, da atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem, de programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo e do papel do gestor na valorização do trabalho notadamente nas funções gratificadas de cargos de direção.

A mobilidade Intra e Inter-Institucional promovida mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior visando aumentar o número de estudantes da UFSC nos intercâmbios internacionais, ampliar a participação dos estudantes priorizando parcerias com a América Latina, aumentar a presença no programa de Mobilidade Acadêmica da ANDIFES, reforçar a participação em programas de mobilidade discente com os países de tradição ibérica e de língua portuguesa, ampliar as parcerias de intercâmbio estudantil através de novos acordos e convênios com instituições e países que ainda não integram o grupo de parceiros da UFSC, permitir a mobilidade estudantil, o aproveitamento de créditos entre cursos e programas, alcançar índices de pelo menos 10% do alunado que tenha participado de uma experiência de vivência fora do município sede da Universidade

A experiência pedagógica oferecida ao estudante que está regularmente matriculado em algum Curso de Graduação é a bolsas de monitoria e estágios. A UFSC tem apresentado expansão quantitativa nos últimos anos. Contudo, é necessário implementar uma política interna mais sensível às necessidades vivenciadas pelos Departamentos de Ensino, na busca de ampliar o número de bolsas cuja meta é aumentar em 75% ao longo do período do REUni.

Os compromissos sociais da instituição com as políticas de inclusão estarão evidenciados através do atendimento às pessoas com deficiência na UFSC; pelo processo de capacitação de acadêmicos e profissionais das diversas áreas do conhecimento; pela implantação das ações afirmativas relacionadas ao vestibular, consolidando essa forma de inclusão pela ampliação do número de bolsas permanência tendo em vista a expansão das vagas e a mudança na entrada no vestibular; pela ampliação dos recursos para a implantação de mais vagas destinadas ao curso pré-vestibular, para um maior número de pessoas contempladas, que possuem carência sócio-econômica.

Quanto aos programas de assistência estudantil a UFSC tem implementado políticas de acesso e permanência aos estudantes que apresentam vulnerabilidade social. Questões como moradia, alimentação, manutenção, saúde, acesso à informática, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES. É imprescindível o investimento na ampliação dos serviços oferecidos, com o objetivo de garantir a permanência, a melhoria de desempenho acadêmico prevenindo e erradicando a retenção e evasão. Podendo ser alcançado pelo fornecimento de alimentação aos estudantes pelo RU; Moradia Estudantil; pelo Programa de Acompanhamento Psicossocial aos moradores da Moradia Estudantil; por Programas de Prevenção e Atenção à Saúde Mental dos Estudantes; através de bolsa para atender estudantes com vulnerabilidade social; acesso à Informática; atendimento ao Programa de Apresentação de Trabalho Científico; e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente para estudantes de baixa renda.

Na UFSC, o objetivo geral das atividades de extensão é tornar acessível à sociedade o conhecimento e a cultura de domínio da universidade, provenientes de sua própria produção ou da sistematização do conhecimento universal disponível. Para tanto, pretende-se consolidar a extensão como atividade fim. Bem como, estimular as manifestações artístico-culturais, resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Através do envolvimento da comunidade universitária, no fortalecimento e ampliação da participação da Universidade na sociedade pelo incentivo e incremento do número de projetos de extensão de cunho sócio-comunitário principalmente para os desenvolvidos em áreas carentes e com desvantagem na distribuição e aplicação de recursos públicos. E através de ações de extensão, o fortalecimento de políticas de apoio e atendimento das populações que vivem no entorno do Campus.

No suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação pela expansão-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior, a UFSC pretende até o ano de 2012 expandir a pós-graduação com a criação de 5 novos cursos de doutorado: Saúde Pública, Matemática, Arquitetura, Economia e Estudos da tradução, aumento do número de vagas, da ordem de 15-20% de forma progressiva, melhorar de forma substancial a qualidade dos programas com reflexo na próxima avaliação trienal da Capes, a ocorrer em 2010, referente ao triênio 2007-9, ampliar em até 20% a participação de alunos de pós-graduação no apoio às atividades de graduação tanto com relação aos cursos hoje existentes como àqueles a serem criados no âmbito do REUNI, ampliar em até 20% a participação de alunos de graduação em programas de iniciação científica para atividades de pesquisa em todos os programas de pós-graduação e triplicar a quantidade atual de alunos em intercâmbio internacional, tanto no envio quanto no recebimento de alunos.

Com a expansão e aumento do número de vagas de ingresso de estudantes na UFSC, planejadas e implantadas com condições que viabilizam a nossa universidade pública, autônoma, laica e de qualidade, acreditamos que esses impactos não se configuram apenas como ganhos no ensino superior e sim na configuração social e econômica em benefício de nosso Estado e de nosso País.

- Com as propostas das novas licenciaturas e da consolidação das já instauradas, consideramos que haverá um impacto na Formação de Professores. Esperamos atender aos professores da rede pública de ensino com o intuito de dar maior qualidade ao processo do ensino no Estado.
- O aumento do número de bolsas aos alunos da graduação e da pós-graduação provocará impacto no desenvolvimento econômico e social do Estado e dará maiores oportunidades a aqueles que sempre foram discriminados na universidade pública por falta de condições econômicas.
- O volume de construções e de investimentos implementará em oportunidades locais de emprego e de comércio.
- A melhoria do ambiente universitário com a construção de novos edifícios, reformas e adequação dos prédios mais antigos, melhoria dos laboratórios, modernização da infra-estrutura, ampliação dos serviços culturais e aquisição de novos equipamentos.
- A contratação de novos professores ampliará significativamente a produção científica relevante ao desenvolvimento do Estado.
- Contratação de servidores técnico-administrativos modernizará a gestão acadêmica, assim como aprimorará o atendimento de usuários internos e externos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- A criação de cursos noturnos permitirá o funcionamento pleno dos serviços da universidade, como acesso às bibliotecas e aos laboratórios de informática, em período integral.
- A ampliação de vagas no período noturno significará inclusão de segmentos até então excluídos do ensino superior público, particularmente os trabalhadores.
- A formação crescente de profissionais qualificados melhorará significativamente os serviços públicos na área de saúde, educação e outros.
- A ocupação de vagas ociosas diminuirá o desperdício de recursos públicos.
- A consolidação das políticas de inclusão ajudará a diminuir as gritantes desigualdades sociais que, apesar do desenvolvimento do nosso Estado, ainda persistem em Santa Catarina.

Apresentamos a seguir parecer da Comissão:

.....

Em síntese, consideramos que a Instituição conseguiu, em um prazo reconhecidamente curto, superar as barreiras e apresentar um projeto consistente e adequado às diretrizes do REUni. Os aperfeiçoamentos solicitados em alguns itens não retiram o mérito global da proposta e buscam ampliar a sua coerência e a precisão técnica dos seus elementos constituintes. Finalmente, gostaríamos de destacar que a magnitude das mudanças projetadas requer, como define o projeto, a institucionalização de um programa de acompanhamento e avaliação do conjunto de metas que fundamentam o compromisso da Universidade com o Ministério da Educação.

Parecer da Comissão de Homologação:

A Comissão de Homologação dos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituída pela Portaria 944, de 20 de novembro de 2007, reunida em Brasília, na Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, em 19 de dezembro de 2007, com a participação de Orlando Afonso Valle do Amaral, Murilo Silva de Camargo, Manuel Palácios da Cunha e Melo, Leandro Russovski Tessler, analisou os pareceres dos consultores *ad hoc* e da SESu referentes à Universidade Federal de Santa Catarina. A Comissão analisou também o Plano de Providências da instituição apresentado em resposta ao parecer geral *ad hoc* e manifestou-se a **FAVOR da aprovação do Plano**.

Brasília, 19 de dezembro de 2007
Orlando Afonso Valle do Amaral
Murilo Silva de Camargo
Manuel Palácios da Cunha e Melo
Leandro Russovski Tessler

2007

4º Controle

Externo

Com o intuito de atender a solicitação de colaboração da Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de informar os indicadores definidos pelos órgãos de controle externo, apresentamos a seguir a composição das informações solicitadas através dos itens:

1) Dados gerais sobre a Unidade jurisdiciada

Os dados gerais de identificação da unidade jurisdicionada, compreendendo nome, sigla, CNPJ, natureza jurídica, vinculação, endereço completo, gestões e unidades gestoras (UGs) utilizadas no SIAFI, norma de criação, finalidade, normas que estabeleceram a estrutura organizacional adotada no período, função de governo predominante, tipo de atividade e situação da unidade (se em funcionamento, em liquidação, em extinção, extinta no exercício etc.);

- Universidade Federal de Santa Catarina
- CNPJ: 83.899.526/0001-82
- Natureza jurídica: Autarquia
- Ministério da Educação
- Endereço: Campus Universitário s/n – Trindade – Florianópolis, Santa Catarina
- CEP: 88040-900
- Telefones: 48-331-9320 – Gabinete do Reitor
- Fax: 48-234-4069
- Internet: www.ufsc.br
- Código e nome do órgão: 26246 UFSC
- Unidade Gestora: 153163 UFSC
- Gestão: 15237 – Universidade Federal de Santa Catarina
- Lei de criação: LEI Nº 3.849 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1960 (em anexo)
- Plano de Reestruturação da Universidade: Decreto Nº 64.824 – de 15 de Julho de 1969 (em anexo)
- Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina - Anexo 1.
- Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina – Anexo 2.
- Homologação do Parecer nº 302/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União Nº 217, quinta-feira, 11 de novembro de 2004 – Anexo 3.
- Portaria Nº 3.869, de 24 de novembro de 2004 - Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, mantida pela União – Anexo 4.

2) Responsabilidade Institucional

A Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

3) Estratégia de Atuação

A gestão da universidade pública no Brasil tem no seu componente orçamentário o principal ponto de apoio da visão estratégica.

A cada novo ano, iniciamos os entendimentos para o avanço nas bases orçamentárias, uma vez que somente após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias é que saberemos efetivamente da quantidade de recursos que iremos dispor, para as despesas de custeio e investimento, da fonte do Tesouro Nacional.

Outras importantes fontes são consideradas neste cenário inicial, as de recursos próprios, que fazem parte da lógica estratégica e estão incorporadas ao PPA, porém principalmente após o advento dos fundos oriundos das estatais, vendas e lucros, uma nova e robusta fonte de investimentos surgiu no cenário.

Além delas, o impulso dado pela nova Lei de Inovação Tecnológica, juntamente com o maciço investimento em ciência e tecnologia pelo governo brasileiro geraram recursos que em algumas situações superam as previsões advindas do planejamento. Uma vez que são, muitas vezes, obtidos por concorrência em editais, por um projeto de um pesquisador ou mesmo por um convênio com um ministério, por exemplo.

Por esta e outras razões é que a principal ação estratégica tem de partir da missão da universidade, sua atividade fim, o ensino a pesquisa e a extensão como definidores de todos os projetos e programas.

Dos projetos estruturantes de suporte as atividades meio para os de reforma constante de currículos e chegando a prestação continuada de contas a sociedade que nos mantém.

O planejamento é, pois, ao mesmo tempo ferramenta e produto, visto que a cada momento pode ser usado para corrigir, redirecionar ou consolidar uma ação.

4) Gestão de Programas e Ações

Programa: 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade.

Órgão responsável: Ministério da Educação

Gerente do Programa: Eliezer Moreira Pacheco

Gerente Executivo: Getulio Marques Ferreira

Indicadores ou Parâmetros utilizados: Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Ação: 2992.26246.0042 - Funcionamento da Educação Profissional

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Descrição: Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim - processos de ensino X aprendizagem.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sônia Mary Valente Bayestorff

Meta Física Prevista: Manter 1.691 Alunos Matriculados

Meta Financeira Prevista: R\$ 2.098.761,00

Meta Física Realizada: 1064 Alunos Matriculados

Meta Financeira Executada: R\$ 2.074.955,64

Avaliação:

O resultado desta ação é garantir a manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, assegurando condições de funcionamento nas atividades-fim – processo ensino aprendizagem. Os Colégios Agrícolas (Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira) da Universidade Federal de Santa Catarina estão vinculados diretamente a Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PREG e Coordenadoria de Educação Básica – CEB, órgão de assessoramento da PREG; criada para coordenar as atividades de educação básica e técnica da UFSC desenvolvidas pelos colégios; analisar e acompanhar os planos coletivos e individuais de trabalho bem como abertura de concursos públicos e contratações de professores substitutos, garantindo assim a manutenção das instituições em seu processo ensino-aprendizagem. No ano de 2007 os Colégios Agrícolas de Camboriú e Senador Carlos Gomes de Oliveira de Araquari atenderam 1381 alunos nos cursos de Transações Imobiliárias, Informática, Meio Ambiente, Turismo e Hospitalidade, Agropecuária e Aqüicultura.

Programa: 1073 - Universidade do Século XXI

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

Órgão responsável: Ministério da Educação

Gerente do Programa: Ronaldo Mota

Gerente Executivo: Maria Ieda Costa Diniz

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Aluno Matriculado

Público-alvo (beneficiários): Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas.

Ação: 4009.26246.0042 - Funcionamento de Cursos de Graduação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuarem nos diferentes setores da

sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Descrição: Manutenção da infra-estrutura física do campus, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Suzani Cassiani de Souza

Meta Física Prevista: Manter 25.502 Alunos Matriculados

Meta Financeira Prevista: R\$ 320.542.290,99

Meta Física Realizada: 24.376 Alunos Matriculados

Meta Financeira Executada: R\$ 317.722.497,77

Avaliação:

O resultado desta ação que é garantir o funcionamento dos cursos de graduação da UFSC, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, foi plenamente satisfatório ao percebermos os avanços conseguidos tais como: a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais na maioria dos cursos de graduação, as boas médias dos estudantes no ENADE, a ampliação de vagas nos cursos de graduação, só para citar alguns exemplos. Como fruto deste trabalho em 2007, teremos em 2008: uma ampliação oito cursos de graduação à distância e de três cursos presenciais, inclusive no período noturno. Além disso, teremos a ampliação de vagas de cursos já existentes. Dessa forma, teremos em 2008 um total de 175 novas vagas no ensino presencial, com uma previsão de 28.746 matrículas para 2008.

Ação: 4006.26246.0042 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Descrição: Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Manutenção de infra-estrutura física, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Fernando Torres de Freitas

Meta Física Prevista: Manter 6.700 Alunos Matriculados

Meta Financeira Prevista: R\$ 280.786,00

Meta Física Realizada: 6.762 Alunos Matriculados

Meta Financeira Executada: R\$ 279.810,75

Avaliação:

Em 2007, a meta desta ação foi plenamente atingida e até mesmo ultrapassada (101%). O produto que serve de unidade de medida é o aluno matriculado, em medida não cumulativa. O maior registro do ano foi de 6.762 alunos, para o objetivo de 6.700 alunos. Nos objetivos gerais da ação, está colocada a formação de especialistas, mestres e doutores com alta capacidade técnica e/ou acadêmica, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade do país.

Este objetivo continua sendo atingido, e inclusive apresenta avanços, que no caso da UFSC podem ser avaliados, entre outros aspectos, a UFSC apresentou nova evolução na média dos conceitos avaliativos de sua pós-graduação e acima da média nacional e pela criação de novos cursos de pós-graduação stricto sensu, que ampliam as possibilidades de sucesso. Em 2007 foram iniciados 3 novos mestrados e 1 novo

doutorado. E aprovados 3 novos doutorados e 4 novos mestrados para início em 2008. Em números gerais, o ano de 2007 teve 52 programas de pós-graduação, entre mestrados e doutorados. Envolveram-se nestas atividades cerca de 1.200 professores da UFSC. As principais despesas oriundas desta ação dizem respeito às atividades meio, que viabilizam a infra-estrutura necessária ao funcionamento dos programas de pós-graduação, quais sejam manutenção de áreas físicas e pagamentos de despesas de custeio desta infra-estrutura, como água, luz, telefone, manutenção de rede de Internet. As atividades fins são financiadas em quase sua totalidade por auxílios externos, como é o caso da CAPES (recursos da ordem de R\$ 10 milhões, aproximadamente) e do CNPq. Estas duas agências viabilizam o pagamento de bolsas, o apoio à participação em eventos e o custeio dos programas. Uma fatia importante de recursos também é alocada pelo apoio financeiro de diversos projetos de extensão, complementando a distribuição de bolsas e a manutenção e compra de equipamentos e laboratórios.

É importante destacar que houve um aumento importante de alunos de mestrado e doutorado em 2007, tendência já observada nos dois anos anteriores. Sem este aumento, não haveria cumprimento de meta, pois houve uma grande diminuição no número de alunos de especialização, causada pelas restrições impostas por CGU e TCU relativas à forma de financiamento destas atividades e a relação entre Universidade e fundações de apoio. Diversas providências foram adotadas, modificando formas de contrato e modalidades de oferta, em atenção às recomendações daqueles órgãos. Mas as perspectivas para 2008 ainda são ruins, com um número de cursos de especialização ofertado menor que a capacidade potencial da UFSC.

Ação: 4004.26246.0042 - Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.

Descrição: Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes; e, implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infra-estrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Eunice Sueli Nodari

Meta Física Prevista: Atender 280.000 pessoas no Estado de Santa Catarina

Meta Financeira Prevista: R\$ 8.598.519,00

Meta Física Realizada: 294.906 pessoas beneficiadas no Estado de Santa Catarina

Meta Financeira Executada: R\$ 3.399.910,34

Avaliação:

A PRCE, através de suas quatro diretorias: Museu Universitário - MU, Editora da UFSC - EdUFSC, Departamento Artístico e Cultura - DAC e Departamento de Apoio à Extensão - DAEx, com o apoio financeiro do PPA (ação 4004.26246.0042), no ano de 2007, incentivou e acompanhou inúmeros projetos culturais e de extensão que foram desenvolvidos por professores, alunos e servidores técnico-administrativos da UFSC. O foco dos projetos foi compromisso com o desenvolvimento social, através da promoção e disseminação de novos conhecimentos, prestação de serviços à comunidade, difusão de tecnologias apropriadas, viabilização de projetos de promoção da qualidade de vida, dentre inúmeros outros.

Com o objetivo de apoiar, tanto com pessoal como financeiramente, os projetos de extensão de cunho sócio-comunitário e que tenham articulação com o ensino e a

pesquisa, no envolvimento de alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, em atuação conjunta com a comunidade, deu-se continuidade ao Programas de Bolsas de extensão, atendendo-se 230 alunos, e o Programa de Apoio às Atividades de Extensão, financiando-se boa parte dos 2.113 projetos de extensão que foram registrados na UFSC em 2007. Com apoio financeiro, criaram-se condições mais favoráveis para que os coordenadores tivessem condições de implantar ou de ampliar ações de extensão que, por falta de recursos, normalmente não poderiam atingir os objetivos propostos. Estas atividades de extensão atingiram aproximadamente 280.000 pessoas.

O desenvolvimento de atividades de extensão representa, atualmente, uma faceta importante da atuação da UFSC, principalmente ao observarmos o envolvimento dos mais diversos segmentos da sociedade. Mais de 80 % dos projetos são relacionados com a comunidade, universidades, associações comunitárias, escolas e fundações educacionais.

Dentre as propostas desenvolvidas, destacam-se algumas com significativo impacto social, atendendo às áreas de saúde, educação, cultura, trabalho, direito e cidadania, como: atendimento multidisciplinar à pacientes no Hospital Universitário, Clínica Odontológica e Assistência Psicológica; núcleos de extensão e pesquisa envolvendo a relação educação e saúde; assistência jurídica à comunidade carente; atividades ligadas à questão ambiental; atividades ligadas ao esporte e à cultura, programas voltados aos processos de alfabetização em diversas etapas da vida, desenvolvimento tecnológico, etc.

Através do departamento Artístico Cultural -DAC, promoveu-se a arte e a cultura aí englobando: artes plásticas, cinema, dança, música, teatro, arte-educação exposições, galeria de arte, concursos e exposições fotográficas, promoção de lançamento e criação de roteiro de filmes e vídeos de curta e longa metragem, apresentações do coral, etc. O Museu Universitário "Professor Oswaldo Rodrigues Cabral" em 2007, pesquisou, produziu e sistematizou o conhecimento interdisciplinar sobre populações pré-coloniais, coloniais, indígenas e ações museológicas, visando a ampla compreensão da realidade, a partir da região na qual está inserido, refletindo criticamente sobre a diversidade sócio-cultural. Intensificou também o atendimento a pesquisadores de todos os níveis de escolaridade: alunos do ensino fundamental, médio, de graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino, professores, jornalistas, e interessados em geral, no que se refere a temáticas indígenas, em especial, quanto aos índios Guarani, ao folclore da Ilha de Santa Catarina, Franklin Cascaes, arqueologia e outros assuntos relacionados à museologia e à cultura local/regional, sendo na forma de orientação para trabalhos acadêmicos e/ou orientação para trabalhos de conclusão de curso (TCC), e cursos de pós-graduação ou disponibilizando material visual específicos e bibliografia.

Sob a administração da PRCE, objetivando disseminar o saber científico e tecnológico, preservar e difundir a cultura, descobrir e incentivar novos autores e promover o hábito da leitura, a UFSC mantém a Editora Universitária- EdUFSC, que, neste ano publicou 35 títulos de livros e também as principais revistas da Universidade.

Um bom exemplo do relacionamento com a comunidade é a atuação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, que objetiva colocar o conhecimento da Gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo as pessoas da terceira idade no meio acadêmico como sujeito em transformação e transformador, tornando o NETI um órgão suplementar na estrutura da UFSC. Em 2007 O NETI continuou atuando como formador de recursos humanos na área gerontológica através do Curso de Especialização em Gerontologia, Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica e diversos eventos extra-UFSC. Enfatizou o Projeto de Intercâmbio Comunitário em Gerontologia, os alunos e voluntários tiveram efetiva

participação em projetos e atividades próprias ou em parceria. Divulgando e buscando novos conhecimentos.

Outros setores que receberam apoio dos recursos do PPA e tiveram atuação destacada na área de cultura popular foram: o Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo básico é a pesquisa, resgate, preservação, valorização e divulgação da cultura de base açoriana no sul do Brasil e o “Projeto Fortalezas da Ilha” que tem a meta de não tão somente preservar e conservar os monumentos históricos para objeto de curiosidade turística, mas sim, outorgar às fortalezas uma nova função social, mais adequada e necessária aos tempos atuais, assumindo um novo papel mais condizente com sua condição de instituição educacional. Em 2007, os monumentos ficaram permanentemente abertos ao público e 107.578 pessoas visitaram as fortalezas administradas pela UFSC.

Na área de promoção de ações educativas e culturais, a PRCE tem tido atuação marcante na organização das Semanas de Ensino, Pesquisa e Extensão- SEPEX, que em 2007 teve sua 6ª. edição. O evento tem como objetivo buscar a reflexão sobre o significado social, bem como demonstrar o potencial e as realizações da universidade. Reuniu-se em um único local, trabalhos representativos da universidade, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Na SEPEX de 2007 foram apresentados 1.396 trabalhos científicos, oferecidos 188 minicursos e 45 apresentações culturais. Com um público visitante de aproximadamente 47.000 pessoas.

Também, com o objetivo divulgar as atividades de extensão desta e de outras instituições de ensino, bem como favorecer o aprofundamento de temas conceituais e metodológicos relacionados à prática extensionista, a PRCE edita a Revista Eletrônica de Extensão - Extensio, Em 2007 foi lançada a edição de número 5, atingindo, no cômputo geral, um total de 110 artigos já publicados.

Outra atividade de divulgação da UFSC permanentemente desenvolvida pela PRCE é o programa “Venha Conhecer a UFSC”, que recebe escolas em visitas à Universidade, acompanhando-os com monitores em roteiros planejados para apresentar diversos setores da Instituição. Em 2007 3.500 alunos, em sua maioria do Ensino Fundamental e Médio, fizeram visitas.

Concluindo-se, pode-se dizer que no ano de 2007, com o apoio dos recursos financeiros do PPA, a UFSC ampliou a expressão da extensão e da cultura como atividade fim. Tanto no cenário regional quanto nacional, a nossa universidade tem se destacado pela sua consistente atuação na extensão. A visibilidade é também decorrente do esforço coletivo de colocar a extensão, assim como a cultura, no mesmo patamar de reconhecimento da pesquisa e do ensino, considerando a indissociabilidade como um ponto fundamental.

Ação: 4002.26246.0042 - Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médico-odontológica.

Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Eugênio Luiz Gonçalves

Meta Física Prevista: Assistir 3.386 alunos/dia por meio do fornecimento de refeições no restaurante universitário.

Meta Financeira Prevista: R\$ 2.162.000,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Meta Física Realizada: 3.220 alunos/dia por meio do fornecimento de refeições no restaurante universitário.

Meta Financeira Executada: R\$ 1.988.961,45

Avaliação:

Na UFSC, a ação aprovada tem o objetivo de manter o fornecimento de alimentação, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, contribuindo para o bom desempenho estudantil na Universidade. Para o exercício de 2007 a metas estabelecidas foram:

- Meta Física Prevista: fornecimento de 3.386 refeições/diárias,
- Meta Financeira prevista: R\$ 2.162.000,00 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil reais)

Neste sentido, antes de entrar no mérito dos indicadores propriamente dito, há a necessidade de informar que o complexo do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina é formado por três restaurantes, que atende diariamente durante o período letivo com almoços e jantas. O primeiro, Restaurante Universitário – RU, gerenciado pela UFSC, atende diariamente com almoços, de segunda-feira a sexta-feira. O segundo, terceirizado, subsidiado pela UFSC, atende jantas de segunda a domingo e almoços e jantas nos finais de semana e feriados, localizado no Centro de Convivência. O terceiro, também subsidiado pela UFSC, atende exclusivamente os estudantes do Centro de Ciências Agrárias - CCA, com almoço, de segunda a sexta-feira.

Resultado

Em 2007 complexo do Restaurante Universitário forneceu 590.717 refeições/ano, atingindo a média de 2.095 refeições/dia, em 282 dias operados. O Restaurante Universitário, gerenciado pela UFSC, forneceu 412.122 refeições/ano com a média 3.220 refeições/dia. Enquanto o Restaurante do Centro de Convivência forneceu 122.822 refeições ano, atingindo a média de 436 refeições/dia, operado em 282 dias. Já o Restaurante do Centro de Ciências Agrárias forneceu 55.773 refeições/ano, atingindo uma média 360 refeições/dia, operado em 155 dias, conforme quadros apresentado a seguir:

ANO	REFEIÇÕES	DIAS	MÉDIA
RU			
2006	751.605	248	3.031
2007	412.122	128	3.220
CONVIVÊNCIA			
2006	101.553	248	409
2007	122.822	282	436
CCA			
2006	64.794	248	261
2007	55.773	155	360
TOTAL			
2006	887.900		3.580
2007	590.717		2.095

Por último, a meta financeira executada foi de R\$ 1.988.961,45.

Avaliação dos Resultados

No ano de 2007, o Restaurante gerenciado pela UFSC para produzir suas refeições contou com 56 servidores técnico-administrativos, sendo 38 diretos, isto é, aqueles envolvidos diretamente na produção de refeições (cozinheiros e armazenistas), bem

como nos processos de distribuição das refeições e limpeza dos setores e equipamentos. Contou, também com 21 cozinheiros terceirizados.

No gerenciamento das atividades de pessoal o RU vem enfrentando:

- Média diária de absenteísmo em torno de 7 faltas/dia;
- Idade média avançada dos servidores;
- 21 apresentam algum tipo de restrição de atividade, o que gera maior sobrecarga sobre os que ainda não apresentam patologias que necessitem de afastamentos do trabalho;
- Tal fato, se explica, em função do caráter desgastante das atividades desenvolvidas no RU, em decorrência da falta de pessoal.

Além do problema de pessoal, é imprescindível a melhoria urgente no ambiente da cozinha, bem como nos respectivos equipamentos. Também, outro fator que prejudicou o cumprimento das metas foi a greve ocorrida em 2007, no período de 02/06 a 11/09/07, que interrompeu a produção das refeições.

Essas variáveis com certeza influenciaram no processo produtivo das refeições fornecidas. Desta forma, há necessidade de:

- melhorias na infraestrutura e equipamentos;
- contratações de mais servidores especializados na área da alimentação.

Assim, as metas física e financeira, não foi atingida pelos seguintes motivos:

- Greve dos Servidores Técnico-administrativos da UFSC entre 02/06 a 11/09/07;
- Ambiente da cozinha em estado precário, incluindo os equipamentos;
- Reformulação da base de cálculo dos indicadores, antes calculado pelo número de dias letivos, agora pelo número de dias operados;
- Número reduzido de servidores técnico-administrativos, e destes, muitos com problemas com saúde e idade avançada.

Assim, não superamos as metas estabelecidas, apesar das dificuldades enfrentadas, contudo, concluímos satisfatoriamente a meta estabelecida para o complexo do Restaurante Universitário da UFSC de 2.095. É bom ressaltar que se considerarmos, somente o Restaurante Universitário a média diária de atendimento ficou bem próxima, daquela estabelecida, ou seja, 3.220 refeições/dia.

Concluindo, é necessário um esforço concentrado para recuperação da capacidade produtiva do Restaurante Universitário bem como contratação de pessoal, com vistas a garantir que a comunidade universitária não sofra prejuízos no fornecimento de refeições, num futuro próximo, como ocorreu em 2007.

Ação: 09HB.26246.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Financeira Prevista: R\$ 54.082.929,00

Meta Financeira Executada: R\$ 54.082.929,00

Avaliação:

Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Ação: 6373.26246.0042 - Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade.

Descrição: Restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação, bem como aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Mário Kobus

Meta Financeira Prevista: R\$ 3.399.999,99

Meta Financeira Executada: R\$ 2.800.697,96

Avaliação:

Os recursos orçamentários foram utilizados em conformidade com a descrição da ação na reforma de salas de aula e sanitários, restauração de telhados, pisos, caixa de água, climatização de auditórios e laboratórios, recuperação e ampliação da rede de energia elétrica e lógica. Foram licitados a primeira etapa da ampliação do prédio do Departamento de Física, a subestação do Centro de Ciências Agrárias.

O recurso de material permanente foi utilizado para atendimento das unidades acadêmicas e administrativas na aquisição de microcomputadores, impressoras, aparelhos de multimídia, mobiliários, servidores de rede e nobreak, aparelhos de ar condicionados, equipamentos e sistemas de segurança. A maior parte dos materiais e equipamentos foi priorizada para atender as unidades acadêmicas e laboratórios e o Hospital Universitário. Para a contratação dos serviços de reformas e obras e aquisição de material permanente foram utilizadas as modalidades de licitação previstas na legislação (Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão). A diferença entre a meta financeira prevista e a executada foi em função da frustração na arrecadação de recursos próprios da Instituição.

Ação: 4008.26246.0042 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.

Descrição: Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sigris Karin Weiss Dutra

Meta Física Prevista: 2000 volumes de livros

Meta Financeira Prevista: R\$ 190.447,00

Meta Física Realizada:

Meta Financeira Executada: R\$ 190.447,00

Avaliação:

No que se refere ao cumprimento do programa 1073- Universidade do Século XXI, mais especificamente referente à ação 4008- Acervo Bibliográfico destinado às

Instituições de Ensino Superior e Hospitalar de Ensino, informamos que quanto a meta física prevista ainda não podemos informar se foi atendida, devido a nova modalidade de aquisição adotada, ou seja, seleção mediante pregão eletrônico, de empresa fornecedora ao invés de itens individualmente. A meta financeira foi atendida. Até a presente data foram adquiridos 590 itens, faltando contabilizar os itens a serem fornecidos, referentes a R\$50.470,00 já empenhados, com quais estimamos adquirir 923 exemplares. A meta financeira foi executada. Avaliamos que esta ação necessita de ampliação de recursos, visando atender a demanda que é crescente, considerando novos cursos, cursos de ensino à distância e mudança de formato. O impresso não é mais o único formato dos acervos das bibliotecas, que deverão incorporar assinaturas de livros e periódicos eletrônicos.

Programa: 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil

Orgão responsável: Ministério da Educação

Gerente do Programa: Jorge Almeida Guimarães

Gerente Executivo: Denise de Meneses Neddermeyer

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Pesquisa Publicada

Público-alvo (beneficiários): Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

Ação: 8667.26246.0042 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa na descoberta de conhecimentos novos no domínio científico e tecnológico, na busca da melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Descrição: Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Thereza Christina Monteiro de Lima Nogueira

Meta Física Prevista: 5090 pesquisas publicadas

Meta Financeira Prevista: R\$ 554.850,00

Meta Física Realizada: 6308 pesquisas publicadas

Meta Financeira Executada: R\$ 554.850,00

Avaliação:

A meta da ação foi alcançada com sucesso. A meta era de 5090 publicações científicas, e chegou-se a um total de 6308 publicações, ultrapassando 24% da meta. A ação teve por finalidade assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa na descoberta de conhecimentos novos no domínio científico e tecnológico, na busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense e brasileira.

Dimensionando as atividades de pesquisa da UFSC, o *World Ranking of World Universities* (<http://www.webometrics.info>; julho 2007), usando indicadores cientométricos (número de trabalhos publicados e citações, relatórios e outros documentos com extensão .pdf, .ps, .doc, .ppt, nos últimos 10 anos) e baseado em diferentes aspectos da presença das instituições na *web*, tais como visibilidade, tamanho, produtividade e impacto, coloca a UFSC como a 3ª. universidade no Brasil,

depois da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, a 5ª. entre as IES da América Latina, a 11ª. na Iberoamérica, a 7ª. no BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e a 263ª. no *ranking* mundial, dentre as 5.000 instituições classificadas (apenas 3 IES brasileiras estão entre as 200 primeiras e 9 entre as 500 primeiras).

A qualidade da pesquisa na UFSC, assim como de sua produção científica e intelectual reflete o investimento permanente que tem sido feito tanto na formação continuada dos docentes, quanto na procura de recursos, por cada um de seus pesquisadores e pela administração central, que viabilizem a investigação científica de alto nível.

No ano de 2007, entre os docentes da UFSC, cerca de 85% eram doutores, sendo que a grande maioria tem horas de atividade alocadas à pesquisa. Um dimensionamento mais apurado deste parâmetro está sendo feito a partir de 2008.1, pois a Legislação (Resolução 009/CUn/2006) que rege as atividades de pesquisa na UFSC, aprovada em 13 de junho de 2006, entrou em vigor em 2007.1, tornando necessário o preenchimento do Formulário de Pesquisa para alocação de horas dedicadas à pesquisa no Plano Individual de Atividades. Os dados deste formulário permitirão a construção de uma matriz mais fidedigna da distribuição da carga horária do professor na instituição e um acompanhamento mais próximo das atividades de pesquisa e seus produtos a partir de 2008.1.

Assim, o impacto do investimento que a UFSC tem feito na formação de seus docentes, e discentes, aparece na quantidade e qualidade dos trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais indexadas, evidenciando uma produção científica de nível internacional.

Os bons resultados obtidos na ação foram conseguidos com uma criteriosa aplicação dos recursos em programas e atividades que ao longo dos anos mostraram melhores resultados. Os programas e atividades desenvolvidos foram os seguintes:

1) Recursos de Custeios a Laboratórios de Pesquisa

Financiou-se com recursos de custeio os laboratórios de pesquisa da UFSC, de forma que os grupos de pesquisa da instituição tivessem as condições mínimas de competir em chamadas públicas para o financiamento de suas pesquisas. Este financiamento foi realizado em laboratórios dos diversos centros de ensino da instituição, bem como em laboratórios de uso compartilhado, como é o caso do Biotério Central e do Laboratório Central de Microscopia Eletrônica. Este último entrou em funcionamento em novembro de 2007 e já está melhorando a qualidade e a quantidade das publicações científicas da UFSC. Está-se incentivando a implementação de laboratórios de uso compartilhado de forma a obter-se uma redução nos custos de manutenção. Dos recursos de custeio aplicados, R\$ 12.946,11 foram em diárias e R\$ 27.071,03 em passagens.

2) Estimula à Submissão de Projetos

Estimulou-se a submissão de projetos científicos-tecnológicos nas diferentes áreas do conhecimento, com especial atenção às áreas com menor tradição ou ainda não consolidadas, na busca de fontes alternativas de recursos nacionais e internacionais para os projetos de pesquisa. Realizou-se uma ampla divulgação das oportunidades de pesquisa (fomento, prêmios e etc..) e uma conscientização aos pesquisadores da necessidade de participação em chamadas públicas. Isto tem resultado numa participação ativa dos pesquisadores da UFSC nas iniciativas nacionais e internacionais relacionadas às atividades de pesquisa e estimulado as parcerias de grupos de pesquisa com instituições públicas e privadas em projetos de P&D. O estímulo resultou numa grande participação de pesquisadores da UFSC em chamadas públicas. Pode-se destacar:

2.1. Projetos Institucionais

- CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/ME –Ciência e Tecnologia para o Esporte – 01/06
Título: As práticas corporais no contexto contemporâneo: esporte e lazer re-significados na cidade.

Programa: Pós-graduação em Educação Física

Coordenador: Prof. José Luiz Cirqueira Falcão

Título: Atletismo do Séc. XXI: estudo interdisciplinar na avaliação de corredores federados nas diferentes etapas de treinamento

Programa: Pós-graduação em Educação Física

Coordenador: Antônio Renato Pereira Moro

- CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FNDCT/CAIXA – Habitare – 01/06

Título: Conectividade de sistemas construtivos para HIS concebidos com diferentes materiais e tecnologias em foco na coordenação modular

Programa: Pós-graduação em Engenharia Civil

Coordenador: Humberto Ramos Roman

Título: Análise de sistemas construtivos em HIS para formulação e disseminação de referenciais tecnológicos visando melhoria da qualidade e redução de custos

Programa: Pós-graduação em Engenharia Civil

Coordenador: Janaide Cavalcante Rocha

- CARTA CONVITE MCT/FINEP/Ação Transv. – Cooperação ICTs – Empresas – 06/2006

Título: Utilização de biomassa como fonte alternativa de energia

Programa: Pós-graduação em Engenharia Química e de Alimentos

Coordenador: Humberto Jorge José

Título: Desenvolvimento de sistema de resfriamento de processo de fermentação de álcool por ciclo de absorção

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Sérgio Colle

Título: Desenvolvimento de fios com zero-torção através de recobrimento temporário com filme polimérico durante o processamento têxtil.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Química e de Alimentos

Coordenador: Antônio Augusto Ulson de Souza

Título: Geração e aprimoramento de recursos avançados de medição para garantia da qualidade e desenvolvimento de produtos inovadores em refrigeração.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Carlos Alberto Flesch

Título: Lubrificação sólida em componentes para compressores II: ferramentas para o domínio tecnológico e desenvolvimento de componentes em fase protótipo.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Aloísio Nelmo Klein

Título: Desenvolvimento de compressores e refrigeradores de baixo ruído e alta performance energética.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Arcanjo Lenzi

Título: Trocadores de calor de alto desempenho para sistemas de refrigeração compactos

Programa: Pós-graduação em Engenharia Mecânica

Coordenador: Álvaro Toubes Prata

Título: Prospecção de tecnologia não convencional de refrigeração

Programa: Pós-graduação em

Coordenador: Hannes Fischer

Título: Projeto de compressores de alta performance de forma integrada ao sistema.

Programa: Pós-graduação em

Coordenador: André Morriesen

Título: Caracterização de perdas de origem eletromagnéticas e magnetização em núcleos de materiais magnéticos moles.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Elétrica

Coordenador: Nelson Sadowski

- ENCOMENDA MCT/FINEP/Ação Transv. – Cooperação ICTs – Empresas – 06/2006

Título: Inovações tecnológicas para a valorização dos derivados da soja: extração ecológica, derivados poliméricos e margarina com probióticos.

Programa: Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos

Coordenador: Ernani Sebastião Sant'Anna

- CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-ENERG. – Energias Renováveis – 01/2006

Título: Compensação de reativos em sistemas fotovoltaicos interligados à Rede de distribuição elétrica comercial.

Programa: Pós-graduação em Engenharia Elétrica

Coordenador: Denizar Cruz Martins

- ENCOMENDA MMA/FINEP/Ação Transv. – 06/2006

Título: Ações integradas para o controle das enfermidades

Programa: Pós-graduação em Aquicultura

Coordenador: Edemar Roberto Andreatta

- ENCOMENDA MCT/FINEP/Ação Transv. – ARQUIMEDES/OCAs – 07/2006

Título: Espaços de Ciências e Artes da UFSC - CIART

Programa: Projeto Institucional

Coordenador: Thereza Christina Monteiro de Lima

- CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA – 01/2006 - Seleção pública de propostas para apoio a projetos institucionais de implantação de infraestrutura de pesquisa

- CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/AÇÃO TRANSVERAL – REDE GENOPROT – 07/2007

Título: S-Nitrosilação de fatores de transcrição e morte celular programada em plantas

Coordenador: Ana Carolina Maisonnave Arisi

Título: Identificação e caracterização de marcadores biológicos e diagnósticos em tripanosomatídeos patogênicos através de genômica e proteômica comparativas.

Coordenador: Mário Steindel

Título: Respostas moleculares do camarão de cultivo *Litopenaeus vannamei* infectado com o vírus da mancha branca e sob condições de estresse.

Coordenador: Maria Risoleta Freire Marques

Como resultado da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Infra – Pró-Infra 01/2004, a UFSC acabou de inaugurar, em 20 de novembro, o Laboratório Central de Microscopia Eletrônica com poderosas ferramentas para suas pesquisas no campo das nanotecnologias. O projeto de quase R\$ 5 milhões foi financiado pela Finep, por meio do CTInfra - Fundo Setorial de Infra-Estrutura (R\$ 4,6 milhões) e contou também com recursos da própria universidade (R\$ 400 mil). As áreas de saúde, biologia, eletrônica, química e de materiais estão entre as que mais avançam com o desenvolvimento do universo nano, onde o princípio é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos. O projeto do Laboratório Central de Microscopia Eletrônica tem a coordenação do professor Jorge Mário Campagnolo, diretor do Departamento de Desenvolvimento de Projetos, da Pró-Reitoria de Pesquisa. Envolveu professores de diferentes unidades da UFSC (Centro Tecnológico, Centro de Ciências Físicas e

Matemáticas, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas) e permitiu a construção de um prédio de 450 metros quadrados e condições especiais para abrigar o que é mais precioso: quatro supermicroscópios. São dois microscópios eletrônicos de transmissão (de 100 kV e 200kV), que já estão na UFSC, um microscópio eletrônico de varredura convencional e um microscópio eletrônico de varredura de alta resolução, que estão sendo comprados. Com alta capacidade de ampliação e resolução (poder de ampliação de até um milhão de vezes), os equipamentos exigem condições específicas de funcionamento, como piso especial para impedir qualquer vibração mecânica. As salas são mantidas sob temperatura controlada e as paredes são revestidas com material à prova de vibrações sonoras. O prédio conta também com salas para preparação de amostras (as finíssimas lâminas que são observadas estão entre os desafios da pesquisa nanoscópica), espaço com computadores e um miniauditório. O Laboratório está aberto à comunidade universitária para uso dos equipamentos, e vai possibilitar avanços nos estudos de pesquisadores de áreas como física, química, biologia, agronomia, farmácia, farmacologia, odontologia, engenharia de materiais e engenharia química. Representantes dos diferentes centros de ensino integrados à proposta elaboraram o regimento para uso do setor, o que inclui critérios para seleção dos trabalhos a serem realizados no laboratório e a estipulação de taxas de uso, que vão colaborar para a manutenção do setor, estimada em R\$ 150 mil ao ano.

No momento, estamos preparando os projetos institucionais para atender a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Infra – Pró-Infra 01/2007.

Os pesquisadores da UFSC obtiveram ainda, em 2007, cerca de 93% dos recursos de fomento no Estado de Santa Catarina (USD 1,400,000.00) em projetos de pesquisa aprovados em diversos editais.

3) Programa FUNPESQUISA

O projeto FUNPESQUISA, um programa interno da UFSC já devidamente consolidado em suas rotinas, financiou, desde sua criação em 1986, mais de 1500 projetos, servindo de incentivo aos novos pesquisadores (até 5 anos após a obtenção de sua titulação) para implantação de suas linhas de pesquisa. Em 2007, os recursos liberados, chegaram ao montante de R\$ 150.000,00 atendendo 33 pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. Estes recursos são oriundos atualmente apenas da receita própria da UFSC, sendo parte deles da ação.

A contemplação de projetos, segue critérios de avaliação interna e externa, com comitês formados por professores pesquisadores I do CNPq convidados pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

4) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq)

A UFSC possui um programa institucional de iniciação científica há 17 anos. Este programa é financiado com recursos do CNPq e também com recursos da ação. No cenário nacional a UFSC está em 8º. lugar dentre as 172 instituições participantes do Programa. Este Programa conta atualmente com 458 bolsas de IC (368 do CNPq e 90 com recursos da ação), além de outras 101 bolsas originadas das cotas dos pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, refletindo o compromisso institucional assumido e a preocupação com a formação dos futuros pesquisadores do país. Os pesquisadores da UFSC têm ainda sob sua orientação 58 estagiários de IC voluntários. Anualmente a PRPe organiza a apresentação dos trabalhos relacionados a estes bolsistas no Seminário de Iniciação Científica, que no ano de 2007 contou com a apresentação de 598 painéis e 54 apresentações orais. Vários alunos participaram também da mostra “UFSC: divulgando e popularizando a ciência” dentro da IV Semana

de Ciência e Tecnologia. Ainda, no conjunto das ações estabelecidas pela UFSC, para a SNCT, foi acordado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, a realização da 2ª Feira de Ciências e Tecnologia da Rede Estadual de Ensino, com a participação de 37 escolas. Com isso, abriu-se um excelente espaço de integração, entre o segmento da pesquisa universitária, com o ensino médio, proporcionando uma interatividade entre ambos.

O Colégio Agrícola de Camboriú, pertencente a UFSC, apresentou sua II Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar, o MICTI, estimulando o desenvolvimento de atividades de iniciação de pesquisas técnico-científica, com foco interdisciplinar, divulgando a produção apresentada na mostra, através de premiações em diferentes categorias, incentivando o desenvolvimento do espírito científico nos estudantes, nos docentes e na comunidade em geral.

5) Estímulo ao Registro da Propriedade Intelectual

O Departamento de Propriedade Intelectual (DPI) foi implantado na nova estrutura administrativa da UFSC em substituição a Coordenadoria de Gestão da Propriedade Intelectual, criada pela Resolução n.º 014/CUn/2002, de 25 de junho de 2002, inicialmente vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

O DPI tem por funções apoiar a transferência de tecnologia, interna ou externamente, estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais e inovações; a negociação e redação dos convênios e contratos de transferência de tecnologia (UFSC x empresas, UFSC x instituições de fomento, UFSC x centros de pesquisa, etc.); o preenchimento de formulários e pedidos de proteção jurídica para os órgãos competentes (ex. INPI); a busca de empresas, instituições de fomento e/ou centros de pesquisa interessados na realização de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, industrialização de produtos ou processos, financiamento; etc.

6) Comitês de Ética do Uso de Animais na Pesquisa

Durante vários anos os cientistas do mundo todo têm solucionado diversos problemas de saúde, curando doenças e desenvolvendo vacinas – utilizando animais em pesquisas biomédicas. Apenas nos Estados Unidos a experimentação animal contribuiu para um aumento na expectativa de vida de aproximadamente 25 anos desde 1900. A possibilidade de cura de várias doenças nos dias de hoje se deve determinantemente ao uso de animais em pesquisa. A evolução contínua das áreas de conhecimento humano, com especial ênfase àquelas de biologia, medicina humana e veterinária, e a obtenção de recursos de origem animal para atender necessidades humanas básicas, como nutrição, trabalho e vestuário, repercutem no desenvolvimento de ações de experimentação animal, razão pela qual se preconizam posturas éticas concernentes aos diferentes momentos de desenvolvimento de estudos com animais de experimentação. Hoje a grande maioria dos financiamentos para pesquisa exigem a aprovação de um comitê de ética.

Neste contexto, a UFSC regulamentou a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) para promover a experimentação animal de forma responsável e ética como fonte de conhecimento e bem-estar para a sociedade. Assim, todos os projetos envolvendo o uso de mamíferos são necessariamente submetidos à apreciação de seus membros (15 entre docentes e servidores da UFSC, representantes de classe e da sociedade civil) para análise da ética experimental e acompanhamento dos procedimentos aprovados, uma necessidade fundamental na área de Ciências da Vida.

7) Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos

O “Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos” (CEP) da UFSC, constituído em 1997 e registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS. O CEP é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, com a finalidade de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, sendo que todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos no âmbito da UFSC deve ser submetido à apreciação de seus membros, que são 13, envolvendo docentes, servidores e alunos da UFSC e representante da sociedade civil.

Programa: 1067 - Gestão da Política de Educação

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação

Órgão responsável: Ministério da Educação

Gerente do Programa: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Gerente Executivo: Leo Kessel

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Servidor Capacitado

Público-alvo (beneficiários): Governo.

Ação: 4572.26246.0042 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Carla Cristina Dutra Búrigo

Meta Física Prevista: Capacitar 600 servidores

Meta Financeira Prevista: R\$ 163.850,00

Meta Física Realizada: 337 servidores capacitados

Meta Financeira Executada: R\$ 163.850,00

Avaliação:

A principal despesa vinculada a ação “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, código 4572, é o pagamento da taxa de inscrição, para os servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, em eventos e cursos de curta duração, realizados no Brasil e no Exterior.

Para o desenvolvimento desta ação foi previsto, para o ano de 2007, um valor de R\$ 163.850,00 (cento e sessenta e três mil oitocentos e cinquenta reais) para o atendimento das necessidades de capacitação de 600 (seiscentos) servidores.

Foram gastos R\$ 134.716,00 (cento e trinta e quatro mil setecentos e dezesseis reais) que representa 82% do total previsto e foram atendidos 337 (trezentos e trinta e sete) servidores, representando 56% do número deles a serem atendidos.

O número de servidores atendidos, aquém do planejado, se justifica pelo alto valor das taxas de inscrições praticadas pelas empresas promotoras de cursos e eventos. Apesar disto, o investimento médio por pessoa ficou em torno de R\$ 400,00

(quatrocentos reais), valor que sugere uma boa adequação do valor total gasto por esta IFE.

Cabe ressaltar que um percentual significativo de servidores não foram atendidos com este recurso tendo em vista que as empresas que estavam promovendo os eventos de interesse da UFSC não estavam em dia com as contribuições devidas aos órgãos estatais, tais como FGTS, INSS e Receita Federal.

Apesar das metas quantitativas não terem sido alcançadas integralmente, considera-se de extrema importância este recurso financeiro, pois:

- Os resultados qualitativos alcançados são imensos, proporcionando aos servidores, o aperfeiçoamento e/ou a apropriação de novos conhecimentos, integração com outros profissionais e, ainda, divulgação dos trabalhos desenvolvidos na Instituição.
- Permite atender as necessidades de capacitação muito específicas por empresas especializadas.
- Quando se trata de capacitar um grupo pequeno de servidores, o custo benefício, em geral, é menor quando se paga os serviços de uma empresa especializada, comparado com a possibilidade de oferecer o curso através da unidade de capacitação da IFE.

Os principais recursos envolvidos na realização desta ação são os materiais de consumo característico de escritório (papel, tinta para impressora...), os serviços dos servidores da UFSC lotados na área financeira e de recursos humanos e, os meios de comunicação, tais como telefone, fax e e-mails, bastante utilizados para estabelecer contato com as empresas que promovem os eventos.

Programa: 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de Programa: Apoio Administrativo

Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Órgão responsável: Atividades Padronizadas

Gerente do Programa: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Gerente Executivo: Leo Kessel

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Servidor Beneficiado

Público-alvo (beneficiários): Governo.

Ação: 2012.26246.0042 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Física Prevista: Beneficiar 4.999 servidores

Meta Financeira Prevista: R\$ 6.879.240,00

Meta Física Realizada: 4.929 servidores beneficiados

Meta Financeira Executada: R\$ 6.879.240,00

Avaliação:

Conceder o benefício aos servidores, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.

Ação: 2011.26246.0042 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo da Ação: Atividade

Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Física Prevista: Beneficiar 2.059 servidores

Meta Financeira Prevista: R\$ 1.758.277,00

Meta Física Realizada: 1.718 servidores beneficiados

Meta Financeira Executada: R\$ 1.758.277,00

Avaliação:

Efetivar o pagamento do auxílio-transporte, em pecúnia, aos servidores, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual.

Ação: 2010.26246.0042 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Física Prevista: Beneficiar 599 servidores

Meta Financeira Prevista: R\$ 486.369,00

Meta Física Realizada: 565 servidores beneficiados

Meta Financeira Executada: R\$ 486.369,00

Avaliação:

Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes.

Ação: 2004.26246.0042 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Descrição: . Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Marcelo Fontanella Webster

Meta Física Prevista: Atender 20 pessoas

Meta Financeira Prevista: R\$ 1.098.672,00

Meta Física Realizada: 0 pessoas beneficiadas

Meta Financeira Executada: R\$ 0,00

Avaliação:

A ação para ser efetivada necessita de quesitos normativos e financeiros. Durante os últimos dois anos o Governo Federal através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propôs e implementou alguns instrumentos jurídicos que permitem às Instituições oferecer o benefício de um plano suplementar de assistência á saúde aos seus servidores ativos e inativos, seus dependentes e aos pensionistas, em forma e convênio ou contrato. Porém, somente no final do ano de 2007 acenou com a necessária dotação financeira para a efetivação da ação, a partir do ano de 2008.

Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Orgão responsável: Ministério da Previdência Social

Gerente do Programa: Helmut Schwarzer

Gerente Executivo: Delúbio Gomes Pereira da Silva

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Servidor Beneficiado

Público-alvo (beneficiários): Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Ação: 0181.26246.0042 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Descrição: . Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Física Prevista: Atender 2.946 pessoas

Meta Financeira Prevista: R\$ 144.523.905,00

Meta Física Realizada: 2.721 pessoas beneficiadas

Meta Financeira Executada: R\$ 144.523.905,00

Avaliação:

Garantir aos servidores inativos e pensionistas o pagamento de seus proventos e pensões, bem como a gratificação natalina e eventuais despesas decorrentes de exercícios anteriores.

Programa: 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tipo de Programa: Operações Especiais

Objetivo Geral: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Órgão responsável: Atividades Padronizadas

Público-alvo (beneficiários): Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Ação: 0005.26246.0042 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

Descrição: . Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Maria de Lourdes dos Santos da Silva

Meta Financeira Prevista: R\$ 4.982.302,99

Meta Financeira Executada: R\$ 4.982.300,63

Avaliação:

O Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal/PRDHS em obediência a determinação judicial, tem como objetivo garantir àqueles servidores que conquistaram judicialmente determinadas vantagens a implementação de decisões judiciais na folha de pagamento nos termos da portaria nº 17/MP/2001. Este procedimento é efetuado no SIAPE (Sistema de Administração de Recursos Humanos) através do SICAJ (Sistema de Cadastro de Ação Judicial). Acrescentamos, todavia, que as ações judiciais que não implicam em incorporação na folha de pagamento do servidor não são de responsabilidades deste Departamento.

Programa: 1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade

Órgão responsável: Ministério da Educação

Gerente do Programa: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Gerente Executivo: Godiva de Vasconcelos Pinto

Indicadores ou Parâmetros Utilizados: Aluno Atendido

Público-alvo (beneficiários): Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular

Ação: 2991.26246.0042 - Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a manutenção e custeio da rede federal responsável pela oferta de vagas de Ensino Médio, visando melhoria de sua qualidade e propiciando condições para absorver as mudanças das novas diretrizes para este nível de ensino.

Descrição: . Esta ação será viabilizada através da manutenção das instituições por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica-pedagógica assegurando condições de funcionamento e atingimento dos objetivos da atividade-fim que é o processo ensino-aprendizagem.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sônia Mary Valente Bayestorff

Meta Física Prevista: Atender 1.178 alunos

Meta Financeira Prevista: R\$ 280.635,00

Meta Física Realizada: 294.906 pessoas beneficiadas no Estado de Santa Catarina

Meta Financeira Executada: 880 alunos

Avaliação:

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina está vinculado diretamente a Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PREG e Coordenadoria de Educação Básica – CEB, órgão de assessoramento da PREG; criada para coordenar as atividades de educação básica e técnica da UFSC desenvolvidas pelos colégios; analisar e acompanhar os planos coletivos e individuais de trabalho bem como abertura de concursos públicos e contratações de professores substitutos, garantindo assim a manutenção das instituições em seu processo ensino-aprendizagem. No ano de 2007 o Colégio Aplicação atendeu 895 alunos e já consolidou o ensino Fundamental do ciclo de 9 anos.

Programa: 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Gerente do Programa: Romero Gonçalves Ferreira Maia Filho

Público-alvo (beneficiários): Governo e sociedade brasileiros

Ação: 0321.26246.0042 - Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Apoiar o desenvolvimento da língua portuguesa, incrementar o intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes e técnico-administrativos com atuação nas áreas pedagógica, científica, cultural e administrativa, promovendo projetos de pesquisa científica-tecnológica em conjunto, bem como a circulação de informação em todos os campos de conhecimentos, estimulando a colaboração bilateral e multilateral e fomentando a reflexão sobre o papel da educação superior.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para a promoção de congressos, seminários e acesso a publicações da AULP.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 2.598,00

Meta Financeira Executada: R\$ 2.217,21

Avaliação:

Foi orçado um valor de R\$ 2.598,00 e executado no ano de 2007 com valor de R\$ 2.217,21 em decorrência da variação do dólar.

Ação: 0325.26246.0042 - Contribuição à Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade – AIUTI

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover o conhecimento e a prática gerontológica e criar a possibilidade de o Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, conhecer experiências internacionais para um possível redirecionamento das suas atividades.

Descrição: . Pagamento de cota contributiva para desenvolvimento de intercâmbio para a troca de conhecimentos.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 2.598,00

Meta Financeira Executada: R\$ 0,00

Avaliação:

No âmbito da participação em entidades internacionais, a universidade já mantém atividades com entidades na mesma área.

Ação: 0328.26246.0042 - Contribuição à Asociación de Universidades Grupo Montevideo – AUGM

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover o intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos, no intuito de incrementar e ampliar esses conhecimentos.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e de seminários técnico-científicos com os comitês disciplinares e núcleos acadêmicos que compõem a AUGM.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 18.860,00

Meta Financeira Executada: R\$ 17.565,58

Avaliação:

Foi orçado um valor de R\$ 18.860,00 e executado no ano de 2007 com valor de R\$ 17.565,58 em decorrência da variação do dólar.

Ação: 0329.26246.0042 - Contribuição à Association Columbus

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover o desenvolvimento institucional das universidades filiadas, incentivando políticas inovadoras, aperfeiçoamento de processo e de estruturas de gestão e capacitação de seus dirigentes.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para a realização de congressos e seminários visando a melhoria da qualificação profissional dos participantes do programa.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 14.754,00

Meta Financeira Executada: R\$ 11.335,96

Avaliação:

Foi orçado um valor de R\$ 14.754,00 e executado no ano de 2007 com valor de R\$ 11.335,96 em decorrência da variação do dólar.

Ação: 0332.26246.0042 - Contribuição à International Association of University Presidents - IAUP

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover nas instituições membros, habilidades e competências globais, bem como a paz e o diálogo internacional por intermédio da educação.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para viabilizar contatos e cooperação entre dirigentes universitários, conferências trienais, além da organização de outras conferências, seminários e serviços. A Associação colabora com numerosas organizações no campo de estudos da paz, inclusive com a UNESCO e a ONU.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 1.714,00

Meta Financeira Executada: R\$ 0,00

Avaliação:

No âmbito da participação em entidades internacionais, a universidade já mantém atividades com entidades na mesma área.

Ação: 0333.26246.0042 - Contribuição à National Fluid Power Association - NFPA

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade Possibilitar a integração da instituição com o meio industrial internacional, através da filiação à NFPA, que é uma associação norte-americana de produtores, consumidores e usuários de sistemas hidráulicos e pneumáticos.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para o acesso a informações atualizadas da área, aquisição facilitada de normas internacionais e de publicações especializadas, além do recebimento gratuito de material didático.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 750,00

Meta Financeira Executada: R\$ 0,00

Avaliação:

No âmbito da participação em entidades internacionais, a universidade já mantém atividades com entidades na mesma área.

Ação: 0334.26246.0042 - Contribuição à Organização Universitária Interamericana - OUI

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover integração com as instituições universitárias e contribuir para o desenvolvimento da educação superior das Américas por meio de discussões temáticas e projetos.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para promover ações que contribuam para o melhoramento da gestão das universidades membros e formação de lideranças, compreendendo: curso básico, seminários temáticos, workshops para reitores, publicação de revistas, bem como cooperação científica e tecnológica baseada na organização de seminários, congressos e missões técnicas.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 3.736,00

Meta Financeira Executada: R\$ 2.897,71

Avaliação:

Foi orçado um valor de R\$ 3.736,00 e executado no ano de 2007 com valor de R\$ 2.897,71 em decorrência da variação do dólar.

Ação: 0342.26246.0042 - Contribuição à Unión de Universidade de América Latina - UDUAL

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Promover a participação ativa no desenvolvimento social, econômico e cultural da América Latina, contribuindo, desta forma, para a criação de uma sociedade livre, pacífica e democrática.

Descrição: Pagamento de cota contributiva para promoção de congressos, encontros e seminários.

Unidade responsável pelas Decisões Estratégicas: Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Sérgio Roberto Pinto da Luz

Meta Financeira Prevista: R\$ 2.006,00

Meta Financeira Executada: R\$ 0,00

Avaliação:

No âmbito da participação em entidades internacionais, a universidade já mantém atividades com entidades na mesma área.

5) Desempenho Operacional - Indicadores ou parâmetros de gestão

A descrição dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas governamentais e/ou das ações administrativas. Cálculo dos Indicadores de Gestão de acordo com a Decisão 408/2002 e Acórdãos N° 1043/2006 e N° 2167/2006 – Revisada em janeiro de 2007

I a. Custo Aluno com Hospital Universitário

<p style="text-align: right;">Custo Corrente com HU</p> <p>Custo Corrente / Aluno Equivalente = $\frac{\text{Custo Corrente com HU}}{A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}}$</p>

Custo Corrente

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta no 3300000	611.450.196,80
(-) 65% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: Hospital Universitário	59.537.086,82
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta no 3319001	98.409.689,63
(-) Pensões	SIAFI - Conta no 3319003	15.460.450,13
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta no 3319091	52.990.377,37
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: DDPP/PRDHS	738.575,59
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: DDPP/PRDHS	210.254,18
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: CPPD / DDAP/PRDHS	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: DDPP/PRDHS	0,00
Total Custo Corrente		384.103.763,08

A_R = N° de alunos residentes.

A_{PG} = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

$A_{GE} = 26.977,93$ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

$A_{PG} = 6.601$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_{PG TI} = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.601 = 13.202$

$A_R = 68$ (Fonte: Hospital Universitário)

$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 68 = 136$

Total Aluno Equivalente = $A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI} = 40.315,93$

Custo Aluno Equivalente: = R\$ 384.103.763,08 / 40.315,93 = R\$ 9527,34

Este custo não representa o custo real médio por aluno pois inclui o custo dos alunos dos Colégios Agrícolas e Colégio de Aplicação e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="flex: 1;"> Custo Corrente / Aluno Equivalente = </div> <div style="text-align: right; flex: 1;"> Custo Corrente sem HU <div style="border-top: 1px dashed black; margin: 5px 0;"></div> $A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}$ </div> </div>
--

Custo Corrente

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta no 3300000	611.450.196,80
(-) 100% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: Hospital Universitário	91.595.518,18
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta no 3319001	98.409.689,63
(-) Pensões	SIAFI - Conta no 3319003	15.460.450,13
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta no 3319091	52.990.377,37
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: DDPP/PRDHS	738.575,59
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: DDPP/PRDHS	210.254,18
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: CPPD / DDAP/PRDHS	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: DDPP/PRDHS	0,00
Total Custo Corrente		352.045.331,72

A_R = N° de alunos residentes.

A_{PG} = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$$

$$A_{GE} = 26.977,93 \quad (\text{Fonte: Departamento de Administração Escolar})$$

$$A_{PG} = 6.601 \quad (\text{Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação})$$

$$A_{PG TI} = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.601 = 13.202$$

$$A_R = 68 \quad (\text{Fonte: Hospital Universitário})$$

$$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 68 = 136$$

$$\text{Total Aluno Equivalente} = A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI} = 40.315,93$$

$$\text{Custo aluno:} = \text{R\$ } 352.045.331,72 / 40.315,93 = \text{R\$ } 8.732,16$$

Este custo não representa o custo real médio por aluno pois inclui o custo dos alunos dos Colégios Agrícolas e Colégio de Aplicação e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{N° de Professores Equivalentes}}$$

Situação	N° de Professores	Peso	Resultado
Professores em Exercício Efetivo			
20 horas/semana	91	0,50	45,5
40 horas/semana	67	1,00	67
Dedicação Exclusiva	1.474	1,00	1.474
(+) Substitutos e Visitantes			
20 horas/semana	193	0,50	96,5
40 horas/semana	125	1,00	125
Dedicação Exclusiva	6	1,00	6

Situação	Nº de Professores	Peso	Resultado
(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	3	0,50	1,5
40 horas/semana	1	1,00	1
Dedicação Exclusiva	56	1,00	56

Fonte: PREG

Total de professores (ENSINO SUPERIOR) equivalentes = 1.755,5

CÁLCULO ALUNO TEMPO INTEGRAL

A_{GTI} = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \}$$

$$A_{GTI} = 16.201,45$$

$$A_{PG} = 6.601 \quad (\text{Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação})$$

$$A_{PGTI} = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.601 = 13.202$$

$$A_R = 68 \quad (\text{Fonte: Hospital Universitário})$$

$$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 68 = 136$$

Total de Alunos Tempo Integral: 29.539,45

Aluno Tempo Integral / Professor = 29.539,45 / 1.755,5 = 16,83 alunos por professor

III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.com HU} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{Nº de Funcionários Equivalentes}}$
--

Total de Alunos Tempo Integral: 29.539,45

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	136	0,50	68
30 horas/semana	61	0,75	45,75
40 horas/semana	2.809	1,00	2.809
(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	40	0,50	20
30 horas/semana	62	0,75	46,5
40 horas/semana	563	1,00	563
(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	0	0,50	0
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	17	1,00	17

Funcionário Equivalente com HU = 3.535,25

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = 29.539,45 / 3.535,25 = 8,36

III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.sem HU} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{Nº de Funcionários Equivalentes}}$
--

Total de Alunos Tempo Integral: 29.539,45

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	10	0,50	5
30 horas/semana	34	0,75	25,5
40 horas/semana	1730	1,00	1730
(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	40	0,50	20
30 horas/semana	62	0,75	46,5
40 horas/semana	563	1,00	563

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	0	0,50	0
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	17	1,00	17

Funcionário Equivalente sem HU = 2.373

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = $29.539,45 / 2.373 = 12,45$

IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

<p>Funcionário Equivalente / Professor Equivalente = -----</p> <p>Nº de Funcionários Equivalente</p> <p>Nº de Professores Equivalente</p>
--

Total de professores (ENSINO SUPERIOR) equivalentes = 1.755,5

Funcionário Equivalente com HU = 3.487,50

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $3.487,50 / 1.755,5 = 2,01$

IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

<p>Funcionário Equivalente / Professor Equivalente = -----</p> <p>Nº de Funcionários Equivalente</p> <p>Nº de Professores Equivalente</p>
--

Total de professores (ENSINO SUPERIOR) equivalentes = 1.755,5

Funcionário Equivalente sem HU = 2.373

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $2.373 / 1.755,5 = 1,35$

V. Grau de participação Estudantil

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{GTI}}{A_G}$$

Alunos efetivamente matriculados no 1º (primeiro) semestre do exercício:	17.926
Alunos efetivamente matriculados no 2º (segundo) semestre do exercício:	17.749
(ALUNOS 1º SEMESTRE + ALUNOS 2º SEMESTRE) / 2 =	17.837,5

$$A_G = 17.837,5$$

$$A_{GTI} = 16.201,45$$

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = 17.837,5 / 16.201,45 = 0,91$$

VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

$$\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

$$A_{PG} = 6.601$$

$$A_G = 17.837,5$$

$$\text{GEPG} = 6.601 / (6.601 + 17.837,5) = 0,27$$

VII. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

$$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\Sigma \text{Conceito de todos os Programas de Pós-Grad.}}{\text{Nº de Programas de Pós-Graduação}}$$

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Programa de Pós-Graduação:	Conceito CAPES:
Administração (M)	4
Agroecossistemas (M)	3
Antropologia Social (M/D)	5
Aqüicultura (M/D)	5
Arquitetura e Urbanismo (M)	4
Biologia Vegetal (M)	3
Biotecnologia (M/D)	4
Ciência e Engenharia de Materiais (M/D)	5
Ciências Contábeis(M)	3
Ciências da Computação (M)	3
Ciências da Informação (M)	3
Ciências dos Alimentos (M/D)	4
Ciências Humanas (D)	5
Design e Expressão Gráfica (M)	3
Direito (M/D)	6
Economia (M)	4
Educação (M/D)	5
Educação Científica e Tecnológica (M/D)	5
Educação Física (M)	5
Enfermagem (M/D)	4
Eng. de Automação e Sistemas (M/D)	5
Engenharia e Gestão do Conhecimento(M/D)	4
Engenharia Ambiental (M/D)	4
Engenharia Civil (M/D)	5
Engenharia de Alimentos (M/D)	5
Engenharia de Produção (M/D)	3
Engenharia Elétrica (M/D)	6
Engenharia Mecânica (M/D)	6
Engenharia Química (M/D)	5
Estudos da Tradução	4
Farmácia (M/D)	4
Farmacologia (M/D)	6
Filosofia (M/D)	4
Física (M/D)	5
Geografia (M/D)	4
História (M/D)	4
Jornalismo (M)	3
Letra (Inglês e Literatura Correspondente) (M/D)	5
Linguística (M/D)	5
Literatura (M/D)	5
Matemática e Computação Científica (M)	4
Metrologia Científica e Industrial (M)	3
Neurociência e Comportamento (M/D)	4
Nutrição (M)	3

Programa de Pós-Graduação:	Conceito CAPES:
Odontologia (M/D)	4
Psicologia (M/D)	5
Química (M/D)	7
Recursos Genéticos e Vegetais (M/D)	5
Saúde Pública (M)	4
Serviço Social (M)	4
Sociologia Política (M/D)	5
Urbanismo, Arquitetura e História da Cidade(M)	3

Σ Conceito de todos os Programas de Pós-Grad. = **226**

Nº de Programas de Pós-Graduação = 52

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $226/52 = 4,35$

VIII. Índice de qualificação do corpo docente

$$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

Situação	Doutores (D)	Mestres (M)	Especialização (E)	Graduados (G)	Total Geral de Professores ^(b)
Professores em Exercício Efetivo					
20 horas/semana	29	36	14	12	91
40 horas/semana	34	17	10	6	67
Dedicação Exclusiva	1250	200	16	8	1474
(+) Substitutos e Visitantes					
20 horas/semana	24	59	38	72	193
40 horas/semana	30	61	12	22	125
Dedicação Exclusiva	6	0	0	0	6
(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício					
20 horas/semana	0	2	1	0	3
40 horas/semana	0	1	0	0	1
Dedicação Exclusiva	28	28	0	0	56
Nº Total de Professores POR TITULAÇÃO	1.345	342	89	120	1.896

Índice de Qualificação do Corpo Docente = $8.049 / 1.896 = 4,25$

IX. Taxa de Sucesso na Graduação

Nº de Diplomados (N_{DI})
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = -----
Nº Total de Alunos Ingressantes

Número de concluintes: **2.816**

Foram considerados somente os ingressantes via concurso vestibular para medir a taxa de sucesso na graduação, levando em conta a duração média de cada curso

Número de Ingressantes Vestibular – Referente ao Período Padrão Duração dos Cursos: **3.890**

Obs.: Para a contagem do número de ingressantes, é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $2.816 / 3.890 = 0,72$

X. Resumo dos Indicadores do TCU

Componentes	
Custo Corrente com Hospital Universitário	384.103.763,08
Custo Corrente sem Hospital Universitário	352.045.331,72
Aluno Equivalente	40.315,93
Alunos Tempo Integral	29.539,45
Professores equivalentes	1.755,50
Funcionário Equivalente com HU	3.535,25
Funcionário Equivalente sem HU	2.373,00
Indicadores	
I a. Custo Aluno com Hospital Universitário	9.527,34
I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário	8.732,16
II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente	16,83
III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	8,36
III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	12,45
IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,01
IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,35
V. Grau de participação Estudantil	0,91
VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,27

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

VII. Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,35
VIII. Índice de qualificação do corpo docente	4,25
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	0,72

XI. Série Histórica Indicadores TCU

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Série Historica dos Indicadores de Gestão de acordo com a Decisão 408/2002 e Acórdãos N° 1043/2006 e N° 2167/2006

NOME DA INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CÓDIGO DA IFES: 26246

NOME DO HU VINCULADO: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

ANO	COMPONENTE						INDICADORES													
	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6	9.1.2.1		9.1.2.2	9.1.2.3		9.1.2.4		9.1.2.5	9.1.2.6	9.1.2.7	9.1.2.8	9.1.2.9	
								9.1.2.1.0	9.1.2.1.1		9.1.2.3.0	9.1.2.3.1	9.1.2.4.0	9.1.2.4.1						
2002	219.987.273,11	206.788.131,45	29.910,71	39.890,23	1.764,50	3.336,00	2.241,00	5.514,82	5.183,93	16,95	8,97	13,35	1,89	1,27	0,92	0,30	4,07	3,79	0,76	
2003	222.512.986,28	206.582.428,13	30.148,45	40.649,02	1.601,00	3.308,00	2.143,75	5.474,01	5.082,10	18,83	9,11	14,06	2,07	1,34	0,91	0,29	4,11	3,98	0,75	
2004	270.093.721,57	252.744.598,39	25.934,04	36.331,16	1.630,00	3.491,50	2.294,25	7.434,22	6.956,69	15,91	7,43	11,30	2,14	1,41	0,87	0,23	4,27	4,06	0,71	
2005	269.900.054,37	243.395.013,66	25.667,46	35.732,92	1.663,50	3.471,75	2.297,00	7.553,26	6.811,51	15,43	7,39	11,17	2,09	1,38	0,87	0,23	4,24	4,09	0,70	
2006	353.898.003,06	322.849.778,49	25.475,30	35.504,91	1.667,00	3.330,25	2.161,00	9.967,58	9.093,10	15,19	7,65	11,79	1,99	1,29	0,88	0,22	4,29	4,19	0,69	
2007	384.103.763,08	352.045.331,72	29.539,45	40.315,93	1.755,50	3.535,25	2.373,00	9.527,34	8.732,16	16,83	8,36	12,45	2,01	1,35	0,91	0,27	4,35	4,25	0,72	

LEGENDA baseada no Acórdão do TCU

Componente:

9.1.1.1 Custo corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hospital(is) Universitário(s) – HU(s)

9.1.1.2 Custo corrente excluindo as despesas do(s) HU(s)

9.1.1.3 Número de alunos tempo integral

9.1.1.3.1 Número de alunos equivalentes

9.1.1.4 Número de professores equivalentes

9.1.1.5 Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)

9.1.1.6 Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)

Indicadores:

9.1.2.1.0 Custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))

9.1.2.1.1 Custo corrente / aluno equivalente (excluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))

9.1.2.2 Aluno tempo integral / número de professores equivalentes

9.1.2.3.0 Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))

9.1.2.3.1 Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))

9.1.2.4.0 Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))

9.1.2.4.1 Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))

9.1.2.5 Grau de Participação Estudantil (GPE)

9.1.2.6 Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)

9.1.2.7 Conceito CAPES

9.1.2.8 Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

9.1.2.9 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

6) Previdência Complementar Patrocinada

Não se Aplica

7) Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

Não se Aplica

8) Operações de Fundos

Não se Aplica

9) Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Não se Aplica

10) Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se Aplica

11) Demonstrativo de Perdas, Extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficado a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de tomada de contas especial., conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Número do Processo:	23080.000055/2007-57				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa	
	X	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 171/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE DUAS WEBCAMS, UMA PLACA E DUAS BANDEJAS DE IMPRESSORA OCORRIDO NO SERVIÇO DE INFORMÁTICA DO HU				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.001670/2007-81				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa	
	X	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 176/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE BENS PARTICULARES OCORRIDOS EM LABORATÓRIO DO DPTO. DE FÍSICA				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____	X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação
		Penalidade Prescrita		X
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.005892/2007-72			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço
Número e Data do Ato:	Nº. 272/GR/2007		Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO OCORRIDO NO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA, DE ONDE FORAM LEVADOS DOIS NOTEBOOKS			
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____		X
Julgamento:		Absolvido		Apenação
		Penalidade Prescrita		X
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.003796/2007-90			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 271/GR/2007			Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA UFSC QUE ESTAVAM DE POSSE DA CHEFE DO DEPARTAMENTO E GUARDADOS EM SUA RESIDÊNCIA. OCORREU ARROMBAMENTO DA RESIDÊNCIA E FORAM FURTADOS BENS PESSOAIS DA SERVIDORA. OS EQUIPAMENTOS FORAM LEVADOS PELA MESMA EM FUNÇÃO DE REFORMA QUE ESTAVA OCORRENDO NO CFH.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.027325/2006-96				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 270/GR/2007			Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DANO EM VEÍCULO PARTICULAR ESTACIONADO NO CAMPUS CAUSADO PELA QUEDA DE UM GALHO DE ÁRVORE.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):
------------------------------------	--	--

Número do Processo:	23080.002320/2007-31				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 269/GR/2007			Data: 20/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE UM APARELHO DE RADIO/CD PLAYER PERTECENTE AO HU, QUE ESTAVA SENDO UTILIZAO EM UMA ATIVIDADE NO GRÊMIO DOS SERVIDORES DO HU. O FURTO OCORREU COM ARROMBAMENTO DA JANELA E DA PORTA DO ARMÁRIO DE FOI LEVADO AINDA OUTRO APARELHO DE PROPRIEDADE DA FUNCIONÁRIA DAQUELE GRÊMIO.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.014146/2007-70				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 397/GR/2007			Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE UMA CPU E UM MONITOR DAS DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA.				
Situação do		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

processo:		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____	X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação
		Penalidade Prescrita		X
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.009834/2007-18			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço
Número e Data do Ato:	N°. 407/GR/2007		Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE UM APARELHO DE FAX DO SERVIÇO DE FARMÁCIA DO HU			
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____		X
Julgamento:		Absolvido		Apenação
		Penalidade Prescrita		X
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.011808/2007-50			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço
Número e Data do Ato:	N°. 394/GR/2007		Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO EM CASA LOCALIZADA NO COLÉGIO AGRÍCOLA DE CAMBORIÚ. FOI FURTADA UMA MOTO PERTENCENTE A UM FUNCIONÁRIO QUE GUARDOU A MESMA NO LOCAL ENQUANTO ESTAVA EM VIAGEM DE TRABALHO.			
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____		X
				Processo Julgado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):				

Número do Processo:	23080.013750/2007-89					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 410/GR/2007				Data: 08/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTOS OCORRIDOS NO NDI DURANTE O ANO DE 2006 E QUE SÓ FORAM ENVIADOS PARA SINDICÂNCIA EM 2007.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):				

Número do Processo:	23080.021992/2007-46					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 494/GR/2007				Data: 31/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE EQUIPAMENTOS DE IFORMÁTICA OCORRIDOS EM ALGUNS DEPARTAMENTOS DA REITORIA. FORAM FURTADOS COMPONENTES DE COMPUTADORES, COMO PLACAS E HD'S. TAMBÉM FORAM FURTADOS BENS PARTICULARES.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Penalidade Prescrita	X	Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.024825/2007-57				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 581/GR/2007				Data: 29/06/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DANOS EM VEÍCULO DA UFSC: LEVE AMASSADO E ARRANHÃO NA PINTURA OCASIONADO EM OMENTO DE MANOBRA PARA TENTAR ACESSAR O PREDIO DO CSE A FIM DE EFETUAR A DESCARGA DE MATERIAS. NÃO EXISTE LOCAL PROPRIO PARA ISSO NO REFERIDO PRÉDIO.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.025517/2007-49				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 512/GR/2007				Data: 11/06/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE MEDICAMENTOS DE USOCONTROLAOD DENTRO DO HU. AUTOR IDENTIFICADO. ESTUDANTE DE MEDICINA ATUALMENTE AFASTADO PARA TRATAMENTO MÉDICO.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Pena Aplicada:			
Remessa dos Autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.029752/2007-90			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 679/GR/2007		Data: 15/08/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	USO INDEVIDO DE TICKET TRANSPORTE UTILIZADO PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS.			
Situação do processo:		Instrução	Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____		X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita		X Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.039130/2007-70			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 845/GR/2007		Data: 30/10/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE LAPTOP ADQUIRIDO PARA USO EM PROJETO DE PESQUISA E QUE ESTAVA EM PODER DE PROFESSORA DO MEN/CED PARA REALIZAÇÃO DA MESMA			
Situação do processo:	X	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____		Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena Aplicada:				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):		

Número do Processo:	23080.043982/2007-61				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 846/GR/2007				Data: 30/10/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE 03 MONITORES LCD, 02 CPU'S, IM PROJETOR MULTIMÍDIA E UM MICROCOMPUTADOR COMPLETO, APÓS ARROMBAMENTO EM LABORATÓRIO NO DPTO. DE FÍSICA.				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

Número do Processo:	23080.048162/2007-38				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 873/GR/2007				Data: 20/11/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO BENS PESSOAIS EM ARMÁRIO NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):
------------------------------------	--	---

Número do Processo:	23080.041119/2007-80				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 875/GR/2007			Data: 20/11/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FURTO DE MATERIAIS PERTENCENTES AO SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DO HU, OCORRIDO DURANTE REFORMA DAQUELE SETOR (BANCO DE MADEIRA, APARELHO DE BANHO MARIA, CADEIRAS, SUPORTE DE FERRO, SUPORTE DE APARELHO DE PRESSÃO E CAIXA DE MADEIRA PARA LÂMINAS				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

12..Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas.

Número do Processo:	23080.028894/2006-59				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 169/GR/2007			Data: 02/3/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	Averiguação de autoria de mensagens eletrônicas com conteúdo ofensivo				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.041734/2006-03					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 170/GR/2007				Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Número do Processo:	23080.045549/2006-80				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 172/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.019031/2001-86				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 173/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FALHA NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____		X	Processo Julgado	
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.037085/2006-38				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 174/GR/2007			Data: 02/03/2004	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	IRREGULARIDADE EM CONCURSO PÚBLICO				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:	ANULAÇÃO DO CONCURSO				
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.038332/2007-85
---------------------	----------------------

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 175/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DENÚNCIA DE VENDA DE DIPLOMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.002882/2007-85				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 177/GR/2007			Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.059679/2006-08					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 178/GR/2007				Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DISCUSSÃO ENTRE DOCENTES					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.045470/2006-59 E ANEXO					
Tipo Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 179/GR/2007				Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	FALTAS AO TRABALHO					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.009549/2006-13					
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 180/GR/2007				Data: 02/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				X Arquivamento
Pena Aplicada:	OBS: PERDA DO OBJETO, SERVIDOR HAVIA SIDO EXONERADO PRO REPROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO					
Remessa dos Autos:		MPF				AGU

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):
------------------------------------	--	---

Número do Processo:	23080.051702/2006-16				
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 276/GR/2007			Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.004124/99-49				
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 205/GR/2007			Data: 12/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição)	GERÊNCIA DE EMPRESA PRIVADA				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

sucinta):						
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	X	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.009549/2006-13 E ANEXO					
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa	
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)	
Número e Data do Ato:	Nº. 207/GR/2007			Data: 12/03/2007		
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

TCE		
-----	--	--

Número do Processo:	23080.003274/2007-98				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 273/GR/2007			Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DECLARAÇÕES OFENSIVAS EM REUNIÃO DE COLEGIADO				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.006943/2007-83				
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 274/GR/2007			Data: 29/03/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONCUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.005374/2007-59			
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		X Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço
Número e Data do Ato:	N°. 275/GR/2007			Data: 29/03/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONCUTA FUNCIONAL			
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____		Relatório
Julgamento:		Absolvido		Apenação
		Penalidade Prescrita		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
Pena Aplicada:	Arquivamento			
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.027281/2006-02			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço
Número e Data do Ato:	N°. 369/GR/2007			Data: 27/04/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	AUTORIA DE DOCUMENTO FALSO			

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:	RELATÓRIO NÃO APROVADO, PROCESSO "ANULADO", INSTALAÇÃO DE NOVA COMISSÃO					
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.023842/2006-96					
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 398/GR/2007				Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	IRREGULARIDADE EM AFASTAMENTO PARA FORMAÇÃO					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido	X	Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:	ADVERTÊNCIA					
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Número do Processo:	23080.011348/2007-60				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 400/GR/2007			Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	ESCALRECIMENTOS ACERCA DE DECLARAÇÕES CONSTANTES EM PROCESSO				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.013700/2007-00				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 401/GR/2007			Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	APURAÇÃO DE DENÚNCIAS CONTRA DOCENTES				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____		X	Processo Julgado	
Julgamento:		Absolvido		Apenação	X	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.036323/2007-00					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa	
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)	
Número e Data do Ato:	N°. 402/GR/2007			Data: 04/05/2007		
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	IRREGULARIDADE EM AFASTAMENTO					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório	
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.009645/2007/45
---------------------	----------------------

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 403/GR/2007			Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO REFERENTE A NÃO CONCESSÃO DE TÍTULO DE DOUTORADO				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.013119/2007-80				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 412/GR/2007			Data: 08/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena Aplicada:	ADVERTÊNCIA					
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.009085/2007-29					
Tipo Processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 406/GR/2007				Data: 04/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.001738/2005-60					
Tipo Processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 493/GR/2007			Data: 31/05/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	ERRO NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.017165/2007-58				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 582/GR/2007			Data: 29/06/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	X Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.011009/2007-83			
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 584/GR/2007			Data: 29/06/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	APURAÇÃO DE DENÚNCIAS CONTRA DOCENTES DO DISS/CSE/UFSC			
Situação do processo:	X	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____		Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.018522/2005-40			
Tipo Processo:		Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial		X Processo Administrativo-disciplinar

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 690/GR/2007				Data: 20/08/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	DECLARAÇÕES OFENSIVAS					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	X	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.024023/2006-66					
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 688/GR/2007				Data: 20/08/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	IRREGULARIDADE EM AFASTAMENTO PARA FORMAÇÃO					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				X
Julgamento:		Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita				X

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Pena Aplicada:			
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):	

Número do Processo:	23080.026250/2007-15			
Tipo Processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 687/GR/2007		Data: 20/08/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	ALTERAÇÃO DA POSIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/> Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/> Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.052278/2006-19			
Tipo Processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 681/GR/2007		Data: 15/08/2007	
Fato sob	IRREGULARIDADE EM AFASTAMENTO DE SERVIDOR			

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Apuração (descrição sucinta):					
Situação do processo:	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X	Processo Julgado
Julgamento:	Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:	MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.010221/2007-23				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusativa	
		Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo-disciplinar	
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 680/GR/2007			Data: 15/08/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:	Instrução		Indiciamento/Defesa	X	Relatório
	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____				Processo Julgado
Julgamento:	Absolvido		Apenação		Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:	MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.033924/2006-49
------------------------	----------------------

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 768/GR/2007			Data: 25/09/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	IRREGULARIDADE EM AFASTAMENTO DE SERVIDOR				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	X Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.028403/2007-51				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 767/GR/2007			Data: 25/09/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	EXERCÍCIO DE ATIVIDADES IRREGULARES POR DOCENTE				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.007938/2006-15 E ANEXO					
Tipo Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusativa
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 766/GR/2007				Data: 25/09/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONCUTA FUNCIONAL					
Situação do processo:	X	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvido	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):				

Número do Processo:	23080.035891/2007-52				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 851/GR/2007			Data: 31/10/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE IRREGULAR POR DOCENTE				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	X Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):			

Número do Processo:	23080.038335/2007-38				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	N°. 850/GR/2007			Data: 31/10/2007	
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____/____/____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena Aplicada:				
Remessa dos Autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado(R\$):		

Número do Processo:	23080.043373/2007-11				
Tipo Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusativa
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-disciplinar
Ato Instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar)
Número e Data do Ato:	Nº. 874/GR/2007				Data: 20/11/2007
Fato sob Apuração (descrição sucinta):	CONDUTA FUNCIONAL				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Processo encaminhado para Julgamento em ____ / ____ / ____			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvido		Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena Aplicada:					
Remessa dos Autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano Causado ou Estimado (R\$):			

13) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (conforme item 1-1.8 do Anexo da DN-TCU-85/2007)

Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Responsável	CLOVIS CHAVES DE SOUZA	
1	Tortelli Ferragens LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	104,00
2	Teluxtintas Comércio de Tintas LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	57,50

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
3	Rolacenter Comércio de Rolamentos e Retentores LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	46,00
4	Hidrau Mecânica Hidropneumática LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis, Lubrificantes Automotivos.	191,00
5	Eletro Parts Componentes Eletrônicos LTDA ME - Manutenção de bens móveis e imóveis.	39,80
6	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis, materiais de limpeza e higienização.	52,50
7	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	29,70
8	Eletro Parts Componentes Eletrônicos LTDA ME - Material elétrico e eletrônico.	96,00
9	Rebolfer Comercial LTDA - Ferramentas.	171,60
10	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico.	24,00
11	Dominik Comércio Industria e Representação LTDA - Manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material de proteção e segurança, ferramentas.	197,17
12	Comercial de Ferragens Miliun LTDA - Material elétrico e eletrônico.	8,05
13	Hidrau Mecânica Hidropneumática LTDA - Ferramentas.	48,80
14	Dominik Comércio Industria e Representação LTDA - Manutenção de bens imóveis, ferramentas.	71,52
15	Rebolfer Comercial LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	7,00
16	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis, ferramentas.	73,85
17	FEESC Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - Material de processamento de dados.	116,16
18	Eletro Parts Componentes Eletrônicos LTDA ME - Material elétrico e eletrônico.	27,00
19	FEESC Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - Material de processamento de dados.	61,97
20	Eletro Parts Componentes Eletrônicos LTDA ME - Material elétrico e eletrônico.	27,60
21	FEESC Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - Material de processamento de dados.	91,89
22	Rebolfer Comercial LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	38,95
23	WL Hulse Comércio LTDA - Ferramentas.	98,00
24	Casas do Cano LTDA - Material Químico.	30,86
25	Hidrau Mecânica Hidropneumática LTDA - Material para manutenção de veículos.	41,40
26	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	6,81

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
27	Casa da Pintura Comércio de Tintas LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	27,00
28	Loja Dominik LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	51,10
29	FEESC Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - Material de expediente, material de processamento de dados.	70,70
30	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	17,69
31	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico.	116,00
32	Tortelli Ferragens LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	53,00
33	Rebolfer Comercial LTDA - Ferramentas.	36,60
Total		2.131,22
Justificativa		
<p>Os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32 e 33, referem-se a materiais comprados para uso do Setor de Mecânica do NUMA na manutenção de diversos equipamentos (bomba d'água, estufas, compressores de ar, serviço de usinagem etc.) desta UFSC.</p> <p>Os itens 5, 8, 18 e 20, referem-se a compra de componentes eletrônicos para uso em manutenção de equipamentos nos Setores de Informática e Eletro-eletrônicos.</p> <p>Os itens 10 e 31 referem-se a materiais comprados para uso nos Setores de Ótica e Eletro-eletrônicos em manutenção de retro-projetores e projetores de slides.</p> <p>Os itens 17, 19, 21 e 29, referem-se a materiais de uso da Secretaria Administrativa do NUMA que não constam nos estoque do Almoxarifado Central.</p>		
Responsável	JOI CLESTON ALVES	
1	Sayto Comércio de peças para Veículo LTDA-ME - Manutenção e conservação de bens imóveis de outra natureza	185,00
2	Sayto Comércio de Peças para Veículos LTDA-ME - Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	280,00
3	HeideRpeças Distribuidora de auto peças LTDA-ME - material para manutenção de navios e embarcações	375,23
4	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	380,00
5	HeideRpeças Distrib. de Auto Peças Ltda-ME - material para manutenção de navios e embarcações	359,77
6	Luiz Carlos Fraga-Agropecuaria 3 irmãos - Material e medicamentos para uso veterinário	85,00
7	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	48,47
8	Loja Completa-WL Hulse Com.Ltda - Material p/ manutenção de bens imóveis , proteção e segurança e Ferramentas	46,22

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
9	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança, acondicionamento e embalagem	153,85
10	Alenática Comércio de artigos Náuticos LTDA - material para manutenção de navios e embarcações	300,00
11	Alenática Comércio de artigos Náuticos LTDA - material para manutenção de navios e embarcações	280,00
12	Domitek Com. e Assist. Técnica LTDA-EPP - material para manutenção de navios e embarcações	145,85
13	Casa do Pintor-Tintas Rocha LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	150,00
14	Domitek Comércio e Assist. Técnica LTDA-EPP - Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	100,00
15	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	91,00
16	Casa do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	115,00
17	Casa do Pintor-Tintas Rocha LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	80,00
18	Fiberglass Central do Fiberglass Ind. e Comércio LTDA - Material para manutenção de bens móveis	45,00
19	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis e móveis / ferragens	112,20
20	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	106,00
21	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	27,01
22	HeideRpeças Distribuidora de auto peças LTDA-ME - material para manutenção de navios e embarcações	395,00
23	HeideRpeças Distribuidora de auto peças LTDA-ME - material para manutenção de navios e embarcações	390,00
24	Casa do Pintor-Tintas Rocha LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	196,00
25	Casas do Cano LTDA - Mat. p/ manutenção de bens imóveis	27,00
26	Casa do Pintor-Tintas Rocha LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	329,90
27	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Ferragens	10,71
28	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / ferragens	14,57
29	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança	138,70
30	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis, elétrico e eletrônico / ferragens	124,90

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
31	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	10,34
32	Casas do Cano LTDA - Mat. p/ manutenção de bens imóveis	53,60
33	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	58,95
34	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Ferragens	38,20
35	Loja Dominik LTDA - material para manutenção de bens imóveis	285,40
36	Loja Dominik LTDA - material para manutenção de bens imóveis / Ferragens	344,60
37	Casas do Cano LTDA - Material p/ manutenção de bens imóveis	86,00
38	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material de limpeza e de higienização / material elétrico e eletrônico	147,00
39	Domitek Com. e Assist. Técnica LTDA-EPP - Material de processamento de dados	35,00
40	Via Digital Gráfica e Editora LTDA-ME - Serviços de cópias e reprodução de documentos	364,00
41	Coloursystem Laboratório Fotográfico MTDA-EPP - Serviços de audio, video e foto	399,00
42	Coloursystem Laboratório Fotográfico MTDA-EPP - Serviços de audio, video e foto	171,00
43	Via Digital Gráfica e Editora LTDA-ME - Serviços de cópias e reprodução de documentos	23,40
44	Media Tools Com. E Importação LTDA-EPP - Material de expediente / material de processamento de dados	34,40
45	Loja Completa WL Hulse Com. LTDA - Material de limpeza e higienização, para manutenção de bens imóveis/ Ferragens	20,40
46	Casas do Cano LTDA - Material p/ manutenção de bens imóveis	126,50
47	Luminar Comércio e Indústria LTDA - Material elétrico e eletrônico	155,01
48	Loja Completa WL Hulse Com. LTDA - Material elétrico e eletrônico, para manutenção de bens imóveis/ Ferragens	23,50
49	Loja Completa WL Hulse Com. LTDA - Material elétrico e eletrônico	22,50
50	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	30,00
51	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	168,25
52	Loja Completa WL Hulse Com. LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização / Sobressalentes, máquinas e motores de navios e embarcações/ Ferragens	24,64

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
53	Luminar Comércio e Indústria LTDA - Material elétrico e eletrônico	83,71
54	Casas do Cano LTDA - Mat. p/ manutenção de bens imóveis	125,27
55	Casas do Cano LTDA - Mat. p/ manutenção de bens imóveis	14,73
Total		7.937,78
Justificativa		
<p>O projeto Fortaleza da Ilha de Santa Catarina é responsável pela manutenção e conservação de três fortalezas na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina (São José, Santo Antonio e Santa Cruz) sendo que duas delas o único acesso é pelo mar.</p> <p>As despesas efetuadas com o cartão corporativo número 4984 0999 0020 4912 foram exclusivamente para a manutenção e conservação conforme os itens abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Edificações das três fortalezas; Três embarcações baleeiras (usadas para transporte de pessoal da limpeza, vigilância, conservação, bilheteria e portaria); Rede submarina de abastecimento de água; Gerador de energia solar; Maquinas de jardinagem e produtos para dedetização; outros. <p>Os saques efetuados na boca do caixa foram para pagamentos de empresas que não dispõe da máquina de cartão em sua empresa.</p>		
Responsável	CARMELITA SOARES	
1	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	87,09
2	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	63,34
3	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	142,91
4	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	351,77
5	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	183,52
6	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	4,60
7	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	99,44
8	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	61,30
9	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	152,62
10	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	77,57
11	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	76,25
12	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	83,34
13	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	73,23
14	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	91,60
15	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	22,39
16	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	34,43
17	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	16,48
18	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	41,03

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
19	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda - Generos de Alimentação	23,40
20	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	122,43
21	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	100,75
22	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	102,85
23	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	95,59
24	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	122,82
25	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	138,62
26	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	106,76
27	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	129,25
28	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	90,85
29	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	105,53
30	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	7,14
31	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	280,18
32	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação e material de copa e cozinha	304,14
33	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	55,47
34	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	76,02
35	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação e material de copa e cozinha	80,56
36	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	155,77
37	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	126,16
38	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	189,63
39	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação e material de copa e cozinha	164,38
40	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	2,59
41	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	32,81
42	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	316,49
43	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	5,57
44	Comercial Meat Shop Ltda - Generos de Alimentação	211,82
45	A.Angeloni & Cia. Ltda - Material de Copa e Cozinha e generos de alimentação	84,04
46	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	137,03
47	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação e material de copa e cozinha	200,96
48	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação e material de copa e cozinha	266,58
49	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	12,68
50	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	118,72
51	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	75,24
52	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	16,17
53	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	32,37
54	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	103,00
55	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	63,83
56	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	67,62

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
57	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	26,85
58	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	60,24
59	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	75,67
60	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	142,41
61	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	79,68
62	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	120,48
63	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	142,88
64	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	72,21
65	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	114,06
66	A.Angeloni & Cia. Ltda - Generos de Alimentação	128,00
Total		6.951,21
Justificativa		
Material destinado a compra de alimentos para a realização das aulas práticas das disciplinas NTR 5203 – Técnica Dietética I, NTR 5151 – Cálculo e Análise de Dietas para Indivíduos , NTR 5213 Dietoterapia I, NTR5110 Topicos em Nutrição I, NTR 5209- Padrões Alimentares, NTR 5204 Tecnica Dietetica II, NTR 5214 Dietoterapia II e NTR5152 Cálculo e análise de dietas para coletividades do Curso de Nutrição durante o ano letivo.		
Responsável	ALENCAR ANTÔNIO DA CUNHA	
1	Ki-Lojão - Material de Sinalização Visual e afins	15,00
2	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	51,54
3	Supermatec - Material para Manutenção de bens imóveis/Material de Proteção e Segurança	151,00
4	Madereira Tropical Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	120,00
5	Superrosa Ltda - Material de Copa e Cozinha	15,76
6	Papelaria Progresso Ltda - Material de Expediente	135,00
7	Agropecuaria Veneg Ltda - ME - Material de Limpeza	32,00
8	Agrocano Comercio de Materiais - Material de Limpeza	63,00
9	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	109,87
10	Feesc - Material de Expediente	6,60
11	Dist.Industria, Comercio e Serviços Ltda - Material Laboratorial	91,80
12	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis/Ferramentas	11,59
13	Casas do Cano Ltda - Material Elétrico e Eletrônico	31,50
14	Casas do Cano Ltda - Material Elétrico e Eletrônico	28,50
15	Hidrofusos Com. De Mat. De Construção Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	12,50
16	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis/Ferramentas	102,23
17	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	150,50

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
18	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	48,58
19	Sonia Tecidos e Confeccões - Material para Manutenção de bens móveis	158,00
20	Casas do Cano Ltda. - Material de Limpeza/Material Elétrico/Material de Proteção e Segurança	129,90
21	Feesc - Material de Expediente	14,85
22	Feesc - Material de Processamento de Dados	81,00
23	Cia da Embalagem - Material de Limpeza	118,50
24	Camilo João Torquato Mengarda - Material para Manutenção de bens imóveis/Material de Proteção e Segurança	435,84
25	Livrarias Curitiba Ltda - Material de Expediente	62,30
26	Superrosa Ltda - Material Laboratorial	63,11
27	Cia da Embalagem - Material de Limpeza	115,70
28	Casas do Cano Ltda - Material Elétrico e Eletrônico	22,80
29	Casas do Cano Ltda - Material Elétrico e Eletrônico	16,20
30	Cia da Embalagem - Material de Limpeza	35,00
31	Casas do Cano Ltda - Material para Manutenção de bens imóveis	100,00
32	Feesc - Material de Expediente	8,50
33	Feesc - Material de Expediente	16,25
34	Casas do Cano Ltda - Ferramentas	118,62
35	Feesc - Material de Expediente/Material de Processamento de Dados	163,88
36	Casas do Cano Ltda. - Material de Proteção e Segurança	97,60
37	Ilha Mais informatica Ltda - Material de Processamento de Dados	59,00
38	Ilha Mais informatica Ltda - Material de Processamento de Dados	166,00
39	Infogreen - Material de Processamento de Dados	560,00
40	Dist.Industria, Comercio e Serviços Ltda - Material Químico	23,90
41	Soluções em Informatica Ltda.ME - Material de Processamento de Dados	562,00
42	Elite Informatica - Material de Processamento de Dados	110,00
43	Superrosa Ltda - Material de Copa e Cozinha/Material elétrico eletrônico	24,31
44	Soluções em Informatica Ltda.ME - Material de Processamento de Dados	110,00
45	Feesc - Material de Expediente	77,82
46	Casas Do Cano Ltda. - Material de Expediente/Material para Manutenção de bens imóveis	55,95
47	Camilo João Torquato Mengarda - Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos	126,00
48	Supermercados Imperatriz Ltda. - material de copa e	2,80

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
	cozinha	
Total		4.812,80
Justificativa		
<p>Item 1: corresponde a faixa de divulgação de evento da programação de calouros dos cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias.</p> <p>Itens 2, 3, 4, 9, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 31 e 46: material para manutenção do Viveiro Plantas; lona plástica e manilha do fogão Departamento de Engenharia Rural; madeiras utilizadas para conserto telhado viveiro plantas; conserto tampa fossa; material para manutenção Laboratório de Informática para as aulas; conserto torneira com vazamento água; peças para conserto roçadeira; material elétrico para iluminação dos corredores do campus do CCA; cordas utilizadas para poda de árvore evitando que toquem na rede elétrica; feltros para reparação dos murais de ensino; conexões para cano para irrigação na Fazenda Experimental; ferramentas para conserto da pia devido a vazamento na torneira;</p> <p>Itens 7, 8, 23, 27 e 30: aquisição de inseticida para combater infestação de pulgas no Viveiro de Plantas; papel higiênico e lixeira para os banheiros de utilização dos alunos devido a falta no Almoxarifado Central;</p> <p>Itens 6, 10, 21 25, 32, 33, e 45: etiquetas e cola glitter para mala direta dos expedientes administrativos da Direção do CCA; material de expediente para o Laboratório de Informática do CCA para as aulas; pilhas palito para equipamentos do Departamento de Engenharia Rural; material de expediente para agenda das atividades da Direção do CCA;.</p> <p>Itens 5: filtros para atividades administrativas;</p> <p>Itens 11 e 26: material de laboratório para aulas práticas do Departamento de Fitotecnia; material para as aulas práticas da disciplina FITI5607- Fitopatologia do Curso de Graduação em Agronomia;</p> <p>Itens 13, 14 28, 29, 43: reator para conserto iluminação do Departamento de Fitotecnia; lâmpadas não existentes na Prefeitura do Campus para iluminação externa do CCA; bocais para iluminação externa do CCA; pilhas palitos para os equipamentos do Departamento de Engenharia Rural pois até esta data não havia no Almoxarifado Central da UFSC;</p> <p>Itens 22, 35, 37, 38, 39, 41, 42 e 44: cartuchos remanufaturados para Biblioteca Setorial do CCA, o material não existe no Almoxarifado da UFSC; material de processamento de dados para manutenção de equipamentos localizados no Laboratório de Informática do CCA para viabilização das aulas da graduação; toner e cartucho para a impressora da Secretaria do Departamento de Zootecnia; memória para CPU localizada na Secretaria Administrativa do CCA;</p> <p>Itens 20 e 36: cadeados para as lixeiras do CCA;</p> <p>Item 34: brocas para furadeira que é utilizada nos serviços de manutenção do CCA;</p> <p>Item 47: adubo para plantio de milho na Fazenda Experimental para aulas práticas da graduação.</p>		
Responsável	JOSÉ VICENTE DOS SANTOS	
1	Infoboxx Com. De Produtos e Equipamentos de Informática LTDA - Material de processamentod e dados	200,00
2	Media Tools Comércio e Importação LTDA - Material de expediente	75,00
3	JCN Informática - Material de processamento de dados	194,90
4	Ilha Mais Informática - Material de processamento de dados	196,00
5	Floripa Print Informática - Material de processamento de dados	180,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
6	Feitosa Comércio de Eletrônicos LTDA -ME - Material de processamento de dados	154,00
7	Comercial de Ferragens Miliun LTDA - Material de copa e cozinha / material para manutencao de bens imóveis	60,36
8	FEESC Campus universitário - Material de expediente	54,32
9	Ilha Mais Informática - Material de processamento de dados	194,00
10	MC Comércio de Eletro Eletrônco - Material de processamento de dados	190,00
11	Feitosa Comércio de Eletrônicos LTDA -ME - Material de processamento de dados	200,00
12	InfoShop Informática LDTA - Material de processamento de dados	161,50
13	Infoboxx Com. De Produtos e Equipamentos de Informática LTDA - Material de processamentod e dados	130,00
Total		1.990,08
Justificativa		
Item:01: destina-se à Divisão Administrativa (micro computador) Item:02: destina-se às Divisões Administrativa, Projetos e Computação Gráfica Item:03: destina-se à Divisão de Computação Gráfica (Impressora) Item:04: destina-se às Divisões Administrativa e Projetos (Impressoras) Item:05: destina-se às Divisões Administrativa e Computação Gráfica (Impressoras) Item:06: destina-se às Divisões Administrativa e Computação Gráfica (para backup) Item:07: destina-se às Divisões de Computação Gráfica e Administrativa Item:08: destina-se às Divisões Administrativa e Projetos Item:09: destina-se à Divisão de Projetos (Plotter) Item:10: destina-se à Divisão Administrativa (micro computador) Item:11: destina-se às Divisões de Computação Gráfica e Administrativa Item:12: destina-se à Divisão Administrativa (micro computador) Item:13: destina-se à Divisão de Projetos (Plotter)		
Responsável	ANILDO CORREA AGOSTINHO	
1	FEESC - Fund. Ensino de Eng. De Sta. Catarina - mat. Informática	55,68
2	Casas do Cano LTDA - ferramentas e manutenção de bens móveis e imóveis	64,00
3	Primavera Garden Center Ltda - manutenção de bens móveis e imóveis	60,75
4	HL Hulse Com. Ltda - ME - produtos higienização, ferramentas, manutenção de bens móveis, imóveis e material elétrico.	209,00
5	Média Tools Com. Imp. Ltda - material de informática	110,57
Total		500,00
Justificativa		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Os itens acima foram adquiridos com pagamento através de cartão de crédito à vista. Os itens de material de informática são basicamente cartuchos de tintas para impressora, mídia de DVD e CD regravável, itens indisponíveis no Almoxarifado da UFSC e indispensáveis para o funcionamento das atividades administrativas do departamento. Os demais itens são algumas ferramentas adquiridas para o departamento, tais como: trena, alicate, martelo, etc. e também materiais de consumo de uso no Laboratório de Hidráulica. Também foram adquiridos 15 metros de limitador de grama, utilizado no jardim do departamento.		
Responsável	ROGERIO FERREIRA GUERRA	
1	Casas do Cano LTDA - Material de acondicionamento e embalagem, material de copa e cozinha, material de proteção e segurança, ferramentas.	90,48
2	Empresa Catarinense de Supermercados LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização.	23,52
3	FEESC Fundação de Ensino Engenharia de Santa Catarina - Material de processamento de dados.	137,90
4	Comercial de Ferragens Miliun LTDA - Material de copa e cozinha, material elétrico e eletrônico.	63,15
5	Henrique Madeiras e Materiais de Construção LTDA - Manutenção de bens e imóveis.	184,95
6	Empresa Catarinense de Supermercados LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização.	28,41
7	WL Hulse Comércio LTDA ME - Manutenção de bens móveis e imóveis, material de proteção e segurança.	88,65
8	Valle da Informática Comercios e Serviços LTDA - Material de processamento de dados.	100,00
9	FEESC Fundação de Ensino Engenharia de Santa Catarina - Material de expediente.	25,30
10	Dist. Industria, Comércio e Serviços LTDA - Material Farmacológico, material químico.	172,90
11	SESI Serviço Social da Industria - Material de proteção e segurança.	54,68
12	Empresa Catarinense de Supermercados LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização.	82,60
13	FEESC Fundação de Ensino Engenharia de Santa Catarina - Material de expediente, material de processamento de dados.	119,68
14	Casa do Cano LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	111,19
15	Empresa Catarinense de Supermercados LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização.	113,44
16	SESI Serviço Social da Industria - Material de proteção e segurança.	54,68
17	Casas do Cano LTDA - Material de proteção e Segurança, ferramentas.	101,69
18	Daisy Sanches Ramos ME - Material de proces. de	195,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
	dados.	
19	Dist. Industria, Comércio e Serviços LTDA - Material Farmacológico.	196,00
20	System Comércio de Informática LTDA - Material de processamento de dados.	119,00
21	Confecções Finkler Indústria e Com. LTDA - Uniformes, tecidos e aviamentos.	180,00
22	Henrique Madeiras e Materiais de Construção LTDA - Manutenção de bens e imóveis.	148,38
23	Daisy Sanches Ramos ME - Material de processamentos de dados.	195,00
24	Empresa Catarinense de Supermercados LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização.	162,40
25	FEESC Fundação Ensino Engenharia de Santa Catarina - Material de processamento de dados.	55,00
26	Dist. Industria, Comércio e Serviços LTDA - Material farmacológico.	196,00
Total		3.000,00
Justificativa		
<p>Os documentos fiscais mencionados neste relatório dizem respeito ao funcionamento do Laboratório de Psicologia Experimental. Nós trabalhamos com animais (roedores de pequeno porte) e os recursos foram utilizados para atender às necessidades emergenciais da unidade. Com efeito, as despesas foram agrupadas da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) a compra de produtos de limpeza (desinfetantes, sacos de lixo de 100litros e detergentes para os biotérios), 2) itens utilizados rotineiramente em laboratórios dessa natureza (eter, formol, frascos de vidro), 3) renovação do vestuário dos professores e funcionários (guarda-pó), 4) material para pequenos reparos nas instalações (parafusos, madeira, placas de eucatex e pequenas ferramentas) e 5) material de informática (cartuchos reciclados e algumas pastas para arquivos). 		
Responsável	MARLOS TARCÍSIO GERBER	
1	FEESC - Fund. Ensino de Eng. De Sta. Catarina – Material de expediente	121,19
2	Casa do Cano – Material elétrico e eletrônico	242,55
3	Tintas Rocha LTDA – Material de manutenção de bens imóveis	70,00
4	FEESC - Fund. Ensino de Eng. De Sta. Catarina – Material de expediente	13,15
5	FEESC - Fund. Ensino de Eng. De Sta. Catarina – Material de expediente	172,11
6	Valle da Informática Comércio e Serviços LTDA-ME – Material de processamento de dados	371,00
Total		990,00
Justificativa		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
<p>Todo material adquirido ou prestação de serviço foram em caráter emergencial para suprir laboratórios, sala de aula e secretaria do departamento. No almoxarifado setorial (CTC) ou central (UFSC) o material à disposição é muito limitado. Os serviços que a UFSC oferece como, refrigeração, carpintaria, pintura etc, também é limitado, deixando muitas vezes de executar um serviço por falta de peças, material ou mão de obra especializada. Exemplos: a UFSC não disponibiliza instalação de ar condicionado Split, caneta para quadro branco, fechadura para reposição, toner para impressora etc. Informamos ainda que recentemente o departamento passou por reforma.</p>		
Responsável	JAIR JOSÉ ELIAS	
1	Eletro Comercial Santa Rita Ltda - material elétrico eletrônico	172,15
2	Domitek Com. E Assistência Técnica Ltda - manutenção de bens móveis	7,70
3	Comercial Vitória de Armarinhos Ltda. - Material de copa cozinha	56,80
4	Casas das Mangueiras Silvy - manutenção de veículos	20,00
5	Compensados Fernandes Ltda - material para manutenção de bens móveis e imóveis	65,38
6	Casa dos Parabrisas - manutenção de veículos	95,00
7	Casas da Água Materiais para Construção Ltda. - manutenção de bens imóveis	10,18
8	Eletro Comercial Luzemar Ltda - material elétrico eletrônico	138,00
9	Herbivale Prod. Agropecuários e Embalagens Ltda - vasos descartável	90,00
10	Camilo João Torquato Mengarda - EPP - insumos, material para proteção e segurança e conservação de bens móveis	175,50
11	Luciano Materiais de Construção - Manutenção de bens móveis e imóveis	173,15
12	Loja Completa - Ferramentas e manutenção de bens móveis e imóveis	189,94
13	Casas do Cano Ltda. - manutenção de bens móveis e imóveis	200,00
14	Comercial de Ferragens Miliun Ltda. - material de limpeza e higienização	64,20
15	Comercial Stecanela Materiais Elétricos Ltda. - material elétrico e eletrônico	95,00
16	Rebolfer Comercial Ltda. - ferramentas	119,00
17	Casas das Mangueiras Silvy - manutenção de veículos	25,00
18	Cassol Materiais de Construção Ltda.	90,00
19	Sidi Racing Adesivos Especiais Ltda - material para utilização em gráfica	100,00
20	Comercial de Ferragens Miliun Ltda. - material de bens imóveis	19,20
21	Comercial Vitória de Armarinhos Ltda. - Material de limpeza e higienização	51,90

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
22	Comercial Vitória de Armarinhos Ltda. - Material de copa cozinha	27,90
23	Compensados Fernandes Ltda - material para manutenção de bens móveis e imóveis	10,68
24	Eletro Comercial Santa Rita Ltda - material elétrico eletrônico	145,00
25	L.G.A. Tecnologia e Serviços Ltda. - material de informática	52,00
26	Casa da Pintura Com. De Tintas Ltda. - manutenção de bens móveis e imóveis	180,00
27	Compensados Fernandes Ltda - material para manutenção de bens móveis e imóveis	147,36
28	Imagens e Flora Com. De Prod p/ Jardinagem Ltda - terra adubada	147,00
29	Comercial de Ferragens Miliun Ltda - material elétrico e eletrônico e de limpeza e higienização	57,90
30	Luciano Materiais de Construção - Manutenção de bens imóveis	158,00
31	Pantanal Auto Peças - manutenção de veículos	35,00
32	Loja Completa - Ferramentas, manutenção de bens móveis e imóveis e de proteção e segurança	67,70
33	Casas do Cano Ltda. - manutenção de bens móveis e imóveis	5,80
34	Casas de Cano Ltda. - manutenção de bens móveis e imóveis	114,20
35	Casas da Água Materiais para Contrução Ltda. - manutenção de bens imóveis	6,09
36	Compensados Fernandes Ltda - material de expediente	12,50
37	Eletro Comercial Luzemar Ltda - material elétrico eletrônico	150,00
38	Comercial Vitória de Armarinhos Ltda - material de copa e cozinha	12,90
39	WL Hulse Ltda - manutenção de bens imóveis	30,00
40	I M Sens Agropecuária Ltda - material de limpeza e produtos de higienização	5,00
41	Zeus do Brasil Ltda. - material de proteção e segurança	132,00
42	Ricardo Azevedo Bortoli ME - Sementes, mudas de plantas e insumos.	140,00
43	Casas da Água Materiais para Contrução Ltda. - material de limpeza e produtos de higienização.	147,60
44	WL Hulse Ltda - materiais de limpeza e produtos de higienização.	27,20
45	Comercial Stecanela Materiais Elétricos Ltda. - material elétrico e eletrônico	125,00
46	Comercial Stecanela Materiais Elétricos Ltda - Material elétrico e eletrônico.	137,50
47	Comercial de Ferragens Miliun Ltda. - Manutenção de bens imóveis.	82,81

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
48	WL Hulse Ltda. - manutenção de bens imóveis, material elétrico e eletrônico.	175,00
49	Casas da Água Materiais para Construção Ltda. - Manutenção de bens imóveis.	43,40
50	Comercial de Ferragens Milum Ltda. - Manutenção de bens imóveis.	116,87
51	Assistencia Técnica e Comércio Ltda. - Manutenção de bens móveis.	15,00
52	WL Hulse Comércio Ltda. - ferramentas.	18,00
53	Luciano Napoleão Inacio ME - Manutenção de bens imóveis.	121,00
54	Compensados Fernandes Ltda. - ferramentas.	215,80
55	Compensados Fernandes Ltda. - Manutenção de bens imóveis.	16,30
56	I M Sens Agropecuária Ltda - sementes , mudas de plantas e insumos.	186,90
57	G. R. Comércio de Peças Ltda. - Material para manutenção de veículos.	170,00
58	FEESC Fundação de Ensino Engenharia de Santa Catarina - material de expediente.	11,00
59	Luciano Napoleão Inacio ME - Manutenção de bens imóveis.	17,45
60	WL Hulse Comércio Ltda. - ferramentas.	70,00
61	Ilumtec Comercial Ltda. - Material elétrico e eletrônico.	79,30
62	Almeida Comércio de Ferragens Ltda.- ferramentas.	27,00
63	Imagens e Flora Com. De Prod p/ Jardinagem Ltda - terra adubada	180,00
64	Compensados Fernandes Ltda. - manutenção de bens imóveis, ferramentas.	13,38
65	Camilo João Torquato Mengarda - EPP - sementes, mudas de plantas e insumos.	370,00
66	Casas do Cano Ltda. - manutenção de bens imóveis	53,19
67	WL Hulse Ltda. - manutenção de bens imóveis, ferramentas.	127,90
68	Serrano Pneus Ltda. - material para manutenção de veículos.	60,00
69	Casas da Água Materiais para Construção Ltda. - Manutenção de bens móveis.	24,20
70	Compensados Fernandes Ltda. - manutenção de bens móveis.	67,98
71	MP Comércio e Representações Ltda. - Manutenção de bens móveis.	172,00
72	Guarezi Materiais para Construção Ltda. - manutenção de bens imóveis.	380,80
73	Eletro Comercial Schmitt Ltda. - Material elétrico e eletrônico.	117,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
74	Evolução Refrigeração e Assistência Técnica Ltda. - manutenção de bens móveis.	18,00
75	Rebolfer Comercial LTDA - Material para manutenção de bens móveis	34,00
76	Herbivale Agricultura e Meio Ambiente - Material químico / sementes, mudas de plantas e insumo / Ferramentas	172,00
77	Casas do Cano LTDA - Ferramentas / Material de expediente	48,10
78	Luciano Material de Construção-Luciano Napoleão Inácio ME - Material para manutenção de bens imóveis	146,40
79	Casas do Cano LTDA - Ferramentas / Material para manutenção de bens imóveis	149,90
80	Casas da Água Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	44,10
81	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	35,24
82	Rebolfer Comercial LTDA - Material para manutenção de bens móveis / Ferramentas	96,00
83	Luciano Material de Construção-Luciano Napoleão Inácio ME - Material para manutenção de bens imóveis	28,50
84	Eletromar Eletro Com. Schmitt LTDA - Material elétrico e eletrônico	79,20
85	Cassol Centerlar Materiais para Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	13,95
86	Luciano Material de Construção-Luciano Napoleão Inácio ME - Material para manutenção de bens imóveis / Material elétrico e eletrônico	14,00
87	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material elétrico e eletrônico	148,10
88	Casas do Cano LTDA - Material elétrico e eletrônico	47,90
89	Calegari Materiais de Construções LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	13,00
90	Casas do Cano LTDA - Material elétrico e eletrônico	155,00
91	Luciano Material de Construção-Luciano Napoleão Inácio ME - Material para manutenção de bens imóveis	52,00
92	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis /Ferramentas	119,80
93	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material elétrico e eletrônico	27,00
94	Casa dos Para-Brisas-G.R Com. De Peças LTDA-EPP - Material para manutenção de veículos	90,00
95	Ilumitec Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	300,00
96	Imagem e Flora Com. De Prod. Para Jardinagem LTDA-ME - Sementes, mudas de plantas e insumos	390,00
97	Comercial Vitória de Armarinhos LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização	25,80

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
98	Casas da Água Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	113,00
99	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material para manutenção de bem imóveis / ferramentas / Material de proteção e segurança	194,94
100	Rebolfer Comercial LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Ferramentas	90,00
101	Casa dos Para-Brisas-G.R Com. De Peças LTDA-EPP - Material para manutenção de veiculos	100,00
102	FR Com. De Ferragens LTDA-ME - Material para manutenção de bens móveis	20,40
103	Ilumitec Comercial LTDA - Material para manutenção de bens móveis	27,00
104	Camilo João Torquato Mengarda-EPP - Material químico / Material de proteção e segurança	219,00
105	Casa dos Para-Brisas-G.R Com. De Peças LTDA-EPP - Material para manutenção de veiculos	90,00
106	Casas da Água Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	190,20
107	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	228,90
108	Luciano Material de Construção-Luciano Napoleão Inácio ME - Material elétrico e eletrônico	242,00
109	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material de acondicionamento e embalagens / Ferramentas / Material de proteção e segurança	144,40
110	Lucioano Materiais de Construção-Luciano Napoleão Inácio-ME - Material de manutenção de bens imóveis	192,00
111	MP Purificadores de Água - Material para manutenção de bens móveis	86,00
112	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	22,00
113	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	56,55
114	Eletromar Eletro Comercial Schimitt LTDA - Material elétrico e eletrônico	100,50
115	Comercial Stecanela Materiais Elétricos LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	54,00
116	Comercial Vitoria de Armarinhos LTDA - Material de limpeza e produtos e higienização	86,40
117	Guarezi Materiais de Construção LTDA - Ferramentas	29,00
118	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Ferramenta	20,00
119	G.A Carvalho e Cia LTDA- Agropecuaria e Pet Shop - Suprimento de aviação	65,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
120	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Ferramentas / Material elétrico e eletrônico / Material de proteção e segurança / Material para manutenção de bens móveis	210,00
121	Casas da Água Materia para Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	53,00
122	Eletromar Eletro Comercial Schimitt LTDA - Material elétrico e eletrônico	17,00
123	Rebolfer Comercial LTDA - Ferramentas	110,00
124	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	44,80
125	Comercial de Ferragens Milium LTDA - Material para manutenção de bens móveis	42,80
126	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	8,45
127	MP Purificadores de Água - Material para manutenção de bens móveis	172,00
128	Rebolfer Comercial LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	23,80
129	Comercial de Ferragens Milium LTDA - Material para manutenção de bens móveis / Material para limpeza e produtos de higienização	283,55
130	Alvaro Henrique Andriolli-ME- Ciclo bike Trindade - Material para manutenção de bens móveis	30,00
131	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material de acondicionamento e embalagens / Material para manutenção de bens móveis	49,00
132	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	83,98
133	Dimac - Transmartini Materiais para Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	234,00
134	Imagem e Flora Com de Prod. Para Jardinagem LTDA-ME - Sementes, mudas de plantas e insumos	180,00
135	Eletromar Eletro Comercial Schimitt LTDA - Material elétrico e eletrônico	300,00
136	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Material elétrico e eletrônico	92,52
137	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME -Material para manutenção de bens móveis / Material para manutenção de bens móveis	70,00
138	Luciano Materiais de Construção-Luciano Napoleão Inácio-ME - Material de manutenção de bens imóveis	60,00
139	Rebolfer Comercial LTDA - Material para manutenção de bens móveis	12,00
140	Comercial Nova Fase Materiais Elétricos LTDA-ME - Material para manutenção de bens imóveis	164,80

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito cooperativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
141	Camilo João Torquato Nengarda-EPP - Sementes, mudas de plantas e insumos	185,00
142	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	176,99
143	Comercial de Ferragens Milium LTDA - Material de proteção e segurança	171,95
144	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material de proteção e segurança	44,00
145	Guarezi Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	290,00
146	MP Purificadores de Água - Material para manutenção de bens móveis	172,00
147	Ilumitec Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	40,00
148	Comercial Nova Fase Materiais Elétricos LTDA-ME - Material elétrico e eletrônico	64,60
149	Comercial de Ferragens Milium LTDA - Material elétrico e eletrônico / Material de copa e cozinha	53,70
150	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	4,50
151	Luciano Materiais de Construção-Luciano Napoleão Inácio-ME - Material de manutenção de bens imóveis	52,80
152	Casas da Água Materia para Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	48,40
153	Loja Completa WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material para manutenção de bens imóveis / ferramentas	149,00
154	Ilumitec Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico	119,00
155	Comercial de Ferragens Milium LTDA - Material para manutenção de bens móveis	17,30
156	Rebolfer Comercial Ltda - Ferramentas	9,90
157	Eletro Comercial Schmitt Ltda - Material elétrico e eletrônico	56,50
158	Cassol Materiais de Construção Ltda - Material para Manutenção de Bens imóveis	106,50
159	Mp Com.e Representações Ltda. ME - Material para Manutenção de Bens móveis	240,00
160	Compensados Fernandes Ltda. - Material para Manutenção de Bens imóveis	12,65
161	WL Hulse Comércio Ltda. - Material Químico/Ferramentas	58,00
162	Comercial Vitória de Armarinhos Ltda. - Material de Copa e Cozinha	28,00
163	Casas do Cano Ltda. - Material para Manutenção de Bens imóveis	47,90
164	Imagem & Flora Com. De Prod. Para Jardinagem Ltda.ME - Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	189,00
165	WL Hulse Comércio Ltda. - Material para Manutenção de Bens móveis	19,98
166	Eletro Comercial Schmitt Ltda - Material elétrico e eletrônico	58,77

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
167	Cassol Materiais de Construção Ltda - Material para Manutenção de Bens imóveis	142,00
168	Casa Lenzi Acessórios para Móveis e ferragens Ltda. - Material para Manutenção de Bens imóveis	31,00
169	Cassol Materiais de Construção Ltda - Material para Manutenção de Bens imóveis	71,00
Total		16.486,13
Justificativa		
Sendo a Prefeitura Universitária, responsável por todos os serviços pertinentes à manutenção de bens móveis e imóveis, bem como pela conservação de toda a área externa (praças, jardins, estacionamentos, dentre outros), junto ao Campus Universitário / UFSC, os materiais ora adquiridos foram de pronto atendimento, evitando assim paralisação e/ou prejuízo das atividades, uma vez que na ocasião, não dispúnhamos desses materiais em estoque.		

Cartão de Crédito Cooperativo: Série Histórica das Despesas Pagas Mediante Fatura					
Exercício 2005		Exercício 2006		Exercício 2007	
Responsável	Valor	Responsável	Valor em R\$	Responsável	Valor em R\$
NÃO HOUVE SUPRIDO DE CARTÃO		Carmelita Soares	1.874,34	Alencar Antonio da Cunha	4.812,80
				Anildo Correa Agostinho	500,00
				Carmelita Soares	6.951,21
				Clovis Chaves de Souza	2.131,22
				Elci Terezinha de S. Junckes	0,00
				Jair José Elias	16.486,13
				Joi Cletison Alves	7.937,78
				José Vicente dos Santos	1.990,08
				Marlos Tarcísio Gerber	990,00
				Rogério Ferreira Guerra	3.000,00
		Total	1.874,34	Total	44.799,22

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Responsável	CLOVIS CHAVES DE SOUZA	
1	White Martins Gases Industriais LTDA - Gás Argônio	160,00
2	Sirydakís & Sirydakis LTDA ME - Manutenção de bens móveis e imóveis.	155,00
3	Sirydakís & Sirydakis LTDA ME - Manutenção de bens móveis e imóveis.	5,00
4	Oxigênio Florianópolis LTDA - Gás Oxigênio.	50,00
5	Mello & Cia LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	90,00
6	IMC Engenharia de Soldagem, Instrumentação e Automação LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	40,00
7	Comércio de Rolamentos e Retentores LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	12,00
8	Rebolfer Comercial LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	8,90
9	Casa das Lâmpadas Eletro Comercial LTDA - Material elétrico e eletrônico.	11,65
10	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	7,45
11	Oxigênio Florianópolis LTDA - Material Químico.	70,00
12	Strzelecki & Tedesco Com. E Serv. Em Informática LTDA ME - Material de processamento de dados.	40,00
13	Sirydakís & Sirydakis LTDA ME - Manutenção de bens móveis e imóveis.	190,00
14	Dominik Comércio Industria e Representação LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis, material de proteção e segurança.	18,08
15	WL Hulse Comércio LTDA - Manutenção de bens móveis e imóveis.	1,92
Total		860,00
Justificativa		
<p>Os itens 1, 4 e 11, tratam da aquisição de gás (argônio, acetileno e oxigênio) para uso nos equipamentos de solda do Setor de Mecânica do NUMA.</p> <p>Os itens 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14 e 15, referem-se a compra de materiais de uso diverso na manutenção mecânica em bombas, serviço de usinagem entre outros.</p> <p>O item 8 refere-se a material elétrico para uso em manutenção de equipamentos eletro-eletrônicos.</p>		
Responsável	JOI CLETISON ALVES	
1	Dora Goudart Mauricio - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	500,00
2	Barros-Fabricação e Manutenção de Máquinas LTDA - Manutenção e conservação de bens móveis	180,00
3	Dora Goudart Mauricio - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	125,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
4	Auto Elétrica Osvaldo-Osvaldo Barchfeld-ME - Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	260,00
5	Sultractor Comércio de Peças para Tratores LTDA-EPP - Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	885,00
6	Mecânica Zacchi-Fabício Zacchi da Rosa ME - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	50,00
7	Sultractor Comércio de Peças para Tratores LTDA-EPP - Manutenção e conservação de bens móveis de outra natureza	500,00
8	Mecânica Zacchi-Fabício Zacchi da Rosa ME - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	715,00
9	Mecânica Zacchi-Fabício Zacchi da Rosa ME - Manutenção e conservação de bens imóveis	285,00
10	Mecânica Zacchi-Fabício Zacchi da Rosa ME - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	220,00
11	Pick-Up Center - Manutenção e conservação de bem móveis de outra natureza	780,00
12	Loja Completa-WL Hulse Comércio LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	48,20
13	Garra Comércio de Auto Peças LTDA-ME - Sobressalentes, máquinas e motores de navios e embarcações	60,00
14	Agropecuaria Muller-Carmem Maria Pfleger Muller-ME - Material de acondicionamento e embalagem	90,00
15	Loja Dominik LTDA - Sobressalentes, máquinas e motores de navios e embarcações	43,80
16	Scherer S/A Comércio de Autopeças - Sobressalentes, máquinas e motores de navios e embarcações	58,00
17	Oficina Transmotor-Donato Luiz Claudino-ME - Material de cama mesa e banho	190,00
18	Estaleiro do Vidro-Vitor Manoel Lucinda ME - Material de cama mesa e banho	790,00
19	Colorsystem Laboratório Fotográfico LTDA-EPP - Serviço de cópias e reprodução de documentos	20,00
20	Auto Elétrica e Mecânica Osvaldo Barchfeld - Sobressalentes. Máquinas e motores de navios e embarcações	230,00
21	Auto Elétrica e Mecânica Osvaldo Barchfeld - Sobressalentes. Máquinas e motores de navios e embarcações / Material para manutenção de veículos	670,00
22	Brasil Color System-Julio André Vieira Wilson-ME - Material de processamento de dados	100,00
Total		6.800,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Justificativa		
<p>O projeto Fortaleza da Ilha de Santa Catarina é responsável pela manutenção e conservação de três fortalezas na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina (São José, Santo Antonio e Santa Cruz) sendo que duas delas o único acesso é pelo mar.</p> <p>As despesas efetuadas com o cartão corporativo número 4984 0999 0020 4912 foram exclusivamente para a manutenção e conservação conforme os itens abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Edificações das três fortalezas; Três embarcações baleeiras (usadas para transporte de pessoal da limpeza, vigilância, conservação, bilheteria e portaria); Rede submarina de abastecimento de água; Gerador de energia solar; Maquinas de jardinagem e produtos para dedetização; Outros. <p>Sobre a nota fiscal número 00489 da empresa Sultractor o valor ultrapassou em R\$ 85,00, o máximo estipulado para cada nota, pois após a bomba estar desmontada foi obrigado a substituir uma peça chamada "Elemento da Bomba" que custou R\$ 100,00. Não poderíamos deixar a embarcação parada por muito tempo isto acarreta sérios problemas nas escalas de transportes do pessoal da manutenção. Os saques efetuados na boca do caixa foram para pagamentos de empresas que não dispõe da máquina de cartão em sua empresa.</p>		
Responsável	ALENCAR ANTONIO DA CUNHA	
1	Neomap Tecnologia e Informação Ltda - Material de Processamento de Dados	100,00
2	Ecoprinter Medeiros e Hornett Ltda ME/Material de Processamento de Dados	90,00
Total		190,00
Justificativa		
<p>Item 1: corresponde a aquisição de 1 toner para impressora do Departamento de Fitotecnia para atender a continuidade dos serviços acadêmicos e administrativos do referido Departamento.</p> <p>Item 2: corresponde a aquisição 2 Flyback e 1 TSH para manutenção de 2 monitores do Laboratório de Informática do Centro de Ciências Agrárias, aonde são ministradas aulas da graduação.</p>		
Responsável	José Vicente dos Santos	
1	Bazar e Papelaria Barriga Verde LTDA - Material de expediente	61,25
2	Game e Cia - Material de processamento de dados	115,00
3	As Informática - Material de processamento de dados	110,00
4	Casas do Cano LTDA - Material de limpeza e produtos de higienização	16,40
5	Andar Informática LTDA - Material de processamento de dados	200,00
6	As Informática - Material de expediente	90,00
7	KiCópias comércio e Serviços LTDA - Material de processamento de dados	190,00
8	Papelaria Ponte Velha - Material de expediente	39,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
9	Casa do Pintor -Tintas Rocha LTDA - Material de manutenção de bens imóveis	140,00
10	Feitosa Comércio de Eletrônicos LTDA-ME - Material de processamento de dados	26,00
11	FEESC - Campus Universitário Trindade - Material de expediente	7,35
12	WL Hulse Comércio LTDA-ME - Material elétrico e eletrônico	5,00
13	Media Tools Comércio e Impotação LTDA - Material de processamento de dados	8,00
14	Comercial Nova Fase Materiais Elétricos LTDA - Materias elétricos e eletrônicos	32,50
15	As Informática - Strzelecki & Tedesco Com. E Serv. Em Informática LTDA - Materiald e processamento de dados	198,00
16	Compasso LTDA-ME - Material de limpeza e produtos de higienização	200,00
17	MilKoisas - Dilma Terezinha Menezes Gobbi- ME - Material de expediente	126,00
18	Andar Informática LTDA - Material de processamento de dados	200,00
19	KiCópias comércio e Serviços LTDA - Material de processamento de dados	200,00
20	Jan Comércio de Bebidas LTDA - Gêneros de alimentação / material de acondicionamento de embalagens	16,50
21	Hippo Supermercados LTDA - Produtos de limpeza e de higienização	19,00
TOTAL		2.000,00
Justificativa		
Item:01: destina-se às Divisões Administrativa, Projetos e Computação Gráfica Item:02: destina-se à Divisão Administrativa (micro computador) Item:03: destina-se à Divisão Administrativa (impressora) Item:04: destina-se ao ETUSC (limpeza do prédio) Item:05: destina-se à Divisão Administrativa (impressora laser) Item:06: destina-se à Divisão de Projetos Item:07: destina-se à Divisão de Projetos (Plotter) Item:08: destina-se às Divisões Administrativa, Obras e Computação Gráfica Item:09: destina-se à Divisão de Computação Gráfica (reforma da nova sala - material para pintura interna) Item:10: destina-se à Divisão de Computação Gráfica (para backup) Item:11: destina-se à Divisão Administrativa Item:12: destina-se à Divisão de Computação Gráfica (reforma da nova sala - material elétrico) Item:13: destina-se à Divisão Administrativa (monitor LCD) Item:14: destina-se à Divisão de Computação Gráfica (reforma da nova sala - material elétrico) Item:15: destina-se à Divisão de Obras (impressora) Item:16: para uso na porta da entrada principal do prédio do ETUSC Item:17: destina-se à Divisão Administrativa Item:18: destina-se às Divisões Administrativa e Computação Gráfica (impressoras) Item:19: destina-se à Divisões Administrativa (aparelho de FAX)		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Item:20: destina-se à Divisão de Computação Gráfica		
Item:21: destina-se aos banheiros do prédio do ETUSC		
Responsável	ANILDO CORREA AGOSTINHO	
1	Pontual Equipamentos Ltda - material de informática	79,00
2	Média Tools Com. Imp. Ltda - material de informática	46,00
3	Casas do Cano Ltda - material para manutenção de bens móveis e imóveis	15,00
4	Escritolandia Com. De Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda. - material de expediente	100,00
5	Aquinpel - Suprimentos para informática e Escritório e Repres. Comercial Ltda. - material de informática	204,00
6	FEESC - Fund. Ensino de Eng. SC - material de expediente e informática.	56,00
Total		500,00
Justificativa		
Os itens acima foram adquiridos com pagamento em dinheiro, que havia sido sacado, para poder efetuar pagamento de compras cuja entrega foi feita no local de trabalho, de modo a não precisar se deslocar até a loja para efetivar a compra. Os itens adquiridos são basicamente material de informática, tais como cartuchos de tinta para impressora, mídias de DVD e CD gravável, materiais indisponíveis no Almoxarifado da UFSC e imprescindíveis para o funcionamento normal das atividades do departamento. Além dos materiais de informática foram adquiridos 10 bibliocantos para a Biblioteca Setorial do departamento.		
Responsável	MARLOS TARCÍSIO GERBER	
1	Digital Máquinas LTDA – Material de processamento de dados	250,00
2	Casa do Hardware Comércio e Serviços LTDA-ME – Material de processamento de dados	400,00
3	Digital Máquinas LTDA – Material de processamento de dados	360,00
4	JEH Técnica Refrigeração LTDA – Manutenção e conservação de bens imóveis	400,00
5	Digital Máquinas LTDA –Manutenção e conservacao de máquinas e equipamentos	175,00
6	Chaveiro da Trindade – Manutenção e conservação de bens imóveis	300,00
7	Digital Máquinas LTDA – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	80,00
Total		1.965,00
Justificativa		
Todo material adquirido ou prestação de serviço foram em caráter emergencial para suprir laboratórios, sala de aula e secretaria do departamento. No almoxarifado setorial (CTC) ou central (UFSC) o material à disposição é muito limitado. Os serviços que a UFSC oferece como, refrigeração, carpintaria, pintura etc., também é limitado, deixando muitas vezes de executar um serviço por falta de peças, material ou mão de obra especializada. Exemplos: a UFSC não disponibiliza instalação de ar condicionado Split, caneta para quadro branco,		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
fechadura para reposição, toner para impressora etc. Informamos ainda que recentemente o departamento passou por reforma.		
Responsável	JAIR JOSÉ ELIAS	
1	Incovisa Comércio Importação e Exportação Ltda. - manutenção de bens imóveis.	30,00
2	RM Comércio de Materiais Hidraulicos Ltda - Manutenção de bens imóveis.	28,00
3	Casas do Cano Ltda - Manutenção de bens imóveis.	12,00
4	Almeida Comércio de Ferragens Ltda - Manutenção de bens imóveis.	30,00
5	Comércio de Chaves Ltda. - Manutenção de bens imóveis.	150,00
6	AGS Papellaria e Presentes Ltda. - material de expediente.	25,50
7	Nino Moto Comércio de Peças e Acessórios Ltda. - material para manutenção de veículos.	7,80
8	Ferreira & Cia. Ltda. - alimentos para animais.	186,90
9	João Batista Francisco & Cia. Ltda. - Manutenção de bens móveis.	86,00
10	Ferreira & Cia. Ltda. - material químico.	290,00
11	RM Comércio de Materiais Hidraulicos Ltda - Manutenção de bens imóveis.	13,00
12	Comercial de Vidros São Pedro Ltda. - manutenção de bens imóveis.	18,00
13	RM Comércio de Materiais Hidraulicos Ltda - Manutenção de bens imóveis.	13,00
14	Loja dos Reparos-RM Com. De Materiais Hidráulicos LTDA-EPP - Material para manutenção de bens imóveis	52,00
15	Madeira Baía Sul LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	75,00
16	Lupac-Comércio de Peças e Equipamentos LTDA-EPP - Material para manutenção de bens imóveis	12,00
17	Eletromar Eletro Com. Schmitt LTDA - Material elétrico e eletrônico	40,80
18	Corujão Pneus-Python Car Com. E Serv. De Lubrificação LTDA-ME - Material para manutenção de veículos	20,00
19	Vidraçaria Snt Efigênia LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	15,00
20	Guarezi Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	195,00
21	Kammers Sistemas de Segurança - Material para manutenção de bens imóveis	115,00
22	Kammers Sistemas de Segurança - Material de expediente	35,00
23	Vidraçaria Snt Efigênia LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	40,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
24	Ivan Matos IM Refrigeração - Material para manutenção de bens móveis	175,00
25	Ivan Matos IM Refrigeração - Material para manutenção de bens móveis	25,00
26	Ivan Matos IM Refrigeração - Material para manutenção de bens móveis	60,00
27	Improjel Impermeabilizações-Rebello e Lacerda LTDA-ME - Material para manutenção de bens imóveis	340,00
28	RM Com. De Materiais Hidraulicos LTDA-ME - Material para manutenção de bens imóveis	120,00
29	Ivan Matos-IM Refrigeração - Material para manutenção de bens imóveis	195,00
30	Bella Tintas Comercial LTDA-ME - Material para manutenção de bens imóveis	390,00
31	Francisco João Martins HabKost - Material para manutenção de veículos	180,00
32	Guarezi Materiais de Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	120,00
33	Coderplast Representações Comerciais LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	6,00
34	White Martins Gases Industriais LTDA - Gás de outros materiais engarrafados	126,00
35	White Martins Gases Industriais LTDA - Gás de outros materiais engarrafados	243,00
36	Kammers Sistemas Eletrônicos de Segurança LTDA-ME - Material de expediente	70,00
37	EPAGRI - Material para manutenção de bens imóveis	10,00
38	Compensados Fernandes LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	4,51
39	Vidraçaria Snt. Efigênia LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	40,00
40	White Martins Gases Industriais LTDA - Gás de outros materiais engarrafados	243,00
41	Ivan Matos-IM Refrigeração - Material para manutenção de bens móveis	185,00
42	Loja dos Reparos Com. De Materiais Hidráulicos LTDA-EPP - Material para manutenção de bens imóveis	170,70
43	Casas Da Água Materia para Construção LTDA - Material de proteção e segurança	56,79
44	Madreira Baía Sul Ltda. - Material para Manutenção de Bens imóveis	50,00
45	Bella Tintas Comercial Ltda. ME - Material para Manutenção de Bens imóveis	180,00
46	Vidraçaria Sta. Efigênia Ltda. - Material para Manutenção de Bens imóveis	15,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Total		4.495,00
Justificativa		
Empresas cujo material era específico de determinada atividade e que não operavam com cartão, onde pela urgência ou não paralisação das rotinas inerentes aos setores desta Prefeitura / UFSC, os saques ocorreram no sentido tão somente de agilizar tais procedimentos.		
Responsável	ELCI TEREZINHA DE SOUZA JUNCKES	
1	Livros e Cia - Ana da Cunha Pereira-EPP - Material de processamento de dados	400,00
2	Centerlabsc Comércio de Produtos Laboratoriais LTDA - Material educativo e esportivo	93,00
3	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	19,25
4	Livros e Cia - Ana da Cunha Pereira-EPP - Material de expediente	8,40
5	Casas do Cano LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	162,50
6	Casas do Cano LTDA - Material elétrico e eletrônico	109,90
7	Casas da Água Materiais pra a construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	123,30
8	Casas da Água Materiais pra a construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Material de copa e cozinha	152,00
9	Ilha Dental LTDA - Material para manutenção de bens imóveis	143,70
10	Casas da Água Materiais para Construção LTDA - Material para manutenção de bens imóveis / Material elétrico e eletrônico	94,50
11	Quimilabor Comércio de Produtos Químicos e Diagnósticos LTDA - Material laboratorial	14,00
12	Minimercado Alternativo - Djalma Antonio Pauli-ME - Gêneros de Alimentação	139,70
13	Chaveiro da Trindade-Comércio de Chaves e Ferragens LTDA-ME - Manutenção e conservação de bens imóveis	380,75
14	Chaveiro da Trindade-Comércio de Chaves e Ferragens LTDA-ME - Manutenção e conservação de bens imóveis	57,00
15	Alexplot, Plotagens-Cristona Maria Correa Garcia-ME - Serviços Gráficos	35,00
16	Ponto de Taxi AV.Herval - Transporte de Servidores	64,00
17	Taxi ponto nº 20 Aeroporto Maringa - Transporte de Servidores	60,00
18	InfoGreen-Daisy Sanches Ramos-ME - Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	398,00
19	Chaveiro da Trindade-Comércio de Chaves e Ferragens LTDA-ME - Serviços tecnicos profissionais	30,00

Cartão de Crédito Cooperativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007		
Item	Descrição da ocorrência	Valor R\$
Total		2.485,00
Justificativa		
<p>Item 01 - Cartuchos – O material foi adquirido para suprir necessidades emergenciais na reposição dos cartuchos do Fax da secretaria da PRPG e das impressoras das Secretarias dos Cursos de Pós-graduação em Eng. Ambiental, Educação Física e Matemática</p> <p>Item 02 – Material de laboratório - O material foi utilizado para realização de pesquisas de disciplina do Programa de Pós-graduação em Eng. Química coordenado pela professora Mara Quadri.</p> <p>Item 03 – Lavatório de plástico - Material adquirido para atender necessidades do Programa de Pós-graduação em Física</p> <p>Item 04 – Grampos para grampeador - Material adquirido em caráter emergencial para utilização na secretaria da PRPG e DPG considerando a falta do produto na ocasião no estoque da PRPG.</p> <p>Item 05 e Item 06 - Material elétrico - Material adquirido em caráter de urgência para viabilizar reparos na rede elétrica do laboratório de Eng. de Produção.</p> <p>Item 07 – Mola automática - Reposição de peça defeituosa na entrada do laboratório de Patologia de Espécies do Programa de Pós-graduação em Aqüicultura</p> <p>Item 08 – Banqueta, Rebitador - Melhoria na infra-estrutura do laboratório de Patologia e Espécies Aquáticas do Curso de Pós-graduação em Aqüicultura.</p> <p>Item 09 – Cimento Relix Material utilizado para viabilizar pesquisas de doutorando do Programa de Pós-graduação em Odontologia.</p> <p>Item 10 - Material elétrico/eletrônico - Material utilizado pelo programa de Pós-graduação em Aqüicultura para manutenção do Laboratório de Nutrição de Espécies Aquáticas.</p> <p>Item 11 – Material de Laboratório - Material para experimentos relacionados a dissertação de mestrado de aluno do Programa de Pós-graduação e Aqüicultura.</p> <p>Item 12 – Gêneros Alimentícios – Matéria prima perecível, utilizada nos experimentos da dissertação de aluno para o desenvolvimento de produtos minimamente processados (mix de tomate, maçã, cenoura e banana).</p> <p>Item 13 e 14 - Chaveiro – Pagamento referente conserto de fechaduras tetra e troca de segredo dos programas de pós-graduação em Eng. Química , Urbanismo História e Arquitetura da Cidade e Arquitetura</p> <p>Item 15 – Pôster - Serviço de confecção de pôster para apresentação de trabalho em evento de aluno do programa de pós-graduação e Engenharia Química</p> <p>Item 16 e 17 – Recibo de táxi - Despesas referente transporte da professora Sônia Silva Marcon participante de banca de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Enfermagem.</p> <p>Item 18 – Manutenção de equipamentos – Conserto de duas Impressoras Laser, em caráter emergencial, com reposição de peças. (tombamentos números 0415 e 27384).</p> <p>Item 19 – Chaveiro – Conserto de uma fechadura tetra do Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas.</p>		

Cartão de Crédito Cooperativo: Série Histórica dos Saques Efetuados					
Exercício 2005		Exercício 2006		Exercício 2007	
Responsável	Valor	Responsável	Valor em R\$	Responsável	Valor em R\$
NÃO HOUVE SUPRIDO DE CARTÃO		Carmelita Soares	0,00	Alencar Antonio da Cunha	190,00
				Anildo Correa Agostinho	500,00
				Carmelita Soares	0,00
				Clovis Chaves de Souza	860,00
				Elci Terezinha de S. Junckes	2.485,00
				Jair José Elias	4.495,00
				Joi Cletison Alves	6.800,00
				José Vicente dos Santos	2.000,00
				Marlos Tarcísio Gerber	1.965,00
				Rogério Ferreira Guerra	0,00
		Total	0,00	Total	19.295,00

Suprimento de Fundos Exercício 2007		
Suprido	Agência/Conta Corrente	Valor em R\$
Clóvis Chaves de Souza	1453-2 333493-7	2.000,00
Gilberto Luz Glória	1453-2 333380-9	18.694,10
Heloisa Cristina Martins Amaral	1453-2 333953-X	22.000,00
Jair José Elias	1453-2 333946-7	7.999,26
José Vicente dos Santos	1453-2 333374-4	6.000,00
Juan José Caruso	1453-2 333369-8	11.604,24
Maurício Gerber da Silva	1453-2 333378-7	44.057,67
Mércia Pereira	1453-2 333521-6	15.484,05
Pedro José dos Anjos	1453-2 333376-0	33.520,87
Rogério Ferreira Guerra	1453-2 333383-3	2.000,00
Total		163.360,19

14) Recomendações de Órgãos de Controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Tribunal de Contas da União

Todas as diligências, inspeções, comunicações, instruções e determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (SECEX-SC, SECEX-6, SECEX-RN, SEFIP, SEFTI e SEGECEX), encaminhadas à Auditoria Interna da UFSC, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da Universidade.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Para o encaminhamento de informações requeridas e determinações, a foram expedidos memorandos às unidades internas da UFSC, bem como a coordenação e a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades desta Universidade, comunicando medidas adotadas, além de também disponibilizar documentos originais solicitados.

Segue uma síntese das determinações emanadas do TCU, com os respectivos encaminhamentos e providências tomadas no exercício de 2007. Ao final de cada uma das determinações, constam as pendências existentes, para as quais deverão ser fornecidas respostas conforme indicado. Deverá ainda ser informado se surgiram outros fatos no que tange aos casos em tela.

Setor – Data da Sessão: TCU – Segunda Câmara	Data da Sessão: 07/08/2003	Processo nº TC 002.868/2001-8
Tipo de Documento – Nº: ACÓRDÃO nº 1290/2003	Natureza: Pedido de Reexame	
Interessado: Pedro Paulo Rosa		
Sumário: Pedido de reexame interposto contra a Decisão nº 441/2002 - Segunda Câmara - TCU. Conhecimento. Negado provimento. Pagamento de horas extras incorporadas judicialmente quando o servidor era celetista. Incompatibilidade com a Lei nº 8.112/90. Preservação do direito à irredutibilidade remuneratória. Orientação. Comunicação.		
Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Reitor em exercício da Universidade Federal de Santa Catarina, em favor do Sr. Pedro Paulo Rosa, contra a Decisão nº 441/2002 - Segunda Câmara - TCU, que considerou ilegal sua aposentadoria e negou registro ao respectivo ato. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9. conhecer o presente Pedido de Reexame, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92, para, no 1 mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a Decisão nº 441/2002 - Segunda Câmara - TCU; 9. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que expeça novo ato concessório em que 2 conste o enquadramento do Sr. Pedro Paulo Rosa após o advento da Lei nº 8.112/90, bem como os aumentos que lhe foram concedidos, permitindo-se a apuração, no momento de sua aposentadoria, da existência de vantagem pessoal nominalmente identificada decorrente da decisão judicial que lhe deferiu a incorporação das horas extras, em respeito à garantia de irredutibilidade remuneratória; 9. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao 3 Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Sr. Pedro Paulo Rosa. ▸ <u>Decisão nº 441/2002 – TCU – 2ª Câmara:</u> 8. Considerar ilegal a aposentadoria concedida em favor do Sr. Pedro Paulo Rosa, 2 recusando registro ao ato.		

<p>8. Determinar à UFSC que proceda à suspensão dos pagamentos indevidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação desta Decisão, conforme determina o § 1º, do art. 191, do Regimento Interno do TCU, dispensando o ressarcimento das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula 106 da Jurisprudência do TCU.</p>
<p>Providências em 2007:</p> <p>1. Ofício nº 383/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Para conhecimento e acompanhamento dessa Secretaria, encaminhamos, em anexo, cópia dos documentos, abaixo citados, que demonstram as ações em andamento para cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC-002.868/2001-8 (Acórdãos nºs 441/2002 e 1290/2003, ambos da 2ª Câmara), relacionadas ao servidor Pedro Paulo Rosa (instituidor de pensão – hora-extra): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fls. 47 a 61 do Volume Nº de Ordem 1 do Processo TC-002.868/2001-8; ▪ Fls. 44 a 76 do Volume PRINCIPAL do Processo TC-002.868/2001-8. Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos. <p>2. Ofício nº 114/AUDIN/2007 à CGU-R/SC, com o seguinte teor:</p> <p>Para conhecimento e acompanhamento da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 383/GR/2007, de 20/08/2007, dirigido à SEFIP/TCU, acompanhado dos anexos nele citados, que demonstram as ações em curso para cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC-002.868/2001-8, relacionadas ao servidor Pedro Paulo Rosa (instituidor de pensão – hora-extra).</p> <p>3. Despacho da AUDIN, de 20/08/2007, às fls.79 do Volume “PRINCIPAL” do Processo TC-002.868/2001-8, com o seguinte teor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ciente. 2. Feita juntada aos autos dos Ofícios nºs 383/GR/2007 (fls. 77) e 114/AUDIN/2007 (fls. 78), remetidos à SEFIP/TCU e à CGU-R/SC, respectivamente, cientificando estes órgãos de controle sobre as providências em andamento no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União. 3. Devolva-se à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS para acompanhamento e providências que vierem a se fazerem necessárias. <p>Pendência(s): <u>Horas-Extras</u> Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).</p>

<p>Setor:</p> <p>SEFIP</p>	<p>Nº Processo:</p> <p>TC 002.121/1997-2</p>
<p>Tipo de Expediente – Nº – datado de:</p> <p>Ofício nº 1476/2005-SEFIP – de 20/05/2005</p>	<p>Natureza:</p> <p>Comunicação / Acórdão</p>
<p>Assunto:</p> <p>Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 537/2005 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e Voto, exarado na Sessão de 11.05.2005, Ata 16/2005 – Plenário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acórdão nº 537/2005 – TCU – Plenário:</u> Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária de 11/5/2005, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar à Sefip que: 	

- 1.1 solicite junto à Universidade Federal de Santa Catarina o processo TC 007.735/2003-0, relativo à aposentadoria do Sr. Rogério Goulart, juntamente com o seu processo convencional, para posterior verificação da aplicação do § 2º do art. 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, devendo a instrução ser feita no processo de aposentadoria;
- 1.2 comunique à Universidade Federal de Santa Catarina que, em relação ao Ofício n.º 617/DRH/2004, os procedimentos para o cumprimento das determinações emanadas do Tribunal de Contas da União deverão ser definidos pela Universidade, com o apoio de sua Consultoria Jurídica e, se necessário, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atendo-se aos limites das deliberações proferidas; e
- 1.3 encaminhe os presentes autos à Secretaria de Recursos para o exame de admissibilidade dos recursos, com posterior envio à Secretaria-Geral das Sessões para sorteio de novo Relator.

▶ Acórdão n.º 2.092/2004 – TCU – Plenário:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Inspeção realizada na área de pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em que se examinam nessa etapa processual Embargos de Declaração opostos à Decisão n. 703/2002 e ao Acórdão 1169/2004 - TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 conhecer, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;
- 9.2 encaminhar o presente processo à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, para fins de avaliação da aplicabilidade do disposto no art. 260, § 2º, do Regimento Interno, bem assim para que se manifeste sobre a solicitação contida no expediente de fls. 06/08 - Anexo I, encaminhado pela Diretora do Departamento de Recursos Humanos da UFSC;
- 9.3 dar ciência desta deliberação ao interessado.

▶ Acórdão n.º 1.169/2004 – TCU – Plenário:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame da Decisão n. 703/2002 - Plenário, relacionada à Inspeção realizada na área de pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei n. 8.443/92, conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos a Decisão n. 703/2002 - Plenário - TCU;
- 9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente;
- 9.3 determinar à Secex/SC que, além da Deliberação acima indicada, verifique também o cumprimento da determinação contida no subitem 8.2.1 da Decisão n. 433/2001 - Plenário, tendo em vista que, mediante pesquisa junto ao Sisac, não foi encontrado o registro do ato de concessão da aposentadoria ao Sr. Rogério Goulart, publicado em novembro de 1996.

▶ Decisão n.º 433/2001 – TCU – Plenário:

Tribunal de Contas da União, em Sessão Plenária, face as razões expostas pelo Relator, DECIDE:

- 8.1 tornar sem efeito o estabelecido no item A.11 da deliberação adotada pela 2.ª Câmara desta Corte na Sessão de 14.5.1998 relativamente à Relação n.º 37/98 de responsabilidade do Ministro Valmir Campelo;
- 8.2 determinar:
 - 8.2.1 à Universidade Federal de Santa Catarina que em prazo de 15 dias:
 - a adote as providências necessárias a que se disponibilize no SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões todos os atos de admissões, concessões de aposentadorias e pensões, nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 16/97, para exame e registro;
 - b instrua os respectivos processos destacados, com os laudos de Junta Médica Oficial que fundamentaram a reversão ao quadro dos ativos, em 1993, e a aposentadoria, em 1996, da servidora Helena Laudelina Ferreira, conforme disposto no art. 25 da Lei n.º 8.112/90, para posterior deliberação desta Corte sobre a validade dos atos administrativos referidos;
 - 8.2. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, deste Tribunal, que inclua na sua programação para o

- 2 2.º semestre de 2001, inspeção na Universidade Federal de Santa Catarina para verificar o cumprimento dos itens A.2, A.5 e A.9 da deliberação adotada pela 2.ª Câmara deste Tribunal na Sessão de 14.5.1998 concernentes à Relação n.º 37/98 de responsabilidade do Ministro Valmir Campelo, bem como relativamente à contida no subitem b do item 8.2.1 desta deliberação, devendo as instruções e propostas de mérito serem inseridas nos respectivos processos destacados.

► Decisão n.º 703/2002 – TCU – Plenário:

Os Ministros de Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em face do exposto pelo Relator decidem:

- 8.1 reiterar à Universidade Federal de Santa Catarina parte das determinações fixadas nos itens A.5 e A.9 da Deliberação adotada pela 2.ª Câmara deste Tribunal mediante a Relação n.º 37/98 (Ata n.º 14) nos seguintes termos:

- a) rever a Portaria de inativação de Norberto Czernay, considerando que a concessão das vantagens previstas no art. 192, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, somente são devidas a partir de 19.4.91;
- b) alterar a Portaria n.º 1.248/96, de 23.9.96, fazendo constar que o então servidor Rogério Goulart foi nomeado para o cargo de Professor Titular, devendo o mesmo ser exonerado do cargo anteriormente ocupado (motivo da vacância: posse em outro cargo inacumulável);
- c) realizar levantamento dos demais casos semelhantes aos itens acima, aos quais deverão ser aplicados os mesmos procedimentos.

- 8.2 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo referido no item 8.4, adote as seguintes providências:

- a) rever a aposentadoria de Rogério Goulart, ressaltando a possibilidade de essa prosperar no cargo imediatamente anterior exercido ou de o ex-servidor retomar ao trabalho para complementar o tempo de serviço necessário à conclusão do estágio probatório no cargo de Professor Titular, conforme entendimento já firmado neste Tribunal (n.º 388/95, Plenário, Ata n.º 36; n.º 62/97, 1.ª Câmara, Ata n.º 7; n.º 38/2001, 1.ª Câmara, Ata n.º 7; n.º 5/2002, 1.ª Câmara, Ata n.º 1);
- b) utilizar o mesmo procedimento para casos semelhantes;
- c) submeter a estágio probatório, observando todas as formalidades inerentes a esse período, todos os professores que passarem a ocupar o cargo de Professor Titular, mesmo que já pertencentes ao quadro da UFSC;
- d) informar acerca do trânsito em julgado com ação rescisória da sentença, concernente aos servidores que obtiveram na Justiça o direito à incidência do artigo 192, II, da Lei n.º 8.112/90 sobre outras vantagens;

- 8.3 dispensar o ressarcimento dos valores relativos aos arts. 192 e 193 a Norberto Czernay e Ademar de Souza, respectivamente, bem como de casos semelhantes.

- 8.4 encaminhar à Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado de Santa Catarina, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, documentos que comprovem o atendimento às determinações acima;

- 8.5 informar ao atual Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina que o não atendimento a deliberação deste Tribunal, enseja aplicação da multa prevista no inciso IV do art. 58 da Lei n.º 8.443/92.

- 8.6 encaminhar cópia da presente Deliberação, acompanhada do Relatório/Voto que a fundamenta, ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina como subsídio ao seu cumprimento.

► Acórdão n.º 1.086/2005 – TCU – Plenário (Relação 25/2005 – Ata 30/2005):

VISTOS e relacionados estes autos de Pedidos de Reexame em processo de Relatório de Auditoria, interpostos pelos interessados contra o Acórdão 1169/2004 - Plenário, o qual conheceu e negou provimento ao Pedido de Reexame movido pela Universidade Federal de Santa Catarina, mantendo-se os exatos termos da Decisão 703/2002 - Plenário.

Considerando que os recorrentes insurgem-se contra as determinações contidas nos subitens 8.1, alínea 'c', 8.2, alíneas 'b' e 'c', da Decisão 703/2002 - Plenário, segundo as quais foi ordenado à Universidade Federal de Santa Catarina a realização de levantamento de todos os casos assemelhados aos verificados nos autos, relativos à área de pessoal, com vistas à adoção das seguintes medidas corretivas: rever as Portarias de inativação de servidores aposentados, no sentido de considerar devida a vantagem prevista no art. 192, inciso II, da Lei 8.112/90, somente a partir de

19/4/1991; alterar Portarias de nomeação de servidores que, porventura, tenham sido investidos no cargo de Professor Titular, devendo os mesmos serem exonerados dos respectivos cargos anteriormente ocupados; rever as aposentadorias de servidores que tenham sido inativados em cargos para os quais não tenham implementado as condições de estabilidade, devendo retornar ao trabalho a fim de complementar o tempo de serviço necessário à conclusão do estágio probatório ou, havendo possibilidade, aposentarem-se nos respectivos cargos anteriormente ocupados nos quais tenham adquirido estabilidade; submeter a estágio probatório, observando as formalidades inerentes a esse período, todos os professores que passarem a ocupar o cargo de Professor Titular, mesmo que já pertençam ao quadro da Universidade Federal de Santa Catarina;

Considerando que os apelantes carecem de legitimidade para ingressar no feito, tendo em vista que as determinações recorridas foram genéricas e não trataram de questões subjetivas referentes aos mesmos, havendo o Tribunal exercido a chamada jurisdição objetiva;

Considerando que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é assente em não admitir recursos interpostos contra determinações de cunho genérico e objetivo, sob pena de inviabilizar o exercício do controle externo, a exemplo dos Acórdãos 2.835/2004 - Primeira Câmara, 1.707/2004 - Plenário, 1.997/2004 - Plenário e 76/2005 - Plenário;

Considerando a hipótese de as determinações recorridas estarem, por via indireta, afetando a situação dos interessados, o que não é verdade, já que os casos concretos apontados nas peças recursais não foram enfrentados pela deliberação atacada, ainda assim, a eventual admissibilidade e exame de mérito dos pedidos de reexame em tela implicariam supressão da instância a quo para cada um dos recorrentes, violando o devido processo legal e os meios a ele inerentes;

Considerando a ausência do interesse de agir por parte dos recorrentes, haja vista não estarem presentes a utilidade e a necessidade da via recursal, uma vez que os apelantes terão oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa perante a Universidade Federal de Santa Catarina, no momento em que se concretizar, no âmbito daquela entidade da Administração Pública, a sucumbência de cada um dos interessados, por meio da revisão dos respectivos atos administrativos que venham a ferir pretensos direitos subjetivos;

Considerando que o prejuízo que os recorrentes possam sofrer depende da emissão de ato administrativo por parte da entidade à qual foram dirigidas as determinações recorrentes;

Considerando, por fim, o parecer da unidade técnica, no sentido de não conhecer dos recursos em epígrafe;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 279 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 não conhecer do Pedido de Reexame;

9.2 dar ciência deste Acórdão aos recorrentes.

Providências em 2007:

1. Ofício nº 125/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Para conhecimento e acompanhamento dessa Secretaria, encaminhamos, em anexo, cópia dos documentos, abaixo citados, que demonstram as ações em andamento para cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC-002.121/1997-2, relacionadas ao Prof. Rogério Goulart:
 - Resumo das deliberações no Processo TC-002.121/177-2;
 - Fls. 01 a 33 do Processo nº 23080.002041/2007-78;
 - Parte do Memorando nº 20/PRDHS/2006 à AUDIN;
 - Ofício nº 014/PRDHS/2005 à SRH/MPOG;
 - Ofício nº 511/GR/2005 ao AS/SEFIP/TCU
 - Ofício nº 549/GR/2005 ao TCU;
 - Ofício nº 550/GR/2005 ao TCU.
- Segue também cópia do Ofício nº 088/GR/2007, dirigido a essa Secretaria, referente ao Processo TC-856.705/1998-5, prestando informações atinentes às ações em curso quanto às determinações relacionadas ao pagamento da URP/fev/89 (26,05%).
- Relação dos documentos apensados ao Ofício nº 088/GR/2007:
 - Memorando nº 33/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 10534/06 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – TRT - 12ª Região;
 - Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006, de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- DECISÃO – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – TRF - 4ª Região;
 - Ofício nº 508/07 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – TRT - 12ª Região;
 - Ofício nº 003/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Ofício SDI nº 17/07 – TRT - 12ª Região;
 - LIMINAR – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
2. Ofício nº 057/AUDIN/2007 à CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Para conhecimento e acompanhamento dessa Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 125/GR/2007, de 30/03/2007, dirigido à SEFIP/TCU, acompanhado dos anexos nele citados, que demonstram as ações em curso para cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC-002.121/1997-2, relacionadas ao Prof. Rogério Goulart.
3. Despacho da AUDIN no Processo nº 23080.002041/2007-78, com o seguinte teor:
- 1. Ciente.
 - 2. Feita juntada aos autos dos Ofícios remetidos à SEFIP/TCU (fls. 34 a 67) e à CGU-R/SC (fls. 68), cientificando estes órgãos de controle sobre as providências em curso no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União no Processo TC-002.121/1997-2, relacionadas ao Prof. Rogério Goulart.
 - 3. Devolva-se ao Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – DDAP/PRDHS para acompanhamento e providências que vierem a se fazerem necessárias.
 - Em 30 de março de 2007.
4. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Professor Titular

Face ao comunicado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 14/03/2006, informar se:

- a) a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG apresentou resposta ao Ofício nº 014/PRDHS/2005;
- b) o Tribunal de Contas da União se manifestou em relação ao Ofício nº 550/GR/2005 (apensado ao Ofício nº 549/GR/2005).

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 016.067/2003-5
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 1616/2005-SEFIP – de 06/06/2005 (Recebido em 16/06/2006)	Natureza: Acórdão
Assunto: <p>Encaminha, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 981/2005–TCU–1ª Câmara, bem como do Relatório e Voto, prolatado na Sessão de 24.05.2005, Ata 16/2005 – Plenário.</p> <ul style="list-style-type: none">• <u>Acórdão nº 981/2005–TCU–1ª Câmara:</u> VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio de seu Reitor, Prof. Lúcio José Botelho, contra o Acórdão 809/2004, proferida pela 1ª Câmara em Sessão de 13/04/2004 (Ata 11/2004). ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 conhecer do presente Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei n. 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do acórdão recorrido;9.2 informar à interessada de que a dispensa de ressarcimento (item 9.2 do acórdão recorrido), nos termos do Enunciado n. 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do Acórdão recorrido, devendo, portanto, serem devolvidos os valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, nos termos do artigo 46 da Lei n. 8.112/1990, haja vista o improvimento do presente recurso;9.3 determinar à Secretaria de Pessoal - Sefip que acompanhe o cumprimento do item 9.2 supra;	

9.4 dar ciência desta deliberação à interessada.

► Acórdão nº 809/2004 – TCU – 1ª Câmara

Vistos, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de Maria Gelsleichter Felisberto (fls. 01/05), Matilde Rassveller Melmestet (fls. 06/10) e Tania Bigio Monteiro dos Santos (fls. 11/15), antigas servidoras da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443/92, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar ilegais os atos concessórios de fls. 01/05 e 06/10, negando-lhes registro;

9.2 dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelas interessadas, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3 determinar à entidade de origem que:

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos de fls. 01/05 e 06/10, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3. expeça novos atos concessórios, fazendo constar apenas o valor, caso ainda subsista, da vantagem pessoal a que fariam jus as inativas no momento da aposentadoria, considerando, para tanto, o enquadramento original no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/91, bem como os acréscimos remuneratórios subsequentes;

9.3. passe a adotar o entendimento manifestado na presente decisão para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92;

9.4 considerar legal o ato de fls. 11/15, ordenando registro;

9.5 determinar à Sefip que verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2, supra.

Providência em 2007:

1. Ofício nº 159/GR/2007 datado de 18/04/2007, ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, com o seguinte teor:

▫ Encaminhamos a Vossa Senhoria cópia das fls. 46 a 73 dos autos do volume “Principal” do Processo nº TC-016.067/2003-5, que demonstram a continuidade das providências no âmbito desta Universidade para cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão 809/2004-TCU-1ª Câmara, mantido pelo Acórdão 981/2005-TCU-1ª Câmara – referente à concessão de aposentadoria em favor de MARIA GELSLEICHTER FELISBERTO e MATILDE RASSVELLER MELMESTET.

Memorando nº 068/PRDHS/2007 datado de 16/04/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

▫ Completando as informações do memorando 083/PRDHS/2005, às páginas 37, 38 e 39 deste processo, levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria que após consulta dirigida à Procuradoria Federal junto à UFSC, acerca do contido no despacho exarado pela COGJU/DENOP/SRH/MP, e cujo encaminhamento foi referendado pelo Procurador Chefe daquela Procuradoria, providenciamos as alterações de acordo com a orientação expedida por aquele Órgão (doc. 1).

▫ Entretanto, com o objetivo de atender à solicitação contida no ofício nº 2171/2006/SEFIP/3ª DT, reiteramos à Procuradoria Federal em Santa Catarina, através do Ofício nº 038/PRDHS/2006, consulta no sentido de como proceder em relação à determinação do ofício em referência (doc. 2).

▫ Tendo em vista a manifestação daquela Procuradoria, de imediato esta Pró-Reitoria encaminhou aos interessados, ofício dando conhecimento do inteiro teor do assunto em tela, informando ainda, a fim de assegurar-lhes os preceptivos constitucionais e em caso de seus interesses, o prazo para, nos termos da legislação vigente, exercerem o contraditório e a ampla defesa, e posteriormente adotarmos as medidas operacionais/administrativas ao fiel cumprimento da determinação daquele Tribunal (doc. 3).

▫ Todavia, em 27.09.2006, foi protocolado nesta Pró-Reitoria, documento de procedência do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, no sentido de dar conhecimento à UFSC da Decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 2006.04.00.028086-2.

- Em resposta da consulta à Procuradoria Federal em Santa Catarina, através do ofício nº 050/PRDHS/2006, sobre o documento daquele Sindicato, manifesta aquela Procuradoria que “descabe, no momento, quaisquer providências sobre a alteração e/ou supressão das denominadas horas-extras” (doc. 4).
- Por fim, em atendimento à solicitação do Memorando-Circular nº 01/Audin/2007, concernente ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, esta Pró-Reitoria, através do Ofício nº 006/PRDHS/2007, solicitou à Procuradoria Federal em Santa Catarina informação quanto a permanência da decisão proferida nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.04.00028086-2/SC (doc. 6).

Ofício nº 006/PRDHS/2007 de 23/02/2007, ao Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, com o seguinte teor:

- Com os nossos cumprimentos, dirigimo-nos a Vossa Excelência, para solicitar dessa Douta Procuradoria, informar se a decisão proferida nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2, proposto pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, permanece tendo efeito.

Ofício nº 191/07 – PFSC/PGF/AGU de 14/03/2007, ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social, com o seguinte teor:

- Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Senhoria, para conhecimento e devidas providências, o dossiê do processo nº 2006.72.00.009358-8, com a Nota Técnica nº 05/07/PFSC/PGF/AGU de 14 de março de 2007, da lavra da Drª Luciana de Moliner, devidamente anexada.

Nota Técnica nº 05/PFSC/PGF/AGU datada de 14/03/2007, com o seguinte teor:

- O Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social da UFSC, por meio do Ofício nº 006/PRDHS/2007, solicita seja informado se a decisão prolatada nos autos do agravo de instrumento nº 2006.04.00.028086-2/SC ainda possui efeito.
- O agravo de instrumento em referência foi interposto nos autos da ação ordinária nº 2006.72.00.009358-8, em razão do pedido de antecipação dos efeitos da tutela ter sido indeferido pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Florianópolis.
- Em consulta processual realizada no site da Justiça Federal de Santa Catarina e Tribunal Regional Federal da 4ª Região constatou-se que:
- a) o pedido de efeito suspensivo foi negado pelo Relator do Agravo de Instrumento e, posteriormente, em análise de pedido de reconsideração, o Juiz Márcio Antônio Rocha reconsiderou a decisão de fls. 825/826 e deferiu o pedido de antecipação da tutela para manter o pagamento da verba discutida até o julgamento do mérito da ação ordinária;
- b) nos autos da ação ordinária nº 2006.72.00.009358-8, já foi apresentada contestação pela UFSC e União e em 08/03/2007 os autos foram conclusos ao Juízo para prolação de sentença.
- Então, até que seja prolatada sentença de mérito na ação ordinária, permanece surtindo efeito a decisão do TRF da 4ª Região nos autos do agravo de instrumento nº 2006.04.00.028086-2, que manteve o pagamento da verba discutida.

Pendência(s):

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC-016.599/2002-8
Tipo de Expediente - Nº - datado de: Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU – de 22/02/2006 (Recebido em 01/03/2006)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: 1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 267/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/02/2006, Ata 4/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o	

- Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.
3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.
- Acórdão nº 267/2006–TCU–1ª Câmara:
- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC contra o Acórdão nº 2.097/2004-TCU-1ª Câmara, pelo qual o Tribunal de Contas da União considerou ilegal a concessão da aposentadoria em favor de Renato Carlson, com recusa do registro, tendo em vista a inclusão, nos respectivos proventos, de parcela destacada a título de URP/fevereiro/1989 (26,05%), em face de decisão judicial, afora o não-atendimento do requisito temporal exigido pra aposentadoria especial de professor (30 anos como tal), dada a utilização de tempo de serviço prestado como auxiliar de ensino.
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
- 9.1 com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, conhecer do presente Pedido de Reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão recorrido;
- 9.2 em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, orientar a entidade de origem, no sentido de que a concessão em referência poderá prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novo ato, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002;
- 9.3 dar conhecimento deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado e à entidade recorrente, alertando esta última de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2 do Acórdão atacado limita-se à ciência daquela deliberação pelo beneficiário, devendo, portanto, a Universidade Federal de Santa Catarina adotar providências para a reposição de valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990;
- 9.4 determinar à SEFIP que acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior (9.3), representando ao Tribunal, caso necessário.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
- Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
- ~~ACÓRDÃO Nº 01/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
- Pendência(s)
- Auxiliar de Ensino: Foi solicitado à PFSC informação conforme documentos. (Anexo1)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
- Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
- Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
- Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
- Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

- Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
- (...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
 - Anexo 1
 - Ofício nº 007/PRDHS/2007.
 - Anexo 2
 - Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
 - Anexo 3
 - Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
 - Anexo 4
 - Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
 - Anexo 5
 - Ofício nº 003/PRDHS/2007.
 - Anexo 6
 - Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

 - 3. Memorando nº 79/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações do memorando nº 020/PRDHS/2006, segue anexo documentos correspondentes aos itens abaixo relacionados:
 - ~~Acórdão nº 914/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU
 - Auxiliar de Ensino: Anexo 1

(...)

 - 4. Ofício nº 108/AUDIN/2007, datado de 21/05/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 79/PRDHS/2007, de 02/05/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 79/PRDHS/2007:
 - ANEXO 1 – Auxiliar de Ensino
 - DOSSIÊ AUXILIAR – Processo nº 2004.72.00.018093-2.

(...)

 - 5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a

anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

▸ Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa e ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Auxiliar de ensino:

Informar se a liminar concedida a partir do Mandado de Segurança nº 2004.72.00.018093-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – Anexo 1 do Memo nº 79/PRDHS/2007).

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Setor: TCU – Primeira Câmara	Data da Sessão: 07/03/2006	Processo nº TC 853.959/1997-8
Tipo de Documento – N°: Acórdão nº 434/2006	Natureza: Pedido de Reexame	
Interessado: Recorrente: Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC		
Teor do Acórdão: <ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio do prof. Lúcio José Botelho, Reitor da UFSC, contra o Acórdão nº 693/2004, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 06/04/2004 (Ata 10/2004).▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 conhecer do Pedido de Reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;9.2 informar à recorrente que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, no entanto, serem ressarcidos os valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos, por não mais estar caracterizada a presença da boa-fé;9.3 orientar a Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de que as presentes concessões podem prosperar desde que excluída do cálculo dos proventos a parcela questionada, devendo, nesse caso, serem emitidos novos atos concessórios e submetidos à apreciação deste Tribunal, conforme previsto nas normas próprias;9.4 dar ciência desta deliberação à recorrente, encaminhando-lhe cópia dos correspondentes relatório e voto.▸ <u>Acórdão nº 693/2004 – TCU – 1ª Câmara:</u><ul style="list-style-type: none">▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Ivonete Ize, Jeanete Maristela, Márcia Peterson Hofmann, Marco Antônio Castelli e Willy Arno Sommer, recusando o registro dos atos de fls. 01/02, 03/04, 05/06, 07/08 e 09/10;9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 01/10, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU nº 44/2002;9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 01/10) podem prosperar, após a exclusão da parcela relativa a URP, no percentual de 26,05%, e emissão de novos		

atos concessórios, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU
 Pendência(s)
 (...)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
 Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
 Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
 Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
 Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
 Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
 ACÓRDÃO Nº 434/2006
 Pendência(s):
 - URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ – Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
 (...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
 (...)
 - Anexo 2
 - Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
 - Anexo 3
 - Ofício nº 014/GR/2007;

- Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
- Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
- Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
- Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

3. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa e ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<ul style="list-style-type: none"> ▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007; • Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; • Ofício nº 50/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 53/PRDHS/2007; (...) ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26,05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 015.862/2003-8
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 756/2006-SEFIP/TCU – de 20/03/2006 (Recebido em 27/03/2006)	Comunicação
Teor do Ofício: <ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V.M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 436/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 07/03/2006, Ata 6/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. ▸ <u>Acórdão nº 436/2006-TCU-1ª Câmara:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio de seu Reitor, Prof. Lúcio José Botelho, contra o Acórdão nº 3.034/2004, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 30/11/2004 (Ata 41/2004). ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 conhecer do presente Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos do acórdão recorrido; 9.2 informar à recorrente que a dispensa de ressarcimento (item 9.2 do acórdão recorrido), nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do Acórdão recorrido, devendo, portanto, serem devolvidos os valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, haja vista o improvimento do presente recurso; 9.3 determinar à Secretaria de Pessoa – Sefip que acompanhe o cumprimento do item 9.2 supra; 9.4 dar ciência desta deliberação à recorrente. ▸ <u>Acórdão nº 3.034/2004-TCU-1ª Câmara:</u> <ol style="list-style-type: none"> 9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Lourenço Albino Neto, constante às fls. 06/10, negando-lhe o registro; 9.2 dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário do ato impugnado, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal; 	

9.3 determinar à entidade de origem que expeça novo ato concessório, fazendo constar, no tocante à parcela alusiva a horas extras, apenas o valor, caso ainda subsista, da vantagem pessoal a que faria jus o beneficiário, a título de irredutibilidade de vencimentos, no momento da concessão da aposentadoria, considerando, para tanto, o enquadramento original do servidor no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/1991, bem como os acréscimos remuneratórios subsequentes;

9.4 determinar à SEFIP que verifique a implementação da medida consignada no item 9.3 supra.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
OFÍCIO Nº 756/2006 – SEFIP/TCU
Pendências:
- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7).
(...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
(...)
 - Anexo 7
 - Ofício nº 006/PRDHS/2007.
3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
OFÍCIO Nº 756/2006 – SEFIP/TCU
Pendência(s):
- Horas-Extras: Anexo 1
(...)
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
(...)
5. Despacho do Ministro Relato Marcos Vinícios Vilaça, datado de 28/05/2007, às fls. 103 do Volume Principal do TC-015.862/2003-8, com o seguinte teor:
 - Tendo em vista a informação da Conjuração de que a Advocacia-Geral da União já tomou as providências necessárias à preservação da eficácia da deliberação desta Corte de Contas, encaminhe-se o presente processo à Sefip, com vistas à sua restituição ao órgão de origem.
 - Apensada cópia da capa e das fls. 89 a 102 do Volume Principal do TC-015.862/2003-8.

Pendência(s):

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Data da Sessão:	Nº Processo
TCU – Primeira Câmara	21/03/2006	TC 007.481/2003-7
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 605/2006	Pedido de Reexame	
Interessado:		
Recorrentes: Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Kathia Regina Lemos Jucá, Hiroichiro Takashima, Aceli Catarina Simas Ulbricht e Elaine Gonçalves Martins.		
Teor do Acórdão:		
<div><div>▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão de pensão civil a beneficiários vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, nos quais foram interpostos Pedidos de Reexame contra o Acórdão nº 2.953/2004-TCU-1ª Câmara, que julgou ilegais atos de concessão de pensão civil, por preverem o pagamento destacado de parcelas relativas à URP de fevereiro de 1989 e a horas-extras incorporadas na vigência do regime celetista, bem assim a transformação de benefício previdenciário em pensão estatutária, por meio da integralização do benefício concedido a ex-servidores falecidos sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, antes da implantação do Regime Jurídico Único.</div><div>▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</div><div><div>9.1 com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos por Kathia Regina Lemos Jucá, Hiroichiro Takashima, Aceli Catarina Simas Ulbricht, Elaine Gonçalves Martins e pela Universidade Federal de Santa Catarina, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do Acórdão nº 2.953/2004-TCU-1ª Câmara;</div><div>9.2 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que a aplicação da Súmula TCU nº 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, conforme o item 9.2 do Acórdão recorrido, limita-se, no tempo, à data em que aquela Entidade tomou ciência do referido Acórdão, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;</div><div>9.3 orientar a Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de que, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, para que sejam submetidos á apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU;</div><div>9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o antecedem e fundamentam, à Entidade de origem e aos Recorrentes.</div></div><div><div>▸ <u>Acórdão nº 2.953/2004 – TCU – 1ª Câmara:</u></div><div><div>9.1 considerar ilegais os atos concessórios de fls. 01/65 e 69/78, de interesse de Carmem Maria Anselmo, Marli Stadler, Valéria Stadler, Juliano Stadler, Carlos Eduardo Stadler, Pietro Martins Silva, Lua Amora Silva, Elaine Gonçalves Martins, Robson José Marques, Patrícia Maria Marques, Hiroichiro Takashima, Aceli Catarina S. Ulbricht, Elisa Ulbricht, Heloísa Ulbricht, Ilson José Soares, Gabriela Soares, Ivan Lohmann Soares, Maria Bernadete da Silva, Ana Paula da Silva, Janaína Aparecida da Silva, Cristiano Carlos Rachadel, Mariana Cristina Rachadel, Maria Tereza Macaneiro, Vinícius Alexandre Gonçalves, Elizabete Laurindo de Andrade, Luiz Carlos de Andrade Junior, Eliza de Andrade, Alexsandra Messila de Andrade, Margareth Niehues de Farias Schutel, Soraia Schutel, Mariana Schutel, Henrique de Farias Schutel, Marli Terezinha Costa, Simone Pereira Costa, Liene Maura Góis Peixoto, Juliana Góis Peixoto, Maria Otília da Silva, Mylene Maria da Silva, Kátia Regina Lemos Jucá, Henrique César Lemos Jucá, Patrícia Regina Lemos Jucá, Guilherme Viana Wolitz Ferreira, Paulo Frederico Wolitz Ferreira Junior, Valdiria Odete Ferreira, Leide Davana Ferreira, Elsa</div></div></div></div>		

<p>Vieccili Santos e Marlene di Bernardi Milis, negando-lhes registro;</p> <p>9.2 dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelos interessados, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;</p> <p>9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3. relativamente às pensões de fls. 12/15, 19/22, 27/31, 32/34, 38/41, 46/49, 54/57 e 62/65,</p> <p>2 expeça novos atos concessórios em substituição aos originais, fazendo constar dos respectivos proventos apenas o valor, caso ainda subsista, da vantagem pessoal a que fariam jus os interessados - a título de irredutibilidade de vencimentos - no momento da concessão do benefício, considerando, para tanto, seu enquadramento original no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/91, bem como as compensações decorrentes dos acréscimos remuneratórios subseqüentes;</p> <p>9.3. passe a adotar o entendimento manifestado na presente deliberação para todos os casos</p> <p>3 similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92;</p> <p>9.4 determinar à SECEX-SC e à SEFIP que verifiquem a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 supra.</p>	<p>Providências em 2007:</p> <p>1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:</p> <p>▫ Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:</p> <p>ACÓRDÃO Nº 91/2006 – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU</p> <p>Pendência(s)</p> <p>(...)</p> <p>- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.</p> <p>Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).</p> <p>Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).</p> <p>Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).</p> <p>Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).</p> <p>Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).</p> <p>(...)</p> <p>OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU</p>
--	--

Pendência(s):

- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

ACÓRDÃO N° 605/2006

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ - Ofício n° 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício n° 756/2006/SEFIP/TCU;
- Transformação de benefício previdenciário em pensão estatutária: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 8).

(...)

2. Ofício n° 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando n° 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular n° 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando n° 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício n°: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício n° 014/GR/2007;
 - Ofício n°67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento n° 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício n°: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício n° 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício n° 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI n° 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício n° 006/PRDHS/2007.

Anexo 8

- Ofício n° 010/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando n° 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Complementando as informações contidas no Memorando n° 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular n° 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

(...)

ACÓRDÃO N° 605/2006

Pendência(s):

- Horas-Extras: Anexo 1

(...)

4. Ofício n° 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Em aditamento ao Memorando n° 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício n° 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando n° 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no

RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.

- Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1

- Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).

(...)

5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.

- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.

- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.

- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.

- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.

- (...)

- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.

- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:

- Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;

(...)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26.05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Transformação de Benefício Previdenciário em Pensão Estatutária

Face ao citado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, informar se as decisões judiciais que amparam a transformação em questão permanecem tendo efeito (Ofício nº 010/PRDHS/2007 dirigido à PFSC/PGF/AGU).

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 856.444/1998-7
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 0807/2006-SEFIP/TCU – de 23/03/2006 (Recebido em 30/03/2006)	Acórdão
Teor do Ofício:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V.M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 442/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 07/03/2006, Ata 6/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. 	
<p>▸ <u>Acórdão nº 442/2006-TCU-1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 2.511/2004-TCU-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegais as aposentadorias de Adalberto Nienkotter, Alauri Félix, Armando José Lenzi, Átila Alcides Ramos, Augusto César Zeferino, Dedivaldir Marques da Silva, Divonete Luíza Ramos, Eda Jezuína dos Santos Pinheiro, Estevão Roberto Ribeiro, Leocy Alves, Maria Antonina da Cunha, Maria Zélia da Silva, Maurícia Vieira Ferreira e Rui Born da Silva, negou registro aos respectivos atos e efetuou as determinações de praxe à unidade jurisdicionada. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48, c/c o art. 33 da Lei nº 8.443/92 e no art. 286 do Regimento Interno, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 conhecer dos presentes Pedidos de Reexame para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 2.511/2004-TCU-Primeira Câmara; 9.2 orientar novamente a entidade de origem, em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, no sentido de que as concessões em referência poderão prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste Tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002; 9.3 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina, de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos interessados, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990; 9.4 determinar à SEFIP que acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário; 9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o 	

fundamentam, aos recorrentes.

► Acórdão nº 2.511/2004–TCU–1ª Câmara:

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Adalberto Nienkotter, Alauri Felix, Armando Jose Lenzi, Atila Alcides Ramos, Augusto Cesar Zeferino, Devivaldir Marques da Silva, Divonete Luiza Ramos, Eda Jezuina dos Santos Pinheiro, Estevao Roberto Ribeiro, Leocy Alves, Maria Antonina da Cunha, Maria Zelia da Silva, Mauricia Vieira Ferreira e Rui Born da Silva, recusando o registro dos atos de fls. 1/4, 9/20, 27/30 e 33/40;
- 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
- 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, se ainda não o fez, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 1/4, 9/20, 27/30 e 33/40, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU 44/2002;
- 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões ora consideradas ilegais (atos de fls. 1/4, 9/20, 27/30 e 33/40) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, os quais devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s)

(...)

- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do

- Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
- (...)
- OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU
- Pendência(s):
- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)
- (...)
- OFÍCIO Nº 0807/2006 – SEFIP/TCU
- Pendência(s):
- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
 - Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.
- (...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
- (...)
- Anexo 2
- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 3
- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- Anexo 4
- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 5
- Ofício nº 003/PRDHS/2007.
- Anexo 6
- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 7
- Ofício nº 006/PRDHS/2007.
- (...)
3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
- Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
- (...)
- OFÍCIO Nº 0807/2006 – SEFIP/TCU
- Pendência(s):
- Horas-Extras: Anexo 1
- (...)
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar

referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.

- Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1

- Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).

(...)

5. Relação nº 45/2007 – TCU – 1ª Câmara – Sessão de 14/08/2007 – Ata 27/2007

Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara:

- Considerando que, por meio do Acórdão 2511/2004 - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 28/9/2004 e inserido na Ata nº 34/2004 - Primeira Câmara, os atos de aposentadorias dos interessados infra-relacionados foram considerados ilegais, negando-se-lhes os registros correspondentes, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno do TCU;
- Considerando que, em Sessão de 17/11/2004, o Plenário desta Corte, mediante o Acórdão 1824/2004, exarado no TC 001.168/2004-0, firmou o entendimento de que a Medida Provisória nº 146/2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.855/2004, regularizou o pagamento da parcela relativa ao PCCS aos servidores enquadrados no art. 2º da referida lei, tornando regular, por consequência, a inclusão daquela vantagem nos seus respectivos atos de aposentadoria;
- Considerando que tal entendimento, a partir dos Acórdãos nºs 92/2005 e 1.475/2005, ambos do Plenário, evoluiu no sentido de que, não só o adiantamento do PCCS, mas também outras vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, nestas incluída a Unidade de Referência de Preços (URP), foram regularizadas pela citada lei;
- Considerando que no sobredito Acórdão 1824/2004, o Plenário, em acatamento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizou, excepcionalmente, que os processos de aposentadoria e os recursos, envolvendo pagamento da referida vantagem, sejam considerados legais em sede de relação;
- Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 14/8/2007, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado:
- Interessados: ADALBERTO NIENKOTTER; ALAURI FELIX; ARMANDO JOSE LENZI; ATILA ALCIDES RAMOS; AUGUSTO CESAR ZEFERINO; DEIVALDIR MARQUES DA SILVA; DIVONETE LUIZA RAMOS; EDA JEZUINA DOS SANTOS PINHEIRO; ESTEVÃO ROBERTO RIBEIRO; LEOCY ALVES; MARIA ANTONINA DA CUNHA; MARIA ZELIA DA SILVA; MAURICIA VIEIRA FERREIRA; RUI BORN DA SILVA..
- Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

6. Despacho do Chefe de Gabinete do Ministro Augusto Nardes), de 16/08/2007, no Volume nº de Ordem "PRINCIPAL" do Processo TC 856.444/1998-7 (00223.000121/2004-79) com o seguinte teor:

- A Primeira Câmara proferiu deliberação, nesta data, sobre a matéria em apreço, acordando, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão, à vista dos pareceres emitidos e em conformidade com o proposto pelo Relator, Ministro AUGUSTO NARDES, no Acórdão nº 2322 da Relação nº 45, inserida na Ata nº 27, Sessão de 14/8/2007.

7. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item "A", informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele

Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.

- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Contradição:

Acórdão nº 442/2006–TCU–1ª Câmara:

Nega provimento ao Pedido de Reexame, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 2.511/2004-TCU-1ª Câmara, que considera ilegais as aposentadorias concedidas no Processo TC 856.444/1998-7..

Relação nº 45/2007 – TCU – 1ª Câmara – Sessão de 14/08/2007 – Ata 27/2007 (Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara):

Considera legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria no Processo TC 856.444/1998-7.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 856.706/1998-1
Tipo de Expediente - Nº - datado de: Ofício nº 1027/2006-SEFIP/TCU – de 18/04/2006 (Recebido em 25/04/2006)	Natureza: Acórdão
<p>Teor do Ofício:</p> <ol style="list-style-type: none"> Encaminhamos a V.M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 882/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 12/04/2006, Ata 11/2006. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>► Acórdão nº 882/2006-TCU-1ª Câmara:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Paulo Tadeu Matos, Antônio Carlos da Conceição, Edson Costa, Zoleima Silva Vieira, Gregório José Lohn, Lilia Maria Oliveira Carioni, Maria da Conceição Fernandes Teixeira e Zenaide Borba Carreirão, recusando o registro dos atos de fls. 3/18; 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU; 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação: <ol style="list-style-type: none"> 9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (fls. 3/18), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal; 9.3.2 comunique aos interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.4 determinar Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIP que: <ol style="list-style-type: none"> 9.4.1 oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 3/18) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios para os interessados, escoimados das irregularidades apontadas neste processo, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; 9.4.2 proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário. 	
<p>Providências em 2007:</p> <ol style="list-style-type: none"> Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar: ACÓRDÃO Nº 91/2006 – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU Pendência(s) (...) - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito 	

suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s):

- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

(...)

OFÍCIO Nº 1027/2006 – SEFIP/TCU

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 01/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;

- Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
- Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
OFÍCIO Nº 1027/2006 – SEFIP/TCU
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Anexo 1
(...)
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
(...)
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/SeFip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.

▫ (...)

▫ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.

▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:

- Ofício nº 46/PRDHS/2007;
- Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
- Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
- Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
- Ofício nº 50/PRDHS/2007;
- Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
- Ofício nº 53/PRDHS/2007;

(...)

▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Primeira Câmara	19/04/2006	TC 856.440/1998-1
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 931/2006	Pedido de Reexame	
Interessados:		
Recorrentes: Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Carlos Alberto Moritz, Paulo de Castro Brandeburgo, Zelita da Silva Souza, Antonio Pereira Oliveira, Carmem Aide Hermes, Martinho Sonntag, Nilton Hausmann, Rogério Nichele Rocha e Egon Steiner.		
Teor do Acórdão:		
<div><div><div>▫</div><div>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto por Carlos Alberto Moritz, Paulo de Castro Brandeburgo, Zelita da Silva Souza, Antonio Pereira Oliveira, Carmem Aide Hermes, Martinho Sonntag, Nilton Hausmann, Rogério Nichele Rocha, Egon Steiner e pela Universidade Federal de Santa Catarina contra o Acórdão nº 2.508/2004-TCU, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 28/09/2004 (Ata nº 34/2004).</div></div><div><div>▫</div><div>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:</div></div><div><div>9.1</div><div>conhecer dos presentes pedidos de reexame, com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se em seus exatos termos o</div></div></div>		

acórdão recorrido;

- 9.2 informar à Universidade Federal de Santa Catarina e aos recorrentes que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do referido acórdão recorrido, devendo, no entanto, serem ressarcidos os valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;
- 9.3 orientar a Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de expedir novos atos concessórios em que constem os enquadramentos dos ex-servidores Osni Silva, Maria de Lourdes Soares, Braulo Venâncio Cardoso, Leandro Manoel da Silva, Stela Maris Buchele, Jorge Carlos de Souza, Ari Bonifácio Belo, Tereza Trindade Borges e Iliete Roberge da Silva após o advento da Lei nº 8.112/90, bem como os aumentos que lhes foram concedidos, permitindo-se a apuração, no momento da aposentadoria, da existência de vantagem pessoal nominalmente identificada decorrente da decisão judicial que lhes deferiu a incorporação das horas extras, em respeito à garantia de irredutibilidade remuneratória;
- 9.4 dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina, encaminhando-lhes cópia deste acórdão, inclusive os respectivos relatório e voto que o fundamentam.
 - Acórdão nº 2.508/2004-TCU-1ª Câmara:
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Antonio Carlos Gandolfi Dutra, Antonio Pereira Oliveira, Ari Bonifacio Belo, Braulo Venancio Cardoso, Carlos Alberto Moritz, Carmem Aide Hermes, Egon Steiner, Iliete Roberge da Silva, Jorge Carlos de Sousa, Leandro Manoel da Silva, Maria de Lourdes Soares, Martinho Sonntag, Nilton Hausmann, Osni Silva, Paulo de Castro Brandeburgo, Rogerio Nichele Rocha, Stela Maris Buchele, Tereza Trindade Borges e Zelita da Silva Souza, recusando o registro dos atos de fls. 1/38;
 - 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
 - 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, se ainda não o fez, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 1/38, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU 44/2002;
 - 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões ora consideradas ilegais (atos de fls. 1/38) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, os quais devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 01/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
 Pendência(s)
 (...)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
 Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho

de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s):

- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

(...)

ACÓRDÃO Nº 931/2006

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~. Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.
(...)
- 3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
ACÓRDÃO Nº 931/2006
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Anexo 1
(...)
- 4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
(...)
- 5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<p>8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.</p> <ul style="list-style-type: none">▫ (...)▫ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:<ul style="list-style-type: none">▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:<ul style="list-style-type: none">• Ofício nº 46/PRDHS/2007;• Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;• Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;<ul style="list-style-type: none">▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;• Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;• Ofício nº 50/PRDHS/2007;• Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;• Ofício nº 53/PRDHS/2007;(...)▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
<p>Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26,05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007). <u>Horas-Extras</u> Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).</p>

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Primeira Câmara	19/04/2006	TC 856.441/1998-8
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 932/2006	Pedido de Reexame	
Interessados:		
Recorrentes: Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, André Wendhausen Pereira Filho, Roberto Maciel Cascaes, Alongo Marques Silva, Masayoshi Hangai, Regina Flemming Damm, Denia Maria Zanatta Brandeburgo e Ana Maria Ribeiro Cascaes.		
Teor do Acórdão:		
<div>▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase processual, de pedidos de reexame interposto por André Wendhausen Pereira Filho, Roberto Maciel Cascaes, Alonso Marques Silva, Masayoshi Hangai, Regina Flemming Damm, Denia Maria Zanatta Brandeburgo, Ana Maria Ribeiro Cascaes e pela Universidade Federal de Santa Catarina contra o Acórdão nº 2.509/2004-TCU, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 28/09/2004 (Ata nº 34/2004).</div> <div>▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:</div> <div>9.1 conhecer dos presentes pedidos de reexame, com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se em seus exatos termos o acórdão recorrido;</div>		

- 9.2 informar à Universidade Federal de Santa Catarina e aos recorrentes que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do referido acórdão recorrido, devendo, portanto, serem ressarcidos os valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;
- 9.3 orientar a Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de expedir novos atos concessórios em que constem os enquadramentos dos ex-servidores Antônio Carlos da Silva, Antônio Carlos Fortunato Goulart, Marcos Marques Agapito, Odete Maria de Jesus e Osvaldo Ivo Barbosa após o advento da Lei nº 8.112/90, bem como os aumentos que lhes foram concedidos, permitindo-se a apuração, no momento da aposentadoria, da existência de vantagem pessoal nominalmente identificada decorrente da decisão judicial que lhes deferiu a incorporação das horas extras, em respeito à garantia de irredutibilidade remuneratória;
- 9.4 dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina, encaminhando-lhes cópia deste acórdão, inclusive os respectivos relatório e voto que o fundamentam.
- Acórdão nº 2.509/2004-TCU-1ª Câmara:
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
- 9.1 considerar legal a aposentadoria de Cleci Marchesan, determinando o registro do ato de fls. 37/38;
- 9.2 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Denia Maria Zanatta Brandeburgo, Roberto Maciel Cascaes, Ana Maria Ribeiro Cascaes, Masayoshi Hangai, Luiz Fernando Jacinto Maia, Alonso Marques Silva, Regina Fleming Damm, André Wendhausen Pereira Silva Filho, Osvaldo Ivo Barbosa, Odete Maria de Jesus, Antonio Carlos da Silva, Marcos Marques Agapito e Antonio Carlos Fortunato Goulart, recusando o registro dos atos de fls. 5/10, 13/14 e 17/34;
- 9.3 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
- 9.4 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, se ainda não o fez, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 5/10, 13/14 e 17/34, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU 44/2002;
- 9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 5/10, 13/14 e 17/34) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, os quais devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
- Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
- ~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
- Pendência(s)
- (...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s):

- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

(...)

ACÓRDÃO Nº 932/2006

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
ACÓRDÃO Nº 932/2006
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Anexo 1
(...)
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
(...)
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.

- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Primeira Câmara	19/04/2006	TC 856.704/1998-9
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 941/2006	Pedido de Reexame	
Interessados:		
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Carmen Silva de Arruda Andalo, Armi Maria Cardoso, Luiz Gonzaga de Souza Fonseca e Rosa Maria Geis.		
Teor do Acórdão:		
<ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foram interpostos Pedidos de Reexame contra o Acórdão nº 2.571/2004-TCU-1ª Câmara.▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 2.571/2004-TCU-1ª Câmara;9.2 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que a aplicação da Súmula TCU nº 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, conforme o item 9.2 do Acórdão recorrido, limita-se, no tempo, à data em que aquela Entidade tomou ciência do referido Acórdão, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a		

data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;

9.3 orientar a Universidade Federal de Santa Catarina no sentido de que, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU;

9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina e aos interessados;

9.5 Proceder ao desentranhamento da peça recursal constatare do Anexo 5 destes autos, para a constituição de novo anexo aos autos do TC 019.738/2003-5.

▸ Acórdão nº 2.571/2004–TCU–1ª Câmara:

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Adilson Antonio Pereira, Armi Maria Cardoso, Carlos Alberto Miranda da Silva, Carmem Silva de Arruda Andalo, Claudio Correia de Vincenzi, Florentina Hillesheim, Luiz Andre Botelho, Luiz Gonzaga de Souza Fonseca, Manoel Antonio Machado, Manoel Bittencourt, Manoel Ivo da Silveira, Norma Kuncheski, Rosa Maria Geis e Tuing Ching Chang, recusando o registro do ato de fls. 3/4, 5/6, 7/8, 9/10, 11/12, 13/14, 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26, 27/28, 31/32 e 37/38;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, se ainda não o fez, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 3/14, 17/28, 31/32 e 37/38, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU 44/2002;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões ora consideradas ilegais (atos de fls. 3/14, 17/28, 31/32 e 37/38) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, os quais devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s)

(...)

- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, inserta no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5). Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s):

- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

(...)

ACÓRDÃO Nº 941/2006

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

(...)

ACÓRDÃO Nº 941/2006

Pendência(s):

- Horas-Extras: Anexo 1

(...)

4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
- (...)
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<p>pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:<ul style="list-style-type: none">• Ofício nº 46/PRDHS/2007;• Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;• Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;<ul style="list-style-type: none">▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;• Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;• Ofício nº 50/PRDHS/2007;• Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;• Ofício nº 53/PRDHS/2007;(...)▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
<p>Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26.05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007). <u>Horas-Extras</u> Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).</p>

Setor: TCU – Primeira Câmara	Data da Sessão: 19/04/2006	Processo nº TC 855.838/1997-3
Tipo de Documento - N°: Acórdão nº 977/2006	Natureza: Aposentadoria	
Interessados: Cleide Perón Boell Pimentel, Lídio Martinho Rodrigues, Edevaldo Vieira, Marilene Klug, José Gomes Neto, Irinésia Maria Garcia, Ivanir Barp Garcia e Maria Elisabete Archer Tomasini.		
Teor do Acórdão: <div><div>▪ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina.</div><div>▪ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</div><div><div>9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Cleide Perón Boell Pimentel, Lídio Martinho Rodrigues, Edevaldo Vieira, Marilene Klug, José Gomes Neto, Irinésia Maria Garcia, Ivanir Barp Garcia, Maria Elisabete Archer Tomasini, recusando o registro dos atos de fls. 1/10 e 15/20;</div><div>9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;</div><div>9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação:</div><div><div>9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (fls. 1/10 e 15/20), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;</div><div>9.3.2 comunique aos interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</div></div><div>9.4 determinar Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIP que:</div><div><div>9.4.1 oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 1/10 e 15/20) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios para os</div></div></div></div>		

interessados, escoimados das irregularidades apontadas neste processo, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

- 9.4.2 proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
(...)
OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s):
- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)
(...)
ACÓRDÃO Nº 977/2006
Pendência(s):
- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~. Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.
(...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas

- da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
(...)
Anexo 2
 - Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.Anexo 3
 - Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.Anexo 4
 - Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.Anexo 5
 - Ofício nº 003/PRDHS/2007.Anexo 6
 - Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.Anexo 7
 - Ofício nº 006/PRDHS/2007.(...)
 - 3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
ACÓRDÃO Nº 977/2006
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Anexo 1(...)
 - 4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).(...)
 - 5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria

enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
--------	-----------------	-------------

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

TCU – Primeira Câmara	25/04/2006	TC 856.442/1998-4
Tipo de Documento – N°: Acórdão nº 1010/2006	Natureza: Pedido de Reexame	
Interessados:		
Recorrentes: Carmen Rosa Caldas Coulthard e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.		
Teor do Acórdão:		
<ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedidos de Reexame interpostos pela servidora Carmen Rosa Caldas Coulthard e pela UFSC contra o Acórdão nº 1.334/2004, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 25/05/2004 (Ata 17/2004).▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 conhecer dos Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento;9.2 informar à UFSC que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, serem ressarcidos os valores recebidos pelos servidores desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos, por não mais estar caracterizada a presença da boa-fé;9.3 orientar a UFSC de que pode emitir novos atos, em substituição aos de fls. 1/2, 5/6, 9/10, 23/24, 25/26, 29/30, 31/32, 33/34, 35/36, 37/38, 39/401/2, 5/6, 9/10, 23/24, 25/26, 29/30, 31/32, 33/34, 35/36, 37/38 e 39/40, livres da irregularidade apontada nestes autos, fazendo constar dos respectivos proventos apenas os valores, caso ainda subsistam, da vantagem pessoal a que faria jus os interessados – a título de irredutibilidade de vencimentos – no momento da concessão do benefício, considerando, para tanto, o enquadramento original dos servidores no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01.01.91, bem como as compensações decorrentes dos acréscimos remuneratórios subseqüentes, submetendo-os a nova apreciação deste Tribunal, conforme previsto no artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;9.4 dar ciência desta deliberação aos recorrentes, encaminhando-lhes cópia dos correspondentes relatório e voto.▸ <u>Acórdão nº 1.334/2004 – TCU – 1ª Câmara:</u><ul style="list-style-type: none">▫ Considerando que o pagamento da parcela referente à URP de fevereiro de 1989 decorrente da sentença proferida pela 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis - SC, não se ateve aos limites temporais estabelecidos pela legislação pertinente;▫ Considerando que os atos de fls. 11/12, 15/16, 17/18, 19/20 e 21/22 contrariam o entendimento jurisprudencial desta Corte, no sentido da impossibilidade de inclusão nos proventos, em caráter permanente, de parcelas oriundas de planos econômicos, tendo em vista constituírem mera antecipação salarial, com alcance temporal limitado à data-base seguinte, nos termos do Enunciado/TST nº 322;▫ Considerando que nos atos de fls. 1/2, 5/6, 9/10, 23/24, 25/26, 29/30, 31/32, 33/34, 35/36, 37/38 e 39/40 constam rubricas referentes a hora-extra, vantagem de natureza trabalhista que não pode subsistir sob o regime estatutário, a teor da Súmula/TCU nº 241;▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Carmen Rosa Caldas Coulthard, Dirceia Pacheco Gregorio, Humberto João Dutra, Ivanir Luiz Perin, Joaquim de Paulo, José Hermogenes Claudino, Laura Clotildes Ferreira, Laurita Valente Vieira, Marli Terezinha Muniz Meireles, Nelz Maria Martins Monzani, Osmar Maciel, Rosaura Gil Marquez, Valda Silva da Cunha, Valmir Martins e Walmor Orlando Pierri, recusando o registro dos atos de fls. 1/2, 5/6, 9/10, 11/12, 15/16, 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26, 29/30, 31/32, 33/34, 35/36, 37/38 e 39/40;9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;		

- 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 1/2, 5/6, 9/12, 15/26 e 29/40, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU nº 44/2002;
- 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 1/2, 5/6, 9/12, 15/26 e 29/40) podem prosperar, após a exclusão das parcelas relativas à URP de fevereiro de 1989 e à hora-extra judicial, e a emissão de novos atos concessórios, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
- Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
(...)
OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s):
- Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)
(...)
~~ACÓRDÃO Nº 1011/2006~~ 1010/2006 e 1011/2006
Pendência(s):
- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~. Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.

- (...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
- (...)
- Anexo 2
- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 3
- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- Anexo 4
- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 5
- Ofício nº 003/PRDHS/2007.
- Anexo 6
- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Anexo 7
- Ofício nº 006/PRDHS/2007.
- (...)
3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
- Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
- (...)
- ACÓRDÃO Nº ~~1011/2006~~ 1010/2006
- Pendência(s):
- Horas-Extras: Anexo 1
- (...)
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
- ANEXO 1
- Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
- (...)
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

• Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip),

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Primeira Câmara	25/04/2006	TC 019.760/2003-6
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 1011/2006	Pedido de Reexame	
Interessados:		
Recorrentes: Bernadete Limongi e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.		
Teor do Acórdão:		
<div><div><div>▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedidos de Reexame interpostos pela servidora Bernadete Limongi e pela UFSC contra o Acórdão nº 215/2005, proferido pela 1ª Câmara em Sessão de 22/02/2005.</div><div>▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</div></div><div><div>9.1 conhecer dos Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento;</div><div>9.2 informar à UFSC que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, serem ressarcidos os valores recebidos pela servidora desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos, por não mais estar caracterizada a presença da boa-fé;</div><div>9.3 determinar a juntada de cópia deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam aos autos do TC 011.076/2005-8;</div><div>9.4 determinar à Sefip que dê prioridade no exame do ato de admissão constante do TC 011.076/2005-8;</div><div>9.5 dar ciência desta deliberação aos recorrentes, encaminhando-lhes cópia dos correspondentes relatório e voto.</div></div><div><div>▸ Acórdão nº 215/2005–TCU–1ª Câmara:</div><div><div>9.1 com fulcro no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 39, II, da Lei n.º 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria de Bernadete Pasold (fls. 1/2), negando-lhe registro;</div><div>9.2 dispensar a reposição dos valores porventura recebidos indevidamente mas de boa-fé até a data do conhecimento deste Acórdão, em conformidade com a Súmula n.º 106 do TCU;</div><div>9.3 com fulcro no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar o órgão de origem no sentido de que poderá emitir novo ato, escoimado da irregularidade ora apontada, submetendo-o novamente à apreciação do TCU, na forma do artigo 260, caput, desse Regimento.</div></div></div></div>		
Providência em 2007:		
<div>1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:</div> <div><div>▫ Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:</div><div><div>ACÓRDÃO Nº 01/2006 – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU</div><div>Pendência(s)</div><div>(...)</div><div>- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em</div></div></div>		

referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

ACÓRDÃO Nº ~~1011/2006~~ 1010/2006 e 1011/2006

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 01/2006~~. Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

3. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

• Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa e ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Primeira Câmara	25/04/2006	TC 853.958/1997-1
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 1020/2006	Pedido de Reexame	
Interessado:		
Ariovaldo Bolzan, Reitor.		
Teor do Acórdão:		
<ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, representada pelo Sr. Ariovaldo Bolzan, Reitor, em face do Acórdão 2.385/2005 – 1ª Câmara (fls. 51/52, principal), que considerou ilegais os atos de concessão de aposentadoria de servidores daquela instituição, recusando-lhes o registro, e determinou àquela Fundação que cessasse todo e qualquer pagamento decorrente dos atos julgados ilegais.▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: <p>9.1 conhecer do Pedido de Reexame, com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei nº 8.443, fr 16 de julho de 1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;</p> <p>9.2 esclarecer à Universidade Federal de Santa Catarina que as parcelas tratadas nos presentes autos e percebidas pelos servidores a partir do conhecimento por aquela Instituição de Ensino da Decisão ora recorrida, não estão cobertas pela dispensa de ressarcimento de que trata a Súmula 106 desta Corte, devendo proceder-se à reposição ao erário dos valores indevidamente pagos; e</p> <p>9.3 dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente.</p> <p>▸ <u>Acórdão nº 2.385/2005–TCU–1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina.▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <p>9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Regina Coeli Miranda, Ivone Dionisio dos Pasos, Luci Rachadel, Annia Teclia Bassanesi Polli, Arlene Dias Rodrigues, Jane Iara Pereira da Costa, Enite Terezinha Silva, Pedro Paulo Dutra, Ivo Vencato, Juergem Heinrich Maar, Mario Guerra, Edemar João Buzanello, Mario Vanentim da Silveira, Jurema Tarone Brochado, Izabel Gomes Ferreira, Janete Chaves Moreira, Maria Stela da Rosa Marques Moraes, Ida Silva Sagaz e Gentil da Silva, recusando o registro dos atos de fls. 3/40;</p> <p>9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas pelos interessados, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;</p> <p>9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação:</p> <p>9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (fls. 3/40), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX da Constituição Federal e 262, caput do Regimento Interno deste Tribunal;</p> <p>9.3.2 comunique os interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:</p> <p>9.4.1 oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 3/40) podem prosperar, após a emissão, para cada interessado, de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas neste processo, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;</p>		

9.4.2 proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 01/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
 Pendência(s)
 (...)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
 Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
 Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
 Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
 Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
 Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
 (...)
 OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU
 Pendência(s):
 - Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)
 (...)
 ACÓRDÃO Nº 1020/2006
 Pendência(s):
 - URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 01/2006~~ – Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
 - Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.
 (...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

(...)

ACÓRDÃO Nº 1020/2006

Pendência(s):

- Horas-Extras: Anexo 1

(...)

4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).

(...)

5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

<ul style="list-style-type: none"> ▫ Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974. ▫ Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório. ▫ Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação. ▫ Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma. ▫ Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89. ▫ (...) ▫ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90. ▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007: <ul style="list-style-type: none"> • Ofício nº 46/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; <ul style="list-style-type: none"> ▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007; • Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; • Ofício nº 50/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 53/PRDHS/2007; ▫ (...) ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

<p>Pendência(s):</p> <p><u>URP/FEV/89 (26,05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).</p> <p><u>Horas-Extras</u> Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).</p>

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 002.867/2001-0

<p>Tipo de Expediente – N ° - datado de:</p> <p>Ofício nº 1410/2006-SEFIP/TCU – de 23/05/2006 (Recebido em 30/05/2006)</p>	<p>Natureza:</p> <p>Acórdão – Ped. Reexame</p>
<p>Teor do Ofício:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V.M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 1.243/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/05/2006, Ata 16/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>▸ <u>Acórdão nº 1.243/2006-TCU-1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame contra o Acórdão 696/2004-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegais as aposentadorias dos servidores José Pedro da Silva, Merência Francisca Júlio, Nilton José Pereira, Valda Milis de Andrade, Raymundo Manoel Vargas e Teodoro Rogério Vahl, negou registro aos respectivos atos e efetuou as determinações de praxe à unidade jurisdicionada. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei 8.443/92 e no art. 286 do Regimento Interno, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 conhecer do presente pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando os itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 696/2004-TCU-Primeira Câmara, para dar-lhes a seguinte redação: <ul style="list-style-type: none"> “9.1 considerar legais as concessões de aposentadoria a Raymundo Manoel Vargas, Teodoro Rogério Vahl e Cláudio Pavão, determinando o registro dos atos de fls. 21/23, 24/26 e 27/29; 9.2 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a José pedro da Silva, Merência Francisca Júlio, Nilton José Pereira e Valda Milis de Andrade, recusando o registro dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12 e 13/15;”; 9.2 orientar novamente a entidade de origem, em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, no sentido de que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002; 9.3 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.3 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos servidores supracitados, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990; 9.4 determinar à SEFIP que: <ol style="list-style-type: none"> 9.4.1 acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário; 9.4.2 adote o providências tendentes à revisão de ofício do ato em favor de Teodoro Rogério Vahl (fls. 24/26 – Volume Principal), por ter sido verificada nesta oportunidade a ocorrência de ilegalidade (URP de fevereiro de 1989 – 26,05%), conforme o art. 260, § 2º, do RI/TCU; 9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à recorrente. <p>▸ <u>Acórdão nº 696/2004 – TCU – 1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 considerar legal a concessão de aposentadoria a Cláudio Pavão, determinando o registro do ato de fls. 27/29; 9.2 considerar ilegal as concessões de aposentadoria a José Pedro da Silva, Merencia Francisca Júlio, Nilton José Pereira, Valda Milis de Andrade, Raymundo Manoel Vargas e Teodoro Rogério Vahl, recusando o registro dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26; 	

- 9.3 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
- 9.4 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU nº 44/2002;
- 9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26) podem prosperar, mediante emissão de novos atos concessórios, escoimados dos vícios apontados em cada caso, e que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

(...)

OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU

Pendência(s):

 - Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)

(...)

OFÍCIO Nº 1410/2006 – SEFIP/TCU

Pendência(s):

 - Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU;
 - Tempo de Serviço Rural: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 9);
 - Tempo de serviço prestado na condição de recibado: O processo em questão encontra-se no MPOG..

(...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 7

 - Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

Anexo 9

 - Ofício nº 008/PRDHS/2007.

(...)
3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:

(...)

OFÍCIO Nº 1410/2006 – SEFIP/TCU

Pendência(s):

 - Horas-Extras: Anexo 1
 - Tempo de Serviço Rural: Anexo 2

(...)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007:
 - ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
 - ANEXO 2
 - Ofício nº 182/2007/PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 008/PRDHS/2007.

Pendência(s):

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Tempo de Servidor Rural

Face ao mencionado no Memorando nº 47/PRDHS/2007, informar se a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2006.72.000.013205-3 proposta por José Pedro da Silva permanece tendo efeito (Ofício nº 182/2007/PF-SC/PGF/AGU).

Tempo de Serviço Prestado na Condição de Recibado

Face ao mencionado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, informar se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já analisou e devolveu o Processo nº 23080.001727/95-74. Em caso positivo, informar as ações adotadas.

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 856.701/1998-0
Tipo de Expediente – Nº – datado de: Ofício nº 1970/2006-SEFIP/TCU – de 10/08/2006 (Recebido em 16/08/2006)	Natureza: Acórdão – Ped. Reexame
Teor do Ofício: <ol style="list-style-type: none">1. Encaminhamos a V.M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2.096/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 1/08/2006, Ata 27/2006.2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>▸ <u>Acórdão nº 2096/2006-TCU-1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 2.446/2005-TCU- Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegais as aposentadorias dos servidores Luiz Alves de Souza, Ana Gessi Penedo, Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Lindomar Antônio Fabro, Vânia Raulino Ribeiro, Raquel Stela de Sá Siebert, Ivo Zimmermann, Eunice Passaglia Nascimento, Maria Salete Dagostim, Bernadete Maria Costa, Ildefonso Regis, Antônio Braga, Aderbal Juvêncio Marques, Valdesir Carrer, Jaime Antônio Siqueira, Cesarina Teresinha Cardoso de Aguiar e Aldo Ernesto Rodrigues, negou registro aos respectivos atos e efetuou as determinações de praxe à unidade jurisdicionada.▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante	

das razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 conhecer do presente Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992 para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 2.446/2005-TCU-1ª Câmara;
- 9.2 orientar a entidade de origem, no sentido de que:
 - 9.2.1 em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste Tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002;
 - 9.2.2 ao expedir novos atos concessórios para os servidores Luiz Alves de Souza, Ana Gessi Penedo, Ildefonso Regis, Antônio Braga, Aderbal Juvêncio Marques, Valdesir Carrer, Jaime Antônio Siqueira, Cesarina Teresinha Cardoso de Aguiar e Aldo Ernesto Rodrigues, apure o seu enquadramento após o advento da Lei nº 8.112/1990, bem como os aumentos que lhes foram concedidos, a fim de apurar, no momento da aposentadoria, a existência de vantagem nominalmente identificada decorrente das decisões judiciais que lhes deferiram a incorporação das horas extras, em respeito à garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos;
- 9.3 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos servidores supracitados, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990;
- 9.4 determinar à SEFIP que acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário;
- 9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à recorrente.

▸ Acórdão nº 2.446/2005-TCU-1ª Câmara:

- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina.
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Luiz Alves de Souza, Ana Gessi Penedo, Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Lindomar Antonio Fabro, Vania Raulino Ribeiro, Raquel Stela de Sá Siebert, Ivo Zimmermann, Eunice Passaglia Nascimento, Maria Salete Dagostim, Bernadete Maria Costa, Ildefonso Regis, Antonio Braga, Aderbal Juvencio Marques, Valdesir Carrer, Jaime Antonio Siqueira, Cesarina Teresinha Cardoso de Aguiar e Aldo Ernesto Rodrigues, recusando o registro dos atos de fls. 7/40;
 - 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
 - 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação:
 - 9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (fls. 7/40), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX da Constituição Federal e 262, caput do Regimento Interno deste Tribunal;
 - 9.3.2 comunique os interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
 - 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:
 - 9.4.1 oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 7/40) podem prosperar, após a emissão de novo ato concessório para cada interessado, escoimado da irregularidade apontada neste processo, que deve ser encaminhado a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;
 - 9.4.2 proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 01/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
(...)
OFÍCIO Nº 756/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Foi solicitado à PFSC informação conforme documento (Anexo 7)
(...)
OFÍCIO Nº 1970/2006 – SEFIP/TCU
Pendência(s):
 - URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 01/2006~~ – Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
 - Horas-Extras: Idem Ofício nº 756/2006/SEFIP/TCU.
(...)
2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:
(...)
Anexo 2
 - Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

(...)

3. Memorando nº 47/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Complementando as informações contidas no Memorando nº 020/PRDHS/2007, que trata das solicitações do Memorando Circular nº 01/AUDIN/2007, concernente ao Relatório de Atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
OFÍCIO Nº 1970/2006 – SEFIP/TCU
Pendência(s):
 - Horas-Extras: Anexo 1
4. Ofício nº 050/AUDIN/2007, datado de 26/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Em aditamento ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, dirigido a essa Equipe de Auditoria através do Ofício nº 026/AUDIN/2007, de 12/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 47/PRDHS/2006, de 23/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação complementar referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação das cópias dos documentos apensados ao Memorando nº 47/PRDHS/2007, de 23/03/2007: ANEXO 1
 - Fls. 01 a 12 do Processo 00435.000237/2007-65 (Ref. Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2).
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/SeFip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<ul style="list-style-type: none"> ▫ Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório. ▫ Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação. ▫ Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma. ▫ Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89. ▫ (...) ▫ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90. ▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007: <ul style="list-style-type: none"> • Ofício nº 46/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; ▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007; • Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; • Ofício nº 50/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 53/PRDHS/2007; ▫ (...) ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 008.494/2002-1
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3009/2006/SEFIP/TCU – de 20/09/2006 (Recebido em 27/09/2006)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício:	
1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2.578/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 12/09/2006, Ata 33/2006.	

2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.
3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.
 - Acórdão nº 2.578/2006-TCU-1ª Câmara, de 12/09/2006, Ata 33/2006:
 - VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidor da Universidade Federal de Santa Catarina.
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1 considerar ilegal a concessão de aposentadoria a José Carlos Becker, recusando o registro do ato de fls. 1/3;
 - 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
 - 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação:
 - 9.3. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de 1 responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;
 - 9.3. comunique ao interessado a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo 2 proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
 - 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:
 - 9.4. oriente o órgão de origem no sentido de que a concessão considerada ilegal pode prosperar, 1 após a emissão de novo ato concessório para o interessado, escoimado da irregularidade apontada neste processo, que deve ser encaminhado a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
 - 9.4. proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que 2 o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 3009/2006 – SEFIP/TCU

Pendência(s):

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão nº 01/2006~~. Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

3. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<p>RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório. ▫ Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação. ▫ Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma. ▫ Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89. ▫ (...) <p>▸ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90. ▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007: <ul style="list-style-type: none"> • Ofício nº 46/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; <ul style="list-style-type: none"> ▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007; • Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; • Ofício nº 50/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 53/PRDHS/2007; ▫ (...) ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos. 	
<p>Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26,05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).</p>	

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 010.536/2004-7
Tipo de Expediente – N° - datado de: Ofício nº 3239/2006/SEFIP/TCU – de 13/10/2006 (Recebido em 19/10/2006)	Natureza: Acórdão
<p>Teor do Ofício:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2.826/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/10/2006, Ata 36/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a 	

aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.

► Acórdão nº 2.826/2006-TCU-1ª Câmara, de 3/10/2006, Ata 36/2006:

- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de servidor da Universidade Federal de Santa Catarina.
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

- 9.1 considerar ilegal a concessão de aposentadoria ao servidor Moacir Pereira e recusar o registro do ato de fls. 1/6;
- 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
- 9.3 determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:
 - 9.3.1 dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal;
 - 9.3.2 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal (de fls. 1/6), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novo ato, escoimado das irregularidades verificadas, a ser submetido à apreciação deste Tribunal;
 - 9.3.3 dar ciência ao interessado cujo ato foi considerado ilegal de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;
- 9.4 determinar à SEFIP que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
- 9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº

79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 3239/2006 – SEFIP/TCU

Pendências:

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 011/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU.

(...)

2. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

3. Ofício nº 0949/2007/SEFIP/TCU, datado de 23/03/2007, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, com o seguinte teor:

1. Solicitamos os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de informar a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal, com a maior brevidade possível, acerca do cumprimento do disposto no Acórdão nº 2826/2006, encaminhado a esse Órgão por intermédio do Ofício nº 3239, de 13/10/2006, tendo em vista que até a presente data não consta em nossos registros anotação sobre o referido cumprimento.

2. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.

4. Memorando nº 060/PRDHS/2007, datado de 09/04/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 0949/2007/SEFIP de 23 de março de 2007, segue anexo o memorando nº 033/PRDHS/2007, que trata do assunto em referência.

Memorando nº 33/PRDHS/2007 de 01/03/2007, encaminhado à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

- Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da

- UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
- Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP). (Anexo 1)
 - Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 2)
 - Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT561/89 aos seus beneficiários. (Anexo 3)
 - Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89). (Anexo 4)
 - Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89. (Anexo 5)
5. Ofício nº 172/GR/2007, datado de 20/04/2007, ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, com o seguinte teor:
- Em atenção à diligência contida no Ofício nº 0949/2007-TCU/Sefip, datado de 23/03/2007 e recebido em 02/04/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 60/PRDHS/2007, de 09/04/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, enviando cópia do Memorando nº 33/PRDHS/2007, de 01/03/2007, que presta informações e encaminha documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União, em diversos processos, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89), a exemplo do deliberado no Acórdão 3.111/2006-TCU-1ª Câmara.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 33/PRDHS/2007:
- Ofício nº 10534/06 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006, de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - DECISÃO – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
 - Ofício nº 508/07 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - Ofício nº 003/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - LIMINAR – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício nº 012/PRDHS/2007;
 - Memorando nº 029/PRDHS/2007;
 - Parecer da PGF-AGU junto à UFSC, de 28/02/2005.
6. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIn e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIn, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 856.705/1998-5

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3539/2006/SEFIP/TCU – de 14/11/2006 (Recebido em 24/11/2006)	Natureza:
Acórdão	
Teor do Ofício: <ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 3.111/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 7/11/2006, Ata 41/2006. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>▶ <u>Acórdão nº 3.111/2006-TCU-1ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 1.577/2005-TCU- Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegais as aposentadorias dos servidores Maria Salete Muller de Lima, Lindaura Liberth Petry, Maria Fernanda Araújo Lisboa, Mariuccia Grace Scott Brusa, Mareli Cunha Garcia, Alfredo Gentil Costa, Carlos Falkoski, Gabriel Israel Filho, Dorvalina de Araújo Costa, Sônia Barbosa dos Santos, Áurea Terezinha Floriani Garcia, Maurino Golini, Agueda Ferrari e Iolanda Maria da Rocha Soares, negou registro aos respectivos atos e efetuou as determinações de praxe à unidade jurisdicionada. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 conhecer do presente Pedido de Reexame, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992 para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 1.577/2005-TCU-1ª Câmara; 9.2 orientar a entidade de origem, no sentido de que: <ol style="list-style-type: none"> 9.2. em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, as concessões consideradas <ol style="list-style-type: none"> 1 ilegais poderão prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste Tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002; 9.2. ao expedir novos atos concessórios para os servidores Maria Salete Muller de Lima, Lindaura Liberth Petry, Dorvalina de Araújo Costa, Sônia Barbosa dos Santos, Áurea Terezinha Floriani Garcia, Maurino Golini, Agueda Ferrari e Iolanda Maria da Rocha Soares, apure o seu enquadramento após o advento da Lei nº 8.112/1990, bem como os aumentos que lhe foram concedidos, a fim de conhecer ao certo, no momento da aposentadoria, a existência de vantagem nominalmente identificada decorrente das decisões judiciais que lhe deferiram a incorporação das horas extras, em respeito à garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos; 9.3 alertar novamente a Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2.1 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos servidores supracitados, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990; 9.4 determinar à SEFIP que acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário; 9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à recorrente. <p>▶ <u>Acórdão nº 1.577/2005-TCU-1ª Câmara, Sessão de 26/07/2005, Ata 25/2005:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 considerar legal a aposentadoria da servidora Maria Ghisoni Del Rio, determinando o registro do ato de fls. 33/34; 9.2 considerar ilegais as aposentadorias dos servidores Maria Salete Muller de Lima, Lindaura Liberth Petry, Maria Fernanda Araújo Lisboa, Mariuccia Grace Scott Brusa, Mareli Cunha Garcia, Alfredo Gentil Costa, Carlos Falkoski, Gabriel Israel Filho, Dorvalina de Araújo Costa, Sônia Barbosa dos 	

Santos, Áurea Terezinha Floriani Garcia, Maurino Golini, Agueda Ferrari e Iolanda Maria da Rocha Soares, recusando o registro dos atos de fls. 5/6, 7/8, 9/10, 11/12, 13/14, 15/16, 17/18, 19/20, 25/26, 27/28, 29/30, 31/32, 35/36 e 37/38;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

2

9.2.2. notifique os interessados do inteiro teor deste Acórdão e faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 5/20, 25/32 e 35/38, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU nº 44/2002, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.2.2. no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta decisão, proceda, em relação a todos os casos análogos aos apreciados nestes autos, existentes em seu quadro de pessoal, à revisão dos cálculos relativos a concessões judiciais de parcelas decorrentes de planos econômicos, adequando-os, se ainda não o fez, ao entendimento expressado neste Acórdão, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443, de 1992, consoante o disposto no art. 16 da IN/TCU nº 44/2002;

9.3 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:

9.3. oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 5/20, 25/32 e 35/38) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.3. proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no item 9.2.2.

Providências em 2007:

1. Ofício nº 015/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 3539/2006/SEFIP/TCU, datado de 14/11/2006 e recebido em 24/11/2006, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 152/PRDHS/2006, de 13/12/2006, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação relacionada às providências em curso, referentes ao Acórdão nº 3.111/2006-TCU-1ª Câmara – Processo nº TC-856.705/1998-5.

Documentos apensados ao Memorando nº 152/PRDHS/2006:

Doc. 1

- Ofício nº 23/PRDHS/2006 à PFSC/PGF/AGU;
- Ofício nº 467/2006/PFSC/PGF/AGU à UFSC;
- Ofício nº 32/PRDHS/2006 à SRH/MPOG.

Doc. 2

- PARECER/CONJUR/MP/FM/Nº 1274 - 7.3.2 / 2006 – Processo Nº 04500.002300/2006-47;
- Despacho da DIAJU/COGJU/DENOP/SRH/MP – Processo/Expediente: 04500.002300/2006-47;
- Ofício Circular Nº 04/PRDHS/2006 aos servidores que percebem a URP (26,05%);
- Ofício nº 823/2006/PFSC/PGF/AGU à UFSC;
- Capa e fls. 1 a 19, 23 a 25 e 27 a 38(Parecer nº 0335/2006/PFSC/PGF/AGU) do Processo nº 23080.036054/2006-60;
- Capas dos Processos nºs 23080.033887/2006-79, 23080.037795/2006-68, 23080.038468/2006-23, 23080.036393/2006-46 e 23080.037468/2006-14;

Doc. 3

- Memo nº 52/PRDHS/2006 à AudIn;
- Ofício nº 011/PRDHS/2005 à CODEP/DASIS/SRH/MP;
- Ofício nº 008/PRDHS/2005 à CODEP/DASIS/SRH/MP;
- Memorando nº 196/2005-CODEP/DASIS/SRH/MP à COGJU;
- Despacho da COGJU/DENOP/SRH/MP – Processo: 04500.002584/2005-91;

- Parecer da PGF/AGU junto à UFSC no Processo nº 23080.032072/2005-91.

Doc. 5

- Ofício nº 38/PRDHS/2006 à PFSC/PGF/AGU;
- Memorando nº 0354/06/PFSC/PGF/AGU à PF em execução na UFSC. No seu verso consta Despacho da PF em execução na UFSC à PRDHS.

Doc. 1

- Fls. 01 a 90 do Processo nº 00435.001940/2006-18.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
2. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
- Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
Pendência(s)
(...)
- URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC. (Anexo 3).
Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).
Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).
Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).
(...)
OFÍCIO Nº 3539/2006 – SEFIP/TCU
Pendências:
- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ – Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU.
(...)
3. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 7

- Ofício nº 006/PRDHS/2007.

4. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade,

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.

▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:

- Ofício nº 46/PRDHS/2007;
- Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
- Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
- Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
- Ofício nº 50/PRDHS/2007;
- Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
- Ofício nº 53/PRDHS/2007;

(...)

▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor: SECEX-SC	Nº Processo: TC 012.797/2005-0
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC – de 16/11/2006 (Recebido em 17/11/2006)	Natureza: Relação/Acórdão
Teor do Ofício: 1. Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento e adoção das medidas previstas nos subitens 1.1.1.1 a 1.1.1.7, cópia do Acórdão nº 3.167/2006, adotado por este Tribunal em Sessão da 2ª Câmara, de 8/11/2006, ao apreciar o processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Santa Catarina – exercício de 2004 (TC 012.797/2005-0), bem como cópia da instrução e do despacho exarados pela SECEX-SC nos mencionados autos às fls. 527/563. 2. Requeiro que seja dado conhecimento da presente deliberação aos responsáveis arrolados no mencionado Acórdão.	
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC – de 12/12/2006 (Recebido em 15/12/2006)	Natureza: Comunicação
Teor do Ofício: ▫ Solicito a Vossa Magnificência o encaminhamento a esta Secretaria de Controle Externo do TCU, de cópia integral do Processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor de matrícula SIAPE 11558202, inclusive com cópia do Parecer/MEC/CONJUR/MGTBO 960/2003 de 28/08/2003, conforme determinação (item 1.1.1.5) do Acórdão nº 3167/2006-TCU-2ª Câmara, levado ao conhecimento dessa Universidade em 17/11/2006, através do Ofício nº 841/2006-TCU/Secex-SC (cópia anexa)	
▸ Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara – Relação 66/2006: ▫ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, de 8/11/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23,	

inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1 - TC 012.797/2005-0 (com 2 volumes)
- Classe de Assunto: II - Prestação de Contas - Exercício de 2004.
- Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- 1.1 Determinar:
 - 1.1.1 à Universidade Federal de Santa Catarina que:
 - 1.1.1.1 ciente os responsáveis que após a decisão definitiva do Recurso de Reconsideração (TC 003.655/2004-8-Acórdão 2338/2005 da 1ª Câmara), ocorrida na sessão de 04/10/2005, as determinações contidas nos itens 1.1.2 e 1.1.3 do Acórdão 1795/2004/1ª Câmara deverão ser cumpridas na íntegra, sob pena de responsabilização por descumprimento de determinações do TCU;
 - 1.1.1.2 alerte aos gestores que o não atendimento às determinações contidas nos itens 1.1 e 1.2 do Acórdão 2892/2004 da 1ª Câmara, ensejará aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII da Lei 8.443/92;
 - 1.1.1.3 envide esforços no sentido de agilizar a revisão dos processos de aposentadoria de servidores que estão recebendo a vantagem do art. 193 da Lei 8.112/90-rubrica nº 00360-FG/Representação de Gabinete;
 - 1.1.1.4 reafirme a necessidade de cumprir o cronograma elaborado para revisão dos processos de aposentadoria e pensão antigos, para verificar a correta formalização dos mesmos e corrigir as distorções apuradas, conforme já determinado pelo TCU nos TC 009.880/2002-2, Relação 98/2002-Ata 42 - Segunda Câmara e TC 010.586/2003-0, Relação 46/2004, Ata 16/2004-1ª Câmara;
 - 1.1.1.5 encaminhe à Secex/SC cópia integral do Processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor de matrícula SIAPE 11558202, inclusive com cópia do Parecer/MEC/CONJUR/MGTBO 960/2003 de 28/08/2003;
 - 1.1.1.6 realize procedimentos licitatórios quando da necessidade de contratar empresas para confecção das provas e dos cartões-resposta do vestibular;
 - 1.1.1.7 abstenha-se de realizar pagamentos de forma antecipada, pois o procedimento fere ao contido nos artigos nºs 62 e 63 da Lei 4.320/64 e o art. 38 do Decreto 93.872/86;
 - 1.1.2 à Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina (CGU/SC) que:
 - 1.1.2.1 verifique a efetividade do cumprimento dos itens 1.1.2 e 1.1.3 do Acórdão 1795/2004, mantido nos exatos termos pelo Acórdão 2338/2005, ambos da 1ª Câmara do TCU;
 - 1.1.2.2 verifique o cumprimento da determinação contida no item 8.5.2 do Acórdão 276/2002 - Plenário;
 - 1.1.2.3 verifique se a UFSC está cumprindo o determinado no Acórdão 1184/2004 - Primeira Câmara, quanto aos itens 1.7 e 1.8;
 - 1.1.2.4 verifique o cumprimento do determinado nos itens 1.1 e 1.2 do Acórdão 2892/2004, da 1ª Câmara;
 - 1.1.2.5 acompanhe e informe, nas próximas contas, as medidas adotadas pela UFSC para solucionar as ocupações irregulares de imóveis funcionais;
 - 1.1.2.6 informe nas próximas contas sobre a revisão na concessão do auxílio-transporte aos servidores da UFSC;
 - 1.1.2.7 faça constar em seu próximo Relatório de Auditoria informações sobre o servidor aposentado por invalidez que estaria prestando serviços periciais contábeis à instituição bancária, por meio de Instituto no qual é um dos sócios (informação contida no Relatório de Auditoria da CGU/SC de 2004 - item 8.4.1.2);
 - 1.1.2.8 conste em seu próximo Relatório informações sobre as medidas adotadas pela administração da UFSC no sentido de minimizar a ocorrência de fracionamento de despesas e de aquisições por dispensa de licitação nas aquisições de bens e serviços, principalmente na área de informática;
 - 1.1.3 à Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC) que encaminhe, logo após o recebimento da UFSC, o processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor SIAPE 11558202, à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), para adoção de medidas de sua alçada.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- ▶ Acórdão nº 2.338/2005–TCU–1ª Câmara:
 - 9.1 conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, com base nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92;
 - 9.2 manter os termos do Acórdão 1795/2004 - 1ª Câmara;
 - (...)
- ▶ Acórdão nº 1.795/2004 – TCU – 1ª Câmara – Relação nº 61/2004:
 - 1.1 Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
 - (...)
 - 1.1. passe a incluir no orçamento geral da Universidade a previsão de todas as receitas inerentes a sua ação institucional, ainda que eventualmente arrecadadas por intermédio de fundações de apoio, aí compreendidas, entre outras, as receitas provenientes de valores cobrados nas atividades de pós-graduação, as taxas do concurso vestibular e os valores arrecadados com a prestação de serviços;
 - 1.1. recolha todas as suas receitas, inclusive aquelas mencionadas no item anterior, à conta única da Instituição junto ao Tesouro Nacional, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei nº 4.320/64 e nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/86;
 - (...)
- ▶ Acórdão nº 2.892/2004 – TCU – 1ª Câmara – Relação nº 108/2004:
 - 1. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
 - 1.1 regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato nº 269/2001, de 25/7/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente, a Lei nº 6.120/1974 e o Decreto nº 99.509/1990, mediante a cobrança por todo o período de vigência do referido contrato do aluguel mensal devido, com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados;
 - 1.2 cancele ou regularize, inclusive mediante o devido processo licitatório, a subconcessão para terceiros de parte de área cedida pela UFSC à Associação Atlética Volantes, mencionada na alínea anterior, nos termos da legislação aplicável, em particular a Lei nº 6.120/1974, a Lei nº 8.666/1993, o Decreto nº 99.509/1990, bem ainda o Parecer da Procuradoria Geral da UFSC nº 0471/ALF/PG/94;
 - (..)
- ▶ Acórdão nº 1.184/2004 – TCU – 1ª Câmara – Relação nº 46/2004:
 - Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
 - Exercício: 2002
 - Determinar ao responsável pela entidade a adoção das seguintes medidas:
 - 1. Tome providências relativas a:
 - (..)
 - 1.2 cumprir o cronograma elaborado para revisão dos processos de aposentadoria e pensão antigos, para verificar a correta formalização dos mesmos e corrigir as distorções apuradas, conforme determinação do TCU no TC 009.880/2002-2, Relação 98/2002 - Ata 42 - Segunda Câmara (subitem 4.1.2.6);
 - (..)
 - 1.7 realizar inventário físico anual sobre a totalidade do patrimônio e não apenas sobre os acréscimos ocorridos no exercício, de forma tempestiva; executar plano de ação urgentemente, especificando metas e prazos; desencadear as ações de inventariança de forma programada de modo que ao final do exercício todos os bens sejam recenseados; acertar as divergências entre os registros contábeis e patrimoniais, conforme art. 96 da Lei 4.320/64, IN SEDAP nº 205/88 e determinações do TCU (subitens 4.1.2.10 e 6.3.5);
 - 1.8 adotar procedimentos consistentes na execução do inventário, bem como descrição da metodologia dos trabalhos realizados, conforme arts. 94/96 da Lei 4.320/64 (subitem 6.3.6);
 - (..)
- ▶ Relação nº 98/2002 – TCU – 2ª Câmara – Ata 42/2002:
 - Ofício nº 663/GAB/2002/SECEX-SC – TC-009.880/2002-2
 - (..)
 - f) providencie, nos processos de aposentadorias e pensões antigos, que não tenham passado por uma análise prévia do Controle Interno antes da remessa ao TCU, uma revisão a fim de que seja

verificada a correta formalização dos mesmos, conforme manual de aposentadorias e pensões deste Tribunal, corrigindo-se as distorções apuradas e melhorando as condições de análise pelos controles externo e interno;

(..)

► Acórdão nº 276/2002 – TCU – Plenário:

(..)

8.5 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), adote providências no sentido de:

(..)

8.5. afastar de cargos públicos de provimento efetivo os funcionários de fundações de apoio que porventura ainda os estejam ocupando;

(..)

Providências em 2007:

1. Memorando nº 001/PRDHS/2007 (Item 1.1.1.5) à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atendimento a solicitação constante do Ofício nº 3310/2006-TCU-SECEX-SC, informamos a Vossa Senhoria que encaminhamos expediente à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando a devolução do processo administrativo de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro.
 - Anexamos cópia do Ofício nº 587/DDAP/06.
2. Ofício nº 001/AUDIN/2007 à CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memo nº 161/PRDHS/2006, de 29/12/2006, dirigido a esta AUDIN, prestando informações e enviando documentação referentes às ações em andamento, no âmbito desta Universidade, no atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União constantes dos itens “1.1.1.4”, “1.1.1.5” e “1.1.2.7” do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara – Relação nº 66/2006 (RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 160.717 – Avaliação da Gestão do exercício de 2004).
 - Segue também, em anexo, cópia do Memorando Circular nº 007/AUDIN/2006 e do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara – Relação 66/2006 – Ata 41/2006 (Processo TC 012.797/2005-0).
3. Ofício nº 025/GR/2007 (Item 1.1.1.5) à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 001/PRDHS/2007, de 02/01/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, enviando cópia do Ofício nº 587/DDAP/2006, dirigido à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando a devolução do processo administrativo nº 23080.006604/98-54.
 - Tão logo o citado processo administrativo seja devolvido, será providenciada cópia integral do mesmo e remetida a esta SECEX-SC.
4. Memorando nº 025/DDAP/2007 (Item 1.1.1.5) à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Informamos a Vossa Senhoria que encaminhamos expediente à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando o retorno do processo administrativo nº 23080.006604/98-54, tendo em vista o requerimento administrativo efetuado pelo servidor Manoel Cordeiro, em face de manifestação do e. Tribunal de Contas da União proferida no Acórdão nº 3.189/2006 – TCU – 2ª Câmara, cuja documentação foi encaminhada ao servidor através do Ofício nº 594/DDAP/2006, cópias em anexo.

Documentos apensados ao Memorando nº 025/DDAP/2007:

 - Ofício nº 011/DDAP/2007 ao Prof. Manoel Cordeiro;
 - Ofício nº 005/DDAP/2007 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG;
 - Requerimento do Prof. Manoel Cordeiro ao Reitor da UFSC;
 - Ofício nº 594/DDAP/2006 ao Prof. Manoel Cordeiro.
 - Ofício nº 587/DDAP/2006 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG;
5. Ofício nº 031/GR/2007 (Item 1.1.1.5) à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:

- Em aditamento ao Ofício nº 025/GR/2007, de 18/01/2007, referente ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 025/DDAP/2007, de 19/01/2007, do Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação relacionada às providências em curso, referentes ao Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara – Processo nº TC-009.555/2001-5.
- Documentos apensados ao Memorando nº 025/DDAP/2007:
 - Ofício nº 011/DDAP/2007 ao Prof. Manoel Cordeiro;
 - Ofício nº 005/DDAP/2007 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG (reiterando a solicitação de devolução do processo administrativo nº 23080.006604/98-54);
 - Requerimento do Prof. Manoel Cordeiro ao Reitor da UFSC (vistas dos autos que levaram o TCU a tomar a decisão);
 - Ofício nº 594/DDAP/2006 ao Prof. Manoel Cordeiro (dando ciência do Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara);
 - Ofício nº 587/DDAP/2006 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG (solicitando a devolução do processo administrativo nº 23080.006604/98-54).
- Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara:
 - 9.1 conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
 - 9.2 alertar à Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, ser ressarcidos os valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos, por já não estar caracterizada a boa-fé;
 - 9.3 dar ciência à recorrente da presente deliberação.
- Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara:
 - 9.1 considerar ilegal a concessão em favor de Manoel Cordeiro e negar registro ao ato de fls. 1/2;
 - 9.2 aplicar o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte para dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas;
 - 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina Educação que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do ar. 71 da Constituição Federal;
 - 9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 retro.
- Reafirmamos que, tão logo o citado processo administrativo seja devolvido, será providenciada cópia integral do mesmo e remetida a esta SECEX-SC.
- 6. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
(...)
OFÍCIO Nº 841/2005 – ~~SEFIP/TCU~~ TCU/SECEX-SC
Pendências:
 - 1.1.1.3: Providenciado e informado à Auditoria Interna/UFSC;
 - 1.1.1.4: Já informado a essa Auditoria;
 - 1.1.1.5: O processo em questão encontra-se no MPOG.
(...)
- 7. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
(...)

- Informamos que, em relação ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006, constam do RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS RELACIONADA COM O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – 2006, também encaminhado à CGU-R/SC, através do Ofício nº 003/AUDIN/2007, de 31/01/2007, as providências adotadas no exercício de 2006.
 - Segue também, em anexo, Relatório referente às providências adotadas em 2007 em relação ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006.
8. Memorando nº 410/DDAP/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
- Estamos encaminhando a Vossa Senhoria cópia do processo administrativo nº 23080.006604/98-54, do servidor Manoel Cordeiro para demais providências, tendo em vista o constante nos Ofícios nº 3.616 – SEFIP, de 23/11/06 e 841/2006 – TCU/SECEX-SC.
 - Outrossim esclarecemos que o mencionado processo foi encaminhado, em 28/06/2005 à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para análise e manifestação tendo em vista a solicitação constante do Relatório nº 160.717 – CGU/SC - item 8.4.1.2, fls. 221 do mesmo.
 - Ocorre em virtude da solicitação constante dos Ofícios nºs 3.616 – SEFIP, de 23/11/06 e 841/2006 – TCU/SECEX-SC, foi solicitado ao citado Ministério, o retorno a esta Universidade do processo em questão. Tal solicitação somente foi atendida em 25/07/2007, sem contudo, inexistir nos autos qualquer análise quanto a solicitação inicial, conforme fls. 232.
 - Neste sentido, este Departamento fez juntada, aos autos, dos documentos de fls. 233 a 277. Em data de 13/08/2007 foi encaminhado ao prof. Cordeiro o Ofício nº 286/DDAP/07, fls. 279.
9. Ofício nº 426/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
- Em aditamento aos Ofícios nºs 025 e 031/GR/2007, de 18/01/2007 e 23/01/2007, respectivamente, alusivos ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 410/DDAP/2007, datado de 10/08/2007 e recebido em 10/09/2007, do Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando cópia do Processo nº 23080.006604/98-54, referente a aposentaria do servidor MANOEL CORDEIRO.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
10. Ofício nº 450/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
- Em aditamento aos Ofícios nºs 025, 031 e 426/GR/2007, de 18/01/2007, 23/01/2007 e 14/09/2007, respectivamente, alusivos ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos, em anexo, cópia das fls. 279 a 291 extraídas do Processo nº 23080.006604/98-54, referente a aposentaria do servidor MANOEL CORDEIRO, enviado à AUDIN/UFSC para conhecimento e manifestação, pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social.
 - O interessado, servidor docente Manoel Cordeiro, requereu às fls. 284 dos autos, a remessa do PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO (fls. 285 a 289) ao Tribunal de Contas da União, com manifestação da Procuradoria Federal junto à UFSC, bem como possa ir à Brasília fazer sua defesa (sustentação oral), tendo suas despesas ressarcidas pela UFSC.
 - A AUDIN/UFSC devolveu o Processo nº 23080.006604/98-54 à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social para que ela o submetesse à apreciação/manifestação da PF/PGF/AGU junto à UFSC e adotasse as providências que se fizessem necessárias.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
11. Ofício nº 499/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
- Essa colenda Corte de Contas, no Processo nº TC-009.555/2001-5, por intermédio do Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara, negou provimento ao PEDIDO DE REEXAME interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina contra o Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal a concessão da aposentadoria em favor de MANOEL CORDEIRO, negando registro ao ato.
 - Cientificado o interessado, este requereu cópia do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro) para apresentar sua defesa. Entretanto, este processo, em junho/2005, foi remetido à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, em atendimento à recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 160.717 da CGU/SC, retornando à UFSC, somente em julho/2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<ul style="list-style-type: none"> ▫ Em 13/08/2007, por meio do Ofício nº 286/DDAP/2007 (fls. 279), foi encaminhada cópia do Processo nº 23080.006604/98-54 ao servidor Manoel Cordeiro, que a recebeu em 17/08/2007, conforme de comprovante da empresa CORREIOS (fls. 282). ▫ Em 11/09/2007, o servidor MANOEL CORDEIRO deu entrada no Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal desta Universidade, de petição dirigida a este Reitor (fls. 281 a 284), contestando a decisão do Tribunal de Contas da União de considerar ilegal o pagamento da URP/FEV/26,9%, decorrente de sentença judicial, bem como requerendo encaminhamento de PEDIDO DE REAPRECIACÃO, dirigido ao Presidente do Tribunal de Contas da União (fls. 285 a 290), após sofrer tramitação na Procuradoria Federal junto à UFSC, além de solicitar que possa ir à Brasília/DF fazer sua defesa (sustentação oral), tendo suas despesas ressarcidas pela UFSC. ▫ Desta forma, encaminhamos, em anexo, a versão original do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor MANOEL CORDEIRO), ao qual foi apensado PEDIDO DE REAPRECIACÃO do interessado. ▫ Outrossim, solicitamos manifestação dessa Secretaria sobre a legalidade do ressarcimento das despesas do interessado para apresentar sustentação oral de sua defesa junto a esse Tribunal, em Brasília/DF, conforme pedido do servidor em tela. ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos. 	
12 Ofício nº 510/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:	
<ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006, quanto ao item “1.1.1.5” do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara (Relação 66/2006 – Gab. do Min. Walton Alencar Rodrigues – 2ª Câmara – Ata 41/2006), encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 499/GR/2007, de 08/10/2007, dirigido à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) desse egrégio Tribunal, prestando esclarecimentos e enviando a versão original do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro). ▫ Tal encaminhamento se fez necessário em face do PEDIDO DE REAPRECIACÃO, interposto pelo servidor Manoel Cordeiro, motivado pelas deliberações da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União no Processo TC nº 009.555/2001-5 (Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara). ▫ Informamos, ainda, em relação ao “1.1.1.5” do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara, que atendendo ao solicitado no Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, foram remetidos a essa Secretaria os Ofícios nºs 025, 031, 426 e 450/GR/2007 (cópias anexas), respectivamente, de 18/01/2007, 23/01/2007, 14/09/2007 e 27/09/2007. ▫ Segue também, em anexo, cópia das fls. 291 (frente e verso) e 292 do Processo nº 23080.006604/98-54. 	
Pendência(s): Informar as medidas adotadas para cumprimento das determinações do TCU: PROAF: itens “1.1.1.1”, “1.1.1.6” e “1.1.1.7”. PRAE: item “1.1.1.2”.	

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 009.555/2001-5
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3616/2006-SEFIP/TCU – de 23/11/2006 (Recebido em 27/11/2006)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: ▫ Encaminhamos a V. Sª, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3189/2006, proferido no TC-0009.555/2001-5, sessão de 08/11/2006 – 2ª Câmara.	
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3639/2006-SEFIP/TCU – de 24/11/2006 (Recebido em 30/11/2006)	Natureza: Acórdão

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Teor do Ofício:

- Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 8/11/2006, Ata 41/2006.
- A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.
- Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.

▸ Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara:

- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame, interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, contra o Acórdão 2.474/2005-TCU-2ª Câmara.
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48, parágrafo único, c/c o 33 da Lei 8.443/92, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 alertar à Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, só alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, ser ressarcidos os valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos, por já não estar caracterizada a boa-fé;

9.3 dar ciência à recorrente da presente deliberação.

▸ Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara:

- VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92 e no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c § 1º do art. 206 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1 considerar ilegal a concessão em favor de Manoel Cordeiro e negar registro ao ato de fls. 1/2;

9.2 aplicar o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte para dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas;

9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina Educação que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do ar. 71 da Constituição Federal;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 retro.

Providências em 2007:

1. Memorando nº 025/DDAP/2007 à AudIN, com o seguinte teor:

- Informamos a Vossa Senhoria que encaminhamos expediente à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando o retorno do processo administrativo nº 23080.006604/98-54, tendo em vista o requerimento administrativo efetuado pelo servidor Manoel Cordeiro, em face de manifestação do e. Tribunal de Contas da União proferida no Acórdão nº 3.189/2006 – TCU – 2ª Câmara, cuja documentação foi encaminhada ao servidor através do Ofício nº 594/DDAP/2006, cópias em anexo.

Documentos apensados ao Memorando nº 025/DDAP/2007:

- Ofício nº 011/DDAP/2007 ao Prof. Manoel Cordeiro;
- Ofício nº 005/DDAP/2007 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG;
- Requerimento do Prof. Manoel Cordeiro ao Reitor da UFSC;
- Ofício nº 594/DDAP/2006 ao Prof. Manoel Cordeiro.
- Ofício nº 587/DDAP/2006 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG;

2. Ofício nº 030/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Em atenção aos Ofícios nºs 3616 e 3639/2006/SEFIP/TCU, de 23 e 24/11/2006, respectivamente, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 025/DDAP/2006, de 19/01/2007, do Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de

- Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação relacionada às providências em curso, referentes ao Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara – Processo nº TC-009.555/2001-5.
- Documentos apensados ao Memorando nº 025/DDAP/2007:
 - Ofício nº 011/DDAP/2007 ao Prof. Manoel Cordeiro;
 - Ofício nº 005/DDAP/2007 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG (reiterando a solicitação de devolução do processo administrativo nº 23080.006604/98-54);
 - Requerimento do Prof. Manoel Cordeiro ao Reitor da UFSC (vistas dos autos que levaram o TCU a tomar a decisão);
 - Ofício nº 594/DDAP/2006 ao Prof. Manoel Cordeiro (dando ciência do Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara);
 - Ofício nº 587/DDAP/2006 à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da SRH/MPOG (solicitando a devolução do processo administrativo nº 23080.006604/98-54).
 - Informamos que esse Egrégio Tribunal, através do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara – Relação 66/2006, determinou a esta Universidade que encaminhe à SECEX-SC, para posterior remessa a essa SEFIP, cópia integral do Processo de Aposentadoria nº 23080.006604/98-54.
 - Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara – Relação 66/2006:
 - 1 - TC 012.797/2005-0 (com 2 volumes)
 - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas - Exercício de 2004.
 - Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
 - 1.1 Determinar:
 - 1.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que:
 - 1
 - (..)
 - 1.1.1. encaminhe à Secex/SC cópia integral do Processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor de matrícula SIAPE 11558202, inclusive com cópia do Parecer/MEC/CONJUR/MGTBO 960/2003 de 28/08/2003;
 - (..)
 - 1.1. à Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC) que encaminhe, logo após o recebimento da UFSC, o processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor SIAPE 11558202, à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), para adoção de medidas de sua alçada.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
 - 3. Memorando nº 20/PRDHS/2006, datado de 23/02/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, no que se refere ao relatório de atividades relacionadas com o Tribunal de Contas da União, segue o que temos a informar:
~~ACÓRDÃO Nº 91/2006~~ – OFÍCIO Nº 0464/2006/SEFIP/TCU
 Pendência(s)
 (...)
 - URP/fev/89 (26,05%): Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquele momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
 Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 2).
 Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC.

(Anexo 3).

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 4).

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, inserta no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 5).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 6).

(...)

OFÍCIO Nº 841/2005 – ~~SEFIP/TCU~~ TCU/SECEX-SC

Pendências:

- 1.1.1.3: Providenciado e informado à Auditoria Interna/UFSC;
- 1.1.1.4: Já informado a essa Auditoria;
- 1.1.1.5: O processo em questão encontra-se no MPOG.

OFÍCIO Nº 3539/2006 – SEFIP/TCU

Pendências:

- URP/fev/89 (26,05%): Idem ~~Acórdão 91/2006~~ Ofício nº 0464/2006/SEFIP/TCU;
- Acumulação ilegal de dois cargo: Idem ao item 1.1.1.5 do Ofício nº 841/2005/TCU/SECEX-SC.

4. Memorando nº 030/PRDHS/2007 de 01/03/2007, encaminhado à Auditoria Interna, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 0260/2007-TCU/SEFIP, informamos que, por recomendação da Controladoria Geral da União no Estado de Santa Catarina, esta Pró-Reitoria enviou em 07/07/2005 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o processo administrativo nº 23080.00006604/98-54, sendo que até a presente data o mesmo ainda não retornou (anexo 1).
- Posteriormente, para o cumprimento da determinação em questão, a UFSC informou ao interessado sobre a referida decisão para, caso houvesse interesse, nos termos da legislação vigente exercesse o contraditório e a ampla defesa (anexo2).
- Neste sentido, para melhor argüir sua defesa, o servidor solicitou a cópia do referido processo.
- Por intermédio dos Ofícios nº 587/DDAP/2006 e nº 005/DDAP/2007, o Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o processo em referência (anexo 3).
- Por fim, informamos que mais uma vez estamos solicitando àquele Ministério o processo em tela (anexo 4).

5. Ofício nº 026/AUDIN/2007, datado de 12/03/2007, ao Coordenador da Equipe de Auditoria 189712 da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina – CGU-R/SC, com o seguinte teor:

- Encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando documentação referentes às pendências quanto as determinações do Tribunal de Contas da União, citadas no RELATÓRIO DE ATIVIDADES em 2006 desta Auditoria Interna, encaminhado àquela Pró-Reitoria por intermédio do Memorando Circular nº 001/AUDIN/2007, de 02/02/2007.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007:

(...)

Anexo 2

- Ofício nº: 10534/06, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 3

- Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº67/2006 de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - Decisão, de 14/12/2006 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Anexo 4

- Ofício nº: 508/07, da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Anexo 5

- Ofício nº 003/PRDHS/2007.

Anexo 6

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Liminar, de 15/02/2007 – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

(...)

- Informamos que, em relação ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006, constam do RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS RELACIONADA COM O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – 2006, também encaminhado à CGU-R/SC, através do Ofício nº 003/AUDIN/2007, de 31/01/2007, as providências adotadas no exercício de 2006.
 - Segue também, em anexo, Relatório referente às providências adotadas em 2007 em relação ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006.
6. Ofício nº 091/GR/2007 de 15/03/2007, encaminhado à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, com o seguinte teor:
- Atendendo à diligência constante do Ofício nº 0260/2007-TCU/Sefip, datado de 12/02/2007 e recebido em 22/02/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 30/PRDHS/2007, de 01/03/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações referentes às ações em curso para cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão 2.474/2005-TCU e 3.189/2006-TCU, ambos da 2ª Câmara.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 30/PRDHS/2007:
 - Controle de Processo e Documento – Consulta Processo/Documento;
 - Ofício nº 594/DDAP/2006;
 - Requerimento, de 09/01/2007, de Manoel Cordeiro;
 - Ofício nº 587/DDAP/2006;
 - Ofício nº 005/DDAP/2007;
 - Ofício nº 066/DDAP/2007;
7. Memorando nº 410/DDAP/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
- Estamos encaminhando a Vossa Senhoria cópia do processo administrativo nº 23080.006604/98-54, do servidor Manoel Cordeiro para demais providências, tendo em vista o constante nos Ofícios nº 3.616 – SEFIP, de 23/11/06 e 841/2006 – TCU/SECEX-SC.
 - Outrossim esclarecemos que o mencionado processo foi encaminhado, em 28/06/2005 à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para análise e manifestação tendo em vista a solicitação constante do Relatório nº 160.717 – CGU/SC - item 8.4.1.2, fls. 221 do mesmo.
 - Ocorre em virtude da solicitação constante dos Ofícios nºs 3.616 – SEFIP, de 23/11/06 e 841/2006 – TCU/SECEX-SC, foi solicitado ao citado Ministério, o retorno a esta Universidade do processo em questão. Tal solicitação somente foi atendida em 25/07/2007, sem contudo, inexistir nos autos qualquer análise quanto a solicitação inicial, conforme fls. 232.
 - Neste sentido, este Departamento fez juntada, aos autos, dos documentos de fls. 233 a 277. Em data de 13/08/2007 foi encaminhado ao prof. Cordeiro o Ofício nº 286/DDAP/07, fls. 279.
8. Ofício nº 426/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
- Em aditamento aos Ofícios nºs 025 e 031/GR/2007, de 18/01/2007 e 23/01/2007, respectivamente, alusivos ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 410/DDAP/2007, datado de 10/08/2007 e recebido em 10/09/2007, do Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando esclarecimentos e enviando cópia do Processo nº 23080.006604/98-54, referente a aposentaria do servidor MANOEL CORDEIRO.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
9. Ofício nº 450/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
- Em aditamento aos Ofícios nºs 025, 031 e 426/GR/2007, de 18/01/2007, 23/01/2007 e 14/09/2007, respectivamente, alusivos ao Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, encaminhamos,

em anexo, cópia das fls. 279 a 291 extraídas do Processo nº 23080.006604/98-54, referente a aposentaria do servidor MANOEL CORDEIRO, enviado à AUDIN/UFSC para conhecimento e manifestação, pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social.

- O interessado, servidor docente Manoel Cordeiro, requereu às fls. 284 dos autos, a remessa do PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO (fls. 285 a 289) ao Tribunal de Contas da União, com manifestação da Procuradoria Federal junto à UFSC, bem como possa ir à Brasília fazer sua defesa (sustentação oral), tendo suas despesas ressarcidas pela UFSC.
- A AUDIN/UFSC devolveu o Processo nº 23080.006604/98-54 à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social para que ela o submetesse à apreciação/manifestação da PF/PGF/AGU junto à UFSC e adotasse as providências que se fizessem necessárias.
- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

10. Ofício nº 499/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Essa colenda Corte de Contas, no Processo nº TC-009.555/2001-5, por intermédio do Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara, negou provimento ao PEDIDO DE REEXAME interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina contra o Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal a concessão da aposentadoria em favor de MANOEL CORDEIRO, negando registro ao ato.
- Cientificado o interessado, este requereu cópia do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro) para apresentar sua defesa. Entretanto, este processo, em junho/2005, foi remetido à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, em atendimento à recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 160.717 da CGU/SC, retornando à UFSC, somente em julho/2007.
- Em 13/08/2007, por meio do Ofício nº 286/DDAP/2007 (fls. 279), foi encaminhada cópia do Processo nº 23080.006604/98-54 ao servidor Manoel Cordeiro, que a recebeu em 17/08/2007, conforme de comprovante da empresa CORREIOS (fls. 282).
- Em 11/09/2007, o servidor MANOEL CORDEIRO deu entrada no Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal desta Universidade, de petição dirigida a este Reitor (fls. 281 a 284), contestando a decisão do Tribunal de Contas da União de considerar ilegal o pagamento da URP/FEV/26,9%, decorrente de sentença judicial, bem como requerendo encaminhamento de PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO, dirigido ao Presidente do Tribunal de Contas da União (fls. 285 a 290), após sofrer tramitação na Procuradoria Federal junto à UFSC, além de solicitar que possa ir à Brasília/DF fazer sua defesa (sustentação oral), tendo suas despesas ressarcidas pela UFSC.
- Desta forma, encaminhamos, em anexo, a versão original do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor MANOEL CORDEIRO), ao qual foi apensado PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO do interessado.
- Outrossim, solicitamos manifestação dessa Secretaria sobre a legalidade do ressarcimento das despesas do interessado para apresentar sustentação oral de sua defesa junto a esse Tribunal, em Brasília/DF, conforme pedido do servidor em tela.
- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

11. Ofício nº 510/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC, de 16/11/2006, quanto ao item “1.1.1.5” do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara (Relação 66/2006 – Gab. do Min. Walton Alencar Rodrigues – 2ª Câmara – Ata 41/2006), encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 499/GR/2007, de 08/10/2007, dirigido à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) desse egrégio Tribunal, prestando esclarecimentos e enviando a versão original do Processo nº 23080.006604/98-54 (solicitação de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro).
- Tal encaminhamento se fez necessário em face do PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO, interposto pelo servidor Manoel Cordeiro, motivado pelas deliberações da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União no Processo TC nº 009.555/2001-5 (Acórdão nº 2.474/2005-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão nº 3.189/2006-TCU-2ª Câmara).
- Informamos, ainda, em relação ao “1.1.1.5” do Acórdão nº 3.167/2006-TCU-2ª Câmara, que atendendo ao solicitado no Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC, de 12/12/2006, foram remetidos a essa Secretaria os Ofícios nºs 025, 031, 426 e 450/GR/2007 (cópias anexas), respectivamente, de 18/01/2007, 23/01/2007, 14/09/2007 e 27/09/2007.
- Segue também, em anexo, cópia das fls. 291 (frente e verso) e 292 do Processo nº

23080.006604/98-54.

- 12 A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

▸ Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJUR/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)

▸ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

- Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
- Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
- (...)
- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 019.894/2003-0
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 3735/2006/SEFIP/TCU– de 01/12/2006 (Recebido em 08/12/2006)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: <ol style="list-style-type: none">Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 3353/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 21/11/2006, Ata 43/2006.A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.<ul style="list-style-type: none">▶ <u>Acórdão nº 3.353/2006-TCU-1ª Câmara:</u><ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de servidor da Universidade Federal de Santa Catarina.▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:<ol style="list-style-type: none">considerar ilegal a concessão de aposentadoria ao servidor Aristides Martingo Maia e recusar o registro do ato de fls. 1/5;dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:<ol style="list-style-type: none">dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal;fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal (de fls. 1/5), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;dar ciência ao interessado cujo ato foi considerado ilegal de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;determinar à SEFIP que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.	
Providências em 2007: <ol style="list-style-type: none">Memorando nº 032/DDAP/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:<ul style="list-style-type: none">▫ Informamos a Vossa Senhoria que em virtude da determinação constante no Acórdão nº 3.353/2006 – TCU, encaminhamos correspondência ao servidor Aristides Martingo Maia, que por sua vez apresentou pedido de reexame àquele Tribunal, conforme constam dos documentos anexos.<u>Documentos anexados:</u><ul style="list-style-type: none">▫ Ofício nº 002/DDAP/2007, de 03/01/2007, ao Prof. Aristides Martingo Maia;▫ Of. Jurídico nº 02/07 – APUFSC-SSind, de 25/01/2007, ao DDAP/PRDHS;<ul style="list-style-type: none">• PEDIDO DE REEXAME COM EFEITO SUSPENSIVO, firmado por Luis Fernando Silva (OAB/SC 9582), de 19/01/2007, à 1ª Câmara do TCU.<u>Ofício nº 70/2007/SERUR/TCU à DDAP/UFSC</u>, com o seguinte teor:<ol style="list-style-type: none">Em atenção ao Acórdão nº 353/2005 TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 6.4.2005, Ata nº 11/2005, comunico a V. S.ª que foi interposto Pedido de Reexame pelo Sr. ARISTIDES MARTINGO MAIA, contra o Acórdão nº 3.353/2006 – 1ª Câmara – TCU, Sessão de 21.11.2006, Ata nº 43/2006, referente ao processo TC-019.894/2003-0, o qual tem efeito suspensivo em relação aos subitens	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

9.1 e 9.3.2 da decisão recorrida, com fulcro no art. 285, caput, e art. 286, parágrafo único, do RI/TCU.
2. Esclareço, ainda, que o referido recurso não foi apreciado pelo competente Colegiado desta Casa.
3. Na oportunidade, esta Secretaria coloca-se à disposição de V. S. ^a para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.
3. Despacho da Diretora do DDAP no verso do Ofício nº 70/2007/SERUR/TCU: “Ciente. À AUDIN/GR, para conhecimento”.
4. Ofício nº 020/AUDIN/2007 à Equipe de Auditoria 189712 da CGU-R/SC, encaminhando cópia do Ofício nº 70/2007/SERUR/TCU.

Setor: SECEX-6	Nº Processo: TC 025.983/2006-1
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 1193/2006-TCU/SECEX-6 – de 14/12/2006 (Recebido em 26/12/2006)	Natureza: Relação/Acórdão
Teor do Ofício: <ul style="list-style-type: none">▫ Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento e adoção da medida prevista no item 9.1, cópia do Acórdão nº 2.167/2006, adotado por este Tribunal em Sessão Ordinária do Plenário de 22/11/2006, ao apreciar o processo TC nº 025.983/2006-1, que trata de procedimentos para o cálculo e exame dos indicadores de gestão a serem elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conforme Acórdão nº 1043/2006 – Plenário (cópia anexa).2. Informo que o não cumprimento à decisão do Tribunal sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8443/92.3. Por fim, solicito a devolução imediata da 2ª via deste Ofício, com o “ciente” de Vossa Magnificência.<ul style="list-style-type: none">▸ <u>Acórdão nº 2.167/2006-TCU-Plenário – Relação 36/2006 – Ata 47/2006:</u><ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de acompanhamento das contas do governo relativas ao exercício de 2006, com o objetivo de definir critérios e estabelecer procedimentos para o cálculo e exame dos indicadores de gestão elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), que servirão de base para a análise setorial do ensino superior a ser inserida no Relatório das Contas do Governo.▫ Considerando que o Plenário, em Sessão de 28/06/2006, Acórdão 1043/2006, deliberou no sentido de determinar à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu), às Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) e ao Grupo de Contato das IFEs (GC), a adoção de medidas afetas ao cálculo e acompanhamento dos indicadores de gestão a serem apresentados anualmente ao TCU pelas instituições universitárias;▫ Considerando que as propostas formuladas pela 6ª SECEX em cumprimento ao citado Acórdão 1043/2006 - Plenário impactam a análise setorial do ensino superior do Relatório Anual das Contas do Governo do exercício de 2006, no que diz respeito à definição dos indicadores a serem apresentados;▫ Considerando que o item 9.7 do Acórdão 1043/2006 determina ao Grupo de Contato das IFEs que submeta ao Relator das Contas do Governo relativas ao exercício de 2007 as medidas concretas para minimizar os problemas identificados em seus subitens 9.7.1 a 9.7.3;▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 230 e 241 do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 determinar às IFEs que apresentem, no relatório de gestão das contas anuais, a partir do próximo exercício, os componentes e indicadores constantes dos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9 do Acórdão 1043/2006 - Plenário;9.2 determinar à SESu que, nas próximas contas, apresente estudo sobre a possibilidade/ viabilidade de criação dos indicadores referentes aos subitens 9.1.2.10 e 9.1.2.11 do Acórdão 1043/2006 - Plenário propondo, se for o caso, as correspondentes fórmulas de cálculo;9.3 determinar à 6ª SECEX que:	

9.3. encaminhe à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação cópia desta
1 deliberação, bem como da instrução de fls. 3/7;

9.3. dê ciência ao Relator das Contas do Governo relativas ao exercício de 2007 das providências
2 adotadas para o cumprimento do item 9.7 do Acórdão 1043/2006 - Plenário.

► Acórdão nº 1.043/2006 – TCU – Plenário:

▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria em que se aprecia os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de contato formado por representantes da 6ª SECEX, SEMAG, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação - SESu e Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, com o objetivo de orientar as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES na implantação padronizada do conjunto inicial de indicadores de desempenho, bem como estabelecer plano de ação com vistas a aprimorá-los (Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário).

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar às Instituições Federais de Ensino Superior que passem a informar, no relatório de gestão das contas anuais a partir do exercício de 2006, em atendimento à Instrução Normativa/TCU n.º 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário:

9.1. componentes:

1

9.1.1. custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários - HUs;

1

9.1.1. custo corrente excluindo as despesas dos HUs;

2

9.1.1. número de alunos tempo integral;

3

9.1.1. número de professores equivalentes;

4

9.1.1. número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs; e

5

9.1.1. número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs;

6

9.1. indicadores:

2

9.1.2. custo corrente/número de alunos tempo integral (a ser apresentado em dois valores: um
1 calculado com os 35% das despesas dos HUs e outro excluindo essas despesas);

9.1.2. número de alunos tempo integral / número de professores equivalentes

2

9.1.2. número de alunos tempo integral / número de funcionários equivalentes (a ser apresentado em
3 dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

9.1.2. número de funcionários equivalentes / número de professores equivalentes (a ser apresentado
4 em dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

9.1.2. Grau de Participação Estudantil (GPE);

5

9.1.2. Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG);

6

9.1.2. Conceito CAPES;

7

9.1.2. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);

8

9.1.2. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG);

9

9.1.2. Taxa de Sucesso na Pós-Graduação;

10	
9.1.2.	Recursos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na atividade-fim da Instituição;
11	
9.2	determinar também às Instituições Federais de Ensino Superior que informem, na página da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, na Internet, em formulário próprio, os dados listados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9.11 supra, para acompanhamento e análise setorial a ser elaborada por aquela Secretaria;
9.3	recomendar às Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9.11 acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada;
9.4	recomendar à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que:
9.4.	divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização
1	da auditoria anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores;
9.4.	inclua, no seu relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos
2	dados (indicadores e componentes) constantes subitens 9.1.1 a 9.1.2.9 supra, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas IFES, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino superior no País;
9.5	determinar à 6ª SECEX que disponibilize, em sua página na Intranet, os dados informados por todas as IFES, como subsídio para os trabalhos de fiscalização que vierem a ser realizados pelas demais Unidades Técnicas do TCU em suas respectivas clientelas;
9.6	determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que, a partir do exercício de 2007, passe a incluir no Relatório anual das Contas do Governo a análise setorial do desempenho das Universidades Federais quanto aos indicadores mencionados no subitem 9.1.2. deste Acórdão;
9.7	determinar ao grupo de contato constituído em virtude do subitem 8.3 da Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário que, no prazo de 90 (noventa) dias, submeta ao Relator das Contas do Governo relativas ao exercício de 2007 medidas concretas com vistas a evitar:
9.7.	o descompasso entre a disponibilidade dos indicadores validados e a elaboração do Relatório
1	Anual das Contas do Governo;
9.7.	a inconsistência dos valores informados;
2	
9.7.	as distorções na avaliação das atividades do ano civil em curso, quando ocorrerem paralisações
3	das atividades acadêmicas;
9.8	arquivar o presente processo.
Providência em 2007:	
1.	Memorando n.º 005/AUDIn/2007 ao PIP/GR, com o seguinte teor:
▫	Para conhecimento, acompanhamento e para as providências que se fizerem necessárias, encaminhamos a V. Sa. cópia do Ofício n.º 1193/2006-TCU/SECEX-6 e seus anexos – Acórdão n.º 1.043/2006-TCU-Plenário e Acórdão n.º 2.167-TCU-Plenário (Relação 36/2006, Ata 47/2006) – do Tribunal de Contas da União, que trata de procedimentos para o cálculo e exame dos indicadores de gestão a serem elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior.
▫	Informamos que, conforme consta do despacho do Magnífico Reitor no Ofício n.º 647/2006-TCU/SECEX-6, de 20/07/2006, cópia do Acórdão n.º 1.043/2006-TCU-Plenário foi remetido a esse Programa – PIP.

Setor:	Nº Processo:
SECEX-SC	TC-007.205/2000-0
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 1108/2007-TCU/SECEX-SC – de 13/03/2007 (Recebido em 19/03/2007)	Parcelamento/Desconto em Folha

Teor do Ofício:

- Comunico a Vossa Magnificência que este Tribunal decidiu, conforme Acórdão nº 88/2007 (cópia anexa, acompanhada de Relatório e Voto), em Sessão de 7/2/2007, Ata nº 5/2007, ao apreciar o Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. Adelar Benetti e Paulo Antônio Silveira de Souza contra o Acórdão nº 194/2006 (cópia em anexo), conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, autorizando, com fulcro no art. 217, caput e parágrafo primeiro, do Regimento Interno/TCU, o recolhimento do débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente, com os devidos acréscimos legais.
- 2. Considerando que os responsáveis foram condenados solidariamente ao pagamento de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), atualizados monetariamente a contar de 23.02.1999 e 24.02.1999 (anexo Demonstrativo de Débito), solicitamos a essa Universidade Federal que efetue, com a observância do disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, o desconto de R\$ 19.762,62 (dezenove mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), em até 24 (vinte e quatro) parcelas, limitadas em 25% da remuneração, na folha de pagamento do Sr. Paulo Antônio Silveira de Souza, Matrícula SIAPE 0049109, equivalente a 56% (cinquenta e seis por cento) do débito total atualizado, conforme petição do próprio servidor (cópia em anexo), devendo ser remetido a esta Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina, o documento comprobatório do referido desconto.
- Acórdão nº 194/2006-TCU-Plenário – Ata 8/2006:
 - VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto pelo Ministério Público junto ao TCU para reapreciação das contas da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC-EAFRS/SC, relativas ao exercício de 1999, julgadas regulares com ressalva na Sessão de 25/03/2003 da 1ª Câmara (Acórdão n. 491/2003-TCU-1ª Câmara, constante da Relação n. 20/2003, inserida na Ata n. 8/2003), em função de irregularidades apuradas em processo de Tomada de Contas Especial (TC-000.321/2000-7),
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 35, inciso III, da Lei n. 8.443, de 16 de junho de 1992, em conhecer do Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal para, no mérito:
 - 9.1 tornar insubsistente o Acórdão n. 491/2003-TCU-1ª Câmara;
 - 9.2 rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Adelar Benetti e Paulo Antônio Silveira de Souza, acerca da falta de comprovação de gastos oriundos das “taxas de internato” cobradas dos alunos, e da falta de contabilização desses recursos na fonte 250;
 - 9.3 com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/92 c/c os arts. 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Adelar Benetti (CPF n. 454.295.459-53) e Paulo Antônio Silveira de Souza (CPF n. 194.988.109-15), condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea “a” da referida Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da EAFRS/SC, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 23/2/1999 e 24/2/1999, respectivamente, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;
 - 9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
 - 9.5 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei n. 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis;
 - 9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos Srs. Adelar Benetti e Paulo Antônio Silveira de Souza e ao interessado.
- Acórdão nº 88/2007-TCU-Plenário – Ata 5/2007:
 - VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas, em que, nesta fase processual, examina-se o Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 194/2006 – Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas apreciou o Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público/TCU, julgando irregulares as contas dos Srs. Adelar Benetti e Paulo Antônio Silveira de Souza, com condenação em débito,
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 com fundamento nos arts. 32, inciso I, parágrafo único, 33 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 285, do Regimento Interno/TCU, conhecer do presente Recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão recorrido;
- 9.2 autorizar, com fulcro no art. 217, caput e parágrafo primeiro, do Regimento Interno/TCU, o recolhimento do débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente, com os devidos acréscimos legais;
- 9.3 alertar aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;
- 9.4 dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

Providências:

1. Despacho do Reitor, em exercício, com o seguinte teor: “À AUDIN para providências em 20/03/07”.
2. Memorando nº 061/AUDIN/2007 ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos a V. Sa., em anexo, para conhecimento, acompanhamento e, se for o caso, providências que se fizerem necessárias, o Ofício nº 1108/2007-TCU/SECEX-SC, de 13/03/2007 que envia ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, para conhecimento e cumprimento de determinação, cópia do Acórdão nº 194/2006-TCU-Plenário (Ata nº 8/2006), mantido pelo Acórdão nº 88/2007-TCU-Plenário (Ata nº 5/2007), referente ao Processo TC 007.205/2000-0.
 - Alertamos para o disposto no segundo parágrafo do Ofício em epígrafe, quanto ao valor a ser descontado na folha de pagamento do Sr. Paulo Antônio Silveira de Souza, matrícula SIAPE 0049109, bem como do encaminhamento de documentação comprobatória do desconto à SECEX-SC/TCU.
 - Comunicamos que o Sr. Paulo Antônio Silveira de Souza, ocupante do cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º graus, foi redistribuído da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC para esta Universidade.
3. Memorando nº 195/DDAP/2007 à AudIN, com o seguinte teor:
 - Em atendimento ao Vosso memo. nº 061/AUDIN/2007, que se refere ao Ofício nº 1108/2007-TCU/SECEX-SC informamos que foi incluído na folha de pagamento do servidor Paulo Antonio Silveira de Souza, a rubrica de ressarcimento ao erário a partir desta folha de maio de 2007, conforme documento anexo.

Documento anexado:

 - CONSULTA DADOS FINANCEIROS DO SERVIDOR – Paulo Antônio Silveira de Souza, extraída do Sistema SIAPE em 03/05/2007.

Observação anotada neste documento:

Lançado o desconto de R\$ 19.762,62 (dezenove mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) na folha de maio/2007.

O valor foi dividido em 24 parcelas, sendo o valor de cada parcela igual a R\$ 823,44 (oitocentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

Chefe da Divisão de Orçamento, Crítica e Pagamentos Diversos do DDAP/PRDHS.
4. Ofício nº 209/GR/2007 à SECEX-SC/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 1108/2007-TCU/SECEX-SC, de 13/03/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 195/DDAP/2007, de 07/05/2007, do Departamento de Desenvolvimento de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, informando que foi incluído na folha de pagamento do servidor Paulo Antônio Silveira de Souza a rubrica de ressarcimento ao erário a partir da folha de maio de 2007, conforme documento anexado (CONSULTA DADOS FINANCEIROS DO SERVIDOR – PAULO ANTONIO SILVEIRA DE SOUZA, extraída do Sistema SIAPE em 03/05/2007).

Setor:

SECEX-6

Nº Processo:

TC 016.229/1999-1

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<p>Tipo de Expediente – N° - datado de:</p>	<p>Natureza:</p>
<p>Ofício nº 221/2007-TCU/SECEX-6 – de 20/03/2007 (Recebido em 28/03/2007)</p>	<p>Deliberação</p>
<p>Teor do Ofício:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 254/2007, adotado por este Tribunal em Sessão Ordinária do Plenário de 7/3/2007, por meio do qual foi corrigido erro material verificado no Acórdão nº 1043/2006-TCU-Plenário (cópia anexa), referente ao processo em que se apreciam os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de contato constituído para implantação de indicadores de gestão, consoante Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário, TC nº 016.229/1999-1. 2. Por fim, solicito a devolução da 2ª via deste ofício, com o “ciente” de Vossa Magnificência. ▸ <u>Acórdão nº 254/2007 – TCU – Plenário (Relação nº 2/2007- Ata nº 8/2007):</u> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, em 7/3/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1043/2006 - Plenário - TCU, prolatado na Sessão de 28/06/2006, Ata nº 26/2006, relativamente aos subitens: ▫ 9.1.1.3., onde se lê: número de alunos tempo integral, leia-se: número de alunos tempo integral e número de alunos equivalentes; ▫ 9.1.2.1., onde se lê: custo corrente/número de alunos tempo integral (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos Hus e outro excluindo essas despesas), leia-se: custo corrente/número de alunos equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos Hus e outro excluindo essas despesas); ▫ 9.3., onde se lê: recomendar às Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9.11 acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada, - leia-se: recomendar às Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.11 acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada; ▫ 9.4.1., onde se lê: divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização da auditoria anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores; leia-se: divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização da verificação e ajuste anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores; e ▫ alterar o nome "Secretaria de Ensino Superior" para "Secretaria de Educação Superior", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora ratificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: ▸ <u>Acórdão nº 1.043/2006 – TCU – Plenário:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria em que se aprecia os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de contato formado por representantes da 6ª SECEX, SEMAG, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação - SESu e Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, com o objetivo de orientar as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES na implantação padronizada do conjunto inicial de indicadores de desempenho, bem como estabelecer plano de ação com vistas a aprimorá-los (Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário). ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1 determinar às Instituições Federais de Ensino Superior que passem a informar, no relatório de gestão das contas anuais a partir do exercício de 2006, em atendimento à Instrução Normativa/TCU n.º 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário: 	

9.1. componentes:

1

9.1.1. custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários - HUs;

1

9.1.1. custo corrente excluindo as despesas dos HUs;

2

9.1.1. número de alunos tempo integral;

3

9.1.1. número de professores equivalentes;

4

9.1.1. número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs; e

5

9.1.1. número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs;

6

9.1. indicadores:

2

9.1.2. custo corrente/número de alunos tempo integral (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos HUs e outro excluindo essas despesas);

1

9.1.2. número de alunos tempo integral / número de professores equivalentes

2

9.1.2. número de alunos tempo integral / número de funcionários equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

3

9.1.2. número de funcionários equivalentes / número de professores equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

4

9.1.2. Grau de Participação Estudantil (GPE);

5

9.1.2. Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG);

6

9.1.2. Conceito CAPES;

7

9.1.2. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);

8

9.1.2. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG);

9

9.1.2. Taxa de Sucesso na Pós-Graduação;

10

9.1.2. Recursos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na atividade-fim da Instituição;

11

9.2 determinar também às Instituições Federais de Ensino Superior que informem, na página da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, na Internet, em formulário próprio, os dados listados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9.11 supra, para acompanhamento e análise setorial a ser elaborada por aquela Secretaria;

9.3 recomendar às Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão das contas anuais, análises sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados nos subitens 9.1.1 a 9.1.2.9.11 acima, consideradas as séries históricas a partir do exercício de 2002, com exame dos aspectos relevantes da evolução constatada;

9.4 recomendar à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação que:

1

9.4. divulgue os indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, após realização da auditoria anual sobre os dados brutos utilizados por aquelas IFES no cálculo dos indicadores;

2

9.4. inclua, no seu relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes subitens 9.1.1 a 9.1.2.9 supra, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas IFES, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino superior no

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

País;	
9.5	determinar à 6ª SECEX que disponibilize, em sua página na Intranet, os dados informados por todas as IFES, como subsídio para os trabalhos de fiscalização que vierem a ser realizados pelas demais Unidades Técnicas do TCU em suas respectivas clientelas;
9.6	determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que, a partir do exercício de 2007, passe a incluir no Relatório anual das Contas do Governo a análise setorial do desempenho das Universidades Federais quanto aos indicadores mencionados no subitem 9.1.2. deste Acórdão;
9.7	determinar ao grupo de contato constituído em virtude do subitem 8.3 da Decisão n.º 408/2002-TCU-Plenário que, no prazo de 90 (noventa) dias, submeta ao Relator das Contas do Governo relativas ao exercício de 2007 medidas concretas com vistas a evitar:
9.7.1	o descompasso entre a disponibilidade dos indicadores validados e a elaboração do Relatório Anual das Contas do Governo;
9.7.2	a inconsistência dos valores informados;
9.7.3	as distorções na avaliação das atividades do ano civil em curso, quando ocorrerem paralisações das atividades acadêmicas;
9.8	arquivar o presente processo.
Providência:	
1.	Despacho do Reitor no Ofício n.º 221/2007-TCU/SECEX-6: "Ao Diretor de Planejamento cc. Audin".

Setor:	Nº Processo:
SECEX-SC	TC 002.816/2005-4
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 1127/2007-TCU/SECEX-SC – de 20/03/2007 (Recebido em 26/03/2007)	Acórdão
Teor do Ofício:	
<p>▫ Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento e providência, cópia do Acórdão nº 289/2007 proferido nos autos do processo nº TC-002.816/2005-4, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 7/3/2007, bem como do Relatório e do Voto que fundamentam aquela deliberação.</p> <p>▸ <u>Acórdão nº 289/2007-TCU-Plenário – Ata 8/2007:</u></p> <p>▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC na contratação da Fundação José Arthur Boiteux/FUNJAB, entidade de apoio àquela universidade, para a implementação de cursos de pós-graduação lato sensu.</p> <p>▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, II, da Lei 8.443/92 e art. 1º, XXI e XXVI, do RI/TCU, em:</p> <p>9.1 conhecer da Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso IV, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;</p> <p>9.2 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - que:</p> <p>9.2.1 com relação aos contratos em andamento, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, encetar procedimentos administrativos com vistas a alterar esses ajustes, a fim de adequá-los à lei e aos regulamentos aplicáveis, especificamente quanto ao/à:</p> <p>9.2.1.1 recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como dos saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais;</p> <p>9.2.1.2 pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;</p> <p>9.2.1.3 formalização dos termos, abstendo-se de utilizar o Regime de Permissão;</p> <p>9.2.2 com relação aos contratos já encerrados, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur</p>	

Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, adotar os necessários procedimentos administrativos com vistas ao:

- 9.2.2.1 recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais; e
- 9.2.2.2 pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;
- 9.2.3 limite-se a efetuar contratações fundamentadas no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, quando, comprovadamente, houver nexos entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual, este necessariamente relativo a ensino, a pesquisa ou a desenvolvimento institucional;
- 9.2.4 inclua no orçamento geral da universidade todas as receitas e despesas inerentes a sua ação institucional, ainda que eventualmente provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, os valores arrecadados e despendidos nas atividades de extensão, tais como os cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;
- 9.2.5 recolha à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei 4.320/64 e nos arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/86, todas as suas receitas, inclusive aquelas provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, recursos arrecadados de atividades de extensão, tais como cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com o patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;
- 9.2.6 realize despesas, ainda que por intermédio de fundações de apoio, desde que amparadas por crédito consignado no orçamento geral da universidade;
- 9.3 enviar cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam:
- 9.3.1 aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e à Comissão de Educação do Senado Federal, cientificando-lhes da dificuldade vivenciada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na realização de cursos de extensão e pós-graduação lato sensu com recursos próprios dessa entidade, uma vez que, mesmo dispondo de recursos financeiros próprios recolhidos à conta daquela IFES junto ao Tesouro Nacional, essa instituição não consegue executá-los devido aos sucessivos contingenciamentos da respectiva dotação orçamentária, aprovada pelo Congresso Nacional, o que vem acarretando, inclusive, risco de descontinuidade do cumprimento dos objetivos institucionais da aludida Universidade; e
- 9.3.2 ao Representante.

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: "Ao Prof. Ariovaldo cc. Audin".
2. Memorando Circular nº 007/AUDIN/2007 à PREG, PRPG, PRPE, PRCE, PRAE, PROAF, PRDHS, HU e PFSC/PGF/AGU junto à UFSC, com o seguinte teor:
 - Encaminhamos a V. Sa., em anexo, para conhecimento, acompanhamento e, se for o caso, para as providências que se fizerem necessárias, cópia do Ofício nº 1127/2007/TCU/SECEX-SC, datado de 20/03/2007, acompanhado do Acórdão 289/2007-TCU-Plenário, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, adotado pelo Tribunal de Contas da União no Processo nº TC-002.816/2005-4.
 - Alertamos que, conforme legislação aplicável, o descumprimento de determinação feita por aquele Tribunal, poderá ensejar a irregularidade de futuras contas e aplicação de multa (art. 16, § 1º e art. 58, inciso VII e § 1º, da Lei nº 8.443/92).
 - Lembramos a V. Sa. a necessidade de que as eventuais ocorrências de situações da natureza em questão, que estejam em desacordo com as determinações constantes do Acórdão 289/2007-TCU-Plenário sejam sanadas, haja vista que, com certeza, a Equipe de Auditoria da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina (CGU-R/SC) que avaliará a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina referente ao exercício de 2007, solicitará comprovações do atendimento em relação às determinações contidas em Acórdãos do Tribunal de Contas da União.
 - Para que esta AUDIN possa cumprir a sua obrigação especificada no art. 15 do Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina de "acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União”, solicitamos que nos sejam comunicadas as ações e providências adotadas no saneamento destas eventuais ocorrências.

- As providências tomadas por essa Unidade serão incluídas no Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT) desta AUDIN, que integrará o processo de prestação de contas do exercício de 2007.

Pendência(s):

PROAF Informar as medidas adotadas para cumprimento das determinações do TCU (Item “9.2”)

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 016.598/2002-0
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 0984/2007-TCU/Sefip – de 27/03/2007 (Recebido em 04/04/2007)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: <ol style="list-style-type: none">1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 627/2007-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 20/03/2007, Ata 8/2007.2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>▸ <u>Acórdão nº 627/2007-TCU-1ª Câmara – Ata 8/2007:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que é apreciado ato de concessão de aposentadoria à ex-servidora vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: <ol style="list-style-type: none">9.1 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:<ol style="list-style-type: none">9.1. reveja os proventos de Maria Tereza Leopardi para que a parcela relativa à URP de 1º fevereiro/1989, assegurada em sentença proferida no Mandado de Segurança – MS nº 2001.34.00.020574-8/DF, seja considerada, desde o momento inicial em que foi devida (março/2002), no valor de R\$ 1.027,14 (mil e vinte e sete reais catorze centavos), como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;9.1. promova o acompanhamento da apelação em MS – MAS nº 2001.34.00.020574-8, tramitando no 2º Tribunal Regional Federal – TRF da 1ª Região, bem como informe este Tribunal tão logo haja desfecho dessa ação, e que, em caso de obtenção de provimento de recurso, suspenda o pagamento da vantagem alusiva à URP, a partir do trânsito em julgado do aludido MS;9.2 determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem anterior, apresentando a este Tribunal, caso necessário. <p>Providências:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À AUDIN em 04/04/07”.2. Memorando nº 077/AUDIN/2007 ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social, com o seguinte teor:<ul style="list-style-type: none">▫ Encaminhamos a V. Sa., em anexo, para conhecimento, acompanhamento e para as providências que se fizerem necessárias, cópia do Ofício nº 0984/2007-SEFIP/TCU, datado de 27/03/2007 e recebido em 04/04/2007, com cópia do Acórdão nº 627/2007-TCU-1ª Câmara e do Relatório e Voto que o embasam, exarado na Sessão de 20/03/2007 – Ata 8/2007.▫ Recomendamos que a servidora interessada na questão seja cientificada da determinação do Tribunal de Contas da União, bem como seja consultada a Procuradoria Federal em Santa Catarina da PGF/AGU quanto ao cumprimento da determinação do TCU, haja vista decisões judiciais mais recentes em relação à URP/fev/89.	

- Para que esta AudIn possa cumprir a sua obrigação especificada no art. 15 do Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina de “acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União”, solicitamos que nos sejam comunicadas as ações e providências adotadas no saneamento dos assuntos concernentes a essa Pró-Reitoria, apontados pelo Tribunal de Contas da União.
- 3. Memorando nº 063/PRDHS/2007 à AudIn, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Memorando nº 077/AUDIN/2007 de 10 de abril de 2007, segue anexo o memorando nº 033/PRDHS/2007, que trata do assunto em referência.
Memorando nº 033/PRDHS/2007 datado de 01/03/2007, à Auditoria Interna, com o seguinte teor:
 - Completando as informações contidas no Memorando nº 152/PRDHS/2006, no que tange à vantagem da parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), e em que pese a UFSC estar naquela momento tomando as providências administrativas para o fiel cumprimento da Decisão do TCU, através de ofício endereçado a esta Pró-Reitoria, o advogado constituído no Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.
 - Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP) (Anexo 1).
 - Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminha ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC (Anexo 2).
 - Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT 561/89 aos seus beneficiários (Anexo 3).
 - Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, insere no ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89) (Anexo 4).
 - Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do processo Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (Anexo 5).
- 4. Ofício nº 166/GR/2007 de 19/04/2007, ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 0984/2007-TCU/Sefip, datado de 27/03/2007 e recebido em 04/04/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 63/PRDHS/2007, de 11/04/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, enviando cópia do Memorando nº 33/PRDHS/2007, de 01/03/2007, que presta informações e encaminha documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União, em diversos processos, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89), a exemplo do deliberado no Acórdão 3.111/2006-TCU-1ª Câmara.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 33/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 10534/06 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - Ofício nº 014/GR/2007;
 - Ofício nº 67/2006, de Silva, Locks Filho, Palanowski & Goulart Advogados Associados;
 - DECISÃO – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.035978-8/SC – Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
 - Ofício nº 508/07 – 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - Ofício nº 003/PRDHS/2007;

- Ofício nº 004/PRDHS/2007;
 - Ofício SDI nº 17/07 – Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
 - LIMINAR – Processo TRT/SC-MS 00079-2007-000-12-00-8;
 - Ofício nº 012/PRDHS/2007;
 - Memorando nº 029/PRDHS/2007;
 - Parecer da PGF-AGU junto à UFSC, de 28/02/2005.
 - Segue também, em anexo, cópia do Memorando nº 077/AUDIN/2007, dirigido à PRDHS.
5. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26.05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Setor: SECEX-SC	Nº Processo: TC 650.158/1995-4
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 1244/2007-TCU/SECEX-SC – de 16/04/2007 (Recebido em 18/04/2007)	Natureza: Comunicação de Julgamento de Contas
Teor do Ofício: <ul style="list-style-type: none">▫ Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 408/2007, adotado por este Tribunal em Sessão do Plenário de 21/03/2007, ao apreciar o processo de Prestação de Contas – exercício de 1994 da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (TC 650.158/1995-4), bem como do relatório e voto que o fundamentam.▸ <u>Acórdão nº 408/2007-TCU-Plenário – Ata 11/2007:</u><ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Antônio Diomário de Queiroz, ex-Reitor da universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, contra o acórdão 276/2002 – Plenário;▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, 23, inciso II, 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:<ul style="list-style-type: none">9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Antônio Diomário de Queiroz e dar-lhe provimento;9.2. tornar sem efeito os itens 8.1 e 8.2 do Acórdão nº 276/2002 – Plenário;9.3. julgar regulares com ressalvas as contas de Antônio Diomário de Queiroz e dar-lhe quitação; e9.4. dar ciência desta decisão ao recorrente.▸ <u>Acórdão nº 276/2002-TCU-Plenário – Ata 27/2002:</u><ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), referente ao exercício de 1994.▫ Considerando que foram constatadas, além de falhas e impropriedades gerais, a criação de cargos e funções gratificadas não autorizadas por lei; a utilização de empregados de fundação de apoio na ocupação de cargos públicos de provimento efetivo; a contratação de professores estrangeiros quando ainda não havia permissão constitucional e a inclusão de regra restritiva de competição em processo licitatório;▫ Considerando que o problema da restrição ao caráter competitivo de licitação não seria, por si só, capaz de macular as contas do ex-reitor;▫ Considerando, entretanto, que as justificativas enviadas pelo ex-reitor não elidem as irregularidades atinentes à criação de cargos e funções gratificadas e à utilização de funcionários de fundação de apoio em cargos de provimento efetivo;▫ Considerando que a solução para essas questões depende da atuação da Universidade e também de outros órgãos, de maneira a preservar as funções administrativas, de ensino e de atendimento ao público;▫ Considerando que a segurança jurídica e o interesse público exigem a preservação, em seus cargos, dos professores estrangeiros contratados antes da autorização constitucional;▫ Considerando que não restam nos autos irregularidades graves imputadas a outros responsáveis pela gestão da UFSC.	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com base nos artigos 1º, inciso I; 16, incisos II e III, alínea “b”; 18; 19, parágrafo único; 28, inciso I; e 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o artigo 220, inciso I, do Regimento Interno, em:
- 8.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Antônio Diomário de Queiroz, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e julgar irregulares as suas contas, em face da criação de cargos de direção e funções de confiança por via administrativa e da ocupação em cargos de provimento efetivo de empregados de fundação de apoio sem concurso público; (tornado sem efeito pelo Acórdão 408/2007 Plenário - Ata 11.)
 - 8.2. aplicar ao Sr. Antônio Diomário de Queiroz, em consequência, multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o TCU o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, que deverá ser atualizada monetariamente caso paga após o vencimento; (tornado sem efeito pelo Acórdão 408/2007 Plenário - Ata 11.)
 - 8.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que providencie o desconto, nos salários do Sr. Antônio Diomário de Queiroz, observados os limites previstos na Lei nº 8.112/90, do valor da multa ora aplicada, assim como do valor da multa aplicada pelo Acórdão nº 240/1996TCU-1ª Câmara, caso o ex-reitor não comprove, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento de ambas aos cofres públicos;
 - 8.4. julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis identificados no item 4 supra, dando-lhes quitação;
 - 8.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), adote providências no sentido de:
 - 8.5.1. regularizar a situação dos cargos de direção e funções gratificadas criados sem permissão legal;
 - 8.5.2. afastar de cargos públicos de provimento efetivo os funcionários de fundações de apoio que porventura ainda os estejam ocupando;
 - 8.6. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, por ocasião da prestação de contas deste exercício de 2002, informe sobre a solução das questões referidas no subitem 8.3 anterior;
 - 8.7. adotar, em situações assemelhadas à tratada no subitem 8.5 anterior, verificadas em outros processos, o mesmo prazo para regularização definido neste acórdão;
 - 8.8. dar ciência deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Ministério da Educação, à Comissão de Educação do Senado Federal, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, ao Sr. Antônio Diomário de Queiroz e ao Delegado João Luiz Córdova, da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina; e
 - 8.9. juntar cópia deste acórdão ao processo TC 009.776/2000-8, que trata de admissão de professor estrangeiro na Universidade Federal de Santa Catarina.

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À AUDIN em 18/04/07”.
2. Memorando nº 135/AUDIN/2007 ao DDAP, com o seguinte teor:
 - Para conhecimento de Vossa Senhoria, encaminho, em anexo, cópia do Ofício nº 1244/2007-TCU/SECEX-SC da Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina do Tribunal de Contas da União, enviando cópia do Acórdão nº 408/2007-TCU-Plenário, adotado por aquele Tribunal ao apreciar o processo de Prestação de Contas – exercício de 1994 da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (TC 650.158/1995-4), bem como do relatório e voto que o fundamentam.
 - “Transcrição do Acórdão nº 276/2002-TCU-Plenário”.

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Segunda Câmara	17/04/2007	TC 004.655/2007-7
Tipo de Documento – Nº:		Natureza:
RELAÇÃO 13/2007 – ACÓRDÃO nº 713/2007 (EXCERTO DE ACÓRDÃO)		Admissão

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Acórdão:

ACÓRDÃO 713/2007 – Segunda Câmara – TCU (Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz – Ata nº 12/2007):

- Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 17/4/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

3 – TC – 004.655/2007-7

- Interessados: Adriana da Costa, Ana Cláudia Januário, Carmen Lucia Nunes Vieira, Eliana de Souza Ávila, Emerson Rivelino Cidral, Fabiano Seelig Paulokun, Fatima Buchele, Guilherme Carpena Lopes, Gustavo Adolpho Rangel Monteiro, Ione Dilma de Oliveira Gil, Joel Fernando Roth, Jose Miguel Muller, Juliana de Bona Garcia, Marcos Aurélio da Silva, Marcos Baptista Lopez Dalmau, Maria Ines Meurer, Mariza Konradt de Campos, Mirela Souza, Orion Augusto Platt Neto, Pedro Jose Von Mecheln.

Providências:

1. Despacho do Pró-Reitor da PRDHS às fls. 44 do Processo TC – 004.655/2007-7: “À Auditoria Interna da UFSC, para conhecimento. Em 23.04.07.”
2. Despacho do Auditor Chefe da AUDIN/UFSC às fls. 44 do Processo TC – 004.655/2007-7: “Ciente. Devolva-se à PRDHS. Em 14/05/2007.”

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 015.835/2003-0
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 1648/2007-TCU/Sefip – de 15/05/2007 (Recebido em 22/05/2007)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: <ul style="list-style-type: none">▫ Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 1176/2007-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 08/05/2007, Ata 13/2007. Na oportunidade, ressaltamos ter sido mantido, em seus exatos termos, o Acórdão nº 2.798/2004-1ª Câmara, já remetido a essa unidade.▫ A propósito, esclarecemos eu, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.▫ Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.▸ <u>Acórdão nº 1.176/2007-TCU-1ª Câmara – Ata 13/2007:</u><ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil, nos quais foram interpostos Pedidos de Reexame contra o Acórdão nº 2.798/2004-TCU-1ª Câmara,▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:<ol style="list-style-type: none">9.1 com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento;9.2 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que:<ol style="list-style-type: none">9.2. a aplicação da Súmula TCU nº 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, limita-se, no tempo, à data prevista no subitem 9.3.1 do Acórdão denegatório, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;9.2. em caso de descumprimento das deliberações, este Tribunal poderá sustar diretamente a execução do ato de concessão sob exame (art. 71, inciso X, da Constituição Federal), sem prejuízo de outras sanções cabíveis, previstas na Lei nº 8.443/1992;9.3 as concessões podem prosperar, desde que excluídas dos cálculos dos benefícios as parcelas inquinadas, devendo, nesse caso, ser emitidos novos atos, para que sejam submetidos à apreciação do Tribunal;9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes e à	

Universidade Federal de Santa Catarina.

► **Acórdão nº 2.798/2004-TCU-1ª Câmara – Ata 38/2004:**

- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil concedida com base na Lei nº 8.112/90 em favor de Zulma Luzia da Silveira, Damir Ana Bitencourt, Eunice de Melo Lisboa, Rachel Mabba da Silva, Zélia Regina Carvalho Faraco, Maria Helena Mendes Nocetti, Elizabeth Rosa, Ângela Beatriz Reis Costa, Paula Reis Costa, Roberto Reis Costa, Eunice Lessa Baptista, Eliana Cavaciocchi Istre, Delurdes Vieira, Claudiana Vieira Meverstil, Cristiane Vieira, Fábio de Paulo, Albertina Antônia Claudino, Nelly Ferreira Lima, Dulce Maria Halfpap, Diva Amaral Caldeira de Andrada, Matheus Albino, Odair Jorge Felisberto, Denide Eicke Liberato, Paulo Ricardo Eicke Liberato, Vani da Cunha Mariano, Bertolino Melmestet, Nilza Melmestet, Mariane Miranda Costa, Gustavo Bittencourt Digiacomo Silva, Acácio Rodolfo Bento, Luciano Acácio Bento, Alice Antunes Silveira de Souza, Edith Maria Ribeiro, Maria da Graça Neves Pinheiro, Igara Edite Noceti e Vieira, Tânia Alves Vieira, Marlon Valmir Vieira, Maria Antonina da Cunha, Terezinha Maria da Silveira Costa, Deolinda Soares da Silva Christóvão, Adriano Christóvão, Eliane Christóvão e Marle Oliveira Gonçalves, beneficiários de ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1. considerar ilegais os atos de pensão civil constantes às fls. 01/104, negando-lhes registro;
 - 9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
 - 9.3. determinar à entidade de origem que:
 - 9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.3.2 expeça novos atos concessórios, fazendo constar, no tocante às parcelas alusivas a horas extras, apenas os valores, caso ainda subsistam, das vantagens pessoais a que fariam jus os beneficiários - a título de irredutibilidade de vencimentos - no momento da concessão da pensão, considerando, para tanto, o enquadramento original do servidor no Regime Jurídico Único, ocorrido em 01/01/1991, bem como as compensações decorrentes dos acréscimos remuneratórios subseqüentes;
 - 9.3.3 passe a adotar o entendimento manifestado na presente decisão para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/1992;
 - 9.4 determinar à SEFIP que verifique a implementação das medidas consignadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2 supra.

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À PRDHS cc. Audin”.
2. Memorando nº 114/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao ofício 1648/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere a parcela relativa à URP e a Hora extra judicial, seguem anexo os documentos com tais informações.
 - No que diz respeito ao pagamento da parcela de FC Judicial devido a pensionista Nelly Ferreira Lima, transcrevemos a seguir o entendimento firmado pelo TCU no documento em referência “No que concerne ao pagamento da parcela de ‘FC Judicial Quint/Dec’ relativo à pensionista Nelly Ferreira Lima, a UFSC não informou os termos da sentença judicial que concedeu a referida vantagem, não havendo elementos para que o referido ato de concessão de pensão seja considerado legal.
 - Entretanto, em vista do falecimento da referida e única pensionista, cabe razão à Universidade de que o julgamento pela ilegalidade do ato não surte efeitos concretos. Isso decorre em vista da aplicação da Súmula 106 que dispensou a devolução dos valores recebidos indevidamente. Por outro lado, a inexistência de efeitos financeiros não enseja alteração do Acórdão no tocante ao ato respectivo.
3. Ofício nº 261/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 1648/2007-TCU/SeFip, datado de 15/05/2007 e recebido em 22/05/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 114/PRDHS/2007, de 06/06/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, prestando esclarecimentos em relação à parcela de “FC Judicial Quint/Déc” e enviando cópia de documentos referentes ao pagamento da RT 561/89 –

- URP/fev/89 (Processo nº 23080.005448/2007-57 – Mandado de Segurança 79.2007.000.12.00.8) e da vantagem judicial horas-extras (Processo nº 00435.001940/2006-18 – Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2/SC), que demonstram às ações em curso para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União.
- Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
4. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26.05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor: SECEX-SC	Nº Processo: TC 005.243/2007-9
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 1660/2007-TCU/SECEX-SC – de 30/05/2007 (Recebido em 01/06/2007)	Natureza: Acórdão
<p>Teor do Ofício:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento e adoção da medida prevista no item 8.1, cópia do Acórdão nº 1185/2007, adotado por este Tribunal em Sessão da Segunda Câmara de 22/05/2007, Ata nº 16/2007, Relação nº 19/2007, do Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz, ao apreciar o processo de Representação (TC 005.243/2007-9), bem com da Instrução da Unidade Técnica (fls. 101/107). ▫ Informo que o não cumprimento à decisão do Tribunal sujeita o responsável à multa prevista no rt. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/1992. ▶ Acórdão nº 1.185/2007-TCU-2ª Câmara – Ata 16/2007 – Relação nº 19/2007: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 22/5/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) representação(ões), considerá-la(s) procedente(s), fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos: ▫ Determinações: <p>8.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que informe em tópico próprio constante do Relatório de Gestão de suas contas anuais, a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando o andamento em cada ano e a situação das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia;</p> <p>8.2. à CGU/SC que informe em tópico próprio constante do Relatório de Auditoria de Gestão da UFSC, em todas as contas anuais a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando as justificativas da entidade, principalmente quanto ao andamento das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas pela UFSC em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia.</p>	

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À PRDHS cc. Audin”.
2. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Relatório de Gestão

A PRDHS deve informar se foi criado tópico próprio no Relatório de Gestão a situação dos pagamentos das verbas relativas às ações judiciais.

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Segunda Câmara	05/06/2007	TC 014.222/2004-3
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Acórdão nº 1447/2007	Admissão	
Teor do Acórdão:		
<ul style="list-style-type: none">▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão de Eliana das Graças Medeiros, Flávia Cristina Silva Medeiros, Karine Larissa Knaesel Schneider e Orlando Rafael Andrade na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 considerar legais os atos de admissão de Flávia Cristina Silva Medeiros, Karine Larissa Knaesel Schneider e Orlando Rafael Andrade e ordenar seu registro; e9.2 considerar ilegal o ato de admissão de Eliana das Graças Medeiros e negar seu registro;9.3 determinar à UFSC a adoção de providências para regularização da situação da servidora mencionada no item anterior e para apuração de eventual percepção indevida de remuneração;9.4 dar ciência desta deliberação ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.		
Providências:		
<ul style="list-style-type: none">1. Requerimento da servidora Eliana das Graças Medeiros, datado de 16/07/2007, dirigido ao Presidente da 2ª Câmara do TCU, com o seguinte teor:<ul style="list-style-type: none">▫ Assunto: REEXAME DE DECISÃO – ACÓRDÃO N ° 1.447/2007 APOSENTADORIA - PROCESSO TC – 856.703/1998-2 014.222/2004-3 TCU – SEGUNDA CÂMARA▫ ELIANA DAS GRAÇAS MEDEIROS, servidora pública federal, em exercício no Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, SIAPE 136311901, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência interpor, com supedâneo no artigo 32 inciso I do Regimento Interno dessa excelsa Corte de Contas, pedido de reexame da decisão contemplada nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão em epígrafe, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos:<ul style="list-style-type: none">▫ I - OS FATOS▫ Consoante decisão contemplada no Acórdão suso referido, a requerente teve o seu ato de admissão na Universidade Federal de Santa Catarina julgado ilegal por essa Câmara em face da constatação do exercício de 2 (dois) cargos públicos cuja carga horária semanal total perfaz 80 (oitenta) horas, o que contraria a jurisprudência dessa e. Corte de Contas e o Parecer nº AGU-WM-9/98.▫ II – O MÉRITO▫ O v. Acórdão suso epigrafado merece ser reconsiderado, pois não há ilegalidade no ato de admissão da requerente, como passa a demonstrar.▫ Consoante declaração apresentada em face da diligência sugerida pelo Ministério Público junto ao TCU, a requerente exerce o cargo de Analista Técnico em Gestão da Saúde, na competência de Agente em Atividades de Saúde II, junto ao Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG), vinculado à Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina. O regime de trabalho do referido cargo, quando da sua contratação, era de 40 horas semanais, nos horários das 13 às 19 horas, de segunda a sexta-feira (Anexo 1).▫ Evidentemente, depreende-se da leitura das declarações fornecidas pelos órgãos empregadores – UFSC e HIJG – que a servidora mantinha dois vínculos de 40 horas semanais, incidindo, por		

- consequente, na incompatibilidade apontada pelo Ministério Público junto ao TCU.
- No entanto, não é o que acontecia na prática, uma vez que a declaração fornecida, à época, pelo Hospital Infantil Joana de Gusmão deixou de registrar informação esclarecedora e muito particular da sua situação funcional no que concerne à jornada de trabalho dos servidores da área da saúde.
 - Para o deslinde da questão, a requerente reporta-se à situação contemplada no Acórdão nº 1.218/2005 – TCU – 1ª Câmara - processo TC-000.009.415/2004-9, referente à servidora Isolde Michels, que trata de caso análogo.
 - Naquela assentada, restou reconhecida a legalidade da acumulação de cargos pela servidora Isolde Michels dada à compatibilidade de horários, uma vez que a sua jornada de trabalho junto ao Hospital Infantil Joana de Gusmão perfazia 30 (trinta) horas e não 40 horas semanais de trabalho, em decorrência de acordo de greve.
 - Impende lembrar que a situação acima referida foi atestada pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde e ratificada pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme restou registrado no item 1.3. da manifestação da SEFIP/ST3. Diante deste fato, propôs a SEFIP o reconhecimento da legalidade do ato, determinando, ainda, que assim que cessasse a situação de excepcionalidade, a servidora deveria optar por um dos cargos.
 - Mutatis mutantis, esta é a situação da requerente, cujos contornos – conforme delineado na declaração do Hospital Infantil Joana de Gusmão – induziram à dispensa de tratamento diferenciado para casos idênticos.
 - Para corroborar o alegado, a requerente traz à colação nova declaração, desta feita do órgão de recursos humanos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, na qual resta demonstrando que o vínculo da requerente com aquele órgão, à época da sua contratação pela Universidade, era de 30 (trinta) e não de 40 horas semanais de trabalho. Da mesma forma que no antecedente trazido à colação, a redução da jornada decorreu de acordo de greve.
 - Por derradeiro, a requerente noticia que a situação de excepcionalidade que envolvia o seu regime de trabalho junto à Secretaria da Saúde encontra-se superada, uma vez que, por força do disposto na Lei Complementar nº 323/2006, publicada no Diário Oficial de 02/03/2006, a jornada de trabalho dos servidores daquela Secretaria foi reduzida para 30 (trinta) horas semanais (Anexo 2).
 - Nesse sentido a requerente apresenta a nova declaração emitida pela Seccional de Recursos Humanos do Hospital Infantil Joana de Gusmão (Anexo 3).
 - IV – O PEDIDO
 - ISTO POSTO, espera a requerente que essa Colenda Câmara acolha o presente recurso de reconsideração e torne insubsistente a determinação inserta no item 9.2 e, por extensão, no item 9.3. do Acórdão em comento, que considerou ilegal o ato de admissão emitido pela UFSC, promovendo os registros competentes.
 - Nestes Termos.
Pede Deferimento.
Documentos anexados:
 - Declaração do Chefe da Seccional de Recursos Humanos do Hospital Infantil Joana de Gusmão, datada de 11/07/2007;
 - Págs. 18 e 19 da publicação do SINDSAÚDE referente o Plano de Carreira e Vencimentos (Lei Complementar nº 323/06 – Publicada no Diário Oficial de 20/03/2006);
 - Consulta Funcional de Eliana das Graças Medeiros extraída do Sistema Integrado de Recursos Humanos – CIASC;
 - Declaração do Chefe da Seccional de Recursos Humanos do Hospital Infantil Joana de Gusmão, datada de 12/07/2007.
2. Despacho da AUDIN, de 25/07/2007, ao DDAP/PRDHS (fls. 52 do Volume Principal do Processo nº TC-014.222/2004-3), com o seguinte teor:
- Conforme consta das fls. 44 a 51 dos autos, através do Requerimento datado de 16/07/2007, a servidora Eliana das Graças Medeiros interpôs PEDIDO DE REEXAME das determinações constantes do Acórdão nº 1.447/2007-TCU-2ª Câmara.
 - Informamos que o PEDIDO DE REEXAME, de acordo com o art. 33 da Lei nº 8.443/1992 tem efeito suspensivo, haja vista que foi interposto dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ciência da servidora em questão da deliberação do Tribunal de Contas da União (09/07/2007).
 - Devolva-se o presente processo ao DDPP/PRDHS.
3. **Ofício nº2641/2007-SEFIP** à UFSC, com o seguinte teor:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- Solicitamos os bons préstimos de V. M. no sentido de que encaminhe a este Tribunal, com a maior brevidade possível, o Processo TC-014.222/2004-3, tendo em vista pedido de Reexame interposto por essa Universidade Federal de Santa Catarina.
- 4. Memorando nº 081/DDPP, de 13/08/2007, à PRDHS, com o seguinte teor:
 - Em atendimento ao Ofício nº 2641/2007-SEFIP, encaminhamos em anexo o processo TC-014.222/2004-3, tendo em vista pedido de reexame interposto por Eliana das Graças Medeiros.
 - Sugerimos encaminhamento à AuDIN, para envio dos autos ao TCU.
 - Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Despacho do Pró-Reitor da PRDHS no Memorando nº 081/DDPP: “À AUDIN, para os devidos encaminhamentos.Em 17/08/07”.
- 5. Ofício nº 401/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à solicitação contida no Ofício nº 2641/2007-TCU/Sefip, de 19/07/2007, enviamos, em anexo, cópia do Memorando nº 081/DDPP, de 13/08/2007, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, vinculado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, encaminhando apensada a versão original do Processo nº TC-014.222/2004-3.
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 856.702/1998-6
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 2705/2007-TCU/Sefip – de 27/07/2007 (Recebido em 02/08/2007)	Acórdão
Teor do Ofício:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2058/2007-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/07/2007, Ata 23/2007. Na oportunidade, ressaltamos ter sido mantido, em seus exatos termos, o Acórdão nº 2.531/2005-1ª Câmara, já remetido a essa unidade. 2. A propósito, esclarecemos eu, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>▸ <u>Acórdão nº 2058/2007-TCU-1ª Câmara – Ata 23/2007:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina contra o Acórdão nº 2.531/2005 - TCU - 1ª Câmara; ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32, Parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; 9.2. informar à Universidade Federal de Santa Catarina que a dispensa de ressarcimento a que se refere o Acórdão nº 2.531/2005 - TCU - 1ª Câmara, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal, somente alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, serem ressarcidos os valores pagos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos; 9.3. orientar a Universidade, no sentido de que as concessões de que tratam estes autos poderão prosperar desde que excluídas do cálculo dos proventos as parcelas questionadas, devendo, nesse caso, serem emitidos novos atos concessórios e submetidos à apreciação deste Tribunal; 9.4. recomendar à Instituição de ensino que expeça novos atos concessórios referentes aos servidores Wanderlei Arseno, Maria da Conceição Rosa, Lidio Marcal Vieira, João Gomes, Renato Teixeira e Enio Silva, considerando as respectivas remunerações após o enquadramento no Regime Jurídico Único, com os acréscimos decorrentes dos reajustes subsequentes, inclusive com a transformação em vantagem pessoal nominalmente identificada, no momento do ingresso no RJU, dos valores que vinham percebendo, a título de horas extras incorporadas, por 	

força de decisão judicial transitada em julgado, caso constado, naquele momento, decréscimo remuneratório, em observância ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, devendo, entretanto, a VPNI ser absorvida pelos reajustes reais e específicos concedidos desde então, nos termos do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 212.131-2/MG e dos Acórdãos deste Tribunal nos 1.583/2003 - TCU - 2ª Câmara e 1.590/2004 - TCU - Plenário;

9.5. dar ciência à recorrente do inteiro teor desta deliberação, mediante o encaminhamento de cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam.

9.6. arquivar o presente processo.

► Acórdão nº 2.531/2005-TCU-1ª Câmara – Ata 37/2005:

▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida a ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina.

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Mariza Dalil Mansur, Marilea Martins Leal Caruso, Jali Meirinho, Rachel Tolentino de Carvalho Lorenzetti, Romualdo Caldeira de Andrada, Laura Machado Hubener, Luiz Carlos Pimentel, Anibal Emilio Abadie-Aicardi, Wilson Kraemer de Paula, Wanderlei Arseno, Maria da Conceição Rosa, Lidio Marcal Vieira, Maria Salete de Souza Nunes Pires, João Gomes, Renato Teixeira e Enio Silva, recusando o registro dos atos de fls. 1/2, 5/24 e 31/40;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta Deliberação:

9.3.1 abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (fls. 1/2, 5/24 e 31/40), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX da Constituição Federal e 262, caput do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2 comunique os interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:

9.4.1 oriente o órgão de origem no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 1/2, 5/24 e 31/40) podem prosperar, após a emissão de novo ato concessório para cada interessado, escoimado da irregularidade apontada neste processo, que deve ser encaminhado a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.4.2 proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao órgão de origem, sem prejuízo de verificar o cumprimento do disposto no subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal caso necessário.

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À PRDHS cc. A Audin”.

2. Memorando nº 138/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao ofício nº 2705/2007-TCU/SEFIP, datado de 27.07.2007, que trata da RT 561/89 (URP) e da Vantagem Judicial “Hora-Extra”, seguem anexas, cópias dos processos nº 23080.005448/2007-107 e do Dossiê Auxiliar da PF/SC.

3. Ofício nº 373/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao Ofício nº 2705/2007-TCU/Sefip, de 27/07/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 138/PRDHS/2007, de 10/08/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, enviando cópia de documentos referentes às ações em curso quanto ao pagamento da URP/FEV/89 (RT 561/89) e Horas-Extras em deliberação anteriores, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União.

▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 138/PRDHS/2007:

▪ Capa e fls. 01 a 19 do Processo nº 23080.005448/2007-57 (Força Executória do MS 79.2007.000.12.00.8);

▪ Capa e fls. 01 a 12 do Processo nº 00435.000237/2007-65 (Dossiê Auxiliar).

▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

4. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
- Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - (...)
 - Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Setor:	Nº Processo:
SEFIP	TC 856.703/1998-2
Tipo de Expediente – Nº - datado de:	Natureza:
Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip – de 27/07/2007 (Recebido em 02/08/2007)	Acórdão
<p>Teor do Ofício:</p> <ol style="list-style-type: none"> Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2059/2007-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/07/2007, Ata 23/2007. Na oportunidade, ressaltamos ter sido mantido, em seus exatos termos, o Acórdão nº 2.570/2004-1ª Câmara, já remetido a essa unidade. A propósito, esclarecemos eu, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <p>► <u>Acórdão nº 2059/2007-TCU-1ª Câmara – Ata 23/2007:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedidos de Reexame interpostos pela Universidade Federal de Santa Catarina e outros interessados contra o Acórdão nº 2.570/2004 - TCU - 1ª Câmara; ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32, Parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 não conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES; 9.2 conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pelos servidores Getúlio Dornelles Laratea, Pedro Paulo Flores, Regina Stela Batista Ferraro, Liene Campos, Jonas Ternes dos Anjos, Júlio César Gonçalves, Zulmar João Quadro e Juan Alfredo Ximenes Trianon para, no mérito, negar-lhes provimento. 9.3 informar à Universidade Federal de Santa Catarina que a dispensa de ressarcimento a que se refere o Acórdão nº 2.531/2005 - TCU - 1ª Câmara, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal, somente alcança os valores recebidos até a data da ciência do acórdão recorrido, devendo, portanto, serem ressarcidos os valores pagos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos; 9.4 orientar a Universidade, no sentido de que as concessões de que tratam estes autos poderão prosperar desde que excluídas do cálculo dos proventos as parcelas questionadas, devendo, nesse caso, serem emitidos novos atos concessórios e submetidos à apreciação deste Tribunal; 9.5 recomendar à Instituição de ensino que expeça novos atos concessórios referentes aos servidores Irajá Silveira Penha, Edson Edno Valgas, Zuleide Zulma Soares Martins, Helena Kinceski, Carlos Alberto da Costa, Robélia Coelho Costa, Amadeu Marques e Dilma Firmina Nascimento, considerando as respectivas remunerações após o enquadramento no Regime Jurídico Único, com os acréscimos decorrentes dos reajustes subsequentes, inclusive com a transformação em vantagem pessoal nominalmente identificada, no momento do ingresso no RJU, dos valores que vinham percebendo, a título de horas extras incorporadas, por força de decisão judicial transitada em julgado, caso constado, naquele momento, decréscimo remuneratório, em observância ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, devendo, entretanto, a VPNI ser absorvida pelos reajustes reais e específicos concedidos à categoria funcional desde então, nos termos do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 	

212.131-2/MG e dos Acórdãos deste Tribunal nos 1.583/2003 - TCU - 2ª Câmara e 1.590/2004 - TCU - Plenário;

9.6 dar ciência à recorrente do inteiro teor desta deliberação, mediante o encaminhamento de cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam.

9.7 arquivar o presente processo.

► Acórdão nº 2.570/2004-TCU-1ª Câmara – Ata 35/2004:

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar legal a aposentadoria de Juceli Souza Pereira Silva, determinando o registro do ato de fls. 1/2;

9.2 considerar ilegais as aposentadorias concedidas aos servidores Amadeu Marques, Carlos Alberto da Costa, Dilma Firmina Nascimento, Edgar Alves Ferreira, Edson Edno Valgas, Getulio Dorneles Larratea, Helena Kinceski, Irajá Silveira Penha, Jonas Ternes dos Anjos, Juan Alfredo Ximenez Trianon, Julio Cesar Goncalves, Liene Campos, Pedro Paulo Flores, Regina Stela Batista Ferraro, Robelia Coelho Souza, Zuleide Zulma Soares Martins e Zulmar João Quadro, recusando o registro dos atos de fls. 3/4, 5/6, 7/8, 9/10, 11/12, 13/14, 15/16, 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26, 27/28, 31/32/, 33/34, 35/36 e 39/40;

9.2.1 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.2.2 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, se ainda não o fez, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 3/28, 31/36 e 39/40, no prazo máximo de quinze dias, contados da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU 44/2002;

9.3 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste Acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões ora consideradas ilegais (atos de fls. 3/28, 31/36 e 39/40) podem prosperar, após a emissão de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas, os quais devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências:

1. Despacho do Reitor, com o seguinte teor: “À PRDHS cc. A Audin”.

2. Memorando nº 139/PRDHS/2007 à AudIn, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao ofício nº 2707/2007-TCU/SEFIP, datado de 27.07.2007, segue anexa, cópia do processo nº 23080.005448/2007-107.

3. Ofício nº 374/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip, de 27/07/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 139/PRDHS/2007, de 10/08/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, enviando cópia de documentos referentes às ações em curso quanto ao pagamento da URP/FEV/89 (RT 561/89) e Horas-Extras em deliberação anteriores, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União.

▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 139/PRDHS/2007:

▪ Capa e fls. 01 a 19 do Processo nº 23080.005448/2007-57 (Força Executória do MS 79.2007.000.12.00.8);

▪ Capa e fls. 01 a 12 do Processo nº 00435.000237/2007-65 (Dossiê Auxiliar).

▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

4. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AudIn e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

► Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AudIn, com o seguinte teor:

▫ Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual

de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007, informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Setor: TCU – Primeira Câmara	Data da Sessão: 14/08/2007	Processo nº TC 856.444/1998-7
Tipo de Documento – N°: Relação nº 45/2007 – Ata 27/2007	Natureza: Aposentadoria	

▪ **Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara:**

- Considerando que, por meio do Acórdão 2511/2004 - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 28/9/2004 e inserido na Ata nº 34/2004 - Primeira Câmara, os atos de aposentadorias dos interessados infra-relacionados foram considerados ilegais, negando-se-lhes os registros correspondentes, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno do TCU;
- Considerando que, em Sessão de 17/11/2004, o Plenário desta Corte, mediante o Acórdão 1824/2004, exarado no TC 001.168/2004-0, firmou o entendimento de que a Medida Provisória nº 146/2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.855/2004, regularizou o pagamento da parcela relativa ao PCCS aos servidores enquadrados no art. 2º da referida lei, tornando regular, por consequência, a inclusão daquela vantagem nos seus respectivos atos de aposentadoria;
- Considerando que tal entendimento, a partir dos Acórdãos nºs 92/2005 e 1.475/2005, ambos do Plenário, evoluiu no sentido de que, não só o adiantamento do PCCS, mas também outras vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, nestas incluída a Unidade de Referência de Preços (URP), foram regularizadas pela citada lei;
- Considerando que no sobredito Acórdão 1824/2004, o Plenário, em acatamento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizou, excepcionalmente, que os processos de aposentadoria e os recursos, envolvendo pagamento da referida vantagem, sejam considerados legais em sede de relação;
- Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 14/8/2007, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado:
- Interessados: ADALBERTO NIENKOTTER; ALAURI FELIX; ARMANDO JOSE LENZI; ATILA ALCIDES RAMOS; AUGUSTO CESAR ZEFERINO; DEVIVALDIR MARQUES DA SILVA; DIVONETE LUIZA RAMOS; EDA JEZUINA DOS SANTOS PINHEIRO; ESTEVÃO ROBERTO RIBEIRO; LEOCY ALVES; MARIA ANTONINA DA CUNHA; MARIA ZELIA DA SILVA; MAURICIA VIEIRA FERREIRA; RUI BORN DA SILVA.
- Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

Providências:

1. Despacho do Chefe de Gabinete do Ministro Augusto Nardes, de 16/08/2007, no Volume nº de Ordem “PRINCIPAL” do Processo TC 856.444/1998-7 (00223.000121/2004-79) com o seguinte teor:
 - A Primeira Câmara proferiu deliberação, nesta data, sobre a matéria em apreço, acordando, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão, à vista dos pareceres emitidos e em conformidade com o proposto pelo Relator, Ministro AUGUSTO NARDES, no Acórdão nº 2322 da Relação nº 45, inserida na Ata nº 27, Sessão de 14/8/2007.
2. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIn e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.
 - Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIn, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o

pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.

- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
- Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
- (...)
- Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;
 - Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - Ofício nº 50/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 53/PRDHS/2007;
 - (...)
 - Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.

Pendência(s):

URP/FEV/89 (26.05%)

Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Contradição:

Acórdão nº 442/2006–TCU–1ª Câmara:

Nega provimento ao Pedido de Reexame, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 2.511/2004-TCU-1ª Câmara, que considera ilegais as aposentadorias concedidas no Processo TC 856.444/1998-7.

Relação nº 45/2007 – TCU – 1ª Câmara – Sessão de 14/08/2007 – Ata 27/2007 (Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara):

Considera legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria no Processo TC 856.444/1998-7.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – Plenário	19/09/2007	TC 018.788/2007-5
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Relação nº 14/2007 – Ata 39/2007	Denúncia	
<ul style="list-style-type: none">▪ <u>Acórdão nº 1965/2007-TCU-Plenário:</u><ul style="list-style-type: none">▫ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária de Caráter Reservado, em 19/9/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 43, inciso I, 53 e 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso III, 234, § 2º, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) denúncia (s), considerá-la(s) improcedente(s) e determinar seu arquivamento, levantar a chancela de sigilo quanto à matéria tratada nos autos, e dar ciência ao(s) denunciante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:▫ Interessados: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei 8.443/92)▫ Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina – Hospital Universitário		

Setor:	Data da Sessão:	Processo nº
TCU – 2ª Câmara	02/10/2007	TC 018.984/2007-7
Tipo de Documento – N°:	Natureza:	
Relação nº 40/2007 – Ata 35/2007	Admissão	
▪ Acórdão nº 2759/2007-TCU-2ª Câmara:		
▪ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em 2/10/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:		
▪ Interessados: Charles Roberto Mineiro da Silva, Carlos Eduardo Rebello e Raquel Vicentina Gomes de Oliveira da Silva.		
▪ Entidade: Ministério da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina		

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 002.867/2001-0
Tipo de Expediente – N° - datado de: Ofício nº 4134/2007-TCU/Sefip – de 18/10/2007 (Recebido em 24/10/2007)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 2050/2007-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 03/10/2007, Ata 41/2007. 2. A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito. 3. Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92. <ul style="list-style-type: none"> ▸ <u>Acórdão nº 2.050/2007 – TCU – Plenário – Ata 41/2007:</u> 	

- VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de revisão de ofício do ato de aposentadoria do Sr. Teodoro Rogério Vahl, do quadro de pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, decorrente da determinação contida no subitem 9.4.2 do Acórdão nº 1.243/2006-TCU-1ª Câmara para que fosse revisto aquele ato, por ter sido verificada, quando da apreciação do pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 696/2004-TCU-1ª Câmara, a ocorrência de ilegalidade (URP de fevereiro de 1989 - 26,05%), conforme o art. 260, § 2º, do Regimento Interno.
- ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II; e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:
 - 9.1 rever de ofício o Acórdão nº 1.243/2006-TCU-1ª Câmara, com base no art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, no tocante à concessão inicial de aposentadoria ao Sr. Teodoro Rogério Vahl, para considerar ilegal o ato de fls. 24/26 do volume principal;
 - 9.2 aplicar o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal para dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas;
 - 9.3 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que adote medidas para:
 - 9.3.1 dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
 - 9.3.2 fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.4 esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada, conforme previsto no artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
 - 9.5 determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.
- ▶ Acórdão nº 1.243/2006-TCU-1ª Câmara:
 - VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame contra o Acórdão 696/2004-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegais as aposentadorias dos servidores José Pedro da Silva, Merência Francisca Júlio, Nilton José Pereira, Valda Milis de Andrade, Raymundo Manoel Vargas e Teodoro Rogério Vahl, negou registro aos respectivos atos e efetuou as determinações de praxe à unidade jurisdicionada.
 - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei 8.443/92 e no art. 286 do Regimento Interno, em:
 - 9.1 conhecer do presente pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando os itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 696/2004-TCU-Primeira Câmara, para dar-lhes a seguinte redação:
 - “9. considerar legais as concessões de aposentadoria a Raymundo Manoel Vargas, Teodoro 1 Rogério Vahl e Cláudio Pavão, determinando o registro dos atos de fls. 21/23, 24/26 e 27/29;
 - 9.2 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a José pedro da Silva, Merência Francisca Júlio, Nilton José Pereira e Valda Milis de Andrade, recusando o registro dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12 e 13/15;”;
 - 9.2 orientar novamente a entidade de origem, em face do que dispõe o art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, no sentido de que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante supressão das irregularidades verificadas e emissão de novos atos, submetendo-os à apreciação deste tribunal, na sistemática disciplinada pela Instrução Normativa-TCU nº 44/2002;
 - 9.3 alertar a Universidade Federal de Santa Catarina de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.3 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos servidores supracitados, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990;
 - 9.4 determinar à SEFIP que:
 - 9.4.1 acompanhe o cumprimento da medida constante do item anterior, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.4.2 adote o providências tendentes à revisão de ofício do ato em favor de Teodoro Rogério Vahl (fls. 24/26 – Volume Principal), por ter sido verificada nesta oportunidade a ocorrência de ilegalidade (URP de fevereiro de 1989 – 26,05%), conforme o art. 260, § 2º, do RI/TCU;

9.5 dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à recorrente.

▸ Acórdão nº 696/2004 – TCU – 1ª Câmara:

▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar legal a concessão de aposentadoria a Cláudio Pavão, determinando o registro do ato de fls. 27/29;

9.2 considerar ilegal as concessões de aposentadoria a José Pedro da Silva, Merencia Francisca Júlio, Nilton José Pereira, Valda Milis de Andrade, Raymundo Manoel Vargas e Teodoro Rogério Vahl, recusando o registro dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26;

9.3 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação deste Tribunal, sob pena de ressarcimento pelo responsável das quantias pagas após essa data, a teor do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e caput do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal e art. 15 da IN/TCU nº 44/2002;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que proceda às devidas anotações, dando ciência deste acórdão ao órgão de origem, sem prejuízo de orientá-lo no sentido de que as concessões consideradas ilegais (atos de fls. 1/3, 4/6, 10/12, 13/15, 21/23 e 24/26) podem prosperar, mediante emissão de novos atos concessórios, escoimados dos vícios apontados em cada caso, e que devem ser encaminhados a este Tribunal para apreciação, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Providências:

1. Despacho do Reitor em exercício, com o seguinte teor: “Ao DDAP/PRDHS c/c para a Audin.”
2. A PRDHS, por meio do Ofício nº 53/PRDHS/2007, de 03/12/2007, dirigido à SRH/MPOG, solicitou a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referentes ao pagamento da URP/FEV/89 (26,05%). O retrocitado Ofício está apensado em expedientes relacionados ao Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip (Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara) – Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AudIn e Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU.

▸ Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AudIn, com o seguinte teor:

- Em atenção ao Ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
- Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
- Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa a ao contraditório.
- Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
- Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<ul style="list-style-type: none"> ▫ Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89. ▫ (...) ▫ Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90. ▫ Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007: <ul style="list-style-type: none"> • Ofício nº 46/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; <ul style="list-style-type: none"> ▪ NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007; • Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP; • Ofício nº 50/PRDHS/2007; • Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU; • Ofício nº 53/PRDHS/2007; ▫ (...) ▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.
<p>Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26.05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).</p>

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 011.307/2005-7
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 4246/2007-TCU/Sefip – de 26/10/2007 (Recebido em 05/11/2007)	Natureza: Acórdão
<p>Teor do Ofício:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Encaminhamos a V. M., em anexo, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3327/2007-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 23/10/2007, Ata 37/2007. ▫ <u>Acórdão nº 3.327/2007-TCU-1ª Câmara – Ata 37/2007:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▫ VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação. ▫ ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, e art. 1º, inciso XXVI, do Regimento Interno/TCU, em: <ol style="list-style-type: none"> 9.1 conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU; 9.2 considerar, no mérito, a representação parcialmente procedente; 9.3 determinar à Gerência Regional Administrativa do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Norte que reclassifique o pagamento efetuado ao inativo Adriel Lopes Cardoso (CPF 025.014.577-49), a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, mediante a rubrica 00526, em nova rubrica mais adequada a identificar melhor o tipo de gratificação que lhe está sendo paga, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da decisão a ser proferida por este Tribunal; 	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

9.4	determinar às unidades jurisdicionadas que se atenham ao exato cumprimento dos dispositivos legais contidos no Decreto 6.114, de 15.05.2007 ao conceder Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, bem como quanto à fixação dos limites nele especificados relativamente ao valor máximo da hora trabalhada, evitando a sua utilização como forma de pagamento de atividades administrativas de caráter permanente, em harmonia com entendimento já proferido em outras assentadas por este Tribunal (Acórdão 1.897/2003-Plenário e Decisão 319/1998-1ª Câmara, entre outras);
9.5	encaminhar às unidades jurisdicionadas cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam; e
9.6	arquivar o presente processo.
Providências:	
1.	Despacho do Reitor em exercício, com o seguinte teor: "À Audin cc. PROAF."
2.	Memorando nº 148/AUDIN/2007 à PRDHS, com o seguinte teor: <ul style="list-style-type: none">Encaminhamos a V. Sa., em anexo, para conhecimento e, se for o caso, providências que se fizerem necessárias, cópia do Ofício nº 4246/2007-TCU/Sefip, de 26/10/2007 e recebido em 05/11/2007, que envia ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3.327/2007-TCU-1ª Câmara, referente ao Processo TC 011.307/2005-7.Alertamos para a determinação mencionada no item "9.4" do Acórdão nº 3.327/2007-TCU-1ª Câmara.

Setor: SEFIP	Nº Processo: TC 012.355/2007-5
Tipo de Expediente – Nº - datado de: Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – de 22/11/2007 (Recebido em 28/11/2007)	Natureza: Acórdão
Teor do Ofício: <ul style="list-style-type: none">Encaminhamos a V. M., em anexo, para adoção das providências pertinentes, cópia do Acórdão nº 3257/2007-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 13/11/2007, Ata 41/2007.A propósito, esclarecemos que, tão logo ultimadas as medidas a cargo desse(a) órgão/entidade, o Tribunal deverá ser formalmente notificado a respeito.Salientamos que a ausência de atendimento tempestivo às determinações do TCU poderá ensejar a aplicação, aos responsáveis, da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92.<ul style="list-style-type: none">Acórdão nº 3.257/2007-TCU-2ª Câmara – Ata 41/2007:<ul style="list-style-type: none">VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria aos ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC acima arrolados;ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, III e IX, da Constituição Federal e 260 e 262 do Regimento Interno, em:<ul style="list-style-type: none">9.1 considerar legais e ordenar o registro dos atos de Bento Cabral, Ciriaco Gonçalves, Edi Dienstmann Fujihara, Ivan do Nascimento, José Zinder da Silva, Maria de Lourdes Maia Borba, Míria De Cavalli Gastal, Miriam Vieira de Córdova Pereira, Odaléia Monguilhott da Rosa, Oranita dos Santos Moraes, Valtrude Valkiria da Silva e Verônica Mattos Tezza;9.2 julgar ilegais e negar registro aos atos de Bruno Hartmut Kopittke, Joanete Maria Costa, Marciano Morozowski Filho, Maria Albertina Bragalia Pacheco, Maria Oly Pey, Marilene Mortari Frasson, Nádia Maria Novaes Luna e Nelson Diógenes do Vale;9.3 dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários dos atos indicados no item anterior, nos termos da súmula TCU 106;9.4 determinar à UFSC que, no prazo de 15 dias, cesse os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;9.5 esclarecer à UFSC que:<ul style="list-style-type: none">9.5.1 o pagamento de vantagem decorrente de plano econômico deferida por sentença judicial não deve extrapolar a data-base seguinte à que serviu de referência ao julgado;	

- 9.5.2 vantagem decorrente de plano econômico não se incorpora à remuneração, a menos que orientação em sentido contrário esteja expressamente fixada na decisão judicial que a concedeu;
- 9.5.3 quando sentença judicial determinar expressamente incorporação de vantagem decorrente de plano econômico à remuneração, tal parcela deve ser destacada da remuneração e paga sob forma de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo e sem incidência do respectivo percentual sobre qualquer outra parcela;
- 9.5.4 os atos considerados ilegais poderão ser aceitos se novamente emitidos e encaminhados a esta corte, livres das irregularidades neles apontadas.

Providências:

1. Despacho da Chefe de Gabinete do Reitor, com o seguinte teor: “De ordem do Vice-Reitor, no exercício da Reitoria, encaminhe-se ao Pró-Reitor da PRDHS para conhecimento e demais providências que o caso reque, com cópia à AUDIN.”
2. Memorando nº 180/PRDHS/2007 à AUDIN, com o seguinte teor:
 - Em atenção ao ofício nº 4524/2007 – TCU/SEFIP, no que se refere ao pagamento do percentual de 26,05% (URP/89), item “A”, informamos que em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.
 - Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.
 - Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito a ampla defesa e ao contraditório.
 - Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.
 - Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.
 - Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89.
 - Quanto ao item “B” do Relatório que se refere ao acórdão nº 3257/2007-TCU-2ª Câmara, informamos que os servidores Maria Oly Rey e Nelson Diógenes do Vale, já estão percebendo a vantagem do Art.192 da Lei nº 8.112/90, calculada pela diferença apenas do vencimento básico, sem que sejam consideradas outras vantagens, conforme os demonstrativos anexos.
3. Ofício nº 660/GR/2007 à SEFIP/TCU, com o seguinte teor:
 - Em atenção à diligência contida no Ofício nº 4524/2007-TCU/SeFip, datado de 22/11/2007 e recebido em 28/11/2007, encaminhamos, em anexo, cópia do Memorando nº 180/PRDHS/2007, de 11/12/2007, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social desta Universidade, prestando informações e enviando documentos referentes às ações em curso, para atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União no Processo TC-012.355/2007-5, quanto ao pagamento da RT 561/89 (URP/fev/89) e da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90.
 - Relação dos documentos apensados ao Memorando nº 180/PRDHS/2007:
 - Ofício nº 46/PRDHS/2007;
 - Ofício nº 1.051/2007 da PF-SC/PGF/AGU;
 - Ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;
 - NOTA/CONJUR/MP/EF/Nº 3961-7.3.2/2007;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

<ul style="list-style-type: none">• Ofício nº 741/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP;• Ofício nº 50/PRDHS/2007;• Ofício nº 1.159/2007 da PF-SC/PGF/AGU;• Ofício nº 53/PRDHS/2007;• Ficha financeira, extraída do SIAPE, de Maria Oly Pey;• Ficha financeira, extraída do SIAPE, de Nelson Diógenes do Vale. <p>▫ Colocando-nos à sua inteira disposição para dirimir possíveis dúvidas que porventura se apresentarem, firmamo-nos.</p>
<p>Pendência(s): <u>URP/FEV/89 (26.05%)</u> Face ao mencionado no Memorando nº 180/PRDHS/2007, informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007). <u>Horas-Extras</u> Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).</p>

Setor: TCU – 2ª Câmara	Data da Sessão: 04/12/2007 Natureza:	Processo nº TC 024.660/2007-4
Tipo de Documento – Nº: Relação nº 72/2007 – Ata 44/2007	Admissão	
<p>▪ <u>Acórdão nº 3.426/2007-TCU-2ª Câmara:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 4/12/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:▫ Interessados: Edson Medeiros de Araújo Júnior, Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, Ione Ribeiro Valle e Jussara Gazzola.▫ Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina		

Controladoria Geral da União

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitação de diligência e relatórios de auditoria emanadas da Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina (CGU-R/SC), encaminhadas à AUDIN/UFSC, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFSC.

Para o encaminhamento de informações requeridas e recomendações, a AUDIN expediu memorandos às unidades internas da UFSC e ofícios à CGU-R/SC, bem como coordenou a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades desta Universidade, além de também disponibilizar os documentos originais solicitados.

No exercício de 2007, a CGU-R/SC atuou nas seguintes auditorias junto à UFSC:

- **Auditoria de Gestão (189712)** para avaliação da gestão da UFSC referente ao exercício de 2006, que compôs o Relatório de Prestação de Contas. Para esta

Auditoria, a CGU-R/SC emitiu 68 (sessenta e oito) Solicitações de Auditorias. Foram encaminhados à UFSC o Relatório de Auditoria e o Plano de Providências.

- **Auditoria na FEESC (193697)**, referente aos cursos de especialização na Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 2 (duas) Solicitações de Auditoria remetidas pela CGU-R/SC.
- **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (196236)**, referente análise de processos de admissão, aposentadoria e pensão em estoque. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu o Relatório de Auditoria. Não foi registrada nenhuma constatação.
- **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (201404)** na área de pessoal (exercício irregular de cargo – acumulação de cargos, dedicação exclusiva, incompatibilidade de horários e gerência privada). Para esta Auditoria, a CGU-R/SC apresentou 6 Solicitações de Auditoria.
- **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (202823)**, referente cruzamento SIAPE x SISAC. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 1 Solicitação de Auditoria remetida pela CGU-R/SC.
- **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (201282)**, referente atuação da Auditoria Interna da UFSC. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 1 Solicitação de Auditoria remetida pela CGU-R/SC.

Ainda no exercício de 2007, a Corregedoria Setorial do Ministério da Educação – CSMEC/CORAS/CRG/CGU-PR realizou Inspeção Correicional junto à UFSC.

O quadro a seguir apresenta o PLANO DE PROVIDÊNCIAS referente à Auditoria de Gestão 189712 da CGU-R/SC:

Unidade Examinada: **UFSC**
Relatório nº: **189712**

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (065)

Ausência de atendimento, pela UFSC, de ajuste de conduta acordado entre o MEC e o Ministério Público Federal, com permanência do direcionamento restritivo de vagas em processo seletivo não aberto ao público, em Curso de Graduação em Administração à Distância.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos a recomendação contida no item 8.3.1.3 do Relatório de Auditoria 175137/2006/CGU, ou seja:

"A UFSC deverá observar, em seus processos seletivos para Cursos de Graduação (presenciais e à distância) as normas contidas na Portaria MEC nº 2941 (de 17/12/2001) e as determinações do Parecer CP nº 98/99 (de 06/07/1999) do Conselho Nacional de Educação, relativas a processos seletivos para ingresso nas instituições públicas e privadas pertencentes ao sistema federal de ensino superior, bem como o que estabelecem os Artigos 206 e 208 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, de 20/12/1996).

Além disso, a UFSC deverá se abster de reservar vagas em Cursos de Graduação (não só presenciais, mas também aqueles oferecidos na modalidade à distância) para determinada categoria ou público alvo em detrimento da ampla concorrência, e deverá ofertar as vagas de tais Cursos de Graduação sempre em termos de ampla concorrência, ou seja, abertas a todo candidato em vias de concluir ou que tenha concluído o Ensino Médio, a qualquer tempo e segundo quaisquer das formas admitidas em lei. Também deverá rever, em relação ao seu Curso de Graduação em Administração à distância, a decisão de destinar 70% das vagas para funcionários do Banco do Brasil e as demais 30% das vagas para Servidores Públicos Federais, Estaduais ou Municipais atuando em órgão situado no Estado de Santa Catarina.

Por fim, a UFSC deverá se abster de realizar um processo seletivo para cada Curso de Graduação à Distância que ofertar e procurar oferecê-los em processo seletivo conjunto, uma vez que, conforme dispõe a Portaria MEC nº 2.941 (de 17/12/2001) em seu Artigo 4º, 'somente poderão ser realizados no

máximo dois processos seletivos para cada período de ingresso, seja anual ou semestral".

1.1 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

"Não houve preenchimento"

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.2 Providências a serem Implementadas

O referido curso de Administração a distância está suspenso, por decisão judicial, deferida atendo à ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal.

A UFSC está gerenciando junto a Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC buscando possibilitar o financiamento para o oferecimento de 300 (trezentas) vagas, em demanda social, a ser oferecida nos mesmos Pólos de Ensino da UFSC, no estado de Santa Catarina.

A AGU agendou, para 23/08/07, reunião com o Juiz da causa para apresentar a proposta das 300 vagas, já previamente aprovada pela SEED e em fase de elaboração de orçamento. [Ofício nº 380/GR/2007]

1.3 Prazo limite de implementação: / /

"Não houve manifestação"

PENDÊNCIA(S):

Recomendação 001:

A Vice-Reitoria deverá informar os resultados das tratativas citadas no Ofício nº 380/GR/2007.

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (074)

Minuta de nova resolução que dispõe sobre a pós-graduação lato sensu da UFSC em desacordo com a legislação e determinações do TCU e sem o estabelecimento dos devidos controles da UFSC sobre seus Cursos de Especialização.

RECOMENDAÇÃO: 001

Acrescentar, no Artigo 13 da nova Resolução, a obrigatoriedade de constar no projeto os seguintes itens relacionados no Artigo 67 da Resolução 10/Cun/97:

- a) Demonstrativo financeiro (receita/despesa) incluindo fonte de recursos e indicando os recursos financeiros no que se refere a bolsas de estudos, à remuneração do pessoal docente e à previsão de pagamento das taxas ao FUNEVEN, ao "Programa de Bolsas de Extensão, Monitoria e Treinamento para Alunos de Graduação" e ao FUNEX, nos termos do art. 58 da Resolução 10/Cun/97;
- b) Nome do responsável pela elaboração do projeto;
- c) Local de funcionamento (com manifestação quanto à utilização de pessoal, instalações e materiais);
- d) Objetivos do Curso;
- e) Organização e normas de funcionamento do Curso;
- f) [...] número mínimo de alunos previstos para viabilizar o Curso;
- g) Condições de seleção e aprovação dos candidatos;
- g) Disciplinas oferecidas para cada opção, com os respectivos números de créditos, ementa ou programa e indicação da bibliografia mínima;
- i) Calendário (cronograma de atividades);
- j) Indicação da fundação de apoio encarregada de gerência financeira, se houver;
- k) Cópia do convênio com a fundação de apoio encarregada da gerência financeira, se houver.

RECOMENDAÇÃO: 002

Acrescentar na nova Resolução determinação similar ao Parágrafo Único do Artigo 68 da Resolução 10/Cun/97, ou seja, de que "a divulgação e o início do Curso só poderão ocorrer depois de sua aprovação final".

RECOMENDAÇÃO: 003

Para fins de transparência e preservação dos princípios de controle interno, alterar o item II do Artigo 20 da minuta, de modo a segregar as atividades de fiscalização das atividades de coordenação, estabelecendo a obrigatoriedade de designação de servidor distinto do coordenador em cada Curso de Especialização para "fiscalizar e acompanhar os serviços prestados por fundação de apoio contratada, quando for o caso, e comunicar aos órgãos competentes casos de irregularidade".

RECOMENDAÇÃO: 004

Substituir, no Artigo 2º da minuta, a frase "prever o recolhimento à Universidade" pela frase "prever o recolhimento de todos os valores arrecadados pelos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu diretamente à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional".

RECOMENDAÇÃO: 005

Substituir, no Artigo 35 da minuta, a frase "o recolhimento de valores oriundos da implementação de cursos de pós-graduação lato sensu, será feito em conta única da Universidade" pela frase "o recolhimento de valores oriundos da implementação e realização de cursos de pós-graduação lato sensu será feito à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional". Da mesma forma, excluir da minuta os parágrafos 1º e 2º do Artigo 35, substituindo-os por parágrafo único em que seja mencionada a vedação da arrecadação dos recursos por Fundação de Apoio, mesmo que posteriormente haja o repasse à UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 006

Incluir na nova Resolução Artigo que faça referência à obrigatoriedade contida no parágrafo III do Artigo 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, ou seja, de que "na execução de convênios, contratos, acordos e/ou ajustes que envolvam a aplicação de recursos públicos, as fundações contratadas na forma desta lei serão obrigadas a: [...] III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante".

RECOMENDAÇÃO: 007

Incluir na nova Resolução Artigo exigindo que eventuais bolsas que venham a ser pagas estejam expressamente previstas nos projetos, detalhando valores, periodicidade, duração e beneficiários, conforme estabelece o parágrafo 4º, Artigo 6º do Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

RECOMENDAÇÃO: 008

Incluir na nova resolução Artigo que exija que as Prestações de Contas dos Cursos de Especialização sejam submetidas à análise e aprovação das devidas instâncias da UFSC após o término de cada Curso e fiquem à disposição para análise da Auditoria Interna da UFSC e dos órgãos de controle interno e externo.

RECOMENDAÇÃO: 009

Incluir na nova Resolução Artigo definindo e exigindo como Prestação de Contas o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas, sendo que deverão contar em cada Prestação de Contas, no mínimo, relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa (como notas, recibos etc.) e documentos de movimentação bancária.

RECOMENDAÇÃO: 010

Substituir, no Artigo 6º da minuta, a frase "poderão ser executados por fundações de apoio" pela frase "poderão ser apoiados por fundações de apoio".

1.4 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

"Não houve manifestação"

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.5 Providências a serem implementadas

"Não houve manifestação"

1.6 Prazo limite de implementação: / /

"Não houve manifestação"

PENDÊNCIA(S):

A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (050)

Ausência de utilização de cartão corporativo para suprimento de fundos, em desacordo com as normas pertinentes.

RECOMENDAÇÃO: 001

Estender o uso do cartão corporativo a todos os supridos da Unidade, a fim de cumprir a legislação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Instituir mecanismos de controle sobre a utilização de suprimentos de fundos, face a real possibilidade

de ampliação do número de supridos, de modo a garantir o uso adequado dos recursos.

1.7 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.8 Providências a serem Implementadas

A PROAF já encaminhou ao Diretor do DCF um documento solicitando as justificativas pertinentes, bem como solicitando as providências necessárias para complementar as medidas pertinentes para utilização do respectivo cartão.

Em função da greve dos servidores técnico-administrativos, estimamos o prazo para implantação até o final o exercício de 2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.9 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001 e 002 foram implementadas.

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (031)

Reiteração de descumprimento de determinações do TCU, quanto à inexistência de inventário físico anual de bens móveis.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos a necessidade de dar maior celeridade à implantação da nova sistemática de controle patrimonial e inventariança da totalidade dos bens móveis da UFSC, de modo a apresentar o inventário físico anual sobre a totalidade do patrimônio da Universidade e a atender plenamente às alíneas "g" e "h" do Acórdão 1184/2004 - TCU - 1ª Câmara.

RECOMENDAÇÃO: 002

Realizar o inventário físico obrigatoriamente mediante a contagem física de todos os bens patrimoniais pertencentes à UFSC, tendo em vista que apenas a confrontação de relatórios não é capaz de confirmar a existência e a localização de todos os itens constantes destes relatórios.

1.10 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.11 Providências a serem Implementadas

Preliminarmente, cabe ressaltar que não há descumprimento de nenhuma determinação do TCU, considerando que a Administração da UFSC, nunca deixou de priorizar esta atividade, bem como continua incansavelmente, com os meios que dispõe, buscando alternativas para regularizar definitivamente esta questão.

A Divisão do Patrimônio conta com apenas 03 Servidores técnico-administrativos, quadro absolutamente insuficiente para a dimensão das atividades desenvolvidas pelo setor. No último concurso público realizado, atendendo a prioridade do Setor, a Administração da UFSC disponibilizou para a Divisão do Patrimônio 04 Assistentes Administrativos, no entanto 03 (três) deles pediram demissão e um foi afastado por motivos de saúde. Na busca de alternativas para efetuar o levantamento dos bens da Instituição na sua totalidade, foi designada uma Comissão, coordenada pela Divisão do Patrimônio com pessoal contratado via Fundação de Apoio. Esta Comissão trabalhou durante 04 (quatro) anos (2000 a 2004) e conseguiu registrar via código de barras aproximadamente 100.000 (cem) mil bens, posteriormente a Comissão foi desfeita, tendo em vista que os funcionários contratados via Fundação foram demitidos, considerando que a respectiva contratação não estava amparada pela legislação (Lei n. 8.958/1994). Além disso, a metodologia aplicada mostrou-se ineficiente pela proporcionalidade do número de bens registrados (100.000) e o tempo gasto (04 anos). Neste sentido, como a recomposição do quadro de pessoal da Divisão do Patrimônio não será resolvida a curto prazo, pois não há previsão de abertura de concurso público para contratação de servidores técnico-administrativos, embora com o reduzido quadro de pessoal, todos os bens permanentes adquiridos estão sendo tombados e registrados no sistema (código de barras) da Divisão do Patrimônio, restando tão somente a migração do passivo que, esperamos resolver com a designação do Agente Patrimonial Setorial. Até a presente data (25/jun/2007) foram inventariados 265.616 (duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e dezesseis) bens que incluem a totalidade do patrimônio e não apenas sobre os acréscimos ocorridos no exercício. Foram registrados

123.989 (cento e vinte e três mil, novecentos e oitenta e nove) bens no Banco de Dados Novo (Código de Barras) e 141.627 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e sete) Bens no Banco de Dados Antigo (Tombamento). Foram migrados 46.190 (quarenta e seis mil, cento e noventa) bens para o novo banco de dados. Estamos executando um plano de ação especificando metas e prazos, desencadeando ações de inventariança de forma programada de modo que ao final do exercício todos os bens sejam recenseados, ou seja, migrados para o Banco de Dados Novo – Código de Barras; paralelamente a isso acertamos as divergências entre os registros contábeis e patrimoniais, conforme Art. 96 da Lei 4.320/64, IN SEDAP nº 205/88 e determinações do TCU.

A implantação do novo sistema de gerenciamento patrimonial descentralizado, baseado na figura do Agente Patrimonial Setorial estava na dependência da conclusão dos trabalhos de consolidação da legislação sobre o patrimônio que vinha sendo realizado pelo grupo de trabalho formado pelo Pró-Reitor de Orçamento Administração e Finanças, Procuradora Federal Junto à UFSC, Diretores do DEPASE, NPD, AUDIN, Coordenador de Gestão Patrimonial e Chefe do Serviço de Registro Patrimonial da UFSC. Este trabalho já foi concluído.

Estima-se que após a implantação do Sistema Descentralizado do Patrimônio, um período de um a dois meses será necessário para a familiarização dos usuários com o novo sistema e ajustes nas rotinas administrativas a ele relacionadas. Uma vez concluído esse período inicial de implantação serão necessários de quatro a seis meses para a obtenção de um novo relatório sobre a revisão da situação de todos os bens patrimoniais da UFSC.

O levantamento físico geral de todos os bens da UFSC será a consequência lógica da descentralização e da implantação do sistema. Uma vez que procedida a revisão da situação dos bens, a Divisão do Patrimônio poderá disponibilizar o relatório respectivo anualmente.

A designação formal de Agentes Patrimoniais mediante portaria será implementada no segundo semestre de 2007, no entanto, a Divisão de Patrimônio vem trabalhando com vários servidores da instituição que fazem o trabalho de Agente Patrimonial em seus respectivos setores, adiantando o treinamento que cada um deles deverá receber por ocasião da expedição da respectiva portaria.

Um Boletim Informativo será publicado juntamente com a portaria, tendo como anexo os principais pontos da legislação referente ao patrimônio. A idéia é publicar um guia de consulta rápida como parte do Boletim Informativo.

Paralelamente ao levantamento físico de bens móveis próprios da Instituição, a Divisão de Patrimônio tem analisado criteriosamente todas as 27 (vinte e sete) classificações do plano de contas da União dos grupos patrimoniais, verificando os valores registrados na Divisão de Patrimônio e no Departamento de Contabilidade e Finanças, conciliando as divergências encontradas nessas informações.

Por fim, informamos que já solicitamos formalmente a Chefia do Gabinete do Reitor a formatação da Portaria de descentralização do patrimônio. A operacionalização das atividades, bem como a designação e treinamento dos Agentes Patrimoniais está temporariamente prejudicada em função da greve dos servidores técnico-administrativos deflagrada a partir do dia 04/06/2007, cuja perspectiva de término é imprevisível.

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007.

Segue anexo a justificativa do Coordenador da Divisão do Patrimônio.

(Anexo I) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.12 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001 e 002 foram implementadas.

3.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (028)

Ausência de providências para regularização da área cedida à Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiterar pela terceira vez a recomendação de atender às determinações do TCU contidas nas alíneas "a" e "b" do Acórdão nº 2892/2004 - 1ª Câmara - TCU, onde foi determinado que a UFSC:

"a) regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato nº 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente, a Lei nº 6.120/1974 e o Decreto nº 99.509/1990, mediante a cobrança

por todo o período de vigência do referido contrato do aluguel mensal devido, com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados;

b) cancele ou regularize, inclusive mediante o devido processo licitatório, a subconcessão para terceiros de parte de área cedida pela UFSC à Associação Atlética Volantes, mencionada na alínea anterior, nos termos da legislação aplicável, em particular a Lei n.º 6.120/1974, a Lei n.º 8.666/1993, o Decreto n.º 99.509/1990, bem ainda o Parecer da Procuradoria Geral da UFSC n.º 0471/ALF/PG/94".

RECOMENDAÇÃO: 002

Modificar imediatamente o teor da minuta do Termo Aditivo apresentado pela UFSC, nos seguintes termos:

a) alterando o percentual para 0,8% para definição do valor mensal a ser pago a UFSC pela AASUFSC, no lugar do 0,2% (ou dois milésimos), tendo em vista que não cabe a aplicação desse percentual sobre o valor do imóvel;

b) não prever cláusula estabelecendo nova vigência para o Contrato n.º 269/2001, tendo em vista que o contrato ainda não expirou e está em plena vigência.

RECOMENDAÇÃO: 003

Rescindir administrativamente de imediato o contrato com a AASUFSC caso as subconcessões por ela promovidas irregularmente não sejam encerradas imediatamente, com a devida desocupação dos imóveis, considerando que os prazos solicitados para promover a desocupação dos imóveis já se esgotaram.

RECOMENDAÇÃO: 004

Apurar imediatamente os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se nos critérios e nos valores referenciais apresentados por essa CGU/SC.

RECOMENDAÇÃO: 005

Adotar as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos pela AASUFSC, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa à omissão ou morosidade na sua execução.

1.13 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

"Não houve manifestação"

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.14 Providências a serem implementadas

Submetemos ao conhecimento de Vossa Senhoria, em atendimento ao Memorando Circular nº 008/AUDIN/2007, relativo ao Ofício nº 23877/2007/CGU-R/SC, que trata da Tomada/Prestação de Contas 2006, desta Instituição, prestamos informações e ações deliberadas para regularização das determinações emanadas pela Egrégia Corte do Tribunal de Contas da União, acerca da *"ausência de regularização da área cedida para a Associação Atlética dos Servidores da UFSC, inclusive sua subconcessão para terceiros, com descumprimento do Acórdão nº 2892/2004 – Primeira Câmara – TCU (Lei nº 6.120/1974, Decreto nº 99.509/1990 e os subitens 1.1 e 1.2 do Acórdão 2892/2004 – Primeira Câmara – TCU; vide itens 6.5.7, fl. 604-605, do relatório anexo)"*, como segue.

1) Em 14/07/07, mediante ofício nº 031/AASUFSC/2007, a AASUFSC concordou com as seguintes deliberações – anexo 1:

- a) Concordou com a minuta do Termo Aditivo nº 001 ao Termo de Contrato de Concessão de Uso nº 269/01, encaminhado ao TCU, mediante ofício nº 117/07;
- b) Restringir a utilização da academia aos sócios e dependentes da AASUFSC;
- c) Concordou com a abertura de processo licitatório para as áreas do Gabinete Odontológico e Restaurante.

2) Em 29/07/08, mediante ofício número OFÍCIO DeAE/PRAE/Nº 117/07, submetemos ao conhecimento do Tribunal de Contas da União, em atendimento ao Ofício nº 1718/2007-TCU/SECEX-SC, as justificativas e providências deliberadas para regularização da citada área, anexo 2;

3) Em 25/09/07, em resposta ao Ofício nº 031/AASUFSC/07, apresentamos a AASUFSC, mediante ofício nº 189/DeAE/PRAE/07, minuta de contrato emergencial e processo licitatório para regularizar as áreas ocupadas por terceiros, anexo 3. Posteriormente, serão submetidos a apreciação da Procuradoria Federal/UFSC.

Por último, submetemos a Procuradoria Federal/UFSC, minuta do termo aditivo nº 001 ao Termo de

Contrato de Concessão de Uso nº 269/01, encaminhada TCU, mediante ofício nº 117/07. [MEMO Nº 760/DEAE/PRAE/2007]

1.15 Prazo limite de implementação: / /

“Não houve manifestação”

PENDÊNCIA(S):

O DEAE e a PRAE deverão informar os resultados das tratativas citadas no Memorando MEMO Nº 760/DEAE/PRAE/2007.

3.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (030)

Atendimento parcial à recomendação da CGU-R/SC quanto à regulamentação do uso e à cessão por tempo determinado das Fortalezas administradas pela UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Acrescentar no regulamento de uso e cessão por tempo determinado das fortalezas administradas pela UFSC que os depósitos bancários realizados pela utilização destes espaços devem ser efetuados diretamente na Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional.

RECOMENDAÇÃO: 002

Incluir cláusulas para ressarcimento de eventuais danos causados às fortalezas, equipamentos, peças, meio ambiente ou quaisquer outros bens existentes na área utilizada.

RECOMENDAÇÃO: 003

Aprovar e submeter o regulamento de uso e cessão por tempo determinado das fortalezas administradas pela UFSC à aprovação do IPHAN, com a maior brevidade possível.

1.16 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.17 Providências a serem Implementadas

Complementar a regulamentação do uso das fortalezas e obter aval do IPHAN. [Memorando 161/PRCE/2007]

1.18 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PRCE deverá informar os resultados das tratativas citadas no Memorando 161/PRCE/2007.

3.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (053)

Permanência de pagamento de taxas de ocupação pelo uso de imóveis funcionais em desacordo com a legislação vigente, e de utilização irregular de área pertencente à UFSC por parte de terceiros.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos as recomendações de exercícios anteriores, quais sejam:

a) Efetuar levantamento dos valores relativos à área do terreno ocupado por seus imóveis funcionais, complementando a avaliação já realizada em relação à área construída dos imóveis, de modo a permitir a definição correta e atualizada das Taxas de Ocupação a serem cobradas de cada servidor, conforme determina o Artigo 81 do Decreto-Lei n.º 9.760/1946.

b) Atualizar os Termos de Ocupação de cada um de seus imóveis funcionais, de modo que fique adequadamente registrada a motivação da ocupação destes.

c) Atualizar os Termos de Ocupação de cada um de seus imóveis funcionais em relação aos valores das taxas de ocupação, considerando-se as frações dos terrenos ocupados (não só as áreas construídas).

d) Cobrar dos servidores ocupantes (e ex-ocupantes) dos imóveis funcionais o valor não pago ou pago a menor dentro do período de uso de tais imóveis funcionais e do período retroativo definido em lei.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar medidas imediatas, sob pena de responsabilização, visando à desocupação do imóvel do Colégio Agrícola de Camboriú pelo servidor de matrícula SIAPE 2169850, visto que não há justificativa para sua residência em imóvel funcional.

RECOMENDAÇÃO: 003

Providenciar o recadastramento dos moradores dos imóveis tratados no processo n.º 23080.005286/97-14, a fim de possibilitar o início da ação judicial para reintegração de posse destes imóveis.

RECOMENDAÇÃO: 004

Formalizar, após recadastramento dos moradores, sob pena de responsabilização, o pedido de desocupação dos imóveis funcionais irregularmente ocupados, a fim de possibilitar, caso não haja a desocupação, o ajuizamento da ação pelo Órgão de Execução da Procuradoria Geral junto à UFSC.

1.19 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.20 Providências a serem Implementadas

Com referência a ocupação dos imóveis funcionais da UFSC temos a acrescentar:

- não há ausência de pagamento de taxas de ocupação. Segue anexo, os comprovantes de desconto em folha, referente as taxas cobradas dos ocupantes dos respectivos imóveis no período de 2003 até 2007;
- a ocupação dos imóveis considerados funcionais foram regularizados através da formalização de contratos;
- a ocupação de residências por pessoas sem vínculo com a UFSC, conforme processo n.23080.005286/1997-14 será objeto de ação judicial proposta pela AGU, restando para tanto a atualização dos dados, conforme solicitado em 10/04/2007 pelo Procurador Federal Eduardo de Mello e Souza. Por fim, salientamos que as informações já foram atualizadas pela Divisão do Patrimônio e o respectivo processo devolvido a Procuradoria Geral para as providências cabíveis;
- os imóveis residenciais, não enquadrados como funcionais e ocupados pela família Barbosa, também serão objeto de ação judicial conforme proposto pela Procuradoria Geral. Processo (23080.032813/2006-15);
- quanto a avaliação da fração dos terrenos, onde estão localizadas as respectivas casas, informamos que o ETUSC, órgão responsável pela execução destes serviços está tomando as providências devidas. Provavelmente este processo sofrerá atraso, considerando a greve dos servidores técnico-administrativos.

Quanto a recomendação 02, vamos solicitar as providências necessárias junto a Direção do Colégio Agrícola de Camboriu e requerer a desocupação do imóvel, bem como cancelar o respectivo contrato.

Segue anexo cópia dos documentos referentes as providências já encaminhadas. (anexo II)

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.21 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001, 002, 003, e 004 foram implementadas.

3.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (029)

Divergências em relatórios do Setor Patrimonial.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar análise do sistema informatizado de controle patrimonial, a fim de detectar e corrigir possíveis falhas que possam estar acarretando divergências entre saldos patrimoniais e contábeis.

1.22 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.23 Providências a serem Implementadas

As divergências nos relatórios de baixas patrimoniais já foram corrigidas. Um novo tipo de relatório já foi providenciado pelo Núcleo de Processamentos de Dados (NPD). Os usuários do Sistema estão sendo treinados para detectarem possíveis falhas na alimentação de dados que geram estes relatórios. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.24 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

3.3.2.1 CONSTATAÇÃO: (032)

Continuidade da situação de obsolescência dos equipamentos da Imprensa Universitária, dificultando o pleno atendimento das demandas gráficas da comunidade universitária e impossibilitando a impressão das provas do Vestibular da UFSC na IU/UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar imediatamente estudo comparativo quanto à economicidade da manutenção da estrutura da Imprensa Universitária em relação à terceirização dos serviços e reaproveitamento dos servidores em outras áreas da UFSC, demonstrando qual a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

1.25 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.26 Providências a serem Implementadas

Apesar das dificuldades para obtermos recursos financeiros para aquisição de novos equipamentos, executamos em 2007 a reforma em mais uma máquina da Imprensa Universitária. Atendendo a recomendação da CGU solicitamos ao Diretor da Imprensa Universitária a elaboração do respectivo levantamento. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.27 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se a Recomendação 001 foi atendida.

3.4.1.1 CONSTATAÇÃO: (061)

Atendimento parcial às recomendações do item 6.4.1.1, face não-conclusão do estudo de dimensionamento de pessoal da UFSC e não-conclusão do projeto de atualização do Estatuto da UFSC à luz da Lei n.º 10.973, de 02/12/2004.

RECOMENDAÇÃO: 001

Concluir o estudo de dimensionamento de pessoal no prazo estipulado pelo Ministério da Educação (junho/2007).

RECOMENDAÇÃO: 002

Prover o Departamento de Propriedade Intelectual de força de trabalho adequada às suas necessidades, considerando a importância e o desenvolvimento deste setor dentro da Universidade, e o crescimento histórico da demanda existente.

RECOMENDAÇÃO: 003

Submeter ao CUn o projeto de resolução que altera o Estatuto e Regimento Geral da UFSC, a fim de adequá-los às determinações da Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo (Lei n.º 10.973, de 02/12/2004).

1.28 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.29 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.30 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

a) Posição do Gestor: 3) Discordo

b) Justificativa: Conforme estabelece o Ministério da Educação, por meio do Ofício Circular nº 008/2006-CGGP/SAA/MEC, a partir de 30/6/2006 as IFES terão 360 (trezentos e sessenta) dias para o início da execução do dimensionamento.

c) Providências a serem Implementadas: Estamos gerenciando o estudo do dimensionamento como uma ação prioritária da política de desenvolvimento de potencialização de pessoas desta IFE.

d) Prazo limite de implementação: 30/06/2008.

Recomendação: 002

a) Posição do Gestor: (2) Concordo Parcialmente.

b) Justificativa: Concordamos sobre a necessidade de adequação da força de trabalho do Departamento de Propriedade Intelectual. Porém, necessitamos equilibrar a distribuição da força de trabalho no interior da UFSC. Estamos cientes da importância do DPI para a Instituição, mas emergencialmente essa unidade já foi atendida com a lotação de uma servidora.

c) Providências a serem Implementadas: O gerenciando do dimensionamento como uma ação prioritária da política de desenvolvimento de potencialização de pessoas desta IFE, de modo que venha a subsidiar a matriz de alocação da força de trabalho da atividade meio desta Instituição, atendendo também o DPI, como uma unidade da UFSC.

d) Prazo limite de implementação: 30/06/2008

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

PENDÊNCIA(S):

A PRPE deverá informar se Recomendação 003 foi atendida.

4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (073)

Período de inscrição para a contratação de professor substituto excessivamente curto após a publicação do edital, afetando a competitividade e a ampla divulgação.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir e consolidar a nova política de ampliação de prazo de inscrição definido nos Editais para a contratação de professores substitutos da UFSC, tanto em termos de dias úteis disponíveis para inscrição quanto em termos de datas posteriores aos Editais lançados, de modo a permitir maior divulgação e preparação de documentação por parte dos eventuais interessados e a preservar a ampla publicidade e competitividade.

RECOMENDAÇÃO: 002

Concluir e editar a nova Portaria citada pela UFSC, que reformularia a Portaria nº 678/GR/98 e estabeleceria prazos maiores de inscrição, após sua aprovação pelas instâncias devidas.

1.31 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.32 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.33 Prazo limite de implementação: / /

Recomendações: 001 e 002

a) Posição do Gestor: (2) Concordo Parcialmente

b) Justificativa: Informamos que esta Instituição já adotou o prazo de cinco dias úteis, para o período de inscrição no processo seletivo de contratação de professores substitutos. Estaremos ampliando imediatamente, como ação administrativa prioritária, o período de divulgação. Tramita no Gabinete do Reitor (GR), para análise jurídica, a proposta de reformulação da Portaria nº 678/GR/98.

c) Providências a serem implementadas: Quanto ao prazo de ampliação do período de inscrição para o processo seletivo de professor substituto, já foi adotado como prática do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas (DDPP), desta Pró-Reitoria. Quanto ao prazo de ampliação para a divulgação do processo seletivo de professor substituto, o DDPP estará adotando esta ação imediatamente. Referente a reformulação da Portaria nº 678/GR/98, esta Pró-Reitoria estará gerenciando com o GR, para a publicação da nova versão, o mais breve possível.

d) Prazo limite de implementação: Recomendação 001: imediatamente (agosto de 2007).
Recomendação 002: 31/12/2007.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

PENDÊNCIA(S):

A PRDHS deverá informar se a Recomendação 002 foi implementada.

4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (060)

Concessão de Abono Permanência em desacordo com a jurisprudência do TCU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar imediatamente o cancelamento do pagamento do Abono Permanência, a apuração dos pagamentos indevidos e a restituição ao Erário, sob pena de futuramente o TCU concluir pela responsabilização dos responsáveis pela permanência do pagamento das quantias pagas indevidamente aos servidores matrícula SIAPE n.ºs 1156248, 1156082 e 1156246.

1.34 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.35 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.36 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

b) Justificativa:

1. Das considerações preliminares

A ilegalidade argüida pela GRCI em relação às aposentadorias dos professores acima nomeados relaciona-se à contagem do tempo de serviço prestado na condição de Auxiliar de Ensino junto a esta Universidade, uma vez que tem considerado ilegal a concessão de aposentadoria especial ao argumento de que o exercício das atividades afetas ao Auxiliar de Ensino não pode ser computado como atividade de efetivo magistério, por tratar-se de emprego técnico.

Evidentemente, no que pertine à aposentadoria especial de professor, encontra-se pacificada a jurisprudência do TCU no sentido de que não comporta - sob pena de violação à Constituição Federal, na antiga redação do art. 40, inciso III, alínea "b", e ao art. 186, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.112/90 - a utilização de tempo de serviço prestado em atividades outras que não de magistério.

Destarte, a expressão "funções de magistério" foi insculpida no artigo suso referido pelo legislador constituinte para afastar a possibilidade de cômputo de tempo de serviço estranho às funções de magistério nas aposentadorias especiais de professor. Daí porque não é possível a aplicação do "arredondamento", do aproveitamento do tempo na inatividade ou da condição de aluno aprendiz, tampouco o tempo de serviço em cargos alheios ao magistério, consoante reiteradas decisões daquela c. Corte de Contas.

Nesse diapasão, a jurisprudência predominante do STJ, consoante a Súmula nº 726 Supremo Tribunal Federal, publicada no DJU de 10 de dezembro de 2.003, que assim restou redigida:

"Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula."

No entanto, a matéria ainda não se encontra pacificada em relação aos professores da educação fundamental e do ensino médio em face dos questionamentos acerca da aplicação da Lei nº 11.301, de 10 de maio de 2006, que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, definição de funções de magistério, objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.772, em tramitação.

2. Da natureza do cargo de Auxiliar de Ensino nas Universidades Federais

Ao reportarmos-nos aos precedentes jurisprudenciais do TCU, buscávamos identificar a fundamentação legal para que fosse reputado como tempo estranho ao magistério aquele afeto ao

desenvolvimento de atividades na condição de Auxiliar de Ensino.

Na definição quanto à natureza do cargo de Auxiliar de Ensino, o TCU, reporta-se ao entendimento exarado pela Coordenadora-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que em resposta à consulta formulada pelo Comando da Aeronáutica em 2002 (Doc. 1). Referida consulta foi formulada nos seguintes termos:

“(…) servidor docente para aposentar-se com base no art. 8º, § 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, ou seja, com acréscimo de 17% em função do exercício de empregos de Auxiliar de ensino e Assistente Pedagógico, indagando se tais empregos se caracterizam como atividade docente.”

Assim esclareceu:

“(…) não há amparo legal para tal concessão, uma vez que esses se constituem empregos técnicos, e não se enquadram em atividade exclusivamente docente, para efeito de aposentadoria com o benefício da Emenda, pois se trata de cargo técnico”.

Parece-nos, no entanto, que a questão relacionada ao “Auxiliar de Ensino” não se encontra esgotada em face do entendimento do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão e da remansosa jurisprudência do e. Tribunal de Contas da União, uma vez que impõe a sua interpretação uma abordagem quanto à natureza e às atribuições do cargo de Auxiliar de Ensino nas Universidades Federais.

Impende lembrar que, nesta Universidade, conforme demonstraremos a seguir, o Auxiliar de Ensino desempenhava efetivamente funções de magistério na acepção dada às “funções de magistério” pela Súmula nº 726 Supremo Tribunal Federal, suso transcrita.

2.1. Da legislação aplicável à matéria

A Lei nº 4.881-A, de 06/12/65, ao dispor sobre o primeiro Estatuto do Magistério Superior, instituiu o regime jurídico do pessoal docente de nível superior. Da leitura sistemática de seus artigos não pode passar despercebido ao interprete mais atento que a referência ao Auxiliar de Ensino traz no seu bojo a sua vinculação ao magistério superior das universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior.

Preocupou-se o legislador infraconstitucional em precisar, de sorte a não restar dúvidas ao interprete, as categorias que constituíam o pessoal docente, consoante comando do art. 5º, *in verbis*:

“Art. 3º O corpo docente de cada unidade de ensino superior será constituído pelo pessoal que nela exerça atividades de magistério daquele grau.”

Parágrafo único. Nas unidades, o pessoal docente será distribuído em subunidades didáticas ou de pesquisa, constituídas de cadeiras ou laboratórios de atividades afins, os quais passarão a caracterizar os respectivos cargos.

Art. 4º São atribuições dos membros do corpo docente as atividades de ensino superior, constantes dos planos de trabalho e programas da unidade em que estejam lotados.

(...).

Art. 5º O pessoal docente de nível superior se classifica pelas seguintes categorias:

I – ocupantes dos cargos das classes do magistério superior;

II – professores contratados; e

III – auxiliares de ensino” [Grifos nossos].

Dessume-se do teor dos artigos acima transcritos que a lei sob comento, não classificava o Auxiliar de Ensino dentre os professores integrantes das classes do magistério superior. Consoante os arts. 6º, 7º, 8º e 9º da referida lei, as classes do magistério superior eram constituídas pelos professores catedráticos, adjuntos e o assistentes, bem como pelos pesquisadores-chefes, pesquisadores-associado e o pesquisadores-auxiliares, que integravam o Quadro Único de Pessoal em cada Universidade federal.

Evidentemente, este tratamento não tem o condão de descaracterizar a natureza de professor integrante do quadro de pessoal docente de nível superior das Universidades afeta ao Auxiliar de Ensino – juntamente com o professor contratado – uma vez que efetivamente não integrava as classes do magistério superior que compunham o Quadro Único de Pessoal das Universidades.

Esta diferenciação, fundada mais na forma de acesso e provimento do que nas atribuições dos cargos e empregos, resta cabalmente demonstrada no art. 24 da referida lei que definia as duas formas de provimento do pessoal docente de nível superior, quais sejam: às nomeações (mediante concurso público de provas e títulos) relativas ao pessoal do Quadro referido no art. 8º e às admissões de contratados pela legislação trabalhista.

Ao referir-se à forma de provimento dos Auxiliares de Ensino, assim dispunha no seu art. 11, *in litteris*:

“Art. 11. Para a iniciação nas atividades de ensino superior, serão admitidos auxiliares de ensino, em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos regimentos.

§ 1º A admissão de Auxiliar de Ensino somente poderá recair em graduado de curso de nível superior.

(...).

§ 3º A admissão será efetuada pelo prazo de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado.

§ 4º A renovação da admissão de auxiliar de ensino, atendidos os requisitos de aproveitamento e adaptação às atividades de magistério superior, será feita mediante proposta dirigida à congregação ou colegiado equivalente”.

Alegar, portanto, que o Auxiliar de Ensino integra o quadro de cargos técnicos das universidades não encontra sustentação – não apenas por tratar-se a Lei nº 4.881-A, de 06/12/65, de legislação específica do magistério, mas, também, pelo fato de que a sua contratação ocorria para a iniciação nas atividades de ensino superior.

Vale lembrar que a renovação da sua contratação dependia do seu aproveitamento e adaptação às atividades de magistério superior.

Impõe-se a conclusão de que a renovação dependia de uma espécie de aprovação em estágio probatório, cuja avaliação só poderia ocorrer se desempenhasse bem as suas atividades de magistério superior e se detivesse a titulação requerida.

D’outra parte, há que se ter presente que a contratação de professor colaborador a que se refere o art. 12, somente poderia recair em especialista brasileiro ou estrangeiro com o objetivo de desempenhar atribuições inerentes ao cargo vago de professor catedrático ou titular ou à cooperação com o ensino e a pesquisa ou a realização de cursos especializados.

Parece-nos que se tratava de figura similar ao professor visitante, que mais tarde veio a substituí-lo, conforme veremos mais adiante. Portanto, não se contratava professor colaborador para as atividades de iniciação ao ensino superior, próprias estas dos Auxiliares de Ensino.

A Lei nº 5.539/68, de 27/11/68, que alterou a Lei nº 4.881-A/65, veio a recepcionar no seu art. 2º os termos do seu art. 5º - que incluía o Auxiliar de Ensino dentre o pessoal docente de nível superior.

“Art. 2º O pessoal docente de nível superior classifica-se pelas seguintes categorias:

I - integrantes das classes do magistério superior;

II - professores contratados;

III - auxiliares de ensino.

Art. 3º Os cargos de magistério superior compreendem-se nas seguintes classes:

I – professor titular;

II – professor adjunto;

III – professor assistente.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO

Art. 4º VETADO.

Parágrafo único. A distribuição de pessoal docente pelas atividades de ensino e pesquisa será feita pelos departamentos” [Grifos nossos].

A novel lei tratou em seu art. 6º da admissão do Auxiliar de Ensino, sem promover alterações substanciais a respeito da matéria tratada na lei especial.

“Art. 6º Para iniciação nas atividades do ensino superior, serão admitidos auxiliares em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos estatutos e regimentos.

§ 1º A admissão de auxiliar de ensino somente poderá recair em graduado de curso de nível superior.

§ 2º A admissão será efetuada pelo prazo de dois anos, que poderá ser renovado.

§ 3º No prazo máximo de quatro anos, o auxiliar de ensino deverá obter certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderá ser mais renovado” [Grifos nossos].

No que concerne ao regime de trabalho, referiu-se no seu art. 16 aos integrantes do corpo docente – vale dizer, tanto aos contratados quanto aos integrantes das classes do magistério superior

encontravam-se sujeitos ao mesmo tratamento, consoante se deduz do seu teor, *in verbis*:

“Art. 16. O regime de trabalho do pessoal docente de nível superior abrangerá duas modalidades:

- a) de dedicação exclusiva;
- b) em função do número de horas semanais.”

A Lei nº 4.881-A/65 foi regulamentada, ainda, pelo Decreto-Lei nº 465/69. Referido Decreto, ao alterar a redação dada ao seu art. 2º pela Lei nº 5.539/68, procedeu a eliminação de categoria de professor contratado, restringindo o pessoal docente de nível superior a apenas duas categorias, a saber: os professores integrantes da carreira do magistério e os auxiliares de ensino. Reza citado artigo, *verbis*:

“Art. 10. Os artigos 2º, 3º e 17, da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O pessoal docente de nível superior compreende os professores integrantes da carreira do magistério e os auxiliares de ensino.

Parágrafo único. Os professores serão admitidos segundo regime jurídico do Estatuto do Magistério Superior ou segundo a legislação do trabalho e os auxiliares de ensino pela legislação do trabalho.

Em 27/11/74, a Lei nº 6.182/74, ao fixar a retribuição do Grupo-Magistério Superior do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, estabelecia no seu art. 2º os regimes de trabalho do pessoal docente integrante do Grupo-Magistério, na seguinte redação:

“Art. 2º O pessoal docente integrante do Grupo-Magistério, fica sujeito a um dos seguintes regimes:

- I - 20 (vinte) horas semanais em um turno diário completo a que corresponde o vencimento estabelecido para cada nível, na forma do Anexo desta Lei;
 - II - 40 (quarenta) horas semanais, em dois turnos diários completos.
- (...).”

Nos seus artigos 4º e 5º, tratava dos Incentivos Funcionais, nos seguintes termos:

“Art. 4º Os Incentivos Funcionais a que se refere o parágrafo único do artigo 1º, correspondem aos percentuais constantes do Anexo desta Lei, incidentes sobre o vencimento fixado para cada Nível.

Art. 5º A concessão dos Incentivos Funcionais, nos percentuais fixados nos itens I a VI do Anexo desta Lei, far-se-á, desde que satisfeitos pelo docente, respectivamente, os seguintes requisitos:

- I – desempenho das respectivas atividades no regime de 40 (quarenta) horas semanais;
 - II – obtenção do grau de Doutor em curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação ou título de Livre-Docência obtido na forma da legislação em vigor;
 - III – obtenção do grau de Mestre em curso credenciado pelo Conselho Federal de Educação;
 - IV – conclusão de curso de Aperfeiçoamento ou Especialização;
 - V – produção científica ou técnica relevante, ligada ao ensino e à pesquisa;
 - VI – dedicação integral e exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem assim às atividades de administração universitária.
- (...).”

Saliente-se que a Lei nº 6.182/74 veio a tratar da figura do Auxiliar de Ensino a ser contratado por prazo determinado na forma da legislação trabalhista para o desempenho de atividades de magistério superior, nos seguintes termos:

“Art. 14. Poderá haver contratação por prazo determinado, na forma da legislação trabalhista, para o desempenho de atividades de magistério superior, exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I – como auxiliar de ensino, em caráter probatório, para iniciação nas atividades de ensino superior, pelo prazo de 2 (dois) anos, com possibilidade de renovação por igual prazo;
- II – de professores colaboradores para atender eventuais necessidades da programação acadêmica;
- III – de professores visitantes de conhecido renome.

§ 1º As contratações previstas no item I deste artigo deverão recair em graduado de curso superior, à vista do currículo e de outros elementos probatórios de idoneidade, experiência e capacidade profissional do candidato, mediante aprovação pelo colegiado universitário competente, somente podendo ocorrer nos limites da lotação aprovada.

§ 2º (...)

§ 3º Aos Auxiliares de Ensino que, satisfazendo quaisquer dos requisitos previstos nos itens II a IV do art. 5º desta Lei, permanecerem ainda nesta condição, serão atribuídos Incentivos Funcionais equivalentes, em valores absolutos aos de Professor Assistente no regime correspondente.

§4º (...).

§ 5º (...).

§ 6º Aos Auxiliares de Ensino poderá ser atribuído o Incentivo correspondente ao item VI do art. 5º, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo, (...)."

Parece-nos temerário admitir a possibilidade de deferimento de Incentivos Funcionais ou atribuição de Regime de Trabalho, próprios dos professores integrantes da carreira do magistério ao Auxiliar de Ensino caso efetivamente viesse a configurar emprego técnico.

O Decreto nº 78.594/76, que dispunha sobre a transposição de empregos e cargos permanentes para a Categoria funcional do Grupo-Magistério da Tabela Permanente e do Quadro Permanente da UFSC,

"Art. 1º São transpostos na forma dos Anexos I e I-A, para a Categoria Funcional de Professor de Ensino Superior do Grupo-Magistério, código: M-400 e LT-M-400, do Quadro Permanente e da Tabela Permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, os cargos efetivos e empregos permanentes, cujos ocupantes se habilitam no processo seletivo de que trata o decreto de estruturação do referido Grupo, com as alterações posteriores, conforme relações nominais constantes dos Anexos II e II-A deste Decreto.

(...).

Art. 4º Ficam relacionados no Anexo V deste Decreto os Auxiliares de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, em exercício em 31 de outubro de 1974, e habilitados em processo seletivo próprio, a que se refere o artigo 14, item I, da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974."

Da análise dos anexos ao referido Decreto, verifica-se que o número de Auxiliares de Ensino transpostos correspondia a 534 docentes, numero significativo em relação aos demais cargos e empregos do magistério superior, contemplados nos demais anexos.

Em 14/09/77, o Decreto nº 80.328/77, que dispunha sobre a inclusão de empregos de Professor Assistente do Grupo Magistério e Auxiliar de Ensino na Tabela Permanente da UFSC, em consonância com o Decreto nº 78.594/76, acima mencionado, assim tratava da matéria:

"Art. 1º Ficam incluídos na forma do Anexo I deste Decreto, na Categoria Funcional de Professor de Ensino Superior, do Grupo Magistério, Código: LT M-400 da Tabela Permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, 249 (duzentos e quarenta e nove) empregos de Professor Assistente, Código: LT- M-401.4, a serem preenchidos por ocupantes de empregos de Auxiliar de Ensino constante do Anexo V do Decreto nº 78.594, de 14 de outubro de 1976, que se habilitaram em concurso, na forma da legislação vigente.

(...).

A última referência a respeito do Auxiliar de Ensino restou inserida no Decreto-Lei nº 1.820, de 11/12/80, que reajustava os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo. Referido Decreto-Lei tratava no seu art. 9º sobre a organização da carreira do magistério superior nos seguintes termos:

"Art. 9º Nas autarquias federais, a categoria funcional do magistério superior, organizada em carreira, será integrada pelas seguintes classes:

I - Professor Titular;

II - Professor Adjunto;

III - Professor Assistente;

IV - Professor Auxiliar.

(...)."

Nos seus arts. 10 e 11, tratava, respectivamente, do aproveitamento na referência inicial da classe de Professor Assistente daqueles Auxiliares de Ensino admitidos até 31/12/79, observadas as condições que explicitava, e da inclusão em tabelas especiais, em extinção, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, daqueles que o foram após 31/12/79.

"Art. 10. Os atuais Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidas até 31 de dezembro de 1979 serão aproveitados na referência inicial da classe de Professor Assistente, desde que possuam diploma de graduação em curso superior e sejam aprovados em processo seletivo a ser organizado e aplicado pelas instituições de ensino superior dentro de 180 (cento e

oitenta) dias, contados da entrada em vigor deste Decreto-lei.

§ 1º Os Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos após 31 de dezembro de 1979 serão incluídos, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da entrada em vigor deste Decreto-lei, em tabelas especiais, em extinção, a serem submetidas à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público."

Saliente-se, por derradeiro, que na mesma data foi editado o Decreto nº 85.487/80, dispondo sobre a carreira do magistério superior nas instituições federais autárquicas, que veio a acrescentar ao corpo docente das IES o professor visitante. O corpo docente ficou assim constituído, a partir de então:

"Art. 2º O corpo docente de cada instituição de ensino superior será constituído pelos integrantes de carreira de magistério e pelos professores visitantes."

Finalmente, o art. 43 do citado Decreto refere-se aos Auxiliares de Ensino nos seguintes termos:

"Art. 43. Os atuais Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos até 31 de dezembro de 1979 serão aproveitados na referência inicial da classe de Professor Assistente, desde que possua (...)"

2.3. Do efetivo exercício em funções de magistério

Corroborando, ao final, a linha de interpretação sustentada neste parecer no sentido de que ao Auxiliar de Ensino, como categoria integrante do pessoal docente desta Universidade, desempenhava funções de efetivo exercício de magistério em sala de aula, trazemos à colação cópia de diversos documentos resgatados junto à Seção de Arquivo desta Universidade, atinentes à situação funcional dos professores inicialmente nomeados (Docs. 2,3 e 4).

Contextualizada a questão e demonstrado o exercício de fato de atividades em sala de aula, parece-nos que a posição do TCU, do MEC e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em relação ao tempo de serviço prestado no cargo de Auxiliar de Ensino no ensino superior ministrado pelas Universidades deve ser revista, pelas razões a seguir apresentadas:

1. Em face da sintonia das atribuições afetas ao referido cargo com a exegese imprimida pelo art. 40, III, "b", da Constituição Federal, anteriormente à EC 20/98, no que concerne ao "efetivo exercício em funções de magistério" como condição para a concessão de aposentadoria especial.

Destarte, a farta documentação anexa corrobora a linha de entendimento defendida por esta Universidade no sentido de que o Auxiliar de Ensino desempenhava efetivamente funções de magistério – inclusive no seu sentido restrito – atividades de ensino em sala de aula.

2. Pelo fato de tratar-se a Lei nº 4.881-A, de 06/12/65 – Estatuto do Magistério Superior – e a Lei nº 6.182/74, de leis especiais em relação ao magistério superior nas universidades federais e estabelecimentos isolados de ensino superior, razão pela qual não poderiam abarcar na sua área de aplicação empregos/cargos técnicos como sugerido pelo MPOG. Tanto é verdade que não existe outra legislação que tenha criado a figura do Auxiliar de Ensino dentre os cargos ou empregos técnicos das Universidades federais e estabelecimentos isolados de ensino superior.

4. Diante da constatação de que a legislação que disciplinava a matéria – o primeiro Estatuto do Magistério Superior e as leis e decretos suso abordados – atribuía ao Auxiliar de Ensino funções de iniciação no ensino superior cujo espectro foi reiteradamente mantido pela legislação atinente ao pessoal docente, até a sua transposição para a categoria funcional de professor de ensino superior do Grupo Magistério, consoante o disposto no art. 1º do Decreto nº 78.594/76, acima transcrito.

5. Em face de haver sido atribuído ao Auxiliar de Ensino explicitamente na legislação pertinente os direitos afetos aos integrantes da carreira docente, tais como Incentivos Funcionais e Regime de Trabalho próprio daquela carreira. Vale lembrar, consoante documentos acostados, que estes direitos foram sistematicamente atribuídos aos mesmos.

6. Impende lembrar que na legislação que disciplinou a matéria não existe qualquer referência que forme a convicção de que o cargo de Auxiliar de Ensino caracterizava-se como cargo técnico – embora integrante do corpo docente. Há que se ter presente que ao Auxiliar de Ensino cabia atividades de iniciação ao ensino superior e ao professor colaborador – também não integrante da carreira do magistério – atividades próprias dos integrantes da carreira do magistério nos último níveis – professor catedrático e titular.

Ademais, há que se ter presente que ao professor de ensino superior nas Universidades Federais – diferentemente do professor da educação fundamental e do ensino médio nos demais sistemas de ensino – cabe, além do magistério em sala de aula, o desempenho de atividades de pesquisa e extensão. Assim, além da carga horária mínima em sala de aula estabelecida pela LDB, deverá alocar no seu plano de trabalho as horas correspondentes àquelas outras atividades.

7. Caso prevaleça o entendimento de que ao Auxiliar de Ensino não competia a ministração de aulas, forçosa a ilação de que estave em desvio de função – assim *mutatis mutantis* não há como negar-lhe o reconhecimento do trabalho de professor efetivamente executado, sob pena de lesão aos seus direitos.

8. Por derradeiro, o entendimento consubstanciado neste documento é o que mais se coaduna com o bom senso, com a lógica, com a justiça e, sobretudo, com os próprios ditames da Lei Maior, uma vez que o auxiliar de ensino exercia o seu ofício dentro de sala de aula. Portanto, não pode o intérprete, pois, quando da dicção do direito, sub-rogar-se ao legislador, procedendo a restrições não empreendidas por ele.

[Memo n° 143/PRDHS/2007]

4.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (062)

Aposentadoria proporcional sendo paga como integral, com conseqüente pagamento indevido de vantagem do art. 192 da Lei 8.112/90.

RECOMENDAÇÃO: 001

Rever a aposentadoria do servidor, adequando-a à legislação e à jurisprudência do TCU, conforme Acórdãos 983/03, 411/04 e 2240/04.

RECOMENDAÇÃO: 002

Suspender o pagamento indevido da vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/90 ao servidor matrícula SIAPE 0025561.

RECOMENDAÇÃO: 003

Proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente a título de vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/90 ao servidor matrícula SIAPE 0025561 e promover o ressarcimento ao Erário.

RECOMENDAÇÃO: 004

Rever as demais aposentadorias de mesmo fundamento legal, a fim de que se aplique estas recomendações aos casos semelhantes.

1.37 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.38 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.39 Prazo limite de implementação: / /

Recomendações: 001, 002 e 003

a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

b) Justificativa: O servidor matrícula SIAPE 0025561, foi aposentado nos termos do art. 40, Inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, c/c o art. 186, Inciso III, alínea “b” da Lei nº 8.112/90, com o tempo de serviço de 29 anos, 8 meses e 5 dias, de efetivo exercício nas funções de magistério superior junto a esta Universidade, com a vantagem do art. 192, Inciso II, da Lei nº 8.112/90, com a aplicação na respectiva contagem de tempo de serviço do disposto no parágrafo único do art. 101 da Lei nº 8.112/90, e cujo ato de aposentadoria foi publicado no Diário Oficial da União de 13/dez/1991, portanto, antes da Decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, que declarou a inconstitucionalidade do referido dispositivo legal, na ADIn nº 609-6, publicada no Diário de Justiça de 08/04/92.

Recomendação: 004

a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

b) Justificativa: Quanto à aplicação desta recomendação aos casos semelhantes, informamos que em virtude da Decisão nº 169/98 – TCU – 1ª Câmara, à época, esta Universidade já procedeu revisão em processos de aposentadoria sob o mesmo fundamento legal.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (057)

Não-apresentação das Portarias de Concessão de Adicional de Insalubridade/Periculosidade em 61% dos casos definidos como amostra.

RECOMENDAÇÃO: 001

Revisar a sistemática de guarda da documentação exigida da área de recursos humanos da UFSC, adotando procedimentos, rotinas operacionais e de controles internos que garantam a recuperação das informações.

1.40 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.41 Providências a serem implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.42 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem implementadas: Atualização de todos os laudos periciais dos setores de trabalho da UFSC (conforme Orientação Normativa nº 04/MP/2005). Cancelamento de todas as portarias de concessão de insalubridade/periculosidade anteriores ao novo laudo. Emissão de novas portarias a todos os servidores que façam jus a partir do novo laudo. Incluir cópia de cada nova portaria na pasta funcional do servidor.

c) Prazo limite de implementação: 31 de julho de 2008.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

4.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (058)

Pagamento indevido de adicional de insalubridade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Levantar todos os valores pagos indevidamente aos servidores ou ex-servidores matrícula SIAPE 1159027, 1157677, 1157966, 1157969, 1158008, 1158034, 1158192, 1158258, 1159480, 1158872, 1158891, 1159238, 1337872 e 1455708.

RECOMENDAÇÃO: 002

Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, conforme levantamento a ser realizado, sob pena de responsabilização daqueles que deram causa à omissão nessa apuração.

RECOMENDAÇÃO: 003

Instituir imediatamente comissão, com prazo definido para encerramento dos trabalhos, com a finalidade de examinar a integralidade da folha de pagamento da Unidade, em relação à regularidade do pagamento do adicional de periculosidade e insalubridade, apresentando, ao final, relatório detalhado, servidor a servidor, quanto à aderência às normas, à existência de portaria específica, de laudo pericial, valores indevidamente pagos e, por fim, valores a serem devolvidos ao Erário.

RECOMENDAÇÃO: 004

Desenvolver e instituir manual, estabelecendo normas, rotinas, obrigações, responsabilidades e controles relativos à concessão, atualização e exclusão de adicionais de insalubridade e periculosidade.

RECOMENDAÇÃO: 005

Desenvolver sistemática de controle (deixando registrada para futura análise da CGU), de modo a garantir que todas as realocações de servidores, alterações e validade de laudos, sejam automaticamente utilizadas para atualizar a inclusão, alteração e exclusão de rubrica desses adicionais

na folha de pagamento.

1.43 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.44 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.45 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

Nessa constatação os servidores em questão deixaram de receber tais adicionais.

b) Providências a serem implementadas: Fica estabelecido que esta Pró-Reitoria efetuará o levantamento dos valores recebidos indevidamente no presente caso, para posterior ressarcimento ao erário.

c) Prazo limite de implementação: 31/10/2007

Recomendação: 002

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem implementadas: Fica estabelecido que esta Pró-Reitoria efetuará o levantamento dos valores recebidos indevidamente no presente caso, para posterior ressarcimento ao erário.

c) Prazo limite de implementação: 31/12/2007

Recomendação: 003

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem implementadas: Constituição imediata da comissão requerida.

c) Prazo limite de implementação: 31 de Julho de 2008.

Recomendação: 004

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem implementadas: Reavaliar e atualizar a Portaria 458/GR/96 do Gabinete do Reitor que trata do assunto, em conformidade com a recomendação.

c) Prazo limite de implementação: 31 de dezembro 2007.

Recomendação: 005

a) Posição do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem implementadas:

Atualização de todos os laudos periciais dos setores de trabalho da UFSC conforme procedimentos/modelo/validade estabelecidos na Orientação Normativa nº 04/MP/2005 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (já em implementação).

Elaboração de rotina interna para o caso de remoção/remanejamento de servidores na própria instituição:

Fica determinado que, após a definição de remoção/remanejamento interno de servidores da UFSC:

a) caberá ao DDPP/PRDHS solicitar ao DDAP/PRDHS a informação se o servidor recebe o adicional de insalubridade/periculosidade; b) em caso afirmativo, caberá ao DDAP/PRDHS cancelar automaticamente a Portaria de concessão. A atribuição para que o DDAP/PRDHS efetue o corte automático de portarias de concessão de insalubridade e periculosidade ocorrerá através de Portaria específica do Reitor que irá definir responsabilidades e controles relativos à concessão, atualização e exclusão de adicionais de insalubridade e periculosidade. (ver memorando nº 142/PRDHS/2007 em anexo).

Elaboração de rotina interna para o caso de cessões de servidores de outros órgãos /entidades à UFSC:

Fica determinado que, após a definição por parte do DDPP/PRDHS e da direção da Unidade Administrativa da lotação e localização do servidor cedido, deverá ser consultado o DDAS/PRDHS

para análise técnica referente ao Laudo de insalubridade e/ou periculosidade da UFSC, objetivando a determinação do direito ou não à percepção dos referidos adicionais pelo servidor. Ato contínuo, cabe ao DDAS/PRDHS informar a situação ao DDPP/PRDHS para que o mesmo solicite providências junto ao órgão cedente a fim de que operacionalize as alterações pertinentes na portaria de concessão do adicional e consequentemente inclusão, alteração ou exclusão na folha de pagamento (ver memorando nº 120/PRDHS/2006 em anexo).

Elaboração de rotina interna para o caso de cessão de servidores da UFSC a outros órgãos /entidades:

Fica determinado que, após a definição de cedência de servidores da UFSC a outros órgãos: a) caberá ao DDPP/PRDHS solicitar ao DDAP/PRDHS a informação se o servidor recebe o adicional de insalubridade/periculosidade; b) em caso afirmativo, caberá ao DDPP/PRDHS solicitar à Direção da Unidade Administrativa a qual o servidor está vinculado, o cancelamento da Portaria de concessão do referido adicional; c) Caberá ao DDPP/PRDHS solicitar ao órgão cessionário que envie cópia do laudo de insalubridade/periculosidade do ambiente ao qual o servidor cedido irá executar suas atividades; d) Ato contínuo, caberá ao DDPP/PRDHS solicitar parecer técnico do DDAS/PRDHS quanto a pertinência de concessão ou não dos referidos adicionais; e) O DDPP/PRDHS solicitará ao DDAP/PRDHS, se for o caso, providências para emissão de nova Portaria e consequente alteração na folha de pagamento (ver memorando nº120/PRDHS/2007 em anexo).

c) Prazo limite de implementação: 31 de julho de 2008.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

PENDÊNCIA(S):

A PRDHS deverá informar as medidas já implementadas e o estágio das que estão em andamento.

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (059)

Falhas no gerenciamento das concessões de Auxílio Transporte, acarretando pagamentos indevidos.

RECOMENDAÇÃO: 001

Desenvolver/aprimorar e aplicar mecanismos de controle no gerenciamento da concessão do benefício vale transporte.

RECOMENDAÇÃO: 002

Arquivar, para futura análise comparativa desta CGU, o estudo realizado, que deverá conter a descrição atual das rotinas e as do novo modelo a ser seguido.

1.46 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.47 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.48 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 003

a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

b) Justificativa: Face a constatação daquela Controladoria à época, esta Pró-Reitoria elaborou novo formulário para posterior cadastramento dos servidores que recebem tais benefícios.

Em circular enviada aos setores da UFSC, foi informado o inteiro teor da constatação e as implicações quando identificadas informações sem veracidade.

É rotina desta Pró-Reitoria a observação da documentação exigida para a concessão do benefício em questão.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

4.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (043)

PCD sem justificativa expressa para deslocamento em finais de semana.

RECOMENDAÇÃO: 001

Incluir justificativa expressa nas PCD para concessão de diárias envolvendo finais de semana e/ou feriados, a fim de atender ao parágrafo 2º do art. 5º do atual Decreto n.º 5992/06.

RECOMENDAÇÃO: 002

A fim de aumentar a transparência e controle sobre o processo de concessão de diárias envolvendo os períodos citados, manter anexada às PCD documentação comprobatória da necessidade de deslocamento em tais períodos.

RECOMENDAÇÃO: 003

Promover orientação periódica a respeito das rotinas acima, mediante reuniões e informativos/expedientes junto aos diversos setores da UFSC responsáveis por emissão de PCD.

RECOMENDAÇÃO: 004

Desenvolver e disponibilizar check-list de diárias aos responsáveis pela emissão e controle de prestação de contas de PCD, a fim de facilitar o atendimento às exigências previstas no Decreto citado. Ressalte-se que tal modelo de check-list já foi disponibilizado à UFSC por esta CGU-R/SC através do Ofício-Circular n.º 278/CGU/SC, de 27/07/2006.

1.49 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.50 Providências a serem Implementadas

Com relação aos processos de concessão de diárias, as constatações identificadas já foram regularizadas.

- notificamos os respectivos ordenadores de despesas para não efetuarem concessão de diárias a menor, mesmo com a anuência do requerente;

- o Departamento de Contabilidade e Finanças fará a checagem dos processos, a fim de evitar o recebimento de processos sem os respectivos bilhetes de passagem ou ausência de assinatura pelo proposto;

- a PRDHS já está efetuando a publicação no Boletim de Serviço.

- quanto a geração de diárias no SIAPE estamos aguardando a operacionalização do respectivo treinamento junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Segue anexo documentos com os encaminhamentos propostos. (anexo III) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.51 Prazo limite de implementação: / /

"Não informado".

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001, 002, 003 e 004 foram implementadas.

4.3.1.2 CONSTATAÇÃO: (056)

Atendimento parcial das recomendações da CGU relativas a procedimentos para concessão de diárias.

RECOMENDAÇÃO: 001

Utilizar o módulo de geração de diárias no SIAPE, conforme já recomendado no Relatório n.º 175137.

RECOMENDAÇÃO: 002

Proceder à publicação no Boletim de Serviço, conforme já recomendado no Relatório n.º 175137.

RECOMENDAÇÃO: 003

Formalizar os processos de concessão de concessão de diárias, de modo que contenham as assinaturas dos responsáveis e posterior anexação de canhotos de embarque, após o retorno do servidor à sede.

1.52 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

"Respondido no item 4.3.1.1"

1.53 Providências a serem Implementadas

As providências já foram implementadas, exceto a geração de diárias no SIAPE que depende de um treinamento específico. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.54 Prazo limite de implementação: / /

"Depende do término da greve dos servidores técnico-administrativos e da implementação do treinamento."

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se a Recomendação 001 foi atendida.

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (002)

Classificação imprópria de despesas com obras.

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder, de imediato, à correção da classificação orçamentária dos recursos utilizados nos quatro processos de Tomada de Preços analisados, a saber, nºs 003/ETUSC/2006, 004/ETUSC/2006, 006/ETUSC/2006 e 008/ETUSC/2006, efetuando o estorno de "Despesas Correntes" e lançando a débito de "Despesas de Capital".

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar procedimento mais criterioso na classificação orçamentária de suas despesas, obedecendo aos preceitos constitucionais, ao previsto na Lei 8.666/93 e, particularmente no que se refere à distinção entre "obras" e "serviços", observar a efetiva predominância de material ou de mão-de-obra como parâmetro norteador da classificação.

1.55 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(☐ 1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.56 Providências a serem Implementadas

Concordamos com a regularização, porém como se trata de despesas do exercício de 2006 não existe mais a possibilidade de efetuar o estorno dos empenhos das despesas classificadas como despesas correntes (serviço de terceiro pessoa jurídica) e empenhar em despesas de capital (obra). No entanto estamos providenciando o levantamento das referidas despesas, para efetuarmos a incorporação dos valores no imobilizado da Instituição. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.57 Prazo limite de implementação: 30/10/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se foi procedida a incorporação no imobilizado.

5.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (003)

Obras sem matrícula no INSS.

RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar procedimento mais criterioso na classificação orçamentária de suas despesas, obedecendo aos preceitos constitucionais, ao previsto na Lei 8.666/93 e, particularmente no que se refere à distinção entre "obras" e "serviços", observar a efetiva predominância de material ou de mão-de-obra como parâmetro norteador da classificação.

RECOMENDAÇÃO: 002

A partir da classificação apropriada, exigir das empreiteiras vencedoras das Tomadas de Preço 003, 006 e 008/ETUSC/2006 que procedam, ainda que intempestivamente, à matrícula no INSS das obras em andamento.

1.58 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(☐ 2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.59 Providências a serem Implementadas

Conforme informação encaminhada pelo Diretor do ETUSC (cópia anexo), nas próximas licitações será observado com maior atenção a distinção entre obras e serviços na classificação orçamentária.

Quanto a recomendação 02, não é possível fazer a matrícula dos serviços constantes nas Tomadas de

Preços números 003, 006 e 008/ETUSC/2006 porque todos já foram concluídos e já foram emitidos os termos de recebimento definitivo. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.60 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (027)

Impropriedades em processos licitatórios e de inexigibilidades de licitação, com reincidência de não-inclusão da comprovação de razoabilidade de preços em processos de inexigibilidades.

RECOMENDAÇÃO: 001

Definir detalhadamente os produtos e serviços objeto das contratações, elaborando termo de referência completo e claro no início de cada processo.

RECOMENDAÇÃO: 002

Implementar procedimentos de revisão documental que promovam a correta formalização dos processos licitatórios, garantindo que os documentos contenham as devidas assinaturas, bem como que sejam anexados todos os documentos integrantes da licitação, aplicando, por exemplo, os modelos de "check-lists" disponibilizados pela CGU por meio do Ofício Circular nº 278/CGU-R/SC, de 27/07/2006.

RECOMENDAÇÃO: 003

Adjudicar e homologar os processos licitatórios antes da publicação dos resultados no Diário Oficial da União, seguindo a ordem processual conforme a legislação vigente.

RECOMENDAÇÃO: 004

Indicar os recursos orçamentários que dão suporte às despesas no início dos processos, atendendo ao esposado no Decreto n.º 5.450/05, art. 30, IV e Lei n.º 8.666/93, art. 7, § 2º, III e art. 14, caput.

RECOMENDAÇÃO: 005

Instruir os processos de Inexigibilidade com a indicação clara da relevância do objeto, bem como a documentação comprobatória da razoabilidade e compatibilidade com o preço do mercado, além dos demais itens necessários à formalização processual.

RECOMENDAÇÃO: 006

Revogar a Portaria n.º 0213/GR/2002, de 23/04/2002, na qual o Reitor da UFSC instituiu indevidamente padrões de instrumentos de convocação e de contratos, bem como não dispensar a análise jurídica prévia dos processos licitatórios e minutas de contratos, haja vista não haver amparo legal para dispensa da análise jurídica, ainda que sejam usados contratos ou minutas padronizadas.

RECOMENDAÇÃO: 007

Na modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns, abster-se de exigir comprovação de cumprimento do Processo Produtivo Básico, bem como não exigir certificação do tipo série ISO 9000, atendendo ao exposto nos Acórdão nº 476/2006 e nº 1292/2003 da Egrégia Corte de Contas.

RECOMENDAÇÃO: 008

Após o conhecimento de orientações da Auditoria Interna a respeito de exigências descabidas ou outras alterações processuais necessárias, proceder à alteração do edital e prorrogação do prazo licitatório, a fim de evitar a nulidade dos processos.

1.61 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(☒ 2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.62 Providências a serem Implementadas

Solicitamos a Chefia do GR a revogação da Portaria n. 0213/GR/2002. As demais recomendações já estão sendo cumpridas. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.63 Prazo limite de implementação: 30/09/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar se a Portaria nº 0213/GR/2002 foi revogada.

5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (004)

Assinatura de contratos sem a exigência de garantia de cumprimento de contrato.

RECOMENDAÇÃO: 001

Apresentar, de imediato, elementos que evidenciem o vínculo, com a Universidade, dos documentos apresentados como garantia dos contratos nºs 370/2006 (TP 003/ETUSC/2006), 507/2006 (TP 006/ETUSC/2006) e 527/2006 (TP 008/ETUSC/2006).

RECOMENDAÇÃO: 002

Fazer cumprir, nos futuros processos licitatórios, o disposto nos respectivos editais no tocante à garantia de cumprimento de contrato.

1.64 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.65 Providências a serem Implementadas

Segue anexo, os documentos encaminhados pelo Diretor do ETUSC que, comprovam o vínculo com a UFSC dos comprovantes apresentados. Quanto a recomendação 2, está sendo cumprido o que determina o contrato.

(anexo IV) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.66 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (068)

Realização de Cursos de Especialização com apoio de Fundação, cujo início de execução ocorreu antes da existência do devido amparo contratual, bem como de Cursos cujo extrato do contrato foi publicado posteriormente ao início da execução.

RECOMENDAÇÃO: 001

No caso de Cursos de Especialização apoiados por Fundações, firmar e publicar os devidos contratos assinados com as mesmas antes do início do período de execução de cada Curso, uma vez que sem isto a Fundação de Apoio não poderá receber ou movimentar os recursos financeiros de tais Cursos, e os contratos podem acabar sendo considerados nulos.

1.67 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.68 Providências a serem Implementadas

“Prejudicado”

1.69 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (0069)

Contratos relativos a Cursos de Especialização assinados entre UFSC e Fundações de Apoio contendo cláusulas indevidas.

RECOMENDAÇÃO: 001

Alterar as cláusulas dos contratos referentes aos Cursos de Especialização da UFSC de modo a:

1.1) Determinar que os recursos financeiros de cada Curso de Especialização (como taxas e mensalidades dos alunos matriculados ou das entidades patrocinadoras) sejam arrecadados diretamente na Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, e não arrecadados por Fundação de Apoio para posterior repasse à UFSC.

1.2) Passar a exigir como Prestação de Contas o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas (como por exemplo: relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa como notas, recibos etc., e documentos de movimentação bancária na conta específica para cada convênio), sendo estes os documentos que deverão ser submetidos aos setores da UFSC responsáveis pela análise das Prestações de Contas dos Cursos de Especialização.

1.3) Exigir a apresentação, dentre os documentos relacionados que constituirão a prestação de

<p>contas, de cópias dos comprovantes das despesas (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagens e outros comprovantes).</p> <p>1.4) Deixar explícita a necessidade de atesto não só nas notas fiscais referentes aos bens adquiridos, mas em todos os comprovantes de despesas relativos à Prestação de Contas do contrato, incluindo aqueles referentes às prestações de serviços.</p> <p>1.5) Não utilizar percentuais gerais para definição dos valores contratuais, obedecendo ao estabelecido em Acórdãos do TCU, em especial quanto ao que consta no Acórdão nº 1516/2005/TCU, ou seja, que "em contratos, a remuneração da fundação de apoio deve ter previsão contratual e ser fixada com base em critérios claramente definidos e nos seus custos operacionais, conforme dispõe a Decisão nº 321/2000 - Plenário".</p> <p>1.6) Em cada Plano de Trabalho dos Cursos de Especialização, detalhar todas as despesas (e respectivos valores individuais) previstas para a execução dos mesmos, em nível de subitem de despesa.</p> <p>1.7) Corrigir o texto da Subcláusula Única da Cláusula Quarta dos nove Contratos de modo a deixar explícita a responsabilidade da Fundação de Apoio sobre os débitos porventura contraídos pela Fundação em relação ao pessoal contratado, inclusive pessoal da UFSC, na forma da Lei nº 8.958/94.</p> <p>1.8) Explicitar que não poderá ser indicado pela UFSC um mesmo servidor para exercer as tarefas de coordenação e fiscalização do Curso e do respectivo contrato, uma vez que é necessário segregar tais atividades, a fim de garantir sua transparência e legitimidade.</p> <p>1.70 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)</p> <p>(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo</p> <p>No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:</p> <p>1.71 Providências a serem Implementadas</p> <p>Vamos solicitar a Coordenadoria Administrativa da PROAF para providenciar o ajuste nos contratos já iniciados em 2007 e nos demais contratos que já foram aprovados pela Câmara de Pós-Graduação, porém ainda não iniciados.</p> <p>Segue anexo documento comprovando encaminhamento. (anexo V) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]</p> <p>1.72 Prazo limite de implementação: 31/12/2007</p>
<p>PENDÊNCIA(S):</p> <p>A PRPG e a PROAF deverão informar se a Recomendação 001 foi implementada.</p>

<p>5.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (063)</p> <p>Permanência da contratação indevida de fundação de apoio por dispensa de licitação, no valor de R\$ 1.350.514,00, para a prestação de serviços relativos ao vestibular, sem comprovação da inexistência de capacidade operacional própria.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Realizar o seu Vestibular sem auxílio de fundação de apoio.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Caso ainda não disponha de capacidade operacional suficiente à execução do processo seletivo para ingresso aos seus cursos de graduação, comprovar tal fato e deflagrar procedimentos licitatórios com vistas à contratação dos produtos e serviços necessários à adequada gestão desse processo, licitando inclusive eventuais serviços prestados por meio de fundações de apoio, uma vez que no próprio Campus da UFSC existem diversas fundações (Fapeu, Feesc, Fepese, etc).</p> <p>1.73 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)</p> <p>(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo</p> <p>No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:</p> <p>1.74 Providências a serem Implementadas</p> <p>Segue anexo a justificativa do Presidente da Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE. (anexo VI) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]</p> <p>1.75 Prazo limite de implementação: / /</p> <p>"Prejudicado"</p>
<p>PENDÊNCIA(S):</p>

A PROAF e PREG deverão informar sobre o atendimento às Recomendações 001 e 002.

5.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (075)

Utilização de Fundação de Apoio para execução de objetos não abrangidos pela Lei 8.958/94, configurando permanência do descumprimento das determinações do TCU e recomendações da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar o cancelamento dos valores empenhados indevidamente, bem como levantar eventuais valores pagos e ainda não executados e providenciar sua devolução.

RECOMENDAÇÃO: 002

Buscar alternativas orçamentárias, por meio de proposição encaminhada pelo MEC ao Ministério do Planejamento, que permitam à IFES empenhar os créditos orçamentários no próprio exercício correspondente ou no exercício subsequente, sem que para isto tenha que descumprir a legislação orçamentária e financeira nem as determinações do TCU, em especial aquela contida na alínea "s" do Acórdão nº 1184/2004 - 1ª Câmara - TCU.

1.76 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.77 Providências a serem implementadas

Os contratos firmados com as Fundações de Apoio são realizados com base na Lei n. 8.958 de 20/12/94, regulamentada pelo Decreto n. 5.205 de 14/09/2004, além disso, cada contrato é submetido à análise do órgão jurídico, cujo Parecer é parte integrante dos respectivos processos. O impasse nesta questão está balizado no entendimento ou na interpretação diferenciada da Lei acima citada, bem como do Decreto que a regulamentou. Para os gestores da UFSC a melhoria das condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de obras, reformas, aquisição de equipamentos, instalação de pólos presenciais de ensino a distância em diversas cidades do interior do Estado de Santa Catarina, proporcionando o acesso de centenas de pessoas ao ensino superior, são claramente exemplos característicos de desenvolvimento institucional.

Além disso, estes contratos são firmados excepcionalmente, por absoluta falta de alternativa, tendo em vista que o recurso foi liberado no mês de dezembro, impossibilitando a sua execução pela UFSC. Cabe lembrar que por se tratar de recursos públicos as Fundações de Apoio são obrigadas para a execução do objeto, seguir a Lei n.8.666/93.

O cancelamento dos respectivos contratos implicará na devolução dos recursos a origem, sem possibilidade de retornar a UFSC, considerando que os mesmos são referentes ao exercício anterior. Providenciamos um Termo Aditivo nos respectivos contratos, garantindo a realização dos processos licitatórios pela UFSC. O respectivo pagamento somente será efetuado após a realização das licitações. Desta maneira a Fundação de Apoio, somente se responsabilizará pelos pagamentos, considerando que não há outra alternativa para garantir a finalização dos processos sem prejuízo para a Instituição.

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.78 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

5.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (077)

Fragilidades e inconsistências nos processos de Dispensa de Licitação, bem como atendimento parcial das recomendações da CGU no tocante a impropriedades e irregularidades em processos de Dispensa.

RECOMENDAÇÃO: 001

Complementar as justificativas em relação aos fatos apontados que ainda carecem de um melhor esclarecimento, conforme descrito na presente constatação, especialmente quanto à obtenção de três orçamentos provenientes de uma mesma empresa e às atividades comerciais das empresas que não possuam correlação com os objetos contratados.

RECOMENDAÇÃO: 002

Aperfeiçoar seus procedimentos e normativos internos em relação a controles sobre orçamentos apresentados e empresas para as quais são solicitados tais orçamentos, visando sempre a transparência do processo e a obtenção da proposta mais vantajosa ao erário e à Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 003

Formalizar e informar oficialmente a todos os setores da UFSC sobre a exigência de que seja efetuado o detalhamento de todo e qualquer serviço que vier a ser prestado para a Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 004

Reestruturar e tornar mais ágeis os serviços prestados pelo NUMA e pelo NPD aos diversos setores da Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 005

Realizar o devido processo licitatório visando à contratação de serviços de informática que não possam ser atendidos pelo NPD e pelo NUMA.

RECOMENDAÇÃO: 006

Fazer um levantamento dos custos de manutenção dos diversos equipamentos em uso pela UFSC e passar a registrar e acompanhar a manutenção sofrida por cada um deles (aprimorando e ampliando para toda Universidade sistema similar ao utilizado pelo Hospital Universitário), visando à identificação de equipamentos cujo custo de manutenção se tornou muito elevado ou mesmo superior ao custo de aquisição de novos equipamentos.

RECOMENDAÇÃO: 007

Planejar mais eficazmente políticas de uso e aquisição dos mesmos e definir quais setores e departamentos poderão substituir impressoras jato de tinta por impressoras laser, adquiridas ou locadas, de modo a centralizar suas impressões e reduzir gastos com a manutenção de equipamentos e a compra de cartuchos jato de tinta.

RECOMENDAÇÃO: 008

Esclarecer os fatos descritos nos itens I a VIII (exigindo das empresas a correção das falhas, se for o caso), bem como alertar suas diversas Unidades no sentido de obter orçamentos de empresas efetivamente do ramo do objeto a ser licitado, por escrito (mesmo que façam pesquisa prévia por telefone) e sempre visando à obtenção da melhor proposta e do preço mais vantajoso ao Erário, bem como exercer rigorosa fiscalização das condições de entrega de bens ou execução de serviços, definindo claramente o que será adquirido ou realizado e exigindo que seja cumprido exatamente o que foi contratado.

RECOMENDAÇÃO: 009

Aprimorar a fiscalização sobre a execução de obras e serviços, bem como sobre a entrega de bens e condições relativas a garantias contratuais ou do produtos. De preferência, designar como fiscal servidores que exerçam cargos ou tenham formação compatível com assuntos correlatos à obra ou ao serviço realizado.

1.79 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.80 Providências a serem Implementadas

Segue anexo a justificativa do Diretor do DMSG e cópia do Circular da PROAF reiterando aos ordenadores de despesa sobre a necessidade de observar com maior rigor os orçamentos de compras e serviços e a Portaria designando a Comissão para realização do Edital para contratação de empresa para manutenção de micros e impressoras. (anexo VII)

O Diretor Administrativo do HU encaminhará informações para complementar as demais constatações. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

Após estudos e discussões realizados conjuntamente com a área de informática, buscando atender a real necessidade do Hospital Universitário, viu-se que havia uma deficiência maior nos equipamentos de impressão, em função do tempo, custo x benefício que se levava para se efetuar a manutenção externa e conseqüentemente devolvê-los em funcionamento ao usuário. Conforme definido anteriormente, considerando a especificidade do HU, com a grande demanda de atendimento ao público, contratou-se empresa especializada para prestar assistência técnica em impressoras, através do contrato nº 436/2007, oriundo do Pregão nº 071/2007, visando solucionar com maior eficiência, rapidez e agilidade o conserto desses equipamentos. (Recomendação 005)

O HU já vem implementando a centralização de impressões através de substituições de impressoras desk jet por impressoras laser, eliminando as antigas, considerando que experiências indicam que têm custo mais elevado de suprimentos e assistência técnica. (Recomendação 007)

Anexamos considerações e providências que estão sendo desenvolvidas e implementadas pelo Serviço

de Informática. (ANEXO I). [Memo 198/DA/HU/2007]

1.81 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

5.2.2.4 CONSTATAÇÃO: (078)

Reincidência da sistemática de aquisições indevidas por Dispensa de Licitação com fracionamento de despesas e configurando permanência do descumprimento de determinações do TCU e de recomendações da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos as recomendações não atendidas constantes do item 8.2.2.4 do Relatório de Auditoria 175137/2006 da CGU, reproduzida abaixo, bem como aquelas contidas na alínea "m" do Acórdão nº 1184/2004 - 1ª Câmara:

- a) Adotar a prática de centralizar e consolidar as compras de bens e serviços dos diversos setores da UFSC.
- b) Realizar o devido processo licitatório para as aquisições por dispensa de licitação que não atendam os requisitos exigidos na Lei 8.666/1993, preferencialmente na modalidade pregão, conforme determinado pelo TCU.
- c) Observar as diversas determinações do TCU citadas em diferentes Acórdãos e períodos no sentido de planejar anualmente as necessidades da Instituição e adotar modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo.
- d) Implantar e exigir de cada unidade interna o cumprimento da nova rotina de compras estabelecida pela UFSC. Além disso, a UFSC deverá priorizar a elaboração de seu Plano Diretor de Informática, tendo em vista que, conforme cita o relator do Acórdão 1540/2003 - Plenário - TCU: 'O planejamento é um dever do gestor, visto que dele decorrerá a eficiência, que deve pautar toda ação do administrador público, consoante princípio insculpido na Carta Maior. Na área de informática tal procedimento é ainda mais exigido, em face da crescente quantidade de dados e informações que necessitam ser estruturadas, do alto custo das novas tecnologias e das constantes exigências de atualização de software e hardware, tudo em contraposição ao quadro de escassez dos recursos públicos disponíveis. Nesse contexto, somente um plano diretor de informática minucioso e constantemente atualizado poderá prever as necessidades da instituição no curto, médio e longo prazos, de tal sorte que as licitações possam ser realizadas com a adequada previsão das quantidades, em função do consumo em um horizonte mais amplo, propiciando, assim, que as compras sejam feitas de uma só vez, pela modalidade cabível de licitação'.

RECOMENDAÇÃO: 002

Abster-se de efetuar pagamentos antecipados, exceto nos casos excepcionais, justificados e com garantias, tendo em vista o disposto no Artigo 38 do Decreto nº 93.872/1986.

RECOMENDAÇÃO: 003

Apurar as responsabilidades administrativas, nos termos da Lei 8.666/93 e 8.112/90, pelas reincidências em aquisições ilegais de materiais e serviços com fracionamento de despesas, contrariando recomendações anteriores da CGU e determinações do TCU.

1.82 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.83 Providências a serem Implementadas

Preliminarmente, é importante salientar:

- não é indevida a aquisição de bens, materiais de consumo e serviços, com fundamentação no Art. 24, II da Lei n. 8.666/93;
 - não há descumprimento de determinação do TCU, considerando que gradativamente a UFSC está aperfeiçoando o seu sistema de compras e serviços, dentro da realidade que lhe é imposta.
- O fracionamento se caracteriza quando se divide a despesa para utilizar uma modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar a contratação direta. Este artifício, em hipótese alguma é utilizado pela UFSC.

A legislação não considera fracionamento a contratação de parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diferente daquela do executor da obra ou serviço.

A aquisição de material de consumo e a execução de alguns serviços, com fundamento no Art. 24, II da lei n. 8.666/93, não é decorrente da falta de planejamento, uma vez que a UFSC planeja a aquisição de suas compras para suprir as necessidades das diversas Unidades, bem como do Almoxarifado Central. Embora o planejamento seja executado, há de se considerar que a Universidade apresenta uma diversidade muita grande de atividades e especificidades diferenciadas para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com inúmeros laboratórios, Hospital Universitário com funcionamento 24 horas, 02 Colégios Agrícolas, 13 pólos com atividades presenciais de ensino a distância, localizados no interior do Estado. Outro fator que contribui para que algumas compras para atender necessidades específicas e em algumas situações emergenciais, é o fato da UFSC executar o seu orçamento de forma descentralizada, sendo 32 ordenadores de despesas contemplados com recursos em várias rubricas (passagens, diárias, material de consumo, serviços de terceiro pessoa jurídica), considerando que as despesas executadas pelos 32 ordenadores são vinculadas a um único CNPJ, é plenamente justificável a extrapolação dos limites previstos na legislação. Cabe lembrar que a centralização de todos os recursos na Reitoria, praticamente inviabilizaria o funcionamento da Instituição. A partir do exercício de 2005, com objetivo de diminuir as compras diretas a Administração adotou várias medidas que gradativamente vem comprovando a sua eficiência, conforme demonstraremos a seguir:

No exercício de 2004 a UFSC efetuou gastos na rubrica de material de consumo, através de compras diretas (Art. 24, II) da Lei n. 8.666/93 no montante de : R\$ 1.775.864,14. No exercício de 2005 este valor foi diminuído para R\$ 1.068.443,09 que corresponde a uma redução de 39,83% em relação ao exercício de 2005.

No exercício de 2006 o valor caiu para R\$ 440.656,88 que corresponde a uma redução de 75,18% . No primeiro semestre do exercício de 2007 foi executado o montante de R\$125.305,93, mesmo na hipótese mais pessimista de que este valor seja duplicado até o final do ano, ainda assim representaria um percentual de redução de 85,88%. Se o valor executado até junho de 2007 (R\$125.305,93) pelos 32 ordenadores de despesas das diversas Unidades da UFSC fosse distribuído para 32 CNPJ diferentes, cada ordenador teria gasto R\$3.915,00 em materiais distintos, portanto dentro do limite permitido pela legislação.

Em relação a rubrica de equipamentos e material permanente, a UFSC executou no ano de 2005 o montante de R\$ 8.715.499,81, deste valor R\$ 483.464,94 foi executado através de dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24,II da Lei n. 8.666/93. Equivale dizer que, 94,45% do valor executado foi por meio de processos licitatórios.

Estes números comprovam a preocupação e o esforço da administração, em se adequar as determinações do TCU sem comprometer as atividades relevantes e de qualidade indiscutível de uma Instituição de ensino do porte da UFSC.

Segue anexo gráficos referentes aos números apresentados. (anexo VIII)

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

Fiscalização de obras do HU. Compete ao ETUSC, fiscalizar as reformas contratadas pela UFSC, considerando a necessidade de atendimento aos requisitos de competência técnica. Porém, como o ETUSC não possui recursos humanos para atender a demanda do HU, tivemos que terceirizar o serviço com a contratação de profissionais no mercado, contudo, negociando valores muito inferiores aos pagos para a categoria, conforme planilha anexa (ANEXO II). Mas, atendendo a recomendação da auditoria, encaminhamos processo licitatório para atender ao objeto. (Recomendação 003)

Licitação através de Pregão Eletrônico para contratação de profissional para fiscalizar serviços e reformas que exijam requisitos de competência técnica. [Memo 198/DA/HU/2007]

1.84 Prazo limite de implementação: / /

“Não informado”

5.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (076)

Permanência de controles da UFSC frágeis e intempestivos sobre seus Cursos de Especialização, bem como não-atendimento de recomendações da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Acompanhar e controlar mais detalhadamente os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade (especialmente em relação à área financeira).

RECOMENDAÇÃO: 002

Aprimorar os mecanismos de controle e análise de Prestações de Contas dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e dos Convênios da UFSC, como por exemplo exigindo a aposição do nome do Curso e o devido atesto nas notas fiscais de bens e serviços pelo coordenador do Curso, padronizando e informatizando a Prestação de Contas de Cursos e Convênios etc.

RECOMENDAÇÃO: 003

Passar a exigir como Prestação de Contas de seus Cursos de Pós-Graduação o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas, sendo que deverão contarem cada Prestação de Contas, no mínimo, relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa (como notas, recibos etc.) e documentos de movimentação bancária.

RECOMENDAÇÃO: 004

Submeter as Prestações de Contas dos Cursos de Especialização da UFSC à análise e aprovação das devidas instâncias da UFSC após o término de cada Curso, e disponibilizá-las tempestivamente para análise da Auditoria Interna da UFSC e dos órgãos de controle externo quando solicitadas.

RECOMENDAÇÃO: 005

Estabelecer metodologia de análise amostral das Prestações de Contas dos Cursos de Pós-Graduação e dos Convênios da UFSC, bem como executar efetivamente fiscalização sobre tais Prestações de Contas por meio de sua Auditoria Interna.

RECOMENDAÇÃO: 006

Incluir no planejamento anual da Auditoria Interna da UFSC a definição de amostra de Prestações de Contas dos Cursos de Especialização da Universidade realizados nos últimos cinco anos, para execução de fiscalização sobre tal amostra, haja vista as fragilidades constatadas e o volume de recursos envolvido.

RECOMENDAÇÃO: 007

Estabelecer mecanismos efetivos de controle (manuais ou informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de fundações de apoio e de terceiros.

RECOMENDAÇÃO: 008

Instituir, até o final do Exercício de 2007, Prestação de Contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e Convênios assinados pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise e aprovação de tais Prestações de Contas pela Universidade.

1.85 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.86 Providências a serem implementadas

Com referência a prestação de contas vamos determinar as Fundações de Apoio a sistemática proposta. As demais recomendações são de responsabilidade da PRPG.

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.87 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.

5.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (079)

Irregularidades e impropriedades nas Prestações de Contas de Cursos de Especialização e de Convênio, com pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados totalizando aproximadamente R\$ 1.383.600,88.

RECOMENDAÇÃO: 001

Efetuar o levantamento dos recursos financeiros repassados às Fundações de Apoio, a título de taxa de administração nos convênios celebrados para realização de cursos de pós-graduação, providenciando o devido recolhimento dos valores aos cofres públicos, em observância à IN/STN nº 01/1997.

RECOMENDAÇÃO: 002

Observar, em Convênios, a proibição de pagamento de taxas de administração, conforme previsto no

Artigo 8º, inciso I, da IN/STN nº 01/97.

RECOMENDAÇÃO: 003

Impugnar as despesas nas prestações de contas apresentadas, imputando responsabilidade aos responsáveis, bem como adotar providências no sentido de exigir efetiva comprovação das despesas realizadas e/ou ressarcir aos cofres da Universidade os recursos financeiros utilizados indevidamente com as despesas relatadas nos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 acima, totalizando aproximadamente R\$ 1.383.600,88, referentes a tais pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados.

RECOMENDAÇÃO: 004

Apresentar tempestivamente a prestação de contas de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de Convênios, em documentos originais, inserindo também os extratos bancários, notas fiscais, bilhetes aéreos e demais documentos comprobatórios.

RECOMENDAÇÃO: 005

Nos contratos, observar que a remuneração da fundação de apoio deve ter previsão contratual e deve ser fixada com base em critérios claramente definidos e nos custos operacionais da fundação, conforme dispõe a Decisão nº 321/2000/TCU-Plenário. 6. Não dispensar a licitação com fundamento no Artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8666/1993, quando restar comprovado que a instituição contratada por Dispensa não tem condições de desempenhar as atribuições para a qual foi contratada, uma vez que nesse caso fica inadmissível a subcontratação, conforme estabelecem as Decisões nº 138/98/TCU-Plenário, 30/2002/TCU-Plenário e 1140/2002/TCU-Plenário.

1.88 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.89 Providências a serem Implementadas

A PROAF solicitará ao Diretor Executivo da FAPEU e a cada Coordenador responsável pelos respectivos Cursos as informações e documentos necessários para esclarecimento desta constatação. Considerando a greve dos servidores técnico-administrativos da UFSC que já dura aproximadamente 03 (três) meses, a invasão e ocupação do prédio da Reitoria por estudantes, impedindo o acesso aos setores de trabalho é muito provável que haja atraso para atendimento pleno desta constatação.

A PRPG adicionará informações complementares, considerando que é o setor responsável pelo acompanhamento dos cursos de pós-graduação.

Segue anexo os documentos comprovando as providências adotadas.

(anexo IX) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.90 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.

5.2.4.1 CONSTATAÇÃO: (033)

Reincidência no pagamento antecipado de despesas contratadas.

RECOMENDAÇÃO: 001

Abster-se de realizar pagamento antecipado de quaisquer despesas contratadas pela Universidade, respeitando sempre os estágios da despesa definidos em lei.

RECOMENDAÇÃO: 002

Providenciar a apuração das responsabilidades administrativas quanto ao pagamento de notas fiscais de serviços contratados que até o presente momento ainda não foram executados pela empresa contratada.

1.91 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.92 Providências a serem Implementadas

Segue anexo a justificativa encaminhada pelo responsável pelo contrato.

(anexo X) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.93 Prazo limite de implementação: / /

“Não informado”

PENDÊNCIA(S):

A PROAF deverá informar sobre o estágio da despesa contratada.

5.2.4.2 CONSTATAÇÃO: (066)

Permanência da ausência de recolhimento de receitas auferidas com os Cursos de Especialização da Universidade à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional.

RECOMENDAÇÃO: 001

Apurar as responsabilidades administrativas, na forma da legislação vigente, pelo não-atendimento integral das determinações contidas no Acórdão 1795/2004-TCU-1ª Câmara (mantido pelo Acórdão 2.338/2005-TCU-1ª Câmara), conforme previsto no próprio Acórdão, em caso de seu não-atendimento.

RECOMENDAÇÃO: 002

Atender integralmente as determinações contidas no Acórdão 1795/2004 - TCU-1ª Câmara (mantido pelo Acórdão 2.338/2005-TCU-1ª Câmara), sendo que o recolhimento das receitas deverá ser feito diretamente na Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional e sem que se institua a figura da arrecadação prévia de tais recursos por Fundações de Apoio antes de recolhê-la à Conta Única da UFSC.

1.94 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.95 Providências a serem implementadas

O Acórdão n.1.795/2004 determinou que os recursos ainda que arrecadados por Fundações de Apoio deveriam ser repassados integralmente à conta única da Instituição. Este procedimento foi adotado, porém no entendimento da CGU, nenhuma arrecadação poderá ser feita por Fundação de Apoio, mesmo que a mesma seja repassada integralmente para a UFSC. Não há dúvida que existe, neste caso uma interpretação diferenciada do referido Acórdão, neste sentido, considerando que para o exercício de 2008, finalmente a UFSC será contemplada na sua proposta orçamentária com um orçamento de recursos próprios compatível com suas necessidades, vamos tomar as providências necessárias para ajustar os respectivos contratos dos cursos de especialização, conforme recomendado pela CGU.

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.96 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

5.2.4.3 CONSTATAÇÃO: (070)

Previsão de pagamento indevido de Bolsas a professores participantes do Curso de Graduação em Administração - Modalidade à Distância, no valor total aproximado de R\$ 75.000,00.

RECOMENDAÇÃO: 001

Promover o cálculo e posterior devolução dos valores indevidos já pagos a título de Bolsas a professores participantes do Curso de Graduação em Administração - Modalidade à Distância.

RECOMENDAÇÃO: 002

Abster-se de pagar Bolsas a professores participantes de Cursos de Graduação (Modalidade à Distância) que não se enquadrem na Lei 11.273/06 (de 06/02/2006) e no Parecer nº 250/ASJUR/CGU/PR.

1.97 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

“Não houve preenchimento”

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Informamos que mantemos o entendimento que as atividades desenvolvidas pelo professor em Curso a Distância, oferecido em uma única turma, em período de tempo pré-definido, pode ser considerado esporádico. Apenas se pontua que a informação contida na análise da justificativa iniciada na página 605 e concluída na página 606, que afirma: “Em relação à resposta complementar da UFSC, os Cursos de

Graduação em Administração ofertados pela UFSC em função da Modalidade de Ensino (presencial ou a distância) de modo a caracterizá-los como “esporádicos”, “casuais” ou regulares”, uma vez que a autorização do Curso é a mesma, mudando apenas a modalidade de ensino.”, está equivocada, visto que para uma Instituição de ensino, seja escola isolada, faculdade ou Universidades, oferecer um curso de Graduação a Distância é necessário um credenciamento especial junto a SEED/MEC. [Ofício nº 380/GR/2007]

1.98 Providências a serem Implementadas

“Prejudicado”

1.99 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.2.4.4 CONSTATAÇÃO: (071)

Pagamento indevido de Bolsas a professores participantes de Cursos de Especialização da UFSC caracterizados como “reedições” e oferecidos de modo contínuo pela Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Revisar e aperfeiçoar a regulamentação interna da UFSC relativa ao pagamento de Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão a professores e servidores da Universidade, de acordo com os Decretos nº 5.205/2004 e nº 94.664/1987 e a legislação pertinente, abstendo-se de pagar Bolsas nos casos que não se caracterizam como colaboração esporádica em assuntos da especialidade do recebedor.

RECOMENDAÇÃO: 002

Estabelecer um sistema (informatizado ou não) de registro e controle unificado de pagamento de Bolsas a professores e servidores da UFSC, de modo a identificar e coibir pagamentos que extrapolem os limites estabelecidos em termos de valores máximos mensais, de horas máximas semanais destinadas à atividade de extensão, bem como de quais atividades permitem o recebimento dessas Bolsas.

1.100 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.101 Providências a serem Implementadas

A PRPG tomará as providências necessárias para atendimento das respectivas recomendações, considerando que esta Pró-Reitoria é que faz o acompanhamento da respectiva legislação. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.102 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PRPG deverá informar as providências adotadas para atender as recomendações.

5.2.5.1 CONSTATAÇÃO: (072)

Ausência de apuração de responsabilidades em relação a problemas apontados na obra da Etapa II do novo prédio da Arquitetura, com não-atendimento de recomendação da CGU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Apurar as devidas responsabilidades e adotar medidas administrativas, contratuais e penais contra a empresa executora das obras da Etapa II do novo prédio do Curso de Arquitetura, conforme previsto no contrato, devido ao atraso na entrega da obra e aos problemas apontados em relatórios anteriores relativos às obras citadas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Comprovar o atendimento às recomendações contidas nos Relatórios nº 175137/2006/CGU e nº 154084/2004/CGU.

1.103 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.104 Providências a serem Implementadas

Em relação a esta constatação a UFSC apresentou justificativas a CGU no Plano de Providências de

2006, referente ao Relatório n.175137/CGU e também através da Solicitação de Auditoria n. 189712/18 de marco de 2007, inclusive informando nesta ocasião que foram realizadas várias reuniões com a Direção do ETUSC, responsável pelo acompanhamento da obra e o representante da Empresa Simetria, cobrando a execução dos serviços dentro do cronograma proposto. O representante da Empresa alegou estar passando por sérias dificuldades financeira, estando praticamente em regime falimentar, mas se comprometendo a concluir a obra embora com atraso. A Administração da UFSC concluiu que a abertura de um processo administrativo contra a Empresa não contribuiria em nada para a resolução do problema, pois certamente implicaria na paralisação da obra, provocando prejuízos mais significativos, tanto financeiros quanto acadêmicos, considerando que o Curso de Arquitetura necessita utilizar a área com maior brevidade possível, tendo em vista as precárias condições de suas atuais instalações, além disso o recurso financeiro já está empenhado para a referida Empresa e inscrito em restos a pagar de exercícios anteriores e a não execução implicaria na devolução do valor não utilizado.

Por fim, salientamos que na última negociação com o representante da Empresa, houve o compromisso de que a obra seria concluída até o mês de março /2007, o que de fato ocorreu. Por fim, cabe salientar que o gestor nestes momentos críticos procurou sempre preservar o interesse público, a necessidade da Instituição e a correta aplicação dos recursos públicos.

Obs. Esta constatação já foi objeto de audiência do TCU, cuja justificativa foi encaminhada pela UFSC em junho/2007. [Memorando n° 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.105 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (035)

Ausência de atendimento à recomendação referente a cumprir a execução dos planos de trabalhos de convênios nos quais a Universidade figure como conveniente.

RECOMENDAÇÃO: 001

Cumprir integralmente a execução proposta no Plano de Trabalho dos Convênios em que a entidade participar como conveniente.

1.106 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.107 Providências a serem Implementadas

O recurso financeiro referente ao Convênio 261/2004 foi liberado pelo Ministério Integração Nacional ao final do exercício, não havendo tempo hábil para executá-lo, considerando que o prazo para conclusão do objeto era de 12 (doze) meses. Para viabilizar a execução do respectivo Convênio, cujo objeto era a realização de um Curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil, foi firmado um contrato (n. 496/2004) com uma Fundação de Apoio (FAPEU). O valor foi empenhado integralmente, considerando o final do exercício financeiro e no sentido de garantir a execução do Curso no período de 12 (doze) meses. O recurso de R\$11.000,00, referente a passagens, também foi repassado para ser executado através do referido contrato, considerando que a UFSC não poderia adquirir passagens antecipadamente.

Por fim, cabe lembrar que a UFSC sempre cumpre integralmente os planos de trabalhos dos Convênios, com raras exceções, como neste caso específico, motivado por fatores externos à Instituição.

[Memorando n° 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.108 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

5.4.1.1 CONSTATAÇÃO: (055)

Falhas graves nos controles dos almoxarifados, impossibilitando certificar a não-ocorrência, no período, de erros, desvios, fraudes ou desfalques.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir padronização formal de procedimentos no âmbito dos almoxarifados da UFSC, de modo que o formato e rotinas do sistema informatizado sejam uniformes, bem como que sejam uniformes os procedimentos de registros de entradas, saídas, formalização de pedidos, comprovação de entrega e

arquivamento adotados.

RECOMENDAÇÃO: 002

Desenvolver manual do usuário para o sistema informatizado a ser aperfeiçoado, bem como manual completo de normas, rotinas e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento e controle dos estoques da Instituição.

RECOMENDAÇÃO: 003

Proceder orientação, mediante manual, reuniões e treinamentos, aos servidores que atuam nos almoxarifados quanto à forma correta e completa de execução de procedimentos de movimentação dos estoques de materiais em almoxarifado.

RECOMENDAÇÃO: 004

Proceder ao arquivamento dos documentos comprobatórios de requisição e entrega de matérias em locais próprios e em ordem cronológica, de modo a dar o devido suporte, confirmação e transparência às transações de saída registradas no sistema.

RECOMENDAÇÃO: 005

Reavaliar imediatamente as rotinas de controles internos no âmbito dos almoxarifados da Farmácia e Dispensação, diante das fragilidades identificadas e riscos inerentes.

RECOMENDAÇÃO: 006

Registrar obrigatoriamente no campo previsto do sistema de controle de almoxarifado (MATL) o número das notas fiscais de aquisição de materiais, a fim de facilitar a consulta das entradas efetuadas no estoque de almoxarifado e conferir maior transparência nas transações efetuadas pelos setores.

RECOMENDAÇÃO: 007

Proceder à orientação, mediante manual, treinamento, expedientes e reuniões, a todos os usuários do Sistema de Controle de Almoxarifado, a respeito do devido registro das notas fiscais no campo previsto.

RECOMENDAÇÃO: 008

Providenciar o imediato aperfeiçoamento do sistema de controle de almoxarifado (MATL), de modo que os saldos dos estoques não sejam mais automaticamente baixados a partir dos pedidos, mas somente a partir das saídas efetivas dos estoques e obrigatoriamente amparadas em documentos que atestem o efetivo recebimento pelos destinatários.

RECOMENDAÇÃO: 009

Aperfeiçoar o sistema de controle de almoxarifado (MATL), de modo a permitir o registro da data de entrada das mercadorias em conformidade com a efetiva entrada nos estoques e com os documentos fiscais de cada item, sem que seja necessário antecipar a data de entrada em função da data de requisição dos materiais.

RECOMENDAÇÃO: 010

Eliminar do sistema (MATL) os usuários e senhas impessoais, de modo que cada usuário e senha de sistema seja sempre individualizado por servidor, bem como providenciar para que o sistema mantenha registro dos acessos e transações realizadas por usuário, permitindo assim que cada operação no sistema possa ser adequadamente identificada e rastreada.

RECOMENDAÇÃO: 011

Proceder imediatamente ao cadastramento de todos os usuários do sistema informatizado (MATL), de modo que só permaneçam como usuários aqueles para os quais passe a existir autorização formalizada pelas chefias dos setores envolvidos, as quais deverão permanecer devidamente arquivadas junto ao NPD.

RECOMENDAÇÃO: 012

Reduzir ao máximo o número de servidores autorizados em cada setor a possuir perfil de acesso para requisição de materiais aos almoxarifados, como medida de controle interno.

RECOMENDAÇÃO: 013

Promover a integração entre os diversos almoxarifados da UFSC, permitindo a transferência de materiais entre os mesmos, mediante a devida formalização e o registro da movimentação nos sistemas, de modo a evitar desperdícios com aquisições desnecessárias e o extravio de mercadorias por deterioração e outros motivos.

RECOMENDAÇÃO: 014

Efetuar conciliações periódicas dos saldos dos estoques de almoxarifado com os registros nos sistemas informatizados, através de contagens físicas, a fim de monitorar, detectar e evitar a ocorrência de divergências, desvios e desfalques.

RECOMENDAÇÃO: 015

Efetuar conciliações periódicas entre os saldos dos estoques de almoxarifado registrados nos sistemas informatizados e os saldos contábeis do SIAFI.

RECOMENDAÇÃO: 016

Adequar o sistema MATL de forma a impedir lançamentos com datas retroativas, visto que esta prática prejudica a conciliação de saldos, não reflete a realidade das transações e dos estoques em cada período, bem como possibilita ocultar fraudes nos estoques.

RECOMENDAÇÃO: 017

Proceder à avaliação, mediante comissão instituída, de todos os almoxarifados da Instituição, visando identificar as atuais condições de armazenagem e providências futuras, quanto à estocagem racional, ventilação, proteção de intempéries, umidade, incidência solar e outros fatores que contribuem para a deterioração dos itens estocados, especialmente alimentos e medicamentos, que necessitam de condições específicas para manter sua qualidade e durabilidade.

RECOMENDAÇÃO: 018

Reavaliar as necessidades de estoques de materiais dos almoxarifados da UFSC, a fim de manter níveis adequados, considerando o consumo de cada item, bem como o tempo necessário para efetuar sua reposição.

RECOMENDAÇÃO: 019

Promover a integração dos setores de compras, diante da recomendação de proceder à integração dos almoxarifados da UFSC.

1.109 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.110 Providências a serem Implementadas

Designamos uma Comissão (cópia anexo) para analisar as recomendações que forem pertinentes e propor alternativas para corrigir e aprimorar os sistemas de controle dos Almoxarifados.

O Diretor Administrativo do HU encaminhará informações complementares, tendo em vista que a maior parte das constatações se referem especificamente às Unidades do Hospital Universitário.

(anexo XI) [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

Constatou-se a ocorrência de erros e falhas nos controles dos almoxarifados do HU. Na movimentação de entradas e saídas de inúmeras informações existentes em documentos, podem eventualmente ocorrer falhas de digitação que se refletem em divergências em saldos nas prateleiras com os do sistema. Isso não permite afirmar a existência de desvios, fraudes ou desfalques. Pode-se confirmar que em função da ausência de conciliação ou deficiência na conferência, haja esse pequeno percentual de erros e falhas.

Recomendação 001 a 003 e 007

1 - Visando capacitar os servidores lotados nos Almoxarifados do Hospital Universitário, está sendo realizado treinamento com o objetivo de esclarecer toda a rotina que envolve a movimentação de materiais, a operação do Sistema de Administração de Materiais-SAM e a revisão da rotina do fluxo de notas fiscais, entregue ao participante no treinamento.

2 - Será redigido um manual em forma de apostila e repassado aos almoxarifados, contendo orientações para aperfeiçoar o gerenciamento e o controle dos estoques.

3 - O treinamento está sendo promovido pela Seção de Capacitação Técnica do Hospital Universitário.

Recomendação 10

Os usuários do sistema (MATL) que acessam com senhas pessoais, serão cadastrados com senhas individualizadas de acordo com o perfil de utilização para os serviços realizados pelos servidores em todos os campos de trabalho do Sistema MATL/SAM.

Recomendação 11

No âmbito do Hospital Universitário está sendo efetuada revisão geral dos usuários cadastrados com perfil para requisitar materiais dos almoxarifados. Estamos encaminhando ao Núcleo de Processamento de Dados a relação de usuários repetidos e cadastrados indevidamente para que sejam eliminados da listagem. Novos usuários somente serão cadastrados mediante solicitação formal da chefia do serviço.

As senhas de acesso ao Sistema de Administração de Materiais-SAM seguirão os seguintes critérios, conforme reunião realizada com o Núcleo de Processamento de Dados/UFSC:

Para cadastro de usuário haverá necessidade de informar nº de CPF e o tipo de vínculo com a UFSC.

O sistema tornará a senha INATIVA após 6 (seis) meses sem ser utilizada, observando que:

1 - A senha continuará ativa durante 3 meses mesmo que não esteja sendo utilizada.

2 - A partir do 4º mês sem atividade, o usuário poderá renovar a senha, através do Sistema MATL/SAM.

3 - Após 6 meses sem atividade, a senha será automaticamente desabilitada.

4 - Para ativá-la novamente, deverá ser encaminhado documento ao SI/HU, assinado pela Chefia imediata.

Recomendação 12

No HU, temos buscado incessantemente controlar e diminuir os custos com o consumo de materiais. Por isso, adotamos e constantemente buscamos atualizar, melhorar e aprimorar os controles de consumo, através da definição de cotas de consumo pré-definidas com as chefias dos serviços, baseado na média anual. Essa metodologia tem possibilitado, planejamento e programação de gastos mais fidedignos. Os casos excepcionais que apresentam consumos sazonais, em função da impossibilidade de previsão e definição de seu uso em ambiente tão complexo como hospital, são justificados pela chefia.

Recomendação 16

O NPD/UFSC está adequando o sistema de Administração de Materiais para atendimento dessa recomendação, que trata dos lançamentos de notas fiscais com data retroativa.

Anexamos considerações a providências que estão sendo desenvolvidas e implementadas pelo Serviço de Farmácia (ANEXO III). [Memo 198/DA/HU /2007]

1.111 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

PENDÊNCIA(S):

A PROAF e o HU deverão informar os resultados das providências adotadas

5.5.1.1 CONSTATAÇÃO: (064)

Não ocorreu o atendimento de solicitação da UFSC para realização de treinamento no SIASG por parte da área de Gestão de Treinamentos SIASG e COMPRASNET do SERPRO, bem com a UFSC continua sem atualizar seus contratos no SIASG.

RECOMENDAÇÃO: 001

A UFSC deverá reiterar junto ao SERPRO a importância e relevância do treinamento solicitado e, paralela e independentemente de tal treinamento, reiteramos a necessidade da universidade providenciar e manter atualizados todos os dados referentes aos contratos da Unidade no SIASG.

RECOMENDAÇÃO: 002

Salientamos que, independente da realização do treinamento, a UFSC deve buscar providências imediatas visando atender à recomendação relativa a "providenciar e manter atualizados todos os dados referentes aos contratos da Unidade no SIASG".

1.112 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.113 Providências a serem Implementadas

Após muita insistência foi viabilizado a vinda de um técnico para realizar o treinamento dos servidores responsáveis pelo registro e atualização dos contratos. O treinamento atingiu parcialmente os objetivos, tendo em vista que grande parte dos servidores da Instituição aderiram a greve e não participaram do evento. Apesar das dificuldades e da complexidade de entendimento do sistema por parte dos participantes do treinamento vamos iniciar este procedimento, junto aos setores envolvidos. [Memorando nº 118/PROAF, de 17/09/2007]

1.114 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

6.1.1.2 COMENTÁRIO: (051)

Inúmeras determinações do TCU não foram atendidas por força de decisão judicial ou por depender de atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir rotina de controle do andamento de todos os processos que amparam o não-atendimento das determinações do TCU, a fim de garantir que, conforme o resultado de tais processos, as determinações do TCU sejam prontamente cumpridas.

1.115 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente

ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.116 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.117 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

a) Posicionamento do Gestor: (1) Concordo

b) Providências a serem Implementadas: Fica estabelecido que esta Pró-Reitoria providenciará mecanismos de controle e acompanhamento dos processos contendo determinações do TCU, cujo não atendimento esteja atrelado a decisão judicial ou atuação de outro órgão.

c) Prazo limite de implementação: 31/12/2007

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

PENDÊNCIA(S):

A PRDHS deverá informar se a Recomendação 001 foi implementada.

6.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (052)

Ausência de atendimento às determinações do TCU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Atender a todas as determinações do TCU pendentes, conforme detalhamento abaixo:

- Determinação nº 1:

Decisão nº 433/2001 - TCU - Plenário

8.2.1 Determinar à UFSC que:

a) adote as providências necessárias a que se disponibilize no SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - todos os atos de admissões, concessões de aposentadorias e pensões, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 16/97, para exame e registro;

- Determinação nº 2:

Decisão nº 433/2001 - TCU - Plenário

8.2.1 Determinar à UFSC que:

b) instrua os respectivos processos destacados, com os laudos de Junta Médica Oficial que fundamentaram a reversão ao quadro dos ativos, Em 1993, e a aposentadoria, em 1996, da servidora Helena Laudelina Ferreira, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 8.112/90, para posterior deliberação desta Corte sobre a validade dos atos administrativos referidos;

- Determinação nº 3

Ofício nº 3882/2005/SEFIP/TCU - de 06/12/2005

Acórdão nº 2.942/2005

9.1.1. negar provimento aos recursos interpostos por Milton Luiz Valente e Willibaldo José Neckel;

9.2 dar conhecimento da presente deliberação aos interessados, alertando-os de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2.1 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos recorrentes, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990.

- Determinação nº 4

Ofício nº 0821/2006-SEFIP-Circular - de 24/03/2006.

Considerando que as aposentadorias fundamentadas na Emenda Constitucional nº 41/2003 têm seu valor calculado pela média das remunerações de contribuição do servidor, e considerando também que o SISAC ainda não dispõe de campo específico para o lançamento da média aritmética calculada na forma estabelecida no art. 1º da Lei nº 10.887/2004, informo a esse órgão/entidade que, no preenchimento das fichas do SISAC deverá observar:

- Para aposentadorias:

- o quadro "dados de vantagens" (campos 45 a 50) deverá ser preenchido com os dados completos referentes à última remuneração percebida pelo servidor em atividade, com a especificação de cada parcela de caráter permanente - em vigor no mês da aposentadoria - considerada no cálculo da média;
- o campo 44 ("valor do vencimento proporcional") deverá ser preenchido com o valor encontrado da média aritmética de que trata o art. 1º da Lei nº 10.887/2004, já devidamente proporcionalizada, quando for o caso de aposentadoria proporcional;
- os demais campos deverão ser preenchidos normalmente.

- Para as pensões civis:

- o campo 43 ("valor do vencimento base") deverá ser preenchido normalmente com o valor real do vencimento básico do cargo do instituidor na data da vigência da concessão;
- o quadro "dados de vantagens" (campos 45 a 50) também deverá ser preenchido de acordo com a sistemática utilizada para as pensões anteriores à Emenda 41/2003, com a discriminação de cada parcela de caráter permanente considerada no cálculo da média, com valores do mês da vigência do ato;
- o valor calculado da pensão, na forma do art. 2º da Lei nº 10.887/2004, deverá ser informado no campo 45 ("valor do vencimento proporcional").

Caso o instituidor da pensão tenha se aposentado após a Emenda 41/2003, pela média das remunerações, será necessário informar apenas o valor da pensão atribuída aos dependentes, pois a descrição das vantagens consideradas no cálculo do benefício constará do ato de aposentadoria. Nesses casos, se o órgão ainda não tiver providenciado o envio do ato de aposentadoria, deverá encaminhá-lo juntamente com o ato da pensão.

- Determinação nº 5

Acórdão nº 3.111/2006 - 1ª Câmara

9.2.2 ao expedir novos atos concessórios para os servidores Maria Salete Muller de Lima, Lindaura Liberth Petry, Dorvalina de Araújo Costa, Sônia Barbosa dos Santos, Áurea Terezinha Floriani Garcia, Maurino Golini, Agueda Ferrari e Iolanda Maria da Rocha Soares, apure o seu enquadramento após o advento da Lei nº 8.112/1990, bem como os aumentos que lhe foram concedidos, a fim de conhecer ao certo, no momento da aposentadoria, a existência de vantagem nominalmente identificada decorrente das decisões judiciais que lhe deferiram a incorporação das horas extras, em respeito à garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos;

- Determinação nº 6

Ofício nº 663/GAB/2002/SECEX-SC - TC-009.880/2002-2

f) providencie, nos processos de aposentadorias e pensões antigos, que não tenham passado por uma análise prévia do Controle Interno antes da remessa ao TCU, uma revisão a fim de que seja verificada a correta formalização dos mesmos, conforme manual de aposentadorias e pensões deste Tribunal, corrigindo-se as distorções apuradas e melhorando as condições de análise pelos controles externo e interno;

- Determinação nº 7

Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC - de 12/12/2006. Solicita Cópia integral do Processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor do servidor de matrícula SIAPE 11558202, inclusive com cópia do Parecer/MEC/CONJUR/MGTBO 960/2003 de 28/08/2003, conforme determinação (item 1.1.1.5) do Acórdão nº 3167/2006-TCU-2ª Câmara.

1.118 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.119 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.120 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- a) Posicionamento do Gestor: (1) Concordo
- b) Providências a serem Implementadas: Fica estabelecido que esta Pró-Reitoria tomará as devidas providências para o fiel cumprimento das determinações do TCU pendentes na presente recomendação.
- c) Prazo limite de implementação: 31/03/2008 (respeitadas as decisões judiciais pertinentes ou atuação de outros órgãos)

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

PENDÊNCIA(S):

A PRDHS deverá informar se as determinações do TCU foram implementadas.

6.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (054)

Atendimento parcial de recomendação da CGU, face reincidência de ausência de declaração de bens e rendas de servidor constante do rol de responsáveis.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar a declaração de bens e rendas da servidora matrícula SIAPE 1159246.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar rotinas de controle periódico, bem como deixá-las documentadas para futura análise, de modo a garantir que todas as declarações de bens e rendas estejam tempestivamente arquivadas junto ao RH da Instituição.

1.121 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.122 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.123 Prazo limite de implementação: / /

Recomendação: 001

- a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

- b) Justifique: Todas as declarações constantes do rol de responsáveis encaminhado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) foram enviadas à PRDHS em prazo tempestivo. Ocorre que consta do processo de prestação de contas da UFSC, rol de responsáveis diferente do fornecido a esta Pró-Reitoria.

Face a constatação, esta Unidade solicitou a atualização do referido documento e providenciou a pendência.

- c) Prazo limite de implementação: providenciado

Recomendação: 002

- a) Posicionamento do Gestor: (3) Discordo

- b) Justificativa: Conforme já informado, esta Unidade está observando com o devido rigor o cumprimento da legislação em vigor.

[Memo nº 143/PRDHS/2007]

6.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (044)

Disponibilização de prazo reduzido aos Conselhos de Curadores e Universitário para análise da Prestação de Contas Anual.

RECOMENDAÇÃO: 001

Ao Conselho Universitário: Incluir no estatuto/regimento previsão de prazos para envio de Prestação de Contas aos Conselhos de Curadores e Universitário, bem como prazo para análise por parte desses

Conselhos, prevendo um tempo razoável para uma análise técnica e apurada da documentação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Ao Conselho de Curadores: Exercer sua competência prevista no Art. 28 do Estatuto da UFSC, planejando e designando com a devida antecipação, comissão de especialistas para assessorar no processo de análise da Prestação de Contas Anual da UFSC.

1.124 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

"Não houve encaminhamento"

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.125 Providências a serem Implementadas

"Prejudicado"

1.126 Prazo limite de implementação: / /

"Prejudicado"

PENDÊNCIA(S):

A AUDIN deverá fazer o devido encaminhamento.

6.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (046)

Deficiências nas rotinas de planejamento e execução técnica da AUDIN, comprometendo a efetividade de sua atuação.

RECOMENDAÇÃO: 001

Planejar o PAINT/2008 (nova denominação), mediante a aplicação de matriz de risco, incluindo a necessidade de:

- a) Ajustar imediatamente o PAAAI-2007, procedendo ao aumento do número de horas/homem alocados à auditoria na área de pessoal;
- b) Ajustar imediatamente o PAAAI-2007, procedendo à diminuição das horas/homem programadas para análise prévia à homologação de licitação;
- c) Ajustar imediatamente o PAAAI-2007, procedendo à inclusão de programação de auditorias específicas sobre contratos e convênios com fundações e respectivas prestações de contas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Passar a realizar a atividade de "Análise Prévia à Homologação de Licitações" de forma amostral, a) selecionando os processos mediante critérios, tais como materialidade, objeto, modalidade, Comissão/Pregoeiro, criticidade pretérita, entre outros elementos julgados relevantes, b) paralelamente comunicando a todos os membros de comissões, pregoeiros e responsáveis por adjudicação e homologação sobre a modificação da metodologia de análise de licitações, e ainda c) paralelamente disponibilizando orientações e check-list relativo aos procedimentos a serem cumpridos pelas comissões, pregoeiros e responsáveis por adjudicação e homologação de licitações.

RECOMENDAÇÃO: 003

Desenvolver ferramenta gerencial e de controle das atividades da auditoria, de modo a subsidiar a prestação de contas, expresso no RAIINT (nova denominação) e o processo de planejamento, expresso no PAINT.

RECOMENDAÇÃO: 004

Registrar no escopo dos trabalhos de auditorias, informações suficientes sobre a população sob exame (universo), bem como sobre o tamanho da amostra analisada.

RECOMENDAÇÃO: 005

Registrar nos papéis de trabalho, para cada procedimento de auditoria realizado, o critério de seleção de amostragem, bem como a relação das amostras que compuseram os exames.

RECOMENDAÇÃO: 006

Desenvolver manual com orientações técnicas detalhadas sobre definição de escopo dos trabalhos realizados, utilizando-se, por exemplo, dos parâmetros das normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal (normas da SFC), bem como Normas Gerais de Auditoria (Conselho Federal de Contabilidade).

RECOMENDAÇÃO: 007

Monitorar o cumprimento por parte das equipes de auditoria interna quanto ao adequado registro do escopo das auditorias realizadas.

RECOMENDAÇÃO: 008

Acompanhar efetivamente o cumprimento das recomendações e determinações da CGU e/ou TCU, mediante aplicação de testes e inspeções, visando confirmar as informações prestadas pelos setores, de modo a atender à alínea "h" do item 13, Seção 1, Capítulo X, da IN n.º 01/2001.

RECOMENDAÇÃO: 009

Proceder, mediante seleção criteriosa, à lotação de servidor ou servidores, de modo a restabelecer o quadro da AUDIN e não comprometer a continuidade dos seus trabalhos.

1.127 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.128 Providências a serem Implementadas

Em relação ao PAAAI/2007, pelo fato da greve dos servidores técnico-administrativos na UFSC, a redução do quadro de técnicos da AUDIN, a invasão dos alunos no hall da Reitoria, impedindo a entrada por um período aproximado de 10 dias, a preocupação tanto da Auditoria Interna como das unidades administrativas no sentido de responder aos encaminhamentos constantes do Relatório de Auditoria de Gestão da Controladoria Geral da União, relativo ao exercício de 2006, informamos que ficará difícil alterar a programação inicialmente elaborada no PAAAI/2007, visto que, pelos fatos acima expostos, a programação feita tenderá a ser prejudicada.

Em relação ao PAINT/2008, estamos nos organizando para ajustar a programação das auditorias. Será elaborada uma Matriz de Risco, de forma mais ampla onde serão considerados programas, metas e valores extraídos do PPA, da Proposta de Orçamento para a instituição e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e outras bases de valores extraídas dos sistemas existentes na UFSC.

A análise prévia dos processos de licitação, pelo fato de ser uma atividade que a Auditoria Interna vem realizando há muito tempo, será conduzido para uma readequação gradativa, com a análise dos processos de forma amostral, mediante comunicado prévio à Administração sobre os procedimentos que deverão ser adotados e os controles internos administrativos que deverão ser implementados nas unidades.

Foi desenvolvida uma ferramenta de controle para ser preenchida pelos técnicos de acordo com as atividades que forem realizando. Esta ferramenta irá auxiliar no momento de compatibilizar a hora/atividade dos técnicos. Ela está sendo implementada de forma gradativa, visto que ainda existem muitas atividades de assessoramento técnico à Administração que está sendo reorganizada pela programação de auditoria.

Está sendo elaborado um Manual de Procedimentos da Auditoria Interna da UFSC, seguindo os moldes da Secretaria Federal de Controle. A minuta deste manual segue como anexo destas respostas. Neste manual constam os procedimentos que devem ser seguidos pela equipe de auditoria no planejamento das auditorias e nas atividades de campo. Na parte que ainda não foi elaborada, pretendemos descrever as informações e os procedimentos que deverão ser adotados na elaboração do relatório das atividades.

O PAINT/2008 foi aprovado pela CGU-R/SC e submetido à apreciação do Conselho Universitário.

1.129 Prazo limite de implementação: / /

6.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (048)

Graves deficiências nos controles internos adotados na área de informática da UFSC, com risco de ocorrência de transações errôneas ou fraudulentas, alterações impróprias de programas.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir comissão, visando diagnosticar com profundidade as deficiências nos procedimentos de gestão e de controles internos relativos aos processos, rotinas, procedimentos e sistemas da área de informática da UFSC, podendo utilizar como referência, sem prejuízo de outras metodologias mais apropriadas, o Manual de Auditoria de Sistemas desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União;

RECOMENDAÇÃO: 002

A partir desse diagnóstico, desenvolver Plano de Ação para área de Informática, contendo objetivos, metas, prazos e responsáveis.

RECOMENDAÇÃO: 003

Incluir no planejamento das atividades anuais da AUDIN a execução de verificações quanto à adequação dos controles internos da área de informática, bem como a realização de trabalhos

periódicos de auditorias de sistemas.

RECOMENDAÇÃO: 004

Caso a UFSC considere que não exista na equipe da AUDIN estrutura ou profissional com capacitação para atuação nessa classe de auditoria, estudar a possibilidade de contratação periódica de serviços de auditoria de sistemas, a fim de avaliar regularmente a atuação da área de informática, seus controles internos e sistemas.

1.130 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

“Não houve manifestação”

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.131 Providências a serem Implementadas

O PAINT/2008 foi aprovado pela CGU-R/SC e submetido à apreciação do Conselho Universitário.

1.132 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

PENDÊNCIA(S):

O NPD deverá se manifestar sobre as Recomendações 001 e 002.

6.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (045)

Necessidades de ajustes nos Relatórios de Gestão futuros, a fim de atender efetivamente a DN/TCU n.º 81/2006 e a Norma de Execução/CGU n.º 03/2006.

RECOMENDAÇÃO: 001

Inserir, quanto ao item 11 da Tabela de Documentos a Contar no Relatório de Gestão, informações sobre despesas com suprimentos de fundos, em ambas as modalidades, cartão corporativo e conta corrente.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quanto ao Relatório de Denúncias, apresentar maior detalhamento a respeito das providências, descrevendo os procedimentos posteriores ao resultado dos processos e sindicâncias eventualmente abertos.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quanto ao atendimento da alínea "a" do item 3.3.3.4 da Norma de Execução/CGU n.º 03/2006, incluir as providências adotadas quanto às recomendações de controle interno, indicando, caso a caso, aquelas que receberam a checagem da AUDIN.

RECOMENDAÇÃO: 004

Implementar uma sistemática de revisão crítica do Relatório de Gestão como um todo, bem como de conferência de sua efetiva aderência normativa, após a elaboração de suas partes pelas diversas áreas da UFSC e antes da emissão final e assinatura pelos gestores.

1.133 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

“Houve encaminhamento indevido à PROAF”

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.134 Providências a serem Implementadas

“Prejudicado”

1.135 Prazo limite de implementação: / /

“Prejudicado”

PENDÊNCIA(S):

O PIP deverá se manifestar sobre as recomendações.

6.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (047)

Fragilidades no Parecer da AUDIN sobre a Prestação de Contas Anual da Unidade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Somente emitir opinião a respeito dos controles internos das áreas auditadas, com base em auditorias

sobre essas áreas e em conformidade com os resultados de tais auditorias, de modo a atender ao item 1 da tabela RELATÓRIOS E PARECERES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADE QUE DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO, conforme anexo V da DN/TCU n.º 81/2006.

RECOMENDAÇÃO: 002

Passar a realizar testes e inspeções sobre as providências informadas como executadas pelos setores da Instituição, de modo a emitir manifestação conclusiva quanto ao atendimento ou não das recomendações e determinações da CGU e/ou TCU, inserindo essa atividade em seu planejamento anual.

RECOMENDAÇÃO: 003

Inserir, na programação de 2007, auditoria específica sobre convênios, de modo a subsidiar a emissão de manifestação sobre o gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento.

1.136 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

A AUDIN mantém as justificativas apresentadas à Equipe de Auditoria.

O PAINT/2008 foi aprovado pela CGU-R/SC e submetido à apreciação do Conselho Universitário.

1.137 Providências a serem implementadas

"Prejudicado"

1.138 Prazo limite de implementação: / /

"Prejudicado"

Controle Interno/UFSC

Foram realizadas três auditorias pela equipe técnica da Auditoria Interna da UFSC, sendo uma na área de controles administrativos, uma auditoria especial na construção do prédio do Departamento de Informática e Estatística (INE) do Centro Tecnológico, e outra auditoria no Serviço de Transportes do Departamento Materiais e Serviços Gerais. A auditoria nos controles administrativos teve como objetivo verificar quais os controles que as unidades administrativas vêm mantendo, preliminarmente, foram verificados os controles do Departamento de Materiais e Serviços Gerais da UFSC e a Divisão de Compras e Serviços do HU, por estarem diretamente envolvidos nas compras e contratações de serviços. A auditoria especial na construção do prédio do INE foi indicada pelo relatório da comissão de sindicância instaurada para analisar os fatos relatados através da denúncia sobre irregularidades na construção do prédio, registradas no processo nº 23080.014853/2006-85.

Para a auditoria especial foi indicado, além de membro da equipe da auditoria interna, peritos (professores) do Departamento de Engenharia Civil da UFSC. Para tanto, foi apresentado relatório fundamentado sobre as constatações e recomendações envolvendo verificações no projeto arquitetônico, de prevenção contra incêndios, elétrico, lógica, manifestações patológicas e hidrosanitários.

Em relação às atividades de auditoria, em cumprimento a programação de auditoria, visto a frequência de solicitações de informações das unidades administrativas e da equipe de auditoria dos órgãos externos de controle, não foi possível cumprir a programação inicialmente elaborada, entretanto os conteúdos relacionados na programação, em muitos casos foram objetos das assessorias administrativas. Das três auditorias que foram realizadas, duas delas foram diferentes das que já vinham sendo realizadas, por este motivo, exigiu uma demanda maior de tempo para o planejamento e orientação a respeito da condução das atividades. As atividades administrativas

que não constavam inicialmente da programação foram necessárias para a elaboração dos relatórios que auxiliam no suporte aos procedimentos de controle da auditoria interna.

Nos relatórios por tipo de atividade foram relacionadas às constatações derivadas dos exames realizados, as recomendações e as justificativas apresentadas pelas unidades administrativas, e ainda, informações julgadas importantes pela equipe técnica em relação aos exames realizados.

Impropriedades apontadas como Ressalvas e Recomendações no Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 001/2007 – Controles Administrativos – Departamento de Materiais e Serviços Gerais e Divisão de Compras e Serviços do HU

- a) Em relação à recepção dos pedidos de compras e solicitação de serviços requeridos pelas unidades administrativas.

Informação: As unidades administrativas consultam o catálogo de materiais do SIASG para encontrar uma codificação para o produto que pretendem adquirir e ao não encontrarem as definições corretas para os produtos que querem adquirir acabam colocando a codificação de um item que mais se aproxima, ou mesmo adotam um genérico e depois acrescentam as especificações que gostariam. Com esse procedimento, quando é divulgado o edital no site do *comprasnet*, os produtos saem com uma informação e nos outros locais de divulgação saem com outras informações (que direciona para uma especificação mais ampla), dificultando com isso o procedimento dos pregoeiros e/ou presidentes das comissões de licitação.

Recomendações: (1) que a Administração direcione um servidor para que cuide especificamente da catalogação de materiais que serão licitados, cujo mesmo ficaria responsável para buscar informações junto ao SIASG no sentido de incluir as especificações necessárias aos produtos, como também, o mesmo ficaria responsável pela análise prévia da especificação dos produtos anterior a licitação; (2) que o setor de compras envie esforços no sentido de adotar o sistema de catálogo de produtos e serviços, pois é um conjunto de atividades desenvolvidas no SIASG que propicia a definição de padrões determinados de qualidade e produtividade para os materiais e serviços especificados nas compras da Administração Pública Federal.

- b) Em relação aos procedimentos para a formalização dos processos para as aquisições de materiais, nesse caso, caberia a elaboração de um *checklist* pela unidade administrativa (setor de compras), que não vem ocorrendo.

Recomendações: (1) que o setor de compras elabore um *checklist* de procedimentos que deverão ser observados antes de encaminhar o processo para a autoridade superior. O *checklist* poderá ser disponibilizado no sistema MATL, para que as unidades administrativas tomem conhecimento do que deverá ser contemplado nos processos. Poderá ser criado um campo no sistema com o título de “normativos” e incluir as informações; (2) que o setor organize um sistema para a recepção dos pedidos de compras, no sentido de se fazer a juntada dos materiais comuns e somá-los pelas suas quantidades, para depois encaminhar o processo para licitação, visando com isso, evitar a criação de processos que resultem em pequenas quantidades a valores pouco expressivos; (3) que seja orientado para a inclusão nos editais da apresentação de amostra dos produtos para testes de verificação, e caso a análise de determinado produto demandar vários dias para teste de verificação, que seja aberto um edital para cadastramento de produtos. Deste modo, a UFSC manteria uma base de dados de produtos já testados, assim o procedimento de licitação seria mais rápido, como também, as aquisições estariam dentro dos padrões de qualidade aceitos.

- c) Em relação às estimativas de preços, o setor de compras não utiliza o sistema de registro de preços (SIREP/SIASG) como apoio na estimativa de preços para os processos de licitação.

Recomendações: que a Administração verifique a possibilidade de criação de um banco de dados, que poderá ser através do sistema MATL, para que seja alimentado pelo setor de compras, de acordo com os preços das últimas aquisições realizadas, ou ainda, com informações dos preços praticados pelo mercado. Para com isso ter uma base de referência de preços, visto que nem sempre é possível obter respostas às consultas de preços das empresas, no que dificulta em muito os procedimentos do setor de compras, como também evitar informações de estimativas de preços que não são confiáveis.

- d) Em relação aos pedidos que resultam em processos de licitação por dispensa, foi verificado que vem sendo usado, com frequência, a base do inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e em outros casos o inciso IV, do mesmo artigo, vinculando a questão emergencial, entretanto o argumento tem suas falhas, talvez pela falta de planejamento dos setores envolvidos.

Recomendações: (1) que a Administração determine que as comissões de licitações (que ainda não estão utilizando) passem a adotar edital para aquisições pela modalidade de registro de preços, bem como determine que as mesmas organizem melhor os editais no sentido de incluir a maior quantidade de itens possíveis (mesmo que o procedimento da fase de lances, na modalidade pregão eletrônico, ultrapasse o dia corrente de abertura da licitação), no que irá ajudar a evitar as compras emergenciais e as dispensas; (2) que o setor de compras e serviços organize os procedimentos para que o processo para a licitação saia do setor com a menor quantidade possível de falhas, e a comissão de licitação por sua vez, organize seus procedimentos no sentido de evitar falha de condução, e orientado os servidores envolvidos (pregoeiros e equipe técnica) a fazerem suas atividades de forma conjunta para evitar erros, como também, verifiquem previamente o conteúdo do edital; (3) orienta-se que a comissão de licitação seja vinculada diretamente ao setor de compras, e que os servidores indicados (pregoeiros e equipe técnica) desenvolvam atividades conjuntas, no sentido de agilizar os procedimentos de compras e contratação de serviços.

- e) Em relação a formalização dos contratos, não existe uma uniformização na elaboração das minutas de contratos.

Recomendações: (1) que a Administração verifique a possibilidade de inclusão no sistema MATL de minutas dos editais e dos contratos que foram previamente aprovados pelo órgão jurídico, para que assim exista uma base de referência para consultas dos modelos de editais e de contratos; (2) que a Administração verifique a possibilidade de organizar os setores envolvidos com as compras e os contratos, no sentido de que os procedimentos da fase do pedido até a finalização do processo de licitação não ocorram falhas.

- f) Em relação a política de capacitação do servidores envolvidos nos processos, foi constatado a deficiência na criação de procedimentos para melhor estruturar as áreas do Departamento de Materiais de Serviços Gerais.

Recomendações: (1) que seja feito um planejamento de cursos de capacitação para os servidores das unidades administrativas, como por exemplo, que o responsável por cada unidade administrativa verifique com sua equipe quais são suas necessidades de capacitação (ligadas às atividades do setor), e informe à Administração ou ao setor responsável no início de cada semestre. O planejamento dos cursos convém que seja informado pelo responsável da unidade administrativa, pois é ele que irá definir as prioridades do setor e fazer sugestão dos cursos pretendidos para os servidores; (2) que

seja implantada uma metodologia de planejamento interativo entre as áreas administrativas do Departamento de Materiais e Serviços Gerais, para estabelecer um fluxo operacional que permita oferecer o suporte necessário às diferentes demandas de cada área, evitando que ocorra descontinuidade das atividades atinentes ao Departamento.

Impropriedades apontadas como Ressalvas e Recomendações no Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 002/2007 – Auditoria Especial construção do prédio do INE – Departamento de Informática e Estatística da UFSC

- a) Os recursos para a construção do prédio foram liberados através do Plano de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Institucional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, diretamente para a fundação de apoio que representou a instituição de ensino para a realização do projeto. A fundação de apoio (FAPEU) encaminhou o processo de licitação na modalidade de concorrência para a realização do projeto de construção civil, com fornecimento de material e mão-de-obra no regime de empreitada global.
- b) Em relação ao projeto arquitetônico foram constatadas que algumas salas de professores não atendem especificações do código de obras da cidade de Florianópolis, referente ao tamanho das janelas. A soma total das áreas dos vãos de iluminação e ventilação dos compartimentos não corresponde a no mínimo 1/6 da área dos compartimentos como define o Código de Obras.
- c) Em relação ao projeto de prevenção contra incêndios, foram constatadas que o memorial descrito do prédio do INE não contém a classificação do prédio quanto a ocupação e ao risco necessário para a determinação dos sistemas de proteção da edificação; os projetos de segurança contra incêndios não apresentam os memoriais de cálculo das saídas de emergência, do sistema hidráulico preventivo, dos sistemas de alarme e detecção, do sistema de iluminação de emergência.
- d) Em relação ao projeto elétrico, foram detectadas situações como: (1) shafts abertos; eletrocalhas de distribuição não são fechadas e não apresentam segregação; (2) a sinalização de emergência apresenta falha; (3) a iluminação externa não coincide com o memorial; (4) existe uma descida de água pluvial no shaft; (5) o sistema de proteção contra descargas atmosféricas corre aparentemente através da armadura da estrutura do edifício, e não foram observados pontos de aterramento e nem existe relatório sobre as medições da resistência de aterramento.
- e) em relação ao projeto de lógica, foram constatados que: os racks deveriam ser de 80x80x220cm, sendo que foram fornecidos racks de 20x80x220cm fato que dificultou a instalação de servidores nos bastidores; não entrega de equipamentos de rede lógica – 23 path panel 24 portas, do total de 63 unidades contratadas e pagas, e sistema de rack 44 U's, com 7 armários, contratado e pago.
Informação: São necessários: (1) alterações nos projetos, novas cargas etc. devem ser documentadas e incorporadas nos desenhos as *built* (ou 'como construído'); (2) realizar medições da resistência de aterramento dos SPDAs; (3) exigir da empresa a entrega e instalação dos equipamentos contratados e pagos.
- f) Em relação às manifestações patológicas, após visita da equipe nas edificação do INE, foram detectadas: (1) fissurações nos encontros de pilares e alvenaria de tijolos; (2) fissuras nos encontros da face inferior de vigas com a alvenaria de fechamento, que

decorrem, principalmente, de possível deformação das vigas e da deformação insuficiente do material de preenchimento/encunhamento; (3) manchamentos e empolamentos dos revestimentos de argamassa e da pintura, principalmente nas regiões onde são verificadas fissurações por falta de adequada união entre os elementos da estrutura de concreto armado e a alvenaria de fechamento; (4) nas floreiras da fachada oeste ocorre o acúmulo de água por falta de extravasão adequada das águas da chuva, e como consequência, há manchamentos e empolamento da pintura interna nas proximidades dos floreiras; (5) principalmente na fachada oeste, é possível verificar pequenos pontos de corrosão das armaduras das lajes pré-moldadas, esses pontos correspondem à corrosão localizada da extremidade da armadura que foi cortada na execução da laje (não há comprometimento estrutural decorrente dessa corrosão); (6) na cobertura verificam-se deficiências executivas, como falta de rufos e pingadeiras.

Informação: as manifestações patológicas verificadas decorrem de falta de detalhamentos específicos de projeto e vícios construtivos frequentes nas obras de Construção Civil. No entanto, apesar de causarem desconforto aos usuários, no estágio atual, não comprometem a segurança estrutural da edificação.

- g) Em relação ao projeto hidrosanitário, o mesmo apresenta várias inconsistências: (1) no memorial descritivo, a cisterna é de 20 mil litros e o reservatório superior de 40 mil litros (em duas células de 20 mil litros), e depois é informado que o reservatório superior é de 54 mil litros; (2) não há nenhuma indicação se a velocidade da água e a pressão nas tubulações atendem os limites especificados pela normatização (NBR5626); (3) pela análise do projeto estrutural, foi constatado que não há cisterna, embora haja cisterna no projeto hidrosanitário. Isso ocorreu porque o projeto estrutural deve ter sido baseado no projeto arquitetônico onde também não há cisterna. Isso acarretou no cálculo posterior da cisterna e na locação inadequada do acesso (tampa) da cisterna. O acesso ficou localizado no vão da escada onde qualquer usuário da edificação tem acesso a esta tampa; (4) há registros posicionados na coluna de água, tubulações passando pela estrutura, diâmetros inadequados etc. Aparentemente, as instalações foram executadas corretamente, mas não há como se ter plena certeza de todos os detalhes, pois não foi feito o projeto *as built* e não há como se verificar *in loco* pois as instalações não são aparentes – o que está adequado; (5) o projeto também está incompleto, pois não apresenta um barrilete completo com um esquema vertical de distribuição das tubulações. Não há indicação do prolongamento da coluna de ventilação até acima da cobertura, nem das inclinações das tubulações de esgoto etc.

Recomendações:

- a) Recomenda-se que o profissional contratado pela FAPEU para elaboração dos projetos hidro-sanitário e preventivo contra incêndio do prédio do INE não seja mais selecionado nos próximos processos licitatórios de projeto para obras na UFSC, pois o mesmo não possui conhecimento suficiente sobre instalações prediais, o que resulta em projetos inadequados;
- b) Recomenda-se que o ETUSC tenha uma equipe responsável pela verificação, conferência, análise e verificação da compatibilização entre os diferentes projetos (tanto os realizados no ETUSC quanto àqueles realizados por terceiros). Caso não seja possível, recomenda-se que um profissional ou empresa seja contratado para realizar esta atividade;
- c) Recomenda-se que a UFSC e/ou ETUSC crie um mecanismo de discussão contínua, permanente e documentada com os departamentos para os quais estiverem sendo elaborados projetos, de forma que os interessados fiquem a par de todas as eventuais alterações de projeto e etapas da obra;

- d) Recomenda-se que o ETUSC, ou qualquer órgão da UFSC que contrate profissionais ou empresas para realização de projetos e/ou obras, contrate e exija a elaboração dos projetos *as built*, pois a execução nem sempre segue exatamente o que consta nos projetos;
- e) Recomenda-se que a FAPEU, ou qualquer outro órgão da UFSC que contrate profissionais ou empresas para realização de projetos, contrate também, além dos projetos, o memorial descritivo, o memorial de cálculos, o quantitativo de materiais e serviços e o orçamento, referentes a todos os projetos;
- f) Recomenda-se que o ETUSC passe a exigir também o memorial de cálculo quando os projetos são contratados por ele;
- g) Recomenda-se que o responsável pela fiscalização das obras na UFSC exija o preenchimento do diário de obras diariamente pelo responsável indicado para o acompanhamento das obras no campus;
- h) Recomenda-se que a vistoria de entrega das obras seja acompanhada por profissional do ETUSC e também por responsável do departamento interessado pela obra e, eventualmente, por profissional de outros departamentos, se indicados pela Administração. Todos os problemas devem ser anotados e encaminhados à construtora para correção, estabelecendo prazos para as correções;
- i) Recomenda-se que as não-conformidades ou impropriedades observadas no prédio do INE sejam corrigidas urgentemente, ressaltando especialmente as questões de segurança dos usuários;
- j) Recomenda-se que a UFSC crie mecanismos para que a fiscalização das obras do campus seja eficaz, independentemente de os projetos serem de responsabilidade de outras instituições envolvidas;
- k) Recomenda-se que as futuras edificações no campus, e eventuais alterações nas atuais, tenham seus projetos de sistemas preventivos contra incêndio submetidos à análise prévia do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;
- l) Recomenda-se que para as novas edificações no campus, os padrões construtivos sejam mais adequados do que o verificado no prédio do INE.

Impropriedades apontadas como Ressalvas e Recomendações no Relatório de Auditoria da AUDIN/Ufsc nº 003/2007 – Auditoria Serviço de Transportes

Relatórios anteriores: Relatório de Auditoria da AUDIN nº 02/2004:

- a) Controles prévios à saída dos veículos (1.3), foi constatado que ainda não foram implantados os controles quanto ao funcionamento, desempenho e estado de conservação dos veículos. Solicita-se que a Direção do DMSG se manifeste sobre as providências para vistoria prévia à saída dos veículos da garagem para atendimento aos usuários.
- b) Ampliação da sala da chefia do setor de transportes (1.5), foi constatado que ainda não houve ampliação da sala e reforma do banheiro do setor de transportes, a ampliação é reivindicação antiga por haver falta de espaço físico para alojar os dois servidores e os bolsistas. Solicita-se que a Direção do DMSG se manifeste a respeito, bem como, informe se existe algum projeto de reforma em andamento.
- c) Ressarcimento ao erário de danos causados por servidor ao veículo de propriedade da UFSC (1.6), foi constatado em consulta ao SIAPE que ainda não foi efetivado o desconto em folha do servidor dos custos atribuídos ao conserto do veículo. Solicita-se que a Administração informe como estão os encaminhamentos para o caso.
- d) Desvio de função de servidor no serviço de transporte do HU (2.1), não foram tomadas providências a respeito. Solicita-se que a Direção do HU verifique a questão e informe a respeito, apresente justificativa se for o caso, recorrendo à PRDHS sobre as necessidades.

- e) Manutenção preventiva de veículos (2.2), não foram tomadas providências no sentido de realizar manutenções preventivas nos veículos da UFSC que estão a disposição do serviço de transportes do HU, dada sua frota reduzida. Solicita-se que a Direção do HU informe quais são as providências tomadas para programação da manutenção preventiva dos veículos.
- f) Necessidade de ampliação da sala dos motoristas no HU (2.4), foi verificada que a pendência em relação a ampliação da garagem para os veículos e a sala dos motoristas não foi sanada. Solicita-se que a Direção do HU verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

Relatórios anteriores: Relatório de Auditoria da AUDIN nº 01/2006:

- a) As portarias de autorizações para dirigir veículo estão desatualizadas (2.3), e pelas informações prestadas somente serão emitidas novas autorizações para os servidores que estejam enquadrados como motoristas. Solicita-se, portanto, que a Direção do HU verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.
- b) O veículo com o tombamento de nº 058406, não consta registrado na relação de controle da Divisão de Patrimônio (2.5), o mesmo está sendo utilizado pelo HU, mas não existe a transferência de responsabilidade. Solicita-se que a Administração verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.
- c) Existem veículos de responsabilidade do Departamento de Gestão Patrimonial e Segurança Física (DEPASE) que apresentam muitos gastos com manutenção que os torna anti-econômicos (3.1), como também existem outros veículos que estão parados ou na oficina, deixando de estar disponíveis para as atividades em que são necessários. Solicita-se que o Diretor do DEPASE verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

Relatório auditoria atual:

Encontra-se no pátio do setor de veículos (do DMSG) veículo para baixa por alienação, cuja providência ainda não foi providenciada; espaço de garagem coberta para os veículos está insuficiente, no que, faz-se necessário sua ampliação; custo da hora de manutenção dos veículos deverá ser verificado no sentido de adequar às exigências que estão contidas no termo de contrato firmado com a empresa prestadora dos serviços. Solicita-se que a Administração verifique as questões apontadas no relatório e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

Relatório Anterior - Impropriedades apontadas como Ressalvas e Recomendações no Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 005/2006 – Área de Pessoal

- a) Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade - houve informações da Administração, através do Mem. 028/PRDHS/2007, de 27/02/2007, que foram solicitadas providências urgentes às unidades envolvidas, bem como que a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social está procedendo ao levantamento de todas as portarias de concessão de insalubridade e periculosidade da UFSC, e procedendo ao agendamento por parte da equipe técnica para a atualização dos laudos periciais de insalubridade/periculosidade. Por este motivo, solicitamos informações do que foi realizado efetivamente até então sobre as concessões de adicionais aos servidores envolvidos e a renovação das portarias.
- b) Em relação aos demais itens deste relatório de auditoria, dada a manifestação da Administração (Memo. 028/PRDHS/2007, de 27/02/2007), será objeto de verificação em auditoria futura.

Cabe ressaltar, em relação aos Relatórios de Auditoria da AUDIN/UFSC, a necessidade de manifestações das unidades administrativas envolvidas, sobre as pendências registradas, até o dia 22/02/2008, em cumprimento as determinações legais. Os atos praticados pelas unidades administrativas ainda não comprometem os responsáveis e nem causam prejuízos à Fazenda Nacional, entretanto alertamos para as impropriedades que resultaram em recomendações associadas às constatações feitas.

- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 001/2007:
Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças
Diretor do Departamento de Materiais e Serviços Gerais
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 002/2007:
Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças
Diretor do Escritório Técnico-Administrativo
Diretor do Departamento de Informática e Estatística
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 003/2007:
Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças
Diretor do Departamento de Materiais e Serviços Gerais
Diretor Geral do Hospital Universitário
Diretor do Departamento de Gestão Patrimonial e Segurança Física
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFSC nº 005/2006:
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

15) Informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensões exigíveis no exercício a que se refere às contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

Informamos que em virtude das normas estabelecidas através do **Ofício-Circular 303/2005/CGU/SC**, enviado ao Magnífico Reitor pelo Chefe da Controladoria Geral da União, Senhor Nivaldo Germano, onde expõe:

“Tendo em vista o disposto no Decreto 3.762, de 5 de março de 2001, na Portaria MF/SFC nº 40, de 14 de março de 2001, na Portaria MF n.º 69, de 07 de março de 2001, e no inciso XIII do artigo 21 do Regimento Interno aprovado pela Portaria 289, de 20 de dezembro de 2002, da Controladoria-Geral da União, e considerando a proposição da Secretária Federal de Controle Interno, de que os processos de aposentadorias e pensões devam ser analisados na própria Unidade. Dessa forma as UCI's deverão providenciar calendário espec (fico de análise “in loco” para cada Unidade de

Recursos Humanos, distribuídas ao longo do exercício, com pelo menos uma visita por ano, de acordo com as orientações a serem emitidas pela Coordenação-Geral de Auditoria de Pessoal e Benefícios - DPPES.

2. Diante do exposto, fica determinada a suspensão da remessa de processos de aposentadorias e pensões à Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina, alterando-se a sistemática de análise para realização in loco, a exemplo do que ocorre com as auditorias de tomada e prestação de contas.

3. Esta nova sistemática atinge somente os processos cuja concessão de aposentadoria ou pensão tenha ocorrido a partir de 01/08/2005.

4. Permanecem inalterados os procedimentos relativos à formalização dos processos de aposentadoria e pensão, e respectivos registros no SISACNET/TCU — Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões. Quanto aos procedimentos de admissão, fica mantida a sistemática adotada até o momento pela Unidade.”

Ficando dessa forma desobrigados dos encaminhamentos dos processos à CGU, desta forma encontram-se à disposição para consulta e verificação na própria UFSC.

CONTRATAÇÃO

UNIDADE	CARGO	QUANTIDADE
Docentes		
Colégio Agrícola de Camboriú	Prof. Ens. I e II Graus E1 DE	3
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira	Prof. Ens. I e II Graus E1 DE	4
Centro de Ciências Agrárias	Professor Adjunto 1 DE	2
Centro de Ciências Biológicas	Professor Adjunto 1 DE	9
Centro de Comunicação e Expressão	Professor Adjunto 1 DE	8
	Professor Assistente 1 DE	1
Centro de Ciências da Saúde	Professor Adjunto 1 DE	9
	Professor Adjunto 1 20H	2
	Professor Assistente 2 DE	1
	Professor Assistente 1 20H	3
Centro de Ciências da Educação	Professor Adjunto 1 DE	10
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Professor Adjunto 1 DE	1
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	Professor Adjunto 1 DE	5
Centro Sócio-Econômico	Professor Adjunto 1 DE	9
Centro Tecnológico	Professor Adjunto 1 DE	7
Sub-Total		74
Técnico-Administrativo		
Hospital Universitário	Auxiliar de Enfermagem	1

UNIDADE	CARGO	QUANTIDADE
Sub-Total		1
Total Geral		75

FONTE: PRDHS

SAÍDA DE DOCENTES

Indicador	2007
Aposentados	27
Exoneração	3
Falecimento	3
Redistribuição	1
TOTAL	35

FONTE: PRDHS

16) Quantitativo de pessoal discriminado por unidade central/unidades descentralizadas, área meio / área fim, servidores efetivos.

Lotação	Área	Situação	Nº Servidores Técnico-administrativos
Centro de Ciências Agrárias	Fim	Estatut./RJU	61
Centro de Ciências Biológicas	Fim	Estatut./RJU	70
Centro de Comunicação e Expressão	Fim	Estatut./RJU	44
Centro de Ciências Jurídicas	Fim	Estatut./RJU	26
Centro de Ciências da Saúde	Fim	Estatut./RJU	88
Centro de Ciências Desportos	Fim	Estatut./RJU	18
Centro de Ciências da Educação	Fim	Estatut./RJU	64
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Fim	Estatut./RJU	71
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	Fim	Estatut./RJU	54
Centro Sócio Econômico	Fim	Estatut./RJU	33
Centro Tecnológico	Fim	Estatut./RJU	127
Colégio Agrícola de Camboriú	Fim	Estatut./RJU	42
Colégio de Aplicação	Fim	Estatut./RJU	27
Colégio Agrícola Sen. C. Gomes de Oliveira	Fim	Estatut./RJU	27
Sub-Total Área Fim			752
Agência de Comunicação	Meio	Estatut./RJU	18
Biotério Central	Meio	Estatut./RJU	15
Biblioteca Universitária	Meio	Estatut./RJU	79
Dpto Administração Escolar	Meio	Estatut./RJU	32
Dpto Contabilidade e Finanças	Meio	Estatut./RJU	13
Dpto Desenvolvimento Admin. Pessoal	Meio	Estatut./RJU	16

Lotação	Área	Situação	Nº Servidores Técnico-administrativos
Dpto Desenvolvimento Atenção Social e Saúde	Meio	Estatut./RJU	26
Dpto Desenvolvimento Potenc. Pessoas	Meio	Estatut./RJU	21
Dpto Assuntos Estudantis	Meio	Estatut./RJU	08
Dpto Cultura e Eventos	Meio	Estatut./RJU	19
Dpto de Gestão Patrimonial e Segurança Física	Meio	Estatut./RJU	85
Dpto Gestão Orçamentária	Meio	Estatut./RJU	05
Dpto Material e Serviços Gerais	Meio	Estatut./RJU	64
Escritório de Assuntos Internacionais	Meio	Estatut./RJU	02
Escritório Técnico-Administrativo	Meio	Estatut./RJU	36
Editora Universitária	Meio	Estatut./RJU	10
Gabinete do Reitor	Meio	Estatut./RJU	40
Imprensa Universitária	Meio	Estatut./RJU	28
Museu Universitário	Meio	Estatut./RJU	11
Núcleo de Processamento de Dados	Meio	Estatut./RJU	37
Pró-reitoria de Assuntos Estudantis	Meio	Estatut./RJU	06
Dpto Artístico Cultural	Meio	Estatut./RJU	23
Dpto de Apoio a Extensão	Meio	Estatut./RJU	05
Pró-reitoria de Cultura e Extensão	Meio	Estatut./RJU	19
Pró-reitoria de Desenvol. Humano e Social	Meio	Estatut./RJU	11
Dpto de Ensino de Graduação	Meio	Estatut./RJU	01
Pró-reitoria de Ensino de Graduação	Meio	Estatut./RJU	18
Pró-reitoria de Orçament. Admin. E Finanças	Meio	Estatut./RJU	16
Dpto de Projetos	Meio	Estatut./RJU	02
Dpto Propriedade Intelectual	Meio	Estatut./RJU	01
Pró-reitoria de Pesquisa	Meio	Estatut./RJU	04
Dpto Pós-graduação Strito Sensu	Meio	Estatut./RJU	02
Dpto de Apoio a Pós-graduação	Meio	Estatut./RJU	01
Pró-reitoria de Pós-graduação	Meio	Estatut./RJU	05
Prefeitura Universitária	Meio	Estatut./RJU	124
Restaurante Universitário	Meio	Estatut./RJU	56
Hospital Universitário	Meio	Estatut./RJU	1.242
Sub-Total Área Fim			2.101
Total			2.853

17) Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade central/unidades descentralizadas e área meio/área fim.

Relação de funções gratificadas e comissionadas da UFSC.

ADMINISTRAÇÃO

	GR	HU	PROAF	PRAE	PREG	PRPe	PRCE	PRPG	PRDHS
FG-1	13	-	08	03	03	01	02	01	03

	GR	HU	PROAF	PRAE	PREG	PRPe	PRCE	PRPG	PRDHS
FG-2	04	01	01	01	03	01	01	01	01
FG-3	06	11	19	03	01	02	07	02	06
FG-4	24	61	34	05	24	03	08	01	11
FG-5	11	14	03	-	02	-	-	-	06
CD-1	01	-	-	-	-	-	-	-	-
CD-2	01	-	01	01	01	01	01	01	01
CD-3	01	01	-	-	-	-	-	-	-
CD-4	06	05	07	02	06	02	04	02	03

UNIDADES DE ENSINO

	CCA	CCB	CCE	CFH	CCJ	CCS	CDS	CED	CFM	CSE	CTC
FG-1	10	13	08	14	03	21	05	07	08	08	21
FG-2	01	01	01	02	01	01	01	02	01	01	01
FG-3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FG-4	12	12	10	18	03	23	05	16	09	10	28
FG-5	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
CD-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CD-2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CD-3	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
CD-4	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-

18) Acórdão nº 1235/2004-TCU-

As rubricas da URP vinham sendo mantidas por força de liminar e posterior sentença no mandato de segurança nº 2001.34.00.02574-8. No entanto, devido os questionamentos do TCU, e consoante a decisão contemplada no Acórdão nº 1235/2004-TCU- 1ª Câmara, que considerou ilegal o pagamento da vantagem referente a parcela da URP de fevereiro de 1989 (26,05%), sendo que na mesma assentada determinou que a UFSC passasse a adotar o entendimento manifestado na referida decisão em relação a todos os casos similares, esta IFE efetuou consulta à PFSC/PGF. Em face da recomendação subscrita pelo Procurador Chefe da PGF-SC através do ofício 467/2006/PFSC/PGF/AGU, a PRDHS solicitou manifestação, através do ofício nº 032/PRDHS/2006, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das providências a serem adotadas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Em resposta, a Coordenadoria Jurídica daquele Ministério emitiu o Parecer/CONJUR/MP/Nº 1274-7.32/2006, constante do processo nº 04500.002300/2006-47, concluindo pela suspensão do pagamento da URP de fevereiro de 1989, na folha de pagamento dos beneficiários da RT 561/89.

Assim, no mesmo documento, orienta aquele Órgão que se faça a cientificação prévia aos interessados do referido processo para, caso haja interesse, no prazo de 30 (trinta) dias, exerçam nos termos da lei vigente o contraditório e a ampla defesa.

Em observância às orientações do Ministério e à determinação do TCU, mediante o sobredito Acórdão, encaminhamos comunicado a todos os servidores docentes envolvidos, a fim de assegurar-lhes os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Face ao exposto e, em decorrência do ofício 823/2006/ PFSC/PGF/AGU, os recursos administrativos apresentados foram encaminhados à consideração da Procuradoria Federal em Santa Catarina, que após análise manifestou-se pela impossibilidade de conhecimento e provimento do recursos. Assim, esta Pró-Reitoria informou aos interessados quanto aos procedimentos no sentido de dar cumprimento da decisão daquela Corte de Contas.

Ato contínuo, o advogado constituído nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2006.72.00.035978-8/SC, movido pela Associação dos Professores da UFSC, informa que o Desembargador Federal relator concedeu o efeito suspensivo positivo pleiteado por aquela entidade, concernente aos processos administrativos em referência, até o julgamento do recurso.

Entretanto, através do Ofício nº 10534/06, recebido em 19.12.06, o Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC, determina a esta Universidade, que cesse o pagamento da RT 561/89 (URP).

Fazendo menção ao ofício acima referido, esta Instituição encaminhou ao Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho da 12ª Região, o Ofício nº 014/GR/2007, para conhecimento e manifestação sobre o Ofício nº 067/2006, subscrito pelo representante dos professores vinculados à APUFSC.

Em resposta ao assunto em comento, a UFSC é oficiada para que cessasse o pagamento da RT561/89 aos seus beneficiários.

Em obediência à determinação do meritíssimo Juiz do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho, inserta no Ofício nº 508/2007, esta Pró-Reitoria solicitou à Coordenação Geral de Procedimentos Judiciais, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a anulação/desativação da Reclamatória Trabalhista nº 561/89 (URP/fev/89).

Todavia, em obediência à decisão do Meritíssimo Juiz Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de Santa Catarina, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 79.2007.000.12.00.8, em que é impetrante o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, que confere efeito suspensivo ao Agravo de Petição interposto pelo impetrante, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ofício nº 004/PRDHS/2007, solicitando providências para o restabelecimento da Reclamatória Trabalhista nº 561/89.

Em 14/09/2007 a UFSC foi intimada pelo TRT da 12ª região do acórdão proferido no agravo de petição, para a supressão da URP.

Conseqüentemente, em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade.

Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974.

Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito do contraditório e a ampla defesa.

Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação.

Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma.

Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente à Reclamatória Trabalhista nº 561/89.

Fonte: Texto gerado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

19) Demonstrativo e Transferências Realizadas (conforme item 1-1.3 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

TRANSFERÊNCIAS (Convênios e outros tipos)

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra-partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicancia TCE S/N)	
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ		
		SIAFI/SIASG				Início									Término
1	Termo de Convênio		000053/07-68	1	28/12/2006	28/12/2006	28/12/2008	PROJETO: "GENOPROT - REDE INTEGRADA DE ESTUDOS GENÔMICOS E PROTEÔNICOS".	2/1/2007	R\$ 3.000.000,00			FAPEU	83476911/0001-17	
	Protocolo de Cooperação			2	13/2/2007	13/2/2007	13/2/2012	INCENTIVAR O INTERCÂMBIO TÉCNICO, CIENTÍFICO.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		000125/07-77	3				FACULTAR AOS ALUNOS DO ITESC O USO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSC E AOS ALUNOS DA UFSC O USO DA BIBLIOTECA DO ITESC.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		000231/07-51	4	29/12/2006	29/12/2006	29/12/2008	PROJETO: "MEDIDOR DE CORRENTE DE FUGA EM PARA-RAIOS".		R\$ 288.000,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		000341/07-12	5	26/3/2007	26/3/2007	26/9/2008	PROJETO: "ACREDITAÇÃO MAGLAD/UFSC JUNTO AO INMETRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS DE COMPATIBILIDADE MAGNÉTICA".	27/3/2007	R\$ 454.628,40			FAPEU	83476911/0001-17	
	Termo de Convênio		000545/07-53	6				PROJETO: "DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS DA PERDIGÃO - FASE III".		R\$ 1.635.851,38					
	2º T. Aditivo ao Conv. 129/2005		029498/05-68	7				ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS TERCEIRA, QUARTA, QUINTA E SEXTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.		R\$ 53.210,00					
1	Termo de Convênio		000562/07-91	8	2/4/2007	2/4/2007	2/4/2009	PROJETO: "ESPAÇOS DE CIÊNCIAS E ARTES DA UFSC - ENCOMENDA TRANSVERSAL - PROJETOS DE PESQUISA".	4/4/2007	R\$ 598.380,00			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio		004210/07-12	9	12/4/2007	14/3/2007	2/4/2010	IMPLEMENTAR O ESTUDO SISTEMÁTICO DA TEORIA, METODOLOGIA E APLICAÇÃO DA CIÊNCIA ONTOPSICOLÓGICA NO CURSO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO.	13/3/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		004715/07-79	10	15/12/2006	15/12/2006	15/12/2008	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE FIOS COM ZERO-TORÇÃO ATRAVÉS DE RECOBRIMENTO TEMPORÁRIO COM FILME POLIMÉRICO DURANTE O PROCESSAMENTO TÊXTIL".	19/12/2006	R\$ 274.371,36			IEL-SC	83843912/0001-52	
1	1º T. Aditivo ao Conv. 012/2005		002413/05-02	11	1/3/2007	1/3/2007	1/3/2010	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS TRÊS ANOS.	3/3/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		005692/07-10	12	14/12/2006	14/12/2006	14/12/2008	PROJETO: "UTILIZAÇÃO DE BIOMASSA COMO FONTE ALTERNATIVA DE ENERGIA".		R\$ 617.433,00			IEL-SC	83843912/0001-52	
1	Termo de Convênio		005691/07-75	13	18/12/2006	18/12/2006	18/12/2008	PROJETO: "INOVAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS: CONFORMAÇÃO, USINAGEM DE PRECISÃO E TRATAMENTO TÉRMICO".	19/12/2006	R\$ 1.051.777,00			IEL-SC	83843912/0001-52	
1	Termo de Convênio			14				REALIZAÇÃO POR PARTE DA ACADÊMICA JULIANA DOS SANTOS TAKAHOSHI (ENGENHARIA DE ALIMENTOS) CURSAR A DISCIPLINA PQI 2304 - TERMODINÂMICA QUÍMICA APLICADA II PARA COMPLETAR A SUA GRADUAÇÃO.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		007762/07-74	15	1/3/2007	1/3/2007	1/3/2009	PROJETO: "SISTEMA INTELIGENTE DE PRÉ-ANÁLISE E GESTÃO DE PERTURBAÇÕES E OSCILOGRAFIAS VOLTADO PARA A GERAÇÃO".		R\$ 148.960,00			FEESC	82895327/0001-33	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra-partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		SIAFI/SIASG				Início	Término								
1	Termo de Convênio		007734/07-57	16	1/3/2007	1/3/2007	1/3/2008	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VOLTADAS À APLICAÇÃO DE NORMAS DE COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA PARA PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES.		R\$ 123.700,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		007857/07-98	17	26/2/2007	26/2/2007	29/12/2008	PROJETO: "REDE GUARANI/SERRA GERAL: SC - ICI - INFRA-ESTRUTURA, CAPACITAÇÃO E INTERVENÇÃO".		R\$ 4.250.000,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio		008299/07-88	18	23/3/2007	26/3/2007	26/3/2009	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PROJETO SALA VERDE UFSC.	28/3/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 134/2005		030441/05-10	19	29/12/2006	29/12/2006	31/1/2007	ALTERAR AS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONVÊNIO 134/2005.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		009150/07-16	20	4/4/2007	4/4/2007	4/4/2009	PROJETO: "CONSTRUÇÃO DE ÁREA FÍSICA NA UFSC PARA ABRIGAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DO GÁS NATURAL".		R\$ 1.500.000,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	2º T. Aditivo ao Conv.. MOT C 001/05		000115/05-70	21	29/3/2007	29/3/2007	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS.		R\$ 2.211.496,41			FEESC	82895327/0001-33	
1	2º T. Aditivo ao Conv. 065/2003		015636/03-60	22	20/3/2007	20/3/2007	20/3/2009	PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONVÊNIO "LEFIS".	28/3/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 020/ANTT/2005		000657/06-23	23	19/3/2007	19/3/2007	23/6/2008	DETALHAMENTO DAS DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2007.		R\$ 809.458,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Protocolo de Cooperação			24	7/3/2007	7/3/2007	7/3/2012	INCENTIVAR O INTERCÂMBIO TÉCNICO, CIENTÍFICO ...		R\$ 0,00					
1	Termo de Cooperação Acadêmica		010920/07-73	25	5/3/2007	24/4/2007	24/2/2009	ESTABELECER E REGULAMENTAR UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA ENTRE A UFSC E A UDESC NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E INTERESSES COMUNS.		R\$ 0,00					
1	1º T. Aditivo ao Conv. 025/2007		010920/07-73	26	5/3/2007	24/4/2007	24/2/2009	EXECUÇÃO DO PROJETO:"ESTUDO DESCRITIVO DE TRAUMAS NÃO INTENCIONAIS PROVENIENTES DE AMBIENTE DOMÉSTICO REGISTRADOS NA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC, ATRAVÉS DA ALUNA DA UDESC FABIOLA DOIN VIEIRA VASCONCELOS".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		010999/07-32	27	1/2/2007	1/2/2007	1/5/2007	PROJETO: "CURSO DE ACÚSTICA BÁSICA".		R\$ 7.500,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Adesão		010922/07-62	28				PROJETO: "BIOTECNOLOGIAS INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA MACIEIRA - GENOMALUS".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		012165/07-61	29	16/4/2007	16/4/2007	28/2/2011	IMPLANTAÇÃO DE UMA TURMA ESPECIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU" - DOUTORADO EM ENFERMAGEM".		R\$ 107.354,00			UFPA	94621748/0001-23	
1	Termo de Convênio		011513/07-83	30	1/9/2006	1/9/2006	31/8/2007	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE E CONTROLE DE CORROSÃO EM PALHETAS DE TURBINAS A VAPOR".		R\$ 23.840,00			FEESC	82895327/0001-33	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		SIAFI/SIASG				Início	Término								
1	Termo de Convênio		011520/07-85	31	1/3/2007	1/3/2007	1/3/2008	PROJETO: "CARACTERIZAÇÃO DE TRANSFORMADORES E ANÁLISE DE TRANSITÓRIOS".		R\$ 121.700,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		011863/07-40	32	7/5/2007	7/5/2007	7/5/2009	PROJETO:"AÇÕES INTEGRADAS PARA O CONTROLE DE ENFERMIDADES".	14/5/2007	R\$ 1.499.553,20			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio		012395/07-21	33	1/4/2007	1/4/2007	31/7/2009	PESQUISA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PLANTIO DIRETO.		R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 108/2005		022912/05-16	34	17/4/2007	1/9/2005	1/9/2007	INDICAR A CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA ECONÔMICA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA DAR CONTINUIDADE À DESPESA.		R\$ 159.379,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio		013351/07-18	35	7/3/2007	18/4/2007	14/12/2007	OPORTUNIZAR AVALIAÇÃO E ESTUDO INTERDISCIPLINAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA FAIXA DE 07 A 14 ANOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM MATRICULADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (NÚCLEO DESENVOLVER DO HU).	18/4/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		013975/07-35	36	10/5/2007	10/5/2007	1/3/2009	CONSULTORIA TÉCNICA PARA ADAPTAÇÃO DE UNIDADE ELETRÔNICA DE REFRIGERAÇÃO PARA USO EM PROJETO CIENTÍFICO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.	11/5/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. Nº 094/2006		016675/06-27	37	18/4/2007	8/12/2006	30/6/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO ORIGINAL Nº 094/2006.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		016895/07-31	38	30/4/2007	30/4/2007	31/12/2007	PERMITIR A EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ALUNA CARLA TORTELLI BRASCHER DA UNISUL COM O PROJETO: "COMPARAÇÃO DOS CRITÉRIOS PREDITIVOS DE DESMAME COM O SUCESSO DA VENTILAÇÃO MECÂNICA INVASIVA".	1/8/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		016879/07-49	39	30/4/2007	30/4/2007	31/12/2007	PERMITIR A EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ALUNA VIVIANE CARVALHO DE SOUZA DA UNISUL COM O PROJETO: "VENTILAÇÃO NÃO-INVASIVA NA FALHA PRECOCE DA EXTUBAÇÃO".	1/8/2007	R\$ 0,00					
	1º T. Aditivo ao Conv. 5031/2002-8		006162/02-84	40				PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS DOZE MESES AO CONV. 017/2002.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		018220/07-27	41	14/8/2007	14/8/2007	14/8/2010	PROJETO: "ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS EM TORRES DE ALTA TENSÃO PARA MONITORAMENTO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS".	15/8/2007	R\$ 2.386.737,48			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio		018832/07-10	42	18/10/2007	12/10/2007	12/10/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA AUTOMOTIVA".	6/11/2007	R\$ 389.375,00			FEESC	82895327/0001-33	
	Termo de Convênio		018945/07-15	43				COLOCAR PESSOAL DO QUADRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À DISPOSIÇÃO DO HU/UFSC.		R\$ 0,00					
	Termo de Convênio			44				IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL.		R\$ 0,00					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra-partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		SIAT/IASG				Início	Término								
1	Termo de Convênio	591222	020311/07-22	45	17/4/2007	17/4/2007	17/4/2010	PROJETO: "FISCALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIÁRIA E A APURAÇÃO DE ACIDENTES GRAVES NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO".		R\$ 4.126.988,00			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio	592361	020553/07-16	46	14/6/2007			PROJETO: "IDENTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE PESAGEM EM MOVIMENTO".		R\$ 3.493.849,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio		021093/07-43	47	6/6/2007	6/6/2007	6/12/2009	PROJETO: "SIMULAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE PETRÓLEO PELO MÉTODO EBFVM COM SOLVER MULTIGRID-SIMREP".		R\$ 1.312.583,19			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		023773/07-00	48	18/4/2007	18/4/2007	18/4/2009	PROJETO: "CARTERIA DE PROJETOS - INOTÉXIL".		R\$ 449.449,50			IEL-SC	83843912/0001-52	
1	Termo de Convênio		024602/07-90	49	4/9/2007	4/9/2007	4/9/2011	EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA.	5/9/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		024597/07-15	50	18/6/2007	2/7/2007	2/7/2009	FORNECIMENTO DO POLÍMERO POLIHIDROXIBUTIRATO PARA UTILIZAÇÃI EM PROJETO DE PESQUISA.	2/7/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		024375/07-01	51	1/3/2007	1/3/2007	1/3/2009	PROJETO: "TESTES LABORATORIAIS DE COMPRESSÃO TRIAXIAL DE ENROCAMENTO EM AMOSTRAS DE GRANDES DIMENSÕES".		R\$ 284.465,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Acordo de Cooperação Técnica			52	30/6/2006	30/6/2006	30/6/2011	ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSO ENTRE A UFSC E O MEC VISANDO A INSERÇÃO NO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB (POLO MUNICIPAL).		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		026055/07-87	53	31/5/2007	31/5/2008	31/8/2008	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL E TRATAMENTO TÉRMICO PARA ROLOS DE MOINHOS DE CARVÃO".		R\$ 50.900,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		026181/07-31	54	9/10/2007	9/10/2007	9/10/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS DA PERDIGÃO - FASE II".		R\$ 946.780,60			FEESC	82895327/0001-33	
1	2º T. Aditivo ao Conv. 8862/2005-5	593950	002100/06-27	55	11/12/2006	11/12/2006	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 31/12/2007 PARA O CONV. Nº 006/2006.		R\$ 8.000,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio - CVN 001/2007		027545/07-09	56	27/6/2007	27/6/2007	27/6/2008	CESSÃO DO DIREITO DE VEICULAR O PROGRAMA "JUSTIÇA DO TRABALHO NA TV", SEM ÔNUS PARA A TV UFSC.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio - CVN 011/2007		027546/07-45	57	27/6/2007	27/6/2007	27/6/2008	CESSÃO DO DIREITO DE VEICULAR O PROGRAMA "JUSTIÇA EM MOVIMENTO", SEM ÔNUS PARA A TV UFSC.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		028069/07-35	58	20/7/2007	20/7/2007	31/12/2010	REGULAR O APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS CURSADAS PELOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UERJ E VICE-VERSA.	13/8/2007	R\$ 0,00					
1	Adendo 04 ao Termo Aditivo Nº001/2005		010753/05-07	59	15/6/2007	21/6/2006	21/6/2011	SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS E CESSÃO DEFINITIVA DE EQUIPAMENTOS. PROJETO: ALGORÍTMOS PID SELF - TUNING E AUTO TUNING".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		029472/07-81	60	18/9/2007	18/9/2007	18/9/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE FORNOS DE COCÇÃO DE BISCOITO UTILIZANDO A TECNOLOGIA DE TUBOS DE CALOR".		R\$ 892.707,87			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		029473/07-26	61	24/8/2007	24/8/2007	24/8/2009	PROJETO: "SENSOR ÓPTICO DIFRATIVO PARA MEDIÇÃO DE TENSÕES MECÂNICAS E RESIDUAIS".		R\$ 630.204,00			FEESC	82895327/0001-33	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
						Início	Término								
1	Termo de Convênio	592353	029476/07-60	62	4/5/2007	7/5/2007	31/12/2007	PROJETO: "CONFECCÃO DE ANAIS DA IV JORNADA DE DEBATES MÍDIA E IMAGINÁRIO INFANTIL E I SEMINÁRIO DE PESQUISA EM MÍDIA-EDUCAÇÃO".		R\$ 2.200,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio			63				IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM PESCA - PROEJA.		R\$ 0,00					
1	1º T. Aditivo ao Conv. DOP.NAJL.05.29881		033222/05-84	64				PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 24 MESES AO CONV. 150/2005 (UFSC).		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		029781/07-51	65	15/6/2007	1/6/2007	30/6/2008	DISPONIBILIZAR O LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA DO TRABALHO E ERGONOMIA (PSITRAB) PARA O HGCR.	7/8/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		030640/07-81	66				CESSÃO DE USO DA ILHA DE ANHATOMIRIM.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		030639/07-57	67				CESSÃO DE USO DA ILHA DE RATONES GRANDE.		R\$ 0,00					
1	Protocolo de Cooperação			68	5/6/2007	5/6/2007	5/6/2012	IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		031867/07-44	69				ELABORAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE PROJETOS URBANOS PARA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC COM A COLABORAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA GRADUAÇÃO DO CAU/UNESC.		R\$ 24.102,50			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Cooperação			70	29/6/2007	29/6/2007	29/6/2012	PARCERIA COM A UFSC.		R\$ 0,00					
1	Protocolo de Cooperação			71	30/5/2007	30/5/2007	30/5/2011	COOPERAÇÃO TECNICO-CULTURAL-CIENTÍFICA E DE EXTENSÃO.		R\$ 0,00					
1	1º Termo Aditivo ao Conv. 099/2005		015177/05-86	72	8/7/2007	8/7/2007	9/8/2010	INCLUIR NO CONVÊNIO ORIGINAL O USO E GUARDA DOS BENS ADQUIRIDOS PELA UFSC PARA USO NA UNIVIMA (CAIXAS DE SOM).		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		032864/07-28	73	1/8/2007	1/8/2007	1/8/2012	CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE ISFRAMEWORK, ISIBI E ISKMM PARA O PROGRAMA DE ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO.	2/8/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		032898/07-12	74				INCENTIVO DE INTERCÂMBIO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC PROPORCIONANDO A MOBILIDADE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL E PORTUGAL.		R\$ 84.487,26					
1	Termo de Convênio		033420/07-18	75	8/11/2007	8/11/2007	8/11/2012	ESTÍMULO A PESQUISA NA ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO ATRAVES DO PAGAMENTO DE BOLSAS DE PESQUISA PARA ALUNOS DE MESTRADO E DOUTORADO.	8/11/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		033419/07-85	76	9/8/2007	9/8/2007	9/8/2012	CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE ISPG E ISCURRECULUM.	9/8/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		033418/07-31	77	9/8/2007	9/8/2007	9/8/2012	APOIAR O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE PESQUISADORES	9/8/2007	R\$ 0,00					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		Início				Término									
1	Termo de Convênio		034272/07-41	78	13/9/2007	13/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ANALÍTICA DO LABORATÓRIO DE BIOMARCADORES DE CONTAMINAÇÃO AQUÁTICA E IMUNOQUÍMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS AVANÇADAS NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, CCB, UFSC".		R\$ 562.977,78			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		034409/07-67	79				COOPERAÇÃO TECNICO-CIENTIFICA ENTRE A ASSEMBLÉIA, A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A UFSC.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		035025/07-61	80	9/11/2007	9/11/2007	9/5/2008	REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.		R\$ 199.000,00			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio nº5726/2007-6	593588	036099/07-15	81	4/5/2007	4/5/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "II SEMANA DE FONOAUDIOLOGIA DO HU/UFSC".		R\$ 12.000,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio Nº10763/2007-8	593459	036098/07-71	82	10/8/2007	10/8/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "SEMINÁRIO ECONOMIA E SOCIEDADE: NOVAS INTERFACES".		R\$ 3.500,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	Termo de Convênio Nº 10762/2007-0	593453	036097/07-26	83	10/8/2007	10/8/2007	31/12/2007	APOIO AO EVENTO "XV ENCONTRO CATARINENSE DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA - ECENPE".		R\$ 6.000,00			UFSC	83899526/0001-82	
1	2º T. Aditivo ao Conv. 060/2006		006014/06-93	84	26/11/2007	21/6/2006	21/6/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	29/11/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 078/2006		009654/06-55	85	10/8/2007	10/9/2007	20/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	2/10/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 079/2006		009657/06-99	86	28/9/2007	28/9/2007	5/4/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	2/10/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 066/2006		006368/06-38	87	2/10/2007	2/10/2007	8/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	9/10/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 065/2006		006369/06-82	88	5/11/2007	31/3/2007	31/3/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	8/11/2007	R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 059/2006		006013/06-49	89	6/9/2007	6/9/2007	30/5/2011	ALTERAR A CLÁUSULA QUINTA DO CONVÊNIO ORIGINAL.	16/10/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		037324/07-31	90				PROJETO: "PRODUÇÃO DE OSTRAS TRIPLÓIDES DA ESPÉCIE CRASSOSTREA GIGAS".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		037645/07-35	91	20/7/2007	20/7/2007	20/7/2012	OFERECIMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUAS BRASULEIRAS DE SINAIS E DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - BACHARELADO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA.		R\$ 16.000,00			UNICAMP		
1	Termo de Convênio		037193/07-91	92	30/10/2007	30/10/2007	30/10/2011	UNIÃO DE ESFORÇOS ENTRE A SSP/SC, PMSC E A UFSC PARA IMPLEMENTAR AÇÕES NO SENTIDO DE AMPLIAR O PATRULHAMENTO MARÍTMO AMBIENTAL DAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA.	30/10/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		037872/07-61	93				UTILIZAÇÃO DE CADÁVERES NÃO RECLAMADOS PARA FINS DE ENSINO E PESQUISA DE CARÁTER CIENTÍFICO.		R\$ 0,00					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
						Início	Término								
1	Termo de Convênio		038355/07-17	94	23/5/2007	23/5/2007	23/5/2012	SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE À DISPOSIÇÃO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC.	24/5/2007	R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio Nº 023/07		039077/07-15	95				PROJETO: "CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA GENÉTICA E O DESEMPENHO ZOOTÉCNICO DE DIFERENTES POPULAÇÕES OREOCHROMIS NILOTICUS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE UMA LINHAGEM".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		039205/07-12	96				PROJETO:"FILTROS ATIVOS SHUNT TRIFÁSICOS PARA INSTALAÇÕES DE MÉDIA POTÊNCIA A TRÊS E QUATRO FIOS".		R\$ 1.643.336,11					
1	1º T. Aditivo ao Conv. 01.04.0495.00		008573/04-76	97				PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 28/01/2008.		R\$ 0,00					
1	2º T. Aditivo ao Conv. 01.04.0495.00		008573/04-76	98				SUBSTITUIÇÃO DE CO-EXECUTOR (USP PELO CEFET/SC).		R\$ 0,00					
1	1º T. Aditivo ao Conv. 148/2005		032563/05-32	99	10/8/2007	1/10/2005	31/12/2007	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATÉ 31/12/2007.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio Nº 020/07		039512/07-01	100	3/9/2007	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "SENSOR ÓPTICO DIFRATIVO PARA MEDIÇÃO DE TENSÕES MECÂNICAS E RESIDUAIS".		R\$ 476.080,50			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio Nº 026/07		039510/07-12	101	3/9/2007	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE TECNICAS PARA SÍNTESE DE PARAFUSOS E PLACAS BIOABSORVÍVEIS, BIODEGRADÁVEIS, RADIOPACAS E COLORIDAS".		R\$ 623.645,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio nº 024/07		039905/07-15	102	3/9/2007	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "PLATAFORMA INTEGRADA PARA GERÊNCIA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES AUTOMATIZADOS".		R\$ 356.466,76			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		040502/07-19	103				OFERECIMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA".		R\$ 16.000,00					
1	Termo de Convênio Nº 021/07		040609/07-59	104	3/9/2007	3/9/2007	3/9/2009	PROJETO: "TERMODERMATOSCOPIA NO AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PELE".		R\$ 725.825,00			FEESC	82895327/0001-33	
1	Termo de Convênio		040830/07-15	105				REALIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" EM DIREITO PÚBLICO, COM FOCO NO DIREITO TRIBUTÁRIO".		R\$ 250.000,00					
1	Termo de Convênio Nº 022/07		040831/07-51	106				PROJETO: "DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS PARA A CONSTRUÇÃO COM BASE EM MATERIAIS CERÂMICOS".		R\$ 775.720,00					
1	Termo de Convênio	594469	040721/07-90	107				APOIO A PARTICIPAÇÃO DO DOUTORANDO LEANDRO LOSS A EVENTO NO EXTERIOR.		R\$ 3.200,00					
1	Termo de Convênio		042614/07-04	108				PROJETO: "FILTROS ATIVOS SHUNT PARA INSTALAÇÕES DE MÉDIA POTÊNCIA A TRÊS E QUATRO FIOS".		R\$ 1.679.847,31					
1	Termo de Convênio		042443/07-13	109				PROJETO: "CONFORTO DE CABINE".		R\$ 8.010.697,77					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		Início				Término									
1	1º T. Aditivo ao Conv. ECV-194/2006		028714/06-39	110	27/10/2007	27/10/2007	27/7/2010	ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA - CRONOGRAMA FÍSICO; E CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio			111				REALIZAÇÃO DO VI ENCONTRO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		046414/07-12	112	14/9/2007	14/9/2007	14/9/2009	PROJETO: "MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DA UFSC".		R\$ 2.890.071,00			FAPEU	83476911/0001-17	
1	1º T. Aditivo ao Conv. 158/2005		035632/05-60	113	31/10/2007	1/11/2005	30/1/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 27 MESES A CONTAR DA DATA DO INÍCIO DO CONVÊNIO ORIGINAL (CONV. Nº158/2005).		R\$ 0,00					
1	1º T. Aditivo ao Conv. 102/2007		021921/06-62	114	6/11/2007	6/11/2006	13/7/2011	ALTERAR A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONVÊNIO ORIGINAL VISANDO DISCIPLINAR O USO E A GUARDA DOS BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS PELA UFSC.	19/11/2007	R\$ 0,00					
1	Termo Aditivo ao Conv. Nº 045/2007		020311/07-22	115				ADEQUAR O PLANO DE TRABALHO COM VISTA À REDISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ALOCADOS.		R\$ 4.126.988,00					
1	Termo de Cooperação		048872/07-96	116				COOPERAÇÃO TECNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		048941/07-61	117				GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA DE CONFLITOS RELACIONADOS À APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL E O CONSEQUENTE FORTALECIMENTO DA CIDADANIA AMBIENTAL EM TODOS OS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ZONA COSTEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		048983/07-01	118				ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO INFORMATIZADA PARA A ESCOLHA DE SEU REITOR E VICE-REITOR PARA A GESTÃO 2008/2012.		R\$ 3.572,00					
1	Termo de Convênio		049264/07-07	119	7/11/2007	7/11/2007	8/11/2008	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA A AUTOMAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COLETADAS POR PAINÉIS FOTOVOLTAÍCOS.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		050191/07-98	120				PROJETO: "AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AMBIENTAL HUMANO EM PROCESSOS PRODUTIVOS".		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		050334/07-61	121				DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "TEST AUTOMATION" COM BASE NA LEI DA INFORMÁTICA.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		050745/07-57	122	30/11/2007	30/11/2007	30/11/2012	DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL, BASEADO NA REVITALIZAÇÃO DAS MÁQUINAS CAÇANIQUEIS APREENDIDAS.		R\$ 0,00					
1	Termo de Convênio		051464/07-11	123				LICENÇA DE USO DE SOFTWARE NÃO EXCLUSIVO E GRATUITO.		R\$ 0,00					
1	T. Aditivo ao Conv. PRH-ANP/MCT - 09-G		027657/03-28	124				SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS AO CONV. Nº 137/2003.		R\$ 867.900,00					
1	T. Aditivo ao Conv. Nº 065/2001		004015/01-99	125				SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS.		R\$ 601.200,00					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

T i p o	Descrição	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos					Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido / Exercício	Contra- partida	Beneficiário		Situação da Avença (Alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N)
			Nº do Processo	Nº do Termo	Data da Assinatura	Vigência							Razão Social	CNPJ	
		Início				Término									
1	Termo de Convênio		053557/07-81	126	20/11/2007		31/12/2008	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA		R\$ 120.000,00			FAPESC	01682869/0001-26	
1	Termo de Convênio		054213/07-99	127				PROJETO: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE MARCADORES BIOLÓGICOS E DIAGNÓSTICOS EM TRIPANOSOMAS TÍDEOS PATOGÊNICOS ATRAVES DE GENÔMICA E PROTEÔMICAS COMPARATIVAS.		R\$ 1.223.866,00			FAPEU	83476911/0001-17	
1	Termo de Convênio		054875/07-69	128				DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE COM PROBLEMAS, ATRAVES DO ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL		R\$ 0,00					
1	1º Termo Aditivo ao Conv. 179/2006		049090/06-93	129		6/12/2007	24/11/2008	PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 MESES							
1	Termo de Convênio		055869/07-29	130				PROJETO: SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA - IMPLEMENTAÇÃO		R\$ 1.532.710,46			FEESC	82895327/0001-33	

Siglas	
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FAPESC	Fundação de Apóio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FEESC	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
IEL-SC	Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina
UNICAMP	Universidade de Campinas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPA	Universidade Federal do Pará

Legenda	
	Protocolo de Cooperação (não é aberto processo)
	Procuradoria Forneceu Parecer Negativo
	Proposta de Convênio Não Concluída
	Processo Cancelado
	Processo Não Concluído

2007

A nexos

LEI Nº 3.849 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1960

Federalista a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - A Universidade do Rio Grande do Norte, a que se refere o decreto nº 45.116, de 23 de dezembro de 1958, passa a integrar o Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior, incluída na Categoria do item I do art. 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2º - É criada a Universidade de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, e integrada no Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior, incluída na Categoria do item I do art. 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 3º - As Universidades referidas nos artigos anteriores terão personalidade jurídica e gozarão de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da Lei.

Art. 4º - A Universidade do Rio Grande do Norte compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Medicina de Natal (Decreto nº 42.923, de 30 de dezembro de 1957);
- b) Faculdade de Farmácia de Natal (Lei nº 3.727, de 24 de fevereiro de 1960);
- c) Faculdade de Odontologia de Natal (Lei nº 3.727, de 24 de fevereiro de 1960);
- d) Faculdade de Direito de Natal (Decreto nº 43.142, de 3 de fevereiro de 1958);
- e) Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Norte (Decreto nº 47.438, de 15 de dezembro de 1959).

§ 1º - As Faculdades e Escola mencionadas neste artigo passam a denominar-se: Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito e Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Norte.

§ 2º - O Poder Executivo promoverá, dentro do prazo de três anos, a criação ou agregação à Universidade do Rio Grande do Norte, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 5º - A Universidade de Santa Catarina compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a. Faculdade de Direito de Santa Catarina (Lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1956),
- b. Faculdade de Medicina de Santa Catarina (Decreto nº 47.531, de 29 de dezembro de 1959, retificado pelo Decreto nº 47.932, de 15 de março de 1960);
- c. Faculdade de Farmácia de Santa Catarina (Decreto nº 30.234, de 4 de dezembro de 1951);
- d. Faculdade de Odontologia de Santa Catarina (Decreto nº 30.234, de 4 de dezembro de 1951);
- e. Faculdade Catarinense de Filosofia (Decreto nº 46.266, de 26 de junho de 1959, e Decreto nº 7.672, de 19 de janeiro de 1960);
- f. Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina (Decreto nº 47.994, de 28 de setembro de 1955);
- g. Escola de Engenharia Industrial (modalidade: Química, Mecânica e Metalurgia);
- h. Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada (Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958);

Parágrafo único. As Faculdades e escolas mencionadas neste artigo passam a denominar-se: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia Industrial da Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade de Serviço Social.

Art. 6º - A Agregação de curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de oferecer favorável do Conselho Universitário e de liberação do Governo, na forma da Lei, e assim a desagregação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Art. 7º - O patrimônio das Universidades referidas nesta Lei, será formado pelos:

- a. bens moveis, imóveis e instalações ora utilizados pelos estabelecimentos nelas integrados, exceto a agregação e que lhes serão transferidos nos termos desta Lei;
- b. bens e direitos, que adquirir ou que lhes sejam transferidos na forma de Lei;
- c. legados e doações legalmente aceitos
- d. saldos da receita própria e de recursos orçamentários outros, que lhes forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação dos saldos referidos na alínea deste artigo, depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em instalações ou pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art 8º -- Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das doações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União; das rendas patrimoniais; da receita de taxas escolares; de retribuição de atividades remuneradas de laboratórios; de doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa constarão do orçamento de cada Universidade; e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigado a todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil S. A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Art. 9º - Independentemente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da União, mediante escritura publica, todos os bens moveis e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades e Escolas referidas nesta Lei, exceto a agregada.

Parágrafo único. Para a transferência dos bens mencionados neste artigo, é assegurado o prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual será havido como revogado disposto nesta Lei em relação ao estabelecimento que desatender.

Art. 10 – É assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico dos estabelecimentos aludidos nos arts. 4º 2º 5º, em quadro extraordinário, a ser aprovado pelo Poder Executivo, não podendo os respectivos salários exceder aos das atividades correspondentes no serviço publico federal.

§ 1º - Os professores das Faculdades e Escolas, referidos nesta Lei, não admitidos em caráter efetivo na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto neste artigo, a administração das Faculdades e Escolas apresentarão à Diretoria do Ensino Superior a relação, acompanhada de currículo, de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 3º - Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta Lei, depois e a contar da data da ultima das escrituras públicas referida no artigo 9º.

§ 4º - Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos que forem instalados em qualquer Faculdade ou Escola integrante das Universidades mencionadas nesta Lei, só poderão ser contratados docentes livres ou professores catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 11 - Para execução do que determinam as arts. 1º e 2º, desta Lei, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura -- Diretoria do Ensino Superior, - dois cargos de Reitor, padrão 2 C, duas funções gratificadas de Secretário, 3-F, e duas de Chefe de Portaria, 15-F, para as Reitorias.

Art. 12 - Para execução do disposto nos arts. 1º e 4º, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior, 33 cargos de Professor Catedrático (FN-URN-DESU), para a Faculdade de Medicina, 12 cargos de professor Catedrático (FF-URN-DESU) para a Faculdade de Farmácia; 14 cargos de professor Catedrático (FO-URN-DESU) para a Faculdade de Odontologia; 22 cargos de Professor Catedrático (FD-URN-DESU) para a Faculdade de Direito; 25 cargos de Professor Catedrático (EE-URN-DESU) para a Escola de Engenharia; e uma função gratificada de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Diretor, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria para cada uma das referidas Faculdades e Escola.

Art. 13 - Para execução do disposto nos arts. 2º e 5º, são criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura -- Diretoria do Ensino Superior, 22 cargos de Professor Catedrático (FM-UDC-DESU) para a Faculdade de Medicina; 12 cargos de Professor Catedrático (FF-USC-DESU) para o Faculdade de Farmácia; 31 cargos de Professor Catedrático (FFI-USC-DESU) para a Faculdade de Filosofia; 12 cargos de Professor Catedrático (FO-USC-DESU) para a Faculdade de Odontologia; 23 cargos de Professor Catedrático (FCE-USC-DESU) para a Faculdade de Ciências Econômicas; 26 cargos de Professor Catedrático (EEI-USC-DESU) para a Escola de Engenharia Industrial; e uma função gratificada de Diretor, 5-C, uma de Secretário, 3-F, e uma de Chefe de Portaria, 20-F, para cada Faculdade e Escola.

Art. 14 – As nomeações e admissões de pessoal para as escolas de engenharia mencionadas nos arts. 12 e 13, se farão à medida da progressão dos cursos.

Art. 15 - Os cargos de Professor Catedrático nas Faculdades de Medicina das Universidades objeto desta Lei, serão progressivamente reduzidas a 18 à medida que se forem vagando por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista, no Regimento da Escola, o qual deverá ser aprovado dentro de 60 dias após a instalação da Universidade.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo será aplicado às cadeiras vagas na data da publicação desta Lei as quais não deverão ser providas em, caráter efetivo, até o aprovação do Regimento.

Art. 16 - Para cumprimento das disposições desta Lei, é autorizado a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 194.200.000,00 (cento e noventa e quatro milhões e duzentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 86.240.000,00 (oitenta e seis milhões, duzentos e Quarenta mil cruzeiros) para a Universidade do Rio Grande do Norte, assim distribuídos: Cr\$ 51.444.000,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 28.752.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário; Cr\$ 5.544.000,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil cruzeiros), para funções gratificadas; e Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para instalação da Reitoria; e de Cr\$ 117.960.000,00 (cento e dezessete milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros) para a Universidade de Santa Catarina, assim distribuído; Cr\$ 71.604.000,00 (setenta e um milhões, seiscentos e quatro mil cruzeiros), para Pessoal Permanente; Cr\$ 28.320.000,00 (vinte e oito milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros), para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário; Cr\$ 7.536.000,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzeiros, para funções gratificadas; Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para instalação da Reitoria; e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para equipamento e instalação da Escola de Engenharia Industrial).

Art. 17 - O provimento efetivo dos cargos de Professor Catedrático, criados pelos arts. 12 e 13, se fará por meio de concurso, de títulos e de provas, realizado em estabelecimento congênere federal, designado em cada pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais dentro de três anos do primeiro provimento interino, e até que a Congregação disponha de número legal para a realização desses atos.

Art. 18 – O Estatuto da Universidade do Rio Grande do Norte e o da Universidade de Santa Catarina, que obedecerão a orientação dos das Universidades Federais, serão expedidos pelo poder Executivo, dentro de 120 (cento e vinte) dias da data de publicação desta Lei.

Art. 19 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Dezembro de 1960. 139º, da Independência e 72º da República.

JUCELINO KUBITSCHEK Clovis Salgado

(Publicada no “Diário Oficial da União”, de 21 de Dezembro de 1960).

DECRETO Nº 64.824 – DE 15 DE JULHO DE 1969

Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina

O Presidente da República, usando atribuição que lhe confere no item II do artigo 83, da Constituição, na forma do disposto no artigo 5º, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e tendo em vista o que consta do Processo nº CFE 488-69, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina, que com este baixa, assinado pelo Ministro do Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

**ESTATUTO
DA
UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA**

**TÍTULO I
DA UNIVERSIDADE E DOS SEUS FINS**

**TÍTULO II
DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA**

- Capítulo I
PRINCÍPIOS GERAIS
- Capítulo II
DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS
- Capítulo III
DAS SUBUNIDADES UNIVERSITÁRIAS
- Capítulo IV
DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

**TÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

- Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS
- Capítulo II
DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
 - Seção I
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
 - Seção II
DAS CÂMARAS
 - Seção III
DO CONSELHO DE CURADORES
- Capítulo III
DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS CENTRAIS
 - Seção I
DA REITORIA
 - Seção II
DA VICE-REITORIA
 - Seção III
DAS PRÓ-REITORIAS
 - Seção IV
DISPOSIÇÕES COMUNS
- Capítulo IV
DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SETORIAIS
 - Seção I
DO CONSELHO DA UNIDADE
 - Seção II
DOS DEPARTAMENTOS
- Capítulo V
DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS SETORIAIS
 - Seção I
DA DIRETORIA DAS UNIDADES
 - Seção II
DAS CHEFIAS DE DEPARTAMENTOS

**TÍTULO IV
DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Capítulo I
DO REGIME DIDÁTICO
Capítulo II
DOS CURSOS 24
Capítulo III
DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS
Capítulo IV
DAS DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

TÍTULO V DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Capítulo I
DOS DOCENTES INTEGRANTES DA CARREIRA
Capítulo II
DOS DOCENTES NÃO INTEGRANTES DA CARREIRA
Capítulo III
DO CORPO DISCENTE
Capítulo IV
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO DA UNIVERSIDADE

Capítulo I
DO PATRIMÔNIO
Capítulo II
DOS RECURSOS

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

O presente Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 03 de novembro de 1978 - Resolução nº 065/78, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, através da portaria nº 56 de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer do nº 779/CFE/81).

Alterado pelas Resoluções nºs 030, 031, 032, 040, 053 de 1980; 018 029 e 038 de 1981; 059 de 1983; 039, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 082 e 109 de 1986; 009 e 013-A de 1987; 078 de 1988; 045 de 1989; 052 de 1990; 043 de 1991; 081, 082, 095 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994; 011 e 026 de 1995 e 032 de 1996; 04 de 1997 e 021 de 2002 e 012 de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ESTATUTO

**TÍTULO I
DA UNIVERSIDADE E DOS SEUS FINS**

Art. 1º A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960 - Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar, reger-se-á pela legislação federal que lhe for pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Art. 3º A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

Art. 4º A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

**TÍTULO II
DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA
CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 5º A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 6º A Universidade estruturar-se-á em Departamentos, coordenados por Unidades.

§ 1º Para os efeitos da Lei e deste Estatuto, as Unidades Universitárias serão os Centros, sendo esta denominação privativa dos referidos órgãos.

§ 2º O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, envolvidos em cada curso ou projeto, desenvolver-se-ão sob a responsabilidade dos Departamentos de um mesmo ou de diferentes Centros, responsáveis pelos respectivos campos de estudos.

Art. 7º A criação de novos Centros ou Departamentos dependerá sempre da amplitude do campo de conhecimentos abrangidos e dos recursos materiais e humanos que devam efetivamente serem utilizados em seu funcionamento, observando o disposto no art. 5º deste Estatuto.

CAPÍTULO II DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 8º As Unidades Universitárias agruparão o ensino e a pesquisa básica, congregando áreas fundamentais de conhecimento humano. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04)**

Parágrafo único. A Universidade manterá, junto à Unidade Universitária vinculada à área da educação, um Colégio de Aplicação e um Núcleo de Desenvolvimento Infantil, abrangendo níveis de ensino que permitam experimentações, inovações pedagógicas e estágios para os cursos da área educacional. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Art. 9º As Unidades Universitárias receberão a denominação de Centros quando tratadas de *per se* e constarão de relação anexa ao Regimento Geral. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04)**

CAPÍTULO III DAS SUBUNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 10. Os Departamentos, como Subunidades Universitárias, constituem a menor fração dos Centros, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, bem como de distribuição de pessoal.

§ 1º Os Departamentos desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de suas áreas específicas.

§ 2º Para que possa ser implantado, o Departamento deverá ter:

I - no mínimo 15 (quinze) docentes;

II - disponibilidade de instalações e equipamentos.

§ 3º Os Departamentos que integram as diversas Unidades Universitárias constam da relação anexa ao Regimento Geral.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Para melhor desempenho de suas atividades, a Universidade disporá, além das Unidades Universitárias referidas no Capítulo II deste Título, de Órgãos Suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante.

§ 1º Nos Órgãos Suplementares não haverá lotação de pessoal docente.

§ 2º Para fins de ensino, pesquisa e extensão, os Órgãos Suplementares estarão a serviço da Universidade, na forma discriminada pelo Regimento da Reitoria, o qual disciplinará também a sua forma de administração.

Art. 12. Os Órgãos Suplementares, cuja relação constará sob a forma de anexo no Regimento Geral, estarão diretamente subordinados ao Reitor. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04)**

Parágrafo único. O Reitor poderá atribuir ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores a subordinação dos Órgãos Suplementares.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

Art. 14. A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de: **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04)**

- I - Órgãos Deliberativos Centrais:
 - a) Conselho Universitário;
 - b) Câmara de Ensino de Graduação;
 - c) Câmara de Pós-Graduação;
 - d) Câmara de Pesquisa;
 - e) Câmara de Extensão;
 - f) Conselho de Curadores.
- II - Órgãos Executivos Centrais:
 - a) Reitoria;
 - b) Vice-Reitoria;
 - c) Pró-Reitorias.

Art. 15. A administração em nível de Unidades efetivar-se-á por intermédio de:

- I - Órgãos Deliberativos Setoriais:
 - a) Conselhos das Unidades;
 - b) Departamentos.
- II - Órgãos Executivos Setoriais:
 - a) Diretoria de Unidades;
 - b) Chefia de Departamentos.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

SEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 16. O Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição, compõe-se:

- I - do Reitor, como Presidente;
- II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III - dos Pró-Reitores das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão;
- IV - dos Diretores das Unidades Universitárias;
- V - de 3 (três) representantes da Câmara de Ensino de Graduação;
- VI - de 3 (três) representantes da Câmara de Pós-Graduação;
- VII - de 3 (três) representantes da Câmara de Pesquisa;
- VIII - de 3 (três) representantes da Câmara de Extensão;
- IX - de 1 (um) Professor representante de cada Unidade Universitária, eleito pelos seus pares, através de eleições diretas, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- X - de 1 (um) Professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC, eleito pelos seus pares, através de eleições diretas, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- XI - de 6 (seis) representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleitos pelos seus pares, através de eleições diretas, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- XII - de 6 (seis) representantes do Corpo Discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução;
- XIII - de 6 (seis) representantes da Comunidade Externa, sendo 3 (três) indicados, respectivamente, pelas Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, de 2 (dois) indicados pelas Federações dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina e de 1 (um) indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os representantes mencionados nos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos e vacância.

Art. 17. Compete ao Conselho Universitário:

- I - exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- II - julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando argüida a infringência à Lei;
- III - reformar o presente Estatuto por 3/5 (três quintos) do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;
- IV - aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao *quorum* do inciso anterior;
- V - elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;
- VI - aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;
- VII - aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VIII - apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;
- IX - normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;
- X - apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;
- XI - emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;
- XII - apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não-cumprimento de legislação;
- XIII - decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na forma da legislação;
- XIV - deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação desse;
- XV - propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por 3/5 (três quintos) dos seus membros, a destituição do Reitor e/ou Vice-Reitor;
- XVI - decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;
- XVII - aprovar o Calendário Escolar;
- XIII - apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;
- XIX - deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;
- XX - deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

SEÇÃO II DAS CÂMARAS

Art. 18. A Câmara de Ensino de Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, compõe-se:

- I - do Pró-Reitor de Ensino de Graduação, como Presidente;
- II - de 1/3 (um terço) dos Coordenadores de Curso de Graduação de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como 1 (um) representante, com um mínimo de um representante por Unidade;
- III - de representantes discentes dos Cursos de Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não discentes da Câmara.

Parágrafo único. Juntamente com os representantes titulares deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Art. 19. Compete à Câmara de Ensino de Graduação:

- I - aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;
- II - propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;
- III - aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;
- IV - atuar como instância recursal na área de graduação, quando for argüida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

V - elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
VI - aprovar as normas referentes ao Processo Seletivo;
VII - estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;
VIII - propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

IX - manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos a sua área de atuação;

X - eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Art. 20. A Câmara de Pós-Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, compõe-se:

I - do Pró-Reitor de Pós-Graduação, como Presidente; (**Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04**).

II - de 1/3 (um terço) dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como 1 (um) representante, com um mínimo de um representante por Unidade;

III - de representantes discentes dos Cursos de Pós-Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não-discentes da Câmara.

Art. 21. Compete a Câmara de Pós-Graduação:

I. propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;

II. aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, observada a legislação vigente;

III. atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for argüida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

IV. elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

V. propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

VI. estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;

VII. manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos a sua área de atuação;

VIII. eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Art. 22. A Câmara de Pesquisa, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, compõe-se:

I. do Pró-Reitor de Pesquisa, como Presidente; (**Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04**)

II. de 1 (um) representante dos pesquisadores de cada Unidade, que possua título de doutor há pelo menos 5 (cinco) anos;

III. de representantes discentes, bolsistas de pesquisa dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não-discentes da Câmara.

Art. 23. Compete a Câmara de Pesquisa:

I. propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;

II. atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for argüida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

III. elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;

IV. propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V. estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;

VI. manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VII. eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Art. 24. A Câmara de Extensão, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, compõe-se:

I. do Pró-Reitor de Cultura e Extensão, como Presidente;

II. de 1 (um) representante docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão;

III. de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não-discentes da Câmara.

Art. 25. Compete a Câmara de Extensão:

- I. propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;
- II. atuar como instância recursal na área de extensão, quando for argüida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- III. elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- IV. propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- V. estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;
- VI. manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VII. eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

SEÇÃO III DO CONSELHO DE CURADORES

Art. 26. O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, compõe-se:

- I. de 4 (quatro) membros da carreira do magistério, escolhidos pelo Conselho Universitário, que não o integram, observada a natureza especializada nas matérias de competência do órgão e, sempre que possível, o sistema de rodízio entre as diversas Unidades;
- II. de 1 (um) representante dos empregadores e de 1 (um) representante dos empregados, indicados em sistema de rodízio pelas respectivas Federações Sindicais que tenham sede em Santa Catarina;
- III. de 1 (um) representante indicado pelo Ministério da Educação, mediante solicitação do Reitor;
- IV. de 1 (um) representante do Corpo Discente;
- V. de 1 (um) representante dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina, eleito por seus pares em eleição direta e secreta.

§ 1º O Presidente do Conselho de Curadores será eleito por seus pares, dentre os representantes a que se refere o inciso I, por maioria de votos e terá mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por idêntico período.

§ 2º Será de 2 (dois) anos o mandato dos representantes referidos nos incisos I, II, III e V e de 1 (um) ano, o do representante referido no inciso IV, admitindo-se, em todos os casos, uma recondução ou reeleição por período idêntico ao primeiro.

§ 3º Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar a representação estudantil no Conselho de Curadores, obedecidas as normas deste Estatuto e Regimento Geral.

Art. 27. São atribuições do Conselho de Curadores:

- I. aprovar as normas de seu funcionamento;
- II. acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;
- III. aprovar a prestação de contas anual da Universidade;
- IV. aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;
- V. aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;
- VI. fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;
- VII. aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;
- VIII. aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;
- IX. aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;
- X. deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;
- XI. emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

Art. 28. O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assuntos de sua competência.

**CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS CENTRAIS**

**SEÇÃO I
DA REITORIA**

Art. 29. A Reitoria será exercida pelo Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 30. São atribuições do Reitor:

- I. representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
 - II. convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, também, o voto de qualidade;
 - III. promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração da proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;
 - IV. conferir graus e assinar diplomas relativos aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
 - V. administrar as finanças da Universidade, de conformidade com o orçamento;
 - VI. praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;
 - VII. firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais, depois de aprovados pelos órgãos competentes;
 - VIII. exercer o poder disciplinar na jurisdição da Universidade;
 - IX. dar posse aos Diretores das Unidades;
 - X. propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de Órgãos Suplementares;
 - XI. submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;
 - XII. vetar deliberações dos Conselhos Universitário, de Curadores e das Câmaras;
 - XIII. delegar competência como instrumento de descentralização administrativa;
 - XIV. baixar Resoluções e Portarias decorrentes das decisões dos Conselhos Universitário e de Curadores;
 - XV. apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade relativas ao ano anterior;
 - XVI. conceder o título de Livre-Docente aos candidatos devidamente habilitados;
 - XVII. decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, *ad referendum* do Conselho Universitário;
 - XVIII. intervir nos Departamentos, *ad referendum* do Conselho Universitário, nomeando Chefe *pro tempore*, sempre que motivos de interesse da Universidade justificarem tal procedimento;
- § 1º Efetivada a intervenção, na forma autorizada pelo inciso XVIII, no prazo de 10 (dez) dias será convocado o Conselho Universitário para apreciar o ato, podendo rejeitá-lo por 3/5 (três quintos) de seus membros.

§ 2º Cessados os motivos que justificaram a medida, o Reitor poderá suspender a intervenção.

XIX. convocar, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais Câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;

XX. exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

Art. 31. Para o melhor desempenho de suas atividades, o Reitor poderá constituir assessorias especiais.

Art. 32. Das decisões do Reitor caberá recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 33. O veto do Reitor às deliberações dos órgãos mencionados no inciso XII do artigo 22, deverá ser exercido até 10 (dez) dias após a sessão respectiva.

§ 1º Vetada a deliberação do Conselho Universitário, este será convocado pelo Reitor, para, dentro de 10 (dez) dias, tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 2º Quando se tratar de veto a deliberações do Conselho de Curadores ou das Câmaras, o Reitor comunicará aos respectivos Presidentes, para que os convoquem, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 3º A rejeição do veto por 3/5 (três quintos) dos membros do respectivo Conselho importará na aprovação definitiva da deliberação.

§ 4º Não cabe veto às decisões do Conselho de Curadores, contrárias à aprovação de prestação de contas.

Art. 34. O Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

SEÇÃO II DA VICE-REITORIA

Art. 35. A Vice-Reitoria será exercida pelo Vice-Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 36. O Vice-Reitor, além das atribuições estatutárias e regimentais, será o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos.

§ 1º O Vice-Reitor terá atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas.

§ 2º O Vice-Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

SEÇÃO III DAS PRÓ-REITORIAS

Art. 37. Haverá, na Universidade, para auxiliar o Reitor no exercício de suas tarefas executivas, 7 (sete) Pró-Reitorias, observadas as áreas de atuação afetas às atividades-fim e às atividades meio. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Parágrafo Único. A relação das Pró-Reitorias constará em forma de anexo do Regimento Geral, e as suas atribuições serão definidas no Regimento da Reitoria. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Art. 38. A nomeação dos Pró-Reitores competirá ao Reitor, e será homologada pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único. As Pró-Reitorias vinculadas às atividades-fim da Universidade terão os seus titulares escolhidos dentre os integrantes da carreira do magistério superior, facultando-se, no caso das Pró-Reitorias afetas às atividades-meio, a escolha de seus titulares dentre os servidores que integram o corpo técnico-administrativo. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Art. 39. Os Pró-Reitores, quando integrantes do Corpo Docente, ficarão desobrigados de suas atividades didáticas e exercerão seus cargos em regime de tempo integral e, facultativamente, de dedicação exclusiva.

Art. 40. Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos Pró-Reitores, para tal fim especialmente designado.

Art. 41. O Reitor delegará aos Pró-Reitores atribuições concernentes às respectivas áreas de atuação, cabendo a estes, ainda, aquelas definidas neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos dos Órgãos de Administração Superior da Universidade.

SEÇÃO IV DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 42. No caso de vacância dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a abertura da vaga e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados serão de 4 (quatro) anos.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SETORIAIS

SEÇÃO I DO CONSELHO DA UNIDADE

Art. 43. O Conselho da Unidade é o órgão máximo deliberativo e consultivo da administração das Unidades Universitárias.

Art. 44. Das decisões do Conselho da Unidade caberá recurso às Câmaras respectivas, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 45. O Conselho da Unidade é composto:

- I. do Diretor da Unidade, como Presidente;
- II. do Vice-Diretor da Unidade, como Vice-Presidente;
- III. dos Chefes dos Departamentos vinculados à Unidade;
- IV. dos Coordenadores de Cursos de Graduação vinculados à Unidade;
- V. dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação vinculados à Unidade;
- VI. de representantes do Corpo Discente, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não-discentes deste Conselho, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução;
- VII. de representante dos Servidores Técnico-Administrativos, lotados na respectiva Unidade, eleito por seus pares em eleição direta, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- VIII. dos representantes da Unidade nas Câmaras de Pesquisa e de Extensão;
- IX. dos representantes da Unidade no Conselho Universitário.

§ 1º Os representantes mencionados nos incisos VI e VII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas suas faltas, impedimentos e vacância.

§ 2º É facultada a inclusão de outros membros nos Conselhos de Unidades, de acordo com critérios definidos nos Regimentos das respectivas Unidades.

Art. 46. Compete ao Conselho da Unidade:

- I. desempenhar as atribuições estabelecidas em lei e as que forem definidas no Regimento Geral da Universidade e no Regimento da Unidade;
- II. opinar sobre a destituição de Chefe ou Subchefe de Departamento.

Parágrafo único. O exercício da competência estabelecida no inciso II deste artigo dependerá de representação, devidamente justificada, que, encaminhada através do Diretor da Unidade ao Reitor, será por este submetida à decisão do Conselho Universitário.

SEÇÃO II DOS DEPARTAMENTOS

Art. 47. O Departamento, como menor fração de Unidade Universitária, será organizado na forma prevista no art. 10 deste Estatuto.

§ 1º Ao Departamento compete elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes nele lotados e praticar todos os atos que lhe são inerentes.

§ 2º O conjunto de disciplinas afins, que não reúna o número de docentes necessários à formação de um Departamento, deverá ser distribuído, respeitado o critério de afinidade, entre os já existentes.

§ 3º A representação estudantil no Departamento será determinada pelo Regimento da Unidade.

§ 4º Os Regimentos das Unidades Universitárias disporão sobre a competência e normas de funcionamento dos Departamentos.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS SETORIAIS

SEÇÃO I

DA DIRETORIA DAS UNIDADES

Art. 48. A Diretoria da Unidade será exercida por um Diretor que, como órgão executivo, dirige, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Unidade.

Parágrafo único. Em cada Unidade, haverá um Vice-Diretor que substituirá o Diretor nas suas faltas e impedimentos e ao qual serão delegadas atribuições administrativas de caráter permanente.

Art. 49. O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos, nos termos da legislação vigente, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Em caso de vacância do cargo de Diretor ou Vice-Diretor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a abertura da vaga e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados serão de 4 (quatro) anos.

Art. 50. O Diretor e o Vice-Diretor exercerão suas funções, obrigatoriamente, em regime de dedicação exclusiva, podendo ambos eximir-se do exercício do magistério, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens.

SEÇÃO II DAS CHEFIAS DE DEPARTAMENTOS

Art. 51. Cada Departamento terá um Chefe e um Subchefe eleitos pelos membros do Colegiado do Departamento, através do voto direto e secreto, dentre os professores adjuntos e titulares, integrantes da carreira do magistério, com mais de 2 (dois) anos na UFSC, designados pelo Reitor para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 1º As eleições deverão ser realizadas, pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos dirigentes referidos neste artigo, e serão convocadas pelo Diretor da Unidade.

§ 2º O resultado das eleições, de que trata este artigo, será comunicado ao Reitor, pelo Diretor da Unidade, no máximo, até 10 (dez) dias após o pleito.

§ 3º As atribuições do Chefe e do Subchefe constarão do Regimento Geral.

§ 4º As Chefias de Departamentos serão exercidas por Professores com regime de dedicação exclusiva e, facultativamente, de tempo integral.

TÍTULO IV DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAPÍTULO I DO REGIME DIDÁTICO

Art. 52. O acesso aos Cursos de Graduação da Universidade será feito através de Processo Seletivo, cabendo à Câmara de Ensino de Graduação, ouvidas as Unidades Universitárias, fixar o número de vagas para a matrícula inicial nos diversos cursos.

§ 1º O Processo Seletivo será unificado e obedecerá às normas gerais fixadas pelo Regimento Geral e complementares estabelecidas pelo Conselho Universitário.

§ 2º Os candidatos classificados no Processo Seletivo deverão matricular-se no conjunto de disciplinas que compõem o primeiro período do currículo do curso.

Art. 53. A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 54. A matrícula nos Cursos de Pós-Graduação será regulamentada pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 55. O Conselho Universitário e as Câmaras fixarão as normas complementares sobre a forma de execução dos currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, a verificação do rendimento escolar e os critérios para transferência de alunos, inclusive de países estrangeiros, obedecida a legislação federal pertinente.

CAPÍTULO II DOS CURSOS

Art. 56. A Universidade oferecerá, entre outras, as seguintes modalidades de Cursos:

- I. de Graduação;
- II. de Pós-Graduação;
- III. de especialização e aperfeiçoamento;
- IV. de atualização;
- V. de extensão;
- VI. seqüenciais.

Art. 57. Na organização dos Cursos de Graduação serão observadas as seguintes normas fundamentais:

- I. matrícula por disciplina e/ou bloco de disciplinas;
- II. coordenação curricular por meio de pré-requisitos, quando didaticamente recomendável;
- III. controle e integralização curricular através de carga horária semestral.

Art. 58. Os Cursos de Graduação serão vinculados às Unidades com que tenham maior afinidades e terão por objetivo proporcionar formação de nível superior, de natureza acadêmica ou profissional, que habilite à obtenção de grau universitário e serão abertos à matrícula de candidatos que hajam obtido certificado de 2º Grau e que tenham sido classificados no Processo Seletivo.

Art. 59. Os Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* serão vinculados às Unidades com que tenham maior afinidades e terão por finalidade desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos Cursos de Graduação e conduzirão aos graus de mestre e de doutor.

Art. 60. Os Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, promovidos pela Universidade em nível de pós-graduação, terão por objetivo desenvolver e aprofundar setores limitados de conhecimento ou técnicas correspondentes a Cursos de Graduação e melhorar os conhecimentos já adquiridos, respectivamente.

Art. 61. Os Cursos de Atualização terão por objetivo renovar os conhecimentos adquiridos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na linha da educação permanente, podendo ser abertos a estudantes e graduados.

Art. 62. Os Cursos de Extensão terão por objetivo difundir a cultura, conhecimentos e técnicas de trabalho à Comunidade.

Art. 63. A freqüência de docentes e alunos aos cursos ministrados pela Universidade obedecerá às disposições legais e regulamentares e às normas especiais baixadas pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS

Art. 64. Cada Curso de Graduação e Pós-Graduação terá um Colegiado responsável pela coordenação didática e a integração de estudos.

§ 1º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados dos Cursos de Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos na forma estabelecida no Regulamento dos Cursos de Graduação.

§ 2º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos de acordo com o seu Regimento.

CAPÍTULO IV DAS DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 65. A Universidade expedirá títulos de “Doutor *Honoris Causa*” e “Professor *Honoris Causa*”, para distinguir profissionais de altos méritos e personalidades eminentes.

§ 1º A Universidade, além das dignidades universitárias citadas, poderá conceder ainda as seguintes:

- I. “Professor Emérito” - a membro de pessoal docente aposentado, pelos altos méritos profissionais ou por relevantes serviços prestados à Instituição;
- II. “Benemérito da Universidade” - a pessoas ou entidades que façam à Universidade doação de alto valor ou a ela prestem serviços considerados de alta e inestimável relevância;
- III. “Mérito Cultural” - a personalidades nacionais ou estrangeiras que se destaquem por relevantes atividades ou trabalhos prestados ao desenvolvimento da cultura em qualquer das suas áreas;
- IV. “Mérito Universitário” - a personalidades nacionais ou estrangeiras, cuja contribuição ao ensino, pesquisa, extensão ou à causa universitária seja considerada de alta valia à coletividade ou à Instituição;
- V. “Mérito Estudantil” - ao estudante da Universidade que obtiver o melhor desempenho no seu Curso.

§ 2º A concessão de quaisquer dignidades universitárias, exceto a de “Mérito Estudantil”, se fará mediante proposta do Reitor ao Conselho Universitário, devidamente instruída com o *curriculum vitae* da personalidade a ser agraciada, ou da relevância dos serviços prestados quando se tratar de entidades, dependendo de aprovação em votação secreta, de 3/5 (três quintos) de seus membros.

§ 3º As dignidades universitárias serão concretizadas em diplomas e medalhas a serem entregues à personalidade ou entidade homenageada, em sessão solene presidida pelo Reitor e realizada na Universidade.

§ 4º A de “Mérito Estudantil”, concedida segundo normas do Conselho Universitário, constará de certificado e medalha, também entregues na sessão solene de colação de grau do formando.

Art. 66. Aos estudantes que venham a concluir Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação, a Universidade outorgará os graus a que tenham direito e expedirá os correspondentes diplomas e certificados, que serão assinados pelo Reitor.

Art. 67. Aos que concluírem Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, a Universidade expedirá os correspondentes certificados, assinados pelo Coordenador, pelo Chefe do Departamento predominante em cada Curso e pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação.

Parágrafo único. Os certificados dos Cursos de Atualização e Extensão serão assinados pelos respectivos Coordenadores e pelo Pró-Reitor de Cultura e Extensão.

Art. 68. A Universidade promoverá a revalidação de diplomas estrangeiros, bem como a validação de estudos ou seu aproveitamento de um para outro Curso, quando idêntico ou semelhante.

Parágrafo único. A revalidação de diplomas e validação ou aproveitamento de estudos, assim como as adaptações em caso de transferência, far-se-ão de acordo com os critérios fixados pelos respectivas Câmaras, obedecida a legislação pertinente.

TÍTULO V DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Art. 69. A Comunidade Universitária é constituída pelos Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos.

CAPÍTULO I DOS DOCENTES INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 70. O Corpo Docente da Universidade será integrado por todos quantos exerçam, em nível superior, atividades de magistério, assim compreendidas como:

- I. as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação, ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão de saber;
- II. as que estendam à Comunidade, sob a forma de Cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;
- III. as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na UFSC ou em órgão do Ministério da Educação.

Parágrafo único. São privativas dos integrantes da carreira do magistério superior as funções de administração universitária afetas à atividades-fim, facultando-se, quanto às atividades-meio, a escolha dentre os servidores do corpo técnico-administrativo. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Art. 71. Constituem o Corpo Docente da UFSC os integrantes da carreira do magistério e os professores visitantes.

Art. 72. A carreira do magistério será integrada pelas seguintes classes:

- I. Professor Titular;
- II. Professor Adjunto;
- III. Professor Assistente;
- IV. Professor Auxiliar.

Parágrafo único. Cada classe, exceto a do Titular, compreenderá 4 (quatro) referências, numeradas de 1 a 4.

Art. 73. Os cargos do pessoal docente não se vinculam a campos específicos de conhecimento.

Art. 74. O provimento dos cargos integrantes da carreira do magistério far-se-á de acordo com a lei e as normas fixadas pelo Regimento Geral.

Art. 75. O regime de trabalho do pessoal docente será fixado em função das horas semanais de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva.

Parágrafo único. Incluem-se nas horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes, as atividades previstas nos incisos I e II do art. 62, de acordo com os planos dos Departamentos, assim como as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na Universidade ou em órgãos do Ministério da Educação.

CAPÍTULO II DOS DOCENTES NÃO INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 76. A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na conformidade da legislação pertinente.

Parágrafo único. O Professor Visitante será pessoa de renome, admitido de acordo com normas específicas fixadas pelo Conselho Universitário, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa.

CAPÍTULO III DO CORPO DISCENTE

Art. 77. O Corpo Discente da Universidade é constituído pelos alunos regularmente matriculados em seus diferentes Cursos.

Art. 78. Os alunos da Universidade distribuir-se-ão pelas categorias de regulares e não regulares.

§ 1º Alunos regulares são os que se matricularem em Curso de Graduação e Pós-Graduação, com observância dos requisitos necessários à obtenção dos correspondentes diplomas.

§ 2º Alunos não regulares são os que se matricularem em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros mantidos pela Universidade.

§ 3º Consideram-se também regulares os alunos matriculados nos Cursos de Ensino Fundamental, Técnico e Médio, mantidos pela Universidade.

Art. 79. Aos estudantes carentes de recursos financeiros será concedida isenção de taxas de matrícula, mediante a devida comprovação de carência.

Parágrafo único. Observada a legislação vigente, a Universidade poderá conceder bolsas aos estudantes de graduação, podendo exigir, em contrapartida, a prestação de serviços à Universidade, de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

Art. 80. As funções de monitor serão exercidas por alunos de Cursos de Graduação e Pós-Graduação que se submeterem a provas específicas e nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina, na forma do Regimento Geral.

Parágrafo único. O exercício das funções de monitor implica a concessão de bolsa de estudo, conforme disciplinar a Reitoria, não constituindo vínculo empregatício, mas valendo como título para posterior ingresso no Corpo Docente da Universidade.

Art. 81. O Diretório Central dos Estudantes será o órgão que congregará os membros do Corpo Discente da Universidade.

Parágrafo único. Os Centros ou Diretórios Acadêmicos são as entidades representativas dos estudantes de nível superior da UFSC.

CAPÍTULO IV DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 82. O Corpo Técnico-Administrativo compreende o pessoal ocupante de cargos de nível superior, nível médio e de nível de apoio.

Art. 83. As atribuições inerentes aos cargos técnico-administrativos são as estabelecidas no respectivo Plano de Cargos e Salários, previsto na legislação pertinente.

Parágrafo único. Caberá ao Reitor determinar a lotação do pessoal técnico-administrativo para atender as necessidades dos serviços e garantir o funcionamento da Universidade.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO DA UNIVERSIDADE

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

Art. 84. O patrimônio é constituído:

- I. pelos bens móveis, imóveis, instalações, títulos e direitos da Universidade;
- II. pelos bens e direitos que lhe forem incorporados em virtude da Lei, ou que a Universidade aceitar oriundos de doações ou legados;
- III. pelos bens e direitos que a Universidade adquirir;
- IV. pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- V. pelos bens relacionados na Lei nº 7.664, de 20 de janeiro de 1961, e no Decreto 2.297, de 26 de janeiro de 1961, do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial respectivo, em 30 de janeiro de 1961.

Art. 85. Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para realização de seus objetivos.

Parágrafo único. A Universidade poderá, entretanto, fazer investimentos visando à valorização patrimonial e à obtenção de renda aplicáveis à realização daqueles objetivos, ouvido o Conselho de Curadores.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS

Art. 86 - Os recursos da Universidade serão provenientes de:

- I. dotações que, a qualquer título, lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;
- II. doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- III. rendas de aplicação de bens e valores;
- IV. retribuição de atividades remuneradas;
- V. taxas e emolumentos;
- VI. rendas eventuais.

Art. 87. A Universidade poderá receber doações ou legados, com ou sem encargos, inclusive para a ampliação de instalações ou custeio de determinados serviços.

§ 1º A Universidade somente poderá receber legados ou doações com encargos, desde que estejam compreendidos dentro de suas finalidades, e possam ser cobertos financeiramente pelos bens recebidos ou por recursos do orçamento.

§ 2º Os processos que tratam de doações e legados deverão ser apreciados pelos setores envolvidos e aprovados pelo Conselho de Curadores.

§ 3º A critério do Reitor, os processos poderão ser submetidos à homologação do Conselho Universitário.

Art. 88. O exercício financeiro da Universidade coincide com o ano civil.

Art. 89. A proposta orçamentária da Universidade compreenderá a receita e a despesa e, depois de aprovada pelo Conselho de Curadores, será remetida aos órgãos competentes.

Art. 90. De acordo com o valor das dotações globais que o orçamento geral da União consignar para a manutenção da Universidade, a Reitoria promoverá a organização do orçamento analítico que deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 91. É vedada a retenção de renda para qualquer aplicação por parte das Unidades, devendo o produto de toda a arrecadação ser recolhido à conta única do Tesouro Nacional e escriturado na receita geral.

Art. 92. A escrituração da receita, despesa e patrimônio será centralizada na Reitoria.

Art. 93. A comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados os depósitos em espécie em estabelecimentos de créditos oficiais federais, consoante determinações, cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 94. O Regimento Geral e o das Unidades Universitárias disporão sobre o regime disciplinar a que ficarão sujeitos os Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo.

Art. 95. No início de cada ano, em prazo fixado pelo Regimento Geral, o Diretor de cada Unidade apresentará ao Reitor relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no ano anterior, com sugestões para sua melhoria no exercício em curso.

Art. 96. O Conselho Universitário, por 3/5 (três quintos) de seus membros, poderá conceder agregação a estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado de Santa Catarina, legalmente reconhecidos, que atuem em setores de estudos, sem equivalentes na Universidade, observadas as seguintes prescrições:

I. a agregação será feita por convênio, a requerimento da parte interessada, com objetivos de colaboração em atividades de ensino, pesquisa e extensão, não implicando, necessariamente, em ônus financeiro para a Universidade;

II. o estabelecimento conservará a sua denominação, à qual será acrescida a condição de agregado à Universidade;

III. poderá ser rescindida a agregação, por iniciativa da Universidade ou da entidade mantenedora do estabelecimento agregado, dependendo, na primeira hipótese, da aprovação do Conselho Universitário, pela maioria de votos de seus membros.

Parágrafo único. Serão mantidos os convênios de agregação em vigor na data da aprovação do presente Estatuto.

Art. 97. Não se aplica aos atuais Departamentos o disposto no art. 10, § 2º, inciso I deste Estatuto.

Art. 98. As resoluções decorrentes de deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que não contrariem disposições do presente Estatuto permanecem em vigor. **(Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/04).**

Art. 99. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo órgão competente do MEC.

Art. 100. Revogam-se as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REGIMENTO GERAL

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º - O presente Regimento Geral disciplina as atividades comuns aos vários órgãos integrantes da estrutura e da administração da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), nos planos didático, científico, administrativo e disciplinar.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Órgãos Deliberativos e Executivos Centrais e Setoriais, as Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares terão Regimento próprio, respeitadas as disposições constantes da legislação federal aplicável, do Estatuto e deste Regimento Geral.

**TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS CENTRAIS E SETORIAIS
CAPÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 2º - Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento Geral, os Órgãos Colegiados da Universidade funcionarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 3º - As reuniões dos Órgãos Deliberativos serão convocadas por escrito pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou atendendo a pedido de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deve ser tratado, salvo se for considerado secreto, a juízo do Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido e a indicação de pauta, omitida quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no início da reunião.

Art. 4º - O comparecimento às reuniões dos Órgãos Deliberativos é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa ou extensão na Universidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas do Colegiado, ou tiver sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária.

Art. 5º - Na falta ou impedimento do Presidente ou de seu substituto legal, a Presidência será exercida:

- I. no Conselho Universitário, pelo Pró-Reitor mais antigo no magistério da Universidade ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso;
- II. nos demais Órgãos Colegiados, pelo membro mais antigo no magistério da Universidade, observado o disposto no item anterior, no caso de igualdade de condições.

§ 1º - Na ausência simultânea dos Pró-Reitores mencionados no item I deste artigo, observar-se-á o disposto no item II.

§ 2º - Sempre que esteja presente à reunião de qualquer Colegiado da Universidade, o Reitor assumirá a presidência dos trabalhos.

Art. 6º - As reuniões compreenderão uma parte de expediente, destinada à discussão e aprovação da ata e a comunicações, e outra, à ordem do dia, na qual serão considerados os assuntos da pauta.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

§ 1º - Mediante consulta ao plenário, por iniciativa própria ou a requerimento, poderá o Presidente inverter a ordem dos trabalhos ou suspender a parte de comunicações, bem como dar preferência ou atribuir urgência a determinados assuntos, dentre os constantes da pauta.

§ 2º - O regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião.

Art. 7º - Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação, procedendo-se, em ambas, de acordo com a praxe seguida na condução dos trabalhos dos Órgãos Deliberativos.

Art. 8º - As decisões dos Órgãos Deliberativos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvadas as disposições em contrário.

§ 1º - A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida nem esteja expressamente prevista.

§ 2º - Além do voto comum, terão os Presidentes dos Órgãos Deliberativos, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§ 3º - Excetuada a hipótese do parágrafo anterior, os membros dos Colegiados terão direito apenas a 1 (um) voto nas deliberações, mesmo quando a eles pertençam sob dupla condição.

§ 4º - Nenhum membro de Órgão Deliberativo poderá votar nas deliberações que, diretamente, digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3º grau.

§ 5º - Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos Órgãos Deliberativos poderá recusar-se a votar.

Art. 9º - De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo Secretário, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo Presidente e demais membros presentes.

Art. 10 - Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações de secretaria, as decisões dos Órgãos Deliberativos terão a forma de resoluções baixadas pelos seus Presidentes.

Art. 11 - O Reitor poderá vetar resoluções dos Órgãos Deliberativos Centrais, na forma estabelecida no artigo 29 do Estatuto.

Art. 12 - Haverá uma Secretaria para cada um dos Órgãos Deliberativos Centrais, com atribuições definidas nos respectivos Regimentos.

CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES

Art. 13 - As eleições serão anunciadas e convocadas, nos Órgãos Deliberativos Centrais, pelo Reitor e, nos de âmbito das Unidades, pelo Diretor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital.

§ 1º - Todas as eleições serão feitas por escrutínio secreto.

§ 2º - Nas eleições para organização de listas de nomes, cada eleitor votará nos nomes necessários para a sua composição, mediante votação uninominal.

§ 3º - Só integrarão listas aqueles que declararem expressamente que, se escolhidos, aceitarão a investidura.

§ 4º - Será considerado eleito ou indicado, em cada escrutínio, para compor a lista, o candidato que obtiver maioria simples de votos dos membros do Colegiado presentes à reunião.

§ 5º - Serão realizados tantos escrutínios sucessivos quantos forem necessários ao atendimento do disposto no parágrafo anterior, dos quais participarão apenas os 2 (dois) candidatos mais votados, respeitadas as condições de desempate estabelecidas no art. 19 deste Regimento.

§ 6º - As listas de nomes, em ordem alfabética, serão encaminhadas às autoridades competentes pelo menos 30 (trinta) dias antes de extinto o mandato do titular em exercício, ou, em caso de morte, renúncia ou aposentadoria, dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes à vaga.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

§ 7º - As eleições dos representantes dos Servidores Técnico-Administrativos serão anunciadas e convocadas, através de edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, pelo Reitor, para os Conselhos Universitário e de Curadores e pelo Diretor da Unidade respectiva, para o Conselho da Unidade.

Art. 14 - A apuração das eleições far-se-á por uma comissão escrutinadora, composta de 3 (três) membros, indicados na oportunidade pelo Presidente da reunião.

Art. 15 - Das reuniões destinadas à realização de eleições ou organização de listas, lavrar-se-ão atas sucintas, assinadas pelos presentes, com a indicação individualizada dos resultados obtidos.

Art. 16 - Dos resultados registrados nas atas, que serão divulgados logo após a reunião, caberá recurso, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob estrita arguição de ilegalidade, para o Órgão Deliberativo imediatamente superior, na forma do disposto neste Regimento Geral.

Art. 17 - Não serão admitidos votos cumulativos nem por procuração.

Art. 18 - Nas eleições de representantes em Órgãos Deliberativos, juntamente com os titulares serão eleitos seus suplentes com mandato ao deles vinculado.

Art. 19 - Nas eleições de que participarem, como candidatos, elementos do Corpo Docente da Universidade, sempre que houver empate, considerar-se-á eleito o mais antigo no exercício do magistério na Universidade e, no caso de persistir o empate, o mais idoso.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 20 - Das decisões caberá pedido de reconsideração à própria autoridade ou Órgão, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior, na forma seguinte:

- I. do Chefe do Departamento ao Departamento;
- II. do Presidente do Colegiado de Curso ao Colegiado de Curso;
- III. do Departamento e do Colegiado do Curso ao Conselho da Unidade;
- IV. do Diretor da Unidade ao Conselho da Unidade;
- V. do Conselho da Unidade às Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão, conforme a natureza da matéria, de processos originários do referido Conselho;
- VI. das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, e de Extensão ao Conselho Universitário, de processos originários nas referidas Câmaras;
- VII. do Reitor ao Conselho Universitário;
- VIII. do Conselho Universitário ao Conselho Nacional de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos previstos nos incisos V, VI, e VIII somente serão admitidos nos casos de arguição de ilegalidade.

Art. 21 - Será de 10 (dez) dias o prazo para a interposição dos recursos previstos, contado da data da ciência pelo interessado do teor da decisão.

Art. 22 - O recurso será interposto perante a autoridade ou órgão recorrido, que deverá encaminhá-lo à instância superior dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento.

§ 1º - O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se, da execução imediata do ato ou decisão recorridos, puder resultar sua ineficácia, com prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de seu provimento.

§ 2º - A autoridade declarará, para os fins do parágrafo anterior, o efeito com que receberá o recurso.

§ 3º - Esgotado o prazo referido neste artigo, bem como remessa do recurso ao Órgão recorrido, caberá ao interessado o direito de interposição direta.

Art. 23 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Órgãos Colegiados deverão ser convocados, pelo respectivo Presidente, para deliberar sobre o recurso, de modo que não se ultrapasse o prazo deste artigo.

Art. 24 - Julgado o recurso, será o processo devolvido à autoridade ou órgão recorrido para o cumprimento da decisão proferida.

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS
E EXECUTIVOS SETORIAIS
SEÇÃO I
DO CONSELHO DA UNIDADE

Art. 25 - Compete ao Conselho da Unidade:

- I. estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e de extensão da Unidade;
- II. exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Unidade;
- III. conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza técnica, administrativa e funcional;
- IV. elaborar o Regimento da Unidade ou suas modificações e submetê-lo ao Conselho Universitário;
- V. emitir parecer sobre a criação e supressão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- VI. normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente a escolha do Diretor e do Vice-Diretor da Unidade;
- VII. julgar sobre atos e procedimentos de membros do magistério, propondo, quando for o caso, ao Órgão Superior, a adoção de medidas punitivas cabíveis;
- VIII. decidir, em primeira instância, sobre penas previstas no Regimento Geral;
- IX. rever, em grau de recurso, as decisões dos Departamentos, Colegiados dos Cursos de Graduação e dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação;
- X. deliberar sobre providências preventivas, corretivas ou supressivas de atos de indisciplina coletiva;
- XI. sugerir ao Conselho Universitário a concessão de dignidades universitárias;
- XII. aprovar o relatório do Diretor da Unidade referente ao ano anterior;
- XIII. aprovar a programação anual dos trabalhos da Unidade;
- XIV. apreciar proposta sobre a criação de novos Departamentos, bem como alteração na constituição dos existentes;
- XV. exercer as demais atribuições conferidas por Lei, Regulamento, Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Unidade.
- XVI.

SEÇÃO II
DO DEPARTAMENTO

Art. 26 - Compete ao Departamento:

- I. elaborar as normas do seu funcionamento, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;
- II. eleger o Chefe e o Subchefe;
- III. aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos;
- IV. aprovar o Plano de Trabalho do Departamento;
- V. ministrar o ensino das disciplinas a ele pertinentes;
- VI. promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão;
- VII. apreciar a relotação, admissão ou afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- VIII. promover e estimular a prestação de serviços à Comunidade, observando a orientação geral do Conselho Universitário;
- IX. orientar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estágios supervisionados dos alunos no âmbito do Departamento, nos diversos níveis de estudos universitários, de acordo com as normas estabelecidas;
- X. examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos Corpos Docente e Discente, encaminhando ao Diretor da Unidade, informados e com parecer, os assuntos cuja solução transcenda suas atribuições;
- XI. deliberar sobre os pedidos de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos para realização de estudos no país e no exterior;
- XII. exercer outras atribuições previstas por Lei, Regulamento, Estatuto e Regimento da Universidade e no seu próprio Regimento.

§ 1º - As decisões do Departamento serão tomadas sempre pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2º deste Regimento. Em caso de urgência e inexistindo *quorum* para o funcionamento, o Chefe do Departamento poderá decidir *ad-referendum* do Departamento, ao qual a decisão será submetida dentro de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Persistindo a inexistência de *quorum* para nova reunião, convocada com a mesma finalidade, será o ato considerado ratificado.

§ 3 - É facultado ao Departamento deliberar através de colegiados especiais, sendo a composição e as atribuições desses colegiados definidas de acordo com critérios estabelecidos no Regimento do Departamento.

SEÇÃO III DA DIREÇÃO DAS UNIDADES

Art. 27 - Compete à Direção da Unidade:

- I. dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade;
- II. convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade;
- III. aprovar a proposta orçamentária da Unidade, com base nas propostas dos Departamentos, encaminhando-a à Reitoria para elaboração do orçamento geral da Universidade;
- IV. apresentar à Reitoria a prestação de contas do movimento financeiro anual;
- V. fiscalizar a execução do regime didático, zelando, junto aos Chefes de Departamentos, pela observância rigorosa dos horários, programas e atividades dos professores e alunos;
- VI. cumprir e fazer cumprir as decisões dos Órgãos Superiores da Universidade e do Conselho da Unidade;
- VII. aprovar a escala de férias proposta pelos Departamentos;
- VIII. propor ou determinar ao órgão competente a abertura de inquéritos administrativos;
- IX. administrar o patrimônio da Unidade;
- X. fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino, no âmbito da Unidade;
- XI. baixar atos normativos próprios, bem como delegar competência, nos limites de suas atribuições;
- XII. propor a lotação do pessoal administrativo nos diversos Departamentos;
- XIII. exercer o poder disciplinar no âmbito da Unidade;
- XIV. convocar as eleições nos Departamentos e para os representantes da Unidade nos Órgãos Colegiados da Administração Superior.
- XV.

SEÇÃO IV DA CHEFIA DE DEPARTAMENTO

Art. 28 - Compete à Chefia de Departamento:

- I. presidir o Colegiado do Departamento;
- II. exercer ou delegar ao Subchefe a Presidência de Colegiado do Curso de Graduação vinculado ao Departamento;
- III. submeter ao Conselho da Unidade as normas de funcionamento do Departamento;
- IV. elaborar o Plano de Aplicação de Recursos;
- V. elaborar o Plano de Trabalho do Departamento, distribuindo entre os membros os encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- VI. submeter ao Departamento os Planos de Atividades das disciplinas elaborados pelos docentes, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;
- VII. propor a relocação, admissão e afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- VIII. superintender as eleições que ocorrerem no Departamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão atribuídas até 40 (quarenta) e até 30 (trinta) horas, ao Chefe e Subchefe de Departamento, respectivamente, que assumir a Presidência de Colegiado de Curso de Graduação.

TÍTULO III DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO CAPÍTULO I DO ENSINO

**SEÇÃO I
DA GRADUAÇÃO**

Art. 29 - O Curso de Graduação é constituído por ciclos integrados de estudos, onde serão agrupadas a formação básica, acadêmica ou profissional.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

Art. 30 - (Revogado).

Art. 31 - A Universidade Federal de Santa Catarina promoverá meios que visem a proporcionar condições de rápido ajustamento dos estudantes que tenham revelado insuficiência, no Concurso Vestibular, aos cursos superiores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão estabelecidas, em Resoluções da Câmara de Ensino de Graduação, as condições que determinem aos candidatos classificados no Concurso Vestibular o ajustamento desejado.

**SEÇÃO II
DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO**

Art. 32 - O currículo pleno será elaborado pelo Colegiado do Curso de Graduação, ouvidos os Departamentos envolvidos e o Conselho da Unidade ao qual o Curso está vinculado e aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 33 - Para todos os efeitos entender-se-á:

- I. por disciplina, o conjunto de estudos e/ou atividades correspondentes a um programa de ensino desenvolvido num período letivo;
- II. por bloco de disciplinas, o conjunto de duas ou mais disciplinas definido pelo Colegiado de Curso;
- III. por pré-requisito, a disciplina, bloco de disciplinas ou carga horária cursada, cujo estudo, com o necessário aproveitamento, é exigido para a matrícula em nova disciplina ou bloco de disciplinas.

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

Art. 34 - Constituem o currículo pleno do curso:

- I. disciplinas desdobradas de matérias do currículo mínimo do curso, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II. disciplinas complementares obrigatórias necessárias à formação profissional do aluno;
- III. disciplinas optativas, de livre escolha do aluno.

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

Art. 35 - Ao conjunto de disciplinas do currículo mínimo, complementares e optativas de cada Curso, dar-se-á a denominação de currículo pleno.

Art. 36 - (Revogado).

Art. 37 - O ensino das disciplinas constantes do currículo de cada Curso será ministrado através de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas pela natureza dos temas e pelo grau de escolaridade e maturidade intelectual dos alunos.

Art. 38 - O Plano de Ensino de cada disciplina será elaborado pelo respectivo professor ou grupo de professores e, depois de submetido ao Departamento, será aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

Art. 39 - Será responsabilizado o professor que, sem justa causa, deixar de cumprir o Plano de Ensino em sua totalidade, sendo obrigação do Departamento assegurar, em qualquer caso, a integralização do ensino de cada disciplina, nos termos do programa e plano correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Verificada a inadequação do Plano de Ensino, caberá ao professor ou ao Departamento propor sua alteração, observado o disposto no artigo anterior.

SEÇÃO III DA PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 40 - Os Cursos de Pós-Graduação serão aprovados e regulamentados pela Câmara de Pós-Graduação, obedecendo o seu funcionamento ao disposto na Lei e neste Regimento Geral.

§ 1º - Para ser iniciado qualquer Curso de Pós-Graduação, o respectivo projeto deverá dar entrada na Câmara de Pós-Graduação, em prazo a ser definido por esta Câmara.

§ 2º - Constarão obrigatoriamente do projeto:

- I. objetivos do curso;
- II. manifestação quanto à utilização de pessoal, equipamentos, instalações e material;
- III. organização e normas de funcionamento do curso;
- IV. estrutura curricular;
- V. relação completa dos professores que lecionarão no Curso, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e indicando para cada um o regime de trabalho a que ficará sujeito, bem como a carga horária semanal que dedicará ao Curso;
- VI. indicação dos recursos financeiros para atender às necessidades do Curso, inclusive no que se refere a bolsas de estudos e remuneração do pessoal docente;
- VII. critérios para preenchimento de vagas;
- VIII. data de início do Curso;
- IX. regulamento específico do Curso.

§ 3º - A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação poderá representar à Câmara de Pós-Graduação, solicitando a suspensão de qualquer Curso de Mestrado ou Doutorado da Universidade, por inobservância das normas constantes deste Regimento Geral e da legislação aplicável.

Art. 41 - Na organização dos Cursos de Pós-Graduação será observado o que segue:

- I. na duração do curso, quanto ao mínimo, os prazos fixados pela legislação federal pertinente e, quanto ao máximo, os previstos no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;
- II. na execução do programa de pós-graduação, além de elaboração de tese, dissertação ou trabalho equivalente, o candidato deverá cumprir determinado número de créditos relativos à sua área de concentração e à do domínio conexo;
- III. por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimentos que constituirá objeto de estudos do candidato e por domínio conexo, o conjunto das disciplinas não pertencentes àquele campo, mas consideradas convenientes ou necessárias para completar sua formação;
- IV. os Cursos deverão oferecer elenco variado de disciplinas, a fim de que o candidato possa exercer opção;
- V. os programas de trabalho caracterizar-se-ão pela flexibilidade, deixando-se liberdade de iniciativa ao candidato, que receberá assistência de um Orientador.

Art. 42 - Para obtenção do grau de Mestre, o regulamento do curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

- I. número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;
- II. apresentação de dissertação ou trabalho equivalente, em que o candidato revele domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização e de pesquisa bibliográfica;
- III. aprovação da dissertação ou trabalho equivalente por comissão de 3 (três) especialistas, após defesa feita pelo candidato, em sessão pública;
- IV. prova de conhecimento de, pelo menos, uma língua estrangeira.

Art. 43 - Para obtenção do grau de Doutor, o Regulamento do Curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

- I. número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;
- II. apresentação de tese que constitua contribuição original e significativa, na respectiva área de conhecimento;
- III. aprovação em defesa de tese por comissão de 5 (cinco) especialistas;
- IV. prova de conhecimento de, pelo menos, 2 (duas) línguas estrangeiras.

§ 1º - Os componentes da comissão serão indicados pelo Colegiado de Curso.

§ 2º - A comissão será constituída com a participação de especialistas estranhos à Universidade.

Art. 44 - Cada candidato ao doutoramento apresentará seu plano de tese para aprovação pelo Colegiado de Curso, onde se fará o respectivo registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhuma tese poderá ser defendida sem o registro do respectivo plano, com antecedência de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 45 - A defesa de tese, dissertação ou trabalho equivalente realizar-se-á em sessão pública.

SEÇÃO IV DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO

Art. 46 - Os Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento destinam-se a graduados em nível superior, mas distinguem-se dos Cursos de Pós-Graduação, por não conferirem grau acadêmico.

Art. 47 - Os Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, orientados pelos princípios básicos da educação permanente, têm como objetivos:

- I. especializar e aperfeiçoar graduados em nível superior;
- II. desenvolver atividade científica no trabalho, bem como aprimorar o conhecimento para o melhor exercício da profissão;
- III. permitir o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art. 48 - Os Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento serão de caráter permanente ou transitório e constituem categoria específica de formação.

Art. 49 - Caberá à Câmara de Pós-Graduação, além de decidir sobre a criação e a forma de Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, aprovar as normas gerais aplicáveis aos mesmos.

Art. 50 - Os Cursos de Atualização, visando renovar conhecimentos adquiridos, serão abertos a estudantes e graduados.

SEÇÃO V DA EXTENSÃO

Art. 51 - Além das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente, levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções com o objetivo de Comunidade.

Art. 52 - A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, estágios e serviços que serão realizados conforme plano e normas específicas.

§ 1º - Os Cursos de Extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, conforme o conteúdo e o sentido que tenham.

§ 2º - Os estágios sob a forma de extensão caracterizam-se pelo desempenho da atividade prática demandada por universitários, no intuito de aplicarem a teoria assimilada em seus respectivos cursos.

§ 3º - Os serviços de extensão serão prestados sob a forma de atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de natureza científica, artística e cultural.

Art. 53 - Os cursos, estágios e serviços de extensão serão planejados e executados por iniciativa da Universidade ou por solicitação do interessado, podendo ou não ser remunerados, conforme as suas características e objetivos.

Art. 54 - Caberá aos Departamentos a elaboração dos projetos de extensão, atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Extensão.

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

SEÇÃO VI DA ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 55 - O Concurso Vestibular, que será unificado para todos os Cursos de Graduação da Universidade, obedecerá as seguintes normas gerais:

- I. a habilitação do candidato se fará por sistema de classificação;
- II. do resultado do Concurso não caberá recurso de qualquer natureza;
- III. os exames serão coordenados por uma comissão, a cargo da qual estará a supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular;
- IV. constitui-se obrigação do professor, convocado para os trabalhos exigidos pelo Concurso Vestibular, cumprir as tarefas a ele cometidas pela comissão de que trata o inciso anterior.

Art. 56 - A Câmara de Ensino de Graduação elaborará as normas para o Concurso Vestibular, com antecedência de 6 (seis) meses da data fixada para a sua realização.

Art. 57 - A Universidade poderá, com autorização da Câmara de Ensino de Graduação e aprovação do Conselho Universitário, celebrar convênio com outras Unidades de Ensino Superior para a realização conjunta do Concurso Vestibular.

Art. 58 - O Concurso Vestibular só terá validade para os períodos letivos expressamente referidos.

Art. 59 - Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a supervisão geral do Concurso Vestibular no âmbito da Universidade, bem como a prática dos atos necessários à sua realização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação elaborar relatório sobre o Concurso Vestibular, até 30 (trinta) dias após o encerramento da matrícula dos candidatos nele classificados.

Art. 60 - Somente poderão ser admitidos a Curso de Pós-Graduação candidatos diplomados em Curso de Graduação e selecionados conforme normas gerais da Instituição e específicas do Curso.

Art. 61 - A admissão aos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros far-se-á de acordo com os planos respectivos.

SEÇÃO VII DA MATRÍCULA

Art. 62 - A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

Art. 63 - (Revogado).

Art. 64 - Será recusada matrícula nos Cursos de Graduação ao aluno que não concluir o Curso de Graduação no prazo máximo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação para integralização do respectivo currículo ou, tratando-se de Curso criado pela Universidade, na forma da legislação vigente, no prazo estabelecido pela Câmara de Ensino de Graduação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será computado, no prazo de integralização do Curso, o período correspondente a trancamento de matrícula, feito na forma regimental.

Art. 65 - Terminado o processo de matrícula dos alunos regulares, as vagas restantes em disciplinas poderão ser ocupadas por interessados - alunos regularmente matriculados nos Cursos da UFSC ou candidatos externos - que as freqüentarão na condição de "aluno especial" de disciplina isolada ou de "aluno-ouvinte", para complementação ou atualização de conhecimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os candidatos às vagas de que trata o *caput* deste artigo serão aceitos conforme políticas estabelecidas em resolução do Conselho competente e procedimentos definidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Art. 66 - A Câmara de Ensino de Graduação fixará o número de vagas para matrícula inicial e baixará normas complementares referentes à matrícula.

SEÇÃO VIII DA TRANSFERÊNCIA E ADAPTAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 67 - A Universidade concederá transferência a alunos regularmente matriculados nos seus cursos para outros estabelecimentos congêneres, mediante simples requerimento.

Art. 68 - A Universidade aceitará a transferência de estudantes, oriundos de outras Instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras, para cursos correspondentes ou afins, sempre que se registrarem vagas, e na época fixada pelo Calendário Acadêmico.

PARÁGRAFO ÚNICO - Consideram-se cursos afins aqueles que se desenvolvem de um tronco comum de matérias e conduzem a uma habilitação profissional incluída na mesma área de conhecimento.

Art. 69 - (Revogado).

Art. 70 - Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por leis especiais, com privilégio de transferência, em qualquer época, independentemente da existência de vagas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando a transferência prevista neste artigo se fizer depois de iniciado o período letivo, e as exigências de freqüência ao estabelecimento de que se transfere o aluno forem inferiores às do Curso da Universidade, prevalecerão, no cômputo de freqüência do período já realizado, as exigências do primeiro.

Art. 71 - Será permitida a transferência de um Curso para outro da Universidade, condicionada à existência de vaga, à época apropriada e às adaptações curriculares necessárias.

PARÁGRAFO ÚNICO - (Revogado).

SEÇÃO IX DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 72 - A verificação do rendimento escolar compreenderá a freqüência e a eficiência nos estudos, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o aluno na disciplina.

Art. 73 - É obrigatória a freqüência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer a 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas e demais trabalhos escolares programados para a integralização da carga horária fixada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderá ser exigida freqüência superior ao disposto neste artigo, de acordo com disposições aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 74 - O aproveitamento nos estudos será verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno frente aos objetivos propostos no Plano de Ensino.

Art. 75 - (Revogado).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Art. 76 - Os alunos do Curso de Graduação em Medicina, que completarem a carga horária necessária para esse fim, passarão a ser regidos pelo Regimento do Internato Hospitalar, aprovado pelo Conselho da Unidade de Ciências da Saúde e homologado pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

Art. 77 - As normas constantes desta seção aplicam-se, no que couber, a todos os Cursos oferecidos pela Universidade.

Art. 78 - (Revogado).

SEÇÃO X DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 79 - A coordenação didática de cada Curso de Graduação e Pós-Graduação ficará a cargo de um Colegiado.

Art. 80 - (Revogado).

Art. 81 - A constituição e atribuições dos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, serão definidas em Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.

SUBSEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 82 - (Revogado).

Art. 83 - (Revogado).

SUBSEÇÃO II DOS COORDENADORES DE CURSO

Art. 84 - (Revogado).

SEÇÃO XI DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 85 - O Calendário Escolar estabelecerá os prazos para a efetivação de todos os atos escolares.

§ 1º - Caberá ao Conselho Universitário a aprovação do Calendário Escolar.

§ 2º - É facultado ao Colegiado de Curso propor ampliação do período letivo de seu respectivo Curso, através de proposta devidamente justificada, obedecido o disposto no art. 53 do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPÍTULO II DA PESQUISA

Art. 86 - A pesquisa deverá articular-se com o ensino, objetivando o cultivo da atividade científica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os projetos de pesquisa tomarão, quando possível, como ponto de partida, os dados das realidades local e nacional, sem, contudo, perder de vista, em contexto mais amplo e universal, as novas descobertas e suas interpretações.

Art. 87 - A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente através de:

- I. concessão de bolsas especiais em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- II. formação de pessoal em Cursos de Pós-Graduação da própria Universidade ou em outras instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;
- III. concessão de auxílio para execução de projetos específicos;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- IV. realização de convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;
- V. intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- VI. divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades;
- VII. promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;
- VIII. concessão de regime especial de trabalho aos docentes que se dedicarem à pesquisa;
- IX. ênfase na captação de recursos para aplicação na pesquisa.

Art. 88 - A elaboração de projetos de pesquisa deverá atender às diretrizes gerais traçadas pela Câmara de Pesquisa.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

Art. 89 - O orçamento analítico da Universidade consignará verbas destinadas à pesquisa, na forma deste título, devendo ser instituído um fundo especial para assegurar e tornar cada vez mais efetivo o exercício dessa função universitária.

Art. 90 - A pesquisa poderá ser executada à conta de terceiros e por qualquer Unidade ou Órgão Suplementar da Universidade.

CAPÍTULO III DOS GRAUS, DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 91 - A Universidade conferirá os seguintes diplomas:

- I. de conclusão de Curso de Graduação;
- II. de Mestre;
- III. de Doutor.

Art. 92 - Ressalvada a hipótese de convênio estabelecido entre o Brasil e outros países, o portador do diploma estrangeiro poderá requerer à Universidade sua revalidação, instruindo o pedido na forma das condições fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

§ 4º - (Revogado).

Art. 93 - A Universidade expedirá os seguintes certificados:

- I. de aprovação em disciplina ou conjunto de disciplinas;
- II. de conclusão do primeiro ciclo de estudos;
- III. de conclusão de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão e outros oferecidos pela Universidade;
- IV. de exercício das funções de monitoria.

Art. 94 - Os diplomas e certificados serão assinados pelas autoridades mencionadas no Capítulo IV, Título IV do Estatuto.

Art. 95 - A solenidade de colação de Grau será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

Art. 96 - A entrega dos certificados de conclusão de Curso de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e quaisquer outros obedecerá ao programa organizado pelo órgão incumbido da respectiva coordenação.

Art. 97 - Os diplomas referentes às dignidades universitárias, concedidos na forma do art. 66 do Estatuto, serão assinados pelo Reitor e pelo homenageado e transcritos em livro próprio da Universidade.

**TÍTULO IV
DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA
CAPÍTULO I
DO CORPO DOCENTE
SEÇÃO I
DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

Art. 98 - O provimento dos cargos atinentes à carreira do magistério será de competência do Reitor, obedecidos os seguintes critérios:

- I. para o cargo de Professor Auxiliar, o provimento dar-se-á na referência 1, mediante concurso público de prova e títulos;
- II. para o cargo de Professor Assistente:
 - a) na forma dos artigos 132 e 135 deste Regimento;
 - b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, na forma disposta neste Regimento;
- III. para Professor Adjunto:
 - a) na forma dos artigos 134 e 135 deste Regimento;
 - b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, conforme disposto neste Regimento;
- IV. para Professor Titular, mediante concurso público de provas e títulos, no qual poderá inscrever-se o Professor Adjunto, bem como pessoa de notório saber.

Art. 99 - O Departamento de Recursos Humanos promoverá a realização dos concursos, por proposta do Departamento onde ocorrer a vaga de que trata o artigo anterior, estabelecendo, em edital, os prazos para inscrição e realização das provas, os quais não deverão exceder a 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, da publicação do edital.

Art. 100 - Poderão inscrever-se no concurso:

- I. à classe de Professor Titular, o Professor Adjunto ou pessoa de notório saber;
- II. à classe de Professor Adjunto, os portadores do título de Doutor ou Livre-Docente;
- III. à classe de Professor Assistente, os portadores do título de Mestre;
- IV. à classe de Professor Auxiliar, os portadores de diploma de graduação em curso de nível superior.

§ 1º - Ressalvado o disposto no item I deste artigo, os títulos de Doutor ou Livre-Docente asseguram o direito à inscrição para provimento de quaisquer cargos incluídos nas diversas classes da carreira do magistério.

§ 2º - O reconhecimento do notório saber a que se refere o item I, será da competência do Conselho da Unidade, ouvido o Colegiado do Departamento.

Art. 101 - Os campos de conhecimentos sobre os quais versará o concurso serão definidos pelo Departamento respectivo.

Art. 102 - Observado o disposto nos artigos anteriores, serão divulgadas as normas da inscrição baixadas pelo Conselho Universitário, que deverão conter:

- I. a matéria em concurso e os campos de conhecimentos nela compreendidos;
- II. o Departamento a que pertence o cargo a ser provido;
- III. os títulos e documentos exigidos para a inscrição;
- IV. o local, a data de abertura e o prazo de encerramento das inscrições.

Art. 103 - O requerimento de inscrição, subscrito pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais, será dirigido ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos que dará recibo da entrega da petição e dos documentos que a acompanham.

Art. 104 - Encerrada a inscrição, no término do prazo, improrrogável, lavrar-se-á o termo respectivo, em livro próprio, com especificação dos nomes dos candidatos inscritos.

Art. 105 - O Departamento de Recursos Humanos homologará o pedido de inscrição e publicará, no órgão oficial da Universidade, a relação dos candidatos inscritos.

SEÇÃO II DO CONCURSO

Art. 106 - O concurso para Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular será de títulos e provas. As provas constarão do seguinte:

- I. prova didática;
- II. trabalho ou prova escrita;
- III. prova prática, quando necessário, a critério do respectivo Departamento.

Art. 107 - A comissão examinadora dará início aos trabalhos em local, dia e hora previamente marcados, com exame dos títulos apresentados pelos candidatos.

PARÁGRAFO ÚNICO - De cada reunião será lavrada uma ata, assinada pelos componentes da comissão, podendo ser assinada também pelos candidatos presentes.

Art. 108 - O concurso de títulos constará de apreciação pela banca examinadora sobre o mérito dos seguintes elementos apresentados pelo candidato:

- I. estudos e trabalhos publicados que revelem conhecimento do candidato, especialmente aqueles que apresentam pesquisas originais ou com elementos de originalidade;
- II. trabalhos práticos, de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro, que revelem criação pessoal ou contribuição para a técnica ou profissão, bem como a participação ativa em congressos ou atividades afins;
- III. documento, devidamente autenticado, que comprove a participação do candidato em atividades relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão em nível universitário;
- IV. desempenho de função ou cargo técnico no setor correspondente de estudos, exercício de função ou cargo ligado ao ensino universitário ou de função ou cargo público relacionado com os campos de conhecimentos, principais ou secundários, sobre que versa o concurso.

§ 1º - Não se consideram títulos, para os efeitos deste artigo, o desempenho de função ou cargo público não enquadrados no inciso IV.

§ 2º - Serão considerados, prioritariamente, os títulos pertinentes aos campos de conhecimento definidos para o concurso.

Art. 109 - No concurso para Professor Auxiliar ou Professor Assistente, constituirão títulos preferenciais, na ordem de enumeração:

- I. diploma de Doutor ou título de Docente-Livre, na área de conhecimento correspondente ou afim;
- II. diploma de Mestre na área de conhecimento correspondente ou afim;
- III. certificado de Curso de Especialização ou equivalente;
- IV. tempo de Magistério Superior;
- V. os títulos enumerados no inciso I do art. 108;
- VI. os títulos enumerados no inciso II do art. 108;
- VII. em igualdade de condições, os títulos enumerados nos incisos III e IV do art. 108;
- VIII. certificado do exercício de monitoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os diplomas e certificados de pós-graduação deverão ser de Cursos credenciados pelo Conselho Nacional de Educação ou validados pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 110 - A prova didática será pública, com duração de 50 (cinquenta) minutos, e versará sobre o ponto sorteado pela comissão examinadora, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, de um programa de 10 (dez) a 20 (vinte) pontos selecionados do campo de conhecimento organizado pelo Departamento e publicado com antecedência de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os candidatos serão chamados pela ordem de inscrição.

Art. 111 - A prova didática terá como objetivo apurar a capacidade de comunicação do candidato e a adequação de seus conhecimentos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Art. 112 - No concurso para Professor Auxiliar, a avaliação de conhecimento constará de prova escrita, única para todos os candidatos, com duração de 4 (quatro) horas e versará sobre tema, sorteado na hora, do programa organizado para a prova didática, permitida ou não consulta, a critério da comissão examinadora.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na avaliação da prova escrita, a comissão examinadora poderá arguir o candidato.

Art. 113 - Para o concurso de Professor Adjunto e Titular será exigido trabalho escrito, em língua portuguesa, original e inédito, de autoria do candidato, compreendido na área de conhecimento do concurso.

Art. 114 - O trabalho escrito, para concurso de Professor Assistente, constará de análise crítica de um artigo sobre assunto compreendido no campo de conhecimento do concurso, apresentado pelo candidato à comissão examinadora.

Art. 115 - A Câmara de Pós-Graduação baixará normas sobre o trabalho escrito não só quanto a sua forma de apresentação e exposição, como com relação à arguição pela comissão examinadora e sustentação pelo candidato.

Art. 116 - Quando necessário, o Departamento exigirá, no concurso, uma prova prática.

Art. 117 - O prazo e as condições para a realização da prova prática, que, em circunstâncias especiais, poderá ser executada por etapas, serão fixados pela comissão examinadora.

SEÇÃO III DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 118 - A comissão examinadora dos concursos para provimento de cargos da carreira do magistério será indicada pelo Departamento e aprovada pelo Conselho da Unidade.

§ 1º - A comissão examinadora será composta de 3 (três) professores, de reconhecida qualificação nos campos de conhecimentos compreendidos nos concursos e de hierarquia igual ou superior ao cargo a ser provido, presidida por um deles, indicados pelo Departamento.

§ 2º - Qualquer impugnação relativa à constituição da comissão examinadora só será admitida no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital.

Art. 119 - Constituída a comissão examinadora, o Chefe do Departamento designará local, dia e hora para a instalação dos trabalhos do concurso, cientificando os candidatos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante edital publicado na imprensa local.

Art. 120 - O Chefe do Departamento designará um funcionário para servir de secretário da comissão examinadora e os que forem indispensáveis para auxiliar na realização da prova didática, requisitando-os do órgão competente, se necessário.

SEÇÃO IV DO JULGAMENTO DO CONCURSO

Art. 121 - Cada examinador dará aos títulos, em conjunto, e a cada uma das provas de cada candidato, segundo o merecimento que lhes atribuir, uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), consignando-a em cédula assinada e colocada em envelope até a apuração.

Art. 122 - Terminadas as provas e o exame dos títulos, a comissão examinadora procederá à apuração das notas para habilitação e classificação dos candidatos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para habilitação será necessário que o candidato obtenha, da maioria dos examinadores, notas iguais ou superiores a 7 (sete).

Art. 123 - No caso de empate, será indicado o candidato já pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, e se mais de um pertencer, o mais antigo no magistério da UFSC. Persistindo o empate, a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

comissão examinadora decidirá, em tantos escrutínios secretos quantos necessários, não sendo permitido voto em branco.

Art. 124 - Ultimado o julgamento, a comissão submeterá seu parecer ao Conselho da Unidade, imediatamente, justificando a sua decisão.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do parecer circunstanciado deverão constar, entre os elementos de informação, as notas de cada prova e a relação dos candidatos habilitados, por ordem de classificação.

Art. 125 - O Conselho da Unidade, pelo voto de 3/5 (três quintos) da totalidade de seus membros, poderá rejeitar o parecer da comissão examinadora, no caso de ocorrência de ilegalidade, cabendo, ao referido Conselho, a anulação do concurso.

Art. 126 - Aceito o parecer, o Conselho da Unidade encaminhará ao Reitor a relação dos candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

Art. 127 - O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação.

SEÇÃO V DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VISITANTE

Art. 128 - A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na forma da legislação pertinente.

§ 1º - O Professor Visitante será pessoa de renome, contratado de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º - Caberá à Universidade fixar a retribuição do Professor Visitante, atendida sua qualificação e experiência.

SEÇÃO VI DO REGIME DE TRABALHO

Art. 129 - O professor integrante da carreira do magistério ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. de tempo parcial, com obrigação de prestar 20 (vinte) horas semanais;
- II. de tempo integral, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais;
- III. de dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais e proibição de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

§ 1º - A jornada correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária, conforme o plano de trabalho aprovado pelo Departamento em que o professor tenha exercício e respectivo Conselho da Unidade, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário.

§ 2º - Sem prejuízo dos encargos de magistério, será permitido ao docente em dedicação exclusiva:

- I. a participação em órgão de deliberação coletiva de classe ou relacionado com as funções de magistério;
- II. o desempenho eventual de atividade de natureza científica, técnica ou artística, destinada à difusão ou aplicação de idéias e conhecimentos;
- III. a participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa.
- IV.

SEÇÃO VII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 130 - A progressão funcional do integrante da carreira de magistério será feita em nível horizontal e vertical.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será horizontal a progressão feita para referência dentro da mesma classe, e vertical, a progressão para classe superior, observados os critérios fixados nos artigos 131 a 135.

Art. 131 - Haverá progressão horizontal:

- I. do Professor Auxiliar para a referência consecutiva de sua classe;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

- a) automática, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;
 - b) independentemente de interstício e por uma única vez, quando aprovado em curso de especialização ou de aperfeiçoamento;
- II. do Professor Assistente:
- a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;
 - b) independentemente de interstício, da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Mestre;
- III. do Professor Adjunto:
- a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;
 - b) independentemente do interstício da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

Art. 132 - Haverá progressão vertical do Professor Auxiliar:

- I. da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Assistente, após o interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;
- II. independentemente de interstício, da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, após a obtenção do grau de Mestre.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Auxiliar que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Assistente. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Auxiliar.

Art. 133 - O Professor Auxiliar, ao obter o grau de Doutor ou título de Livre-Docente, qualquer que seja a sua referência na classe, progredirá unicamente à referência 1 da classe de Professor Adjunto.

Art. 134 - Haverá progressão vertical de Professor Assistente:

- I. da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Adjunto, após interstício de 2 (dois) anos, mediante a avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;
- II. independentemente de interstício, da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Assistente que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Adjunto. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Assistente.

Art. 135 - A progressão vertical, em qualquer caso ou classe docente, dependerá de parecer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD.

SEÇÃO VIII DA REMUNERAÇÃO

Art. 136 - Os integrantes da carreira do magistério serão remunerados segundo o regime de trabalho.

Art. 137 - Ao professor investido em função de direção ou coordenação será atribuída gratificação, conforme dispuser a Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - As funções de que trata este artigo serão exercidas obrigatoriamente em regime de tempo integral e, facultativamente, em dedicação exclusiva.

SEÇÃO IX DAS FÉRIAS E AFASTAMENTOS

Art. 138 - O pessoal docente da Universidade terá direito a 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais.

Art. 139 - As escalas de férias serão organizadas antes do início do ano escolar pelos respectivos Departamentos.

Art. 140 - Além dos casos previstos em Lei, o ocupante de cargo da carreira do magistério poderá afastar-se de suas funções nos seguintes casos:

- I. para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
- II. para prestar colaboração temporária a outra instituição federal de ensino superior ou pesquisa;
- III. para comparecer a congresso ou reunião, relacionados com sua atividade de magistério.

§ 1º - Os afastamentos previstos nos incisos I e II não poderão exceder a 4 (quatro) e a 2 (dois) anos, respectivamente, incluídas eventuais prorrogações, e serão autorizados pelo Reitor após o pronunciamento favorável do Colegiado do Departamento e do Conselho da Unidade.

§ 2º - No caso do inciso III, o afastamento dependerá da autorização do Reitor, quando ocorrer em país estrangeiro. Tratando-se de evento no País, a autorização dependerá do Diretor da Unidade, ouvido sempre o Colegiado do Departamento.

§ 3º - No caso dos incisos I e II, o professor somente poderá obter autorização para novo afastamento depois de exercer atividade de magistério, na Universidade, por período pelo menos igual ao do afastamento anterior.

§ 4º - Em qualquer caso, a concessão do afastamento implicará compromisso do docente de, no seu retorno, permanecer na Universidade por tempo igual ou superior ao do afastamento, incluídas as prorrogações.

§ 5º - O Conselho Universitário especificará as condições e normas a que devem obedecer os afastamentos previstos neste artigo.

Art. 141 - A colaboração temporária a repartição pública federal, estadual ou municipal, para o exercício de cargos ou funções não-docentes, se processará em obediência à legislação comum sobre o afastamento de pessoal civil da União e será deferida pelo Reitor, ouvido o Colegiado do Departamento ou órgão de lotação do professor.

SEÇÃO X DA REDISTRIBUIÇÃO E DA ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO

Art. 142 - A redistribuição de pessoal da carreira do magistério para quadro de outra Universidade ou Escola Isolada Federal far-se-á de acordo com a legislação federal vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A redistribuição será aprovada pelo Reitor e dependerá, em qualquer hipótese, do pronunciamento favorável do Conselho da Unidade, exigido o *quorum* de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

Art. 143 - A alteração da lotação do ocupante de cargo de magistério poderá efetuar-se de um para outro Departamento, respeitado, em qualquer caso, o critério de afinidade dos campos de conhecimentos e os limites da lotação aprovada.

§ 1º - Em caso da alteração da lotação para Departamento vinculado à mesma Unidade, deverá haver pronunciamento favorável do Conselho da respectiva Unidade.

§ 2º - Na hipótese de alteração da lotação para Departamento de outra Unidade, o atendimento dependerá, também, do parecer favorável do Conselho da Unidade de destino.

§ 3º - O ato de alteração da lotação é de competência do Reitor.

SEÇÃO XI DE OUTROS DIREITOS E DEVERES DO CORPO DOCENTE

Art. 144 - Os regimes de acumulação, licença, vantagens, disponibilidade, aposentadoria, substituição e outros direitos e deveres inerentes à vinculação do pessoal docente com a Universidade serão os prescritos na legislação pertinente.

**SEÇÃO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
RELATIVAS AO CORPO DOCENTE**

Art. 145 - Haverá, na Universidade, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), incumbida de assessorar a administração na execução da política de pessoal docente da entidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.

Art. 146 - Para os efeitos do Decreto nº 85.487 de 11 de dezembro de 1980, serão aceitos:

- I. Os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pela Câmara de Pós-Graduação, comprovadamente obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;
- II. exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimentos correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério;
- III. apenas os certificados de Cursos de Especialização ou Aperfeiçoamento com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e avaliação de aproveitamento.

Art. 147 - A contagem de interstício nas referências de cada classe iniciar-se-á em 1º de janeiro de 1981.

Art. 148 - A dispensa ou a exoneração do professor, exceto se voluntária, dependerá da aprovação do Colegiado do Departamento a que esteja vinculado, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, assegurados os direitos de defesa e de recurso.

Art. 149 - As disposições deste Regimento aplicam-se aos atuais professores em regime estatutário, aos quais fica assegurada a manutenção desse regime em qualquer classe a que obtenham progressão.

Art. 150 - As atividades do magistério serão exercidas independentemente da classe em que estejam lotados os integrantes da carreira do magistério.

**CAPÍTULO II
DO CORPO DISCENTE
SEÇÃO I
DA REPRESENTAÇÃO**

Art. 151 - O Corpo Discente, com exceção dos inclusos nos §§ 2º e 3º do artigo 81 do Estatuto, terá representação com direito a voz e voto nos Órgãos Colegiados da Administração Superior da Universidade, bem como das Unidades e Subunidades Universitárias.

§ 1º - A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação da Comunidade Acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidárias.

§ 2º - Os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por outro aluno, com direito a voz, mas não a voto, quando exigir apreciação de assunto peculiar a um Curso ou setor de estudos.

§ 3º - (Revogado).

Art. 152 - A representação do Corpo Discente obedecerá ao disposto no artigo 16, § 5º do Estatuto da UFSC com as exceções do artigo 44 do Estatuto e 81 deste Regimento.

Art. 153 - Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Centrais, e ao Diretório Acadêmico, os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Setoriais.

§ 1º - Será de 1 (um) ano o mandato dos representantes estudantis, permitida uma recondução.

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

Art. 154 - (Revogado).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Art. 155 - Os candidatos aos cargos dos órgãos de representação estudantil somente terão seus registros deferidos, bem como os representantes estudantis suas designações efetivadas, se preencherem o seguinte requisito:

I - estar cursando o período letivo.

§ 1º - O não-preenchimento do requisito, a qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

§ 2º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um Órgão Colegiado Acadêmico.

Art. 156 - (Revogado).

Art. 157 - Juntamente com os titulares da representação discente nos Órgãos Colegiados Acadêmicos deverão ser indicados os respectivos suplentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os requisitos da inelegibilidade também devem ser observados quanto aos candidatos a suplentes.

Art. 158 - Nos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação, a representação do Corpo Discente será escolhida pelos respectivos alunos, com mandato de 1 (um) ano, admitida a recondução por mais um período idêntico.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá ao Coordenador de Curso convocar os alunos para a eleição.

Art. 159 - Os representantes estudantis serão indicados ao Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária que, após registro, os encaminhará ao Colegiado Acadêmico respectivo.

Art. 160 - O aluno matriculado em disciplinas de diferentes Departamentos poderá exercer a representação em apenas um Departamento.

SEÇÃO II DOS DIRETÓRIOS

Art. 161 - (Revogado).

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Unidade Universitária terá um Diretório Acadêmico.

Art. 162 - A organização e o funcionamento dos Diretórios constarão dos respectivos Estatutos, atendida a legislação em vigor.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

Art. 163 - (Revogado).

Art. 164 - Os órgãos de representação estudantil prestarão contas à UFSC de quaisquer recursos que lhes forem repassados pela Universidade.

Art. 165 - (Revogado).

Art. 166 - (Revogado).

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

§ 4º - (Revogado).

§ 5º - (Revogado).

Art. 167 - (Revogado).

Art. 168 - (Revogado).

SEÇÃO III DA MONITORIA

Art. 169 - Para o exercício da função remunerada de monitor poderão ser designados alunos dos Cursos de:

- I. Graduação, que comprovem já terem integralizado em seu currículo escolar a disciplina objeto de exame e, ainda, demonstrarem capacidade de desempenhar atividades técnico-didáticas;
- II. Pós-Graduação.

§ 1º - A função de monitor é considerada título para posterior ingresso na carreira do magistério superior.

§ 2º - As normas para admissão e controle de monitores serão fixadas pelos Pró-Reitores de Ensino de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 170 - Os direitos, deveres e vantagens do Corpo Técnico-Administrativo serão os definidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 171 - As sanções disciplinares aplicáveis são as seguintes:

- I. ao pessoal docente e técnico-administrativo:
 - a) advertência;
 - b) suspensão, facultada a conversão em multa nos casos previstos em lei;
 - c) demissão;
 - d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
 - e) destituição de cargo em comissão;
 - f) destituição de função gratificada;
- II. ao pessoal discente aplicar-se-ão as penalidades mencionadas nas alíneas "a" e "b" (primeira parte) do inciso anterior e, ainda, as de repreensão e de eliminação, obedecendo o disposto no Regime Disciplinar do Corpo Discente, baixado por resolução específica do Conselho Universitário.

Art. 172 - Caberá ao Reitor aplicar as penalidades previstas no artigo anterior, salvo aquelas em que disposição legal dispuser em contrário.

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades aplicadas pelo Reitor obedecerão às formalidades legais, podendo delegar aquelas para as quais a lei não lhe reserve competência privativa.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 173 - Excluída a hipótese de exigência legal, o presente Regimento só poderá ser modificado por iniciativa do Reitor ou de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

§ 1º - A modificação exigirá a maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Universitário, em reunião especialmente convocada, cabendo a aprovação final ao Conselho Nacional de Educação.

§ 2º - As alterações que envolverem matéria pedagógica só entrarão em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação.

Art. 174 - Dentro de 120 (cento e vinte) dias da aprovação deste Regimento, deverão ser elaborados Regimentos:

- I. dos Órgãos Deliberativos Centrais e Setoriais;
- II. dos Órgãos Executivos Centrais e Setoriais;
- III. dos Órgãos Suplementares;
- IV. dos Colegiados de Cursos.

Art. 175 - O Hospital Universitário poderá prestar serviços sem prejuízo de suas precípua finalidades de Hospital-Escola, mediante convênios firmados pela Universidade.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Art. 176 - (Revogado).

Art. 177 - (Revogado).

Art. 178 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 179 - O presente Regimento Geral entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 180 - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I AO REGIMENTO GERAL

Relação das Unidades Universitárias a que se refere o § 1º do art. 8º do Estatuto

1. Centro de Ciências Agrárias
2. Centro de Ciências Biológicas
3. Centro de Ciências da Educação
4. Centro de Ciências da Saúde
5. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
6. Centro de Ciências Jurídicas
7. Centro de Comunicação e Expressão
8. Centro de Desportos
9. Centro de Filosofia e Ciências Humanas
10. Centro Sócio-Econômico
11. Centro Tecnológico

ANEXO II AO REGIMENTO GERAL

Relação dos Departamentos de Ensino a que se refere o § 3º do art. 10 do Estatuto

- 1. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Agrárias**
 - 1.1. Aquicultura
 - 1.2. Ciência e Tecnologia dos Alimentos
 - 1.3. Engenharia Rural
 - 1.4. Fitotecnia
 - 1.5. Zootecnia
- 2. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Biológicas**
 - 2.1. Ciências Fisiológicas
 - 2.2. Ciências Morfológicas
 - 2.3. Microbiologia e Parasitologia
 - 2.4. Bioquímica
 - 2.5. Botânica
 - 2.6. Ecologia e Zoologia
 - 2.7. Biologia Celular, Embriologia e Genética.
- 3. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Educação**
 - 3.1. Estudos Especializados em Educação
 - 3.2. Ciências da Informação
 - 3.3.. Metodologia de Ensino
- 4. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Saúde**
 - 4.1. Análises Clínicas
 - 4.2. Ciências Farmacêuticas
 - 4.3. Clínica Cirúrgica
 - 4.4. Clínica Médica
 - 4.5. Enfermagem
 - 4.6. Estomatologia
 - 4.7. Nutrição
 - 4.8. Patologia
 - 4.9. Pediatria

- 4.10. Saúde Pública
- 4.11. Tocoginecologia

5. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

- 5.1. Física
- 5.2. Química
- 5.3. Matemática

6. Departamento vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas

- 6.1. Direito

7. Departamentos vinculados ao Centro de Comunicação e Expressão

- 7.1. Expressão Gráfica
- 7.2. Jornalismo
- 7.3. Língua e Literatura Estrangeiras
- 7.4. Língua e Literatura Vernáculas

8. Departamento vinculado ao Centro de Desportos

- 8.1. Educação Física

9. Departamentos vinculados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas

- 9.1. Antropologia
- 9.2. Sociologia e Ciências Políticas
- 9.3. Filosofia
- 9.4. Geociências
- 9.5. História
- 9.6. Psicologia

10. Departamentos vinculados ao Centro Sócio-Econômico

- 10.1. Ciências da Administração
- 10.2. Ciências Contábeis
- 10.3. Ciências Econômicas
- 10.4. Serviço Social

11. Departamentos vinculados ao Centro de Tecnológico

- 11.1. Automação e Sistemas
- 11.2. Arquitetura e Urbanismo
- 11.3. Engenharia Civil
- 11.4. Engenharia Elétrica
- 11.5. Engenharia de Produção e Sistemas
- 11.6. Engenharia Mecânica
- 11.7. Engenharia Sanitária e Ambiental
- 11.8. Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
- 11.9. Informática e Estatística

ANEXO III AO REGIMENTO GERAL

Relação dos Órgãos Suplementares a que se refere o § 2º do art. 11 do Estatuto

-
- 1. Biblioteca Universitária
 - 2. Biotério Central
 - 3. Escritório de Assuntos Internacionais

4. Editora Universitária
5. Imprensa Universitária
6. Hospital Universitário “Prof. Polydoro Ernani de São Thiago”
7. Museu Universitário “Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral”
8. Núcleo de Processamento de Dados
9. Restaurante Universitário

ANEXO IV AO REGIMENTO GERAL

Relação das Pró-Reitorias a que se refere o parágrafo único do art. 37 do Estatuto

1. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/
2. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
3. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
4. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social
5. Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças
6. Pró-Reitoria de Pesquisa
7. Pró-Reitoria de Pós-Graduação

**Ministério da Educação****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 3.647, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 194/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.007655/2004-46, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações do Regimento da Faculdade Saberes, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Vitória, Estado do Espírito Santo, mantida pelo Saberes Instituto de Ensino Ltda., com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica da Faculdade Saberes, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.648, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 195/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.003524/2004-90, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações do Regimento da Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Ensino Dom Bosco de Monte Aprazível, com sede em Monte Aprazível, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica da Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.649, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 196/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23033.000072/2004-15, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento do Instituto de Educação Superior de Boituva, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Boituva, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Educação “Monsenhon João Sandoval Pacheco”, com sede em Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica do Instituto de Educação Superior de Boituva, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.650, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 197/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.001022/2002-62, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento da Faculdade João Paulo Primeiro, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pelo Colégio Técnico João Paulo Segundo S/C Ltda., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica da Faculdade João Paulo Primeiro, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.651, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 198/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.006498/2004-51, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento da Faculdade Ítalo Brasileira, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, mantida pela Fundação Honório Reggiani, com sede em Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.652, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 199/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.009863/2004-80, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento da Faculdade Autônoma de Direito, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Ensino Nossa Senhora de Fátima, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.653, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 200/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta dos Processos nºs. 23000.003525/2004-34 e 23000.009735/2004-36, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações do Regimento da Faculdade Educacional de Dois Vizinhos, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, mantida pela União de Ensino do Sudoeste do Paraná S/C Ltda., com sede em Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.654, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 270/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 21/10/2004, publicado no D.O.U. de 22/10/2004, seção 1, página 20, conforme consta do Processo nº 23000.009979/2002-57, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto do Centro Universitário UNIVATES, com sede no município de Lajeado e campi nos municípios de Encantado, Teutônia e Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUCATES), com sede no município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA Nº 3.655, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 271/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 21/10/2004, publicado no D.O.U. de 22/10/2004, seção 1, página 20, conforme consta do Processo nº 23001.000145/2003-57, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, mantida pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 10 de novembro de 2004

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 263/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), com sede em Londrina e campi nos municípios de Arapongas e Bandeirantes, Estado do Paraná, mantida pela União Norte do Paraná S/C Ltda., com sede no município de Londrina, Estado do Paraná, conforme consta do Processo nº 23000.001605/2004-55.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 276/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto da Universidade Católica de Goiás, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Goiana de Cultura, com sede no município de Goiânia, Estado de Goiás, conforme consta do Processo nº 23000.001859/2004-73.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 281/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto da Universidade Guarulhos, com sede em Guarulhos e campi nos municípios de São Paulo e Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Paulista de Educação e Cultura, com sede no município de Guarulhos, Estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23000.005333/2004-62.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 299/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto do Centro Universitário do Norte (UNINORTE), com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Manaus, Estado do Amazonas, mantido pela Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas, com sede no município de Manaus, Estado do Amazonas, conforme consta do Processo nº 23000.004404/2004-18.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 302/2004, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à aprovação das alterações do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pela União, conforme consta do Processo nº 23000.007644/2004-66.

TARSO GENRO

**SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO****PORTARIA Nº 34, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004**

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria nº 488, de 03 de março de 2004, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 62, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma dos anexos I e II da presente Portaria, as modificações das modalidades de aplicações de dotações orçamentárias da Unidade 26101 - Ministério da Educação, constantes da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A alteração das modalidades de aplicações visa promover ajustes orçamentários nos Programas Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária, proporcionando uma melhor adequação dos recursos alocados, compatíveis com a execução a ser realizada.

PAULO EDUARDO NUNES DE MOURA
ROCHA



Art.1º Aprovar o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, mantida pela Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.862, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 202/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.010344/2004-64, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações do Regimento do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Porto Velho, Estado de Rondônia, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede em Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º O regimento aprovado pela presente portaria prevê, como unidade acadêmica específica do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, o Instituto Superior de Educação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.863, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 203/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.010177/2004-51, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento da Faculdade do Litoral Paranaense, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Guaratuba, Estado do Paraná, mantida pelo Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão S/C Ltda., com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.864, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Relatório nº 204/2004, aprovado pela Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.010302/2004-23, do Ministério da Educação, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações do Regimento das Faculdades SPEI, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Os cursos ministrados pela instituição referida no artigo anterior serão ofertados nos endereços constantes das respectivas portarias de autorização de funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.865, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 263/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 10/11/2004, publicado no D.O.U. de 11/11/2004, Seção 1, página 15, conforme consta do Processo nº 23000.001605/2004-55, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), com sede em Londrina e campi nos municípios de Arapongas e Bandeirantes, no Estado do Paraná, mantida pela União Norte do Paraná S/C Ltda., com sede no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.866, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 276/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 10/11/2004, publicado no D.O.U. de 11/11/2004, Seção 1, página 15, conforme consta do Processo nº 23000.001859/2004-73, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Universidade Católica de Goiás, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Goiana de Cultura, com sede em Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.867, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 281/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 10/11/2004, publicado no D.O.U. de 11/11/2004, Seção 1, página 15, conforme consta do Processo nº 23000.005333/2004-62, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Universidade Guarulhos, com sede em Guarulhos e campi nos municípios de São Paulo e Itaquaquecetuba, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Paulista de Educação e Cultura, com sede no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.868, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 299/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 10/11/2004, publicado no D.O.U. de 11/11/2004, Seção 1, página 15, conforme consta do Processo nº 23000.001859/2004-73, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto do Centro Universitário do Norte (UNINORTE), com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Manaus, Estado do Amazonas, mantido pela Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas, com sede no município de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.869, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908 de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 302/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo despacho do Senhor Ministro, em 10/11/2004, publicado no D.O.U. de 11/11/2004, Seção 1, página 15, conforme consta do Processo nº 23000.007644/2004-66, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pela União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.870, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 248/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006457/2002-01, Registro SAPIEnS nº 140730, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado à Rua Cerejeiro Cruz, nº 836, Centro, na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, pela Faculdade Atual da Amazônia - FAA, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia, com sede na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.871, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1.442/2004, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.013585/2002-01, Registro SAPIEnS nº 707341, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Ciências Econômicas, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Bandeirantes, na Rua Saldanha Marinho, nº 915, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Bandeirantes de Ensino, com sede na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.872, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1.514/2004, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.008397/2004-15, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência do Curso Normal Superior, habilitações Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Licenciatura para a Educação Infantil, do Instituto Superior de Educação Cenecista Presidente Kennedy para a Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, a ser oferecido no âmbito do instituto superior de educação, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 541, na cidade de Campo Largo, no Estado do Paraná, ambos mantidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com sede na Região Administrativa I, Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Descredenciar o Instituto Superior de Educação Cenecista Presidente Kennedy, mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.873, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1563/2004, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.011270/2002-11, Registro SAPIEnS nº 703170, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Turismo, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pela Faculdade Interlagos de Educação e Cultura, na Av. Jangadeiro, nº 445, Bairro Interlagos, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Interlagos de Educação e Cultura, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 3.874, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1711/2004, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta dos Processos nºs 23000.010362/2002-84 e 23000010363/2002-29, Registros SAPIENS nºs 701667 e 701668, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, pelo prazo de três anos, o curso de Letras, licenciatura, com as habilitações em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas Literaturas e Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas Literaturas, com 100(cem) vagas totais anuais para cada habilitação, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Instituto de Ensino Superior de Cotia, no âmbito do instituto superior de educação, na Rua Nelson Raineri, nº 700, Bairro Lajeado, na cidade de Cotia, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação de Cultura e Educação, com sede na cidade de Cotia, no Estado de São Paulo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO

DIRETOR: Eng. Sérgio Roberto Pinto da Luz

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO: Lic. Eladir Maria Analia Domingos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Caixa Postal 476 Florianópolis SC 88040-900

Fone: PABX (55 48) 3721-9000

(55 48) 3721-9827 – 3721-9948

CNPJ 83.899.526.0001-82

<http://www.ufsc.br>

PROCESSO No. 23080.005213/2008-46

REQUERENTE: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

ASSUNTO: Prestação de Contas – Exercício 2007.

PARECER No. / CC /2008.

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

Trata o presente processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Santa Catarina, relativa ao exercício de 2007. Conforme determina o Estatuto desta instituição, no artigo 27, inciso III, é atribuição deste Conselho de Curadores a sua aprovação.

Conferindo os autos do processo, constata-se que estão inseridos os documentos definidos pela legislação e apresentados os quantitativos e as justificativas pertinentes.

As principais partes que compõem o documento são: o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis que estão, nos seus aspectos mais relevantes, resumidamente, apresentados e analisados nas páginas seguir.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quanto ao Relatório de Gestão, destaca-se o seguinte:

1. ANÁLISE DO DESEMPENHO

Apresenta indicadores relacionados às atividades finalísticas da instituição e outros relacionados aos recursos humanos e infra-estrutura.

1.1 Indicadores de Ensino de Graduação

Chama a atenção na tabela 01, o expressivo aumento de alunos matriculados no ensino à distância (116,9%), assim como o aumento na quantidade de alunos com matrícula trancada (48,5%), talvez devido à greve dos Servidores Técnico-administrativos em 2007.

No que se refere às bolsas para a graduação, no ano passado, a Universidade não contou com a participação das fundações de apoio na alocação de recursos.

Para 2008, está prevista a implantação dos cursos de graduação em Artes Cênicas, Oceanografia e Zootecnia.

Tabela 01) Aproveitamento da Graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos Presenciais	20.220	19.045	18.151	18.569	18.710	↑	↑	6,2
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos a Distância	5.517	2.544	500	0	361	↑	↑	116,9
Vagas oferecidas (vestibular+transferências+retornos)	4.929*	4.675	4.335	4.383	4.444	↑	↑	5,4
Alunos diplomados – Cursos Presenciais**	2.816	2.688	2.731	2.765	2.787	↑	↑	4,8
Alunos diplomados – Cursos a Distância	0	0	0	0	339			
Taxa de sucesso (alunos formados/ vagas oferecidas)	0,57	0,57	0,63	0,63	0,62	↑	→	-
Alunos com matrícula trancada	2.432	1.638	1.289	1.517	1.536	→	↑	48,5
Bolsistas na graduação	9.298	9.653	7.816	5.684	5.585	↑	↓	-3,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

* Vagas oferecidas: Pelo Concurso do Vestibular = 3.920 vagas, por Transferências = 478 vagas e por Retornos = 277 vagas.

** Alunos Diplomados: Neste quantitativo estão sendo considerados todos aqueles que obtiveram grau.

** Para este indicador adotou-se a soma do segundo semestre de 2006 mais os concluintes do primeiro semestre de 2007.

FONTE: PREG e PROAF

1.2 Indicadores de Ensino de Pós-Graduação

Na Tabela 02, destaca-se o expressivo aumento no número de alunos matriculados em cursos de Especialização (239,4%), recuperando, em parte, a queda sofrida em 2006, porém sem chegar ainda aos números de 2005.

Cresceu também, significativamente, o número de alunos matriculados em Mestrado e Doutorado (41% e 21%, respectivamente).

No entanto, as dissertações e teses defendidas reduziram em 31,6% e 16,7%, respectivamente, queda esta justificada no Relatório de Gestão devido à reorganização de Programa de Pós-Graduação.

Os 52 programas de pós-graduação estão divididos em 35 cursos de doutorado e 51 de Mestrado. Existem ainda 67 cursos de Especialização em andamento.

Tabela 02) Aproveitamento da Pós-graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de programas	52	49	50	49	48	↑	↑	6,1
Número de alunos Matriculados - Especialização	1.972	581	2.866	4.307	3.027	↑	↑	239,4
Número de alunos Matriculados - Mestrado	4.388	3.111	3.822	4.834	5.482	↑	↑	41
Número de alunos Matriculados - Doutorado	2.213	1.826	2.215	2.263	2.360	↑	↑	21,2
Número de defesas - Dissertações	625	914	1.156	1.333	1.736	→	↓	-31,6
Número de defesas - Teses	170	204	348	359	414	→	↓	-16,7
Número de alunos - Residência Médica	68	62	54	51	50	→	↑	9,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRPG e PROAF

1.3 Indicadores da Pesquisa

Devido à mudança na base de coleta de dados dos indicadores da pesquisa, apresenta-se na Tabela 03, na próxima pagina, o levantamento realizado em 2007, que é o primeiro da nova série histórica.

De qualquer forma, é expressiva a quantidade de trabalhos completos e resumos publicados em anais de congressos, bem como os capítulos de livros publicados.

Os pesquisadores da UFSC com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, correspondem a 93% dos bolsistas do estado de Santa Catarina. Os docentes bolsistas representam 25% do total de doutores da Universidade.

O *World Ranking of Universities*, em julho de 2007, no que se refere à pesquisa, classifica a UFSC como a 3ª. Universidade do Brasil (depois da USP e da UNICAMP), a 5ª. entre as IES-instituições de ensino superior da América Latina, a 7ª. entre os BRIC, a 11ª. na Iberoamérica e a 263ª. dentre as 5.000 instituições classificadas no mundo. Sendo que apenas 3 IES brasileiras estão entre as 200 primeiras e 9 entre as 500.

Tabela 03) Levantamento vinculado à COLETA CAPES - 2007

Indicador	2007
Artigo Indexados INTERNACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.015
Artigos Indexados NACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.008
Outros Periódicos não Indexados, Artigos Traduzidos, Resenhas, Verbetes, Jornais & Revistas, Entrevistas, etc	850
Livros Publicados	124
Coletâneas (Livros Organizados)	58
Capítulos de Livro	824
Livros Traduzidos	19
Trabalhos Completos em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	2.665
Resumo em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	1.754
Produção Técnica	3.576
Produção Artística	17
Total Produção Científica	11.910
Iniciação Científica/PIBIC	448
Dissertação de Mestrado	900
Tese de Doutorado	236
Total Produção Científica + Iniciação Científica + Dissertação + Teses	13.494

FONTE: Avaliação CAPES 2007 – Cadernos de Indicadores
(<http://servicos.capes.gov.br/cadernosavaliacao/>)

1.4 Indicadores de Extensão

Nesta tabela destaca-se o acréscimo nas atividades de extensão registradas (25,5%) e nas bolsas de extensão em 23,3%.

Tabela 04) Aproveitamento da Extensão

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atividades de Extensão Registradas	2.113	1.684	1.511	1.536	1.632	↑	↑	25,5
Bolsas de Extensão	280	227	153	200	195	↑	↑	23,3
Certificados atividades de extensão	17.533	16.648	15.216	12.395	14.751	↑	↑	5,3
Atividades de extensão artístico-culturais	251	284	187	296	373	↑	↓	-11,6
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRCE e PROAF

A redução em 31,6% no atendimento da Emergência do HU, conforme tabela 05, justifica-se pela reforma ocorrida em 2007 e que levou 5 meses para ser concluída.

Os decréscimos ocorridos nos demais indicadores são justificados pela criação de postos de saúde 24 horas em Florianópolis, pela consolidação do SAMU (distribuindo entre as instituições os atendimentos emergenciais e de urgência), entre outras causas.

No entanto, a complexidade dos casos de internação tem aumentado, o que interfere na demanda dos cuidados e na rotatividade dos pacientes.

A queda nas cirurgias ambulatoriais (17,8%) também deveu-se à reforma da área, a qual durou 3 meses.

Tabela 05) Indicadores do Hospital Universitário

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atendimentos no hospital (ambulatório)	152.172	152.978	168.486	139.374	131.265	↑	↓	-0,5
Atendimentos no hospital (Emergência)	64.781	94.713	100.346	111.807	110.861	↑	↓	-31,6
Internações hospitalares	8.867	9.597	9.608	9.565	9.434	↑	↓	-7,6
Cirurgias (Centro Cirúrgico)	3.017	2.833	2.832	2.655	2.548	↑	↑	6,5
Cirurgias ambulatoriais	2.839	3.454	3.944	3.452	4.791	↑	↓	-17,8
Número de ambulatórios	59	59	59	56	56	→	→	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

Dados referentes ao período de janeiro a novembro/2007

FONTE: HU e PROAF

1.5 Indicadores de Recursos Humanos

Na Tabela 06, destaca-se o elevado índice de qualificação do corpo docente, sendo que, aproximadamente, 96% é formado por doutores e mestres.

Tabela 06) Docentes Efetivos – Titulação – Ensino Superior

Indicador/ (% Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados (1,59)	26	32	39	43	50	↓	↓	-18,8
Especialistas(2,45)	40	51	58	66	77	↓	↓	-21,6
Mestres (15,50)	253	269	292	324	375	↑	↓	-5,6
Doutores (80,45)	1.313	1.248	1.160	1.119	1.053	↑	↑	5,2
Total	1.632	1.600	1.549	1.552	1.555	↑	↑	2,0

FONTE: PREG

Saliente-se ainda que, conforme Tabela 07, 90,32% do corpo docente está em regime de Dedicação Exclusiva.

Tabela 07) Docentes – Quadro Geral – Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
20h	91	91	94	95	91	↓	→	-
40h	67	82	84	88	100	→	↓	-18,3
DE	1.474	1.427	1.371	1.369	1.364	↑	↑	3,3
Visitante	6	6	8	5	5	→	→	-
Substituto	318	312	322	304	286	↓	→	-
Total	1.956	1.918	1.879	1.861	1.846	↑	↑	1,7

FONTE: PREG

A relação aluno/docente está em 17,65 (considerando os alunos de graduação e pós e sem os professores substitutos). Incluindo os substitutos a relação passa para 14,77.

Os professores substitutos representam 19,49% do quadro de efetivos.

Observa-se pela Tabela 08 que, aproximadamente, 54% dos professores substitutos têm titulação de mestre ou doutor e que o total se manteve inalterado em 312 professores.

Tabela 08) Professores Substitutos por Titulação - Ensino Superior

Indicador (%/ Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados (30,13)	94	85	99	97	112	↓	↑	10,6
Especialistas(16,03)	50	60	55	41	35	↓	↓	-16,7
Mestres (38,46)	120	133	133	128	81	↓	↓	-9,8
Doutores (15,38)	48	34	35	38	22	↓	↑	41,2
Total	312	312	322	304	250	↓	→	-

FONTE: PREG

Pelos dados da Tabela 09, constata-se que houve redução de professores no Ensino Básico (10 docentes) e que, aproximadamente, 57% têm doutorado ou mestrado.

Tabela 09) Docentes – Titulação – Ensino Básico

Indicador (%/Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
2º. Grau Completo(1,31)	2	3	2	2	2	→	↓	-33,3
Graduados (15,03)	23	26	27	28	35	↓	↓	-11,5
Especializados(26,80)	41	58	54	59	52	↑	↓	-29,3
Mestres (45,75)	70	63	68	58	63	↑	↑	11,1
Doutores (11,11)	17	13	12	13	8	↑	↑	30,8
Total	153	163	163	160	160	→	↓	-6,1

FONTE: PREG

98,69% dos docentes do Ensino Básico pertencem ao regime de Dedicção Exclusiva e 74 professores substitutos, representando 48,37% dos efetivos, também atuam neste nível de ensino. Este percentual representa mais que o dobro do percentual de professores substitutos que atuam na Graduação.

A relação aluno x docente no ensino básico foi de 14,35, em 2007. Porém, ao incluir os professores substitutos ela passa para 9,67.

Pela Tabela 10, abaixo, observa-se que o número de servidores técnico-administrativos vem reduzindo desde 2004, passando de 2.998 para 2.853, uma redução de quase 5%. Sendo que a redução mais expressiva (20%) se deu no nível auxiliar.

Houve um decréscimo de 74 servidores, de 2006 para 2007.

Tabela 10) Servidores Técnico-administrativos - Quadro Geral - Por Nível

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	230	244	280	292	273	↑	↓	-5,7
Nível Intermediário	1.856	1.887	1.877	1.920	1.824	↑	↓	-1,6
Nível Superior	767	796	785	786	764	↑	↓	-3,6
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

Na Tabela 11, pág. 8, observa-se que todos os indicadores esperados foram atingidos, sendo significativos os percentuais daqueles que completaram seus níveis de escolaridade: 15,5% para o 1º. Grau, 9,5% para o ensino médio e 14,3% para o superior.

93,17% dos servidores estão contratados por 40 horas de trabalho semanais.

Do total de servidores técnico-administrativos (2.853, em 2007), 1.242, representando 43,53%, estavam lotados no Hospital Universitário.

Tabela 11) Servidores Técnico-administrativos – Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	1	1	3	→	→	-
1º. Grau Incompleto	282	361	384	345	378	↓	↓	-21,9
1º. Grau Completo	186	161	150	178	170	↑	↑	15,5
2º. Grau Incompleto	145	346	321	259	262	↓	↓	-58,1
2º. Grau Completo	948	866	809	952	889	↑	↑	9,5
Superior Incompleto	76	129	96	105	109	↓	↓	-41,1
Superior Completo	1.216	1.064	1.183	1.147	1.050	↑	↑	14,3
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

O quadro de pessoal terceirizado contava com 591 pessoas, com aumento de 6,87%, justificado pelo acréscimo na área construída (mais vigilância, limpeza, conservação, etc.) e pelos cargos em extinção (ex.: porteiros, vigilantes, etc.).

Somando estas duas categorias tem-se 3.444 pessoas prestando serviços à UFSC (sem contar os docentes). Incluindo os professores, o total de pessoas trabalhando na Universidade passa para 5.076.

1.6 Infra-estrutura

Pela Tabela 12, observa-se um pequeno crescimento (2%) na área física construída e em construção no campus da Trindade.

Tabela 12) Área Física

Indicador em m ²	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Área construída Campus Trindade	308.630	302.646	300.440	294.269	268.363	↑	↑	2,0
Área em construção Campus Trindade	14.630	14.333	15.321	17.267	35.692	↑	↑	2,1
Área construída Unidades Dispersa	323.501	323.501	323.097	323.097	321.347	→	→	-
Área Demolidada	-	-	170	461	-	-	-	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PROAF

A Tabela 13, mostra a localização das áreas que são de propriedade ou estão sob a responsabilidade da UFSC.

Tabela 13) Instalações

Localização	Área (m2)
Campus Trindade	1.020.769
Mangue do Itacorubi	2.073.641
Centro de Ciências Agrárias	30.000
Barra da Lagoa	190.282
Fazenda Ressacada	1.834.531
Fazenda Yakult (Araquari)	3.630.000
Colégio Agrícola (Araquari)	2.055.965
Colégio Agrícola (Camboriú)	1.940.000
Centro de C. da Saúde (Ferreira Lima-Florianópolis)	1.305
Edifício na Travessa Ratclif (Centro-Florianópolis)	250
Unidade de Conservação Ambiental Desterro (Ratones)	5.300.000
Antigo Edifício do MEC	2.169
Total	18.078.912

Fonte: Relatório de Gestão 2007.

2. GESTÃO ACADÊMICO – ADMINISTRATIVA

Destaca as principais realizações no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão administrativa, entre outros.

2.1 Educação Básica

Pela Tabela abaixo, constata-se a redução do número de alunos matriculados na Educação Básica, significando 246 (9,05%) alunos a menos.

Tabela 14) Alunos matriculados

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003
Ensino Médio	630	685	678	620	611
Ensino Técnico	955	1.155	1.145	1.046	851
Ensino Fundamental	611	600	610	626	611
Núcleo de Desenvolvimento Infantil (Pré-escolar)	276	278	278	278	286
Total	2.472	2.718	2.711	2.570	2.359

FONTE: PREG

2.2 Ensino de Graduação

Em 2007 a UFSC contava com 66 cursos de graduação, sendo 51 diurnos e 15 noturnos e ofereceu 3.920 vagas no vestibular, sendo 925 (23,60%), para os cursos noturnos.

- Ensino à Distância

No que se refere ao Ensino à Distância, a UFSC participa atualmente de três programas nacionais: Pró-Licenciatura – formação continuada para professores de Educação Básica; Universidade Aberta do Brasil – cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas e Curso piloto de Administração – parceria entre SEED/MEC e Banco do Brasil.

Todos os cursos são financiados pelo MEC ou em parceria com empresas estatais integrantes do Fórum das Estatais pela Educação.

Pela Tabela 15, constata-se o grande crescimento dessa modalidade de ensino: de 2006 para 2007, o número de alunos aumentou em 123,84%, as vagas oferecidas em 137,54%, o número de pólos dobrou, assim como o de cursos que aumentou em 280%.

Tabela 15) Ensino à Distância

Indicador	2007	2006	2005
Numero de vagas	6.131	2.581	1.000
Número de alunos matriculados	5.717	2.554	1.000
Número de pólos	66	33	6
Curso de Graduação Licenciatura	8	4	3
Cursos de Graduação Bacharelado	4	1	1
Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (UAB)	2	-	-
Total Cursos	14	5	4

FONTE: PREG

O programa de EaD/UFSC, envolve diretamente 799 pessoas, distribuídas entre gestores, Servidores Técnico-Administrativos, Professores, bolsistas, entre outros.

- REUni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Observa-se pela Tabela 16, que a UFSC está programando criar 31 cursos novos até 2011, através do REUni, sendo 21 no período diurno e 10 no noturno, gerando um acréscimo de 1.430 vagas novas.

Tabela 16) Reuni - Cronograma de Criação de Novos Cursos

Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
Total de Cursos Novos	3	23	4	1	10	21
Sub-Total de Vagas					515	915
Total Geral de Vagas	1.430					

Conforme a Tabela 17, além dos novos cursos, está prevista a ampliação gradativa de 480 vagas, até 2012, em cursos existentes, ampliando em 90 as vagas dos cursos noturnos e em 390, as dos cursos diurnos.

Tabela 17) Reuni - Cronograma de Ampliação das Vagas nos Cursos Existentes

Ampliação de Vagas	Noturno	Diurno
2008	0	55
2009	60	335
2010	30	0
2011	0	0
2012	0	0
Sub-Total	90	390
Total Geral	480	

No total, o REUni irá acrescentar até o final de sua implantação, 1.910 novas vagas, conforme Tabela 18, abaixo, o que representa um acréscimo de 48,72% às vagas já existentes.

Tabela 18) Reuni - Total de Vagas até 2011

Vagas até 2011	Noturno	Diurno	Total
Cursos Novos	515	915	1.430
Ampliação de Vagas	90	390	480
Total	605	1.305	1.910

O cronograma de contratação de professores e servidores técnico-administrativos para atender a ampliação da UFSC, gerada pelo REUni, apresenta-se na Tabela abaixo.

Tabela 19) Reuni - Cronograma de Contratação de Profs. e Técnico-administrat.

SERVIDOR	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Docente	30	70	150	150	0	400
Professor Visitante	10	20	10	15	30	85
Total Professor	40	90	160	165	30	485
Técnico-Administrativo Nível Médio	5	20	35	20	20	100
Técnico-Administrativo Nível Superior	20	20	60	20	20	140
Total Técnico-Administrativo	25	40	95	40	40	240
TOTAL GERAL	65	130	255	205	70	725

Para a implementação do crescimento proposto pela UFSC no programa REUni, investimentos se farão necessários, principalmente em: salas de aula, laboratórios, moradia estudantil, restaurante universitário, salas de professores, espaços administrativos, entre outros.

A Tabela 20, mostra o cronograma dos investimentos previstos em estrutura física.

Tabela 20) Cronograma de Investimentos

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Curitibanos	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	800	Prédio Novo
2008	Moradia Estudantil	Prédio da Moradia Estudantil	1.610	Ampliação
2008	Restaurante Universitário	Prédio do Restaurante	1.000	Ampliação
2008	Salas de Aula do Centro de Educação	Centro de Educação	1.000	Ampliação
TOTAL 2008			7.410	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2009	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Campus Florianópolis	3.000	Prédio Novo

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2009	Climatização Biblioteca Universitária	Biblioteca	9.000	Reforma
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Araranguá	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Joinville	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Curitibanos	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Joinville	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Araranguá	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	4.500	Prédio Novo
TOTAL 2009			28.500	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Centro de Ciências Biológicas	8.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	3.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	2.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Educação	1.000	Prédio Novo
TOTAL 2010			14.000	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Tecnológico	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Comunicação e Expressão	3.500	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Sócio-Econômico	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem e Administração	Centro de Desportos	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Jurídicas	1.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	2.000	Prédio Novo
TOTAL 2011			16.500	
TOTAL GERAL			66.410	

Também está previsto investimento em equipamentos didáticos, no valor de R\$ 13.269.387,00, no período, a serem aplicados em todos os centros de ensino.

O Programa também prevê o oferecimento de 2.500 bolsas de Assistência Estudantil aos alunos que atendam critérios sócio-econômicos e de inserção didático pedagógica nas atividades de aprendizagem do seu curso.

A Tabela 21, mostra a distribuição do número dessas bolsas no período de implantação do REUni.

Tabela 21) Cronograma de Oferta de Bolsa de Assistência Estudantil

Assistência Estudantil	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Bolsa de Assistência Estudantil	100	500	600	500	500	2.500

Para os alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estarão atuando dentro do programa de integração da graduação com a pós-graduação, também haverá 755 bolsas, a serem distribuídas conforme cronograma da Tabela 22.

Tabela 22) Cronograma de Oferta de Bolsas para Pós-Graduação

Bolsa	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Mestrado	50	80	120	50	100	400
Doutorado	30	60	70	60	40	260
Pós-doutorado	10	30	15	23	17	95
TOTAL GERAL	90	170	205	133	157	755

Sinteticamente, o orçamento previsto para implantação do REUni na UFSC, no período de 2008 a 2012, está apresentado no Tabela 23, abaixo.

Tabela 23) Projeto REUni – Quadro Síntese do Orçamento (R\$)

Itens	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Pessoal	2.123.874,20	5.548.999,00	13.872.497,50	22.195.996,00	22.195.996,00	65.476.188,20
Bolsas	2.157.840,00	7.543.920,00	12.558.480,00	18.330.960,00	23.489.280,00	64.080.480,00
Custeio em Geral	1.372.711,15	5.047.965,20	6.079.917,20	9.638.001,70	24.261.621,50	46.400.216,75
Custeio-Total Projetado	5.654.425,35	19.297.817,50	35.363.463,90	53.715.285,70	74.194.984,30	188.225.976,75
Edificações	10.353.512,55	21.000.000,00	14.000.000,00	16.500.000,00	0,00	61.853.512,55
Infra-Estrutura	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Equipamentos	1.200.000,00	4.069.387,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	13.269.387,00
Investimento-Total Projetado	11.553.512,55	26.069.387,00	18.000.000,00	20.500.000,00	0,00	76.122.899,55
Total Geral	17.207.937,90	45.367.204,50	53.363.463,90	74.215.285,70	74.194.984,30	264.348.876,30

Fonte: MEC – SESu/DEDES/REUUni

2.3 Ensino de Pós-graduação

Em 2007 houve avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, realizada pela CAPES. As notas alcançadas pelos cursos da UFSC estão demonstradas na Tabela 24, a seguir. Destaque-se que somente um programa obteve nota máxima: Química.

Tabela 24) Avaliação CAPES (Número de Cursos)

Nota	2007	2004	2001
7	01	00	01
6	04	05	04
5	18	16	08
4	18	16	18
3	11	12	15
Total de Cursos	52	49	46

A Tabela 25 abaixo mostra os novos cursos de pós-graduação criados em 2007, sendo que alguns terão início somente em 2008.

Tabela 25) Novos Cursos de Pós-Graduação
Início das Atividades Acadêmicas em 2007

Programa	Nível	Centro	Nota
Design e Expressão gráfica	M	CCE	3
Engenharia de Automação e sistemas	M/D	CTC	5
Jornalismo	M	CCE	3

Início das Atividades Acadêmicas em 2008

Bioquímica	M/D	CCB	4
Ecologia	M	CCB	4
Ciências Médicas	M/D	CCS	4
Administração	D	CSE	4

FONTE: PRPG

Em 2007, a UFSC contava com 52 programas de pós-graduação, divididos em 51 cursos de mestrado acadêmico, 03 cursos de mestrado profissionalizante e 35 cursos de doutorado. Além de ter oferecido 49 cursos de especialização.

2.4 Pesquisa

O Diretório de Grupos do CNPQ conta atualmente com 431 Grupos de Pesquisa cadastrados pela UFSC, ocupando o 7º. lugar entre as instituições nacionais.

A Tabela 26 mostra a distribuição dos grupos pelas áreas de conhecimento.

Tabela 26) Distribuição por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	No. De Grupos
Ciências Agrárias	24
Ciências Biológicas	37
Ciências Exatas e da Terra	54
Ciências Humanas	81
Ciências Sociais Aplicadas	67
Ciências da Saúde	63
Engenharias	77
Linguística, Letras e Artes	28
Total	431

Abaixo mostra-se a produção intelectual dos pesquisadores da UFSC, distribuída em artigos publicados, livros, trabalhos em congressos, entre outros.

Tabela 27) Produção Intelectual

Produção por Unidades Acadêmicas	Produção Bibliográfica	Produção Técnica	Produção Artística, Cultural
Ciências Agrárias	407	60	-
Ciências Biológicas	286	134	-
Comunicação e Expressão	884	552	11
Ciências Jurídicas	379	128	-
Ciências da Saúde	875	144	-
Desportos	275	133	-
Ciências da Educação	754	652	1
Filosofia e Ciências Humanas	1.491	844	4
Ciências Físicas e Matemáticas	378	89	-
Sócio-Econômico	467	164	-
Tecnológico	2.169	696	1
Total	8.317	3.576	17

FONTE: PRPe

A Tabela abaixo mostra que houve redução de mais de 30% nos pedidos ao INPI de patentes e registros, bem como nos que se encontram sob análise prévia no Departamento de Propriedade Intelectual, da UFSC.

Tabela 28) Propriedade Intelectual – Por Categoria

Categorias	Pedidos Perante o INPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	7	5	13	11
Patente de Modelos Utilidade	0	1	0	2
Registro de Marcas	4	1	6	1
Registro de Programa de Computador	1	2	11	3
Pedidos Internacionais	0	0	0	2
Total	13	9	30	19
Categorias	Análise Prévia no DPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	17	16	21	13
Patente de Modelos Utilidade	0	1	3	2
Registro de Desenho Industrial	1	0	0	0
Registro de Marcas	4	3	7	1
Registro de Programa de Computador	1	4	13	3
Direitos Autorais	1	2	2	9
Indicação Geográfica	0	0	0	2
Pedido Internacional	0	0	0	2
Total	24	26	46	29

FONTE: PRPe

3. CONTROLE EXTERNO

Apresenta os indicadores normalmente solicitados pelos órgãos de controle externo, entre outras informações.

3.1 Indicadores do TCU

Resumidamente apresentam-se abaixo alguns indicadores exigidos pe TCU-Tribunal de Contas da União.

Destaca-se o indicador de Qualificação do corpo docente.

- Aluno Tempo Integral / Professor = $29.539,45 / 1.755,5 = 16,83$ alunos por prof.
- Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = $29.539,45 / 3.535,25 = 8,36$
- Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = $29.539,45 / 2.373 = 12,45$
- Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $3.487,50 / 1.755,5 = 2,01$
- Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $2.373 / 1.755,5 = 1,35$
- Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $226/52 = 4,35$ (para um máximo de 7,00).
- Índice de Qualificação do Corpo Docente = **4,25** (para um máximo de 5,00).
- Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) (No. de Diplomados/Total de Ingressantes) = $2.816 / 3.890 = 0,72$

3.2 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

As tabelas a seguir mostram os pagamentos de despesas efetuados mediante o uso de Cartões Corporativos por 10 servidores da UFSC.

Tabela 29) Cartão de Crédito Cooperativo: Despesas Pagas Mediante Fatura (R\$)				
Exercício 2006			Exercício 2007	
	Total	1.874,34	Total	44.799,22
Saques Efetuados (R\$)				
Exercício 2006			Exercício 2007	
	Total	0,00	Total	19.295,00

As despesas efetuadas com suprimentos de fundos, no exercício de 2007, somaram R\$ 163.360,19, sendo que, para o próximo exercício, tais despesas passarão a ser pagas também com Cartões Corporativos.

Os setores que fizeram uso desses recursos foram: NUMA, HU, DMSG e CCA, entre outros.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O orçamento para o ano de 2007 foi aberto pela Resolução No. 125/CC/2007, de 14 de dezembro de 2007. Posteriormente substituída pela Resolução No. ?/CC/2008, de 28 de março de 2008.

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- Receita: Previsão = R\$ 639.850.871,63
Execução = R\$ 577.172.204,31
Diferença = R\$ 62.678.667,32
- Despesa: Previsão = R\$ 645.106.120,63
Execução = R\$ 633.017.038,93
Diferença = R\$ 12.089.081,70

O desequilíbrio entre a previsão da receita e a fixação da despesa no valor de R\$ 5.255.249,00, foi ajustado por créditos suplementares referentes a excesso de arrecadação, abertos em julho e novembro, de 2007.

Houve redução de, aproximadamente, 20% na diferença entre previsão e execução, em relação ao exercício de 2006 e uma significativa redução de 90%, no que se refere à diferença entre despesa prevista e executada naquele ano. (Ver Parecer Conselho de Curadores 2006).

A diferença entre a execução da Receita e da Despesa ficou R\$ 55.844.834,62.

2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O crédito inicial foi determinado em R\$ 544.053.449,00 e elaborado de acordo com a Lei Orçamentária No. 11.451, de 07/02/2007, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. Deste montante, 97,36% são recursos provenientes do Tesouro Nacional e 2,64% são recursos próprios.

No decorrer do ano, este orçamento sofreu alterações, tendo sido acrescidos créditos suplementares abertos no exercício no valor de R\$ 19.120.325,00, mais transferências correntes (convênios) de R\$ 97.957.573,63 e deduzidas anulações no valor de R\$ 11.042.924,00, resultando num montante de R\$ 650.088.423,63. Desse total, 73,00% refere-se a pessoal e encargos sociais, 23,58% a outras despesas correntes e, somente 3,41% a investimentos.

O total da despesa empenhada, por grupos, está assim distribuído:

Tabela 30) DESPESA EXECUTADA

DESPESA	2007 (R\$)	2007 % s/Total	2006 (R\$)	2006 % s/Total
Pessoal e Encargos Sociais	470.072.895,00	74,26	456.761.542,00	77,79
Outras Despesas Correntes	141.377.301,80	22,33	119.436.137,34	20,34
Investimentos	21.566.842,13	3,41	10.982.031,55	1,87
Total	633.017.038,93	100,00	587.179.710,89	100,00

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi distribuída da seguinte forma:

- AtivosR\$ 356.202.755,42 – 75,78%
- Inativos e Pensionistas.....R\$ 113.870.139,76 – 24,22%

As Despesas Correntes foram destinadas para Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica) – 62,0%, Material de Consumo – 12,2%, Bolsas – 9,97%, entre outras.

Quanto aos Investimentos, a rubrica “Obras e Instalações” ficou com 50,66% e “Equipamentos e Material Permanente” com 49,12%.

Observa-se, no entanto, que a UFSC realizou despesas o valor de R\$ 633.017.038,93, representando 97,37% do total do orçamento previsto.

Tabela 31) COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA (R\$)

Ano	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total	Cresc. %
2004	349.650.014,33	84.126.060,15	5.875.507,44	439.651.581,92	-
2005	355.133.285,67	101.935.705,52	11.933.298,97	469.002.290,16	+6,68
2006	456.761.542,00	119.436.137,34	10.982.131,55	587.179.710,89	+25,20
2007	470.072.895,00	141.377.301,80	21.566.842,13	633.017.038,93	+7,81

Destaca-se o acréscimo de 18,37% em Outras Despesas Correntes e de 96,38% em Investimentos, ocorridos no exercício de 2007 em relação a 2006. Sendo a maior parte do crescimento em Investimentos, relacionada a ensino à distância, pólos de ensino, Reuni, entre outros.

Tabela 32) COMPARATIVO DOS RECURSOS DO TESOIRO E PRÓPRIOS (R\$)

Ano	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total	Crescim. %
2004	423.798.371,87	9.656.194,81	433.454.566,68	-
2005	493.248.383,83	11.415.399,98	504.663.783,81	+16,43
2006	542.201.654,87	9.297.309,68	551.498.964,55	+9,28
2007	567.378.003,54	10.812.461,28	578.190.464,82	+4,84

De 2006 para 2007 os recursos provenientes do Tesouro Nacional tiveram acréscimo de 4,64% e os Recursos Próprios aumentaram 16,30%, em grande parte proveniente dos cursos de especialização que passaram a ser incorporados ao orçamento da instituição.

Os recursos passíveis de processo licitatório, foram assim executados:

Tabela 33) PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE	VALOR (R\$)	% s/ TOTAL
Dispensa	69.851.866,62	54,25
Pregão	29.552.904,39	22,95
Inexigível	13.509.613,74	10,49
Concorrência	9.239.454,98	7,18
Tomada de Preços	5.620.213,51	4,36
Outros	993.080,40	0,77
Total	128.767.133,64	100,00

Dentro do valor da modalidade “Dispensa”, encontram-se recursos referentes a Hospital Universitário, convênios de pesquisa, ensino à distância, cursos de especialização, gerenciados pelas Fundações de apoio e outros.

Tabela 34) Comparativo Despesa Arrecadada x Despesa Empenhada

ANO	RECEITA	DESPESA
2004	433.454.566,68	439.651.581,92
2005	455.041.005,76	469.002.290,16
2006	549.672.747,61	587.179.710,89
2007	577.172.204,31	633.017.038,93

O montante de receita arrecadada em 2007 (R\$ 577.172.204,31) foi inferior à despesa realizada (R\$ 633.017.038,93) ficando registrado em Receitas a Receber R\$ 55.844.834,62.

3. BALANÇO FINANCEIRO

A Receita e a Despesa Orçamentária, os saldos extra-orçamentários, os recursos oriundos do exercício anterior e os que se transferem para o seguinte, estão demonstrados no Balanço Financeiro.

Tabela 35) MOVIMENTO DAS OPERAÇÕES (Receitas e Despesas)-R\$

CONTAS	RECEITAS	DESPESAS
Orçamentárias/Transferências Intragovernamentais	578.190.464,82	633.017.038,93
Transferências Concedidas	0,00	1.018.260,51
Extra-Orçamentárias/Transferências	185.041.816,72	129.196.982,10
Disponibilidade p/Período Seguinte	1.200.000,00	1.200.000,00
TOTAL	764.432.281,24	764.432.281,24

O saldo disponível para o exercício seguinte somou R\$ 17.277.761,49, sendo R\$ 16.077.761,59 na Conta Única e R\$ 1.200.000,00 na Conta de Aplicação.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta de um lado os bens e direitos e de outro, os compromissos e o patrimônio líquido da instituição.

O Ativo Financeiro soma R\$ 78.679.962,54 e o Passivo apresenta um saldo negativo de R\$ 17.017,70.

Tabela 36) Ativo Financeiro

Disponível em Moeda Nacional	1.200.000,00
Créditos a Receber	40.519.074,97
Limite a Receber p/Pgto de Restos a Pagar	20.883.126,08
Limite de Saque c/Vinc. de Pagamento	16.077.761,49
Valores em Transito Realizáveis	0,00
Total	78.679.962,54

Tabela 37) Passivo Financeiro

Consignações	893.354,09
Recursos do Tesouro Nacional	3.141.373,65
Depósitos de Diversas Origens	71.035,84
Restos a Pagar Processados	7.497.231,80
Restos a Pagar Não Processados	62.788.441,23
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.018.260,51
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	3.287.283,12
Total	78.696.980,24

O Ativo não Financeiro, no valor de R\$ 752.294.927,24, está assim constituído: Bens e Valores em Circulação (estoque no Almoxarifado), somam R\$ 4.745.061,06; Imobilizado (Bens móveis e imóveis) somando R\$ 712.281.744,72; Créditos em Circulação no valor de R\$ 35.268.121,46.

O Patrimônio Líquido totaliza R\$ 815.066.350,77.

CONCLUSÃO E PARECER

Após o exame geral a que foi submetida a Prestação de Contas relativa ao ano de 2007, da Universidade Federal de Santa Catarina, entendemos que esteja de acordo com as normas e os padrões usuais de apresentação das contas de encerramento de exercício deste tipo de Instituição, bem como atende à legislação pertinente, conforme declarado no processo.

Para melhor clareza e facilidade de análise, sugerimos que conste da cópia da Prestação de Contas encaminhada para análise deste Conselho de Curadores, além do Relatório de Gestão, uma cópia impressa das Demonstrações Contábeis, mesmo que os órgãos externos não as estejam solicitando, já que têm acesso ao Siafi. Sugerimos também, o envio de cópias em CD ao relator.

Devido ao pouco tempo deixado ao Conselho de Curadores para elaborar a análise da Prestação de Contas, admite-se a possibilidade de não se ter feito uma análise mais acurada do processo.

Portanto, para que se tenham melhores condições de fazer a análise do processo, elaborar parecer e apresentá-los ao Conselho de Curadores é necessário que sejam envidados esforços no sentido de entregá-lo com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data para entrega ao Conselho Universitário. Nesse sentido, sugerimos, inclusive, que seja solicitada, a quem de direito, a expansão da data para entrega ao TCU.

Percebe-se, no entanto, que o não cumprimento deste prazo, como já solicitado em pareceres anteriores, deveu-se, este ano, a recentes modificações e exigências vindas do TCU (setembro e novembro de 2007) e da CGU (dezembro de 2007 e fevereiro de 2008), o que demandou um tempo maior para sua elaboração, conforme exposição de motivos 04/GR/2008, pág. 262, do processo.

Recomenda-se a constituição de uma comissão especializada para assessorar os Conselhos Superiores da UFSC, visando garantir melhores condições para emissão de pareceres e análises de temas que envolvam a área de Finanças Públicas.

Pelo exposto, S.M.J., somos de parecer **favorável à aprovação** da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2007, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de março de 2007.

Conselheira Elizabete Simão Flausino
Relatora

PROCESSO No. 23080.005213/2008-46

REQUERENTE: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

ASSUNTO: Apreciação da Prestação de Contas da UFSC – Exercício 2007

PARECER

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

Trata o presente processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, relativa ao exercício de 2007. Conforme determina o Estatuto desta instituição, no artigo 27, inciso III, é atribuição do Conselho de Curadores: “aprovar a prestação de contas anual da Universidade”. Cabe ao Conselho Universitário segundo o Estatuto da UFSC em seu artigo 17, inciso XI: “emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor”.

Na Exposição de Motivos n.05/GR/2008 de 27 de março de 2008, o Magnífico Reitor, Prof. Lúcio José Botelho, apresenta os motivos do processo em tela ter levado um tempo maior para sua elaboração e apreciação: “Salientamos, outrossim, que em face de alterações nas normas editadas pelo Tribunal de Contas da União atinente à formalização do processo de Tomada/Prestação de Contas Anual – consoante o (sic) documentos ‘*Decisões Normativas ns.85 e 88/2007*’ respectivamente de 19/09/07 e 28/11/07, e a ‘*Norma de execução n. 5*’, aprovada pela Portaria CGU n.1950 da Controladoria-Geral da União, ambas de 28/12/07, e alterada pela Portaria CGU n. 328, de 29/02/08, a elaboração da presente Prestação de Contas demandou maior tempo do que normalmente despendido nos processos afetos aos exercícios anteriores. Cumpre ressaltar, por fim, que o prazo para a entrega da Prestação de Contas está fixado para o dia 31/03/08”.

Conferindo os autos do processo, constata-se que estão inseridos os documentos definidos pela legislação e apresentados os quantitativos e as justificativas pertinentes.

As principais partes que compõem o Processo são: o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis. Para efeito do parecer, serão destacadas e analisadas as partes mais relevantes do documento, conforme podemos ver a seguir.

A) RELATÓRIO DE GESTÃO

Quanto ao Relatório de Gestão, destaca-se o seguinte:

1. ANÁLISE DO DESEMPENHO

a) Indicadores do Ensino de Graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos Presenciais	20.220	19.045	18.151	18.569	18.710	↑	↑	6,2
Número de alunos regularmente matriculados – Cursos a Distância	5.517	2.544	500	0	361	↑	↑	116,9
Vagas oferecidas (vestibular+transferências+retornos)	4.929*	4.675	4.335	4.383	4.444	↑	↑	5,4
Alunos diplomados – Cursos Presenciais**	2.816	2.688	2.731	2.765	2.787	↑	↑	4,8
Alunos diplomados – Cursos a Distância	0	0	0	0	339			
Taxa de sucesso (alunos formados/ vagas oferecidas)	0,57	0,57	0,63	0,63	0,62	↑	→	-
Alunos com matrícula trancada	2.432	1.638	1.289	1.517	1.536	→	↑	48,5
Bolsistas na graduação	9.298	9.653	7.816	5.684	5.585	↑	↓	-3,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

* Vagas oferecidas: Pelo Concurso do Vestibular = 3.920 vagas, por Transferências = 478 vagas e por Retornos = 277 vagas.

** Alunos Diplomados: Neste quantitativo estão sendo considerados todos aqueles que obtiveram grau.

** Para este indicador adotou-se a soma do segundo semestre de 2006 mais os concluintes do primeiro semestre de 2007.

FONTE: PREG e PROAF

Houve um decréscimo no número de bolsas para a graduação da ordem de 3,7% em comparação a 2006. Nesse número estão consideradas 431 bolsas de estágios, 480 monitoria, 458 de iniciação científica, 280 bolsas de extensão, 892 bolsas de treinamento e 166 bolsas do Programa Especial de Treinamento (PET). Somam-se a estes números 6.490 bolsas estágios de responsabilidade financeira de empresas e organismos. Destaque deve ser feito neste item para afirmar que em relação às bolsas para a graduação, no ano de 2007, a Universidade não contou com a participação das fundações de apoio na alocação de recursos.

Um destaque é ao aumento do Ensino de Graduação na Modalidade a Distância que registrou aumento de alunos matriculados da ordem de 116,9%, passando de 2.544 alunos em 2006 para 5.517 alunos em 2007.

Houve também um aumento na quantidade de alunos com matrícula trancada (48,5%).

Em relação às viagens de estudo, em 2007, 15.803 (3,6% a mais do que em 2006) alunos de Graduação utilizaram esse recurso da Universidade, através de 594 viagens (-0,3% em comparação com 2006).

b) Indicadores de Ensino de Pós-Graduação

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Número de programas	52	49	50	49	48	↑	↑	6,1
Número de alunos Matriculados - Especialização	1.972	581	2.866	4.307	3.027	↑	↑	239,4
Número de alunos Matriculados - Mestrado	4.388	3.111	3.822	4.834	5.482	↑	↑	41
Número de alunos Matriculados - Doutorado	2.213	1.826	2.215	2.263	2.360	↑	↑	21,2
Número de defesas - Dissertações	625	914	1.156	1.333	1.736	→	↓	-31,6
Número de defesas - Teses	170	204	348	359	414	→	↓	-16,7
Número de alunos - Residência Médica	68	62	54	51	50	→	↑	9,7
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRPG e PROAF

Em 2007 a UFSC tinha 52 Programas de Pós-Graduação divididos em 35 Cursos de Doutorado e 51 de Mestrado.

Em 2007 houve a recuperação do número de alunos matriculados em cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) na ordem de 239,4%, passando de 581 alunos matriculados em 2006 para 1.972 em 2007, porém ainda muito longe dos anos de 2003 e 2004, com mais de 3.000 e 4.000 alunos respectivamente matriculados.

Destaque importante que se deve fazer é em relação ao aumento de matrículas em Mestrado (41%) e Doutorado (21,2%), ou seja, observa-se o aumento do número de ingressos, porém as defesas de dissertações e teses reduziram em 31,6% e 16,7%, respectivamente.

c) Indicadores da Pesquisa vinculado ao Coleta Capes

Indicador	2007
Artigo Indexados INTERNACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.015
Artigos Indexados NACIONAIS (QUALIS A, B, C)	1.008
Outros Periódicos não Indexados, Artigos Traduzidos, Resenhas, Verbetes, Jornais & Revistas, Entrevistas, etc	850
Livros Publicados	124
Coletâneas (Livros Organizados)	58
Capítulos de Livro	824
Livros Traduzidos	19
Trabalhos Completos em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	2.665
Resumo em Anais de Congressos Nacionais e Internacionais (QUALIS A,B,C)	1.754
Produção Técnica	3.576
Produção Artística	17
Total Produção Científica	11.910
Iniciação Científica/PIBIC	448
Dissertação de Mestrado	900
Tese de Doutorado	236
Total Produção Científica + Iniciação Científica + Dissertação + Teses	13.494

FONTE: Avaliação CAPES 2007 – Cadernos de Indicadores
(<http://servicos.capes.gov.br/cadernosavaliacao/>)

É informado no Processo, aqui transcrito *ipsis literi*: “Inicialmente a coleta era feita diretamente de cada departamento de ensino, no entanto, a necessidade de se obter informações mais fidedignas passou-se a buscar as informações diretamente do Lattes Institucional do CNPq (quadro abaixo com informações até o ano de 2006). Porém, novamente problemas com dificuldades operacionais do sistema vieram a inibir a coleta. Daí a necessidade de utilizar de outra base de dados, agora, vinculada à Coleta CAPES, que se refere ao programa de pós-graduação. Nosso objetivo é que daqui por diante, em face da confiabilidade das informações, passe a utilizá-lo e com isso reestruturaremos uma nossa série histórica de informações pertinentes ao Indicador de Pesquisa”.

Registra-se que no documento, não é informada a maneira de fazer a coleta da Produção Científica dos Professores que não estão vinculados aos Programas de Pós-Graduação, pois o Coleta CAPES, salva melhor juízo, não possibilita conhecer a Produção Científica dos Professores dos Departamentos com um todo, mas sim de todos os Professores vinculados a Programas de Pós-Graduação. O entendimento desse relator, ao ler o Processo, foi que tal Produção, não levada em consideração na Prestação de Contas de 2007, pelo menos não há o registro claro dela.

Destaque deve ser feito, é que os pesquisadores da UFSC com Bolsa de Produtividade em Pesquisa - CNPQ correspondem a 93% dos bolsistas do estado de Santa Catarina. Os docentes bolsistas representam 25% do total de doutores da Universidade.

O *World Ranking of Universities*, em julho de 2007, no que se refere à pesquisa, classifica a UFSC como a 3ª. Universidade do Brasil (depois da USP e da UNICAMP), a 5ª. entre as IES da América Latina, a 7ª. entre os BRIC, a 11ª. na Iberoamérica e a 263ª. dentre as 5.000 instituições classificadas no mundo. Sendo que apenas 9 IES brasileiras estão entre as 500 primeiras.

d) Indicadores de Extensão

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atividades de Extensão Registradas	2.113	1.684	1.511	1.536	1.632	↑	↑	25,5
Bolsas de Extensão	280	227	153	200	195	↑	↑	23,3
Certificados atividades de extensão	17.533	16.648	15.216	12.395	14.751	↑	↑	5,3
Atividades de extensão artístico-culturais	251	284	187	296	373	↑	↓	-11,6
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PRCE e PROAF

Em Extensão pode-se destacar o acréscimo das atividades registradas (25,5%) e nas bolsas de extensão em 23,3%, porém houve um decréscimo de (11,6%) em Atividades de Extensão Artístico-Culturais.

Indicadores do Hospital Universitário

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Atendimentos no hospital (ambulatório)	152.172	152.978	168.486	139.374	131.265	↑	↓	-0,5
Atendimentos no hospital (Emergência)	64.781	94.713	100.346	111.807	110.861	↑	↓	-31,6
Internações hospitalares	8.867	9.597	9.608	9.565	9.434	↑	↓	-7,6
Cirurgias (Centro Cirúrgico)	3.017	2.833	2.832	2.655	2.548	↑	↑	6,5
Cirurgias ambulatoriais	2.839	3.454	3.944	3.452	4.791	↑	↓	-17,8
Número de ambulatórios	59	59	59	56	56	→	→	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

Dados referentes ao período de janeiro a novembro/2007

FONTE: HU e PROAF

Os destaques em relação ao Hospital Universitários recaem na redução em 31,6% no atendimento da Emergência do HU, em decorrência da reforma no Serviço de Emergência que levou 5 meses para ser concluída. Segundo o relatório, os demais decréscimos ocorridos são justificados pela criação de postos de saúde 24 horas em Florianópolis e pela consolidação do SAMU (distribuindo entre as instituições os atendimentos emergenciais e de urgência).

e) Indicadores de Recursos Humanos

Abaixo se pode observar o elevado índice de qualificação do corpo docente, sendo que, aproximadamente, 95,95% é formado por doutores e mestres. Os índices de qualificação do corpo docente estão muito acima da média brasileira e do requerido pela LDB. É importante destacar e não poderia ser diferente em uma IES pública e federal a redução percentual de professores graduados, especialistas e mestres e o aumento percentual de professores doutores.

Infelizmente, em 2007, a UFSC aumento o seu quadro docente em apenas 2%.

Docentes Efetivos – Titulação – Ensino Superior

Indicador/ (% Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados (1,59)	26	32	39	43	50	↓	↓	-18,8
Especialistas(2,45)	40	51	58	66	77	↓	↓	-21,6
Mestres (15,50)	253	269	292	324	375	↑	↓	-5,6
Doutores (80,45)	1.313	1.248	1.160	1.119	1.053	↑	↑	5,2
Total	1.632	1.600	1.549	1.552	1.555	↑	↑	2,0

FONTE: PREG

No que tange ao Regime de Trabalho 90,32% do quadro docente está em Dedicação Exclusiva.

Docentes – Quadro Geral – Ensino Superior

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
20h	91	91	94	95	91	↓	→	-
40h	67	82	84	88	100	→	↓	-18,3
DE	1.474	1.427	1.371	1.369	1.364	↑	↑	3,3
Visitante	6	6	8	5	5	→	→	-
Substituto	318	312	322	304	286	↓	→	-
Total	1.956	1.918	1.879	1.861	1.846	↑	↑	1,7

FONTE: PREG

A relação aluno/docente está em 17,65 (considerando os alunos de graduação e pós e sem os professores substitutos). Incluindo os substitutos a relação passa para 14,77.

Os professores substitutos representam 19,49% do quadro de efetivos, média que vem se mantendo nos últimos anos.

Professores Substitutos por Titulação - Ensino Superior

Indicador (%/ Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Graduados (30,13)	94	85	99	97	112	↓	↑	10,6
Especialistas(16,03)	50	60	55	41	35	↓	↓	-16,7
Mestres (38,46)	120	133	133	128	81	↓	↓	-9,8
Doutores (15,38)	48	34	35	38	22	↓	↑	41,2
Total	312	312	322	304	250	↓	→	-

FONTE: PREG

Os professores substitutos, à luz dos efetivos, também tem aumentando a qualificação a partir de um incremento de 41,2 % de doutores.

A partir dos dados abaixo se pode constatar que houve redução de professores no Ensino Básico (10 docentes) e que, aproximadamente, 57% têm doutorado ou mestrado.

Docentes – Titulação – Ensino Básico

Indicador (%/Total-2007)	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
2º. Grau Completo(1,31)	2	3	2	2	2	→	↓	-33,3
Graduados (15,03)	23	26	27	28	35	↓	↓	-11,5
Especializados(26,80)	41	58	54	59	52	↑	↓	-29,3
Mestres (45,75)	70	63	68	58	63	↑	↑	11,1
Doutores (11,11)	17	13	12	13	8	↑	↑	30,8
Total	153	163	163	160	160	→	↓	-6,1

FONTE: PREG

98,69% dos docentes do Ensino Básico pertencem ao regime de Dedicação Exclusiva e 74 professores substitutos, representando 48,37% dos efetivos, também atuam neste nível de ensino. Portanto, um percentual bem mais elevado do que o percentual de professores substitutos que atuam na Graduação.

A relação aluno x docente no ensino básico foi de 14,35, em 2007. Porém, ao incluir os professores substitutos ela passa para 9,67. Percentuais bem inferiores aos docentes de Graduação e Pós-Graduação.

Abaixo pode ser observado que o número de servidores técnico-administrativos vem reduzindo desde 2004, passando de 2.998 para 2.853, uma redução de quase 5%. Sendo que a redução mais expressiva (20%) se deu no nível auxiliar.

Servidores Técnico-administrativos - Quadro Geral - Por Nível

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Nível de Auxiliar	230	244	280	292	273	↑	↓	-5,7
Nível Intermediário	1.856	1.887	1.877	1.920	1.824	↑	↓	-1,6
Nível Superior	767	796	785	786	764	↑	↓	-3,6
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

O Regime de Trabalho dos STA, em sua grande maioria (93,17%) estão contratados por 40 horas de trabalho semanais.

Servidores Técnico-administrativos – Escolaridade

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Sem Escolaridade	0	0	1	1	3	→	→	-
1º. Grau Incompleto	282	361	384	345	378	↓	↓	-21,9
1º. Grau Completo	186	161	150	178	170	↑	↑	15,5
2º. Grau Incompleto	145	346	321	259	262	↓	↓	-58,1
2º. Grau Completo	948	866	809	952	889	↑	↑	9,5
Superior Incompleto	76	129	96	105	109	↓	↓	-41,1
Superior Completo	1.216	1.064	1.183	1.147	1.050	↑	↑	14,3
Total	2.853	2.927	2.942	2.998	2.861	↑	↓	-2,5

FONTE: PRDHS

O Hospital Universitário continua sendo uma Unidade que sozinha é maior em números de STA que vários centros de ensino juntos, pois tem sozinho 43,53% de todos os STA's da UFSC.

O quadro de pessoal terceirizado contava com 591 pessoas, com aumento de 6,87%, justificado pelo acréscimo na área construída (mais vigilância, limpeza, conservação, etc.) e pelos cargos em extinção (ex.: porteiros, vigilantes, etc.).

f) Infra-estrutura

Observa-se, que em 2007, não foi diferente dos últimos três anos, com um crescimento de apenas (2%) de área física construída no campus da Trindade.

Área Física

Indicador em m ²	2007	2006	2005	2004	2003	Comparação 2006 / 2007		
						Indicador Esperado	Indicador Medido	Δ %
Área construída Campus Trindade	308.630	302.646	300.440	294.269	268.363	↑	↑	2,0
Área em construção Campus Trindade	14.630	14.333	15.321	17.267	35.692	↑	↑	2,1
Área construída Unidades Dispersa	323.501	323.501	323.097	323.097	321.347	→	→	-
Área Demolida	-	-	170	461	-	-	-	-
Orçamento Executado (Global) – Em R\$ 1.000,00	633.017	587.180	469.002	439.652	377.022	↑	↑	7,8

FONTE: PROAF

Abaixo é apresentada a localização das áreas que são de propriedade ou estão sob a responsabilidade da UFSC.

Instalações

Localização	Área (m2)
Campus Trindade	1.020.769
Mangue do Itacorubi	2.073.641
Centro de Ciências Agrárias	30.000
Barra da Lagoa	190.282
Fazenda Ressacada	1.834.531
Fazenda Yakult (Barra do Sul)	3.630.000
Colégio Agrícola (Araquari)	2.055.965
Colégio Agrícola (Camboriú)	1.940.000
Centro de C. da Saúde (Ferreira Lima-Florianópolis)	1.305
Edifício na Travessa Ratclif (Centro-Florianópolis)	250
Unidade de Conservação Ambiental Desterro (Ratones)	5.300.000
Antigo Edifício do MEC	2.169
Total	18.078.912

Fonte: Relatório de Gestão 2007.

2) GESTÃO ACADÊMICO – ADMINISTRATIVA

Educação Básica

Constata-se a redução do número de alunos matriculados na Educação Básica, significando 246 (9,05%) alunos a menos.

Alunos matriculados

Indicador	2007	2006	2005	2004	2003
Ensino Médio	630	685	678	620	611
Ensino Técnico	955	1.155	1.145	1.046	851
Ensino Fundamental	611	600	610	626	611
Núcleo de Desenvolvimento Infantil (Pré-escolar)	276	278	278	278	286
Total	2.472	2.718	2.711	2.570	2.359

FONTE: PREG

Ensino de Graduação

Em 2007 a UFSC contava com 66 cursos de graduação, sendo 51 diurnos e 15 noturnos e ofereceu 3.920 vagas no vestibular, sendo 925 (23,60%), para os cursos noturnos.

O Vestibular da UFSC para ingresso em 2007, em função do seu Programa de Ações Afirmativas, colocou a disposição dos Candidatos Auto Declarados Negros (Pretos ou Pardos) 414 vagas, sendo ocupadas somente 323 delas e 819 vagas para Candidatos oriundos de Escolas Públicas, sendo ocupadas em sua totalidade. É informado à pág. 30: “Serão ainda oferecidas 5 vagas extras para candidatos indígenas”.

Pela dimensão e o crescimento do Ensino a Distância na UFSC, cabe alguns comentários a esse respeito. A UFSC participa atualmente de três programas nacionais: Pró-Licenciatura – formação continuada para professores de Educação Básica; Universidade Aberta do Brasil – cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas e Curso piloto de Administração – parceria entre SEED/MEC e Banco do Brasil e outras 21 IES Federais e 7 Estaduais.

Todos os cursos são financiados pelo MEC ou em parceria com empresas estatais integrantes do Fórum das Estatais pela Educação.

Conforme podemos observar abaixo, constata-se o grande crescimento dessa modalidade de ensino: de 2006 para 2007, o número de alunos aumentou em 123,84%, as vagas oferecidas em 137,54%, o número de pólos dobrou, assim como o de cursos que aumentou em 280%.

Ensino à Distância

Indicador	2007	2006	2005
Numero de vagas	6.131	2.581	1.000
Número de alunos matriculados	5.717	2.554	1.000
Número de pólos	66	33	6
Curso de Graduação Licenciatura	8	4	3
Cursos de Graduação Bacharelado	4	1	1
Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (UAB)	2	-	-
Total Cursos	14	5	4

FONTE: PREG

O programa de EaD/UFSC, envolve diretamente 799 pessoas, distribuídas entre gestores, Servidores Técnico-Administrativos, Professores, bolsistas, entre outros.

REUni

Em reunião do Conselho Universitário, é aprovado e entrada da UFSC ao REUni - **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**, em decorrência disso cabe também um destaque.

Segundo a documentação da Prestação de Contas, consta e é aqui destacada através da Tabela abaixo, que a UFSC está programando criar 31 cursos novos até 2011, através do REUni, sendo 21 no período diurno e 10 no noturno, gerando um acréscimo de 1.430 vagas novas.

Reuni - Cronograma de Criação de Novos Cursos

Cursos Novos	2008	2009	2010	2011	Noturno	Diurno
Total de Cursos Novos	3	23	4	1	10	21
Sub-Total de Vagas					515	915
Total Geral de Vagas	1.430					

Conforme consta abaixo, além dos novos cursos, está prevista a ampliação gradativa de 480 vagas, até 2012, em cursos existentes, ampliando em 90 as vagas dos cursos noturnos e em 390, as dos cursos diurnos.

Reuni - Cronograma de Ampliação das Vagas nos Cursos Existentes

Ampliação de Vagas	Noturno	Diurno
2008	0	55
2009	60	335
2010	30	0
2011	0	0
2012	0	0
Sub-Total	90	390
Total Geral	480	

No total, o REUni irá acrescentar até o final de sua implantação, 1.910 novas vagas, conforme Tabela abaixo, o que representa um acréscimo de 48,72% às vagas já existentes.

Reuni - Total de Vagas até 2011

Vagas até 2011	Noturno	Diurno	Total
Cursos Novos	515	915	1.430
Ampliação de Vagas	90	390	480
Total	605	1.305	1.910

O cronograma de contratação de professores e servidores técnico-administrativos para atender a ampliação da UFSC, gerada pelo REUni, apresenta-se na Tabela abaixo.

Reuni - Cronograma de Contratação de Profs. e Técnico-administrativos.

SERVIDOR	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Docente	30	70	150	150	0	400
Professor Visitante	10	20	10	15	30	85
Total Professor	40	90	160	165	30	485
Técnico-Administrativo Nível Médio	5	20	35	20	20	100
Técnico-Administrativo Nível Superior	20	20	60	20	20	140
Total Técnico-Administrativo	25	40	95	40	40	240
TOTAL GERAL	65	130	255	205	70	725

Para a implementação do crescimento proposto pela UFSC no programa REUni, investimentos se farão necessários, principalmente em: salas de aula, laboratórios, moradia estudantil, restaurante universitário, salas de professores e espaços administrativos.

Abaixo está o cronograma dos investimentos previstos em estrutura física.

Cronograma de Investimentos

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Curitibanos	3.000	Prédio Novo
2008	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	800	Prédio Novo
2008	Moradia Estudantil	Prédio da Moradia Estudantil	1.610	Ampliação
2008	Restaurante Universitário	Prédio do Restaurante	1.000	Ampliação
2008	Salas de Aula do Centro de Educação	Centro de Educação	1.000	Ampliação
TOTAL 2008			7.410	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2009	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Campus Florianópolis	3.000	Prédio Novo
2009	Climatização Biblioteca Universitária	Biblioteca	9.000	Reforma
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Araranguá	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Campus Joinville	3.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Curitibanos	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Joinville	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto Administrativo e Sala de Professores	Campus Araranguá	2.000	Prédio Novo
2009	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	4.500	Prédio Novo
TOTAL 2009			28.500	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios e Administração	Centro de Ciências Biológicas	8.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e	Centro de	3.000	Prédio

ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
	Laboratórios	Ciências Físicas e Matemáticas		Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	2.000	Prédio Novo
2010	Conjunto de salas de aula e Laboratórios	Centro de Educação	1.000	Prédio Novo
TOTAL 2010			14.000	
ANO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	M2	SITUAÇÃO
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Tecnológico	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências da Saúde	3.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Comunicação e Expressão	3.500	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro Sócio-Econômico	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem e Administração	Centro de Desportos	2.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Jurídicas	1.000	Prédio Novo
2011	Conjunto de salas de aula e ambientes de aprendizagem	Centro de Ciências Agrárias	2.000	Prédio Novo
TOTAL 2011			16.500	
TOTAL GERAL			66.410	

Está previsto investimento em equipamentos didáticos, no valor de R\$ 13.269.387,00, no período, a serem aplicados em todos os centros de ensino.

O Programa também prevê o oferecimento de 2.500 bolsas de Assistência Estudantil aos alunos que atendam critérios sócio-econômicos e de inserção didático pedagógica nas atividades de aprendizagem do seu curso.

Abaixo está a distribuição do número dessas bolsas no período de implantação do REUni.

Cronograma de Oferta de Bolsa de Assistência Estudantil

Assistência Estudantil	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Bolsa de Assistência Estudantil	100	500	600	500	500	2.500

Para os alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estarão atuando dentro do programa de integração da graduação com a pós-graduação, também haverá 755 bolsas, a serem distribuídas conforme cronograma da Tabela 22.

Cronograma de Oferta de Bolsas para Pós-Graduação

Bolsa	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Mestrado	50	80	120	50	100	400
Doutorado	30	60	70	60	40	260
Pós-doutorado	10	30	15	23	17	95
TOTAL GERAL	90	170	205	133	157	755

Sinteticamente, o orçamento previsto para implantação do REUni na UFSC, no período de 2008 a 2012, está apresentado na Tabela 23, abaixo.

Projeto REUni – Quadro Síntese do Orçamento (R\$)

Itens	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Pessoal	2.123.874,20	5.548.999,00	13.872.497,50	22.195.996,00	22.195.996,00	65.476.188,20
Bolsas	2.157.840,00	7.543.920,00	12.558.480,00	18.330.960,00	23.489.280,00	64.080.480,00
Custeio em Geral	1.372.711,15	5.047.965,20	6.079.917,20	9.638.001,70	24.261.621,50	46.400.216,75
Custeio- Total Projetado	5.654.425,35	19.297.817,50	35.363.463,90	53.715.285,70	74.194.984,30	188.225.976,75
Edificações	10.353.512,55	21.000.000,00	14.000.000,00	16.500.000,00	0,00	61.853.512,55
Infra-Estrutura	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Equipamentos	1.200.000,00	4.069.387,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	13.269.387,00
Investimento- Total Projetado	11.553.512,55	26.069.387,00	18.000.000,00	20.500.000,00	0,00	76.122.899,55
Total Geral	17.207.937,90	45.367.204,50	53.363.463,90	74.215.285,70	74.194.984,30	264.348.876,30

Fonte: MEC – SESu/DEDES/REUUni

No que tange ao REUni, recomenda-se rever os dados encaminhados por todos os Diretores de Centros de Ensino, pois se pode observar algumas discordâncias, por exemplo, o Centro Sócio-Econômico - CSE não encaminhou Curso de Relações Internacionais e Administração para a cidade de Araranguá, tal equívoco também pôde ser observado nos Curso do Centro Tecnológico - CTC.

Como consta também, diferentemente da Prestação de Contas de 2006, os novos Campus Avançados da UFSC (Araranguá, Curitibanos e Joinville), sugere-se que se faça alusão no Processo, de todos os procedimentos internos de aprovação dos mesmos.

Ensino de Pós-Graduação

Em 2007 houve avaliação trienal CAPES, com destaque para a Nota máxima (7) do curso de Mestrado e Doutorado em Química, abaixo constam todas as notas.

Avaliação CAPES (Número de Cursos)

Nota	2007	2004	2001
7	01	00	01
6	04	05	04
5	18	16	08
4	18	16	18
3	11	12	15
Total de Cursos	52	49	46

Os novos cursos de pós-graduação criados em 2007, sendo que alguns terão início somente em 2008, estamos listados na sequência:

Novos Cursos de Pós-Graduação

Início das Atividades Acadêmicas em 2007

Programa	Nível	Centro	Nota
Design e Expressão gráfica	M	CCE	3
Engenharia de Automação e sistemas	M/D	CTC	5
Jornalismo	M	CCE	3

Início das Atividades Acadêmicas em 2008

Bioquímica	M/D	CCB	4
Ecologia	M	CCB	4
Ciências Médicas	M/D	CCS	4
Administração	D	CSE	4

FONTE: PRPG

Destaque para o Doutorado em Administração, pelo fato de que agora na UFSC há Programas de Doutorado em todos os 11 Centros de Ensino, haja vista, que o CSE era o único que ainda não apresentava nenhum curso de Doutorado.

Em 2007, a UFSC contava com 52 programas de pós-graduação, divididos em 51 cursos de mestrado acadêmico, 03 cursos de mestrado profissionalizante e 35 cursos de doutorado. Além de ter oferecido 49 cursos de especialização.

Pesquisa

O Diretório de Grupos do CNPQ conta atualmente com 431 Grupos de Pesquisa cadastrados pela UFSC, ocupando o 7º. lugar entre as instituições nacionais.

Distribuição por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	No. De Grupos
Ciências Agrárias	24
Ciências Biológicas	37
Ciências Exatas e da Terra	54
Ciências Humanas	81
Ciências Sociais Aplicadas	67
Ciências da Saúde	63
Engenharias	77
Linguística, Letras e Artes	28
Total	431

Abaixo se mostra a produção intelectual dos pesquisadores da UFSC, distribuída em artigos publicados, livros, trabalhos em congressos, entre outros.

Produção Intelectual

Produção por Unidades Acadêmicas	Produção Bibliográfica	Produção Técnica	Produção Artística, Cultural
Ciências Agrárias	407	60	-
Ciências Biológicas	286	134	-
Comunicação e Expressão	884	552	11
Ciências Jurídicas	379	128	-
Ciências da Saúde	875	144	-
Desportos	275	133	-
Ciências da Educação	754	652	1
Filosofia e Ciências Humanas	1.491	844	4
Ciências Físicas e Matemáticas	378	89	-
Sócio-Econômico	467	164	-
Tecnológico	2.169	696	1
Total	8.317	3.576	17

FONTE: PRPe

Abaixo mostra que houve redução de mais de 30% nos pedidos ao INPI de patentes e registros, bem como nos que se encontram sob análise prévia no Departamento de Propriedade Intelectual, da UFSC.

Propriedade Intelectual – Por Categoria

Categorias	Pedidos Perante o INPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	7	5	13	11
Patente de Modelos Utilidade	0	1	0	2
Registro de Marcas	4	1	6	1
Registro de Programa de Computador	1	2	11	3
Pedidos Internacionais	0	0	0	2
Total	13	9	30	19
Categorias	Análise Prévia no DPI			
	2004	2005	2006	2007
Patente de Invenção	17	16	21	13
Patente de Modelos Utilidade	0	1	3	2
Registro de Desenho Industrial	1	0	0	0
Registro de Marcas	4	3	7	1
Registro de Programa de Computador	1	4	13	3
Direitos Autorais	1	2	2	9
Indicação Geográfica	0	0	0	2
Pedido Internacional	0	0	0	2
Total	24	26	46	29

FONTE: PRPe

3. CONTROLE EXTERNO

Indicadores do TCU

Abaixo constam alguns indicadores exigidos pelo TCU - Tribunal de Contas da União.

Destaca-se o indicador de Qualificação do corpo docente.

- Aluno Tempo Integral / Professor = $29.539,45 / 1.755,5 = 16,83$ alunos por prof.
- Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = $29.539,45 / 3.535,25 = 8,36$
- Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = $29.539,45 / 2.373 = 12,45$
- Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $3.487,50 / 1.755,5 = 2,01$
- Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $2.373 / 1.755,5 = 1,35$
- Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $226/52 = 4,35$ (para um máximo de 7,00).
- Índice de Qualificação do Corpo Docente = **4,25** (para um máximo de 5,00).
- Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) (No. de Diplomados/Total de Ingressantes) = $2.816 / 3.890 = 0,72$

Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

As tabelas a seguir mostram os pagamentos de despesas efetuados mediante o uso de Cartões Corporativos por 10 servidores da UFSC.

Tabela 29) Cartão de Crédito Cooperativo: Despesas Pagas Mediante Fatura (R\$)				
	Exercício 2006		Exercício 2007	
	Total	1.874,34	Total	44.799,22
Saques Efetuados (R\$)				
	Exercício 2006		Exercício 2007	
	Total	0,00	Total	19.295,00

As despesas efetuadas com suprimentos de fundos, no exercício de 2007, somaram R\$ 163.360,19, sendo que, para o próximo exercício, tais despesas passarão a ser pagas também com Cartões Corporativos.

Os setores que fizeram uso desses recursos foram: NUMA, HU, DMSG e CCA, entre outros.

B) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O orçamento para o ano de 2007 foi aberto pela Resolução No. 125/CC/2007. Uma outra Resolução do Conselho de Curadores sobre a matéria, será também emitida em função da aprovação de complementação orçamentária efetuada pelo Conselho em Reunião Extraordinária realizada em 27 de março do corrente ano.

Balanço Orçamentário

- Receita: Previsão = R\$ 639.850.871,63
Execução = R\$ 577.172.204,31
Diferença = R\$ 62.678.667,32
- Despesa: Previsão = R\$ 645.106.120,63
Execução = R\$ 633.017.038,93
Diferença = R\$ 12.089.081,70

O desequilíbrio entre a previsão da receita e a fixação da despesa no valor de R\$ 5.255.249,00, foi ajustado por créditos suplementares referentes a excesso de arrecadação, abertos em julho e novembro, de 2007.

A diferença entre a execução da Receita e da Despesa ficou R\$ 55.844.834,62.

Execução do Orçamento e Situação da Administração Financeira

O crédito inicial foi determinado em R\$ 544.053.449,00 e elaborado de acordo com a Lei Orçamentária No. 11.451, de 07/02/2007, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. Deste montante, 97,36% são recursos provenientes do Tesouro Nacional e 2,64% são recursos próprios.

No decorrer do ano, o orçamento sofreu alterações, tendo sido acrescidos créditos suplementares abertos no exercício no valor de R\$ 19.120.325,00, mais transferências correntes (convênios) de R\$ 97.957.573,63 e deduzidas anulações no valor de R\$ 11.042.924,00, resultando num montante de R\$ 650.088.423,63. Desse total, 73,00% refere-se a pessoal e encargos sociais, 23,58% a outras despesas correntes e, somente 3,41% a investimentos.

O total da despesa empenhada, por grupos, está assim distribuído:

DESPESA EXECUTADA

DESPESA	2007 (R\$)	2007 % s/Total	2006 (R\$)	2006 % s/Total
Pessoal e Encargos Sociais	470.072.895,00	74,26	456.761.542,00	77,79
Outras Despesas Correntes	141.377.301,80	22,33	119.436.137,34	20,34
Investimentos	21.566.842,13	3,41	10.982.031,55	1,87
Total	633.017.038,93	100,00	587.179.710,89	100,00

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi distribuída da seguinte forma:

- AtivosR\$ 356.202.755,42 – 75,78%
- Inativos e Pensionistas.....R\$ 113.870.139,76 – 24,22%

As Despesas Correntes foram destinadas para:

Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica) – 62,0%,

Material de Consumo – 12,2%,

Bolsas – 9,97%, entre outras.

Quanto aos Investimentos, a rubrica “Obras e Instalações” ficou com 50,66% e “Equipamentos e Material Permanente” com 49,12%.

Observa-se, no entanto, que a UFSC realizou despesas o valor de R\$ 633.017.038,93, representando 97,37% do total do orçamento previsto.

COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA (R\$)

Ano	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total	Cresc. %
2004	349.650.014,33	84.126.060,15	5.875.507,44	439.651.581,92	-
2005	355.133.285,67	101.935.705,52	11.933.298,97	469.002.290,16	+6,68
2006	456.761.542,00	119.436.137,34	10.982.131,55	587.179.710,89	+25,20
2007	470.072.895,00	141.377.301,80	21.566.842,13	633.017.038,93	+7,81

Destaca-se o acréscimo de 18,37% em Outras Despesas Correntes e de 96,38% em Investimentos, ocorridos no exercício de 2007 em relação a 2006. Sendo a maior parte do crescimento em Investimentos, relacionada ao Ensino a Distância, pólos de ensino e REUni

COMPARATIVO DOS RECURSOS DO TESOIRO E PRÓPRIOS (R\$)

Ano	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total	Crescim. %
2004	423.798.371,87	9.656.194,81	433.454.566,68	-
2005	493.248.383,83	11.415.399,98	504.663.783,81	+16,43
2006	542.201.654,87	9.297.309,68	551.498.964,55	+9,28
2007	567.378.003,54	10.812.461,28	578.190.464,82	+4,84

De 2006 para 2007 os recursos provenientes do Tesouro Nacional tiveram acréscimo de 4,64% e os Recursos Próprios aumentaram 16,30%, em grande parte proveniente dos cursos de especialização que passaram a ser incorporados ao orçamento da instituição.

Os recursos passíveis de processo licitatório, foram assim executados:

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE	VALOR (R\$)	% s/ TOTAL
Dispensa	69.851.866,62	54,25
Pregão	29.552.904,39	22,95
Inexigível	13.509.613,74	10,49
Concorrência	9.239.454,98	7,18
Tomada de Preços	5.620.213,51	4,36
Outros	993.080,40	0,77
Total	128.767.133,64	100,00

Dentro do valor da modalidade “Dispensa”, encontram-se recursos referentes a Hospital Universitário, Convênios de Pesquisa, Ensino a Distância, Cursos de Especialização, gerenciados pelas Fundações de Apoio.

Comparativo Despesa Arrecadada x Despesa Empenhada

ANO	RECEITA	DESPESA
2004	433.454.566,68	439.651.581,92
2005	455.041.005,76	469.002.290,16
2006	549.672.747,61	587.179.710,89
2007	577.172.204,31	633.017.038,93

O montante de receita arrecadada em 2007 (R\$ 577.172.204,31) foi inferior à despesa realizada (R\$ 633.017.038,93) ficando registrado em Receitas a Receber R\$ 55.844.834,62.

Balanco Financeiro

A Receita e a Despesa Orçamentária, os saldos extra-orçamentários, os recursos oriundos do exercício anterior e os que se transferem para o seguinte, estão demonstrados no Balanço Financeiro.

MOVIMENTO DAS OPERAÇÕES (Receitas e Despesas)-R\$

CONTAS	RECEITAS	DESPESAS
Orçamentárias/Transferências Intragovernamentais	578.190.464,82	633.017.038,93
Transferências Concedidas	0,00	1.018.260,51
Extra-Orçamentárias/Transferências	185.041.816,72	129.196.982,10
Disponibilidade p/Período Seguinte	1.200.000,00	1.200.000,00
TOTAL	764.432.281,24	764.432.281,24

O saldo disponível para o exercício seguinte somou R\$ 17.277.761,49, sendo R\$ 16.077.761,49 na Conta Única e R\$ 1.200.000,00 na Conta de Aplicação.

Balanco Patrimonial

Apresenta de um lado os bens e direitos e de outro, os compromissos e o patrimônio líquido da instituição.

O Ativo Financeiro soma R\$ 78.679.962,54 e o Passivo apresenta um saldo negativo de R\$ 17.017,70.

Ativo Financeiro

Disponível em Moeda Nacional	1.200.000,00
Créditos a Receber	40.519.074,97
Limite a Receber p/Pgto de Restos a Pagar	20.883.126,08
Limite de Saque c/Vinc. de Pagamento	16.077.761,49
Valores em Transito Realizáveis	0,00
Total	78.679.962,54

Passivo Financeiro

Consignações	893.354,09
Recursos do Tesouro Nacional	3.141.373,65
Depósitos de Diversas Origens	71.035,84
Restos a Pagar Processados	7.497.231,80
Restos a Pagar Não Processados	62.788.441,23
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.018.260,51
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	3.287.283,12
Total	78.696.980,24

O Ativo não Financeiro, no valor de R\$ 752.294.927,24, está assim constituído: Bens e Valores em Circulação (estoque no Almoxarifado), somam R\$ 4.745.061,06; Imobilizado (Bens móveis e imóveis) somando R\$ 712.281.744,72; Créditos em Circulação no valor de R\$ 35.268.121,46.

O Patrimônio Líquido totaliza R\$ 815.066.350,77.

PARECER FINAL

Ao final da análise geral da documentação constante da “Prestação de Contas” da UFSC relativa ao ano de 2007, bem como dos Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), que mesmo não sendo mais exigido pelos órgãos competentes, para instrução deste processo, o relator em tela as solicitou, entendemos que o processo encontra-se de acordo com a legislação vigente.

Por sugestão e solicitação do Presidente do Conselho, Magnífico Reitor Prof. Lúcio José Botelho, no momento da reunião do Egrégio Conselho, os dados do REUNi a partir de 2009 não devem ser considerados para análise do Parecer. Acato a sugestão, desde que também seja reconsiderada formalmente no Processo por parte da Administração Central.

Frisamos e sugerimos que o processo seja encaminhado com mais antecedência para os órgãos competentes, como Conselho de Curadores e o Egrégio Conselho Universitário. Porém, cabe um registro que parte do documento já tinha sido entregue aos Diretores de Centros de Ensino pelo Magnífico Reitor. Mas, mesmo assim, este Conselheiro teve apenas os dias 28 (sexta-feira), 29 (sábado) e 30 (domingo) de março para analisar a versão final, pois o mesmo foi aprovado em Reunião Extraordinário do Conselho de Curadores em 27 de março do corrente.

Portanto, acato à sugestão da Conselheira do Conselho de Curadores, Professora Elizabete Simão Flausino, que solicita que para que se tenham melhores condições de fazer a análise do processo, elaborar parecer e apresentá-los ao Conselho é necessário que sejam envidados esforços no sentido de entregá-lo com, pelo menos, quinze dias para ao relator.

Diante, dos elementos resumidos constante desse relato e de toda a documentação junto ao presente processo, além daquelas que serão acrescidas à luz das considerações solicitadas por este relator, S.M.J., somos de parecer favorável à Prestação de Contas relativa ao exercício de 2007, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 31 de março de 2008.

Prof. Dr. Maurício Fernandes Pereira
Conselheiro



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



AUDITORIA
INTERNA

REITORIA — Campus Universitário — Trindade — Florianópolis — SC — CEP: 88040-900 — Fax: (048) 3234-4069
Telefones: (048) 3721-9845 — 3721-9791 — Homepage: <http://www.audin.ufsc.br/> — E-mail: audin@reitoria.ufsc.br

PARECER: **Nº 031/2008**

PROCESSO: 23080.005213/2008-46

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL — EXERCÍCIO DE 2007
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA — UFSC

A AUDIN – unidade de auditoria interna da Universidade Federal de Santa Catarina – em função do disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/07/2002, cumprindo a atribuição estabelecida no item “3.1” do Anexo I (Norma de Execução CGU nº 05, de 28/12/2007) da Portaria nº 1950 de 28/12/2007, da Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União, apresenta opinião sobre a Prestação de Contas Anual, correspondente ao exercício de 2007, em observância ao disposto no art. 14 Instrução Normativa TCU nº 47, de 27/10/2004, combinado com o Inciso do IV do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 85, de 19/09/2007.

– ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Análise realizada nas contas apresentadas nos Balanços da Universidade Federal de Santa Catarina relativo ao exercício de 2007 (*Despacho 007/ICD/2008 – Contadora IVANILDE CARMEN DUTKEVICZ*).

DO ORÇAMENTO

O orçamento autorizado para o exercício de 2007 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 544.053.449,00, porém com as suplementações, anulações/precatórios e destaques, o valor elevou-se em R\$ 650.088.423,63, conforme demonstrado abaixo:

(+) Orçamento inicial	R\$	544.053.449,00
(+) Suplementações	R\$	19.120.325,00
(-) Anulações/Precatórios	R\$	11.042.924,00
(+) Destaque	R\$	97.957.573,63
Saldo final do Exercício	R\$	650.088.423,63

A diferença nos créditos orçamentários relativo ao total da despesa autorizada e a fixação da despesa registrada no Balanço Orçamentário corresponde aos recursos a receber relativo a Restos a Pagar de 2006.

Do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário da Universidade Federal de Santa Catarina demonstra um “Déficit” no valor de R\$ 55.844.834,62, considerando as execuções da receita no valor de R\$ 577.172.204,31 e da despesa no montante de R\$ 633.017.038,93.

Os valores informados relativo ao orçamento inicial são os que foram aprovados pelo Congresso Nacional, de acordo com a Lei Orçamentária nº 11.451 de 07/02/2007, com base na proposta apresentada para a instituição, a qual fez a distribuição para as contas. A diferença de R\$ 5.255.249,00, apresentada no total geral do Balanço Orçamentário, entre a Receita prevista e a Despesa fixada, deve-se a pedidos de créditos suplementares, conforme informação da Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças.

a) Quociente de Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}} = \frac{577.172.204,31}{639.850.871,63} = 0,9020$$

Relação:

Receita Executada	R\$	577.172.204,31	=	90,20%
Receita Prevista	R\$	639.850.871,63	=	100%
Diferença	R\$	62.678.667,32	=	9,80%

Os dados acima demonstram o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação com a Receita Prevista, portanto, a diferença de 9,80% representa a falta de arrecadação em relação à previsão. Houve a importância de R\$ 0,9020 de Receita Orçamentária arrecada no exercício, para cada R\$ 1,00 de Receita Orçamentária Prevista.

b) Quociente de Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}} = \frac{645.106.120,63}{639.850.871,63} = 1,0082$$

Relação:

Despesa Fixada	R\$	645.106.120,63	=	100,82%
Receita Prevista	R\$	639.850.871,63	=	100%
Diferença	R\$	5.255.249,00	=	0,82%

Esse quociente conforme pode ser verificado na apresentação dos elementos de previsão da receita em comparação com os de fixação da despesa, apresenta um “déficit” de 0,82%, a diferença representa o montante de Despesa Fixada superior à Receita Prevista, para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista foram utilizados R\$ 1,008 de Despesa fixada.

QUADRO Nº 01 – BALANÇO PATRIMONIAL

NOME DA CONTA	2006	2007
Previsão total de receitas	595.872.849,53	639.850.871,63
Fixação total das despesas	600.208.212,53	645.106.120,63
DÉFICIT (Previsão/Fixação)	(4.335.363,00)	(5.255.249,00)
Execução da receita	549.672.747,61	577.172.204,31
Execução da despesa	587.179.710,89	633.017.038,93
DÉFICIT (Execução)	(37.506.963,28)	(55.844.834,62)
Diferença total receita	46.200.101,92	62.678.667,32
Diferença total despesa	13.028.501,64	12.089.081,70
TOTAL (diferença)	33.171.600,28	50.589.585,62

c) Quociente de Execução da Despesa

$$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}} = \frac{633.017.038,93}{645.106.120,63} = 0,9813$$

Relação:

Despesa executada	R\$ 633.017.038,93 = 98,13%
Despesa fixada	R\$ 645.106.120,63 = 100%
Diferença	R\$ 12.089.081,70 = 1,87%

A interpretação objetiva desse quociente leva-nos a constatar que houve R\$ 0,9813 de Despesas Executada, para cada R\$ 1,00 de Despesa Fixada. Pode-se inferir, portanto, que embora houvesse despesa orçamentária fixada e, conseqüentemente, legalmente autorizada, no montante de R\$ 645.106.120,63 (100%), foi utilizada através das despesas orçamentárias executadas somente a soma de R\$ 633.017.038,93 (98,13%), gerando uma diferença de R\$ 12.089.081,70 (1,87%), que pode ser identificada como economia orçamentária.

d) Quociente do Resultado Orçamentário

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{577.172.204,31}{633.017.038,93} = 0,9118$$

Relação:

Receita Executada	R\$ 577.172.204,31 = 91,18%
Despesa Executada	R\$ 633.017.038,93 = 100%
Diferença	R\$ 55.844.834,62 = 8,82%

Esse quociente demonstra um “déficit” de execução, considerando que houve somente R\$ 0,9118 de receita executada para cada R\$ 1,00 de despesa executada, ou seja, as despesas executadas são maiores do que as receitas executadas. Com isso, ocorreu um resultado financeiro negativo de R\$ 55.844.834,62, no comparativo entre a receita arrecadada (receita executada) e a despesa empenhada (despesa executada).

Do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. No Balanço Financeiro são demonstrados os “movimentos financeiros do exercício”, isto é, a somatória das operações realizadas durante o exercício, e não o saldo das contas.

QUADRO N° 02 – BALANÇO FINANCEIRO

NOME DA CONTA	2006	2007
Dispêndios		
Despesas correntes	576.197.679,34	611.450.196,80
Despesas de capital	10.982.031,55	21.566.842,13
TOTAL	587.179.710,89	633.017.038,93
Transferências concedidas	2.625.305,90	1.018.260,51
Dispêndios extra-orçamentários	74.108.878,18	129.196.982,10
Disponibilidade p/período seguinte-aplic financeira	1.200.000,00	1.200.000,00
TOTAL de Dispêndios	665.113.894,97	764.432.281,54
Ingressos		
Receitas correntes	9.289.809,68	10.812.461,28
Receitas de capital	7.500,00	0,00
Transferências recebidas	542.201.654,87	567.378.003,54
Ingressos extra-orçamentários	112.414.930,42	185.041.816,72
Disponibilidade do período anterior/aplic financeira	1.200.000,00	1.200.000,00
TOTAL de Ingressos	665.113.894,97	764.432.281,54

Do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentou o total de Ativo e Passivo no valor de R\$ 1.225.115.272,82. O Patrimônio Líquido da Instituição, obtido através da diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real, corresponde a R\$ 815.066.350,77, que se comparado com o ano anterior (R\$ 718.686.728,99) ocorreu um aumento.

QUADRO N° 03 – BALANÇO PATRIMONIAL

NOME DA CONTA	2006	2007
Ativo Financeiro	46.617.764,35	78.679.962,54
Ativo não financeiro	718.667.905,77	752.294.927,24
(=) Ativo Real	765.285.670,12	830.974.889,78
Ativo compensado	357.924.510,89	394.140.383,04
Total do Ativo	1.123.210.181,01	1.225.115.272,82
Passivo Financeiro	46.598.941,13	78.696.980,24
Passivo não financeiro	0,00	(62.788.441,23)
(=) Passivo Real	46.598.941,13	15.908.539,01
Patrimônio Líquido (Lucros ou prejuízos acumulados)	718.686.728,99	815.066.350,77
Passivo Compensado	357.924.510,89	394.140.383,04
Total do Passivo	1.123.210.181,01	1.225.115.272,82

Das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo contábil registra alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicará o resultado patrimonial do exercício. Nas instituições públicas, a preocupação recai para as contas patrimoniais, cuja importância esta relacionada com as alterações do patrimônio, que deverão ser apresentadas pela Demonstração das Variações Patrimoniais.

a) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{Total das Variações Ativas}}{(\text{Total das Variações Passivas} - \text{Superávit})} = \frac{3.459.253.785,69}{3.362.874.163,91} = 1,0286$$

Relação:

Total das Variações Ativas	R\$ 3.459.253.785,69	=	102,86%
Total das Variações Passivas (-) Superávit	R\$ 3.362.874.163,91	=	100%
Diferença	R\$ 96.379.621,78	=	2,86%

Este quociente demonstra o resultado das variações patrimoniais do exercício. O Total das Variações Ativas foi de R\$ 2,86 para cada R\$ 1,00 do Total das Variações Passivas. Na realidade, isso demonstra que ocorreu um aumento patrimonial no exercício na ordem de R\$ 96.379.621,78, ou seja, houve um “superávit” patrimonial.

QUADRO N° 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOME DA CONTA	2006	2007
Variações Ativas		
Orçamentárias		
Receitas correntes	9.289.809,68	10.812.461,28
Receitas de capital	7.500,00	0,00
Interferências ativas (transf. Financeiras)	542.201.654,87	567.378.003,54

Mutações ativas	72.246.720,02	122.763.760,62
Resultado – Orçamentárias	623.745.684,57	700.954.225,44
Resultado Extra-Orçamentário		
Interferências ativas (transf financeiras)	790.289,79	0,00
Acréscimos patrimoniais (incorporações de ativos)	786.809.568,04	2.758.299.560,25
Resultado Extra-Orçamentário	787.599.857,83	2.758.299.560,25
Total das Variações Ativas	1.411.345.542,40	3.459.253.785,69
Variações Passivas		
Despesas Correntes	576.197.679,34	611.450.196,80
Despesas de capital	10.982.031,55	21.566.842,13
Interferências Passivas (transf financeiras)	1.826.216,94	1.018.260,51
Resultado – Orçamentárias	589.005.927,83	634.035.299,44
Resultado Extra-Orçamentário		
Interferências passivas	799.088,96	0,00
Decréscimos patrimoniais	257.174.344,90	2.728.838.864,47
Resultado Extra-Orçamentário	257.973.433,86	2.728.838.864,47
Resultado Patrimonial – Superávit	564.366.180,71	96.379.621,78
Total das Variações Passivas	1.411.345.542,40	3.459.253.785,69

Conclusão

Pelo Relatório do Exercício Financeiro apresentado pela Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, o componente Disponível do Balanço Patrimonial, que demonstra os recursos monetários, imediatamente a disposição da Instituição, em poder do agente consignatário (Banco do Brasil) em 31/12/2007, correspondeu a R\$ 17.277.761,49. Os demais dados e informações estão conjugados nas demonstrações contábeis e financeiras, e podem ser identificados nas contrapartidas dos registros contábeis.

O Resultado Patrimonial conjugado nas Variações Ativas e Variações Passivas, resultantes da execução orçamentária, que correspondeu ao Resultado Econômico do Exercício de 2007 no valor de R\$ 66.918.926,00, somado ao resultado da execução Extra-Orçamentária de R\$ 29.460.695,78, chegou-se ao “superávit” de R\$ 96.379.621,78.

1 – A CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADES, BEM COM MINIMIZAREM RISCOS, NOS TERMOS DA IN/TCU N° 47/2004.

I – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO

Foi procedida à análise da Subseção 4.4 do Relatório de Gestão da UFSC, intitulada “Gestão de Programas e Ações”, relativa ao exercício de 2007, abrangendo às fls. 171 a 193.

Referida parte da Seção 4 contempla a avaliação do cumprimento das metas ligadas às ações vinculadas aos programas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segue uma lista dos programas e suas respectivas ações, conforme informado no relatório:

- 1 Programa: 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Ação: 2992.26246.0042 - Funcionamento da Educação Profissional
- 2 Programa: 1073 - Universidade do Século XXI
 - 2.1 Ação: 4009.26246.0042 - Funcionamento de Cursos de Graduação
 - 2.2 Ação: 4006.26246.0042 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
 - 2.3 Ação: 4004.26246.0042 - Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

- 2.4 Ação: 4002.26246.0042 - Assistência ao Educando do Ensino de Graduação
- 2.5 Ação: 09HB.26246.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- 2.6 Ação: 6373.26246.0042 - Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino
- 2.7 Ação: 4008.26246.0042 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino
- 3 Programa: 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Ação: 8667.26246.0042 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados
- 4 Programa: 1067 - Gestão da Política de Educação
Ação: 4572.26246.0042 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- 5 Programa: 0750 - Apoio Administrativo
 - 5.1 Ação: 2012.26246.0042 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
 - 5.2 Ação: 2011.26246.0042 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
 - 5.3 Ação: 2010.26246.0042 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
 - 5.4 Ação: 2004.26246.0042 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 6 Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação: 0181.26246.0042 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
- 7 Programa: 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Ação: 0005.26246.0042 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
- 8 Programa: 1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio
Ação: 2991.26246.0042 - Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal
- 9 Programa: 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais
 - 9.1 Ação: 0321.26246.0042 - Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP
 - 9.2 Ação: 0325.26246.0042 - Contribuição à Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade – AIUTI
 - 9.3 Ação: 0328.26246.0042 - Contribuição à Asociación de Universidades Grupo Montevideo – AUGM
 - 9.4 Ação: 0329.26246.0042 - Contribuição à Association Columbus
 - 9.5 Ação: 0332.26246.0042 - Contribuição à International Association of University Presidents – IAUP
 - 9.6 Ação: 0333.26246.0042 - Contribuição à National Fluid Power Association – NFPA
 - 9.7 Ação: 0334.26246.0042 - Contribuição à Organização Universitária Interamericana – OUI
 - 9.8 Ação: 0342.26246.0042 - Contribuição à Unión de Universidade de América Latina – UDUAL

Para auxiliar a análise, foi realizada uma entrevista com o encarregado da elaboração da referida seção do Relatório de Gestão, o servidor Sérgio Roberto Pinto da Luz, Diretor do Programa Integrado de Planejamento (PIP), que prestou as informações solicitadas.

Com base na análise documental do Relatório de Gestão e na entrevista realizada, apresentamos as seguintes informações/constatações e, quando considerado necessário, recomendações para apreciação das autoridades competentes:

- a) A UFSC atua em 9 programas e 25 ações do PPA/LDO do Governo Federal.
- b) Para cada programa foram informados: código e nome; tipo de programa; objetivo geral; órgão responsável; gerente do programa; gerente executivo; indicadores ou parâmetros utilizados; e público alvo (ou beneficiários, quando existentes).
- c) Para cada ação foram informados: código e nome; tipo da ação; finalidade; descrição; unidade responsável pelas decisões estratégicas; coordenador da ação; meta financeira prevista; meta financeira executada; meta física prevista; meta física realizada; e avaliação.
- d) As informações sobre os programas e ações que constam no Relatório de Gestão foram extraídas do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), preenchidos pelos Coordenadores de Ação da UFSC no sítio eletrônico <<http://simec.mec.gov.br>>. Houve complementação das informações apenas no caso das avaliações (abordadas em item adiante).

e) Não foram informados objetivos específicos para as ações, conforme indicado no inciso I do art. 7º IN SFC/CGU nº 01/08. Isto se deveu à restrição do sistema (SIMEC) que não requer tal detalhamento por parte dos responsáveis. Deste modo, pode ser solicitado o aprimoramento do sistema visando à abertura de campos para os objetivos específicos junto a cada ação.

f) Tendo em vista que o sistema não permite que sejam informados os cargos e matrículas e/ou CPFs dos Coordenadores de Ação, pode ser avaliada a possibilidade de a Controladoria-Geral da União recomendar aos gestores do SIMEC que aprimorem os campos de dados.

g) Para todas as ações do programa 9 (0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais) não foram indicadas metas físicas (previstas e realizadas) em função de se tratarem de ações que, além de pouco expressivas monetariamente, tratarem apenas da indicação de se houve ou não a contribuição financeira para cada entidade.

h) Para a ação 2.7 (4008.26246.0042 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino) não foi informada a meta física realizada, sendo que a meta estava prevista em 2.000 volumes de livros, e a meta financeira foi executada nos previstos R\$ 190 mil. Todavia, há explicação para esta falta na avaliação da ação (ver p.180-181).

i) No Relatório de Gestão anterior, referente ao ano de 2006, as informações sobre os programas e ações estavam separadas em três subseções (“b”, “d” e “e”) da Seção 3, que eram interdependentes para a análise de resultados (comparação entre previsão e realização). Nota-se que neste ano de análise (2007) as informações foram reunidas numa única subseção, o que facilita a análise das metas e das avaliações, em função de as informações não estarem mais dispersas em diferentes partes.

j) Sugere-se que seja apurada, para cada uma das ações, a diferença nominal e/ou percentual entre as metas física e financeira (previsão) e o resultado (realização e execução), de forma a permitir uma observação clara do desvio (diferença), ao invés da simples informação de que ficou acima ou abaixo do previsto. Por exemplo:

- Meta Física Prevista: manter 1.691 alunos matriculados;
- Meta Financeira Prevista: R\$ 2.098.761,00;
- Meta Física Realizada: 1.064 alunos matriculados (37,08% menor que o previsto);
- Meta Financeira Executada: R\$ 2.074.955,64 (1,13% menor que o previsto)

k) As avaliações das ações apresentaram aprimoramento em relação aos relatórios de gestão de anos anteriores, de modo que maioria está mais bem detalhada e/ou pontual (embora sintética) no apontamento dos desvios em relação às metas e na apresentação de justificativas. Todavia, ainda merecem atenção algumas avaliações. Por exemplo: na ação 5.2 (2011.26246.0042 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados) não foi apresentada avaliação sobre a diferença de 341 servidores a menos (16,6% menor que o previsto). No referido caso, a avaliação apresentada restringiu-se a sintetizar a “finalidade” da ação (p.188). É de grande relevância que haja uma atenção permanente dos servidores responsáveis visando ao aprimoramento contínuo das avaliações e, conseqüentemente, da transparência relativa aos programas orçamentários da UFSC.

l) As avaliações quanto ao atingimento das metas das ações foram remetidas pelos responsáveis ao Programa Integrado de Planejamento (PIP) de diversas formas, tais como declarações, memorandos, e mensagens de e-mail. Sugerimos que a área técnica encaminhe sugestão ao SIMEC para que o sistema passe a exigir dos responsáveis a inserção de uma avaliação anual das metas. Deste modo, as avaliações seriam comunicadas diretamente no

sistema e, de lá, extraídas para o relatório, dispensando todos os outros expedientes mencionados (declarações, e-mails, etc.).

Destaca-se, por fim, que a análise realizada sobre os programas constantes no Relatório de Gestão não foi exaustiva na busca de possíveis inconsistências em todos os programas e ações da UFSC. Não foi procedida a confirmação dos dados informados pelos Coordenadores de Ação, de modo que não se pode atestar a confiabilidade ou conformidade sobre os programas e a base documental que subsidiou o preenchimento. Tal ação demandaria trabalhos mais aprofundados de auditoria, incluindo muitas amostras, verificação de bases documentais, entrevistas e coleta de documentos junto às autoridades responsáveis pelos diversos programas e ações. [*Parecer nº 001/OAP-CCN/2008 – Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto*]

II – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS

No Relatório de Gestão referente ao exercício financeiro de 2007 foram apresentados dois grupos de indicadores relativos à UFSC. São eles: os indicadores exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Decisão nº 408/02 (Seção 4.5); e os indicadores de Análise do Desempenho (Seção 1). A seguir são apresentadas considerações sobre tais indicadores.

1) INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/02

Foi procedida à análise da Seção 4.5 do Relatório de Gestão da UFSC, abrangendo as fls. 194 a 205, que contempla a apuração dos indicadores exigidos pela Decisão nº 408/02 do TCU e normas posteriores.

Para auxiliar a análise, foi realizada uma entrevista com o encarregado da elaboração da referida seção do Relatório de Gestão, o servidor Sérgio Roberto Pinto da Luz, Diretor do Programa Integrado de Planejamento (PIP), que prestou as informações solicitadas.

Com base na análise documental do Relatório de Gestão e na entrevista realizada, apresentamos as seguintes informações/constatações e, quando considerado necessário, recomendações para apreciação das autoridades competentes:

a) O embasamento metodológico para o cálculo dos indicadores deriva principalmente das orientações contidas no Ofício-Circular nº 01/2007-SEGECEX, da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Acórdãos nº 1043/06 e 2.167/06, também do TCU.

b) A sistematização dos cálculos e as apurações foram feitas com o uso de uma planilha eletrônica, originalmente fornecida pela Controladoria-Regional da União em Santa Catarina, atualizada com as mudanças metodológicas ocorridas nos anos recentes.

c) Destaca-se o aprimoramento metodológico e na forma de apresentação (atenção estética) dos indicadores, constando inclusive a indicação das fontes de dados que embasaram a formação das variáveis utilizadas (particularmente em alguns dos quadros/tabelas);

d) A entrevista realizada revelou que o servidor responsável está ciente das normas e das metodologias pertinentes, tendo respondido aos questionamentos de forma satisfatória.

e) Em função do elevado volume de dados envolvidos na elaboração dos indicadores, trabalhou-se com uma amostra aleatória para confirmação da base documental que embasou os números utilizados, que demonstrou a consistência esperada. O servidor que apurou os indicadores apresentou todos os documentos solicitados com dados enviados por outros setores e responsáveis.

f) Recomenda-se, para futuros relatórios, a inclusão de uma lista de siglas logo no início da subseção dos indicadores do TCU, face ao volume de variáveis de significado muito particular nas fórmulas.

g) Nas fls. 205 consta uma tabela com a série histórica de 2002 a 2007 (seis anos) dos indicadores. Trata-se de um aprimoramento informacional para o leitor do Relatório de Gestão da UFSC. No sentido de um aprimoramento contínuo, sugere-se que futuramente sejam disponibilizados gráficos e, na medida da disponibilidade e viabilidade, sejam inseridos padrões e/ou médias de outras IFES para comparação, com as devidas ressalvas comparativas.

h) Na série histórica, os indicadores de custo por aluno, bem como os dados monetários componentes, poderiam ser ajustados monetariamente por um índice de preços (em tabela separada), de modo a minimizar distorções perceptivas sobre o “aparente crescimento” do custo por aluno, face aos efeitos inflacionários não desprezíveis do horizonte de seis anos.

i) Recomenda-se que seja inserido um texto de comentário sobre o significado de cada indicador, em aspectos como: objetivo, significado das variáveis, evolução entre os anos e limitações.

j) Sugere-se que futuramente a metodologia do TCU contemple as discrepâncias causadas sobre os resultados dos indicadores em função da existência de colégios de ensino fundamental e médio na estrutura de custos da UFSC e de outras IFES. Neste sentido, poderiam ser excluídos os custos de tais unidades nas despesas correntes ou acrescida uma forma de apuração de “alunos equivalentes” nas fórmulas dos indicadores, visto que atualmente os alunos dos referidos níveis não são abrangidos nas fórmulas e afetam o custo por aluno, bem como outros indicadores.

k) Destaca-se que o prazo para apuração dos indicadores por parte do PIP/UFSC é reduzido e existe uma dependência de dados de diversas unidades da UFSC, com uma demora esperada para o fechamento de dados referentes ao ano imediatamente anterior. Adicionalmente, as normas editadas por meio de Portarias da CGU nº 328/08 e nº 1950/07, que orientam a elaboração da prestação de contas, se deram apenas em 29/02/08 e em 28/12/07, respectivamente.

Destaca-se, por fim, que a confiabilidade dos dados utilizados nos indicadores depende de muitas unidades distribuídas na estrutura acadêmica e administrativa da UFSC, visto que os mesmos partem dos departamentos de ensino de graduação, de pós-graduação, do setor de contabilidade e finanças e do Hospital Universitários, entre outros.

2) OUTROS INDICADORES DE DESEMPENHO

Na Seção 1 do Relatório de Gestão (fls. 22 a 37) consta uma série de indicadores utilizados para análise do desempenho institucional. Tais indicadores estão agrupados nas seis áreas a seguir:

- a) Ensino de graduação, abrangendo: “aproveitamento de graduação” (6 indicadores); e “viagens de estudos” (2 indicadores).
- b) Ensino de pós-graduação, abrangendo “aproveitamento da pós-graduação”, com 7 indicadores.
- c) Pesquisa, abrangendo: “aproveitamento da pesquisa até 2006”, com 10 indicadores; e “levantamento vinculados à coleta CAPES – 2007”, com 16 indicadores.

- d) Extensão, abrangendo: “aproveitamento da extensão” (4 indicadores); “Hospital Universitário” (6 indicadores); e “Número de Residentes HU” (com números de matriculados e concluintes por especialidade).
- e) Recursos Humanos, abrangendo: “servidor docente ensino superior” (5 quadros de indicadores); “servidor docente ensino básico” (2 quadros de indicadores); “servidor técnico-administrativo”(12 quadros de indicadores).
- f) Serviços Terceirizados, com dados sobre o quadro geral de trabalhadores, por nível e carga horária.
- g) Infra-estrutura, abrangendo 4 indicadores.

Para auxiliar a análise, foi realizada uma entrevista com os encarregados da elaboração da referida seção do Relatório de Gestão, a servidora Eladir Maria Anália Domingos e o servidor Sérgio Roberto Pinto da Luz, do Programa Integrado de Planejamento (PIP), que prestaram todas as informações solicitadas.

Com base na análise documental do Relatório de Gestão e na entrevista realizada, apresentamos as seguintes informações/constatações e, quando considerado necessário, recomendações para apreciação das autoridades competentes:

a) Todos os indicadores são apresentados em séries históricas de cinco anos (2003 a 2007), o que se torna mais relevante para comparação do que a apresentação de apenas um ou dois anos. Exceção ocorreu no quadro da página 24, com indicadores de aproveitamento da pesquisa, com dados até 2006. As explicações e justificativas para tal limitação são apresentadas na mesma página.

b) Em cada tabela de indicadores constam três colunas relativas à comparação da evolução dos dados entre os anos de 2006 e 2007: indicador esperado, indicador medido e variação percentual. Todavia, não consta no Relatório a origem do “indicador esperado”, expresso por meio de uma seta (para cima, para baixo ou para o lado), que deveria basear-se em planejamento prévio. Recomenda-se que em relatórios futuros seja indicada a origem do “indicador esperado” e a lógica de raciocínio assumida para tal previsão.

c) Todas as tabelas/quadros apresentam indicação da fonte de dados utilizada para alimentação dos indicadores. Todavia, na maior parte dos casos, a citação de fonte restringe-se à sigla da Pró-Reitoria que forneceu os dados. Deste modo, não estão referenciados os documentos e expedientes (ofícios, memorandos, relatórios, pareceres, etc.) utilizados na coleta de dados. Assim, recomendamos que sejam referenciadas de maneira completa as fontes utilizadas, visando possibilitar a checagem direta dos dados e o rastreamento de responsabilidades.

d) Observou-se, por meio da amostra utilizada para checagem de fontes de dados, que os responsáveis pela apresentação dos indicadores (no PIP) possuem a documentação necessária para embasamento. São documentos provenientes de diversas unidades (Pró-Reitorias, Departamentos e Hospital Universitário) que estão arquivados no PIP em meios físicos e/ou digitais (incluindo servidores e programas de e-mail). Recomenda-se apenas que, quando viável operacionalmente, todas as folhas dos documentos sejam impressas, assinadas pelas autoridades responsáveis e arquivadas.

Destaca-se, por fim, que a confiabilidade (entre outras características) dos dados utilizados nos indicadores depende de muitas unidades distribuídas na estrutura acadêmica e administrativa da UFSC, visto que os mesmos partem de diversas Pró-Reitorias e outros setores.

Os indicadores mostram-se estáveis, simples e acessíveis, face ao horizonte histórico em que são apurados e divulgados à comunidade. Exceção é feita, apenas agora, aos indicadores

constantes na página 24, sobre o “aproveitamento da pesquisa”, que entraram em descontinuidade pelos motivos apresentados pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPe) nas páginas 24 e 25. Recomenda-se que seja avaliado o prejuízo informacional que representa tal interrupção nos indicadores.

A avaliação e apresentação de considerações sobre outras características dos indicadores demandariam esforços aprofundados de auditoria, para checagem metodológica juntos aos setores e responsáveis, visando conhecer os instrumentos de coleta de dados, a praticidade, a independência e a economicidade.

[Parecer nº 001/OAP-CCN/2008 – Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto]

III – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Nas áreas que foram objeto de auditorias realizadas por esta AUDIN no exercício de 2007, bem como naquelas em que houve acompanhamento em relação as diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, observou-se deficiências nos controles internos administrativos, decorrentes da ausência e/ou da não atualização de rotinas formalizadas e carência de atitudes pró-ativas.

A falta de reposição apropriada de pessoal, resultante de aposentadorias, demissões e óbitos, aliada às carências de capacitações, a demanda decorrente das necessidades criadas pela comunidade e com o desenvolvimento acelerado das inovações tecnológicas, além de uma parte da legislação ser conflitante, confusa e desatualizada, têm provocado acúmulo de trabalho às chefias e deficiências nas formalizações de instruções de processos e nos controles administrativos.

Verificou-se também: a delegação de competências e definição de responsabilidades; segregação de funções; e observância aos princípios da moralidade e da razoabilidade e, fundamentalmente, a preocupação com o atendimento do interesse público.

A estruturação da área meio, tendo o seu dimensionamento compatível às necessidades finalísticas da Instituição e de aderência à legislação vigente, torna-se fator relevante para evitar e corrigir impropriedades/irregularidades e imprescindível na minimização dos riscos.

2 – A REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

Em 2007 foram emitidos 318 (trezentos e dezoito) pareceres, referentes às análises prévias à homologação pelas autoridades competentes em processos de licitação abertos pela Pró-Reitoria de Administração e pelo Hospital Universitário, e 19 (dezenove) pareceres, relacionados às análises de Demonstrativos Contábeis em Processos de licitação. RELATÓRIO DOS PARECERES EMITIDOS EM 2007, junto com os demais relatórios da AUDIN, foi remetido à CGU-R/SC e à SECEX/SC.

Foram observados nas análises prévias dos processos licitatórios os seguintes tópicos: o objeto da contratação; o valor; a identificação do contratado; a regularidade da fase pré-licitatória; edital de licitação; e processamento da licitação.

Os processos de dispensa de licitação (art. 24 da Lei nº 8.666/93 – exceto alíneas I e II) e inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei nº 8.666/93) são apreciados pela PFSC/PGF/AGU junto à UFSC.

Na assessoria a procedimentos administrativos foram desenvolvidas atividades de auxílio à administração na aplicação criteriosa dos recursos públicos, envolvendo as seguintes atividades:

Orientações sobre:

- condições que devem constar nos editais de licitações para concessão de espaço físico em relação a personalidade jurídica das empresas, matriz ou filial, sobre a apresentação de documentação própria por estabelecimento se as informações não estiverem consolidadas.
- fundamentos para cessão de espaço físico de bens públicos. Formas de cessão de bens públicos: autorização de uso, permissão de uso e cessão de uso. Lei nº 9.636/98 e Lei nº 11.481/2007.
- reajuste de preços dos contratos de prestação de serviços de forma indireta, observando a convenção coletiva da categoria profissional, os custos em nível de mercado, e as alíquotas dos tributos federais e municipais e a legislação vigente.
- habilitação de empresas em processos licitatórios quanto à capacidade econômico-financeira e atestado de aptidão técnica; classificação da proposta comercial quanto a planilha de composição de custo para contratação de serviços.
- encargos sociais e trabalhistas dos empregados relativos às contratações de forma indireta; responsabilidades das empresas quanto a apresentação da documentação comprobatória.
- definição das condições de habilitação para às microempresas nos editais de licitação para obras e serviços; tratamento diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007.
- procedimento para a elaboração do termo de referência pelas unidades administrativas, para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; valor estimado em planilhas de acordo com preços de mercado.
- encargos rescisórios dos empregados postos a disposição para os serviços dos contratos de forma indireta, depósitos das obrigações patronais na conta vinculada do FGTS e da previdência social e a entrega do arquivo da SEFIP/GFIP via sistema de conectividade.
- Acórdão do TCU nº 950/2007, para que as empresas deixem de fazer constar na composição dos custos das contratações de serviços de forma indireta, os encargos financeiros relativos ao IRPJ e CSL, como também deixar de incluir estes tributos na estimativa de custos.

Informações e auxílio:

- na elaboração de plano de trabalho, projeto básico e planilha de custo para contratação de serviços de forma indireta.
- aos pregoeiros e equipe técnica relativo aos editais de pregão presencial e pregão eletrônico com informações sobre tratamento diferenciado às microempresas, em atendimento as determinações legais.
- na elaboração de edital para contratação de empresas prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas áreas hidráulicas, mecânicas, elétricas de baixa e média tensão nas edificações, telefônica e predial, equipamentos de informática, bem como para contratação de empresa especializada para fiscalização de obras em andamento.
- na análise das planilhas para composição de custo das propostas comerciais

apresentadas em processos de licitação para fins de classificação da empresa, bem como no pedido de recomposição do valor contratado.

- Comissões de Análise e Repactuação de Contratos na análise das planilhas de custos dos contratos de serviços, e às Comissões de Licitações com informações que deverão conter os editais relativos às aquisições de materiais e serviços.
- na elaboração de termos aditivos relacionados a repactuação e acréscimo de valores nos contratos administrativos.
- no cálculo para o desconto nas faturas de prestação de serviços e no cálculo para penalidades aplicadas à empresa pelo descumprimento das condições pactuadas.
- alteração das rotinas de trabalho para os postos de serviços com a inclusão de novos postos pela demanda existente, e redução de outros para adequar a capacidade de pagamento da instituição.

Elaboração de:

- Planilha para estimativa mensal de custo de contratos de prestação de serviços.
- Termo de referencia para contratação de serviços técnicos especializados de engenharia clínica para os equipamentos médico-hospitalares do HU, e outros modelos de termos de referência para contratação de serviços e aquisição de materiais.

3 – O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

A Divisão de Projetos e Convênios (DPC) da Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças disponibiliza modelos de: Rotinas de Convênios; Protocolo de Cooperação; Convênios; Termos de Convênios para Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; Plano de Trabalho; e Termo Aditivo. O acompanhamento da execução dos convênios é efetuado pelas unidades envolvidas e os procedimentos de prestação de contas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF).

O gerenciamento da execução de convênios e da folha de pagamento de pessoal foram acompanhados pela AUDIN nos casos trazidos à baila nas auditorias da Controladoria-Geral da União e nas diligências, audiências e determinações do Tribunal de Contas da União.

4 – O CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

Foram realizadas três auditorias pela equipe técnica da AUDIN, sendo uma na área de controles administrativos, uma auditoria especial na construção do prédio do Departamento de Informática e Estatística da UFSC (INE), e outra auditoria no serviço de transportes. A auditoria nos controles administrativos teve como objetivo verificar quais os controles que as unidades administrativas vêm mantendo, preliminarmente, foram verificados os controles do Departamento de Materiais e Serviços Gerais da UFSC e a Divisão de Compras e Serviços do HU, por estarem diretamente envolvidos nas compras e contratações de serviços. A auditoria especial na construção do prédio do INE foi indicada pelo relatório da comissão de sindicância instaurada para analisar os fatos relatados pelo docente que encaminhou denúncia sobre irregularidades na construção do prédio, registradas no processo nº 23080.014853/2006-85.

Para a auditoria especial foi indicado, além de membro da equipe da auditoria interna, peritos (professores) do Departamento de Engenharia Civil da UFSC. Para tanto, foi

apresentado relatório fundamentado sobre as constatações e recomendações envolvendo verificações no projeto arquitetônico, projeto de prevenção contra incêndios, projeto elétrico, projeto de lógica, manifestações patológicas e projeto hidro-sanitário.

Em relação às atividades de auditoria, em cumprimento a programação de auditoria, dada redução no quantitativo de profissionais e visto a frequência de solicitações de informações das unidades administrativas e da equipe de auditoria dos órgãos externos de controle, não foi possível cumprir a programação inicialmente elaborada, entretanto os conteúdos relacionados na programação, em muitos casos foram objetos das assessorias administrativas. Das três auditorias que foram realizadas, duas delas foram diferentes das que já vinham sendo realizadas, por este motivo, existiu uma demanda maior de tempo para o planejamento e orientação a respeito da condução das atividades. As atividades administrativas que não constavam inicialmente da programação foram necessárias para a elaboração dos relatórios que auxiliam no suporte aos procedimentos de controle da auditoria interna.

Consta do RELATÓRIO DAS AUDITORIAS REALIZADAS PELA AUDIN EM 2007, enviado à CGU-R/SC e à SECEX-SC, resumo dos relatórios das auditorias contendo as constatações derivadas dos exames realizados, as recomendações feitas, as justificativas apresentadas pelas unidades administrativas, as pendências existentes, e ainda, informações julgadas importantes pela equipe técnica.

As unidades administrativas prestaram esclarecimentos e/ou enviaram documentação referente às providências adotadas para saneamento das pendências apontadas no RAIN/2007 da AUDIN/UFSC, também encaminhado à CGU-R/SC e à SECEX/SC, apresentando os encaminhamentos para aqueles casos que se encontram em tramitação.

Segue uma síntese das pendências assinaladas no RAIN/2007, referentes às recomendações mencionadas nos Relatórios de Auditoria, emanados da AUDIN/UFSC, bem como das providências adotadas ou esclarecimentos prestados.

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA AUDIN/UFSC Nº 001/2007 – CONTROLES ADMINISTRATIVOS – Departamento de Materiais e Serviços Gerais e Divisão de Compras e Serviços do HU

a) em relação à recepção dos pedidos de compras e solicitação de serviços requeridos pelas unidades administrativas.

RECOMENDAÇÕES: (1) que a Administração direcione um servidor para que cuide especificamente da catalogação de materiais que serão licitados, cujo mesmo ficaria responsável para buscar informações junto ao SIASG no sentido de incluir as especificações necessárias aos produtos, como também, o mesmo ficaria responsável pela análise prévia da especificação dos produtos anterior a licitação; (2) que o setor de compras envide esforços no sentido de adotar o sistema de catálogo de produtos e serviços, pois é um conjunto de atividades desenvolvidas no SIASG que propicia a definição de padrões determinados de qualidade e produtividade para os materiais e serviços especificados nas compras da Administração Pública Federal.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “O DMSG não tem como designar 1 (um) servidor para a catalogação de materiais, via SIASG, haja vista a precariedade de servidores lotados no DMSG, onde no DDPP/PRDHS existem hoje na pendência, aproximadamente 15 (quinze) servidores a serem lotados no DMSG. E é exatamente por esta carência, que a administração, ao longo desta gestão, determinou que os pedidos de compras, orçamentos estimativos, mapa comparativo de preços, projeto básico, termo de referência e outras peças indispensáveis, ao procedimento licitatório são de responsabilidade de cada Unidade requerente. Isso é claro, foge do ideal, onde se pudesse contar com o efetivo maior de servidores, o DMSG poderia absorver tais atividades, que no meu ver, são de sua competência. Mas, pela falta de servidores, hoje, no quadro do DMSG, tais atividades são impossíveis de serem praticadas.

Logo, sugiro que a administração designe um servidor a ser lotado no DMSG para tratar exclusivamente dos procedimentos elencados acima.”

b) em relação aos procedimentos para a formalização dos processos para as aquisições de materiais, nesse caso, caberia a elaboração de um checklist pela unidade administrativa (setor de compras), que não vem ocorrendo.

RECOMENDAÇÕES: (1) que o setor de compras elabore um *checklist* de procedimentos que deverão ser observados antes de encaminhar o processo para a autoridade superior. O *checklist* poderá ser disponibilizado no sistema MATL, para que as unidades administrativas tomem conhecimento do que deverá ser contemplado nos processos. Poderá ser criado um campo no sistema com o título de “normativos” e incluir as informações; (2) que o setor organize um sistema para a recepção dos pedidos de compras, no sentido de se fazer a juntada dos materiais comuns e somá-los pelas suas quantidades, para depois encaminhar o processo para licitação, visando com isso, evitar a criação de processos que resultem em pequenas quantidades a valores pouco expressivos; (3) que seja orientado para a inclusão nos editais da apresentação de amostra dos produtos para testes de verificação, e caso a análise de determinado produto demandar vários dias para teste de verificação, que seja aberto um edital para cadastramento de produtos. Deste modo, a UFSC manteria uma base de dados de produtos já testados, assim o procedimento de licitação seria mais rápido, como também, as aquisições estariam dentro dos padrões de qualidade aceitos.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “O tal checklist que menciona a Auditoria Interna, de certa forma, já é executado pelo Setor de Compras do DMSG. Talvez ainda, não de forma sistematizada, o que seria oportuno, realmente, tal procedimento ser incluído no Sistema MATL. Para que tal procedimento informatizado seja efetuado, carecemos do apoio do pessoal da área técnica específica. Para tanto, cópia deste documento será entregue ao Diretor da Divisão de Material/DMSG, para que o mesmo junto com o pessoal do Núcleo de Processamento de Dados providencie tal informatização.”

c) em relação às estimativas de preços, o setor de compras não utiliza o sistema de registro de preços (SIREP/SIASG) como apoio na estimativa de preços para os processos de licitação.

RECOMENDAÇÕES: que a Administração verifique a possibilidade de criação de um banco de dados, que poderá ser através do sistema MATL, para que seja alimentado pelo setor de compras, de acordo com os preços das últimas aquisições realizadas, ou ainda, com informações dos preços praticados pelo mercado. Para com isso ter uma base de referência de preços, visto que nem sempre é possível obter respostas às consultas de preços das empresas, no que dificulta em muito os procedimentos do setor de compras, como também evitar informações de estimativas de preços que não são confiáveis.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “Realmente o Setor de Compras não utiliza, ainda, nenhuma outra forma de pesquisa de mercado, haja vista o que já explicitamos no item 1.a acima. Administrativamente falando e, considerando uma massa expressiva de serviços, o Setor de Compras conta com apenas 2 (dois) servidores. Logo, fica evidenciada a impossibilidade e, conseqüentemente, o engessamento e limitações no Setor de Compras. Todavia, o Diretor da Divisão de Material, ao ler este relatório estará ciente de que, dentro das possibilidades, tal consulta ao SIREP/SIASG seja efetuada.”

d) em relação aos pedidos que resultam em processos de licitação por dispensa, foi verificado que vem sendo usada, com frequência, a base do inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e em outros casos o inciso IV, do mesmo artigo, vinculando a questão emergencial, entretanto o argumento tem suas falhas, talvez pela falta de planejamento dos setores envolvidos.

RECOMENDAÇÕES: (1) que a Administração determine que as comissões de licitações (que ainda não estão utilizando) passem a adotar edital para aquisições pela modalidade de registro de preços, bem como determine que as mesmas organizem melhor os editais no sentido de incluir a maior quantidade de itens possíveis (mesmo que o procedimento da fase de lances, na modalidade pregão eletrônico, ultrapasse o dia corrente de abertura da licitação), no que irá ajudar a evitar as compras emergenciais e as dispensas; (2) que o setor de compras e serviços organize os procedimentos para que o processo para a licitação saia do setor com a menor quantidade possível de falhas, e a comissão de licitação por sua vez, organize seus procedimentos no sentido de evitar falha de condução, e orientado os servidores envolvidas (pregoeiros e equipe técnica) a fazerem suas atividades de forma conjunta para evitar erros, como também, verifiquem previamente o conteúdo do edital; (3) orienta-se que a comissão de licitação seja vinculada diretamente ao setor de compras, e que os servidores indicados (pregoeiros e equipe técnica) desenvolvam atividades conjuntas, no sentido de agilizar os procedimentos de compras e contratação de serviços.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “Concordo plenamente com as alegações da Auditoria Interna, onde precisamos avançar no Sistema de Registro de Preços, e apenas corrigindo, registro de preços não é uma modalidade de licitação, ou seja, modalidades de licitação são aquelas elencadas no Art. 22, da Lei nº 8.666/93, incluindo-se pela Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05, o Pregão Presencial e o Pregão Eletrônico, respectivamente. Registro de Preço é na verdade uma outra forma de licitar com as suas características específicas, onde poderemos ter, por exemplo, várias empresas classificadas para o mesmo item. Portanto, sugiro que a administração determine à CPL, que adote, imediatamente, o registro de preços, como vem fazendo hoje o Hospital Universitário.”

e) em relação a formalização dos contratos, não existe uma uniformização na elaboração das minutas de contratos.

RECOMENDAÇÕES: (1) que a Administração verifique a possibilidade de inclusão no sistema MATL de minutas dos editais e dos contratos que foram previamente aprovados pelo órgão jurídico, para que assim exista uma base de referencia para consultas dos modelos de editais e de contratos; (2) que a Administração verifique a possibilidade de organizar os setores envolvidos com as compras e os contratos, no sentido de que os procedimentos da fase do pedido até a finalização do processo de licitação não ocorram falhas.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “No nosso entendimento, existe um modelo padrão das minutas de contratos. Mas realmente, seria importantíssima uma reavaliação dessas minutas, onde sugerimos que seja criada uma comissão especial para tratar deste assunto, e que tal comissão seja composta por um procurador federal, um auditor e um membro da comissão de licitação.”

f) em relação a política de capacitação do servidores envolvidos nos processos, foi constatado a deficiência na criação de procedimentos para melhor estruturar as áreas do Departamento de Materiais de Serviços Gerais.

RECOMENDAÇÕES: (1) que seja feito um planejamento de cursos de capacitação para os servidores das unidades administrativas, como por exemplo, que o responsável por cada unidade administrativa verifique com sua equipe quais são suas necessidades de capacitação (ligadas às atividades do setor), e informe à Administração ou ao setor responsável no início de cada semestre. O planejamento dos cursos convém que seja informado pelo responsável da unidade administrativa, pois é ele que irá definir as prioridades do setor e fazer sugestão dos cursos pretendidos para os servidores; (2) que seja implantada uma metodologia de planejamento interativo entre as áreas administrativas do Departamento de Materiais e Serviços Gerais, para estabelecer um fluxo operacional que permita oferecer o suporte necessário às diferentes demandas de cada área, evitando que ocorra descontinuidade das atividades atinentes ao Departamento.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta: “A capacitação de servidores é imprescindível para que os mesmos desempenhem suas atividades com eficiência e eficácia. Por isso, solicitaremos, através deste próprio relatório, que a Divisão de Serviços Gerais e Divisão de Material apresentem um planejamento e uma programação de cursos específicos para participação ainda do 1º semestre deste ano. Porém, sabemos da escassez de recursos financeiros para tal fim, pois é de vosso conhecimento que o Diretor do DMSG teve três solicitações de cursos negadas, exatamente por carência financeira.”

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA AUDIN/UFSC Nº 002/2007 – Auditoria Especial construção do prédio do INE – Departamento de Informática e Estatística da UFSC

RECOMENDAÇÕES:

a) recomenda-se que o profissional contratado pela FAPEU para elaboração dos projetos hidro-sanitário e preventivo contra incêndio do prédio do INE não seja mais selecionado nos próximos processos licitatórios de projeto para obras na UFSC, pois o mesmo não possui conhecimento suficiente sobre instalações prediais, o que resulta em projetos inadequados;

b) recomenda-se que o ETUSC tenha uma equipe responsável pela verificação, conferência, análise e verificação da compatibilização entre os diferentes projetos (tanto os realizados no ETUSC quanto àqueles realizados por terceiros). Caso não seja possível, recomenda-se que um profissional ou empresa seja contratado para realizar esta atividade;

c) recomenda-se que a UFSC e/ou ETUSC crie um mecanismo de discussão contínua, permanente e documentada com os departamentos para os quais estiverem sendo elaborados projetos, de forma que os interessados fiquem a par de todas as eventuais alterações de projeto e etapas da obra;

d) recomenda-se que o ETUSC, ou qualquer órgão da UFSC que contrate profissionais ou empresas para realização de projetos e/ou obras, contrate e exija a elaboração dos projetos as built, pois a execução nem sempre segue exatamente o que consta nos projetos;

e) recomenda-se que a FAPEU, ou qualquer outro órgão da UFSC que contrate profissionais ou empresas para realização de projetos, contrate também, além dos projetos, o memorial descritivo, o memorial de cálculos, o quantitativo de materiais e serviços e o orçamento, referentes a todos os projetos;

f) recomenda-se que o ETUSC passe a exigir também o memorial de cálculo quando os projetos são contratados por ele;

g) recomenda-se que o responsável pela fiscalização das obras na UFSC exija o preenchimento do diário de obras diariamente pelo responsável indicado para o acompanhamento das obras no campus;

h) recomenda-se que a vistoria de entrega das obras seja acompanhada por profissional do ETUSC e também por responsável do departamento interessado pela obra e, eventualmente, por profissional de outros departamentos, se indicados pela Administração. Todos os problemas devem ser anotados e encaminhados à construtora para correção, estabelecendo prazos para as correções;

i) recomenda-se que as não-conformidades ou impropriedades observadas no prédio do INE sejam corrigidas urgentemente, ressaltando especialmente as questões de segurança dos usuários;

j) recomenda-se que a UFSC crie mecanismos para que a fiscalização das obras do campus seja eficaz, independentemente de os projetos serem de responsabilidade de outras instituições envolvidas;

l) recomenda-se que as futuras edificações no campus, e eventuais alterações nas atuais, tenham seus projetos de sistemas preventivos contra incêndio submetidos à análise prévia do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;

m) recomenda-se que para as novas edificações no campus, os padrões construtivos sejam mais adequados do que o verificado no prédio do INE.

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, informa que o encaminhamento observado é o mesmo feito pelo Escritório Técnico-Administrativo da UFSC, por meio do Ofício nº 036/ETUSC/2008, de 19/02/2008, dirigido à SECEX-SC/TCU, em resposta à audiência do Tribunal de Contas da União no Processo TC 007.005/2007-6.

Teor do Ofício nº 036/ETUSC/2008:

Manifestação quanto ao Relatório de Auditoria – Ordem de Serviço AUDIN nº 002/2007 – Auditoria Especial na Construção do Prédio do INE-CTC.

Os projetos elaborados para as obras realizadas na UFSC visam atender às necessidades dos usuários dos futuros prédios e todas as normas aos que os mesmos estejam vinculados.

No caso específico do prédio do Departamento de Informática e Estatística – INE, conforme já consta do Relatório de Auditoria, o projeto arquitetônico foi elaborado por Arquiteto do ETUSC, e os projetos complementares, contratados pela FAPEU, após processo de seleção das empresas realizado pelo ETUSC.

Os arquitetos que trabalham no ETUSC são profissionais de elevada competência e que projetaram a maior parte das obras construídas na Universidade Federal de Santa Catarina. O projeto do prédio do INE foi elaborado por profissional com um grande currículo de projetos já realizados para a UFSC.

O prédio do INE faz parte de um conjunto de prédios, todos interligados, e dos quais, apenas ele está concluído. Uma segunda etapa do prédio do INE está em fase de conclusão, e uma terceira está em fase de projeto.

Além destes, no conjunto há o prédio da Engenharia Sanitária, que esta em obras e que liga o prédio antigo da própria Engenharia Sanitária (em uso há 8 anos) e uma expansão para o Centro Tecnológico, ainda sem definição de uso, e do qual só há uma projeção da área a ser utilizada. Portanto, em termos de circulação, tanto horizontal como vertical, não se pode pensar no prédio do INE isoladamente.

Isto implica em novos acessos ao conjunto dos prédios, em fachadas que estão inacabadas, em novas escadas e em sistemas que são exigidos pelas Normas Técnicas, que estão ainda incompletos. Como é o caso da segunda escada determinada pelas normas do Corpo de Bombeiros.

Na terceira etapa do prédio do INE esta escada está contemplada de modo a atender a todas as normas neste sentido (ver projeto em anexo).

O projeto arquitetônico do prédio do INE foi pensado como parte integrante deste conjunto acima citado, de acordo com todas as Normas Técnicas e de segurança necessárias. Como exemplo, podemos citar a escada construída no prédio, e que é mencionada no Relatório da Auditoria. De acordo com consulta ao Corpo de Bombeiros de SC, a escada enclausurada necessária, necessita apenas de uma unidade de passagem, ou seja, 65cm de largura. E seria necessário mais uma escada protegida. Como esta segunda escada está em uma etapa ainda não construída, e como a escada enclausurada ficaria algum tempo com uma única circulação vertical para o prédio, para maior conforto aos usuários, a escada foi projetada com uma largura maior que a necessária.

Pensando em se manter a UFSC com um Campus como o que temos hoje, com jardins, espaço de circulação e integração dos alunos, afastamento entre os prédios para facilitar a circulação de ar, sombreamento e insolação necessários, e principalmente, um campus com uma boa qualidade de vida, temos poucas áreas de terrenos disponíveis para novas construções. Então, estas novas construções têm que ser pensadas para o melhor aproveitamento possível destas poucas áreas restantes.

Por estas razões temos projetado prédios interligados que diminuam as circulações verticais, além de um melhor aproveitamento da área construída, sem uma grande ocupação de solo. O conjunto de prédios do INE, Engenharia Sanitária e uma ampliação da área do CTC é um exemplo disto.

Nestes casos o ideal é se projetar o prédio todo, aprovar todos os projetos no Corpo de Bombeiros e construir todo conjunto de uma só vez. Mas o que acontece é que a necessidade urgente é de um prédio, que já tem recursos liberados para a sua construção e nos demais espaços a serem construídos, há apenas uma previsão de qual Departamento irá ocupar o espaço, mas sem definição nenhuma das necessidades reais do que se alojará no mesmo. Então o que fazemos é dar prioridade ao prédio que deverá ser construído e iniciamos os detalhamentos dos projetos. E as futuras expansões ficam apenas na configuração espacial.

Para aprovarmos o Projeto no Corpo de Bombeiros, necessitamos de todos os projetos concluídos, de todo conjunto, pois todos os espaços interligados de alguma forma são analisados em conjunto. E como os projetos de cada etapa deste conjunto são feitos em épocas distintas, de forma praticamente isolada, os projetistas dos projetos complementares, normalmente, são empresas diferentes em cada etapa. Então não conseguimos aprovar os projetos nos Bombeiros, mas a pressão para construir o prédio é muito grande, pois os recursos estão disponíveis e tem prazo de aplicação limitado. Se os recursos financeiros não forem empenhados até o final do ano, perdemos.

Com isto temos a seguinte situação: ou construímos o prédio, de acordo com os projetos elaborados de acordo com todas as normas previstas, e utilizamos os recursos disponíveis, ou esperamos a aprovação de todos os projetos, perdemos os recursos disponíveis e aguardamos uma nova liberação de recursos, não se sabe quando.

É lógico que, e com a concordância de todos os envolvidos no processo, vamos licitar a construção da obra, mesmo sem aprovação nos órgãos competentes. E temos a convicção que todas as obras realizadas apresentam perfeitas condições de segurança e satisfação a seus usuários.

Este foi o caso do INE. Não conseguimos aprovar o projeto no Corpo de Bombeiros, porque este faz parte de um conjunto maior, mas tínhamos que construí-lo sob pena de perdemos os recursos disponíveis. E construímos o prédio.

Agora, com a conclusão dos projetos da terceira etapa do prédio do INE, e com o projeto do novo prédio da Engenharia Sanitária que está em construção, estamos tentando aprovação destes projetos no Corpo de Bombeiros, mesmo sem uma definição da última etapa que está prevista para expansão do Centro. Estamos anexando uma planta esquemática para melhor entendimento.

Como os projetos de cada etapa deste conjunto são elaborados em épocas distintas, de forma praticamente isolada, os projetistas dos projetos complementares, normalmente, são empresas diferentes em cada uma das etapas.

Então, recentemente, contratamos uma empresa para compatibilização de todos os projetos para aprová-los no Corpo de Bombeiros.

Nas reuniões que tivemos nos Bombeiros discutindo o assunto verificamos que os projetos do prédio do INE, já construído, estão de acordo com as normas vigentes.

O ideal para a UFSC e principalmente para o ETUSC, que é o órgão responsável pelas obras da UFSC, é que uma obra para ser executada estivesse com todos os projetos concluídos, revisados, compatibilizados entre si e aprovados nos órgãos competentes. Mas nem sempre isto é o que acontece. Como já citamos anteriormente, muitas vezes, o projeto começa a ser elaborado após a chegada dos recursos financeiros, que muitas vezes tem que ser gasto ou empenhado, no mesmo ano.

Já tivemos casos em que à licitação da obra já estava lançada, quando ainda estávamos recebendo os projetos complementares. Numa obra deste tipo não temos a mínima condição de compatibilização entre os diversos projetos. Os problemas que aparecem têm que ir sendo corrigidos durante a obra. Isto tudo para não perdemos os recursos assegurados para a obra.

Há muitos anos atrás quando ainda se construía o Hospital Universitário, esteve visitando a UFSC uma equipe de construtores franceses especializados em hospitais e eles comentaram: “no Brasil se faz o projeto em um ano, mas se leva cinco anos para construir e na França leva-se cinco anos para fazer os projetos, mas a obra fica pronta em um ano”.

Isto é o ideal para qualquer obra. Projetos bem detalhados, com tudo definido, que não necessite de nenhum ajuste durante a obra. Mas nem sempre conseguimos isto aqui. A pressão que sofremos para licitar uma obra que esteja com recursos disponíveis é maior que o risco que se pode correr por não ter um projeto ideal.

Enquanto não mudar a política do Governo de liberação de recursos desta forma, acreditamos que será difícil conseguirmos projetos aprovados nos órgãos públicos. A aprovação de um projeto no Corpo de Bombeiros é muito demorada, por mais perfeito que esteja. Só para se ter uma idéia, o Shopping Iguatemi, quando foi inaugurado, não tinha seus projetos aprovados no Corpo de Bombeiros. Hoje, não sei qual é a situação.

A UFSC hoje, está tentando a regularização de todos os seus projetos junto ao Corpo de Bombeiros. Para isto, estamos separando os prédios por conjunto, que estejam fisicamente interligados ou muito próximos, e fazendo a compatibilização necessária nos projetos que são exigidos pelos Bombeiros. Após isto, estamos dando a entrada no Corpo de Bombeiros para a aprovação, e posterior, habite-se da edificação.

Mas então, por que não se constrói as obras que estão com os seus projetos prontos. Primeiramente porque, a quantidade de projetos a que somos solicitados é muito grande. Todo Departamento de Ensino da UFSC tem um projeto que é prioridade, que se não for executado pára o Departamento, as aulas terão que ser suspensas, etc. E uma grande parte destes projetos não se transforma em obras porque não conseguem a viabilidade financeira para isto. E como a equipe do ETUSC é pequena, este serviço realizado fica guardado, e outros, têm que ser realizados com muita urgência. E como a UFSC é muito dinâmica este projeto que fica aguardando a liberação de recursos, se os conseguem algum tempo depois, tende a ser modificado porque o Departamento mudou, cresceu, os interesses que já não são mais os mesmos.

Todo projeto para ser elaborado tem o seu ciclo começando pelas necessidades dos interessados, estudo dos arquitetos, discussões com o interessado, anteprojeto, até o projeto aprovado pelos seus usuários, com todo o detalhamento necessário para que os projetos complementares possam ser iniciados. Dependendo do tamanho da edificação, finalidade, e de seu número de usuários, o projeto pode ser mais ou menos complicado. Quanto mais ambientes específicos, onde cada um tem seu usuário diferenciado com as suas particularidades, mais demorado será o projeto. Colocamos isto para dizer que um projeto arquitetônico é demorado, e um arquiteto normalmente se dedica a um projeto de cada vez. Então temos uma limitação no número de projetos a serem realizados.

O projeto do Prédio do INE não pode ser visto como um prédio isolado, como citamos anteriormente. Alguns problemas do projeto se devem justamente por este detalhe. Pelo relatório da Auditoria do Prédio do INE vemos que há alguns detalhes que não foram especificados em projetos, mas deveriam ter sidos, e outros detalhes que foram citados não fazem diferença na construção do prédio. Não vemos que haja uma incompatibilidade entre os projetos, como citado.

A incompatibilidade que pode parecer é a questão do projeto da cisterna. A cisterna não aparece no projeto arquitetônico e estrutural e consta do projeto hidro-sanitário. Inicialmente foi elaborado o projeto arquitetônico que não previu a cisterna. Após foram contratados os projetos complementares e entre eles, o projeto estrutural e hidro-sanitário. Quando o projeto hidro-sanitário foi entregue com a cisterna, os demais projetos estavam prontos e devido a urgência da licitação da obra não foram alterados. O que se fez foi colocar um item na licitação da obra com estimativa de custos da execução desta cisterna, para que a empresa executora da obra apresentasse o projeto e executasse a cisterna. Foi o realizado, e acreditamos que atingiu os objetivos.

Quanto às recomendações apontadas pela equipe de auditoria, podemos informar que algumas já estão sendo seguidas pelo ETUSC e que as demais estão sendo objeto de estudos para a sua implantação. Nos reportando a cada uma delas especificamente, fazemos uma explanação a seguir.

1 – Todos os projetos contratados pelo ETUSC são feitos através de licitação pública ou consulta formal de preços para seleção da empresa. Para a participação no processo seletivo as empresas

devem apresentar currículo com projetos já realizados que demonstre a capacidade técnica para a realização dos serviços.

2 – A compatibilização entre os diversos projetos complementares e o arquitetônico é feita pelo arquiteto responsável/coordenador do projeto arquitetônico. O ideal seria o ETUSC ter uma equipe multidisciplinar com engenheiros dos diversos ramos da engenharia para que todos os projetos pudessem ser discutidos com os seus projetistas. Então deveríamos ter, pelo menos, um engenheiro especialista em estruturas, outro em projetos elétricos e lógica, outro em projetos hidro-sanitários e preventivos contra incêndios, outro em projetos mecânicos de gases, ar condicionado e elevadores. Mas o que ocorre na prática, é que a equipe de técnicos do ETUSC, nos últimos anos, tem diminuído de tamanho, apesar do aumento do número de obras a serem realizadas, e a própria complexidade das mesmas que aumentou, devido aos avanços tecnológicos. Os técnicos que saíram por aposentadoria, morte ou demissão não têm sido repostos.

Estamos estudando outras formas de contratação de projetos. Uma delas é a contratação de projetos completos, com arquitetônico e complementares em um único pacote. Com uma única empresa responsável, e tendo um coordenador do ETUSC. Na experiência que tivemos com esta forma, a licitação dos projetos foi repetida e não conseguimos a contratação da empresa. Mas estamos tentando aperfeiçoar o processo.

3. Todos os projetos elaborados pelo ETUSC atendem as necessidades dos usuários dos prédios, ou pelo menos, o que nos é apresentado pela equipe responsável pelo acompanhamento da obra, que é designada pelo Departamento interessado na mesma. Sempre, em cada obra temos alguém (uma pessoa, um grupo ou o chefe do Departamento) no Departamento interessado, que é o próprio interlocutor com o mesmo. O contato dos projetistas com o Departamento interessado sempre houve. O que podemos fazer é estudar fórmulas que deixem e este processo mais documentado.

4. Os projetos “as built” devem ser solicitados sempre à empresa executora da obra ou serviço. Tomaremos providências para que este procedimento se torne obrigatório, e que ao final da obra, os projetos “as built” sejam entregues à UFSC.

5. O ETUSC não tem ascendência sobre a FAPEU, ou qualquer outro órgão da UFSC. Poderemos repassar à Administração Central da UFSC o que deve constar em um projeto para que seja determinado a estes órgãos, quando da contratação dos mesmos.

6. Nos projetos em que o memorial de cálculo é importante, ele é exigido.

7. O preenchimento do diário de obras é uma determinação para todas as obras. Reforçaremos a cobrança dos mesmos.

8. A vistoria para o recebimento de obras, normalmente é acompanhada pelo Departamento usuário do prédio, seja diretamente ou através de um relatório de pendências que nos é encaminhado.

9. Vários dos problemas apontados no prédio do INE já foram corrigidos e outros estão sendo estudados para que resolva-os. Os problemas dos dutos de ventilação foram corrigidos. As saídas de emergência tiveram alguns dos problemas corrigidos e para os outros, aguardamos uma definição do Corpo de Bombeiros. As portas de saídas de emergência, apesar de serem de madeira são do tipo corta-fogo. O hidrante do recalque do sistema preventivo contra incêndios foi instalado quando da construção do prédio, conforme o projeto. O sistema de aterramento do sistema de proteção contra descargas atmosféricas foi feito pela estrutura de concreto do prédio. Foi feito um relatório sobre medições de aterramento e alguns problemas detectados, principalmente pela não conexão do sistema de aterramento da segunda etapa do prédio com a primeira, estão sendo corrigidos.

10. O ETUSC está estudando fórmula para terceirização de parte da fiscalização das obras, pois o volume delas é muito grande e a equipe disponível não tem condições de atender a todas as obras.

11. Como já citamos anteriormente, estamos criando mecanismos para que todas as edificações da UFSC tenham seus projetos aprovados no Corpo de Bombeiros.

12. A UFSC sempre projetou e executou obras de modo que as mesmas tivessem um padrão compatível às necessidades de seus usuários, e de acordo com os recursos disponíveis para a sua construção. E estamos estudando para que os padrões sejam melhorados sempre, acompanhando a evolução de novas tecnologias.

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA AUDIN/UFSC Nº 003/2007 – Auditoria Serviço de Transportes

a) controles prévios à saída dos veículos (1.3), foi constatado que ainda não foram implantados os controles quanto ao funcionamento, desempenho e estado de conservação dos veículos. Solicita-se que a Direção do DMSG se manifeste sobre as providências para vistoria prévia à saída dos veículos da garagem para atendimento aos usuários.

b) ampliação da sala da chefia do setor de transportes (1.5), foi constatado que ainda não houve ampliação da sala e reforma do banheiro do setor de transportes, a ampliação é reivindicação antiga por haver falta de espaço físico para alojar os dois servidores e os bolsistas. Solicita-se que a Direção do DMSG se manifeste a respeito, bem como, informe se existe algum projeto de reforma em andamento.

c) ressarcimento ao erário de danos causados por servidor ao veículo de propriedade da UFSC (1.6), foi constatado em consulta ao SIAPE que ainda não foi efetivado o desconto em folha do servidor dos custos atribuídos ao conserto do veículo. Solicita-se que a Administração informe como estão os encaminhamentos para o caso.

d) desvio de função de servidor no serviço de transporte do HU (2.1), não foram tomadas providências a respeito. Solicita-se que a Direção do HU verifique a questão e informe a respeito, apresente justificativa se for o caso, recorrendo à PRDHS sobre as necessidades.

e) manutenção preventiva de veículos (2.2), não foram tomadas providências no sentido de realizar manutenções preventivas nos veículos da UFSC que estão à disposição do serviço de transportes do HU, dada sua frota reduzida. Solicita-se que a Direção do HU informe quais são as providências tomadas para programação da manutenção preventiva dos veículos.

f) necessidade de ampliação da sala dos motoristas no HU (2.4), foi verificada que a pendência em relação a ampliação da garagem para os veículos e a sala dos motoristas não foi sanada. Solicita-se que a Direção do HU verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

g) as portarias de autorizações para dirigir veículo estão desatualizadas (2.3), e pelas informações prestadas somente serão emitidas novas autorizações para os servidores que estejam enquadrados como motoristas. Solicita-se, portanto, que a Direção do HU verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

h) o veículo com o tombamento de nº 058406, não consta registrado na relação de controle da Divisão de Patrimônio (2.5), o mesmo está sendo utilizado pelo HU, mas não existe a transferência de responsabilidade. Solicita-se que a Administração verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

i) existem veículos de responsabilidade do Departamento de Gestão Patrimonial e Segurança Física (DEPASE) que apresentam muitos gastos com manutenção que os torna antieconômicos (3.1), como também existem outros veículos que estão parados ou na oficina, deixando de estar disponíveis para as atividades em que são necessários. Solicita-se que o Diretor do DEPASE verifique a questão e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

j) encontra-se no pátio do setor de veículos (do DMSG) veículo para baixa por alienação, cuja providência ainda não foi providenciada; espaço de garagem coberta para os veículos está insuficiente, no que, faz-se necessário sua ampliação; custo da hora de manutenção dos veículos deverá ser verificado no sentido de adequar às exigências que estão contidas no termo de contrato firmado com a empresa prestadora dos serviços. Solicita-se que a Administração verifique as questões apontadas no relatório e informe quais as providências que estão sendo tomadas.

Providência(s):

I - A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais. Teor da resposta:

“Itens ‘a’ e ‘e’. É do conhecimento da administração, que se encontra no ETUSC, já a algum tempo, o projeto de reforma do Serviço de Transportes, e muito provavelmente ainda, não ocorreu por falta de recursos orçamentários. Aliás, deveria ser de conhecimento da Auditoria Interna que a UFSC carece de recursos para a realização de todas as suas obras necessárias. No meu entendimento, podemos citar como prioridade maior que a do Serviço de Transportes, o Almoxarifado Central da UFSC, que necessita de um prédio novo a curto prazo. Este assunto será abordado por nós em um outro relatório que estamos preparando.

Itens ‘b’ e ‘f’. Estamos concluindo a minuta do termo de referência para adoção do sistema similar ao cartão combustível, hoje adotado pela UFSC, que talvez o processo seja encaminhado à CPL, ainda neste mês de fevereiro. Para corroborar o que estamos alegando, basta os nobres auditores observarem as prorrogações contratuais de manutenção pesada, contratadas com as empresas DVA e BADU, onde suas vigências vão até 31/03/2008, esperando que este prazo seja suficiente para a conclusão do processo licitatório.”

II - A Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, através do Memorando nº 010/PROAF, de 29/02/2008, encaminha as informações prestadas pelo Chefe da Seção de Transportes. Teor da resposta:

“Item ‘a’. Quanto ao controle de veículo com as saídas e conservação dos mesmos, está sendo efetuada uma nova licitação onde a empresa vencedora, irá implantar o sistema de oficina com relatório mensal e anual dos gastos com os mesmos, junto irá implantar o sistema de cancela eletrônica com todo controle de informação de km de saída, hora de saída e retorno, serviço a ser executado.

Item 'b'. Quanto à reforma de ampliação da sala da chefia dos transportes, não possuímos informações do Departamento competente ao caso.

Item 'c'. Referente ao ressarcimento ao erário de danos causados por servidor, informamos que existe um Departamento próprio para apurar o referido caso. Sugeríamos que a AUDIN solicite ao Departamento competente o desconto em folha do mesmo e comunique o servidor que será descontado o referido valor referente aos danos.

Item 'j'. Quanto ao veículo já foram providenciadas: a baixa patrimonial e a remoção do mesmo, com doação para CEFET, onde o veículo será usado para estudos mecânicos. O referido veículo já está com baixa no DETRAN, saindo do quadro do patrimônio da UFSC. Referente a ampliação da garagem coberta do Setor de Transporte está sendo solicitado junto ao ETUSC um estudo para verificar um projeto compatível, pois existem alguns detalhes que deverão ser estudados, visto a arborização que se encontram no pátio. No que se refere ao custo da hora de manutenção dos veículos, pedimos que a AUDIN aponte qual a empresa que apresentou irregularidades, para solicitarmos as providências e o reembolso a UFSC."

III – O Diretor Administrativo do Hospital Universitário da UFSC, através do Memo nº 016/DA/HU/2008, de 22/02/2008, encaminha as seguintes informações:

"Item 'd'. Ainda temos os mesmos casos de motoristas atuando em desvio de função, inclusive com aumento de mais dois contínuos, vindos do Serviço de Vigilância, que suprimam as deficiências e necessidades de duas vagas decorrentes de falecimento de Waldemar Francisco Bittencourt Filho e da aposentadoria de Alécio Aparecido Correia, para que houvesse possibilidades de atender a escala, que deverá atender 24 horas/dia o HU. Caso estes profissionais sejam retirados do Transportes do HU sem a devida reposição por parte da UFSC, não teremos como dar continuidade das atividades propostas pelo Serviço, pois não teremos condições de fechar a escala.

Item 'e'. Ainda estamos com a mesma pendência quanto a manutenção preventiva nas ambulâncias, pois temos à nossa disposição apenas dois veículos, sendo que fizemos a manutenção corretiva quando necessário. Informamos, porém que estamos atualmente com duas ambulâncias, uma delas doada pela Associação Amigos do HU (Mercedes) e outra cedida pela Secretaria de Estado da Saúde – SES de Santa Catarina (Renault) que se encontram em bom estado de conservação. Ainda estamos com o veículo GMC na garagem, porém sem utilização, aguardando a autorização para remoção até o patrimônio da SES para devolução e substituição. A direção do HU encaminhou documento à Secretaria de Estado da Saúde, visando à substituição do veículo GMC da Chevrolet. Cabe salientar que atualmente não estamos com limitações orçamentárias quanto à manutenção preventiva e corretiva dos veículos do HU, mas sim para aquisição de veículos e outra ambulância. Existe uma dificuldade maior em termos à nossa disposição algum veículo da UFSC para podermos realizar a manutenção dos nossos veículos. Fizemos contatos com a Direção do DMSG da UFSC e todas as vezes que tentamos não tivemos êxito. Não tínhamos nenhuma 'autorização oficial' para isso, o que limitava as negociações junto ao Serviço de Transportes da UFSAC, pois sempre que solicitamos veículos, dependemos do agendamento deles em primeiro plano. Seria necessário que fosse disponibilizado quinzenalmente por até 3 dias, um veículo ao HU, para que pudéssemos encaminhar os nossos veículos à manutenção preventiva. A Diretoria Administrativa emitiu documento (Memo. nº 015/DA/HU/2008) solicitando veículo para a UFSC.

Item 'f'. A Diretoria de Administração encaminhou processo nº 23080.001255/2008-16 à Comissão Permanente de Licitação do HU para licitar a ampliação da sala dos motoristas.

Item 'g'. As autorizações já foram atualizadas em 04/08/2006 com validade até agosto/2007. Estamos providenciando nova solicitação de atualização das autorizações junto a PROAF.

Item 'h'. A pendência foi sanada, conforme relatório emitido pelo Patrimônio da UFSC em 07/11/2007."

RELATÓRIO ANTERIOR - RELATÓRIO DE AUDITORIA DA AUDIN/UFSC Nº 005/2006 – ÁREA DE PESSOAL

a) *Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade* - houve informações da Administração, através do Mem. 028/PRDHS/2007, de 27/02/2007, que foram solicitadas providências urgentes às unidades envolvidas, bem como que a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social está procedendo ao levantamento de todas as portarias de concessão de insalubridade e periculosidade da UFSC, e procedendo ao agendamento por parte da equipe técnica para a atualização dos laudos periciais de insalubridade/periculosidade. Por este motivo, solicitamos informações do que foi realizado efetivamente até então sobre as concessões de adicionais aos servidores envolvidos e a renovação das portarias.

b) *Em relação aos demais itens deste relatório de auditoria, dada à manifestação da Administração (Mem. 028/PRDHS/2007, de 27/02/2007), será objeto de verificação em auditoria futura.*

Providência(s):

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, através do Memo nº 015/PRDHS/2008, de 19/02/2008, encaminha as seguintes informações:

Em relação aos adicionais de insalubridade e de periculosidade o Departamento de Desenvolvimento e Atenção Social e à Saúde tem mantido as seguintes ações pertinentes: (1) até dezembro de 2007 foram reavaliados os laudos periciais dos setores da Imprensa Universitária-IU, do Restaurante Universitário-RU, do Hospital Universitário-HU, da Prefeitura Universitária-PU, do Centro Tecnológico-CTC, do Centro de Ciências Biológicas-CCB e do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas-CFH; (2) através de memorandos (direcionado às unidades administrativas) foram encaminhados os laudos periciais e solicitados aos Diretores Administrativos e de Centros de Ensino que cancelem todas as Portarias de concessão dos referidos adicionais, fazendo novas concessões a quem couber.

Desta forma, estamos mantendo o cronograma de reavaliação dos laudos de insalubridade e periculosidade, bem como a orientação às chefias quanto a necessidade de emissão de novas portarias. Os trabalhos terão seu fim previsto para 31 de maio de 2008.

5 – O CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitação de diligência e relatórios de auditoria emanadas da Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina (CGU-R/SC), encaminhadas à AUDIN, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFSC.

Para o encaminhamento de informações requeridas e recomendações, a AUDIN expediu memorandos às unidades internas da UFSC e ofícios à CGU-R/SC, bem como coordenou a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários das diversas unidades desta Universidade, além de também disponibilizar os documentos originais solicitados.

No exercício de 2007, a CGU-R/SC atuou nas seguintes auditorias junto à UFSC:

- a) **Auditoria de Gestão (189712)** para avaliação da gestão da UFSC referente ao exercício de 2006, que compôs o Relatório de Prestação de Contas. Para esta Auditoria, a CGU-R/SC emitiu 68 (sessenta e oito) Solicitações de Auditorias. Foram encaminhados à UFSC o Relatório de Auditoria e o Plano de Providências.
- b) **Auditoria na FEESC (193697)**, referente aos cursos de especialização na Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 2 (duas) Solicitações de Auditoria remetidas pela CGU-R/SC.

- c) **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (196236)**, referente análise de processos de admissão, aposentadoria e pensão em estoque. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu o Relatório de Auditoria. Não foi registrada nenhuma constatação.
- d) **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (201404)** na área de pessoal (exercício irregular de cargo – acumulação de cargos, dedicação exclusiva, incompatibilidade de horários e gerência privada). Para esta Auditoria, a CGU-R/SC apresentou 6 (seis) Solicitações de Auditoria.
- e) **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (202823)**, referente cruzamento SIAPE x SISAC. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 1 (uma) Solicitação de Auditoria remetida pela CGU-R/SC.
- f) **Auditoria de Acompanhamento da Gestão (201282)**, referente atuação da Auditoria Interna da UFSC. Para esta Auditoria, a AUDIN/UFSC recebeu 1 (uma) Solicitação de Auditoria remetida pela CGU-R/SC.

Ainda no exercício de 2007, a Corregedoria Setorial do Ministério da Educação – CSMEC/CORAS/CRG/CGU-PR realizou Inspeção Correicional junto à UFSC.

Consta do RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS RELACIONADAS À CGU EM 2007, enviado à CGU-R/SC e à SECEX-SC, o encaminhamento às diversas Unidades da UFSC das comunicações, das diligências, dos Ofícios e dos Acórdãos, bem como os esclarecimentos prestados e ações adotadas por elas.

As unidades administrativas prestaram esclarecimentos e/ou enviaram documentação referente às providências adotadas para saneamento das pendências apontadas no RAINIT/2007 da AUDIN/UFSC, também encaminhado à CGU-R/SC e à SECEX/SC, apresentando os encaminhamentos para aqueles casos que se encontram em tramitação.

Segue uma síntese das pendências assinaladas no RAINIT/2007, referentes às recomendações mencionadas no Relatório de Auditoria de Gestão 189712, emanado da CGU-R/SC (PLANO DE PROVIDÊNCIAS), bem como das providências adotadas ou esclarecimentos prestados.

Unidade Examinada: UFSC
Relatório n°: 189712
1. Itens do Relatório:
1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (065) <i>Ausência de atendimento, pela UFSC, de ajuste de conduta acordado entre o MEC e o Ministério Público Federal, com permanência do direcionamento restritivo de vagas em processo seletivo não aberto ao público, em Curso de Graduação em Administração à Distância.</i> RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Reiteramos a recomendação contida no item 8.3.1.3 do Relatório de Auditoria 175137/2006/CGU, ou seja:</i> <i>"A UFSC deverá observar, em seus processos seletivos para Cursos de Graduação (presenciais e à distância) as normas contidas na Portaria MEC nº 2941 (de 17/12/2001) e as determinações do Parecer CP nº 98/99 (de 06/07/1999) do Conselho Nacional de Educação, relativas a processos seletivos para ingresso nas instituições públicas e privadas pertencentes ao sistema federal de ensino superior, bem como o que estabelecem os Artigos 206 e 208 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, de 20/12/1996).</i> <i>Além disso, a UFSC deverá se abster de reservar vagas em Cursos de Graduação (não só presenciais, mas também aqueles oferecidos na modalidade à distância) para determinada categoria ou público alvo em detrimento da ampla concorrência, e deverá ofertar as vagas de tais Cursos de Graduação sempre em termos de ampla concorrência, ou seja, abertas a todo candidato em vias de concluir ou que tenha concluído o Ensino Médio, a qualquer tempo e segundo quaisquer das formas admitidas em lei. Também deverá rever, em relação ao seu Curso de Graduação em Administração à distância, a decisão de destinar 70% das vagas para funcionários do Banco do Brasil e as demais 30% das vagas para Servidores Públicos Federais, Estaduais ou Municipais atuando em órgão situado no Estado de Santa Catarina.</i> <i>Por fim, a UFSC deverá se abster de realizar um processo seletivo para cada Curso de Graduação à Distância que ofertar e procurar oferecê-los em processo seletivo conjunto, uma vez que, conforme dispõe a Portaria MEC nº 2.941 (de 17/12/2001) em seu Artigo 4º, 'somente poderão ser realizados no máximo dois processos seletivos para cada período de ingresso, seja anual ou semestral'".</i>
PENDÊNCIA(S) no RAINIT/2007: Recomendação 001: <i>A Vice-Reitoria deverá informar os resultados das tratativas citadas no Ofício nº 380/GR/2007.</i>
Providência(s): Em atenção ao Plano de Providências, referente à Auditoria de Gestão 189712 da CGU-R/SC,

item 1.1.1.1 – Constatação 65, Recomendação 001: “A Vice-Reitoria deverá informar os resultados das tratativas citadas no Ofício nº 380/GR/2007”, apresentamos, em anexo, o Ofício nº 430/GR/2007, datado de 20 de setembro de 2007, remetido ao Excelentíssimo Sr. Juiz Federal Substituto da 4ª Vara Federal da Subseção de Florianópolis – Seção Judiciária de Santa Catarina, no qual é apresentada a proposta de acordo com aquela Seção Judiciária. Apensado a esse, encontra-se o Ofício nº 1.446/2007/SEED/MEC, por meio do qual o MEC afirma o financiamento das despesas decorrentes do ingresso de estudantes da demanda social e, também, Termo de Audiência – Ação Civil Pública nº 2007.72.00.008103-7/SC, que revoga a liminar de suspensão do Curso Piloto e homologa o acordo proposto pela UFSC.

Complementando os expedientes, acima citados, apresentamos o Edital 09/COPERVE/2007, que abriu inscrições ao Processo Seletivo para ingresso no programa especial de formação em Administração, em nível de graduação, oferecido na modalidade de ensino a distância, para turma única, em conformidade com acordo firmado mediante Ação Civil Pública Nº 2007.72.00.008103-7/SC, proposta pelo Ministério Público Federal, proposto em reunião realizada na Justiça Federal da 4ª Vara Federal da Subseção de Florianópolis – Seção Judiciária de Santa Catarina, com referência à Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal, relativo ao requisito necessário ao ingresso no Curso Piloto da Universidade Aberta do Brasil, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na área de administração, em 10 cidades Pólos no Estado de Santa Catarina.

Cabe salientar que a aula inaugural do Curso em epígrafe aconteceu em 21/12/2007. [Ofício nº 078/GR/2008]

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (074)

Minuta de nova resolução que dispõe sobre a pós-graduação lato sensu da UFSC em desacordo com a legislação e determinações do TCU e sem o estabelecimento dos devidos controles da UFSC sobre seus Cursos de Especialização.

RECOMENDAÇÃO: 001

Acrescentar, no Artigo 13 da nova Resolução, a obrigatoriedade de constar no projeto os seguintes itens relacionados no Artigo 67 da Resolução 10/Cun/97:

- a) *Demonstrativo financeiro (receita/despesa) incluindo fonte de recursos e indicando os recursos financeiros no que se refere a bolsas de estudos, à remuneração do pessoal docente e à previsão de pagamento das taxas ao FUNEVEN, ao "Programa de Bolsas de Extensão, Monitoria e Treinamento para Alunos de Graduação" e ao FUNEX, nos termos do art. 58 da Resolução 10/Cun/97;*
- b) *Nome do responsável pela elaboração do projeto;*
- c) *Local de funcionamento (com manifestação quanto à utilização de pessoal, instalações e materiais);*
- d) *Objetivos do Curso;*
- e) *Organização e normas de funcionamento do Curso;*
- f) *[...] número mínimo de alunos previstos para viabilizar o Curso;*
- g) *Condições de seleção e aprovação dos candidatos;*
- g) *Disciplinas oferecidas para cada opção, com os respectivos números de créditos, ementa ou programa e indicação da bibliografia mínima;*
- i) *Calendário (cronograma de atividades);*
- j) *Indicação da fundação de apoio encarregada de gerência financeira, se houver;*
- k) *Cópia do convênio com a fundação de apoio encarregada da gerência financeira, se houver.*

RECOMENDAÇÃO: 002

Acrescentar na nova Resolução determinação similar ao Parágrafo Único do Artigo 68 da Resolução 10/Cun/97, ou seja, de que "a divulgação e o início do Curso só poderão ocorrer depois de sua aprovação final".

RECOMENDAÇÃO: 003

Para fins de transparência e preservação dos princípios de controle interno, alterar o item II do Artigo 20 da minuta, de modo a segregar as atividades de fiscalização das atividades de coordenação, estabelecendo a obrigatoriedade de designação de servidor distinto do coordenador em cada Curso de Especialização para "fiscalizar e acompanhar os serviços prestados por fundação de apoio contratada, quando for o caso, e comunicar aos órgãos competentes casos de irregularidade".

RECOMENDAÇÃO: 004

Substituir, no Artigo 2º da minuta, a frase "prever o recolhimento à Universidade" pela frase "prever o recolhimento de todos os valores arrecadados pelos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu diretamente à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional".

RECOMENDAÇÃO: 005

Substituir, no Artigo 35 da minuta, a frase "o recolhimento de valores oriundos da implementação de cursos de pós-graduação lato sensu, será feito em conta única da Universidade" pela frase "o recolhimento de valores oriundos da implementação e realização de cursos de pós-graduação lato sensu será feito à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional". Da mesma forma, excluir da minuta os parágrafos 1º e 2º do Artigo 35, substituindo-os por parágrafo único em que seja mencionada a vedação da arrecadação dos recursos por Fundação de Apoio, mesmo que posteriormente haja o repasse à UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 006

Incluir na nova Resolução Artigo que faça referência à obrigatoriedade contida no parágrafo III do Artigo 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, ou seja, de que "na execução de convênios, contratos, acordos e/ou ajustes que envolvam a aplicação de recursos públicos, as fundações contratadas na forma desta lei serão obrigadas a: [...] III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante".

RECOMENDAÇÃO: 007

Incluir na nova Resolução Artigo exigindo que eventuais bolsas que venham a ser pagas estejam expressamente previstas nos projetos, detalhando valores, periodicidade, duração e beneficiários, conforme estabelece o parágrafo 4º, Artigo 6º do Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

RECOMENDAÇÃO: 008

Incluir na nova resolução Artigo que exija que as Prestações de Contas dos Cursos de Especialização sejam submetidas à análise e aprovação das devidas instâncias da UFSC após o término de cada Curso e fiquem à disposição para análise da Auditoria Interna da UFSC e dos órgãos de controle interno e externo.

RECOMENDAÇÃO: 009

Incluir na nova Resolução Artigo definindo e exigindo como Prestação de Contas o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas, sendo que deverão contar em cada Prestação de Contas, no mínimo, relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa (como notas, recibos etc.) e documentos de movimentação bancária.

RECOMENDAÇÃO: 010

Substituir, no Artigo 6º da minuta, a frase "poderão ser executados por fundações de apoio" pela frase "poderão ser apoiados por fundações de apoio".

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.

Providência(s):

Os ajustes nos respectivos contratos já foram formalizados pela Coordenadoria Administrativa da PROAF. Os demais questionamentos serão respondidos pela PRPG que é o setor responsável pela aprovação dos respectivos cursos de especialização. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]

A PRPG retirou a minuta da pauta do Conselho Universitário. As modificações exigidas foram feitas nos contratos com as Fundações de apoio, ficando demonstrado que as correções podiam (e foram) implementadas sem a necessidade de modificação da resolução. Os contratos do ano de 2007 foram realizados de acordo com as exigências da CGU. [Memo nº 35/PRPG/08]

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (050)

Ausência de utilização de cartão corporativo para suprimento de fundos, em desacordo com as normas pertinentes.

RECOMENDAÇÃO: 001

Estender o uso do cartão corporativo a todos os supridos da Unidade, a fim de cumprir a legislação.

RECOMENDAÇÃO: 002

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001 e 002 foram implementadas.

Providência(s):

As recomendações já foram gradativamente implementadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (031)

Reiteração de descumprimento de determinações do TCU, quanto à inexistência de inventário físico anual de bens móveis.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos a necessidade de dar maior celeridade à implantação da nova sistemática de controle patrimonial e inventariança da totalidade dos bens móveis da UFSC, de modo a apresentar o inventário físico anual sobre a totalidade do patrimônio da Universidade e a atender plenamente às alíneas "g" e "h" do Acórdão 1184/2004 - TCU - 1ª Câmara.

RECOMENDAÇÃO: 002

Realizar o inventário físico obrigatoriamente mediante a contagem física de todos os bens patrimoniais pertencentes à UFSC, tendo em vista que apenas a confrontação de relatórios não é capaz de confirmar a existência e a localização de todos os itens constantes destes relatórios.

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001 e 002 foram implementadas.

Providência(s):

Em função da greve dos servidores técnico-administrativos (três meses), invasão do prédio da Reitoria por estudantes e recesso de férias esta ação, dentre outras ficou prejudicada, no entanto estamos na fase final de implementação da nova metodologia proposta. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]

3.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (028)

Ausência de providências para regularização da área cedida à Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiterar pela terceira vez a recomendação de atender às determinações do TCU contidas nas alíneas "a" e "b" do Acórdão n.º 2892/2004 - 1ª Câmara - TCU, onde foi determinado que a UFSC:

"a) regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato n.º 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente, a Lei n.º 6.120/1974 e o Decreto n.º 99.509/1990, mediante a cobrança por todo o período de vigência do referido contrato do aluguel mensal devido, com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados;

b) cancele ou regularize, inclusive mediante o devido processo licitatório, a subconcessão para terceiros de parte de área cedida pela UFSC à Associação Atlética Volantes, mencionada na alínea anterior, nos termos da legislação aplicável, em particular a Lei n.º 6.120/1974, a Lei n.º 8.666/1993, o Decreto n.º 99.509/1990, bem ainda o Parecer da Procuradoria Geral da UFSC n.º 0471/ALF/PG/94".

RECOMENDAÇÃO: 002

Modificar imediatamente o teor da minuta do Termo Aditivo apresentado pela UFSC, nos seguintes termos:

a) alterando o percentual para 0,8% para definição do valor mensal a ser pago a UFSC pela AASUFSC, no lugar do 0,2% (ou dois milésimos), tendo em vista que não cabe a aplicação desse percentual sobre o valor do imóvel;

b) não prever cláusula estabelecendo nova vigência para o Contrato n.º 269/2001, tendo em vista que o contrato ainda não expirou e está em plena vigência.

RECOMENDAÇÃO: 003

Rescindir administrativamente de imediato o contrato com a AASUFSC caso as subconcessões por ela promovidas irregularmente não sejam encerradas imediatamente, com a devida desocupação dos imóveis, considerando que os prazos solicitados para promover a desocupação dos imóveis já se esgotaram.

RECOMENDAÇÃO: 004

Apurar imediatamente os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se nos critérios e nos valores referenciais apresentados por essa CGU/SC.

RECOMENDAÇÃO: 005

Adotar as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos pela AASUFSC, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa à omissão ou morosidade na sua execução.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

O DEAE e a PRAE deverão informar os resultados das tratativas citadas no Memorando MEMO N° 760/DEAE/PRAE/2007.

Providência(s):

Despacho, datado de 13/02/2008, da AUDIN no Processo n° 23080.020104/2005-14, dirigido à PROAF, com o seguinte teor:

Consta do item “3.2.1.1” (*Ausência de providências para regularização da área cedida à Associação Atlética dos Servidores da UFSC*) do ANEXO I do RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 189712 (*Auditoria de Gestão – exercício de 2006*) da Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC, enviado à UFSC através do Ofício n° 23877/2007/CGU-R/SC, as seguintes recomendações:

(...)

O Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através do Memorando n° 760/DeAE/PRAE/2007, de 27/09/2007, em atenção ao Ofício n° 23877/2007/CGU-R/SC, comunica as tratativas em curso, onde destacamos:

“2) Em 29/07/08, mediante ao OFÍCIO DeAE/PRAE/N° 117/07, submetemos ao conhecimento Tribunal de Contas da União, em atendimento ao Ofício n° 1718/2007-TCU/SECEX-SC, as justificativas e providências deliberadas para regularização citada área, anexo 2;”

A minuta do Temo Aditivo ao Contrato n° 269/2001, aprovada pela PGF/AGU junto à UFSC (fls. 430 e 431), altera a sua cláusula quarta, constando do §1º o seguinte teor:

“§ 1º A base de cálculo do valor da remuneração mensal levou em consideração o valor da área correspondente de 3.883,88 m², estipulado em R\$ 1.398.418,25 (Hum milhão, trezentos e noventa e oito mil e quatrocentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), acrescido das benfeitorias e das obras realizada até a assinatura do Contrato Original n° 269/2001, no valor de R\$ 513.344,38 (Quinhentos e treze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos), correspondente a 955,00 m² de área construída, multiplicado por 0,001 (hum milésimo) de acordo com a Lei n° 11.490/07, conforme laudo avaliativo, acostados aos presentes autos, que fica fazendo parte deste instrumento.”

Haja vista a diferença no percentual para definição do valor a ser cobrado no aluguel entre o recomendado pela CGU-R/SC e o estipulado pelo DeAE/PRAE, recomendamos que os autos sejam novamente submetidos à apreciação da PGF/AGU junto à UFSC.

3.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (030)

Atendimento parcial à recomendação da CGU-R/SC quanto à regulamentação do uso e à cessão por tempo determinado das Fortalezas administradas pela UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Acrescentar no regulamento de uso e cessão por tempo determinado das fortalezas administradas pela UFSC que os depósitos bancários realizados pela utilização destes espaços devem ser efetuados diretamente na Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional.

RECOMENDAÇÃO: 002

Incluir cláusulas para ressarcimento de eventuais danos causados às fortalezas, equipamentos, peças, meio ambiente ou quaisquer outros bens existentes na área utilizada.

RECOMENDAÇÃO: 003

Aprovar e submeter o regulamento de uso e cessão por tempo determinado das fortalezas administradas pela UFSC à aprovação do IPHAN, com a maior brevidade possível.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PRCE deverá informar os resultados das tratativas citadas no Memorando 161/PRCE/2007.

Providência(s):

Em 11 de agosto de 2005, o IPHAN encaminhou para a Dra. Analúcia Hartmann, Procuradora da República em Santa Catarina, com cópia para a UFSC, o documento “Premissas para o uso das Fortalezas de Florianópolis”. Neste estudo o IPHAN concorda com o uso das fortalezas para: festas comunitárias, eventos religiosos ou civis, eventos culturais como música, dança, teatro, exposições, cinema e eventos correlatos e também delega a UFSC à competência de autorizar ou não o uso das fortalezas para eventos que não interfiram no Patrimônio Histórico restaurado e nem prejudiquem os moradores do entorno.

Foi elaborada uma minuta de Resolução com as Regras para Cessão dos Espaços das Fortalezas, que ainda está sendo objeto de análise pelas assessorias jurídicas do IPHAN e da UFSC e, quando acordada entre ambos, será enviada para a análise do Conselho de Curadores da UFSC.

Informamos também que, a partir do segundo semestre de 2005, os espaços das fortalezas administradas pela UFSC não foram mais cedidos para eventos particulares e que ficou determinado que, enquanto não estiver concluída a resolução com as regras para cessão dos espaços das fortalezas, aqueles espaços ficarão indisponíveis, exceto para visitação pública e para eventos religiosos da comunidade do entorno.

[MEMORANDO 027/PRCE/08]

3.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (053)

Permanência de pagamento de taxas de ocupação pelo uso de imóveis funcionais em desacordo com a legislação vigente, e de utilização irregular de área pertencente à UFSC por parte de terceiros.

RECOMENDAÇÃO: 001

Reiteramos as recomendações de exercícios anteriores, quais sejam:

a) Efetuar levantamento dos valores relativos à área do terreno ocupado por seus imóveis funcionais, complementando a avaliação já realizada em relação à área construída dos imóveis, de modo a permitir a definição correta e atualizada das Taxas de Ocupação a serem cobradas de cada servidor, conforme determina o Artigo 81 do Decreto-Lei n.º 9.760/1946.

b) Atualizar os Termos de Ocupação de cada um de seus imóveis funcionais, de modo que fique adequadamente registrada a motivação da ocupação destes.

c) Atualizar os Termos de Ocupação de cada um de seus imóveis funcionais em relação aos valores das taxas de ocupação, considerando-se as frações dos terrenos ocupados (não só as áreas construídas).

d) Cobrar dos servidores ocupantes (e ex-ocupantes) dos imóveis funcionais o valor não pago ou pago a menor dentro do período de uso de tais imóveis funcionais e do período retroativo definido em lei.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar medidas imediatas, sob pena de responsabilização, visando à desocupação do imóvel do Colégio Agrícola de Camboriú pelo servidor de matrícula SIAPE 2169850, visto que não há justificativa para sua residência em imóvel funcional.

RECOMENDAÇÃO: 003

Providenciar o recadastramento dos moradores dos imóveis tratados no processo n.º 23080.005286/97-14, a fim de possibilitar o início da ação judicial para reintegração de posse destes imóveis.

RECOMENDAÇÃO: 004

Formalizar, após recadastramento dos moradores, sob pena de responsabilização, o pedido de desocupação dos imóveis funcionais irregularmente ocupados, a fim de possibilitar, caso não haja a desocupação, o ajuizamento da ação pelo Órgão de Execução da Procuradoria Geral junto à UFSC.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PROAF deverá informar se as Recomendações 001, 002, 003, e 004 foram implementadas.

Providência(s):

Todas as recomendações foram atendidas, exceto a avaliação da fração dos terrenos, onde estão localizadas as respectivas casas, informamos que o ETUSC, órgão responsável pela execução destes serviços está tomando as providências devidas. [Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]

3.3.2.1 CONSTATAÇÃO: (032)

Continuidade da situação de obsolescência dos equipamentos da Imprensa Universitária, dificultando o pleno atendimento das demandas gráficas da comunidade universitária e impossibilitando a impressão das provas do Vestibular da UFSC na IU/UFSC.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar imediatamente estudo comparativo quanto à economicidade da manutenção da estrutura da Imprensa Universitária em relação à terceirização dos serviços e reaproveitamento dos servidores em outras áreas da UFSC, demonstrando qual a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PROAF deverá informar se a Recomendação 001 foi atendida.

Providência(s):

O estudo comparativo já foi realizado, restando apenas a análise crítica sobre o resultado do mesmo. [Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]

3.4.1.1 CONSTATAÇÃO: (061)

Atendimento parcial às recomendações do item 6.4.1.1, face não-conclusão do estudo de dimensionamento de pessoal da UFSC e não-conclusão do projeto de atualização do Estatuto da UFSC à luz da Lei n.º 10.973, de 02/12/2004.

RECOMENDAÇÃO: 002

Prover o Departamento de Propriedade Intelectual de força de trabalho adequada às suas necessidades, considerando a importância e o desenvolvimento deste setor dentro da Universidade, e o crescimento histórico da demanda existente.

RECOMENDAÇÃO: 003

Submeter ao CUN o projeto de resolução que altera o Estatuto e Regimento Geral da UFSC, a fim de adequá-los às determinações da Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo (Lei n.º 10.973, de 02/12/2004).

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PRPE deverá informar se Recomendação 003 foi atendida.

Providência(s):

Memorando n.º 10/2008/NIT/DPI, de 27/03/2008, do Núcleo de Inovação Tecnológica, dirigido à AUDIN, com o seguinte teor:

Referências

RAINT/2007 - Relatório Anual de Atividades da AUDIN/UFSC no exercício de 2007

RECOMENDAÇÃO: 002. Prover o Departamento de Propriedade Intelectual de força de trabalho adequada às suas necessidades, considerando a importância e o desenvolvimento deste setor dentro da Universidade, e o crescimento histórico da demanda existente.

RECOMENDAÇÃO: 003. Submeter ao CUn o projeto de resolução que altera o Estatuto e Regimento Geral da UFSC, a fim de adequá-los às determinações da Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo (Lei n.º 10.973, de 02/12/2004).

Atendendo vossa solicitação prestamos os seguintes esclarecimentos:

1 A Reitoria da UFSC designou Comissão (Portarias 062, 132, 242 e 428/GR/2006), da qual fomos presidente, para revisar a normativa da Universidade, com o objetivo de harmonizá-la aos fins da Lei n.º 10.973, de 2/12/2004, regulamentada pelo Decreto n.º 5.563, de 11/10/2005, referida a seguir como *Lei de Inovação*.

2 Foi considerado que o art. 29 do Decreto n.º 5.563/2005 dispunha que as autarquias, como é o caso da UFSC, deveriam promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei e no Decreto citados.

3 Naquela oportunidade indagamos da necessidade, ou não, de alterar o **Estatuto** e o **Regimento Geral** da UFSC para **harmonizar** as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica dirigidas ao ambiente produtivo **com as normas internas**, porque a *Lei de Inovação* visa à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País.

4 A Comissão entendeu que **não havia necessidade de alterar o Estatuto e o Regimento Geral da UFSC**, porque não se encontrou nenhum óbice geral à aplicabilidade dos princípios e regras da *Lei de Inovação*.

5 Analisando a norma interna já existente, **Resolução n.º 14/CUn/2002**, de 25/6/2002, que dispõe sobre a propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual no âmbito da UFSC, foi salientada a **necessidade de uma nova Resolução** para adequar a anterior e regular internamente o incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica – até agora não implementada.

6 Foi consenso que a **Resolução 14** deveria ser alterada para incorporar a aplicabilidade das disposições da *Lei de Inovação*, a mudança de denominação que a criação de um núcleo de inovação requer, aproveitando para rever o problema da titularidade da propriedade intelectual resultante de pesquisas ou P&D encomendadas à Universidade, propriedade que poderá ser do contratante quando assim for autorizado pelo Conselho de Curadores, rever conceitos e ajustar sistematicamente a norma – conforme proposta (Ofício com as conclusões da Comissão, 21/8/2006).

7 Registramos que existe uma incompatibilidade entre o art. 91 do Estatuto da UFSC e o art. 18 da Lei de Incentivo à Inovação, regulamentado pelo art. 19 do Decreto n.º 5.563/2005, no que se refere à elaboração e execução de orçamentos. Antinomia que poderá ser sanada com a regulamentação do art. 18 da futura Resolução, se mantido nosso projeto.

8 Cabe informar que a opção adotada para a criação de um **núcleo de inovação tecnológica**, considerando as competências mínimas indicadas pela *Lei de Inovação*, art. 16, parágrafo único, foi **aproveitar a estrutura existente na Pró-Reitoria de Pesquisa**.

9 Evidentemente que a Administração Central, POR FALTA DE PESSOAL e CONCURSO PÚBLICO, ainda não potencializou os Departamentos da PRPe para o atendimento das novas tarefas, que requerem aprofundar a institucionalização e profissionalismo nas relações da UFSC com as empresas, fundações de apoio e órgãos do governo, o que implica pessoal especializado, meios e instalações mais adequadas ao desempenho de tais funções. APONTADO NAS REFERÊNCIAS DESTE MEMORANDO. Cabendo destacar que a gama de atividades é ampla, como se infere do art. 16 da *Lei de Inovação*.

10 A organização do pessoal do núcleo de inovação não requeria a previsão na Resolução sugerida, permitindo que se mantivesse uma estrutura pequena para atender as demandas. Porém hoje o pessoal existente é insuficiente.

11 Foi encaminhado para o Gabinete o **Projeto de Resolução** para regular a Lei de Inovação na UFSC e substituir a **Resolução 14** visando alcançar a eficácia almejada pelo legislador da política de potencializar inovações para o setor produtivo, garantindo a propriedade intelectual da Universidade, até agora pendente de análise jurídica. Que hoje, inclusive, mereceria uma revisão por força da experiência acumulada.

12 No momento três Portarias do Gabinete do Reitor suprem a falta de readequação da Resolução 14, indicadas a seguir:

- Portaria n.º 337/GR/2007, 13/4/2007, cria o Núcleo de Inovação Tecnológica NIT/UFSC;
- Portaria n.º 338/GR/2007, 13/4/2007, cria o Comitê de Inovação;
- Portaria n.º 339/GR/2007, 13/4/2007, designa o diretor executivo do NIT.

4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (073)

Período de inscrição para a contratação de professor substituto excessivamente curto após a publicação do edital, afetando a competitividade

e a ampla divulgação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Concluir e editar a nova Portaria citada pela UFSC, que reformularia a Portaria nº 678/GR/98 e estabeleceria prazos maiores de inscrição, após sua aprovação pelas instâncias devidas.

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PRDHS deverá informar se a Recomendação 002 foi implementada.

Providência(s):

Após a solicitação de Auditoria nº 183951/07, este Departamento ampliou o prazo das inscrições do processo seletivo para contratação de professores substitutos.

Informamos que a nova proposta de reformulação da Portaria nº 678/GR/98, está sendo analisada pela área jurídica do Gabinete do Reitor, juntamente com a Comissão designada, devendo ser concluída na última semana do mês de março/2008, a qual deverá ser encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação. Informamos ainda, que estabelecemos no mínimo 5(cinco) dias úteis para inscrição. [Memo Nº 31/PRDHS/2008]

4.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (058)

Pagamento indevido de adicional de insalubridade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Levantar todos os valores pagos indevidamente aos servidores ou ex-servidores matrícula SIAPE 1159027, 1157677, 1157966, 1157969, 1158008, 1158034, 1158192, 1158258, 1159480, 1158872, 1158891, 1159238, 1337872 e 1455708.

RECOMENDAÇÃO: 002

Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, conforme levantamento a ser realizado, sob pena de responsabilização daqueles que deram causa à omissão nessa apuração.

RECOMENDAÇÃO: 003

Instituir imediatamente comissão, com prazo definido para encerramento dos trabalhos, com a finalidade de examinar a integralidade da folha de pagamento da Unidade, em relação à regularidade do pagamento do adicional de periculosidade e insalubridade, apresentando, ao final, relatório detalhado, servidor a servidor, quanto à aderência às normas, à existência de portaria específica, de laudo pericial, valores indevidamente pagos e, por fim, valores a serem devolvidos ao Erário.

RECOMENDAÇÃO: 004

Desenvolver e instituir manual, estabelecendo normas, rotinas, obrigações, responsabilidades e controles relativos à concessão, atualização e exclusão de adicionais de insalubridade e periculosidade.

RECOMENDAÇÃO: 005

Desenvolver sistemática de controle (deixando registrada para futura análise da CGU), de modo a garantir que todas as realocações de servidores, alterações e validade de laudos, sejam automaticamente utilizadas para atualizar a inclusão, alteração e exclusão de rubrica desses adicionais na folha de pagamento.

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PRDHS deverá informar as medidas já implementadas e o estágio das que estão em andamento.

Providência(s):

Os servidores em questão já deixaram de receber os adicionais (Recomendação 001).

Por motivo fortuito, alheio a vontade, esta recomendação ainda não foi realizada. Está sendo implementada no início do ano de 2008 (Recomendação 002).

Foi constituída equipe técnica para atualizar todos os laudos periciais de insalubridade e periculosidade da UFSC. Conforme informado à AUDIN através do Memorando 015/PRDHS/2008, de 19/02/08, até dezembro de 2007 foram reavaliados laudos periciais dos seguintes setores: Imprensa Universitária, Restaurante Universitário, Hospital Universitário, Prefeitura Universitária, centro tecnológico (todas as engenharias), Centro de Ciências Biológicas (todos os departamentos), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (todos os departamentos). Através de memorandos, foram encaminhados os novos laudos periciais e solicitado aos Diretores Administrativos e de Centros de Ensino que cancelem todas as Portarias de concessão dos referidos adicionais, fazendo novas concessões aquém couber (Recomendação 003).

Foi criada uma nova Portaria do Reitor que fixa as normas para a concessão dos adicionais em questão. Portaria 010/GR/2007, de 21/12/07 (Recomendação 004).

Todas as atividades deste item foram implementadas e estão em plena operacionalização (Recomendação 005).

[Memo Nº 31/PRDHS/2008]

4.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (043)

PCD sem justificativa expressa para deslocamento em finais de semana.

RECOMENDAÇÃO: 001

Incluir justificativa expressa nas PCD para concessão de diárias envolvendo finais de semana e/ou feriados, a fim de atender ao parágrafo 2º do art. 5º do atual Decreto n.º 5992/06.

RECOMENDAÇÃO: 002

A fim de aumentar a transparência e controle sobre o processo de concessão de diárias envolvendo os períodos citados, manter anexada às PCD documentação comprobatória da necessidade de deslocamento em tais períodos.

RECOMENDAÇÃO: 003

Promover orientação periódica a respeito das rotinas acima, mediante reuniões e informativos/expedientes junto aos diversos setores da

<p><i>UFSC responsáveis por emissão de PCD.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004</p> <p><i>Desenvolver e disponibilizar check-list de diárias aos responsáveis pela emissão e controle de prestação de contas de PCD, a fim de facilitar o atendimento às exigências previstas no Decreto citado. Ressalte-se que tal modelo de check-list já foi disponibilizado à UFSC por esta CGU-R/SC através do Ofício-Circular n.º 278/CGU/SC, de 27/07/2006.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:</p> <p><i>A PROAF deverá informar se as Recomendações 001, 002, 003 e 004 foram implementadas.</i></p>
<p>Providência(s):</p> <p>Todas as recomendações foram atendidas, exceto a geração de diárias no SIAPE estamos aguardando a operacionalização do respectivo treinamento junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, previsto obrigatoriamente para o exercício de 2008.</p> <p>[Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]</p>
<p>4.3.1.2 CONSTATAÇÃO: (056)</p> <p><i>Atendimento parcial das recomendações da CGU relativas a procedimentos para concessão de diárias.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p><i>Utilizar o módulo de geração de diárias no SIAPE, conforme já recomendado no Relatório n.º 175137.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p><i>Proceder à publicação no Boletim de Serviço, conforme já recomendado no Relatório n.º 175137.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p><i>Formalizar os processos de concessão de concessão de diárias, de modo que contenham as assinaturas dos responsáveis e posterior anexação de canchotos de embarque, após o retorno do servidor à sede.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:</p> <p><i>A PROAF deverá informar se a Recomendação 001 foi atendida.</i></p>
<p>Providência(s):</p> <p>Todas as recomendações foram atendidas, exceto a geração de diárias no SIAPE estamos aguardando a operacionalização do respectivo treinamento junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, previsto obrigatoriamente para o exercício de 2008.</p> <p>[Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]</p>
<p>5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (002)</p> <p><i>Classificação imprópria de despesas com obras.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p><i>Proceder, de imediato, à correção da classificação orçamentária dos recursos utilizados nos quatro processos de Tomada de Preços analisados, a saber, n.ºs 003/ETUSC/2006, 004/ETUSC/2006, 006/ETUSC/2006 e 008/ETUSC/2006, efetuando o estorno de "Despesas Correntes" e lançando a débito de "Despesas de Capital".</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p><i>Adotar procedimento mais criterioso na classificação orçamentária de suas despesas, obedecendo aos preceitos constitucionais, ao previsto na Lei 8.666/93 e, particularmente no que se refere à distinção entre "obras" e "serviços", observar a efetiva predominância de material ou de mão-de-obra como parâmetro norteador da classificação.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:</p> <p><i>A PROAF deverá informar se foi procedida a incorporação no imobilizado.</i></p>
<p>Providência(s):</p> <p>Esta constatação continua pendente, tendo em vista que o Departamento de Contabilidade e Finanças e o Departamento de Gestão Orçamentária ainda não concluíram as medidas de correção da classificação das despesas. [Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]</p>
<p>5.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (027)</p> <p><i>Impropriedades em processos licitatórios e de inexigibilidades de licitação, com reincidência de não-inclusão da comprovação de razoabilidade de preços em processos de inexigibilidades.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 006</p> <p><i>Revogar a Portaria n.º 0213/GR/2002, de 23/04/2002, na qual o Reitor da UFSC instituiu indevidamente padrões de instrumentos de convocação e de contratos, bem como não dispensar a análise jurídica prévia dos processos licitatórios e minutas de contratos, haja vista não haver amparo legal para dispensa da análise jurídica, ainda que sejam usados contratos ou minutas padronizadas.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:</p> <p><i>A PROAF deverá informar se a Portaria n.º 0213/GR/2002 foi revogada.</i></p>
<p>Providência(s):</p> <p>A respectiva Portaria já foi revogada pelo Gabinete do Reitor. [Memorando n.º 017/PROAF, de 25/03/2008]</p>
<p>5.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (0069)</p> <p><i>Contratos relativos a Cursos de Especialização assinados entre UFSC e Fundações de Apoio contendo cláusulas indevidas.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p><i>Alterar as cláusulas dos contratos referentes aos Cursos de Especialização da UFSC de modo a:</i></p> <p><i>1.1) Determinar que os recursos financeiros de cada Curso de Especialização (como taxas e mensalidades dos alunos matriculados ou das entidades patrocinadoras) sejam arrecadados diretamente na Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, e não arrecadados por Fundação de Apoio para posterior repasse à UFSC.</i></p> <p><i>1.2) Passar a exigir como Prestação de Contas o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas (como por exemplo: relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa como notas, recibos etc., e documentos de movimentação bancária na conta específica para cada convênio), sendo estes os documentos que deverão ser submetidos aos setores da UFSC responsáveis pela análise das Prestações de Contas dos Cursos de Especialização.</i></p> <p><i>1.3) Exigir a apresentação, dentre os documentos relacionados que constituirão a prestação de contas, de cópias dos comprovantes das</i></p>

<p><i>despesas (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagens e outros comprovantes).</i></p> <p>1.4) Deixar explícita a necessidade de atesto não só nas notas fiscais referentes aos bens adquiridos, mas em todos os comprovantes de despesas relativos à Prestação de Contas do contrato, incluindo aqueles referentes às prestações de serviços.</p> <p>1.5) Não utilizar percentuais gerais para definição dos valores contratuais, obedecendo ao estabelecido em Acórdãos do TCU, em especial quanto ao que consta no Acórdão nº 1516/2005/TCU, ou seja, que "em contratos, a remuneração da fundação de apoio deve ter previsão contratual e ser fixada com base em critérios claramente definidos e nos seus custos operacionais, conforme dispõe a Decisão nº 321/2000 - Plenário".</p> <p>1.6) Em cada Plano de Trabalho dos Cursos de Especialização, detalhar todas as despesas (e respectivos valores individuais) previstas para a execução dos mesmos, em nível de subitem de despesa.</p> <p>1.7) Corrigir o texto da Subcláusula Única da Cláusula Quarta dos nove Contratos de modo a deixar explícita a responsabilidade da Fundação de Apoio sobre os débitos porventura contraídos pela Fundação em relação ao pessoal contratado, inclusive pessoal da UFSC, na forma da Lei nº 8.958/94.</p> <p>1.8) Explicitar que não poderá ser indicado pela UFSC um mesmo servidor para exercer as tarefas de coordenação e fiscalização do Curso e do respectivo contrato, uma vez que é necessário segregar tais atividades, a fim de garantir sua transparência e legitimidade.</p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007: A PRPG e a PROAF deverão informar se a Recomendação 001 foi implementada.</p>
<p><u>Providência(s):</u></p> <p>As alterações nos respectivos contratos já foram implementadas pela Coordenadoria Administrativa da PROAF. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]</p> <p>A PRPG entende que as recomendações foram seguidas para os contratos de 2007, uma vez que os ajustes na forma dos contratos foram realizados pela PROAF e estão sendo utilizados. [Memo nº 35/PRPG/08]</p>
<p>5.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (063)</p> <p><i>Permanência da contratação indevida de fundação de apoio por dispensa de licitação, no valor de R\$ 1.350.514,00, para a prestação de serviços relativos ao vestibular, sem comprovação da inexistência de capacidade operacional própria.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Realizar o seu Vestibular sem auxílio de fundação de apoio.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 <i>Caso ainda não disponha de capacidade operacional suficiente à execução do processo seletivo para ingresso aos seus cursos de graduação, comprovar tal fato e deflagrar procedimentos licitatórios com vistas à contratação dos produtos e serviços necessários à adequada gestão desse processo, licitando inclusive eventuais serviços prestados por meio de fundações de apoio, uma vez que no próprio Campus da UFSC existem diversas fundações (Fapeu, Feesc, Fepese, etc).</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007: A PROAF e PREG deverão informar sobre o atendimento às Recomendações 001 e 002.</p>
<p><u>Providência(s):</u></p> <p>A PROAF já encaminhou um Memorando ao Pró-Reitor da PREG com cópia ao Presidente da COPERVE, informando da obrigatoriedade do próximo Vestibular ser realizado integralmente pela UFSC e havendo necessidade de apoio de alguma Fundação os serviços da mesma deverão ser contratados mediante licitação. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]</p>
<p>5.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (076)</p> <p><i>Permanência de controles da UFSC frágeis e intempestivos sobre seus Cursos de Especialização, bem como não-atendimento de recomendações da CGU.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Acompanhar e controlar mais detalhadamente os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade (especialmente em relação à área financeira).</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 <i>Aprimorar os mecanismos de controle e análise de Prestações de Contas dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e dos Convênios da UFSC, como por exemplo exigindo a aposição do nome do Curso e o devido atesto nas notas fiscais de bens e serviços pelo coordenador do Curso, padronizando e informatizando a Prestação de Contas de Cursos e Convênios etc.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 <i>Passar a exigir como Prestação de Contas de seus Cursos de Pós-Graduação o conjunto de documentos necessários e suficientes comprobatórios das receitas auferidas e das despesas realizadas, sendo que deverão contarem cada Prestação de Contas, no mínimo, relatórios demonstrativos da receita e da despesa, demonstrativos de execução da despesa, relação detalhada de pagamentos efetuados, relação de bens adquiridos, documentos fiscais correspondentes a cada despesa (como notas, recibos etc.) e documentos de movimentação bancária.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 <i>Submeter as Prestações de Contas dos Cursos de Especialização da UFSC à análise e aprovação das devidas instâncias da UFSC após o término de cada Curso, e disponibilizá-las tempestivamente para análise da Auditoria Interna da UFSC e dos órgãos de controle externo quando solicitadas.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 <i>Estabelecer metodologia de análise amostral das Prestações de Contas dos Cursos de Pós-Graduação e dos Convênios da UFSC, bem como executar efetivamente fiscalização sobre tais Prestações de Contas por meio de sua Auditoria Interna.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 006 <i>Incluir no planejamento anual da Auditoria Interna da UFSC a definição de amostra de Prestações de Contas dos Cursos de Especialização da Universidade realizados nos últimos cinco anos, para execução de fiscalização sobre tal amostra, haja vista as fragilidades constatadas e o volume de recursos envolvido.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 007 <i>Estabelecer mecanismos efetivos de controle (manuais ou informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de fundações de apoio e de terceiros.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 008 <i>Instituir, até o final do Exercício de 2007, Prestação de Contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e</i></p>

<p><i>Convênios assinados pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise e aprovação de tais Prestações de Contas pela Universidade.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007: A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.</p>
<p>Providência(s):</p> <p>Verificar a resposta na PRPG por se tratar de Cursos de Especialização. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]</p> <p>Os controles foram aprimorados a partir das recomendações feitas pela CGU incluídas nos contratos dos cursos. Foram adotadas as recomendações 001, 002, 003 e 004.</p> <p>As recomendações 005 e 006 deverão ser implantadas pela auditoria interna. A recomendação 007 foi parcialmente atendida, ou seja, existe um mecanismo, mas não no nível em que a CGU recomendou, e a justificativa já foi dada. A recomendação 008 não está ao alcance direto da PRPG, devendo ser criado um mecanismo pela PROAF. [Memo nº 35/PRPG/08]</p> <p>Em relação às recomendações 005 e 006 foi aprovado pela CGU-R/SC (Ofício nº 43.370/2007/CGU-SC) e posteriormente pelo Conselho Universitário (Resolução nº 011/CUn/2008), o PAINT/2008.</p>
<p>5.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (079)</p> <p><i>Irregularidades e impropriedades nas Prestações de Contas de Cursos de Especialização e de Convênio, com pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados totalizando aproximadamente R\$ 1.383.600,88.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Efetuar o levantamento dos recursos financeiros repassados às Fundações de Apoio, a título de taxa de administração nos convênios celebrados para realização de cursos de pós-graduação, providenciando o devido recolhimento dos valores aos cofres públicos, em observância à IN/STN nº 01/1997.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 <i>Observar, em Convênios, a proibição de pagamento de taxas de administração, conforme previsto no Artigo 8º, inciso I, da IN/STN nº 01/97.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 <i>Impugnar as despesas nas prestações de contas apresentadas, imputando responsabilidade aos responsáveis, bem como adotar providências no sentido de exigir efetiva comprovação das despesas realizadas e/ou ressarcir aos cofres da Universidade os recursos financeiros utilizados indevidamente com as despesas relatadas nos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 acima, totalizando aproximadamente R\$ 1.383.600,88, referentes a tais pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 <i>Apresentar tempestivamente a prestação de contas de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de Convênios, em documentos originais, inserindo também os extratos bancários, notas fiscais, bilhetes aéreos e demais documentos comprobatórios.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 <i>Nos contratos, observar que a remuneração da fundação de apoio deve ter previsão contratual e deve ser fixada com base em critérios claramente definidos e nos custos operacionais da fundação, conforme dispõe a Decisão nº 321/2000/TCU-Plenário. 6. Não dispensar a licitação com fundamento no Artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8666/1993, quando restar comprovado que a instituição contratada por Dispensa não tem condições de desempenhar as atribuições para a qual foi contratada, uma vez que nesse caso fica inadmissível a subcontratação, conforme estabelecem as Decisões nº 138/98/TCU-Plenário, 30/2002/TCU-Plenário e 1140/2002/TCU-Plenário.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007: A PRPG e a PROAF deverão se manifestar sobre as recomendações mencionadas.</p>
<p>Providência(s):</p> <p>Todas as informações de competência da PROAF, objeto desta constatação já foram encaminhadas à AUDIN, bem como a documentação comprobatória da Fundação (FAPEU). [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008] – Cópia do Memorando nº 005/PROAF, de 20/02/2008, com a documentação comprobatória da FAPEU, foi remetida à CGU-R/SC através do Ofício nº 102/GR/2008, de 19/03/2008.</p> <p>Como informado pela PROAF, nem todas as providências poderão ser adotadas no prazo previsto originalmente, haja vista os problemas relatados. Houve atendimento parcial das recomendações. As recomendações 2 e 5 já são adotadas regularmente. A recomendação 4 deverá ser atendida para os cursos iniciados em 2007, uma vez que as medidas de controle sugeridas pela CGU foram implementadas. AS recomendações 1 e 3 estão sendo discutidas, e devem ser acatadas parcialmente. [Memo nº 35/PRPG/08]</p>
<p>5.2.4.1 CONSTATAÇÃO: (033)</p> <p><i>Reincidência no pagamento antecipado de despesas contratadas.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Abster-se de realizar pagamento antecipado de quaisquer despesas contratadas pela Universidade, respeitando sempre os estágios da despesa definidos em lei.</i></p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 <i>Providenciar a apuração das responsabilidades administrativas quanto ao pagamento de notas fiscais de serviços contratados que até o presente momento ainda não foram executados pela empresa contratada.</i></p>
<p>PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007: A PROAF deverá informar sobre o estágio da despesa contratada.</p>
<p>Providência(s):</p>

A Coordenadoria Administrativa da PROAF está observando rigorosamente o estágio das despesas contratadas. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]

5.2.4.4 CONSTATAÇÃO: (071)

Pagamento indevido de Bolsas a professores participantes de Cursos de Especialização da UFSC caracterizados como "reedições" e oferecidos de modo contínuo pela Universidade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Revisar e aperfeiçoar a regulamentação interna da UFSC relativa ao pagamento de Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão a professores e servidores da Universidade, de acordo com os Decretos nº 5.205/2004 e nº 94.664/1987 e a legislação pertinente, abstendo-se de pagar Bolsas nos casos que não se caracterizam como colaboração esporádica em assuntos da especialidade do receptor.

RECOMENDAÇÃO: 002

Estabelecer um sistema (informatizado ou não) de registro e controle unificado de pagamento de Bolsas a professores e servidores da UFSC, de modo a identificar e coibir pagamentos que extrapolem os limites estabelecidos em termos de valores máximos mensais, de horas máximas semanais destinadas à atividade de extensão, bem como de quais atividades permitem o recebimento dessas Bolsas.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PRPG deverá informar as providências adotadas para atender as recomendações.

Providência(s):

A PRPG não tem controle sobre as bolsas pagas por fundações de apoio. E estas são pagas – neste caso - como atividades de extensão. Tendo em vista essa situação, a PRPG encaminhará à PROEX pedido para que realize o controle dos pagamentos de bolsas de extensão.

No entanto, a PRPG não reconhece cursos de especialização oferecidos de modo “contínuo”. Há e houve muitas reedições de cursos, mas todos foram projetos individuais, com prazos definidos de início e final. A partir de 2007 a Câmara de Pós-Graduação definiu que a oferta de novas turmas só poderia ocorrer após a aprovação do relatório final da outra turma. Esta medida visa dar maior clareza aos órgãos de controle externo que não há continuidade de oferta de cursos de especialização, entre outros objetivos. [Memo nº 35/PRPG/08]

5.4.1.1 CONSTATAÇÃO: (055)

Falhas graves nos controles dos almoxarifados, impossibilitando certificar a não-ocorrência, no período, de erros, desvios, fraudes ou desfalques.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir padronização formal de procedimentos no âmbito dos almoxarifados da UFSC, de modo que o formato e rotinas do sistema informatizado sejam uniformes, bem como que sejam uniformes os procedimentos de registros de entradas, saídas, formalização de pedidos, comprovação de entrega e arquivamento adotados.

RECOMENDAÇÃO: 002

Desenvolver manual do usuário para o sistema informatizado a ser aperfeiçoado, bem como manual completo de normas, rotinas e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento e controle dos estoques da Instituição.

RECOMENDAÇÃO: 003

Proceder orientação, mediante manual, reuniões e treinamentos, aos servidores que atuam nos almoxarifados quanto à forma correta e completa de execução de procedimentos de movimentação dos estoques de materiais em almoxarifado.

RECOMENDAÇÃO: 004

Proceder ao arquivamento dos documentos comprobatórios de requisição e entrega de matérias em locais próprios e em ordem cronológica, de modo a dar o devido suporte, confirmação e transparência às transações de saída registradas no sistema.

RECOMENDAÇÃO: 005

Reavaliar imediatamente as rotinas de controles internos no âmbito dos almoxarifados da Farmácia e Dispensação, diante das fragilidades identificadas e riscos inerentes.

RECOMENDAÇÃO: 006

Registrar obrigatoriamente no campo previsto do sistema de controle de almoxarifado (MATL) o número das notas fiscais de aquisição de materiais, a fim de facilitar a consulta das entradas efetuadas no estoque de almoxarifado e conferir maior transparência nas transações efetuadas pelos setores.

RECOMENDAÇÃO: 007

Proceder à orientação, mediante manual, treinamento, expedientes e reuniões, a todos os usuários do Sistema de Controle de Almoxarifado, a respeito do devido registro das notas fiscais no campo previsto.

RECOMENDAÇÃO: 008

Providenciar o imediato aperfeiçoamento do sistema de controle de almoxarifado (MATL), de modo que os saldos dos estoques não sejam mais automaticamente baixados a partir dos pedidos, mas somente a partir das saídas efetivas dos estoques e obrigatoriamente amparadas em documentos que atestem o efetivo recebimento pelos destinatários.

RECOMENDAÇÃO: 009

Aperfeiçoar o sistema de controle de almoxarifado (MATL), de modo a permitir o registro da data de entrada das mercadorias em conformidade com a efetiva entrada nos estoques e com os documentos fiscais de cada item, sem que seja necessário antecipar a data de entrada em função da data de requisição dos materiais.

RECOMENDAÇÃO: 010

Eliminar do sistema (MATL) os usuários e senhas impessoais, de modo que cada usuário e senha de sistema seja sempre individualizado por servidor, bem como providenciar para que o sistema mantenha registro dos acessos e transações realizadas por usuário, permitindo assim que cada operação no sistema possa ser adequadamente identificada e rastreada.

RECOMENDAÇÃO: 011

Proceder imediatamente ao cadastramento de todos os usuários do sistema informatizado (MATL), de modo que só permaneçam como usuários aqueles para os quais passe a existir autorização formalizada pelas chefias dos setores envolvidos, as quais deverão permanecer devidamente arquivadas junto ao NPD.

RECOMENDAÇÃO: 012

Reduzir ao máximo o número de servidores autorizados em cada setor a possuir perfil de acesso para requisição de materiais aos almoxarifados, como medida de controle interno.

RECOMENDAÇÃO: 013

Promover a integração entre os diversos almoxarifados da UFSC, permitindo a transferência de materiais entre os mesmos, mediante a devida formalização e o registro da movimentação nos sistemas, de modo a evitar desperdícios com aquisições desnecessárias e o extravio de mercadorias por deterioração e outros motivos.

RECOMENDAÇÃO: 014

Efetuar conciliações periódicas dos saldos dos estoques de almoxarifado com os registros nos sistemas informatizados, através de contagens físicas, a fim de monitorar, detectar e evitar a ocorrência de divergências, desvios e desfalques.

RECOMENDAÇÃO: 015

Efetuar conciliações periódicas entre os saldos dos estoques de almoxarifado registrados nos sistemas informatizados e os saldos contábeis do SIAFI.

RECOMENDAÇÃO: 016

Adequar o sistema MATL de forma a impedir lançamentos com datas retroativas, visto que esta prática prejudica a conciliação de saldos, não reflete a realidade das transações e dos estoques em cada período, bem como possibilita ocultar fraudes nos estoques.

RECOMENDAÇÃO: 017

Proceder à avaliação, mediante comissão instituída, de todos os almoxarifados da Instituição, visando identificar as atuais condições de armazenagem e providências futuras, quanto à estocagem racional, ventilação, proteção de intempéries, umidade, incidência solar e outros fatores que contribuem para a deterioração dos itens estocados, especialmente alimentos e medicamentos, que necessitam de condições específicas para manter sua qualidade e durabilidade.

RECOMENDAÇÃO: 018

Reavaliar as necessidades de estoques de materiais dos almoxarifados da UFSC, a fim de manter níveis adequados, considerando o consumo de cada item, bem como o tempo necessário para efetuar sua reposição.

RECOMENDAÇÃO: 019

Promover a integração dos setores de compras, diante da recomendação de proceder à integração dos almoxarifados da UFSC.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PROAF e o HU deverão informar os resultados das providências adotadas

Providência(s):

O Presidente da Comissão e Diretor do Departamento de Material e Serviços Gerais ainda não apresentou o Relatório final, apontando soluções para atendimento das recomendações da CGU. [Memorando nº 017/PROAF, de 25/03/2008]

A Diretoria de Administração do Hospital Universitário, através do Memo 022/DA/HU/2008, de 27/03/2008, dirigido à AUDIN, atualiza as providências citadas no RAIN/2007.

Recomendação 001 a 003 e 007

A Divisão de Administração, através do Serviço de Controle e Planejamento de Materiais, em agosto de 2007, ministrou pela Seção de Capacitação da Divisão Auxiliar de Pessoal do HU, curso aos almoxarifes e demais usuários de almoxarifados do Hospital Universitário, orientando e definindo mediante manual, normas e regras para efetuar o registro correto das informações no sistema de materiais.

Recomendação 10

Os usuários do sistema (MATL) que acessam com senhas impessoais, serão recadastrados com senhas individualizadas de acordo com o perfil de utilização para os serviços realizados pelos servidores em todos os campos de trabalho do Sistema MATL/SAM. Solicitamos ao Núcleo de Processamento de Dados – NPD a revisão e substituição das senhas compartilhadas por grupos de pessoas, de forma a atender o usuário através de senhas impessoais, conforme solicitação da Auditoria.

Recomendação 11

No âmbito do Hospital Universitário foi efetuada revisão geral dos usuários cadastrados com perfil para requisitar materiais dos almoxarifados. Encaminhamos ao NPD a relação de usuários repetidos e cadastrados indevidamente para que sejam eliminados da listagem. Novos usuários somente serão cadastrados mediante solicitação formal da chefia do serviço.

As senhas de acesso ao Sistema de Administração de Materiais-SAM seguirão os seguintes critérios, conforme reunião realizada com o Núcleo de Processamento de Dados/UFSC:

Para cadastro de usuário haverá necessidade de informar nº de CPF e o tipo de vínculo com a UFSC.

O sistema tornará a senha INATIVA após 6 (seis) meses sem ser utilizada, observando que:

1 - A senha continuará ativa durante 3 meses mesmo que não esteja sendo utilizada.

2 - A partir do 4º mês sem atividade, o usuário poderá renovar a senha, através do Sistema MATL/SAM.

3 - Após 6 meses sem atividade, a senha será automaticamente desabilitada.

4 - Para ativá-la novamente, deverá ser encaminhado documento ao SI/HU, assinado pela Chefia imediata.

Recomendação 14

Os almoxarifados do HU vêm efetuando sistematicamente as conciliações dos saldos físicos com os saldos do sistema de materiais, conforme recomendação. Contudo, contamos com deficiências de pessoal para atender integralmente as necessidades.

Outras Providências e encaminhamentos:

Providenciou-se a instalação de um computador, solicitado pela chefia do serviço, no almoxarifado da Farmácia. A chefia da Farmácia informou que colocou em funcionamento o leitor de código de barras existente, para procedimentos de entradas e transferência do Almoxarifado do Serviço de Farmácia (4190). Restringiu o acesso ao Almoxarifado do Serviço de Farmácia (4190) aos funcionários do controle e almoxarifado e farmacêuticos. Apenas os pedidos de medicamentos individuais, através das “prescrições”, continuam em local externo à Farmácia Dispensação (4191) por falta de espaço físico e pessoal para atender prontamente os “conferentes” de cada unidade de internação e Emergência, que totalizam 11 unidades. Carimbos foram providenciados para todos os funcionários dos almoxarifados 4190 e 4191, e estes foram orientados para preencher corretamente os documentos bem como assinar e carimbar. Comunicados escritos foram fixados nestes almoxarifados. A chefia da Farmácia solicitou a confecção de um armário com chaves para atender a Dispensação, para guarda e distribuição das sacolas de medicamentos para as prescrições individuais. A Chefia da Farmácia informa que está atendendo a recomendação da CGU, atendendo somente requisições constando carimbo que identifique a assinatura do requisitante. Informou também que procedeu a reorganização do arquivo dos documentos a fim de atender a recomendação apontada.

A Chefia do Serviço de Farmácia orientou os funcionários responsáveis pelo arquivamento de documentos dos Almoxarifados do Serviço de Farmácia (4190) e Farmácia Dispensação (4191), com estabelecimento de novos critérios de arquivamento conforme sugerido durante auditoria. Os responsáveis pelos almoxarifados da Manutenção, Processamento de Roupas e Nutrição afirmaram que corrigiram as falhas e estão seguindo as recomendações apontadas pela CGU.

A Chefia da Seção de Manipulação, onde se encontra o Almoxarifado da Farmácia Semi-Industrial (4210) informou que modificou o formulário de transferência para o Almoxarifado 4190, contendo identificação e carimbo, bem como, orientações foram repassadas aos funcionários para o preenchimento correto. Foi providenciada também a confecção de prateleiras e mobiliários para melhor adequar a armazenagem dos produtos.

A Chefia do Serviço de Nutrição e Dietética do HU informa que fez as adequações necessárias para atender a recomendação da CGU. Por solicitação dessa chefia, foram instaladas também câmaras de CFTV, para melhor controle e segurança.

O almoxarifado do Serviço de Processamento de Roupas do HU, apesar das melhorias aí feitas, está localizado em um espaço inadequado para armazenagem de roupas. No entanto, há deficiência de espaços físicos adequados para diversas outras necessidades na instituição. Contudo, estamos procurando adequar uma nova área, para que possamos transferir o estoque ou parte dele, para melhor organização e controle.

6.1.1.2 COMENTÁRIO: (051)

Inúmeras determinações do TCU não foram atendidas por força de decisão judicial ou por depender de atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir rotina de controle do andamento de todos os processos que amparam o não-atendimento das determinações do TCU, a fim de garantir que, conforme o resultado de tais processos, as determinações do TCU sejam prontamente cumpridas.

PENDÊNCIA(S) no RAI/NT/2007:

A PRDHS deverá informar se a Recomendação 001 foi implementada.

Providência(s):

A representação judicial da UFSC, desde 2005, está a cargo da Procuradoria Federal de Santa Catarina –PFSC, órgão que acompanha o número e o objeto das ações judiciais contra a UFSC, nas três instâncias (Justiça Federal, TRF- 4ª região, STJ ou STF), monitorando os seus trâmites. Assim, em consulta a PFSC através do Ofício 55/PRDHS/2007, obtivemos a resposta do Sr. Procurador Chefe-PFSC, através do Ofício 46/08/PFSC/PGF/AGU, que apresentará relatório

resultante do solicitado até fins de fevereiro de 2008. Até a presente data não recebemos o referido relatório. [Memo N° 31/PRDHS/2008]

6.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (052)

Ausência de atendimento às determinações do TCU.

RECOMENDAÇÃO: 001

Atender a todas as determinações do TCU pendentes, conforme detalhamento abaixo:

- Determinação n° 1:

Decisão n° 433/2001 - TCU - Plenário

8.2.1 Determinar à UFSC que:

a) adote as providências necessárias a que se disponibilize no SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - todos os atos de admissões, concessões de aposentadorias e pensões, nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 16/97, para exame e registro;

- Determinação n° 2:

Decisão n° 433/2001 - TCU - Plenário

8.2.1 Determinar à UFSC que:

b) instrua os respectivos processos destacados, com os laudos de Junta Médica Oficial que fundamentaram a reversão ao quadro dos ativos, Em 1993, e a aposentadoria, em 1996, da servidora Helena Laudelina Ferreira, conforme disposto no art. 25 da Lei n.º 8.112/90, para posterior deliberação desta Corte sobre a validade dos atos administrativos referidos;

- Determinação n° 3

Ofício n° 3882/2005/SEFIP/TCU - de 06/12/2005

Acórdão n° 2.942/2005

9.1.1. negar provimento aos recursos interpostos por Milton Luiz Valente e Willibaldo José Neckel;

9.2 dar conhecimento da presente deliberação aos interessados, alertando-os de que a dispensa de ressarcimento a que alude o item 9.2.1 do Acórdão recorrido limita-se à ciência daquela deliberação pelos recorrentes, devendo, portanto, a entidade de origem adotar providências para a reposição dos valores recebidos indevidamente a partir daquele momento, nos termos do art. 46 da Lei n° 8.112/1990.

- Determinação n° 4

Ofício n° 0821/2006-SEFIP-Circular - de 24/03/2006.

Considerando que as aposentadorias fundamentadas na Emenda Constitucional n° 41/2003 têm seu valor calculado pela média das remunerações de contribuição do servidor, e considerando também que o SISAC ainda não dispõe de campo específico para o lançamento da média aritmética calculada na forma estabelecida no art. 1º da Lei n° 10.887/2004, informo a esse órgão/entidade que, no preenchimento das fichas do SISAC deverá observar:

- Para aposentadorias:

- o quadro "dados de vantagens" (campos 45 a 50) deverá ser preenchido com os dados completos referentes à última remuneração percebida pelo servidor em atividade, com a especificação de cada parcela de caráter permanente - em vigor no mês da aposentadoria - considerada no cálculo da média;

- o campo 44 ("valor do vencimento proporcional") deverá ser preenchido com o valor encontrado da média aritmética de que trata o art. 1º da Lei n° 10.887/2004, já devidamente proporcionalizada, quando for o caso de aposentadoria proporcional;

- os demais campos deverão ser preenchidos normalmente.

- Para as pensões civis:

- o campo 43 ("valor do vencimento base") deverá ser preenchido normalmente com o valor real do vencimento básico do cargo do instituidor na data da vigência da concessão;

- o quadro "dados de vantagens" (campos 45 a 50) também deverá ser preenchido de acordo com a sistemática utilizada para as pensões anteriores à Emenda 41/2003, com a discriminação de cada parcela de caráter permanente considerada no cálculo da média, com valores do mês da vigência do ato;

- o valor calculado da pensão, na forma do art. 2º da Lei n° 10.887/2004, deverá ser informado no campo 45 ("valor do vencimento proporcional").

Caso o instituidor da pensão tenha se aposentado após a Emenda 41/2003, pela média das remunerações, será necessário informar apenas o valor da pensão atribuída aos dependentes, pois a descrição das vantagens consideradas no cálculo do benefício constará do ato de aposentadoria. Nesses casos, se o órgão ainda não tiver providenciado o envio do ato de aposentadoria, deverá encaminhá-lo juntamente com o ato da pensão.

- Determinação n° 5

Acórdão n° 3.111/2006 - 1ª Câmara

9.2.2 ao expedir novos atos concessórios para os servidores Maria Salete Muller de Lima, Lindaura Liberth Petry, Dorvalina de Araújo Costa, Sônia Barbosa dos Santos, Áurea Terezinha Floriani Garcia, Maurino Golini, Agueda Ferrari e Iolanda Maria da Rocha Soares, apure o seu enquadramento após o advento da Lei n° 8.112/1990, bem como os aumentos que lhe foram concedidos, a fim de conhecer ao certo, no momento da aposentadoria, a existência de vantagem nominalmente identificada decorrente das decisões judiciais que lhe deferiram a incorporação das horas extras, em respeito à garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos;

- Determinação n° 6

Ofício n° 663/GAB/2002/SECEX-SC - TC-009.880/2002-2

f) providencie, nos processos de aposentadorias e pensões antigos, que não tenham passado por uma análise prévia do Controle Interno antes da remessa ao TCU, uma revisão a fim de que seja verificada a correta formalização dos mesmos, conforme manual de aposentadorias e pensões deste Tribunal, corrigindo-se as distorções apuradas e melhorando as condições de análise pelos controles externo e interno;

- Determinação n° 7

Ofício n° 3310/2006-TCU/SECEX-SC - de 12/12/2006. Solicita Cópia integral do Processo de aposentadoria 23080.006604/98-54, do servidor do servidor de matrícula SIAPE 11558202, inclusive com cópia do Parecer/MEC/CONJUR/MGTBO 960/2003 de 28/08/2003, conforme determinação (item 1.1.1.5) do Acórdão n° 3167/2006-TCU-2ª Câmara.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A PRDHS deverá informar se as determinações do TCU foram implementadas.

Providência(s):

Determinação n° 01:

Decisão n° 433/2001 – TCU – Plenário

Todos os atos de concessões de aposentadorias e pensões são devidamente disponibilizados no SISAC – Sistema de Avaliação e Registro de atos de Admissão e Concessões, nos termos da

Instrução Normativa TCU nº 16/97, para exame e registro;

Determinação nº 02:

Decisão nº 433/2001 – TCU – Plenário

Os processos de reversão e de concessão de aposentadoria da servidora Helena Laudelina Ferreira está devidamente instruído;

Determinação nº 03:

Ofício nº 3882/2005/SEFIP/TCU

O Servidor Milton Luiz Valente possui incorporação de função comissionada - FC conquistada através do Mandado de Segurança nº 2000.72.00.001580-0. Também a parcela “URP/FEV/89”.

O servidor Willibaldo José Neckel possui incorporação de função comissionada – FC conquistada através do Mandado de Segurança nº 96.00.04191-1. Também a parcela “URP/FEV/89”.

Quanto á URP/FEV/89, temos a esclarecer:

Em 14/09/2007 o TRT da 12ª região proferiu acórdão no agravo de petição, indicando a supressão da URP. Conseqüentemente, em obediência ao ofício nº 1.051/2007, da Procuradoria Federal em Santa Catarina, datado de 02 de outubro de 2007, esta Pró-Reitoria enviou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o ofício nº 46/PRDHS/2007, consultando acerca das providências a serem adotadas por parte desta Universidade. Em resposta, através do ofício nº 710/2007/COGJU/DENOP/SRH/MP, encaminha aquele Ministério, NOTA/CONJUR/MP/EF/nº 3961-7.3.2/2007, da consultoria jurídica do mesmo, na qual solicita à UFSC a adoção dos procedimentos cabíveis no sentido de que fosse suprimido o pagamento do percentual de 26,05% aos servidores docentes desta Instituição, integrantes da RT nº 561/89, SICAJ nº 1974. Complementando o mencionado Ofício, orienta o MPOG, por meio do ofício nº 741/2007/CONJU/DSNOP/SRH/MP, que antes de se proceder a anulação da ação no SICAJ – Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, sejam oficiados os servidores afetados pela medida na forma da legislação vigente, para que se quiserem, exerçam o direito do contraditório e a ampla defesa. Em virtude da recomendação do MPOG, encaminhamos cópia dos documentos acima citados, à PFSC, pelo ofício nº 50/PRDHS/2007, de 20 de novembro de 2007, para conhecimento e manifestação. Em ofício subscrito pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal em Santa Catarina, aquela Procuradoria reitera a necessidade da observância das medidas já recomendadas pela mesma. Por fim, em 03 de dezembro de 2007, por meio do ofício nº 53/PRDHS/2007, face a recomendação do ofício daquela Procuradoria, solicitamos à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476, referente a Reclamatória Trabalhista nº 561/89. O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008.

Determinação nº 04:

Ofício nº 821/2006- SEFIP - Circular

Está sendo observado o preenchimento dos campos para as aposentadorias e pensões.

Determinação nº 05:

Acórdão nº 3.111/2006 – 1ª Câmara

A vantagem das Horas extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o Ofício 213/08- PFSC/PGF/AGU (em anexo), subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”*

Determinação nº 06:

Ofício nº 663/GAB/2002/SECEX-SC – TC – 009.880/2002-2

Foi providenciado nos processos de aposentadorias e pensões antigos a correta formalização de acordo com o manual de aposentadorias e pensões do TCU.

Determinação nº 07:

Ofício nº 3310/2006 – TCU/SECEX-SC

Através do Memo nº 410/DDAP/2007, de 10/08/07, foi recebido na Auditoria Interna da UFSC em 11/09/07, cópia do processo de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro.

[Memo Nº 31/PRDHS/2008]

O Memo nº 410/DDAP/2007, com cópia do processo de aposentadoria do servidor Manoel Cordeiro (Processo nº 23080.006604/98-54), através do Ofício nº 426/GR/2007, foi remetido à SECEX-SC/TCU.

6.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (044)

Disponibilização de prazo reduzido aos Conselhos de Curadores e Universitário para análise da Prestação de Contas Anual.

RECOMENDAÇÃO: 001

Ao Conselho Universitário: Incluir no estatuto/regimento previsão de prazos para envio de Prestação de Contas aos Conselhos de Curadores e Universitário, bem como prazo para análise por parte desses Conselhos, prevendo um tempo razoável para uma análise técnica e apurada da documentação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Ao Conselho de Curadores: Exercer sua competência prevista no Art. 28 do Estatuto da UFSC, planejando e designando com a devida antecipação, comissão de especialistas para assessorar no processo de análise da Prestação de Contas Anual da UFSC.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

A AUDIN deverá fazer o devido encaminhamento.

Providência(s):

Foi remetido ao Magnífico Reitor da UFSC o Memorando nº 019/AUDIN/2008, de 29/02/2008, onde destacamos:

“...por motivo fortuito, não foi dado encaminhamento interno na UFSC das RECOMENDAÇÕES da CONSTATAÇÃO “6.2.1.1” do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 189712 da CGU-R/SC...”

“Assim sendo, por se tratar de RECOMENDAÇÕES aos Órgãos Deliberativos Centrais da UFSC, extraímos dos documentos retro citados partes referentes à CONSTATAÇÃO “6.2.1.1”, apensadas a este expediente, para que Vossa Magnificência possa dar o devido encaminhamento.”

6.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (048)

Graves deficiências nos controles internos adotados na área de informática da UFSC, com risco de ocorrência de transações errôneas ou fraudulentas, alterações impróprias de programas.

RECOMENDAÇÃO: 001

Instituir comissão, visando diagnosticar com profundidade as deficiências nos procedimentos de gestão e de controles internos relativos aos processos, rotinas, procedimentos e sistemas da área de informática da UFSC, podendo utilizar como referência, sem prejuízo de outras metodologias mais apropriadas, o Manual de Auditoria de Sistemas desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União;

RECOMENDAÇÃO: 002

A partir desse diagnóstico, desenvolver Plano de Ação para área de Informática, contendo objetivos, metas, prazos e responsáveis.

PENDÊNCIA(S) no RAIN/2007:

O NPD deverá se manifestar sobre as Recomendações 001 e 002.

Providência(s):

Memorando nº 012/NPD/2008, de 07/03/2008, dirigido ao Magnífico Reitor, para encaminhamento face as recomendações da constatação 6.2.2.2.

Portaria nº 212/GR/2008, de 12/03/2008, constituindo comissão para realizar diagnóstico referente à área de informática da Universidade.

6.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (045)

Necessidades de ajustes nos Relatórios de Gestão futuros, a fim de atender efetivamente a DN/TCU n.º 81/2006 e a Norma de Execução/CGU n.º 03/2006.

RECOMENDAÇÃO: 001

Inserir, quanto ao item 11 da Tabela de Documentos a Contar no Relatório de Gestão, informações sobre despesas com suprimentos de fundos, em ambas as modalidades, cartão corporativo e conta corrente.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quanto ao Relatório de Denúncias, apresentar maior detalhamento a respeito das providências, descrevendo os procedimentos posteriores ao resultado dos processos e sindicâncias eventualmente abertos.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quanto ao atendimento da alínea "a" do item 3.3.3.4 da Norma de Execução/CGU n.º 03/2006, incluir as providências adotadas quanto às recomendações de controle interno, indicando, caso a caso, aquelas que receberam a checagem da AUDIN.

RECOMENDAÇÃO: 004

Implementar uma sistemática de revisão crítica do Relatório de Gestão como um todo, bem como de conferência de sua efetiva aderência normativa, após a elaboração de suas partes pelas diversas áreas da UFSC e antes da emissão final e assinatura pelos gestores.

PENDÊNCIA(S):

O PIP deverá se manifestar sobre as recomendações.

Providência(s):

Atendendo a Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007, informamos que as despesas com cartão de crédito corporativo e suprimento de fundos em conta corrente constam do Relatório de Gestão de 2007 (Recomendação 001)

Não consta do conteúdo exigido pela norma de execução nº 05, de 28/12/2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007, para o Relatório de Gestão, o item

Relatório de Denúncias (Recomendação 002)

Foram inseridas no Relatório de Gestão, as informações emitidas pela Auditoria Interna da UFSC (Recomendação 003)

As informações fornecidas pelas unidades são verificadas e, quando conflitantes, cotejadas (Recomendação 004)

[Memo 013/PIP/2008]

Em relação à RECOMENDAÇÃO 002 foi encaminhado ao Gabinete do Reitor o Memorando nº 025/AUDIN/2008, de 13/03/2008, onde destacamos:

Assunto: Inciso V do art. 6º da IN SFC/CGU nº 01, de 03/01/2007

Haja vista que no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna deveríamos ter observado, na sua estrutura de informações, o disposto no Inciso II do art. 4º e no Inciso V do art. 6º da Instrução Normativa SFC/CGU nº 01, de 03/01/2007, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, solicitamos (...) informações sobre as ações relativas às denúncias recebidas no exercício de 2007 pela Universidade Federal de Santa Catarina, nos moldes daquela Instrução Normativa, para que possamos incluí-las no conteúdo do PARECER desta AUDIN sobre as Contas da UFSC, referentes ao exercício de 2007.

Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 03/01/2007, da SFC/CGU:

“Deverão constar das informações relativas à implementação ou cumprimento, pela entidade, ao longo do exercício, de recomendações ou determinações efetuadas pelos órgãos de controle interno e externo e pelo Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade:”

(...)

“V – as ações relativas a denúncias recebidas diretamente pela entidade, detalhando, para cada caso: a) número do processo; b) fato denunciado; c) providências adotadas; d) diligências; e) previsão de auditorias, se for o caso; e f) procedência ou improcedência da denúncia que já tenha sido apurada;”

(...)

Informamos que, cópia da Instrução Normativa SFC/CGU nº 01, de 03/01/2007, foi encaminhada a esse Gabinete por intermédio do Memorando nº 008/AUDIN/2007, de 26/01/2007.

(...)

Alertamos para o fato que no Relatório Anual de Atividades da AUDIN de 2008, a ser elaborado no início do próximo ano, também deverão constar as ações relativas às denúncias, em conformidade com a IN SFC/CGU nº 01, de 03/01/2007.

Consta do verso da fl. 105 ao verso da fl. 122 dos autos, parte integrante do Relatório de Gestão (págs. 208 a 242), quadro demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) – Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2007.

6 – O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTA DA UNIÃO.

Todas as diligências, inspeção, comunicações, instruções e determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (SECEX-SC, SECEX-6, SECEX-RN, SEFIP, SEFTI e SEGECEX), encaminhadas à AUDIN, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFSC.

Para o encaminhamento de informações requeridas e determinações, a AUDIN expediu memorandos às unidades internas da UFSC, bem como coordenou a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades desta Universidade, comunicando medidas adotadas, além de também disponibilizar documentos originais solicitados.

Consta do RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS RELACIONADAS AO TCU EM 2007, enviado à CGU-R/SC e à SECEX-SC, o encaminhamento às diversas Unidades da UFSC das comunicações, das diligências, dos Ofícios e dos Acórdãos, bem como os esclarecimentos prestados e ações adotadas por elas.

As unidades administrativas prestaram esclarecimentos e/ou enviaram documentação referente às providências adotadas para saneamento das pendências apontadas no RAIN/2007

da AUDIN/UFSC, também encaminhado à CGU-R/SC e à SECEX/SC, apresentando os encaminhamentos para aqueles casos que se encontram em tramitação.

Segue uma síntese das pendências assinaladas no RAIN/2007, referentes às determinações emanadas do TCU, bem como das providências adotadas ou esclarecimentos prestados.

▫ **Acórdão nº 1290/2003-TCU-2ª Câmara – TC 002.868/2001-8**

Pendência – RAIN/2007

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providência:

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Ofício nº 1476/2005-SEFIP – Acórdão nº 537/2005-TCU-Plenário – TC 002.121/1997-2**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Professor Titular

Face ao comunicado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 14/03/2006, informar se:

a) a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG apresentou resposta ao Ofício nº 014/PRDHS/2005;

b) o Tribunal de Contas da União se manifestou em relação ao Ofício nº 550/GR/2005 (apensado ao Ofício nº 549/GR/2005).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Professor Titular

a) Não houve o retorno por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto ao contido no Memorando 14/PRDHS/2006.

b) Não houve manifestação do TCU em relação ao Ofício 550/GR/2005. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Ofício nº 1616/2005-SEFIP – Acórdão nº 981/2005-TCU-1ª Câmara – TC 016.067/2003-5**

Pendência – RAIN/2007

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providência:

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Ofício nº 0464/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 267/2006-TCU-1ª Câmara – TC 016.599/2002-8**

Pendências – RAIN/2007

Auxiliar de Ensino:

Informar se a liminar concedida a partir do Mandado de Segurança nº 2004.72.00.018093-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – Anexo 1 do Memo nº 79/PRDHS/2007).

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providências:

Auxiliar de Ensino

O mandado de segurança nº 2004.72.00.018093-2, teve sentença de procedência, conforme item b do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 434/2006-TCU-1ª Câmara – TC 853.959/1997-8**

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 756/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 436/2006-TCU-1ª Câmara – TC 015.862/2003-8**

Pendência – RAIN/2007

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providência:

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 605/2006-TCU-1ª Câmara – TC 007.481/2003-7**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Transformação de Benefício Previdenciário em Pensão Estatutária

Face ao citado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, informar se as decisões judiciais que amparam a transformação em questão permanecem tendo efeito (Ofício nº 010/PRDHS/2007 dirigido à PFSC/PGF/AGU).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Transformação de Benefício Previdenciário em Pensão Estatutária

- Verbas Relativas às Ações Judiciais TC 005.243/2007-9

O acompanhamento está ocorrendo através da PFSC, conforme memorando 55/PRDHS/2007 e resposta através do ofício 46/PFSC/PGF/AGU. [Memo Nº 35/PRDHS/2008]

- **Ofício nº 0807/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 442/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.444/1998-7**
Pendências – RAIN/2007
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Horas-Extras
Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).
Contradição – RAIN/2007
Acórdão nº 442/2006-TCU-1ª Câmara:
Nega provimento ao Pedido de Reexame, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 2.511/2004-TCU-1ª Câmara, que considera ilegais as aposentadorias concedidas no Processo TC 856.444/1998-7.
Relação nº 45/2007 – TCU – 1ª Câmara – Sessão de 14/08/2007 – Ata 27/2007 (Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara):
Considera legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria no Processo TC 856.444/1998-7.
Providências:
URP/FEV/89 (26,05%)
O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [*Memo Nº 32/PRDHS/2008*]
Horas-Extras
A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC:
“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.” [*Memo Nº 32/PRDHS/2008*]

- **Ofício nº 1027/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 882/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.706/1998-1**
Pendências – RAIN/2007
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Horas-Extras
Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).
Providências:
URP/FEV/89 (26,05%)
O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [*Memo Nº 32/PRDHS/2008*]
Horas-Extras
A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC:
“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.” [*Memo Nº 32/PRDHS/2008*]

- **Acórdão nº 931/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.440/1998-1**
Pendências – RAIN/2007
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Horas-Extras
Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).
Providências:
URP/FEV/89 (26,05%)
O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [*Memo Nº 32/PRDHS/2008*]
Horas-Extras
A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC:
“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até

eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.” [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 932/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.441/1998-8**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 941/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.704/1998-9**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 977/2006-TCU-1ª Câmara – TC 855.838/1997-3**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”*

de tutela), anteriormente referida.” [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 1010/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.442/1998-4**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 1011/2006-TCU-1ª Câmara – TC 019.760/2003-6**

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Acórdão nº 1020/2006-TCU-1ª Câmara – TC 853.958/1997-1**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 1410/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 1243/2006-TCU-1ª Câmara – TC 002.867/2001-0**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Tempo de Serviço Prestado na Condição de Recibado

Face ao mencionado no Memorando nº 20/PRDHS/2006, de 23/02/2007, informar se o Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão já analisou e devolveu o Processo nº 23080.001727/95-74. Em caso positivo, informar as ações adotadas.

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Tempo de Serviço Prestado na Condição de Recibado

Não houve o retorno por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 1970/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 2096/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.701/1998-0**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 3009/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 2578/2006-TCU-1ª Câmara – TC 008.494/2002-1**

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 3239/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 2826/2006-TCU-1ª Câmara – TC 010.536/2004-7**

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 3539/2006-SEFIP/TCU – Acórdão nº 3111/2006-TCU-1ª Câmara – TC 856.705/1998-5**

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

- **Ofício nº 841/2005-TCU/SECEX-SC**, de 16/11/2006 – Acórdão nº 3167/2006-TCU-2ª Câmara – TC 012.797/2005-0

- **Ofício nº 3310/2006-TCU/SECEX-SC** – Acórdão nº 3167/2006-TCU-2ª Câmara – TC 012.797/2005-0

Pendências – RAINIT/2007

Informar as medidas adotadas para cumprimento das determinações do TCU:

PROAF: itens “1.1.1.1”, “1.1.1.6” e “1.1.1.7”.

PRAE: item “1.1.1.2”.

Providências:

1.1.1.1 – *“cientifique os responsáveis que após a decisão definitiva do Recurso de Reconsideração (TC 003.655/2004-8 – Acórdão 2338/2005 da 1ª Câmara), ocorrida na sessão de 04/10/2005, as determinações contidas nos itens 1.1.2 e 1.1.3 do Acórdão 1795/2004/1ª Câmara deverão ser cumpridas na íntegra, sob pena de responsabilização por descumprimento de determinações do TCU;”*

Reiteramos a informação que após a decisão do TCU (Acórdão nº 2338/2005, de 04/10/2005) a UFSC suspendeu a assinatura de novos contratos de Permissão para implementação de Cursos de Especialização através das Fundações de Apoio. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

1.1.1.2 – *“alerte aos gestores que o não atendimento às determinações contidas nos itens 1.1 e 1.2 do Acórdão 2892/2004 da 1ª Câmara, ensejará aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII da Lei 8.443/92;”*

Despacho, datado de 13/02/2008, da AUDIN no Processo nº 23080.020104/2005-14, dirigido à PROAF, com o seguinte teor::

Consta do item “3.2.1.1” (*Ausência de providências para regularização da área cedida à Associação Atlética dos Servidores da UFSC*) do ANEXO I do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 189712 (*Auditoria de Gestão – exercício de 2006*) da Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU-R/SC, enviado à UFSC através do Ofício nº 23877/2007/CGU-R/SC, as seguintes recomendações:

(...)

O Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através do Memorando nº 760/DeAE/PRAE/2007, de 27/09/2007, em atenção ao Ofício nº 23877/2007/CGU-R/SC, comunica as tratativas em curso, onde destacamos:

“2) Em 29/07/08, mediante ao OFÍCIO DeAE/PRAE/Nº 117/07, submetemos ao conhecimento Tribunal de Contas da União, em atendimento ao Ofício nº 1718/2007-TCU/SECEX-SC, as justificativas e providências deliberadas para regularização citada área, anexo 2;”

A minuta do Temo Aditivo ao Contrato nº 269/2001, aprovada pela PGF/AGU junto à UFSC (fls. 430 e 431), altera a sua cláusula quarta, constando do §1º o seguinte teor:

“§ 1º A base de cálculo do valor da remuneração mensal levou em consideração o valor da área correspondente de 3.883,88 m², estipulado em R\$ 1.398.418,25 (Hum milhão, trezentos e noventa e oito mil e quatrocentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), acrescido das benfeitorias e das obras realizada até a assinatura do Contrato Original nº 269/2001, no valor de R\$ 513.344,38 (Quinhentos e treze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos), correspondente a 955,00 m² de área construída, multiplicado por 0,001 (hum milésimo) de acordo com a Lei nº 11.490/07, conforme laudo avaliativo, acostados aos presentes autos, que fica fazendo parte deste instrumento.”

Haja vista a diferença no percentual para definição do valor a ser cobrado no aluguel entre o recomendado pela CGU-R/SC e o estipulado pelo DeAE/PRAE, recomendamos que os autos sejam novamente submetidos à apreciação da PGF/AGU junto à UFSC.

1.1.1.6 – “realize procedimentos licitatórios quando da necessidade de contratar empresas para confecção das provas e dos cartões-resposta do vestibular;”

Esta situação já está regularizada, tendo em vista que a UFSC já vem realizando licitações para contratação dos respectivos serviços. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

1.1.1.7 – “abstenha-se de realizar pagamentos de forma antecipada, pois o procedimento fere ao contido nos artigos nºs 62 e 63 da Lei 4.320/64 e o art. 38 do Decreto 93.872/86;”

Esta situação também já está regularizada, tendo em vista que a UFSC ajustou o cronograma de desembolso dos contratos em conformidade com a execução do objeto. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

□ **Ofício nº 3616/2006-SEFIP/TCU** – Acórdão nº 3189/2006-TCU-2ª Câmara – TC 009.555/2001-5

□ **Ofício nº 3639/2006-SEFIP/TCU** – Acórdão nº 3189/2006-TCU-2ª Câmara – TC 009.555/2001-5

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 1127/2007-TCU/SECEX-SC** – Acórdão nº 289/2007-TCU-Plenário – TC 012.797/2005-0

Pendências – RAIN/2007

PROAF Informar as medidas adotadas para cumprimento das determinações do TCU (Item “9.2”)

Providências:

9.2 – “determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - que:”

9.2.1 – “com relação aos contratos em andamento, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, encetar procedimentos administrativos com vistas a alterar esses ajustes, a fim de adequá-los à lei e aos regulamentos aplicáveis, especificamente quanto ao:”

Os ajustes nos contratos de cursos de especialização celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux já foram efetuados. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.1.1 – “recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como dos saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais;”

Os saldos remanescentes foram recolhidos à conta única da UFSC, debitados os valores das despesas contratuais. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.1.2 – “pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;”

Os valores das respectivas taxas foram repassados à UFSC, conforme comprovantes encaminhados por ocasião da Auditoria da CGU. Nos atuais contratos de cursos de especialização a UFSC já debita automaticamente as taxas referente à Resolução 005/Cun/98. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.1.3 – “formalização dos termos, abstendo-se de utilizar o Regime de Permissão;”

Após a decisão do Acórdão n. 1795/2004 (10/2005) a UFSC deixou de utilizar esta modalidade de contrato (Permissão). [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.2 – “com relação aos contratos já encerrados, celebrados entre a UFSC e a Fundação José Arthur Boiteux, cujo objeto seja a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, adotar os necessários procedimentos administrativos com vistas ao:”

9.2.2.1 – “recolhimento à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional dos recursos referentes à arrecadação de taxas, matrículas e mensalidades, ainda pendentes de recebimento, bem como saldos dos fundos de reserva apurados em cada contrato, a partir da qual devem ser realizados os pagamentos das despesas contratuais; e”

Conforme já informado anteriormente os respectivos recursos já estão sendo creditados na conta única. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.2.2 – “pagamento das taxas previstas na Resolução 005/Cun/98, art. 18, inciso III, c/c o art. 58 da Resolução 10/Cun/97;”

As respectivas taxas estão sendo debitadas diretamente, conforme já formado no item 9.2.1.2. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.3 – “*limite-se a efetuar contratações fundamentadas no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, quando, comprovadamente, houver nexo entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual, este necessariamente relativo a ensino, a pesquisa ou a desenvolvimento institucional;*”

Os contratos firmados com as Fundações de Apoio seguem a legislação vigente e sempre previamente são submetidos ao órgão jurídico da Instituição (Procuradoria Geral) para análise e emissão de Parecer. Excepcionalmente, são firmados contratos cujo objeto, embora ligado diretamente ao ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional (obras, compra de equipamentos, melhoria da infra-estrutura) encontram entendimento diferenciados do TCU e CGU. Cabe lembrar que estes contratos são firmados por absoluta falta de alternativa do gestor, tendo em vista que os recursos são liberados ao final do exercício este fato não ocorre apenas na UFSC mas em todas as IFES e já foi objeto de discussão em um Seminário promovido pelo TCU na busca de alternativas para atender a legislação sem prejuízo para o desenvolvimento das atividades fins das IFES.

[Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.4 – “*inclua no orçamento geral da universidade todas as receitas e despesas inerentes a sua ação institucional, ainda que eventualmente provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, os valores arrecadados e despendidos nas atividades de extensão, tais como os cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;*”

A UFSC, a partir de 2005 passou sistematicamente, a cada exercício, incluir na sua proposta orçamentária todas as receitas inerentes a sua ação institucional, este procedimento foi demonstrado anualmente por ocasião das Auditorias da CGU realizadas periodicamente na UFSC. Finalmente, para o exercício de 2008 a UFSC foi atendida.

[Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.5 – “*recolha à conta única da universidade junto ao Tesouro Nacional, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei 4.320/64 e nos arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/86, todas as suas receitas, inclusive aquelas provenientes de ajustes celebrados com as fundações de apoio, aí compreendidos, entre outros, recursos arrecadados de atividades de extensão, tais como cursos de pós-graduação lato sensu e outros serviços prestados com apoio dessas entidades, com o patrocínio daquela instituição federal de ensino superior;*”

Esta situação está praticamente sanada, existindo apenas pequenos ajustes em alguns projetos específicos. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

9.2.6 – “*realize despesas, ainda que por intermédio de fundações de apoio, desde que amparadas por crédito consignado no orçamento geral da universidade;*”

Esta situação já foi sanada, considerando a ampliação dos limites orçamentários para o exercício de 2008 e nos respectivos contratos firmados com Fundações consta a programação orçamentária. [Memorando nº 009/PROAF, de 29/02/2008]

□ **Ofício nº 0984/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 627/2007-TCU-1ª Câmara – TC 016.598/2002-0

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

□ **Ofício nº 1648/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 1176/2007-TCU-1ª Câmara – TC 015.835/2003-0

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

- **Ofício nº 1660/2007-TCU/SECEX-SC** – Acórdão nº 1.185/2007-TCU-2ª Câmara (Relação nº 19/2007) – TC 005.243/2007-9
- Pendências – RAIN/2007*
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Relatório de Gestão
A PRDHS deve informar se foi criado tópico próprio no Relatório de Gestão a situação dos pagamentos das verbas relativas às ações judiciais.
- Providências:**
- URP/FEV/89 (26,05%)
O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]
- Relatório de Gestão
A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, através do Memo nº 014/PRDHS/2008, em resposta ao Memorando nº 015/AUDIN/2008 dirigido ao PIP, e redirecionado àquela Pró-Reitoria, prestou esclarecimentos em relação às ações decorrentes da URP/FEV/89 (26,05%). O PIP incluiu no Relatório de Gestão de 2007 da UFSC o seu conteúdo.
O acompanhamento das ações judiciais está ocorrendo através da PFSC, conforme memorando 55/PRDHS/2007 e resposta através do ofício 46/PFSC/PGF/AGU. [Memo Nº 35/PRDHS/2008]

- **Ofício nº 2705/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 2058/2007-TCU-1ª Câmara – TC 856.702/1998-6
- Pendências – RAIN/2007*
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Horas-Extras
Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).
- Providências:**
- URP/FEV/89 (26,05%)
O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]
- Horas-Extras
A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

- **Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 2059/2007-TCU-1ª Câmara – TC 856.703/1998-2
- Pendências – RAIN/2007*
URP/FEV/89 (26,05%)
Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).
Horas-Extras
Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).
- Providências:**
- URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Relação nº 45/2007** – Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara – TC 856.444/1998-7

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Contradição – RAIN/2007

Acórdão nº 442/2006-TCU-1ª Câmara:

Nega provimento ao Pedido de Reexame, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 2.511/2004-TCU-1ª Câmara, que considera ilegais as aposentadorias concedidas no Processo TC 856.444/1998-7.

Relação nº 45/2007 – TCU – 1ª Câmara – Sessão de 14/08/2007 – Ata 27/2007 (Acórdão nº 2.323/2007-TCU-1ª Câmara):

Considera legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria no Processo TC 856.444/1998-7.

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC: *“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.”* [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Ofício nº 4134/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 2050/2007-TCU-Plenário – TC 002.867/2001-0

Pendência – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Providência:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

▫ **Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip** – Acórdão nº 3257/2007-TCU-2ª Câmara – TC 012.355/2007-5

Pendências – RAIN/2007

URP/FEV/89 (26,05%)

Face ao noticiado no Memorando nº 180/PRDHS/2007 (referente Ofício nº 4524/2007-TCU/Sefip – TC 012.355/2007-5), informar se a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG procedeu a anulação/desativação da ação judicial cadastrada no SICAJ sob os códigos 1979 e 8476 (Ofício nº 53/PRDHS/2007).

Horas-Extras

Face ao citado no Memorando nº 139/PRDHS/2007 (referente ao Ofício nº 2707/2007-TCU/Sefip), informar se a liminar concedida no Agravo de Instrumento nº 2006.04.00.028086-2 permanece tendo efeito (Dossiê Auxiliar – 200672000093588).

Providências:

URP/FEV/89 (26,05%)

O MPOG efetivou o corte da URP no mês de fevereiro de 2008, com efeitos a partir de janeiro de 2008. [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

Horas-Extras

A vantagem das horas-extras conquistadas judicialmente está em vigor, tendo em vista o item “a” do Ofício 213/08 - PFSC/PGF/AGU, subscrito pelo Procurador Chefe da PFSC:

“Trata-se de decisão ainda não transitada em julgado, mas que deve prevalecer até eventual modificação da situação processual, e também em face da liminar (antecipação de tutela), anteriormente referida.” [Memo Nº 32/PRDHS/2008]

7 – O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DOS CONSELHOS FISCAIS, DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E OUTROS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE, QUANDO FOR O CASO.

Instada a se manifestar, a Secretaria Geral dos Órgãos Deliberativos Centrais da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Memorando nº 004/ODC/2008, informou que todas as solicitações e recomendações pedidas pelos Órgãos Deliberativos Centrais da UFSC foram atendidas no exercício de 2007.

A Ouvidoria da UFSC, instituída pela Portaria nº 671/GR/96, de 28 de maio de 1996, por meio do Memorando 006/Ouvidoria/2008, apresentou relatório das demandas recebidas em 2007.

As demandas chegam à Ouvidoria através de *e-mail*, telefone, fax, cartas, caixas coletoras e entrevistas pessoais. Em 2007, foram processadas 3.383 (três mil trezentas e oitenta e três) manifestações, sendo que 51 (cinquenta e uma) delas ainda em andamento. Foram abertos 4 (quatro) processos administrativos nas devidas instâncias, que estão em tramitação.

Dentre as demandas recebidas, destaca os assuntos mais abordados: falta de professores para cursos de graduação e Colégio de Aplicação; falta de servidores administrativos; relacionamento interpessoal; material de baixa qualidade; filas demoradas para o RU; dificuldade para estacionar no Campus; deficiência de segurança; ataque de cães que perambulam pelo Campus; depredação do Patrimônio; roubos/furtos de bicicletas e veículos no Campus; aluna atingida pela PM com bala de borracha em manifestação nas imediações do Campus; agressão à aluna; acesso aos cadeirantes (problemas nas ruas e calçadas no entorno do Campus); instalações do CCB (banheiros) insuficientes para o número de usuários; desrespeito com vagas de estacionamento, destinadas aos deficientes físicos; tráfego de motocicletas nas calçadas do Campus; atendimento inadequado no ESAI; atuação de flanelinhas nos estacionamentos do CCS/BB/HU; problemas com computadores do LAUFSC; condução inadequada de aulas; más condições da Biblioteca Setorial do ECV; elogios aos trabalhos do Reitor, Médicos do HU e Ouvidoria; crítica aos métodos para revalidação de diploma de médico obtido no exterior; falta de médico especialista em geriatria no HU; moradia estudantil com vagas insuficiente para atender demanda; insegurança no guarda-volume da Biblioteca; excesso de ruído de alguns usuários da Biblioteca; comportamento inadequado de docente em sala de aula; e agressividade de docente do curso de Serviço Social em suas aulas.

Consta do verso da fl. 105 ao verso da fl. 122 dos autos, parte integrante do Relatório de Gestão (págs. 208 a 242), quadro demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) – Sindicâncias/Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2007. (Relatório de Correição – item 7 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo V da DN-TCU-85/2007).

A Prestação de Contas da UFSC (exercício de 2007) foi aprovada pelo Conselho de Curadores e homologada pelo Conselho Universitário.

– CONCLUSÃO

Por intermédio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que as diligências, recomendações e determinações expedidas por esta unidade de auditoria interna (auditoria prévia nos processos licitatórios, assessoria em procedimentos

administrativos e relatórios de auditoria), pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram objeto de ações com vistas ao atendimento das mesmas.

Alertamos que as causas apresentadas como justificativas da impossibilidade de acolhimento ou de atendimento parcial, às recomendações e/ou determinações decorrentes de impropriedades ou possíveis irregularidades trazidas à baila, sejam objeto de providências para que o princípio da legalidade venha a ser integralmente observado.

A estruturação da área meio, tendo o seu dimensionamento compatível às necessidades finalísticas da Instituição e de aderência à legislação vigente, torna-se medida imprescindível à Instituição.

Em nossa opinião, a prestação de contas anual da Universidade Federal de Santa Catarina, relativa ao exercício de 2007, está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão/Unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Florianópolis, 31 de março de 2008.

Adm. Audí Luiz Vieira
Auditor Chefe da AUDIN/UFSC